Os *Kaxinawá de Felizardo*: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá

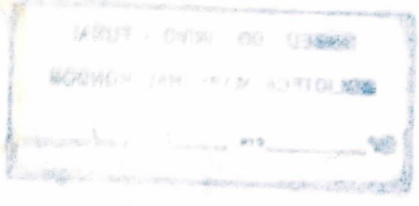
Marcelo Manuel Piedrafita Iglesias

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Rio de Janeiro

Fevereiro 2008



Os *Kaxinawá de Felizardo*: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá

Marcelo Manuel Piedrafita Iglesias

Orientador: Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovada por:

_____
Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (Presidente)

_____
Prof. Dr. Moacir Gracindo Soares Palmeira

_____
Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

_____
Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

_____
Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

_____
Prof. Dr. Fernando Rabossi (Suplente)

_____
Profª. Drª. Eliane Cantarino O'Dwyer (Suplente)

_____
Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres (Suplente)

Rio de Janeiro
Fevereiro 2008

Iglesias, Marcelo Manuel Piedrafita
Os *Kaxinawá de Felizardo*: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Marcelo Manuel Piedrafita Iglesias. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/ PPGAS, 2008.
ix, 415 pg., il.; 30 cm.

Orientador: João Pacheco de Oliveira
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Referências bibliográficas: pg. 352-380
Anexos: pg. 381-415.

1. Antropologia Social. 2. Antropologia política. 3. Etnologia. 4. Kaxinawá 5. Tutela 6. Mediação 7. Território Federal do Acre. I. Pacheco de Oliveira, João. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Os *Kaxinawá de Felizardo*: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá

RESUMO

Este trabalho tem como foco o estudo de um tipo específico de mediação entre organismos governamentais, patrões seringalistas e índios Kaxinawá ocorrido nas três primeiras décadas do século XX, na região do alto rio Juruá, no Território Federal do Acre.

Dois principais contextos atravessam e subsidiam a análise. O primeiro é a implantação da empresa seringalista, a dinâmica da atividade caucheira e as conseqüências das "correrias", expedições armadas promovidas pelos patrões, sobre os povos indígenas. O segundo é relativo à institucionalização do governo federal no Departamento do Alto Juruá, à definição da fronteira do Brasil com o Peru e à posterior demarcação física desse limite internacional.

A atuação do governo federal nessa região fronteiriça é enfocada a partir de um conjunto diverso de propostas formuladas para a proteção, "catequese" e "civilização" dos índios. Primeiramente abordam-se as ações implementadas pela Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais no Território Federal do Acre na segunda metade dos anos de 1900. A seguir são analisadas as diretrizes e os resultados da atuação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), e depois do SPI, no Alto Juruá.

Diferentes formas de mediação exercidas pelo "catequista de índios" Felizardo Avelino de Cerqueira, aproveitando oportunidades abertas por ações de órgãos do governo federal e por iniciativas conjuntas com os patrões seringalistas e caucheiros, serão tomadas como eixo da discussão sobre os processos que resultaram na incorporação de um grupo de famílias Kaxinawá em diferentes atividades nos rios Envira e Jordão.

Em termos de referenciais, este trabalho dialoga com as teorias sobre a aplicação da tutela aos indígenas brasileiros, observando a sua peculiaridade numa situação de fronteira internacional e com o funcionamento da empresa seringalista.

ABSTRACT

This thesis aims to study a specific type of mediation between government institutions, rubber and "caucho" patrons and Kaxinawá Indians that occurred in the three first decades of the twentieth century in the upper Juruá river region, in the Federal Territory of Acre.

Two main contexts cross and subsidy this analysis. The first is the implantation of rubber states in that region, the dynamics of "caucho" extractivism and the consequences of the "correrias", armed expeditions organized by patrons, for the indigenous peoples. The second is related to the institutionalization of the federal government in the Department of Alto Juruá, the definition of the frontier between Brazil and Peru and the physical demarcation of this international border.

The patterns of action of the federal government in that frontier region are put under focus by taking in consideration a diverse set of proposals for the "protection" and "civilization" of indigenous peoples. Actions implemented by the government of the Alto Juruá Department and by the Commission of Federal Works in the Federal Territory of Acre in the second half of the 1900-decade are first taken in consideration. Following, the discussion focuses on the guidelines and results of the actions of the Service for Indian Protection and Localization of National Workers (SPILTN), and afterwards the Indian Protection Service (SPI), in the Upper Juruá Region.

Different forms of mediation put in practice by "Indian catechist" Felizardo Avelino de Cerqueira, making use of opportunities opened by the actions of the federal government or by joint initiatives with rubber and "caucho" patrons are then taken as an axis for the discussion of the processes by which a group of Kaxinawá families was incorporated in different productive activities in the upper Envira and Jordão rivers.

In terms of referentials, this work dialogues with theories about the application of tutelage on Brazilian Indians, observing its peculiarity in a situation conditioned by the existence of an international border and the functioning of rubber states.

ÍNDICE

	Pg.
I – Introdução	1
II - O seringal como modalidade de ocupação	21
III - Outro ideário indigenista	108
IV - Um indigenismo limitado: o SPI no Território Federal do Acre	133
V - Felizardo Avelino de Cerqueira, "catequista de índios"	189
VI - Um "catequista" a serviço da Nação	313
VII - Considerações finais	343
VIII - Referências bibliográficas	352
IX - Anexos	381

ÍNDICE DETALHADO

	Pg.
I - Introdução	**1**
Materiais de pesquisa	15
Organização da tese	17
II - O seringal como modalidade de ocupação	**21**
No baixo rio Juruá: antecedentes	21
Exploração e povoamento do Alto Juruá	29
No rio Tarauacá	36
A organização da produção nos seringais	42
Os caucheiros peruanos e as questões fronteiriças	52
No "tempo das correrias": territórios em disputa	61
Crise na economia da borracha	85
Reorganização produtiva nos seringais	88
III - Outro ideário indigenista	**108**
Primeiras propostas para a "civilização" dos índios no Alto Juruá	108
Força policial contra as "correrias"	115
A Comissão de Obras Federais	126
IV- Um indigenismo limitado: o SPI no Território Federal do Acre	**133**
As "primeiras expedições" no Alto Juruá	139
No alto rio Envira: Reserva Florestal, delegados e caucheiros	151
Desdobramentos das primeiras expedições	158
Inspetor Bento de Lemos: posto de pacificação no Alto Tarauacá	163
Delegados honorários em Vila Seabra	176
V - Felizardo Avelino de Cerqueira, "catequista de Índios"	**189**
Os "catequistas" e as políticas públicas	192
Rumo ao alto rio Envira	212
"Amansando" os Kaxinawá	220
"Acomodações" com os patrões, confrontos com peruanos	224
Uma nova diáspora	228
A catequese como "árdua missão"	238
Delegado de Índios do Rio Envira	242
Contratos com os patrões no Alto Tarauacá: "um desmentido negativo"	250
Índios "selvagens", os chamados "Papavô"	255
A "polícia de fronteira"	266
Pedro Biló, "matador de índios": um contraponto	277
Homem de "oração forte"	284
FC: a marca de Felizardo	290
Um "bom patrão"	298
Sob o olhar do padre e o ataque do SPI	302

Pg.

VI - Um "catequista" a serviço da Nação **313**
Demarcação da fronteira Brasil-Peru: um empreendimento militar 313
A política de "não hostilização": militares, mateiros e índios "selvagens" 316
Felizardo e seus índios "catequizados" 328

VII - Considerações finais **343**

VIII - Referências bibliográficas **352**

IX - Anexos **381**
Mapas 382
Anexo Fotográfico 389

Agradecimentos

* Ao CNPq, pelos recursos que viabilizaram esta nova passagem pelo PPGAS/MN e as pesquisas para a elaboração dta tese.

* A João Pacheco de Oliveira, pela sabedoria, confiança e amizade com que conduziu e levou a bom termo a orientação deste trabalho.

* A Antonio Carlos de Souza Lima, pela amizade e pelo respeito que sempre me dedicou.

* A Moacir Gracindo Soares Palmeira e Antonio Carlos de Souza Lima, pelas recomendações e críticas em meus dois exames de qualificação.

* À Dona Yeda e à Dona Maria Luiza de Souza Cerqueira, pela confiança com que me receberam e permitiram ter acesso a um documento familiar de imenso valor histórico. À Prof. Dra. Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, igualmente, pela confiança com que recebeu meu pedido e pela gentileza com que o conduziu às suas tias. Às três, minha mais sincera e duradoura gratidão.

* A Terri Valle de Aquino, por tantos anos de trabalho conjunto, pela amizade que virou compadrio e pelo apoio e contribuição para que esta tese fosse adiante.

* Aos Kaxinawá, no Jordão, pela forma sempre tão generosa de receber e ensinar.

* Aos colegas e amigos do PPGAS/MN: José Gabriel de Souza Corrêa, Edmundo Marcelo Mendes Pereira, Ana Flávia Moreira Santos, Carlos Augusto da Rocha Freire, Maria Barroso-Hoffman, Francisco das Chagas de Souza, Andrey Cordeiro, Mércia Rejane Rangel Batista, Ingrid Weber, Déborah Bronz e Regina Erthal. Agradeço em especial a José Gabriel pela amizade em todas as horas.

* Aos companheiros de trabalho e amigos de vida: Mariana Ciavatta Pantoja, Vera Olinda Sena, Renato Gavazzi, Nietta Lindenberg Monte, Antonio Luiz Batista de Macêdo, Dedê Maia de Oliveira, Maria Luiza (Malu) Pinedo Ochoa, Julieta Matos Freschi, José Frank Melo Silva, José Osair Sales Siã Kaxinawá, Joaquim Paulo de Lima, Noberto Sales Tenê Kaxinawá, Edson Medeiros (in memoriam), Joaquim Tashkã Yawanawá, Luis Meneses, Debora Almeida e Dande Tavares.

* Ao Laboratório de Pesquisas em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (LACED/MN).

* Ao corpo de funcionários da secretaria do PPGAS, pelo apoio nos momentos necessários, bem como às sempre solícitas funcionárias da biblioteca do Programa.

* A minha sogra Gilda Saldanha, pelo apoio em Itaipava, importante pouso para a escrita desta tese.

* Aos meus pais, Hugo e Maria Cristina, pelo apoio e amor em todas as horas. A minha avó Pilar, pelo exemplo de vida que tem nos dado. A meu avô, Américo Juan (in memoriam), sempre.

* A minha amada família, Beatriz, João Manuel Tui e José Roberto, por tudo que já vivemos juntos e pelo muito que ainda está por construir.

* Ao Divino Pai Eterno, à Virgem Soberana Mãe, ao Nosso Senhor Jesus Cristo, a São João Batista e ao Mestre Raimundo Irineu Serra.

CAPÍTULO I - Introdução

Os Kaxinawá (gente do morcego) se autodenominam Huni Kui (gente verdadeira) e falam o hãtxa kui (língua verdadeira), pertencente à família lingüística Pano. Pouco mais de 5.800 no Estado do Acre, vivem em doze terras indígenas (TIs) situadas nos rios Breu, Jordão, Tarauacá, Murú, Humaitá, Envira e Purus. A maior população indígena no Acre, os Kaxinawá constituíam, em 2006, 43% dos índios no estado. Do total dos Kaxinawá, 68% habitavam dez TIs no vale do rio Tarauacá, afluente do alto rio Juruá (Iglesias & Aquino, 2006). Em 2004, em território peruano, pouco mais de 1.400 Kaxinawá viviam em 18 aldeias em 10 "comunidades nativas" oficialmente reconhecidas no alto rio Purus e em seu afluente, o rio Curanja (Federación de Comunidades Nativas de Purus (FECONAPU), 2004: 5).

Meu trabalho de pesquisa junto aos Kaxinawá teve início em 1990, após a conclusão das disciplinas do curso de mestrado no PPGAS/MN/UFRJ, de pesquisas no âmbito do "Projeto Estudo Sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo, recursos naturais" (PETI/MN) (Iglesias, 1989) e, ainda na cidade do Rio de Janeiro, de trabalho em colaboração com o antropólogo Terri Valle de Aquino[1].

Para viabilizar esse primeiro trabalho de campo no Estado do Acre, visando definir o tema de minha dissertação, coordenei uma "avaliação", promovida pela agência Oxfam-Recife, dos trabalhos ("projetos econômicos" e programas de educação, de saúde e de incentivo à produção artesanal) realizados pela Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) junto aos Kaxinawá e outros grupos indígenas na década de 1980 (Iglesias & Kahn, 1990). Como parte da primeira viagem, permaneci dois meses e meio na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, tendo ali voltado, por cinco meses, em 1991-1992, com dedicação exclusiva à pesquisa da dissertação. Nessa segunda etapa procedi com um "levantamento sócio-econômico" nas 153 casas distribuídas em seis seringais naquela terra indígena e em outros dois a ela limítrofes (Nova Empresa e São Joaquim), recém ocupados pelos Kaxinawá.

A institucionalização da Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ), criada em 1988, o reordenamento das formas de organização da produção e

[1] Por meio do Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, meu orientador de curso no PPGAS/MN, estabeleci, em meados de 1989, meu primeiro contato com Terri Valle de Aquino. No segundo semestre daquele ano, período em que permaneceu no Rio de Janeiro, auxiliei-o na catalogação de parte dos seus arquivos, com documentos de trabalhos por ele realizados junto aos Kaxinawá e outros grupos indígenas do Estado do Acre desde meados dos anos de 1970. Da amizade então iniciada, construímos parceria de trabalho atualizada em vários contextos até o presente.

da comercialização da borracha, por meio da "cooperativa", aquela ampliação territorial e a redefinição das relações com os seringueiros e patrões vizinhos constituíram o objeto da minha dissertação (Iglesias, 1993).

Após minha mudança para Rio Branco, em agosto de 1993, realizamos, junto com o antropólogo Terri Valle de Aquino, gestões na Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF), da Fundação Nacional do Índio (Funai), para a assinatura de convênio entre o órgão indigenista, a CPI-Acre e a Embaixada da Suíça, criando condições para a constituição de um grupo técnico de identificação e delimitação de terras indígenas (GT Funai PP 1204/93) que contemplasse o reconhecimento dos seringais recém ocupados pelos Kaxinawá, bem como de outros dois (Independência e Altamira), comprados pela ASKARJ em 1993. Os trabalhos de identificação de quatro terras indígenas no vale do rio Tarauacá (Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá da Praia do Carapanã e Kampa do Igarapé Primavera) ocorreram no primeiro semestre de 1994, nos quais atuei como "antropólogo convidado".

A sistematização dos dados resultantes da minha segunda etapa de campo no rio Jordão (Iglesias & Aquino, 1993), bem como de nova pesquisa feita por uma equipe de investigadores e indígenas Kaxinawá, em 1992, no âmbito do "Projeto de Estudo das Estratégias de Subsistência, Desenvolvimento Autônomo dos Recursos dos Povos e Territórios Indígenas da Bacia Amazônica", promovida pela Oxfam América e a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônia (COICA), resultou num relatório enviado a essas instituições (Iglesias & Aquino, 1994), depois editado e transformado em livro (Iglesias & Aquino, 1994a). Como desdobramento deste conjunto de trabalhos resultou, até 1996, um período mais sistemático de "assessoria" à coordenação da ASKARJ, na elaboração, negociação e acompanhamento de programas de apoio a diversas iniciativas econômicas nas três terras Kaxinawá e ao fortalecimento institucional da Associação (Aquino; Siã Kaxinawá & Iglesias, 1993, 1994; Iglesias & Siã Kaxinawá, 1995)[2].

---

[2] Nesse mesmo período, integrei-me ao Setor de Educação da CPI-Acre, como "assessor" do programa "Uma Experiência de Autoria dos Índios do Acre", tendo trabalhado até 1997, junto com a arqueóloga Maria Luiza Pinedo Ochoa, em sala de aula durante os cursos de formação de professores indígenas, na cidade de Rio Branco, na formatação de uma proposta curricular para a disciplina de História (Iglesias & Ochoa, 1996), na organização de um material didático para uso nas escolas, a partir de textos produzidos pelos professores durante três cursos (Professores Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, 1997), e na orientação de pesquisas iniciadas pelos professores. Em 1996, realizaria, por três meses, assessorias a professores Kaxinawá em escolas de três terras indígenas nos rios Jordão e Breu (Iglesias, 1997). Os cursos de formação de professores, e depois de agentes agroflorestais indígenas, permitiriam durante esses anos momentos privilegiados de diálogo e de trabalho com os Kaxinawá de várias terras indígenas.

Uma nova etapa de trabalho e pesquisa teria início após a conclusão dos relatórios de delimitação das terras identificadas em 1994 (Iglesias, 1995; 1996; Aquino, 1995, 1996), fruto, de um lado, do monitoramento da tramitação dos processos administrativos na sede da Funai em Brasília (elaboração dos resumos dos relatórios [Iglesias & Aquino, 1997, 1998] e de novas informações e com gestões junto a diferentes departamentos e diretorias do órgão) e, de outro, de reuniões realizadas nas terras Kaxinawá (e Ashaninka) com as lideranças e chefes de família indígenas, os "ocupantes não índios" e outros atores relevantes (organizações indígenas, sindicatos, proprietários, Prefeituras), para informar-lhes sobre o trafegar dos processos. Consultoria prestada ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) em 1997-1998 (Iglesias, 1998), coordenando levantamento sócio-econômico e fundiário para fundamentar a criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, adjacente à TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, permitiu a realização de duas viagens de campo, às terras Kaxinawá, aos seringais da Reserva e à sede do Município de Jordão, totalizando um total de quatro meses de trabalho.

Tendo retornado ao Rio de Janeiro em meados de 1999, uma consultoria prestada ao Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL/Funai), visando instrumentalizar a "participação indígena" na demarcação de seis terras indígenas no Estado do Acre, possibilitou-me retornar, em 2000, em mais duas ocasiões às terras Kaxinawá no Município de Jordão[3]. Assim como em outras quatro terras indígenas, numa primeira etapa, discutimos com as lideranças o delineamento de estratégias para o acompanhamento e a fiscalização dos trabalhos demarcatórios a serem realizados por empresas contratadas pela Funai e, no retorno, promovemos avaliação conjunta dos resultados das demarcações, das diferentes modalidades de "participação" e das relações entre índios e representantes das empresas (Iglesias, 2000, 2000a, 2002; 2002a).

Possibilitado por recursos financeiros obtidos em vários trabalhos de intervenção social, este conjunto de pesquisas, levado a cabo entre 1994-2000, publicado em relatórios técnicos e em artigos acadêmicos, esteve voltado à análise de processos de redefinição territorial e de reorganização política e econômica protagonizados pelas famílias e lideranças, representadas pela ASKARJ, para a conquista, o uso produtivo e a regularização de quatro novos seringais, incorporados, a partir de 1990, ao território controlado

[3] Durante este trabalho, desempenhei também atividades nas TIs Kaxinawá da Praia do Carapanã e Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu, e tive oportunidade de visitar, de forma breve, a TI Kaxinawá Nova Olinda e os seringais reivindicados para a criação da TI Kaxinawá do Seringal Curralinho, no rio Envira.

pelos Kaxinawá desde o início da década anterior. Esses processos, e o reconehcimento de duas novas terras indígenas, foram também contextualizados face a outras transformações territoriais, políticas e econômicas que ganharam forma com a crise instalada na economia da borracha desde meados dos anos 1980; a presença de grupos de "índios isolados" nas cabeceiras dos rios Tarauacá e Jordão (Iglesias, 2001, 2006; Iglesias & Aquino, 1996, 2006, 2006a); a criação do Município de Jordão em 1993, a constituição do aparato administrativo da Prefeitura, a configuração de um campo político-partidário local e a implementação pelos governos federal, estadual e municipal de diferentes programas na jurisdição do município (Iglesias, 1998, 1999, 2000b, 2003, 2004; Iglesias & Aquino, 1999, 2006, 2006a).

****

Minha intenção inicial nesta tese era, a partir de uma sistematização de vários dos trabalhos acima elencados, complementada por dados de uma nova etapa de campo, produzir uma análise histórica e comparativa dos processos de reorganização sociopolítica e cultural vivenciados pelos Kaxinawá, como resultado de modos de dominação e de estratégias e mobilizações postas em prática face às correlações de força e relações de interdependência que marcaram diferentes situações históricas (Oliveira, 1988: 57-59) a partir de sua inserção na empresa seringalista e, nas últimas três décadas, do reconhecimento e regularização de suas terras indígenas pelo Estado brasileiro.

Diferentemente, em função de questões levantadas por diferentes materiais aos quais tive acesso ao proceder com novas pesquisas para a redação da tese, acabei decidindo pela leitura, contextualização e exploração analítica de um documento de época, texto inédito, aqui tomado como fio condutor de uma reflexão sobre os Kaxinawá e suas relações com os patrões, seringalistas e caucheiros e com diferentes agências do governo brasileiro durante as primeiras três décadas do século XX, no vale do alto rio Juruá, no Território Federal do Acre. É essa trajetória que procurarei detalhar a seguir, explicitando algumas das pesquisas que levaram à redefinição do objeto inicial da tese e os instrumentos teóricos que serviram enquanto fonte de inspiração para a construção da interpretação e da trama narrativa apresentadas nos capítulos à continuação.

A inflexão inicial na definição do objeto da tese e o reordenamento da estratégia de pesquisa resultaram da leitura do "Relatório e Biografia de Felizardo A. de Cerqueira" (Cerqueira, 1958), em junho de 2006. O cearense Felizardo Avelino de Cerqueira é

personagem a quem boa parte dos Kaxinawá ainda hoje atribui papel central na mediação de suas relações com os brancos após a implantação da empresa seringalista no Vale do Juruá.

Tomei conhecimento pela primeira vez da existência de manuscritos de Felizardo Cerqueira em 1997, por meio de Nietta Lindenberg Monte, então coordenadora do programa de educação da CPI-Acre. Durante encontro de educação indígena realizado em Manaus, no qual apresentou trabalho baseado em sua dissertação (Monte, 1996), Nietta manteve diálogo com a Prof. Dra. Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), neta de Felizardo Cerqueira, quem lhe falou de escritos que estavam sob a guarda de suas tias. Entregou-lhe naquela ocasião cópias de um manuscrito, de uma página, legível apenas em parte, intitulado "História de um Catequizador de Índios", e de dois "episódios", datilografados, todos sem especificação quanto à data e ao local onde haviam sido redigidos (Cerqueira, 1958a)[4]. Surpresa com a riqueza desse material, Nietta comentou de sua importância para os Kaxinawá e para novas pesquisas acadêmicas, aventando a possibilidade de uma consulta aos demais manuscritos. Ficaria desde então em aberto novo contato com a Profa. Dra Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, feita a ressalva de que o acesso aos manuscritos dependeria de aprovação de suas tias.

Em início de 2006, em consulta ao site Só Leis®[5], tomei conhecimento que, por meio da Lei nº 3.588, de 18 de julho de 1959, Felizardo Avelino de Cerqueira fora contemplado com pensão especial, de Cr$ 3.000,00, por seus serviços como "catequista de índio" e "guia da Comissão Demarcadora de Limites Brasil-Peru". Pouco depois, em pesquisa no portal da Câmara Federal, comprovei que esse ato do poder executivo resultara do Projeto de Lei 2.167/56, apresentado pelo deputado federal José Guiomard dos Santos (PSD-Ac) a 12 de novembro de 1956, lido em plenário a 6 de dezembro e publicado no dia seguinte no Diário do Congresso Nacional (Seção I, 7/12/1956: 12.237-39)[6].

---

[4] Nesse manuscrito e nos dois episódios (Cerqueira, 1958a), Felizardo narra sua chegada ao Território Federal do Acre em 1904, os seus primeiros trabalhos como seringueiro e "catequizador de índios" nos seringais de seu patrão Ângelo Ferreira da Silva no médio rio Tarauacá, a participação de ambos, à frente de uma turma de homens, na abertura de um varadouro entre o seringal Cocameira e a cidade de Cruzeiro do Sul, a serviço da Prefeitura do Alto Juruá, em 1906, e os primeiros entendimentos mantidos com alguns dos grupos indígenas encontrados durante essa empreitada.

[5] O site "Só Leis® - Leis Federais e súmulas por assunto" pode ser acessado em *www.soleis.adv.br.*

[6] Nascido em Perdigão, Minas Gerais, em 1907, José Guiomard dos Santos teve formação como militar e engenheiro, com especialização em geodesia e astronomia, tendo freqüentado a Escola Militar do Realengo, a Escola Politécnica e a Escola Técnica do Exército, no Rio de Janeiro. Exerceu cargos de subchefe nas comissões brasileiras de demarcação de limites com a Colômbia, o Paraguai e o Uruguai. Foi Gover-

Levantamento no Diário do Congresso Nacional permitiu-me acessar a íntegra do projeto de lei. Além da justificativa, de lavra de Guiomard dos Santos, o projeto inclui carta enviada ao deputado por Felizardo Cerqueira, a 22 de setembro de 1955, solicitando sua intervenção junto ao governo federal para a obtenção de uma pensão que o "amparasse na velhice". Ao pedido, encontram-se apensados documentos pelos quais Felizardo procurava comprovar seus "serviços especializados na catequese de índios": sua nomeação para a Comissão de Obras Federais no Território Federal do Acre, em meados dos anos de 1900; dois "contratos de prestação de serviços" assinados com patrões seringalistas do alto rio Tarauacá em 1917; instruções recebidas do chefe brasileiro da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites em 1925; e atestados e declarações assinadas, e lavrados em cartório, em 1955-1956 por autoridades públicas (o Representante da Produção Executiva da Defesa da Borracha, os Prefeitos dos Municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul e o Delegado de Polícia de Cruzeiro do Sul), bem como por quatro comerciantes e patrões desses dois municípios[7].

Em sua carta, Felizardo contabiliza ter "catequizado" "para mais de 300 índios", e ressalta ter sido nomeado "Delegado de Índios no rio Envira", em 1914, pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Os documentos oficiais anexados estão relacionados, cabe destacar, a uma das dimensões do seu trabalho, a "segurança" prestada a diferentes comissões federais contra "possíveis ataques de índios bravios" (Diário do Congresso Nacional, 7/12/1956: 12.238). Os atestados e declarações de comerciantes e patrões seringalistas, boa parte dos quais afirmava conhecer Felizardo fazia 30 anos, destacam, em linhas gerais, a contribuição dos seus serviços de "catequese" para o "apaziguamento" e a "civilização" de "índios bravios", evi-

---

nador no Território Federal de Ponta Porá (1940-43) e Governador Delegado da União no Território Federal do Acre (1946-50). Foi deputado federal pelo Acre por três mandatos (1951-1962) e senador por outros dois (1962-1978), tendo ocupado assento em diferentes comissões no Congresso Nacional. Reeleito em 1977, não completaria o terceiro mandato de senador, pois faleceria em 1983. Pouco menos de cinco meses após apresentar o projeto de lei reivindicando uma pensão em benefício de Felizardo Cerqueira, Guiomard dos Santos submeteria, a 20 de maio de 1957, o Projeto nº 2.654, para a elevação do Território do Acre à categoria de Estado, proposição aprovada pela Lei 4.070, de 15 de junho de 1962 (Kalume, 1985: 13-4; Bezerra, 2006: 140-42).

[7] Dentre os anexos ao projeto de lei está também a íntegra do parecer da consultoria jurídica do governo do Território Federal do Acre, junto ao qual, em início de 1955, Felizardo primeiro pleiteara a pensão. A carta enviada ao governador Coronel Paulo Francisco Torres resultara na abertura do Processo nº 3292-55, objeto de parecer, de 21 de julho de 1955, do consultor Rubens Lameira de Carvalho, quem, apesar de julgar justo o pedido, recomendou seu envio à Comissão de Limites, do Ministério das Relações Exteriores. Por fim, está apensada ao projeto de lei carta do então Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, ex-chefe brasileiro da Comissão Mista Demarcadora de Limites, datada de 21 de novembro de 1955 e enviada ao deputado Guiomard dos Santos, louvando sua iniciativa e destacando os serviços prestados por Felizardo à Comissão.

tando que continuassem a saquear seringais e a matar trabalhadores, e para o desbravamento e o aproveitamento produtivo da região.

Em abril de 2006, em Rio Branco, durante conversa com Terri Valle de Aquino sobre a minha pesquisa da tese, tomamos a decisão de tentar novo contato com a Profa. Dra. Valéria Cerqueira Weigel. Pouco depois, Terri enviar-lhe-ia mensagem eletrônica, com cópia à minha pessoa, com o assunto "Informações para uma tese de doutorado no Museu Nacional", na qual, após se apresentar, comunicava a leitura dos documentos entregues a Nietta Monte em 1997, e cogitava a possibilidade de que eu tivesse acesso aos demais escritos de Felizardo, aos quais a professora fizera menção naquela ocasião, como relevante fonte de pesquisa para minha tese.

À gentil resposta da Prof. Dra. Valéria, seguiu-se uma troca de mensagens, em que me comunicou que os manuscritos de Felizardo estavam sob a guarda de sua tia, Dona Yeda de Souza Cerqueira, moradora em Vila Isabel, no Rio de Janeiro. E informou-me que consultaria suas duas tias (Donas Yeda e Maria Luiza), esclarecendo-lhes o caráter científico do meu trabalho e consultando-as sobre possibilidade de me receberem para uma conversa. Fiz-lhe sabedora das várias histórias que ouvira sobre seu avô em minhas viagens de campo nos rios Tarauacá, Jordão e Breu, do respeito e da estima que os Kaxinawá ainda hoje têm por Felizardo e esclareci os objetivos da tese e algumas das pesquisas já realizadas.

Entrei em contato com Dona Yeda, a quem novamente expus o tema da tese. Após uma longa conversa telefônica, convidou-me para uma visita à sua casa, ocasião para a qual ficou de chamar a sua irmã. Para esta ocasião, fiz cópias de uma série de documentos que faziam menção a Felizardo, para presenteá-las. Bem recebido, em junho de 2006, conversamos por cerca de sete horas sobre a história de Felizardo, e sua família, na cidade de Cruzeiro do Sul, a partir do final dos anos de 1920.

Ao final desse encontro, recebi das mãos de ambas o "Relatório e Biografia de Felizardo A. Cerqueira", caderno manuscrito, com 183 folhas, papel almaço, em estado delicado de conservação, organizado em 16 "episódios", bem como a primeira foto que vi de Felizardo, feita em Cruzeiro do Sul, em 1926[8].

[8] Dentre os manuscritos estava uma cópia dos dois "episódios" recebidos por intermédio de Nietta Lindenberg Monte em 1997. Segundo Dona Yeda, são a transcrição dos dois primeiros "episódios" do manuscrito, datilografados, e ligeiramente editados, por uma jornalista de Belém, quem, em conversas com Felizardo, demonstrara a intenção de transformar os originais em livro, projeto que acabou por não chegar a termo.

Finalizado em Belém em 1958, quando Felizardo, aos 72 anos de idade, enfrentava difícil situação financeira e complicações de saúde, o relatório biográfico descreve seus trabalhos no Território Federal do Acre, desde sua chegada, em 1904, até 1955. Segundo suas filhas, Felizardo teve por costume escrever muito durante sua vida, registrando tanto assuntos relativos aos seus trabalhos e negócios como impressões pessoais. O relatório, todavia, aparenta ser produto de um esforço concentrado de sistematização de informações guardadas em sua memória, ainda que precise datas em que certos eventos teriam ocorrido. E sua redação possivelmente fez parte das iniciativas de Felizardo no sentido de sensibilizar os deputados federais para a obtenção de sua pensão[9]. Em 1961, Felizardo viajaria ao encontro de suas filhas, à procura de tratamento, no Rio de Janeiro, onde faleceria dezessete dias após chegar e seria enterrado no Cemitério do Caju. Os documentos pessoais que com ele trouxera ficaram desde então sob a guarda de Dona Yeda.

Ao longo de seu relatório, ao reconstruir sua trajetória como "catequista de índios", Felizardo se detém mais longamente, primeiro, nos serviços realizados, em 1906-1909, para a Prefeitura do Departamento do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais no Território Federal do Acre, órgãos pelos quais foi recrutado em reconhecimento por suas iniciativas anteriores com o seringalista Ângelo Ferreira da Silva, ele próprio conhecido como pioneiro "catequizador de índios" no médio rio Tarauacá. Destaque é conferido, num segundo momento, a empreendimentos realizados com base em acordos e contratos estabelecidos com diferentes patrões, seringalistas e caucheiros, nos altos rios Envira e Jordão até início dos anos de 1920 e, de 1923-1927, quando a serviço da Comissão Mista que demarcou o traçado da fronteira brasileiro-peruana.

Que contexto histórico mais amplo teria propiciado essas duas modalidades de mediação protagonizadas por Felizardo? Nas últimas duas décadas do século XIX, como reflexo da crescente demanda por borracha no mercado internacional e dos interesses comerciais das casas aviadoras de Belém e Manaus, a empresa seringalista consolidou-se como matriz territorial e econômica em todos os principais afluentes do alto rio Juruá. A exploração e o inicial funcionamento dos seringais ocorreram simultaneamente

---

[9] Em maio de 1958, por exemplo, aconselhado por Guiomard dos Santos, Felizardo escreveria carta ao então Presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli (PSD-SP), solicitando seu apoio no sentido de tomar as providências ao seu alcance para uma mais ágil tramitação do projeto, que fazia pouco retornara à Comissão de Finanças. Parecer dessa Comissão levaria à transformação do projeto de Guiomard dos Santos em Projeto de Lei da Câmara, de nº 197/58, em 13 de dezembro de 1958, sancionado pelo presidente Juscelino Kubitschek a 18 de julho do ano seguinte, por meio da Lei nº 3.588 (publicada no Diário Oficial da União de 21/7/1959, à Seção I, na página 16.153).

ao principal período de atividade caucheira nessa região, realizada por turmas de caucheiros peruanos chegados de diferentes afluentes do rio Ucayali, como desdobramento da mesma conjuntura no mercado mundial e de redes de comércio articuladas por casas aviadas de Iquitos, capital do Departamento de Loreto.

Nesse período, os povos indígenas que viviam no alto rio Juruá e em seus afluentes foram objeto de "correrias", expedições armadas, patrocinadas por patrões, seringalistas e caucheiros. Justificadas com discursos que concebiam os índios como "selvagens", "feras" ("animais") e "pagãos" (ou "infiéis"), as "correrias" constituiram a principal iniciativa dos patrões para a destruição das "malocas" comunais e a dispersão dos sobreviventes para locais distantes de onde havia maior incidência de árvores de seringueira (*Hevea Brasiliensis*) ou caucho (*Castilloa Ellastica*). Para os povos indígenas, as "correrias" resultaram em massacres, na captura de mulheres e meninos e na gradual dispersão dos sobreviventes em terras firmes dos fundos dos seringais e pelas cabeceiras principais afluentes do rio Juruá.

A partir de meados da década de 1900, com a criação do Território Federal do Acre, as ações favorecidas pela Prefeitura do Alto Juruá e pela Comissão de Obras Federais para a "proteção" e "civilização" dos índios estariam inseridas em um projeto mais amplo do governo federal para a região, visando a institucionalização do poder público, a integração territorial, o controle de zonas fronteiriças, a regulação das relações de trabalho nos seringais, o alargamento da utilização dos recursos naturais, uma maior arrecadação de impostos e a promoção de novos fluxos migratórios. A construção de uma estrada de rodagem ligando a sede do Alto Juruá aos outros dois departamentos do Território seria vislumbarada como um dos principais eixos a articular esse projeto de integração, que teria como pré-requisito a "pacificação da região". Ainda que propostas surgissem para o estabelecimento de terras reservadas para os índios e para sua incorporação, por meio do trabalho, aos "benefícios da civilização", a principal ação privilegiada pela Prefeitura e a Comissão de Obras seria o "policiamento" e a "fiscalização" dos grupos indígenas, evitando que constituíssem empecilho à abertura e ao funcionamento da estrada. Essa política seria implementada, e gerida localmente, por personagens com reconhecidos serviços como "catequizadores de índios" - o seringalista Ângelo Ferreira da Silva e Felizardo Cerqueira, conhecidos por suas pioneiras iniciativas, nos anos anteriores, no estabelecimento de relações pacíficas com várias "malocas" indígenas e a mobilização da mão de obra de seus habitantes em diversos empreendimentos de Ângelo.

A partir do início da década de 1910, Felizardo passaria a atuar numa região situada ao longo da recém estabelecida fronteira internacional com o Peru, primeiro no alto rio Envira, onde predominava a extração de caucho, promovida por patrões brasileiros, com o recrutamento de trabalhadores nordestinos e peruanos; e depois nos altos rios Tarauacá e Jordão, onde o seringal, apesar do início da crise que começava a se instalar na economia da borracha, continuava a funcionar como empresa especializada. Até então, os patrões não haviam demonstrado qualquer interesse na incorporação de grupos ou famílias indígenas às atividades produtivas. Diferentemente, haviam optado por continuar a promover "correrias", numa situação em que, face aos ataques nos seringais e nos acampamentos caucheiros, os índios continuavam a ser vistos enquanto "selvagens" e uma eminente ameaça à "segurança" dos trabalhadores e à viabilidade da produção. Por meio de acordos e contratos estabelecidos com vários patrões, Felizardo, novamente, buscaria mediar consensos, visando, com os "civilizados", a interrupção das "correrias" e, com os chefes indígenas, dos roubos e mortes de seringueiros.

Ao longo da tese é minha intenção refletir nas atividades de "catequese" realizadas por Felizardo Cerqueira junto aos Kaxinawá e outros grupos indígenas enquanto uma modalidade de relação de tutela, possibilitada por nichos de mediação abertos por ações de diferentes órgãos do governo federal bem como por iniciativas conjuntas de Felizardo com patrões seringalistas e caucheiros.

Conforme coloca Oliveira (1988: 224-25), um dos principais aspectos da tutela está fundado no princípio de que indivíduos ou grupos com comportamentos diversos daqueles socialmente considerados adequados, seja por não dominarem plenamente os códigos da sociedade, seja por serem portadores de códigos e valores culturais próprios, devem ser "assistidos" e "protegidos", de forma a verem seus interesses reconhecidos e amparados e para não constituírem ameaça à ordem estabelecida. Ainda que revestida por uma ideologia de proteção e assistência, destaca Oliveira, a tutela, como relação de dominação, se constituiria enquanto mecanismo de controle social, tendo por finalidade "transformar, através de ensinamento e orientação dirigidos, tais condutas desviantes em ações e significados prescritos pelos códigos dominantes" (ibid).

Ao discutir formas de relacionamento entre índios Ticuna e funcionários locais do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) numa reserva indígena no alto Solimões, Oliveira (1988: 228) ressalta que esse "paradoxo ideológico da tutela" constituía parâmetro de orientação e atuação dos representantes do órgão indigenista em sua principal tarefa, "tomar conta dos índios". Por um lado, esse "tomar de conta" implicava "proteger" os

Ticuna, buscando garantir que seus direitos e interesses não viessem a ser afrontados pelos "civilizados"; por outro, evitar que os indígenas representassem empecilho às atividades levadas a cabo pelos brancos, dentre elas, as econômicas.

Das considerações acima ressaltadas, cabe distinguir dois aspectos da ação tutelar. Um primeiro, o caráter ambíguo, ou "paradoxal", da ideologia que a fundamenta e das práticas pelas quais se materializa, visando tanto a proteção dos indígenas, quanto a repressão de seus comportamentos, implicando, portanto, em soluções de compromisso com interesses dos "civilizados". O segundo, a dimensão pedagógica da ação tutelar, que, por meio de uma orientação educativa, pretende disciplinar, adequar e transformar essas condutas potencialmente danosas.

Ao longo da tese, essa dimensão pedagógica da ação tutelar ganha importância como chave interpretativa para a compreensão da auto-representação de Felizardo Cerqueira como "catequista de índios". A "acomodação" é o termo freqüentemente utilizado por Felizardo para definir a principal finalidade de sua atuação na "pacificação" de situações, historica e/ou contextualmente, marcadas pelas "correrias" e por enfrentamentos armados entre índios e "civilizados". Na condição de "mediador", termo que também emprega para definir seu papel, Felizardo buscaria a construção de consensos e entendimentos entre índios e brancos, visando, simultaneamente, garantir às famílias indígenas "proteção" contra novas violências e aos "civilizados" "segurança" face às ameaças e obstáculos colocados pelos índios (tidos como "selvagens") às suas atividades.

Tal como concebida e praticada por Felizardo, a "catequese" implica, portanto, ações dirigidas tanto aos índios como aos brancos. Em relação aos índios, considerava necessário aconselha-lhos sobre a "prudência" necessária no lidar com os "civilizados", de maneira a "anular os rancores"[10] derivados de violências sofridas durante as "correrias", e evitar que prosseguissem as "represálias", com a morte de seringueiros e caucheiros.

Um trabalho de cunho também educativo, criador de consensos e moralizador, seria também levado a cabo por Felizardo junto aos patrões, aos seringueiros e aos caucheiros, no sentido de fazê-los compreender que os indígenas eram também seres humanos e que as suas "represálias" decorriam de um histórico de "correrias" e violências. Seus esforços para demonstrar aos patrões os benefícios que poderiam advir, para os seus próprios negócios e interesses, da incorporação da mão de obra indígena, e não de

[10] Expressão literal de Felizardo Cerqueira (1958: 94). Adiante, no capítulo V, retomar-se-á mais extensamente essa discussão.

seu extermínio, caminharia junto com o estabelecimento de condições e limites para a instauração dessas relações de trabalho e de comércio, bem como com uma orientação sobre as posturas e responsabilidades que os patrões, na condição de "mestres"[11], deveriam assumir para garantir o bom curso dessa convivência.

O caráter eminentemente pedagógico da atuação de Felizardo em relação aos "civilizados", contudo, é omitido na sua auto-classificação como "catequista de índios", ainda que seja ressaltado em diferentes momentos de seu relatório. Em situações marcadas por relações assimétricas e pela hegemonia dos patrões, Felizardo assumiria publicamente apenas a sua condição de "catequista" dos índios, mas não dos "civilizados".

Outro importante aspecto da mediação protagonizada por Felizardo diz respeito às suas iniciativas para engajar a mão de obra indígena em atividades produtivas, como resultado de acordos e contratos estabelecidos com vários patrões. No alto rio Envira, região onde predominava a extração o caucho, atendendo pedidos de vários patrões, Felizardo negociaria, com estes e com os chefes indígenas, condições para que estes passassem a se engajar naquela produção. Nesse mesmo período, se empenharia no que denomina a "catequese" dos Kaxinawá, procurando evitar que continuassem a promover ataques aos caucheiros que ali trabalhavam, mediando suas relações face aos patrões e, progressivamente, mobilizando-os na extração do caucho. Essa atividade teria continuidade no seringal Revisão, no alto rio Jordão, onde, sob a coordenação de Felizardo, os Kaxinawá trabalhariam na produção de borracha e de caucho e em outras atividades necessárias ao funcionamento daquele seringal, dentre elas, o "policiamento da fronteira", evitando que índios "selvagens" continuassem a promover saques e mortes e a ameaçar a produção feita pelos seringueiros.

As iniciativas de Felizardo ao incorporar os grupos indígenas, e principalmente os Kaxinawá, em atividades produtivas nos seringais distinguem-se de um padrão mais geral de atuação favorecido pelo órgão estatal de abrangência nacional, no caso o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), e seu sucedâneo, o SPI.

A partir de sua criação, em 1910, o SPILTN teve como principal diretriz de atuação a "pacificação" dos índios "selvagens", ou "bravios", que constituíam obstáculo a implantação das atividades das frentes econômicas (especialmente agrícolas) então em expansão em diferentes regiões do território nacional. Essa atuação priorizaria a "atração" e a "agremiação" de grupos indígenas em unidades administrativas (diferentes ti-

[11] Também expressão utilizada por Felizardo (Cerqueira, 1958: 80).

pos de "postos" e "povoações") estabelecidas pelo órgão, movimento em que, ao mesmo tempo, possibilitava a liberação de grandes extensões de terras à exploração por particulares. Conforme demonstra Lima, por meio das práticas cotidianas dos representantes do Serviço, era intenção consolidar a exclusividade do exercício da tutela sobre os indígenas, sob o discurso da "proteção fraternal e leiga" e, na condição de "elemento terceiro", monopolizar a mediação de suas interações com os não índios (Lima, 1995: 125; 128-29; 177).

Pacificados, atraídos e sedentarizados em unidades territoriais definidas e administradas por funcionários do órgão, os indígenas deveriam ser objeto de um acompanhamento pedagógico, por meio de uma tutela protetora e assistencial. Essa "ação civilizatória" (Lima, 1995: 181-87) teria como importante componente a "educação para o trabalho", por meio do progressivo engajamento e disciplinarização dos indígenas em atividades econômicas promovidas pelos administradores dos postos. A mobilização da mão de obra indígena, contudo, estaria ali prioritariamente voltada não para uma produção mercantil hegemônica (como, por exemplo, a economia da borracha), mas para circuitos restritos, que visavam a subsistência dos próprios indígenas e, idealmente, a autosustentação dos postos. A reprodução econômica dos grupos indígenas estaria, portanto, necessariamente atrelada à própria dinâmica das unidades administrativas do órgão indigenista, e sua mão de obra mantida à margem de qualquer inserção em atividades e circuitos econômicos mais amplos.

No caso do Território Federal do Acre, nas primeiras duas décadas do século XX, o seringal foi o principal empreendimento a determinar as formas de apropriação territorial e de utilização econômica dos recursos naturais e de organização das relações de trabalho e de comércio pelos patrões. Isto é crucial para compreender as próprias formas de atuação local do SPILTN, bem como a modalidade de ação tutelar e de indigenismo que em tal contexto viria a florescer.

Apesar das propostas iniciais para a criação de "postos de atração" e de "povoações indígenas", os representantes do SPILTN acabariam por nomear alguns dos principais patrões como "delegados de índios", atribuindo-lhes o encargo da supervisionar os índios que viviam em suas propriedades e nas adjacências. Nenhum apoio posterior, contudo, seria prestado pelo órgão a esses delegados, que, em certos casos, aproveitariam as suas nomeações como elemento a reforçar relações de dominação que lograram instaurar sobre determinados grupos indígenas, aproveitando sua mão de obra em empreendimentos próprios. Em anos posteriores, a proposta da criação de um "posto de pa-

cificação", gerido pelo próprio SPILTN, como estratégia para a "proteção" de grupos indígenas que promoviam recorrentes ataques e mortes nos seringais dos altos rios Tarauacá e Jordão, não contaria com maior respaldo dos patrões locais e das próprias autoridades departamentais, junto às quais o órgão pretendia angariar recursos financeiros.

Foi no contexto histórico marcado pela economia da borracha (e do caucho), portanto, que ganharia fundamento e sentido a mediação exercida por Felizardo Cerqueira, em sua tentativa de construir acordos, com os "civilizados" e com os índios, visando propiciar condições para a interrupção das "correrias" e dos conflitos armados, bem como para favorecer o gradual engajamento da mão de obra indígena em diferentes atividades de interesse dos patrões.

Outros dois autores serviram de inspiração ao tratar as diferentes modalidades de mediação exercidas por Felizardo ao longo de sua trajetória como "catequista de índios" e as formas como suas atividades foram concebidas, tanto pelos indígenas como por vários outros atores (dentre eles, patrões, funcionários de órgãos estatais e missionários). Neste sentido, pareceu-me rentável, por um lado, a discussão levantada por Robert Paine (1977) a respeito dos mecanismos que favoreceriam a proliferação de intermediários ("middlemen") e sua atuação na região ártica. O autor destaca duas principais razões para esse processo, resultante da implementação de políticas de bem-estar social pelo governo canadense em comunidades indígenas e Esquimó. Por um lado, a dependência dos funcionários estatais (atuando em esferas superiores de decisão e/ou na administração local de programas) com relação a diferentes tipos de "local whites" (dentre eles, missionários e comerciantes), vistos como atores privilegiados para a "interpretação" tanto das políticas públicas dirigidas aos nativos como do comportamento e as visões dos nativos sobre essas políticas, levaria o próprio governo a investi-los em diferentes papéis de intermediação. Por outro lado, esses atores aproveitariam alternativas abertas pela sua mediação face às políticas públicas para fortalecer posições de ascendência já exercidas (ou pretendidas) em relação aos nativos (Paine, 1977: 5-6).

Segundo Paine, a intermediação delegada pelo governo como meio de "practical government" geraria processos de interação social e avaliações da parte dos vários atores neles engajados. Destaca neste caso, a atuação dos "brokers", atores que, em papéis de intermediação, "manipulam" e "processam" decisões, favores e benefícios inerentes às políticas de governo, propositadamente fazendo mudanças de ênfase e conteúdo. Por meio dessa estratégia, e tendo como pretensão fazer avançar seus próprios valores, interesses e empreendimentos, o "broker" pode buscar consolidar sua posição enquanto me-

diador e, em última instância, constituir sua própria clientela. O conteúdo e a forma dessa "comunicação seletiva", ressalta Paine, nem sempre é passível de ser antevista a priori, podendo levar a modificações substanciais das políticas públicas e das bases sobre as quais estas estavam originalmente assentadas e planejadas. (ibid: 7; 21).

Metodologicamente, Paine destaca que a análise do papel desempenhado pelos intermediários deve estar centrada nas diferentes formas de percepção de suas ações, pelos próprios e pelos demais atores com os quais interage em relações que se desdobram no tempo. Essas percepções podem variar de ator para ator, dependendo dos contextos e situações de interação, gerando diferentes tipos de avaliações, expectativas e respostas quanto ao próprio caráter dos papéis assumidos pelos intermediários e quanto às alternativas e escolhas abertas por sua atuação (ibid: 21).

Foi importante também na elaboração desse trabalho a formulação de Fredrik Barth (1972, 1981) sobre o papel de agentes e esferas econômicos nas transações envolvendo atores de diferentes grupos étnicos. Em sua elaboração Barth destaca a figura do "entrepreneur" como um indivíduo que, por meio de uma iniciativa inovadora, engaja a si mesmo e a outros atores em trocas de bens e serviços, instaurando circuitos transacionais previamente inexistentes, "criando pontes entre o que antes estava separado", e parâmetros para que formas de aferição de valor sejam tornadas possíveis (1981: 56). É o que, enquanto empreendedor, faria Felizardo Cerqueira nas três primeiras décadas do século XX, colocando em relação três esferas distintas de transações sociais: a economia da borracha (segundo a perspectiva dos patrões), os planos governamentais para a fronteira (na perspectiva dos funcionários encarregados de executá-los) e as práticas e visões dos indígenas (a "agency" dos Kaxinawá).

Materiais de pesquisa

Os relatórios da Prefeitura do Alto Juruá e da Comissão de Obras Federais no Território do Acre, enviados, a partir de meados da década de 1900, ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, contendo também recomendações a outros ministérios, constituíram importante chave para a compreensão dos processos iniciais de institucionalização do governo federal, das formas como as propostas para a "proteção", a "catequese" e a "civilização" dos índios estiveram inseridas em projetos oficiais mais amplos para a região e das ações por meio das quais essas propostas acabariam, ou não, implementadas. Essa investigação exigiu a retomada e o aprofundamento, sob nova abordagem, de pesquisa iniciada em anos anteriores, para a qual se fez uso de diversos relató-

rios oficiais, microfilmados e disponibilizados, na íntegra, no "Brazilian Government Document Digitization Project", resultado do trabalho do Latin American Microform Project, sediado no Center for Research Libraries [12].

A consulta, em final de 2006 ao acervo microfilmado do Serviço de Arquivo do Museu do Índio (SARQ/MI), da Funai, no Rio de Janeiro, especialmente dos relatórios das primeiras "expedições" feitas por representantes do SPILTN e dos relatórios anuais da Inspetoria do Estado do Amazonas e Território Federal do Acre, permitiu-me constatar, à diferença do que ressalta boa parte da historiografia regional e das etnografias sobre diferentes povos indígenas no Acre, a existência, durante as décadas de 1910-1920, de ações que buscaram dar início à instalação do órgão no Território, de propostas visando a "proteção" e "assistência" dos povos indígenas que ali viviam, com a criação de postos e povoações indígenas, bem como das relações que acabariam por ser privilegiadas, com a nomeação de eminentes seringalistas como "delegados de índios". Relatórios anuais da Diretoria do SPILTN e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) à Presidência da República também foram objeto de consulta, visando compreender como as propostas e ações para o Território do Acre estavam referenciadas a políticas mais amplas desses órgãos e às suas ações na região do sudoeste amazônico.

Parte ainda do esforço de compreensão das formas pelas quais o governo federal viria a atuar naquela região, especialmente nas questões relacionadas à definição da fronteira internacional com o Peru, investiu-se na pesquisa de documentos produzidos, em meados da primeira década do século passado, pelos comissários brasileiros das expedições mistas de reconhecimento dos altos rios Purus e Rio Juruá, e, na década de 1920, pelo chefe brasileiro da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites. Enquanto os escritos dos comissários encontram-se publicados em livros, as pesquisas sobre as atividades desta última comissão, na qual Felizardo Cerqueira e índios Kaxinawá trabalharam ativamente, exigiram a leitura dos relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores, cujo acesso foi novamente viabilizado por consultas feitas no "Brazilian Government Document Digitization Project". Levantamentos realizados na sede da Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL), em Belém, em novembro de 2005, e no Acervo Histórico do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, em abril de 2007, acabaram por resultar em relevante parte do material fotográfico que conta nos anexos da tese.

---

[12] Este acervo encontra-se aberto à consulta em *www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22*

Pesquisa foi efetuada nas hemerotecas do Museu da Borracha e do Centro de Documentação e Informação Histórica (CDIH), da Universidade Federal do Acre, ambos em Rio Branco, em dezembro de 2006. Nesta, prioridade foi dada à leitura, e reprodução, com máquina fotográfica digital, de diferentes jornais publicados no Departamento de Tarauacá entre 1912 e os primeiros anos da década de 1930, dentre eles, diários oficiais utilizados pela Prefeitura para a divulgação de seus atos administrativos. Um material substantivo foi também obtido nos jornais contendo diagnósticos e propostas formulados pelo poder público e os seringalistas a respeito da crise então vigente na economia da borracha, bem como das gestões realizadas por estes últimos junto a diferentes instâncias do governo federal, inclusive o SPILTN, na busca de solução para o "problema social" causado pelos ataques de índios considerados "selvagens" nos seringais da região.

Entrevistas e depoimentos gravados constituem o principal material utilizado para apresentar as representações dos Kaxinawá sobre alguns dos processos aqui analisados - a implantação da empresa seringalista, as "correrias" de patrões e caucheiros e os reordenamentos territorial e social que delas resultaram - e sobre a atuação de Felizardo, as relações com ele estabelecidas em diferentes contextos e os trabalhos que juntos desempenharam. Boa parte desse material é constituída por gravações feitas com alguns de nossos principais interlocutores durante trabalhos de campo para a identificação de terras indígenas, nas quais esses temas constituíram partes, às vezes relativamente breves, de depoimentos sobre períodos históricos e processos sociais de maior duração. Fiz uso ainda de entrevistas e depoimentos que me foram disponibilizadas, fruto de pesquisas feitas por outros antropólogos e por professores indígenas. Novas entrevistas, mais diretamente relacionadas ao tema da tese, foram por mim realizadas nos últimos dois anos. Terri Valle de Aquino, em uma viagem às terras Kaxinawá do rio Jordão e durante recente curso de formação de professores indígenas, em Rio Branco, realizou novas entrevistas, sobre temas que havíamos previamente conversado e definido.

Organização da tese

Após esta introdução, o segundo capítulo procura analisar os processos econômicos, políticos e sociais por meio dos quais, nas duas últimas décadas do século XIX, ocorreu a implantação da empresa seringalista na região do alto rio Juruá, procurando ressaltar suas especificidades face às formas de ocupação territorial e de organização da produção que haviam caracterizado as atividades extrativistas no baixo curso desse rio

nas décadas anteriores. Buscar-se-á compreender também as principais características das atividades realizadas pelos caucheiros peruanos, problematizando as formas de sobreposição e de articulação entre essas duas modalidades de extrativismo gomífero. As negociações diplomáticas e as atividades de reconhecimento promovidas, nesse contexto, pelos governos brasileiro e peruano, visando a definição do limite internacional entre ambos os países, pouco modificariam, conforme procurarei inicialmente indicar, o caráter fluído e poroso dessa região fronteiriça. As "correrias" promovidas por patrões, seringalistas e caucheiros, e suas conseqüências sobre os povos indígenas que habitavam a região, com significativos processos de reordenamento territorial e reorganização social, constituirão objeto de análise à continuação. Por fim, serão analisadas as transformações econômicas e sociais ocorridas na empresa seringalista a partir do início da década de 1910, com o início da crise na economia da borracha.

O terceiro capítulo explicita diferentes propostas oficiais para a "proteção" e "civilização" dos índios, partes de processos de inicial institucionalização e atuação do governo federal no Território Federal do Acre, e mais especificamente no Alto Juruá. Num primeiro momento, serão discutidas as iniciativas da Prefeitura do Departamento do Alto Juruá, que ganharam forma, a partir de 1905, em ações policiais contra as "correrias", medidas legais para normatizar as relações de tutela dos índios menores sob a guarda de seringalistas e em propostas para a "catequese" e a "civilização" dos indígenas, com sua "educação para o trabalho". Serão analisadas também as ações postas em prática pela Comissão de Obras Federais no Território do Acre, em 1907-1909, para a "pacificação" das relações entre "civilizados" e indígenas e, especificamente, para a "fiscalização" e o "policiamento" dos índios.

No quarto capítulo atenção é dada às práticas pelas quais o SPILTN iniciaria sua atuação na região, em 1911, com "expedições" feitas por seus representantes, às propostas de criação de postos e povoações indígenas que delas resultariam e à estratégia adotada na tentativa de viabilizá-las, a nomeação de destacados seringalistas como "delegados de índios". A partir do relato de viagem feita pelo Inspetor do SPILTN no Amazonas e Território do Acre em 1916 ao Departamento do Tarauacá, e da tentativa de criação de um "posto de pacificação", a ser gerido pelo SPILTN, mostrar-se-á a continuidade das relações, agora pontuais, com os "delegados" (alguns dos quais sediados em centros urbanos) e o rápido e definitivo abandono da política de instalação de unidades administrativas próprias do Serviço no Território.

O quinto capítulo, guiado pelo eixo narrativo que estrutura o relatório de Felizardo Cerqueira, inicialmente explicita momentos por ele considerados fundadores em sua trajetória como "catequista de índios", explicita as condições em que ele seria reconhecido enquanto tal pela Prefeitura do Alto Juruá e pela Comissão de Obras e analisa as formas de mediação por ele protagonizadas, face aos seringalistas, a diferentes grupos indígenas e aos agentes de governo, no bojo da política favorecida por esses órgãos. Num momento seguinte, trata dos empreendimentos realizados por Felizardo ao longo de quase duas décadas, por meio de acordos e contratos firmados com patrões caucheiros e seringalistas dos rios Envira e Tarauacá, gerindo conflitos com os caucheiros, promovendo "acomodações", mediando relações com vários grupos indígenas e, em certos casos, negociando as condições mais adequadas para o engajamento dessa mão de obra em atividades de interesse, tanto dos índios como dos patrões. Destaque é dado, por sua vez, às relações mais duradouras estabelecidas por Felizardo com um grupo de famílias Kaxinawá, inicialmente no rio Envira, e aos processos que os levariam a tomar a decisão de migrar para as cabeceiras do rio Jordão, onde se engajariam no "policiamento" dos índios tidos como "selvagens" e em outras atividades necessárias ao funcionamento do seringal Revisão. Ao longo deste capítulo, colocar-se-á em diálogo as concepções de Felizardo sobre a "catequese" com as visões dos Kaxinawá a respeito de suas práticas, das relações com ele mantidas e das alternativas que sua atuação, enquanto mediador, abriu para manterem formas próprias de organização e cultura.

O sexto capítulo relata as atividades da Comissão Mista Brasil-Peru que demarcou o traçado da fronteira internacional nos anos de 1913-1914 e 1920-1927, empreendimento de cunho eminentemente militar. Tendo por foco principalmente o período de 1920-1924, em que a Comissão atuou ao longo do Paralelo de 10° S, atenção será dada à política de "não hostilização" imprimida pelo Chefe da Comissão brasileira para o relacionamento com os grupos indígenas considerados "selvagens". Novamente, essa política contemplaria o recrutamento de "catequistas de índios", dentre eles Felizardo Cerqueira, formalmente contratado pela Comissão na condição de "mateiro" e "prático". Por seu intermédio, índios Kaxinawá seriam incorporados aos trabalhos, por um lado, integrando turmas para a exploração de divisores de água e igarapés, mas principalmente para localizar malocas indígenas, "sondando o ânimo" e as "disposições" de seus habitantes; e, por outro, em atividades destinadas à abertura de varadouros e caminhos e ao transporte de carga e alimentos. Dando continuidade a uma análise iniciada no capítulo anterior, procurar-se-á demonstrar como os Kaxinawá, também nesse contexto, se-

riam vistos como índios "catequizados", "mansos" e "civilizados", ao prestarem serviços semelhantes aos que, com a mediação de Felizardo, vinham desempenhando em anos anteriores para os patrões.

CAPÍTULO II - O seringal como modalidade de ocupação

No baixo rio Juruá: antecedentes

Até meados século XIX, o curso do rio Juruá permaneceu praticamente inexplorado, apesar de informações fornecidas por regatões (comerciantes itinerantes), oriundos de Ega (Tefé) e Fonte Boa[13], vilas situadas à beira do rio Solimões, darem conta de que algumas de suas incursões já haviam ultrapassado a foz do rio Tarauacá. Nestas, principalmente no baixo curso do Juruá, os regatões tinham interesse em explorar carne e ovos de tartaruga, pirarucu seco e peixe boi, além de outros produtos florestais, como salsaparrilha, óleo de copaíba, breu, canela, cacau, baunilha e anil, trocados, muitas vezes, com os indígenas por mercadorias (Wilkens de Matos, 1854: 23-4; Tastevin, 1920: 131; 134; Castello Branco, 1930: 601; 1947: 162-68). O naturalista inglês Henry Walter Bates, que realizou pesquisas científicas em Ega em 1853-59, destaca a importância que a pesca da tartaruga e a coleta de seus ovos tinham então na economia local, como principal base de alimentação, atividade realizada por "todas as famílias" na época do verão" e pelas "famílias dos pescadores", também visando a venda e a troca no centro urbano (Bates, 2001 [1864]: 147-48; 150).

Em final de 1851, passaram por Ega os tenentes da Marinha norte-americana William Lewis Herndon e Lardner Gibbon, em viagem oficial de reconhecimento do vale do Amazonas. Nessa época, aponta Herndon (1853), Ega constituía a principal vila en-

---

[13] Ambas as vilas estavam localizadas em terrenos de antigas missões fundadas pelo padre austríaco Samuel Fritz. Sob ordens dos superiores da Companhia de Jesus em Quito, de 1687 a 1689, Fitz estabeleceu-as à beira do rio Solimões, num trecho já cursado pela expedição do capitão português Pedro Teixeira em 1637-1639, sob encargo do governador-mor do Estado do Maranhão e Grão Pará. Em terras então disputadas por Espanha e Portugal, Fritz constituiu cerca de 40 aldeamentos onde agrupou índios Omagua (Cambevas), Jurimaguas e de vários outros povos. Os jesuítas espanhóis foram expulsos dessa região por tropas portuguesas em 1710 e os aldeamentos dissolvidos pelos ataques das guarnições e pelas atividades de "preação de índios", promovidas por comerciantes advindos de Belém (Ferreira Reis, 1953: 55-93). Entregue a catequização aos carmelitas portugueses, coube ao Frei André da Costa, até 1712, a reorganização dos índios dispersos na antiga missão dos Axiuari, na boca do rio Tefé, de onde os levou para as proximidades de Tefé em 1718 (Braga, 2006; Ugarte, 2006). Após a assinatura do Tratado de Madri (1750), que reconheceu o *uti possidetis* português sobre a região, e na vigência do Diretório dos Índios (1755), que promulgara a extinção da administração religiosa sobre os antigos aldeamentos, Ega foi elevada à categoria de vila em 1759, mesmo ano em que o Município de Tefé foi criado, situado na então Capitania de São José do Rio Negro. Nos anos de 1782-1790, uma comissão científica espanhola, apoiada por guarnição militar, esteve em Ega procedendo com estudos visando comprovar as pretensões da Espanha sobre essa região, iniciativa que acabou abortada com o envio de tropas militares portuguesas pelo governador da Capitania (Bates, 2001: 142; IBGE, 1957: 238; Torres, 2006). Com a instalação da Província do Amazonas, em 1852, Ega passou, no ano seguinte, a sede da Comarca do Alto Solimões, então criada, e foi elevada, dois anos depois, à categoria de cidade, sob a denominação de Tefé (IBGE, ibid). Consultar nos Anexos, o Mapa 1, para a localização de Tefé e da foz do rio Juruá, na margem direita do rio Solimões.

tre Barras (depois Manaus) e Iquitos (Peru), e sua importância se justificava pela sua localização nas cercanias das desembocaduras dos rios Juruá, Japurá e Tefé. Era visitada por navios de grande porte de comerciantes, brasileiros e estrangeiros, que obtinham "lucros consideráveis", trazendo mercadorias e retornando com produtos como manteiga de ovos de tartaruga, peixe salgado e salsaparrilha.

Segundo Herndon, funcionavam em Ega de oito a dez estabelecimentos comerciais, que mantinham um "comércio consideravelmente ativo", com Belém, Barra e Iquitos. Boa parte das incursões dos regatões, e das relações que mantinham com os índios, constituía uma extensão das atividades dos comerciantes urbanos de Ega, permitindo a dilatação de seus negócios e a canalização de produtos destinados à venda aos representantes das casas comerciais daquelas três cidades. Os comerciantes de Ega que "tinham posses suficientes", diz Herndon, optavam por aviar "jovens dependentes", fornecendo-lhes embarcações, mercadorias e tripulação para subirem os rios vizinhos para recolher os "produtos da terra e dos rios", trocados com os índios. Apesar dos ganhos compensadores para esses aviados, 25% sobre o total da mercadoria vendida, avalia Herndon, os riscos eram elevados, devido às dificuldades da navegação, ao freqüente não recebimento das vendas feitas via de regra a crédito e, freqüentemente, à própria hostilidade dos índios.

A captura de índios também fora objetivo comum a muitas das viagens exploratórias no rio Juruá, pois os cativos alcançavam bons preços quando negociados com famílias dos núcleos urbanos (Bates, 2001: 142-44). Na recompilação da literatura produzida por missionários, viajantes e historiadores desde o século XVIII, feita pelo juiz federal e historiador José Maria Brandão Castello Branco (1947: 162-63), é possível identificar vários termos utilizados para essas ações promovidas por exploradores e regatões, realizadas no rio Solimões e seus afluentes, dentre eles o Juruá: "extração de índios" (Vigário José de Noronha, 1768), "caça aos indígenas" (Araújo e Amazonas, 1852), "agarramento" (Cônego André Fernandes de Souza, 1870) e "agarrações" (Reis, 1953). O padre francês Constant Tastevin (1920: 131-32) afirma que, sob a dominação portuguesa, o rio Juruá teria sido um "reservatório para os mercadores de escravos" e que a mão de obra dos índios capturados era usada nas "plantações" de cacau e baunilha às margens do Solimões. Referência aos "descimentos" de indígenas dos rios Japurá, Tefé e Juruá, como responsáveis por parte do povoamento das vilas estabelecidas no Solimões, bem como à "caça de indígenas", ao "agarramento de silvícolas" e à "preação de índios" na

foz do Juruá em meados do século XIX, são também feitas por Castello Branco (1958: 59; 65; 1961: 157; 201).

Henry Bates (2001) chama a atenção para a importância da presença indígena à época de sua permanência em Ega. Além das famílias que viviam nos arredores da sede urbana e em igarapés próximos, diz Bates (2001: 142-43), do total dos 1.200 habitantes, distribuídos em 107 casas, cerca de metade era de "mamelucos" (índios "semi-selvagens", misturados com "brancos")[14]. Engajados em trabalhos extrativistas e em serviços domésticos, os indígenas eram originários, contabilizou Bates, de 16 diferentes "tribos", e tinham sido trazidos, muitos ainda crianças, dos rios Solimões, Japurá e Içá e vendidos a famílias residentes na vila. Apesar de proibido pela legislação, esse comércio, que segundo o naturalista tinha dentre os principais intermediários chefes nativos "inescrupulosos", era visto com complacência pelas autoridades locais, dentre elas o delegado de polícia, que tinha seis índios a seu dispor em serviços domésticos e atividades agrícolas.

Bates destacaria, ainda, o caráter "despótico" das gestões dos três Diretores de Índios nomeados pelo governo imperial no Alto Solimões (nos rios Japurá, Içá e Tonantins), quem utilizavam os indígenas em seus próprios empreendimentos. Destaca, por exemplo, o Diretor de Índios do Japurá, José Chrysostomo Monteiro, portador da patente de coronel da Guarda Nacional, um "mameluco", a quem Bates considerou o maior "empreendedor" de Ega, onde estava sediado, pois tinha a seu serviço cerca de 200 índios e era "*far worse master to the redskins than the whites usually are*" (2001: 139; 176)[15].

---

[14] Segundo Bates, outras 2.000 pessoas viviam num raio de pouco menos de 20 km de Ega, que incluía outras duas "pequenas vilas". Dados populacionais produzidos pela Secretaria de Polícia da Província do Amazonas, em 1 de julho de 1860, indicaram números totais diferentes dos de Bates. Os dados da Secretaria, contudo, não aparecem discriminados segundo fatores étnicos. Conforme os dados deste levantamento, um total de 1.783 pessoas vivia no Distrito de Tefé, em 267 "casas", que representavam 421 "fogos". Daquelas, 1.709 eram "livres" e 74 "escravos". Dentre os "livres", foram recenseados 948 homens (546 "adultos" e 402 "menores") e 751 mulheres (478 adultos e 273 menores) (Brasil. Governo da Província do Amazonas, 1861). Na Comarca do Alto Solimões, no Município de Tefé (composto pelos distritos das sub-delegacias de Tefé, Fonte Boa, Alvellos, São Paulo de Olivença e Tabatinga) foi contado um total de 4.915 pessoas. Em 1865, recenseamento semelhante, procedido pela Secretaria de Polícia, indicaria uma população de 1.894 pessoas no Distrito de Tefé e de 5.609 no Município (Tavares Bastos, 1975: 127-28).

[15] Jornalista e então deputado federal, membro do Partido Liberal, Aureliano Cândido Tavares Bastos, que visitou Ega nessa mesma época, teceria severas críticas às atividades dos "diretores de índios", a quem chamou de "ladrões oficiais" dos índios. Condenaria a exploração da mão de obra indígena e as relações comerciais francamente desfavoráveis estabelecidas pelos índios com os diretores, que negociavam com mercadorias obtidas junto aos comerciantes citadinos. Tavares Bastos defenderia a abolição das diretorias e de qualquer forma de tutela missionária, bem como a repressão aos abusos cometidos contra os indígenas, tanto pelos regatões como por autoridades oficiais, dentre elas, comandantes de fronteiras, agentes de polícia ou chefes da "chamada guarda nacional" (Bastos, 1975: 204-07).

À parte das explorações e iniciativas dos regatões, foi somente na segunda metade do século XIX que as primeiras expedições oficiais subiriam o rio Juruá. Em 1857-1858, durante seis meses, o "Diretor de Índios do Juruá" João da Cunha Corrêa realizou a "exploração" desse rio, custeada pela Diretoria Geral dos Índios do Amazonas (Brasil. Governo da Província do Amazonas, 1858: 10-11). Esta é destacada em boa parte da historiografia como a primeira incursão oficial nas florestas que, no Vale do Juruá, depois comporiam parte do Território Federal do Acre (Castello Branco, 1930: 592-3; 1947: 165-6; 1958: 60-75; Tocantins, 1973: 96)[16].

As atividades de João da Cunha Corrêa, contudo, eram bastante anteriores em Ega e no rio Juruá, indicando o embricamento de sua atuação como "diretor de índios" com interesses familiares, comerciais e políticos em Belém e Manaus, a importância de seu cargo para os negócios que começou a empreender em Ega e as disputas entre "diretores de índios" em torno do uso da mão de obra indígena[17]. Segundo aponta Castello Branco (1947: 166-67), as primeiras viagens de João da Cunha Corrêa a Ega teriam sido promovidas por seu meio-irmão, João Augusto, para "estudar o meio e a possibilidade de negócios nesse lugar, enfeudados nas mãos do chefe local, Tenente Coronel José Monteiro Chrysostomo", o Diretor de Índios do Japurá referido por Bates. Em fins da década de 1840, João da Cunha Corrêa se estabeleceria na Barreira do Joanico, a 121 km da foz do rio Juruá, e firmaria parceria comercial com os irmãos Cristovão e Antônio Coelho (da firma Coelho e Irmão) e com os peruanos Pedro José e Sebastião Sevallo (da Sevallo & Hermanos), que figuravam dentre os primeiros exploradores do Juruá, então sediados no Lago Serrado, a 194 km da foz (Castello Branco, 1947: 166-67; 1959: 139; Ferreira Reis, 1953: 34).

---

[16] No rio Juruá, João da Cunha Corrêa informou ter visitado nove "malocas", constituídas por 45 casas, e 426 "índios pacíficos" das tribos Marauás, Catauixis, Canamaris e Aranás, "poucos dos quais estavam batizados" (Brasil. Governo da Província do Amazonas, 1858: 11). Viajando em companhia de dez praças da Guarda Nacional, em terras que depois comporiam o Território Federal do Acre, Corrêa visitou uma aldeia de índios Naua, situada no local hoje denominado Estirão dos Nauas, próximo à cidade de Cruzeiro do Sul, alcançou a foz do rio Juruá Mirim, afluente da margem esquerda do alto Juruá, de onde voltou para adentrar o rio Tarauacá e passar, por terra, "guiado por índios", aos rios Envira e Purus, de onde retornou a Ega. Ao longo da viagem teria distribuído grande quantidade de ferramentas, tecidos e miçangas, e retornado trazendo produtos florestais e quatro índias (Castello Branco, ibid)

[17] João da Cunha Correia era meio irmão de Ângelo Custódio Corrêa, seringalista e comerciante com negócios em Cametá e Belém, que ganhou projeção na política paraense, como membro do Partido Conservador, nas décadas anteriores, bem como de João Augusto Corrêa, proprietário da Companhia Fluvial Paraense, de 1867 a 1870, e de casa aviadora que exportava produtos florestais para a Europa. Conforme informa Batista (2004: 98-9), Ângelo Custódio Corrêa exercera a presidência da Província do Pará em 1853 e 1855, tendo sido 1° vice-presidente (1850-55), deputado provincial (1844-52) e deputado na Assembléia Geral Legislativa (1838-39 e 1853-55), e faleceu em junho de 1856. Quando de sua primeira subida no rio Amazonas com destino a Ega, Bates (2001: 63-4) destaca ter feito a viagem, entre Belém e Óbidos, numa escuna de 40 toneladas, movida a vela, carregada de mercadorias, com uma tripulação de 12 pessoas, a maioria indígenas, de "propriedade" de João da Cunha Corrêa.

Nomeado pelo Presidente da Província do Amazonas em junho de 1855, João da Cunha Corrêa atuaria como Diretor de Índios do Juruá até 1863. Nesse período, em parceria com a João Augusto Corrêa & Cia. e com aqueles sócios, brasileiros e peruanos, exportaria produtos florestais (cacau, breu, óleo de copaíba, anil, óleos vegetal e animal, mantas de pirarucu e "mixira") para Belém, negociaria mercadorias em Tefé, Fonte Boa e nos arredores, e seria responsável por trazer levas de moradores das "ilhas de Belém" para, a partir de 1869, abrir seringais nos lugares então conhecidos por Jaíba, Abacaxi e Cupú-ahú, no baixo e médio rio Juruá (Castello Branco, 1930: 601; 1947: 166-67, 176; Ferreira Reis, 1973: 96).

Nos últimos cinco meses de 1867, em expedição custeada pela Royal Geographical Society de Londres e pelo Governo da Província do Amazonas, o engenheiro inglês William Chandless (1869: 296; 1870: 4-7) subiria o rio Juruá a partir de Tefé, guiado por um "escravo" e índios (que atuaram como "tripulantes" e "intérpretes") cedidos por João da Cunha Corrêa[18]. A expedição chegaria pouco acima da foz do Riozinho da Liberdade, então conhecido como rio Mu, de onde, segundo Chandless, foi obrigada a retornar, após um furtivo ataque dos índios "Nauás". Entre a foz do Juruá e o ponto final da viagem, Chandless diz ter encontrado uma "população indígena (ao menos na beira) pequena, apesar de pertencer a muitas tribus": um total de nove é por ele relacionado. Dentre as mais próximas a Tefé, avalia Chandless, os Marahuá não seriam "índios puros", mas sim "ladinos", "quase todos batizados" e falantes da "língua geral", apesar de conservarem sua "gíria". Os Araua, por sua vez, havia tempo estavam "envolvidos no comércio das drogas do sertão". Chandless diferencia os primeiros, "pacíficos", de outros, como os próprios Arauá e os Nawa, vistos como "traiçoeiros", pois costumavam "acometer" "negociantes" que subiam o rio para trocar mercadorias por produtos florestais. Nas cercanias da foz do Tarauacá, principal afluente do rio Juruá, Chandless realizou medições, destacou a abundância de produtos como salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba, pirarucu e peixe-boi, e informou que a exploração do baixo curso desse rio fo-

[18] Nesse mesmo ano de 1867, a 27 de março, os governos do Brasil e da Bolívia haviam assinado o Tratado de Ayacucho, estabelecendo os limites fronteiriços entre os dois países, por meio de uma linha imaginária entre as cabeceiras do rio Javari e a confluência dos rios Beni e Madeira. Desta forma, tanto Chandless como os regatões, e as levas de seringueiros que viriam nas décadas seguintes, penetrariam em terras reconhecidas como território boliviano até 1903, quando a assinatura do Tratado de Petrópolis estabeleceria o traçado final das fronteiras entre os dois países. No caso específico do Alto Juruá, contudo, as florestas transformadas em seringais continuariam a ser objeto de reivindicação do governo peruano até 1905, quando a Comissão Mista de Reconhecimento do Rio Juruá definiria o traçado da fronteira entre ambos os países, que seria formalizado com a assinatura do Protocolo de 1909. A respeito destes processos diplomáticos, que serão comentados mais adiante, ver, por exemplo, Mendonça, 1989; Tocantins, 1973; e Craveiro Costa, 2003.

ra iniciada por regatões ("coletores de drogas"), ainda que de forma tímida, devido ao receio de ataques dos "gentios", novamente os Nauas. Afirma, ainda, ter ouvido de seus informantes indígenas, que, em épocas anteriores, os Nauas promoviam "correrias" contra diferentes grupos indígenas Juruá abaixo.

Nesta época, a borracha ainda constava com pouca importância dentre os produtos exportados do baixo rio Juruá, via Tefé, para Belém. Sua produção era realizada nos meses do "verão" (abril-outubro) por comerciantes que subiam em barcos com seus "fregueses", muitos deles indígenas, e, em muitos casos, com suas famílias, abastecidos com farinha, peixe e carne salgados. Nos locais de exploração então abertos nos arredores de Tefé, nas regiões dos paranãs, predominavam tipos de hévea de qualidades inferiores à "seringa real", que prepondera no Alto Juruá (Tastevin, 1920: 134; 1926: 42). Trazendo tartarugas, ovos, pirarucu salgado, produtos florestais e gêneros agrícolas cultivados na terra firme e nas praias, além de pequenas produções de borracha, retornavam à sede urbana durante a estação chuvosa, que coincidia com a safra do cacau e com o período dedicado aos cuidados nos roçados e à produção de farinha (Castello Branco, 1947: 169; 176-177)[19]. Outra parte da borracha, conforme já visto, era canalizada pelos regatões, aviados de comerciantes urbanos, em incursões aos locais de moradia de famílias de indígenas e mestiços.

Dados do recenseamento de 1872 (Brasil. Governo Imperial, 1876: 37-9) indicam a permanência do perfil anterior da população residente na jurisdição da Paróquia de Santa Thereza de Tefé, bem como das principais atividades econômicas, de subsistência e de comércio, ali realizadas. Composta por 2.213 pessoas, com praticamente o mesmo número de homens e mulheres (50,6% e 49,4%, respectivamente), e uma elevada proporção de "solteiros" (84,5%), a população total, distribuída em 504 "casas", assim aparece categorizada por "raças": 1.116 "brancos" (50,5%), 714 "caboclos" (32,3%), 331 "pardos" (14,9%) e 52 "pretos" (2,3%)[20]. Deste total, apenas 25 aparecem sob a categoria "escravos" (11 "pardos" e 14 "pretos"). Se a categoria de "caboclos" remete a de índios ("Indiens", conforme traduzida na versão francesa do censo de 1890), a considerável proporção de pessoas incluída na categoria "pardos", traduzida por "métis" na versão

[19] Bates (2001: 142) informa que, por força de uma lei municipal e da estrita fiscalização de inspetores, cada morador era obrigado a plantar pelo menos um pequeno roçado ao redor de sua casa, o que garantia parte importante da subsistência dos grupos familiares, complementada, dependendo das estações, com as carnes de tartaruga, peixes e caça e com outros produtos extrativistas.

[20] Os dados para a Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe de Fonte Boa indicam, nesse mesmo censo, 751 "almas", distribuídas em 75 "casas" e assim categorizadas por "raças": 54 "brancos" (7,2%), 92 "pardos" (12,3%), 16 "pretos" (2,1%) e 589 "caboclos" (78,4%) (Brasil. Governo Imperial, 1876: 40).

francesa, parece evidenciar, novamente, a considerável população de descendência indígena, resultado de uniões com "brancos", fato reforçado pelo reduzido contingente de "pretos" historicamente presente em Tefé (Ega).

Por sua vez, outros dados permitem afirmar que não houvera até 1872 modificações substanciais na "composição" da população, pelo afluxo de imigrantes vindos de outras regiões do país ou do exterior. Se os brasileiros eram larga maioria (92,7%), os dados referentes à "composição em relação à nacionalidade brasileira" indicam 1.938 "amazonenses" (87,6% do total), seguidos de 61 pessoas (2,8%) nascidas em outras províncias da região norte (Pará e Maranhão). Os nordestinos, que constituiriam o grosso da população que, nas três décadas seguintes, migraria rumo ao Amazonas e aos altos rios, somavam, em 1872, apenas 37 (1,7%); outras 14 pessoas (0,6%) eram originárias das demais regiões do país. Dentre os 161 "estrangeiros" (7,7%) residentes em Tefé, o maior grupo era composto por 130 bolivianos, seguido de 12 peruanos e 10 portugueses. Do total dos estrangeiros, a maioria era de homens (61,5%), chamando a atenção ainda a grande quantidade de "solteiros" de ambos os sexos.

Os dados do censo referentes ao perfil ocupacional da população indicam, por sua vez, que a economia de Tefé continuava baseada nas atividades agrícolas e extrativistas, voltadas tanto para a subsistência como para a comercialização: 345 homens e 257 mulheres foram relacionados como "lavradores" e 107 homens como ligados à "pesca". O considerável número de homens (380) "sem profissão" pode mascarar, todavia, o engajamento de pelo menos parte desse contingente em atividades sazonais, por iniciativa própria ou mobilizado pelos comerciantes, de extração de produtos florestais e mesmo na produção de borracha, atividades não contempladas em nenhuma outra categoria ocupacional do recenseamento. Nenhum "capitalista e proprietário" consta nos registros, o que parece indicar a inexistência até então de terras legalmente registradas.

No âmbito urbano, o censo revela a existência de uma restrita presença de representantes de órgãos de governo (um juiz e quatro "empregados públicos"). Os dados permitem inferir a existência de um diversificado leque de "operários", com "profissões manuais e mecânicas" (20 "de calçado", 20 "em madeiras", 18 "de vestuários", 17 "de edificações" e 13 "em metais"), além de 207 "costureiras", mulheres, em sua grande maioria, solteiras. Além de 77 "pessoas assalariadas" ("criados e jornaleiros"), outras 295 (135 homens e 160 mulheres) dedicadas ao "serviço doméstico" foram contabilizadas. Esse contingente era responsável, ao que parece, pelo suprimento da maior parte dos bens destinados à subsistência e dos serviços demandados localmente.

A atividade comercial continuava concentrada nas mãos de um pequeno grupo de "comerciantes, guarda livros e caixeiros" (13 brasileiros e 10 estrangeiros), estando os "regatões" oficialmente registrados incluídos nessa última categoria. A atividade comercial destinada à exportação para Belém e Manaus[21] permanecia fundada principalmente na venda de produtos oriundos da extração florestal e da pesca. Com expressão limitada nas exportações, a borracha constituía até então mais um produto na estratégia dos comerciantes, que a produziam engajando mão de obra indígena em excursões sazonais à floresta ou a canalizavam por meio de regatões aos quais aviavam. Estes últimos, por sua vez, trocavam por mercadorias as pequenas produções de borracha feitas por grupos familiares, dentre eles indígenas, em seus locais de moradia durante a estação mais seca do ano.

Em linhas gerais, a exploração da borracha feita em Tefé e seus arredores nas décadas de 1850-70 guarda semelhanças com as principais características do "seringal caboclo", modelo proposto por Oliveira (1977, 1979) para compreender formas de organização da produção gomífera, as relações sociais de produção e as redes comerciais que antecederam às que ganhariam configuração nas zonas mais produtivas, dentre elas, no Território Federal do Acre. Dentre as principais semelhanças entre as formas de organização da produção extrativista, de um lado, nas cercanias da foz do Amazonas, na "região das ilhas", inclusive a de Marajó, e nos baixos cursos dos rios Xingu, Jari, Capim, Guamá, Acará e Mojú, e, de outro, nos arredores de Tefé, podem ser elencadas uma produção realizada em bases familiares, a coexistência da produção de borracha com a agricultura de subsistência e a extração de outros produtos florestais, uma participação substancial da mão de obra indígena e mestiça, relações de aviamento engendradas por regatões, em muitos casos, atrelados a comerciantes sediados em núcleos urbanos dispersos pela floresta e uma acentuada despreocupação com a validade legal dos terrenos[22].

---

[21] Essa exportação começara a ganhar maior volume a partir de 1853, quando do início do funcionamento da primeira linha a vapor entre Manaus e Nauta, no Peru, operada pela Companhia Nacional de Navegação e Comércio do Amazonas, criada por Irineu Evangelista de Souza, o Visconde Mauá, com significativos subsídios do Governo Imperial.

[22] Informações e análises a respeito das formas de organização da produção de borracha, bem como das atividades agrícolas na região das "ilhas", constam em Tavares Bastos, 1975; Reis, 1953, 1989; Oliveira, 1977, 1977a; Weinstein, 1989.

Exploração e povoamento do Alto Juruá

Mudanças significativas ocorreriam em todo o alto curso do rio Juruá já a partir dos últimos anos da década de 1870, com a exploração e o efetivo povoamento da região que, a partir de 1903, constituiria o departamento mais ocidental do Território Federal do Acre. Esse movimento migratório e de povoamento passou a refletir a rápida expansão da atividade da borracha para áreas até então pouco exploradas no Estado do Amazonas. A crescente demanda de borracha pelo setor industrial europeu e norte-americano, a partir da invenção dos processos de vulcanização e da fabricação de bicicletas e pneumáticos para a nascente indústria automobilística, resultou no forte aumento da demanda e dos preços daquela matéria-prima no mercado internacional. A abertura de novas áreas de exploração, mais produtivas, passou a ser estratégia perseguida pelas casas aviadoras de Belém e Manaus para garantir o rápido crescimento de uma oferta regular de borracha, à época exclusivamente proveniente dos seringais nativos da região amazônica[23].

O interesse das casas aviadoras de Belém e Manaus em ampliar suas redes comerciais, de forma a controlar a canalização da produção de borracha e o abastecimento de produtos manufaturados, e a se capitalizar junto às casas exportadoras estrangeiras, levou-as a constituir uma ampla rede de prepostos no rio Juruá. Por meio destes, ou diretamente, passaram a aviar pessoas dispostas a abrir e a movimentar seringais no alto curso do rio Juruá e de seus principais afluentes[24]. No momento inicial, o principal objetivo desses pioneiros era a delimitação de "explorações" em trechos de floresta situados ao longo do curso dos rios. Em muitos casos, as "posses" inicialmente delimitadas foram prontamente revendidas a novos interessados, permitindo que os primeiros a chega-

[23] Para análises da evolução da economia da borracha na região amazônica, ver, por exemplo, Tavares Bastos, 1975; Le Cointe, 1922; Tocantins, 1973; Santos, 1977; Weinstein, 1993; Oliveira, 1977, 1979, 1988. Para uma análise crítica a respeito da produção acadêmica e literária produzida sobre a economia da borracha neste período, ver Oliveira, 1977, 1979.

[24] Vapores, lanchas e gaiolas pertencentes a casas aviadoras começaram a penetrar o baixo rio Juruá poucos anos antes das primeiras linhas regulares de navegação operarem nesse rio, gerenciadas por sucessivas companhias subsidiadas pelos governos imperial e depois federal. Em final dos anos de 1860, as primeiras embarcações a vapor que penetraram o rio Juruá pertenciam à Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, sediada em Belém. Em meados dos anos de 1870, foi criada a Amazon Steam Navigation Company, de capital inglês, fruto da fusão da Companhia Nacional de Navegação e Comércio do Amazonas, da Companhia Fluvial do Alto-Amazonas e da Companhia Fluvial Paraense. Por meio de contratos com os governos imperial e provinciais, a Amazon Steam manteria linhas ao longo dos rios Solimões e seus afluentes, dentre eles o Juruá, alcançando, após 1904, a cidade de Cruzeiro do Sul (Tavares Bastos, 1975; Mendonça, 1989: 220-26; Tocantins, 1973; Weinstein, 1993: 81).

rem prosseguissem rio acima, reinvestindo seus ganhos iniciais na exploração de áreas tidas como mais produtivas[25].

No Alto Juruá, esses movimentos resultariam, após violentos enfrentamentos com os grupos indígenas, na apropriação dos territórios tribais e na implantação de seringais. Plausível de ser compreendida a partir do modelo do "seringal de apogeu", proposto por Oliveira (1977, 1979), a empresa seringalista ali implantada estaria marcada, por quase três décadas, por formas específicas de recrutamento de mão de obra e de organização das relações sociais de produção, com a especialização das atividades produtivas, centradas na produção de borracha, e por uma vinculação comercial dos "proprietários" com as casas aviadoras sediadas nos dois principais centros da economia regional, Belém e Manaus.

A mão de obra para o povoamento e o funcionamento dos seringais foi suprida com a importação de nordestinos (principalmente do Ceará, mas também do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí), oriundos, em muitos casos, de regiões marcadas por períodos de intensas secas e por um crescente deslocamento dos sítios de produção familiar pelas fazendas de gado e as plantações de algodão e cana de açúcar (Tastevin, 1920: 134-5; Castello Branco, 1961: 146-50; 243-4; Tocantins, 1973: 134-7; Aquino, 1977: 39; Oliveira, 1988: 70; Wolff, 1999, 46-54)[26].

---

[25] Castello Branco (1930: 604; 1961: 174-75; 178) diferencia dois tipos de atores neste processo, os "exploradores dos rios", aqueles responsáveis pela delimitação das posses, e os "exploradores de seringais", aqueles que efetivamente se dedicavam à abertura da sede, das estradas de seringa e das colocações para a habitação dos trabalhadores. Destaca ainda, nessas primeiras iniciativas de povoamento do rio Juruá, os freqüentes confrontos entre os recém-chegados e os grupos indígenas, bem como a constituição de um movimentado mercado de terras: "*Os exploradores dos rios subiam quase sempre por conta de alguém, com mercadorias e objectos necessários à viagem. Uma vez atacados pelos indígenas e conseguindo dominá-los ardilosa ou violentamente, tornavam ao ponto de partida. As explorações iam sendo cedidas a outros, chegando às vezes, no mesmo anno, a ser de diversos donos. Diminuto era o valor desses tractos de terra, pois numa extensão de 10 ou 15 praias, cerca de 10 milhas de frente eram vendidas por menos de 500$ e até por uma frasqueira de aguardente, como alludem algumas pessoas ao narrar cenas dos tempos dos desbravamentos. Mas, um anno após, á proporção que as estradas iam sendo abertas, o seu valor decuplicava, chegando no anno de 1904 um trecho do rio Juruá, que contava pouco mais de uma praia, a ser vendido por 65:000$000. Três lustros antes, não se encontrariam quem offerecesse 50$ por egual terreno*". Para um histórico da abertura de um conjunto expressivo de seringais no Alto Juruá e dos processos posteriores de transferência entre sucessivos donos, até o início dos anos de 1920, consultar Castello Branco, 1930: 605-39.

[26] Dados sobre o crescimento populacional da Amazônia a partir de 1870 indicam o vigor desse deslocamento humano, induzido pelos seringalistas, as casas aviadoras e o governo central, ainda que os números devam ser analisados com precaução, conforme alerta Ferreira Reis (1953: 41), devido à inexistência de "estatísticas seguras". Caio Prado Jr. (1984: 240) destaca a "transformação" vivida pela Amazônia durante os anos de crescimento da economia da borracha, ao indicar o aumento da população de 337 mil em 1872 para 476 mil em 1890 e para 1,1 milhão em 1906, quando Belém contava com 170 mil habitantes e Manaus com 70 mil. Benchimol (1989) contabiliza que, entre 1877 e 1900, 158.125 nordestinos teriam chegado à região, "cerca de 20% da população amazônica da época", e outros 150 mil teriam para ali migrado até o "início da depressão", em começo dos anos de 1910. O crescimento da população na Amazônia pode ser constatado, segundo Benchimol, ao se comparar os dados dos censos de 1872 e 1900, quando fo-

Financiados pelas casas aviadoras, os seringalistas mais capitalizados, pessoalmente ou por meio de agentes que percorriam diferentes regiões do Nordeste, jogariam relevante papel, até começo dos anos 1910, no recrutamento e no transporte de trabalhadores, em sua maioria, homens e rapazes solteiros, para os altos rios do Território Federal[27]. Eram os "brabos", como passaram a ser conhecidos nos seringais os trabalhadores recém chegados, ávidos por constituir riqueza e retornarem às suas regiões de origem. Após um período de adaptação, muitas vezes marcado por doenças, privações e dívidas elevadas no barracão de seus patrões, os "brabos" tornar-se-iam "mansos", seringueiros com conhecimentos necessários à produção da borracha, à obtenção na floresta de parte de sua alimentação e à compreensão das relações de autoridade e de sujeição vigentes nos seringais (Cunha, 1976: 109-12; 280-81; Castello Branco, 1930: 604; 1961: 151-52; Costa, 2003: 49-51; Reis, 1953: 116; Tocantins, 1973: 136).

A entrada das primeiras levas de nordestinos no rio Juruá data de 1877 (Castello Branco, 1930: 134)[28]. Sua chegada à foz do rio Tarauacá, seu principal afluente da margem direita, ocorreria quatro anos depois. Em 1882, Manoel dos Santos abriria o seringal São Felipe, "exploração" que revendeu ao comerciante português José Joaquim Dias, que ali estabeleceria uma casa de negócios e hospedagem[29]. O funcionamento dessa

---

ram registrados, respectivamente, 332.847 e 695.112 habitantes. Ainda que considere a cifra "não muito realista", Santos (1980) apresenta números significativamente menores aos de Caio Prado Jr., indicando, para o período de 1870-1910, a chegada de 500 mil pessoas à região.

[27] Castello Branco (1961: 151-52) faz referência ainda, no período inicial da implantação dos seringais no Território do Acre, às atividades dos seringalistas e seus agentes em viagens até Belém e Manaus, onde se concentrava grande quantidade de migrantes nordestinos, ali chegados e hospedados como resultado de ações custeadas com recursos do governo imperial. Para descrições das péssimas condições em que os nordestinos eram trazidos para a Amazônia, ver Villanueva, 1902: 385-6; Mendonça, 1989 [1907]: 238; Cabral, 1984: 31-4; Castello Branco, 1961: 150-52. Um diganóstico das principais doenças, e das causas mortis, na cidade de Manaus e no baixo curso do rio Juruá, por onde os migrantes nordestinos passavam, antes de penetrar para os altos rios, é apresentado por Mendonça (1989: 234-52). Além destas doenças, as péssimas condições nos navios de carga que levavam os nordestinos contribuíram, significativamente, para uma elevada mortandade durante as viagens, além de para a introdução e a disseminação dessas doenças nos seringais dos altos rios. Sobre o quadro epidemológico nos seringais, com base em relatórios oficiais da época, ver Castello Branco, 1961: 143-45.

[28] Nos Anexos, consultar o Mapa 2, que mostra os principais rios no Acre, permitindo ver os diferentes cursos usados pelos nordestinos ao subirem rumo às cabeceiras do rio Juruá e de seus afluentes.

[29] Em 1892, São Felipe (hoje Eirunepé) seria elevada a sede do Município de São Felipe do Juruá, criado com o desmembramento do Município de Tefé - que no ano anterior, tivera outra parte de seu território desmembrada para a criação do Município de Xibauá (hoje Carauari). Até 1904, constituiria a principal vila em todo o curso do rio Juruá (Azevedo, 1905: 2). O crescimento da população do Município de Tefé por sua vez, permite indicar a intensificação do povoamento no rio Juruá nas últimas duas décadas do século XIX. Segundo o Censo de 1872, a população da Paróquia de Santa Tereza de Tefé era de 2.213 pessoas, cifra que passou a 6.512 no Censo de 1890. Se incluídos os números relativos à Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, com sede em Fonte Boa, também na jurisdição no Município de Tefé, os números da população desse município cresceram de 2.916 em 1872 para 11.341 em 1890. Nesse mesmo período, percebe-se uma ligeira alteração na composição sexual da população do município: em 1872, os homens representavam 50,6% do total, proporção que alcançaria 56% em 1890. Dados do Censo de 1900, por sua vez, indicam um ligeiro decréscimo da população do Município de Tefé (que incluíam os dados de São

casa comercial e o início da operação, em 1883, das primeiras linhas de vapores até São Felipe constituíram relevantes fatores de apoio à continuidade da penetração do rio Juruá e dos baixos cursos dos rios Tarauacá e Envira (Castello Branco, 1947: 192; 1961: 215). Naquele mesmo ano, os exploradores já passavam da foz do rio Gregório e adentravam o Riozinho da Liberdade, outros dois afluentes da margem direita do Juruá. A abertura de seringais no alto curso do Juruá e seus afluentes, até a foz do rio Breu, ponto a partir do qual a "hevea brasiliensis" (a "seringa real") se torna rara (Mendonça, 1989: 74; Tastevin, 1920; Almeida, 2004: 36), foi concluída em meados da década de 1890, quase dez anos antes, portanto, da criação do Território Federal do Acre, em 1903, e da fundação de Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá, em 1904[30].

Os dados estatísticos relativos à chegada dos nordestinos aos altos rios Juruá, Purus e Acre e seus afluentes também apresentam consideráveis divergências. Segundo Tocantins (1973: 138), em 1900, a "região acreana" contava com uma população calculada em 15 mil pessoas. Um montante bastante superior, entre 60 e 70 mil pessoas, é estimada por Ferreira Reis (1953: 41) em 1900, e entre 60 e 80 mil por Castello Branco (1961: 180), três anos depois, quando da anexação do Acre ao território brasileiro e da criação do Território.

Também com consideráveis disparidades, outros autores tomam como referência para o cálculo dessa migração os primeiros anos da década de 1910, quando o declínio nos preços da borracha no mercado internacional é considerado, em boa parte da historiografia, como o início de um período de "despovoamento" dos seringais. Segundo Caio Prado Jr. (1984: 240), mais de 50 mil pessoas povoavam o Território Federal em 1910, fruto de uma "febre" que enriquecera "aventureiros", transformara a Amazônia não numa "sociedade organizada", mas num "acampamento", e acabaria subitamente, como um "castelo de cartas" a ruir, sem nada deixar de "sólido ou ponderável". O estatístico Craveiro Costa (2003: 52-3), por sua vez, estima que, em 1912, cerca de 40 mil

---

Felipe), contabilizada em 10.995 pessoas, indicando uma possível migração de parte dos moradores para regiões de seringais mais produtivos, especialmente no Território Federal do Acre. Neste último censo, por sua vez, os homens representavam 59% do total da população do município (Brasil, Governo Imperial, 1876; Brasil. Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas [Directoria Geral de estatística], 1898, 1905).

[30] Sobre diferentes aspectos dos processos de exploração e abertura de seringais e de inicial povoamento no alto rio Juruá e seus afluentes, consultar Parissier, 1898; Azevedo, 1905, 1906; Mendonça, 1989; Tastevin, 1920; Castello Branco, 1930, 1947, 1961; Almeida, 1993; Wolff, 1999; Correia, 2001; Cunha & Almeida, 2002; Coutinho Jr., 2003; Pantoja, 2004; e Martini, 1998, 2005. Sobre o Riozinho da Liberdade, ver Tastevin, 1928; Cabral, 1984; e Aquino, 2001; e sobre o rio Gregório, consultar Naveira, 1999; e Maciel, 2005. Sobre o rio Tarauacá, cuja ocupação será objeto de uma análise mais detalhada adiante, ver Iglesias, 1995 e 1998.

homens viviam nos seringais acreanos, contingente que, estima, seria necessário à produção das pouco mais de 12 mil toneladas de borracha, alcançada nos seringais do Território naquele ano; outros seis mil estariam então dedicados a uma diversidade de tarefas necessária ao funcionamento dos seringais. Somados à população das sedes dos três departamentos e das vilas, incluídas aí mulheres e crianças, segundo Costa, 70 mil pessoas, viveriam então no Acre, uma população que, apesar de ter contribuído de forma decisiva para a definição dos limites territoriais do país e para as finanças públicas, pouca atenção recebera do governo federal e, conforme defendia, não deveria ficar desprezada num momento em que a economia da borracha começava a enfrentar grave crise.

Dados oficiais produzidos pela Diretoria Geral de Estatística, do MAIC, ultrapassam esses últimos números, sem discriminar, contudo, a proporção da população que vivia nos seringais e nas sedes departamentais. Para 1908, primeiro ano para o qual dados relativos ao Território Federal do Acre foram relacionados no "Anuário Estatístico do Brasil", a população foi contabilizada em 65.000, aumentando para 69.457 em 1909, 74.484 em 1910, 80.175 em 1911 e 86.638 em 1912 (Brasil. MAIC, Directoria Geral de Estatística, 1916: 258-59).

Informações populacionais específicas para a região do Alto Juruá, resultantes de levantamentos e censos oficiais realizados a partir de 1905, igualmente marcados pela parcialidade do universo efetivamente apurado, também dão indicações da consolidação e da magnitude do povoamento dos seringais logo após a criação do Território Federal.

Em 1905, o Coronel de Engenheiros Belarmino Mendonça, chefe brasileiro da Comissão Mista Brasil-Peru de Reconhecimento do Rio Juruá, contabilizou 151 seringais (71 na margem esquerda e 80 na direita) entre a foz do rio Juruá e a do rio Tarauacá (Mendonça, 1989: 54-5), ou seja, no curso do rio Juruá em território do Estado do Amazonas, numa extensão de 1.850 km. Registrou também a existência de 173 barracões em seringais situados nas margens do Juruá entre a foz do rio Tarauacá e a do rio Breu[31]. Quase 25 anos após o início do povoamento do rio Juruá, havia então abertos, segundo esses dados, um total de 224 seringais em todo seu curso em território brasileiro, ocupados por 49.803 habitantes (ibid: 61-63). Deste total, 14.208 pessoas, ou 28,5%,

[31] Cabe notar que um considerável trecho do rio Juruá, entre as cidades de São Felipe, na foz do rio Tarauacá, e Cruzeiro do Sul, uma extensão de cerca de 1.270 km, incide, até hoje, no Estado do Amazonas. O trecho entre a foz do rio Tarauacá e a foz do rio Breu é considerada por Mendonça como o "médio Juruá"; o trecho do "alto Juruá" serviria à identificação do curso do rio acima do rio Breu, ponto que, a partir das conclusões dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Peru, em 1906, passou a determinar parte da fronteira internacional entre os dois países. Definido o traçado da linha de fronteira, o "Alto Juruá" passaria a determinar para o governo brasileiro o trecho desse rio entre a cidade de Cruzeiro do Sul, capital do Departamento do Alto Juruá, e a foz do rio Breu.

viviam no Departamento do Alto Juruá, no Território do Acre (ibid: 210), distribuídas em 74 seringais (Almeida, 1992: 13).

O primeiro censo oficial do Departamento do Alto Juruá, promovido pela Prefeitura em dezembro de 1904, em 112 seringais dos rios Juruá, Juruá-Mirim, Moa, Paraná da Viúva e Gregório, todos no Território Federal, logrou atingir apenas parte da população aí residente, contabilizando um total de 6.974 pessoas. Deste total, 5.087 (73%) eram homens, 3.634 (52%) tinham idade acima de 21 anos e 5.021 (70%) "não sabiam ler" (Azevedo, 1905: 23).

Neste censo, esclarece o então Prefeito, Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, não foram incluídos os habitantes do vale do rio Tarauacá e de alguns tributários do rio Juruá, e nem as "numerosas tribos indígenas", "*algumas meio civilizadas e outras ainda bravias*", distribuídas entre as cabeceiras do rio Tarauacá e os afluentes da margem direita do Juruá. Neste último caso, Azevedo parece fazer referência não ao montante populacional, mas sim à considerável quantidade de grupos indígenas que viviam em regiões cujo povoamento fazia pouco fora consolidado, e onde as "correrias" e enfrentamentos armados eram constantes, fatos que levariam o Prefeito a declarar a urgente necessidade de que "*se catechise esses verdadeiros brazileiros, vitimas da ganancia deshumana dos civilizados*" (Azevedo, 1905: 22).

Em 1905, o segundo recenseamento promovido pela Prefeitura, "apesar de não ter colhido o total dos habitantes", contabilizou, em 90 seringais no alto rio Juruá e seus afluentes, um total de 7.781 pessoas (5.880 homens e 1.901 mulheres) (Azevedo, 1906: 45)[32]. O censo novamente constatou uma proporção bastante maior de homens (75,6%) em relação às mulheres (24,4%), e das pessoas que não "sabiam ler" (5.519, ou 70,9%) em relação aos que "sabiam" (2.262, ou 29,1%)[33].

---

[32] Este censo de 1905 apurou um total de 14.208 pessoas em todo o Departamento do Alto Juruá (incluindo os rios Juruá e Tarauacá e seus respectivos afluentes. Destas, 10.581 eram homens (74,5%) e 3.627 mulheres (25,5%). A população de Cruzeiro do Sul, abrangendo apenas o alto rio Juruá e seus afluentes, continuaria a crescer significativamente nos anos seguintes: 8.053 em 1908, 9.458 em 1909, 11.109 em 1910 e 13.048 em 1911. No ano seguinte, quando a produção de borracha na região amazônica atingiria seu maior patamar, a população de Cruzeiro do Sul foi contabilizada em 15.325 pessoas, tendo praticamente duplicado, portanto, desde 1905 (Brasil. MAIC (Diretoria Geral de Estatística), 1916: 350). Após desobrigas realizadas em todo o curso do rio Juruá, o padre Constant Tastevin informa ter encontrado em 1912 cerca de 12 mil pessoas no rio Juruá, no trecho localizado no Território do Acre. A população da cidade de Cruzeiro do Sul, nessa mesma época, foi estimada pelo padre em 6 mil habitantes. Estimou outras 12 mil pessoas no vale do rio Tarauacá, além de 1000 em Vila Seabra. Além desses 40.000 "civilizados" que o padre estimou em todo o Alto Juruá e seus afluentes, calculou que os indígenas talvez não alcançassem 4 mil (Tastevin, 1920: 140).

[33] Sobre esses dados são as seguintes as conclusões do Prefeito Azevedo (1906: 45): "*Os que pensam que tirem as naturaes deducções da desproporção constatada entre homens e mulheres, refletindo também sobre o pavoroso cancro do analphabetismo. Estes dois males explicam muitos desequilibrios moraes dos*

A análise das informações acima permite desnaturalizar uma afirmação recorrente na historiografia, que enfatiza a quase total inexistência das mulheres nos seringais durante as primeiras décadas do povoamento. Focada em boa parte na descrição da atividade de produção da borracha e da chamada "Revolução Acreana", que teria levado à constituição do Território Federal, nas quais os homens supostamente protagonizavam um papel quase que exclusivo, a historiografia torna invisível o papel das mulheres no povoamento e na esfera do trabalho dos seringais. Ao aparecer de maneira pontual e muitas vezes episódica nesses textos e na literatura, a presença feminina nos seringais é usualmente explicada quase que exclusivamente pela captura de mulheres indígenas durante as "correrias" promovidas contra as malocas ou pela prática dos patrões de trazerem prostitutas dos cabarés de Manaus e Belém, depois vendidas aos seringueiros mais trabalhadores.

Apesar da elevada proporção de homens, que em alguns rios acreanos chegaram a representar 75% do total da população, dados dos censos oficiais, excertos da literatura produzida por viajantes e cronistas, peças judiciais tramitadas em fóruns locais, jornais da época, depoimentos orais dos descendentes dos primeiros povoadores, bem como textos mais recentes de antropólogos e historiadores, permitem vislumbrar a presença de mulheres e de famílias inteiras, com crianças, nas viagens que levavam aos seringais abertos no Alto Juruá, e, nos anos seguintes, sua participação na vida cotidiana dos seringais e nos centros urbanos[34]. A análise atenta dos dados populacionais do segundo censo promovido pela Prefeitura do Alto Juruá em 1905, discriminados por seringais, permite constatar, ainda, que em alguns locais a disparidade entre homens e mulheres não era tão elevada.

Por outro lado, é digno de nota que os primeiros censos e documentos oficiais nenhuma informação quantitativa aportam sobre o contigente populacional dos grupos indígenas na região, restringindo-se, na maioria dos casos, à citação da variedade de povos encontrados pelos exploradores, dos freqüentes confrontos com os seringueiros, das dificuldades que os ataques dos indígenas às colocações interpunham ao povoamento e

---

povoadores desta região". Oito anos antes, em 1897-98, o padre francês Jean Baptiste Parissier, na primeira desobriga realizada por um representante da Congregação do Espírito Santo no alto rio Juruá, incluiria a bebida, as rixas e a vingança dentre as principais "chagas" que afligiam a população dos seringais (Parissier, 1898).

[34] Consultar Wolff (1999: 57-91), para uma análise densa e bem ilustrada da presença feminina no inicial povoamento dos seringais no Acre, baseada, inclusive, em pesquisa de autos de processos civis e criminais depositados no Fórum de Cruzeiro do Sul desde os primeiros anos do século passado. Ver também Simonian, 1995, para dados sobre outras situações na Amazônia; e Neves, 2006, para uma breve problematização dessa "ausência" das mulheres no que denomina a "historiografia clássica" acreana.

à produção da borracha e, em alguns casos, à necessidade de políticas e ações destinadas à sua "pacificação" e "catequese". Essa carência de dados quantitativos sobre o montante do contingente indígena também contribuiu para reforçar, cabe ressaltar, as afirmações quanto à ausência de mulheres à época da abertura e do inicial funcionamento dos seringais na região.

Por fim, desperta a atenção a existência de uma considerável parcela da população "letrada", ou que "sabia ler", conforme especificam os dados dos primeiros censos realizados pela Prefeitura do Alto Juruá, ainda que ela fosse bem inferior à da população não letrada, que oscilava próxima aos 70% do total. É fato que parte substancial da população letrada estava concentrada nos nascentes núcleos urbanos, em atividades comerciais e da administração pública, ou dedicada a ofícios, como os de guarda-livros e noteiros, indispensáveis ao gerenciamento dos seringais. Todavia, parte notável dessa mesma população era composta por seringueiros, conforme é possível constatar ao analisar os dados do censo discriminados por seringal. Este fato coloca, portanto, outro contraponto relevante às análises que usualmente subjazem à historiografia tradicional, que atribui ao analfabetismo dos seringueiros a possibilidade dos seringalistas auferirem ganhos adicionais em seus barracões, por meio de práticas comerciais lesivas na aquisição da borracha e na venda das mercadorias, com vistas a viabilizar o permanente endividamento dos seus fregueses e a imobilização de sua força de trabalho nos limites do seringal.

No rio Tarauacá

Variam de 1885 a 1889 as datas apresentadas por diferentes autores para a chegada dos primeiros exploradores nordestinos à confluência dos rios Tarauacá e Murú, local onde seria aberto o seringal Foz do Murú (Castello Branco, 1947: 192-3; 1958: 78-9; Tastevin, 1920: 135; 1925: 419; 1926: 47; IBGE, 1957a: 81). A fundação de um porto na Foz do Murú, em 1889, e sua posição estratégica, apontam esses documentos, teria levado à sua consolidação, inicialmente, como ponto de apoio às levas de "desbravadores" que iniciavam a exploração de seringais nos rios Tarauacá e Murú, e, a partir da criação do Território Federal, como principal centro urbano e comercial no rio Tarauacá[35].

[35] Quando ainda pertencia ao Estado do Amazonas, Foz do Murú foi sede de distrito do Município de São Felipe. Quando da instalação do Departamento do Alto Juruá, em 1904, o primeiro prefeito, Thaumaturgo de Azevedo, criou, pelo Decreto nº 5, de 16 de setembro, um posto fiscal no lugar Esperança, defronte à Foz, para o controle e a taxação da produção de borracha oriundas dos rios Tarauacá e Murú. Em maio de

O padre francês Constant Tastevin, da Congregação do Espírito Santo, que realizou "desobrigas" e pesquisas etnológicas em meados dos anos 1920 nos rios Tarauacá e Murú, data em 1890 o início da "invasão" desses dois rios pelos "cristãos". Segundo o padre, a exploração e o povoamento permanente de todo o vale do rio Tarauacá teria sido concluída nos 13 anos seguintes: em 1900 os nordestinos chegavam à foz do rio Jordão e três anos depois ao Nova Minas, seringal mais às cabeceiras do Tarauacá (Tastevin, 1926: 47). Explorado a partir da mesma época, o rio Murú era cursado, acima do Iboiaçú, seu afluente da direita, em 1899 (Tastevin, 1925: 419; Castello Branco, 1961: 218).

Apesar das elevadas baixas entre os recém chegados, frutos de doenças contraídas nos navios ou na floresta, ataques de índios e "crimes sem solução", a chegada de novas levas anuais de seringueiros levaria a um crescimento significativo da população nos seringais do rio Tarauacá nas duas primeiras décadas de exploração. O primeiro censo oficial promovido pela Prefeitura do Alto Juruá, em 1905, registrou no rio Tarauacá e seus tributários (Murú e Envira), 6.427 pessoas, distribuídas em 115 seringais: um total de 4.701 homens (73,1%) e 1.726 mulheres (26,9%). Deste total, 1.663 (25,9%) sabiam ler (Azevedo, 1906: 45). Dados do Annuário Estatístico do Brazil, comprovam o significativo crescimento da população no Vale do Tarauacá, agregada sob a categoria "Villa Seabra", que praticamente duplicou durante os últimos anos do período de apogeu da economia da borracha: 8.947 no ano de 1908, 10.052 em 1909, 12.343 em 1910, 14.497 em 1911, chegando a 17.028 em 1912, quando da criação do Departamento do Tarauacá, desmembrado do Departamento do Alto Juruá (Brasil. MAIC (Diretoria Geral de Estatística), 1916: 350)[36].

1905, ali criou a Villa Andrada, em homenagem ao "Patriarca da Independência", e a Escola Amazônia. Nesse ano, o primeiro censo do departamento ali registrou 32 moradores (26 homens e 6 mulheres) (Azevedo, 1906: 49). Em janeiro de 1907, o então prefeito do Departamento do Alto Juruá, João Virgolino de Alencar, ali fundou a Villa Seabra, em homenagem a José Joaquim Seabra, Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, em cuja administração fora instalado o Território do Acre (Castello Branco, 1947: 195). Em 1909, pouco mais de 80 barracas e barracões, todos de paxiúba e palha, estavam distribuídos em Villa Seabra, na margem esquerda do Tarauacá, e outros dois núcleos menores, Villa Andrade e Villa Itamaraty, estavam situados na confluência dos rios Tarauacá e Murú, na margem oposta (Araújo, 2003: 164).

[36] Dados parciais da Delegacia de Recenseamento e Estatística do Departamento de Tarauacá, referentes ao censo populacional que a Prefeitura realizava no segundo semestre de 1913, indicariam, por sua vez, um total de 10.215 pessoas: 952 em Villa Seabra, 3.753 pessoas (2.769 homens e 984 mulheres) no rio Tarauacá, 3.392 (2.419 homens e 973 mulheres) no rio Envira e 2.168 (1.597 homens e 571 mulheres) no rio Murú. Nos seringais, portanto, haviam sido até então contadas 9.313 pessoas: 6.785 homens (72,9%) e 2.528 mulheres (27,1%). Do total da população, 6.383 eram maiores de 21 anos; 3.167 sabiam ler, 4.571 não sabiam e 2.477 eram crianças; 2.252 eram casados, e 7.963 não, aí incluído um limitado número de viúvos. Eram as seguintes as informações quanto à origem da população, por estado: 5.832 CE, 2.138 Território do AC, 473 AM, 348 RN, 281 PB, 183 PA, 149 MA, 145 PE, 109 BA, 98 PI, 72 SE, 67 AL, 21 RJ, 7 MG, 5 SP, 5 RS e 3 ES. Dentre os estrangeiros, constavam 147 peruanos, 57 "turcos", 54 portugue-

Esse crescimento populacional caminhou junto com um considerável aumento da produção de borracha no vale do Tarauacá, indicando uma forte especialização das atividades realizadas nos seringais ali situados. Nos últimos três meses de 1904, a produção dali oriunda chegaria a pouco mais de 563 toneladas (Azevedo, 1905: 36a). Em 1905, a exportação feita por Manaus e Belém alcançaria as 905 toneladas, e somaria 826 toneladas no primeiro semestre de 1906 (Mendonça, 1989: 219-220). No período 1905-1912, a produção agregada dos seringais do rio Tarauacá e de seus afluentes representaria pouco mais da metade dos 26.134.852 quilos de borracha exportados do Departamento do Alto Juruá para Belém e Manaus (Castello Branco, 1930: 709)[37].

Ainda em 1905, não havia qualquer linha regular, subsidiada pelo governo federal, operando com o transporte de borracha e mercadorias pelo rio Tarauacá, acima da Vila de São Felipe. Este serviço permanecia a cargo de navios pertencentes a casas comerciais de Belém e Manaus (Azevedo, 1905: 27), servindo também ao transporte dos trabalhadores agenciados pelos seringalistas. Os principais gêneros alimentícios consumidos nos seringais do rio Tarauacá eram em sua quase totalidade importados dessas praças[38]. Eram comuns nesta época os períodos em que mercadorias faltavam nos barracões, principalmente no auge dos meses de seca, quando o transporte nos navios era dificultado[39].

---

ses, 8 italianos, 6 alemães, 3 franceses e 1 norte-americano. Completavam a população 519 índios "semi-civilizados, de diferentes tribus" (Brasil. MJ. Prefeitura de Tarauacá, 1914. In: *O Estado*, Vila Seabra, Ano I, Nº 19, 11/7/1914, pg. 2).

[37] Já em 1899, o Território do Acre respondia por mais de 60% da borracha produzida no Estado do Amazonas, pouco mais de 12.000 toneladas (Costa, 2003: 52) e em 1907, com pouco mais de 11.000 toneladas, passaria a ser a principal zona produtora (Prado Jr., 1985: 237). A borracha assumiria um relevante no total das exportações brasileiras: entre 1889-1897 teria uma participação média de 11,8% e entre 1898-1910 de 25,7% (Martinello, 1989: 48-9). No quinquênio 1906-1910, as exportações de borracha contribuiriam com valor equivalente a 60% das do café, então maior produto nacional de exportação. Em 1910, as exportações de café representariam 41,3% do total, ficando a borracha com 39% (Brasil. MAIC, 1911: 156). No período de 1904-1912, o Território do Acre exportaria 71.895 toneladas, ou 21,4% das exportações totais de borracha nativa da região amazônica (Guerra, 1955: 281; Martinello, 1988: 48). A produção do Alto Juruá, por sua vez, manteve considerável participação no montante exportado do Acre até 1912, com relevantes ganhos para o tesouro nacional, que arrecadava imposto de exportação sobre o valor da produção oriunda do Território: inicialmente de 18%, depois elevado para 23%. Segundo estimativas de Castello Branco (1930: 709), as pouco mais de 26.000 toneladas de borracha exportadas do Alto Juruá nos primeiros oito anos da administração federal (1905-1912) teriam atingido, a um preço médio de $ 6/kg, um "valor aproximado de 156.809:112$000, sobre o qual o governo da União teria arrecadado, aproximadamente, 31.000:000$000", ou seja, 19,7%.

[38] Em seu segundo relatório semestral, o Prefeito do Alto Juruá relaciona os principais gêneros alimentícios e as "estivas" importados de Belém e Manaus e consumidos nos seringais do rio Tarauacá ao longo de 1905: "*farinha d'água, frasqueiras de cachaça, carne em conserva e charque, fumo, açúcar, feijão, vinho, sabão, sal, arroz, café, leite condensado, além de querosene, tigelas de seringa e balas de rifle*" (Azevedo, 1906: 102). Para uma lista mais extensa das mercadorias, alimentos, vestuários e objetos enviados pelas casas aviadoras aos seringais durante o período do apogeu, ver Reis, 1953: 87.

[39] Demoradas viagens, em canoas e barcos movidos a varejão, eram necessárias nos meses secos para os patrões abastecerem seus barracões, em casas comerciais na Villa Seabra ou em depósitos e entrepostos

A leitura de certas cartas escritas, em 1909, pelo bacharel em ciências jurídicas e promotor público Antônio José de Araújo (2003) permite afirmar que estava então estabelecida uma rede regular para abastecimento de mercadorias e a canalização da borracha ligando a Villa Seabra às cidades de Manaus e Belém, facilitando também o afluxo de trabalhadores aos seringais no rio Tarauacá. Criada pelo Prefeito Thaumaturgo de Azevedo em 1906, Seabra se consolidara como principal entreposto no rio Tarauacá. Ali funcionavam os depósitos das duas principais casas comerciais da época, a Barbosa & Tocantins, de Belém, e a Alves de Freitas & Cia, de Manaus.

No médio curso do rio, seringais como Lupuna, Apuanã, Universo, América e São José constituíam importantes pontos de referência comercial para os vapores em suas viagens anuais. Pouco acima, na foz do rio Jaminauá, funcionava depósito de mercadorias onde representantes daquelas duas casas aviadoras estavam estabelecidos e vários seringalistas das redondezas vinham se abastecer (Araújo, 2003: 153). Na foz do rio Jordão ficava a sede do comércio de Luiz Francisco de Melo, principal dono de seringais no alto rio Tarauacá, sócio da firma Melo, Frota & Cia, de Belém, e aviador de vários seringalistas de menor porte no alto Tarauacá e no rio Jordão (2003: 144-48)[40].

A consolidação da empresa seringalista no rio Tarauacá caminhou com uma gradual definição da propriedade fundiária, conforme pode ser auferido na leitura de relatórios da Prefeitura do Alto Juruá, textos historiográficos e das cadeias dominais de vários seringais ali localizados, levantadas em pesquisas realizadas no Cartório de Registro de Imóveis de Tarauacá.

Para a década de 1890, Castello Branco (1961: 217-20) apresenta o nome de 22 seringais abertos nos rios Tarauacá e Jordão, por 20 "exploradores" (oito indivíduos e três grupos de irmãos). Para o "começo do século", relaciona 22 seringais no rio Tarauacá e 8 no Jordão, movimentados por 21 seringalistas e duas "sociedades" de patrões.

---

montados por casas aviadoras de Manaus e Belém em pontos estratégicos ao longo do rio (Araújo, 2003: 147-48).

[40] A partir de então, a pequena vila estabelecida na foz do rio Jordão serviu como entreposto comercial de apoio à atividade gomífera, aproveitando sua localização estratégica no entroncamento desse rio com o Tarauacá. Em 1905, pelo Decreto N° 21, de 19 de dezembro, o primeiro Prefeito do Departamento do Alto Juruá, Taumaturgo de Azevedo, instalou na Foz do Jordão a sede da Oitava Circunscrição de Paz (Castello Branco, 1947: 196). Apesar do florescente comércio, em 1909 não funcionavam ali uma escola, um juizado de paz ou uma sub-delegacia de polícia, conforme destacado, criticamente, pelo promotor Antonio José de Araújo (2003: 144-48). Com a criação do Departamento do Alto Tarauacá, em 1912, a Foz do Jordão passou, no ano seguinte, a ser denominada Villa Jordão (Castello Branco, ibid). Quatro anos depois, em viagem do então Prefeito de Tarauacá, José Thomaz da Cunha Vasconcellos, ainda estava na agenda oficial a efetiva instalação da Villa e a inauguração de uma escola e uma "delegacia auxiliar" de polícia (*Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, N° 44, 11/2/1917, pg. 3), o que acabaria por não acontecer.

Em setembro de 1909, após viagem ao rio Tarauacá, o promotor público Antônio José de Araújo relaciona 36 seringais entre as cabeceiras do rio e a Villa Seabra, movimentados por 19 proprietários, 11 sociedades de proprietários e duas companhias, e outros 12 seringais no rio Jaminauá, afluente da margem direita do Tarauacá, pertencentes a vários seringalistas. Nessa lista, Araújo não fornece qualquer dado sobre os seringais no rio Jordão (2003: 156-57)[41].

A comparação dessas listagens e a leitura das cadeias dominiais permitem afirmar que, assim como ocorrera no Alto Juruá, os pioneiros pela abertura e exploração de vários seringais no rio Tarauacá foram responsáveis pela constituição de um movimentado mercado de terras. "Posses" e "explorações" foram revendidas, com bons lucros, a pessoas mais capitalizadas ou a sociedades de proprietários, financiadas por casas aviadoras, e interessadas na administração dos seringais e em seu povoamento com a importação de trabalhadores. Algumas "explorações" de maior extensão seriam desmembradas em seringais menores e, nos primeiros anos do século passado, outros seriam abertos em afluentes até então pouco explorados, por exemplo, nas nascentes do rio Tarauacá e nos rios Jordão e Jaminauá.

Os dados das diferentes listagens evidenciam, no período de apogeu da economia da borracha, uma expressiva presença dos respectivos proprietários na administração dos seringais, bem como de "sociedades" compostas por diferentes proprietários. Esta situação diferiria daquela configurada em um período posterior, marcado pelo aprofundamento da crise na economia da borracha, em que gerentes, arrendatários e inclusive representantes de casas aviadoras de Belém e Manaus passariam a fazer essa administração local.

As pesquisas em cartório e em relatórios dos primeiros prefeitos do Alto Juruá permitem constatar também que, até 1904, o Governo do Estado do Amazonas emitira "títulos definitivos" de seringais no rio Tarauacá e seus afluentes, com base apenas em

[41] Edital publicado em junho de 1917 pelo Registro Fiscal Federal, situado em Vila Seabra, intimando os proprietários a quitarem os "emolumentos" ou multas, relativos ao "registro das patentes de impostos do consumo" do ano anterior, relaciona quatro seringais no alto rio Tarauacá (acima da Vila Jordão), cinco no rio Jordão, quatro no paranã Jaminauá, além de outros 19 no curso do rio Tarauacá até a Vila Seabra. ("Editaes". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Vila Seabra, 15/7/1917, pg. 4). Após viajar por toda a extensão dos rios Tarauacá e Jordão em início de 1924, o padre Constant Tastevin (1926: 49) listaria 11 seringais no alto rio Tarauacá e no rio D'Ouro, no trecho acima da Vila Jordão, 8 no rio Jordão e outros 32 no curso do rio Tarauacá entre a Vila Jordão e a Vila Seabra. Com escassas exceções, os 51 seringais relacionados por Tastevin permaneceriam os mesmos, e com limites inalterados, apesar das sucessivas mudanças de proprietários, até início dos anos 1980. A partir de então, um total de 29 seringais, e partes de outros três, foram gradualmente incorporados ao patrimônio da União, com a criação de seis terras indígenas e uma unidade de conservação de uso sustentável (reserva extrativista).

informações e plantas submetidas pelos próprios interessados. A obtenção desses títulos foi iniciativa de vários seringalistas para comprovar suas propriedades, explicitar seus limites, discriminar a quantidade de estradas de seringa ali incidentes e, assim, basear sua capacidade produtiva, de forma a possibilitar a obtenção de crédito junto às casas aviadoras de Manaus e Belém, para movimentá-los ou para uma futura revenda.

Nesses títulos, as propriedades tinham suas "confrontações" discriminadas pelos nomes dos seringais limítrofes, com a indicação de seus respectivos donos, ou "com quem de direito", no caso destes serem desconhecidos quando de seu registro em cartório. Em outros casos, os "fundos" dos seringais eram estabelecidos pelos divisores ("terras da divisão") dos rios e igarapés das bacias hidrográficas vizinhas[42]. Posses ou explorações inicialmente registradas com extensões reduzidas, correspondentes às áreas da sede e das colocações mais próximas, foram progressivamente ampliadas, pela abertura de novas colocações e estradas de seringa. Nestes casos, era a produção de borracha efetivamente lograda, ou passível de ser realizada, e não necessariamente o título definitivo lavrado em cartório, que servia aos respectivos proprietários como fundamento para a obtenção de crédito junto às casas aviadoras.

Ambos os processos implicaram na consolidação de extensos domínios territoriais e comerciais em mãos dos seringalistas, bem como na apropriação de consideráveis quantidades de terras "devolutas", portanto, públicas (Azevedo, 1905: 9; Araújo, 2003: 157-8; 161-3; Castello Branco, 1961: 229; Almeida, 1992: 18-9)[43]. Com a criação do Território do Acre em 1904, o governo federal temporariamente suspenderia a expedição de novos registros de terras, devido a uma ação judicial impetrada contra o Estado do Amazonas[44], à freqüente ocorrência de problemas pela sobreposição de limites entre seringais e aos conflitos e questões diplomáticas em curso com o Peru, que pleiteava

---

[42] Em contraponto ao discurso que permeia boa parte dos documentos oficiais e da historiografia, é possível afirmar que uma significativa proporção dos seringais titulados teve seus limites fisicamente demarcados. Levantamento encomendado pelo Prefeito do Alto Juruá em meados dos anos de 1900 indicou, por exemplo, que dentre os 201 seringais existentes no Departamento 95 estavam efetivamente demarcados, ou seja, 47% (Azevedo, 1906: 66-7). Conforme colocado por Oliveira (1977, 1977a) a maior preocupação com a legalização da propriedade fundiária era um das características na empresa seringalista do "modelo do apogeu".

[43] O promotor Antonio José de Araújo, que teceria fortes críticas à apropriação das terras públicas pelos seringalistas, é um dos poucos a destacar que esse processo também incluíra os territórios dos grupos indígenas: "*Se o particular tem terrenos que pertencem à União, ou antes, ao Território, em compensação não existe um palmo de terra de que elle não tenha se apossado. Até as terras occupadas pêlos índios são tomadas pelos particulares, que as destroçam e escorraçam dando-lhes correrias em que morrem centenas delles*" (Araújo, 2003: 162).

[44] O jurista Rui Barbosa seria contratado pelo Governo do Estado do Amazonas e apresentaria, perante o Supremo Tribunal Federal, a defesa das pretensões do Amazonas sobre as terras que haviam sido transformadas no Território Federal do Acre. As razões apresentadas na defesa formulada por Rui Barbosa e artigos por ele publicados à época podem ser consultadas em Barbosa (1983, 1984, 1986).

sua soberania sobre a região[45]. Em relatórios ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, os prefeitos departamentais seguidamente reivindicariam a necessidade de uma urgente regulamentação da situação jurídica das terras públicas no Território do Acre[46].

A revisão dos títulos emitidos pelo Governo do Amazonas e a promulgação dessa legislação, contudo, não ocorreriam nos anos seguintes[47]. Prevaleceriam, assim, os títulos previamente concedidos e, no caso dos seringais não titulados, a posse, não contestada, dos seringalistas que, após explorá-los ou adquiri-los de terceiros, efetivamente os ocupavam e movimentavam comercialmente. À época, tanto os primeiro prefeitos do Alto Juruá como promotores do direito atribuíam a essa indefinição jurídica a sistemática apropriação das terras públicas e a "enfeudação" da propriedade da terra, as dificuldades colocadas pelos seringalistas ao funcionamento das instituições de justiça, bem como a impossibilidade da Prefeitura implantar políticas de regularização fundiária que favorecessem a criação de novas vilas e núcleos rurais, a concessão de pequenas propriedades para a fixação do homem à terra, o florescimento da agricultura e uma maior arrecadação de impostos (Azevedo, 1905: 9; Andrada, 1908: 19; Araújo, 2003: 157-58; 161-63).

A organização da produção nos seringais

O resultado destes processos ao longo dos primeiros vinte anos do povoamento foi, portanto, a apropriação, em todo o Alto Juruá e os seus afluentes, das florestas a-

---

[45] Pesquisas em cartórios permitem afirmar, com base na análise das cadeias dominiais de seringais situados nos rios Juruá e Tarauacá, que, a partir de 1908, tabeliões sediados em Cruzeiro do Sul e, de 1912, em Villa Seabra, passaram a registrar, nos cartórios locais, escrituras de compra e venda de seringais.

[46] Thaumaturgo de Azevedo solicitaria, inclusive, que esse ato legislativo fosse precedido por uma "*escrupulosa revisão de todas as demarcações, por não serem verdadeiras, e dos respectivos títulos de propriedade*" (1906: 66-7). Reforçando esta demanda, encaminhou ofício ao Ministério da Fazenda, em maio de 1906, denunciando as práticas do Governo do Amazonas, que continuava, contrariando a legislação, a sancionar vendas, concessões e demarcações de terras no Departamento e a receber os impostos correspondentes. Solicitações semelhantes, quanto à imperiosa necessidade da regularização das "terras devolutas", seriam enviadas, à mesma época, ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores pelos outros dois prefeitos do Território Federal (Brasil. MJ. Prefeitura do Alto Purus, 1905; e Brasil. MJ. Prefeitura do Alto Acre, 1905).

[47] Em março de 1913, o MAIC expediu o Decreto nº 10.105, que aprovava "o regulamento de terras devolutas da União", ato que o Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores considerou de interesse principalmente ao Território do Acre (Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1913, pg. S1-44-S1-61). O decreto, contudo, não chegou a ter a efetividade desejada pelos primeiros prefeitos do Alto Juruá, por ter sido suspenso, pelo Decreto nº 11.485, de fevereiro de 1915, até que fosse organizada uma nova lei de terras, que então deveria ser submetida à votação no Congresso Nacional (Brasil, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1915: S74), o que acabou não ocorrendo nos anos seguintes. No caso do Acre, as primeiras ações discriminatórias de terras públicas seriam realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apenas a partir de meados dos anos 1970, num contexto em que investidores do centro-sul do país, com benefícios fiscais e creditícios dos governos federal e estadual, haviam adquirido grandes parcelas de terras, as quais pretendiam legalizar (Linhares, 1992).

proveitáveis para a produção de borracha por um número relativamente restrito de "proprietários", consolidando o seringal enquanto a matriz territorial e econômica e o "aviamento" enquanto instituição que permitiria que os patrões atualizassem um modo particular de organização da produção e de sujeição de suas respectivas "freguesias" de seringueiros. Por meio das atividades dos seringalistas e de seus "empregados"[48], a sede do seringal, com seu barracão, constituiria locus de normatização das relações sociais de produção e, ao mesmo tempo, de comércio com os seringueiros, que permaneciam distribuídos em "colocações", cada um com uma quantidade variável de estradas de seringa, na qual a produção de borracha era efetivamente realizada.

As relações comerciais realizadas sob o sistema de aviamento estiveram na base do funcionamento da empresa seringalista. Com créditos ofertados por firmas exportadoras e bancos estrangeiros, as casas aviadoras de Belém e Manaus adiantavam mercadorias aos seringalistas, mediante o compromisso destes de, ao fim de cada safra anual, entregar a borracha canalizada dos seringueiros e de pagar os débitos contraídos, que incluíam despesas com transporte das mercadorias, o escoamento do produto final e os impostos relativos à sua venda final[49]. Em cada seringal, o aviamento era reproduzido pelo patrão (categoria genérica que abrangia proprietários, seus "gerentes" e inclusive os arrendatários) ao fornecer aos seringueiros, seus "fregueses", as mercadorias que necessitavam para a produção anual de borracha.

Desde a implantação da empresa seringalista, as relações entre patrão e fregueses estiveram balizadas pelos "regulamentos", normas não escritas que estabeleciam um conjunto recíproco de responsabilidades e obrigações. Os regulamentos estipulavam que cabia ao patrão disponibilizar uma colocação com estradas de seringa já abertas, fornecer ao freguês as mercadorias necessárias ao seu consumo, prestar "assistência" em tempos de doenças e pagar os saldos obtidos ao término da safra. Em contrapartida, eram atribuições do "freguês" dedicar-se à produção de borracha para quitar suas dívidas, respeitar a exclusividade comercial do patrão, entregando sua produção e compran-

---

[48] Descrições das formas de funcionamento da sede dos seringais, e das atividades que cabiam a um conjunto variável de "empregados" do barracão (dentre eles, o gerente, o guarda-livros, o caixeiro, o comboeiro, o mateiro, o toqueiro e o caçador), e de suas relações com o patrão, constam, por exemplo, em Tastevin, 1920; Reis, 1953; Castello Branco, 1961; Tocantins, 1973; Allegretti, 1979, 2002; Almeida, 1992.

[49] As casas aviadoras muitas vezes mantiveram os seringais de seus aviados sob hipoteca, como garantia por créditos, serviços e mercadorias adiantados, levando, com o passar dos anos, e principalmente a partir do início dos anos de 1910, quando começa a se configurar a crise na economia da borracha, a uma concentração de muitas propriedades nas mãos das principais casas comerciais, obtidas como pagamento por dívidas não pagas (Rego Barros, 1993: 163; Iglesias, 1998).

do mercadorias unicamente no barracão, pagar a "renda" das estradas de seringa[50], não deixar o seringal enquanto tivesse débitos em aberto e zelar, sob pena de multas, pela conservação das árvores de seringa (Cunha, 1976: 109-112; Tastevin, 1920: 143).

A majoração dos preços das mercadorias, o pagamento de preços menores pela borracha, a obrigatoriedade do pagamento da renda das estradas, práticas confiscatórias, artifícios contábeis (como a cobrança de juros por dívidas atrasadas) e a imposição do consumo de artigos "de luxo" foram práticas usualmente usadas pelos patrões, permitindo que boa parte de seus fregueses permanecesse endividada ao final de cada safra e, portanto, imobilizada nos limites dos seringais[51]. Por meio de persuasão e, em certos casos, práticas violentas de coerção, cada patrão procurava impor um monopólio comercial sobre seus fregueses, evitando que vendessem parte de sua produção "para fora", aos regatões (Tastevin, 1920: 143; Reis, 1953: 94-5; Castello Branco, 1961: 239). Prolongados períodos de doenças contribuíam, com freqüência, para reforçar o endividamento e a sujeição dos seringueiros, apesar do que estabeleciam os regulamentos quanto à "assistência" que deveria ser prestada pelos patrões nessas situações.

Acordos tácitos entre patrões vizinhos previam a devolução dos "fugitivos" a seus seringais de origem, quando saídos sem a quitação de suas dívidas no barracão ou a obrigatória autorização de seus respectivos patrões. Assim, mudanças de seringal só eram idealmente passíveis de ocorrer caso o novo patrão se comprometesse a assumir os débitos do freguês, pelo que geralmente lhe cobrava juros elevados por essa dívida assumida. Em casos de expulsão da colocação, o seringueiro nada costumava receber como indenização por eventuais benfeitorias implantadas durante sua permanência (Castello Branco, 1961: 245).

Nas décadas de apogeu da economia da borracha, poucos foram os patrões que optaram por iniciar atividades agrícolas ou a criação de animais de alguma monta em

---

[50] No Alto Juruá, desde a abertura dos seringais, a renda das estradas, paga anualmente, variou entre 66 e 70 quilos de borracha por "parelha", ou seja, por duas estradas. Apesar das variações entre os acordos tácitos entre patrões e seringueiros relativos ao pagamento da renda, especialmente durante o pior período de crise na economia da borracha, nas décadas de 1920-1930, o pagamento perduraria, com raras exceções, até meados dos anos 1980, tendo aquele montante permanecido como referência nas negociações em várias conjunturas.

[51] Quando recém chegado ao seringal, corriam por conta do freguês as despesas pelo seu transporte, os instrumentos de trabalho e as mercadorias que consumia durante a construção do tapiri para sua moradia e a (re)abertura das estradas de seringa, implicando numa elevada dívida inicial em sua conta aberta no barracão do patrão. Esta dívida era acrescida durante o período de socialização do seringueiro ainda "brabo" e, nos anos seguintes, durante os meses mais chuvosos, quando ficava praticamente inativo. Euclides da Cunha fornece dados quantitativos sobre as dívidas assumidas por um seringueiro recém chegado ao Acre em meados dos anos 1900 (Cunha, 1976: 109-10).

seus barracões[52]. Na maioria dos seringais, os fregueses não recebiam qualquer incentivo para cultivar roçados de subsistência; ao contrário, chegavam a ser proibidos de fazê-lo (Castello Branco, 1961: 240). Dispor de uma força de trabalho voltada exclusivamente à produção de borracha era duplamente lucrativo para o patrão. Por um lado, assegurava uma utilização mais intensiva da mão de obra dos seringueiros e do potencial produtivo dos seringais, viabilizando o acesso a um maior montante de crédito junto às casas aviadoras; por outro, garantia a venda, no barracão, das mercadorias necessárias à vida dos fregueses, e suas famílias, na floresta (Tastevin, 1920: 143)[53].

As observações de Euclides da Cunha sobre o funcionamento dos seringais no rio Purus em 1905 levaram-no a afirmar que estava ali configurada "a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo", e que o seringueiro era "o homem que trabalha para escravizar-se" (Cunha, 1976: 109; 131). São copiosas na historiografia e nos textos de viajantes e cronistas, por outro lado, as menções à truculência dos patrões durante as primeiras décadas de funcionamento da empresa seringalista, resultando em freqüentes arbitrariedades, atos de violência, castigos físicos, assassinatos encomendados e crimes sem punição. Uma imagem recorrentemente nesses textos e inclusive em depoimentos orais atuais para retratar a situação vigente antes da instalação da Prefeitura do Alto Juruá, quando os poderes judiciário e policial do Estado do Amazonas nenhuma atuação ou influência tinham na região, é a da vigência da "lei do 44", do "rifle" ou do "papo amarelo", com referência ao Winchester calibre 44[54].

---

[52] Ainda que esta fosse de fato uma realidade generalizada, recorrentemente enfatizada na historiografia e na literatura, há relatos de cronistas e textos de historiadores que indicam que certos seringalistas haviam iniciado plantações no entorno de seus barracões e a criação de pequenos rebanhos bovinos, bem como montado engenhos de cana e casas de farinha. No Alto Juruá, menções recorrentes são feitas às iniciativas dos seringalistas Francisco Freire de Carvalho, no Riozinho da Liberdade, a Mâncio Agostinho Rodrigues de Lima, na Fazenda Aurora, e a Absolon Moreira no rio Amoacas (Cruzeiro do Vale). Ainda que pontuais, há indicações, da mesma forma, sobre a permissão concedida por patrões a seus fregueses para que também cultivassem pequenos roçados em suas colocações. A este respeito, ver, por exemplo, Tastevin, 1920; 143; Cabral, 1984, 57-8; Reis, 1953: 107; Castello Branco, 1960: 224. Conforme será discutido adiante, durante a década de 1910, com o início e o aprofundamento da crise na economia da borracha, a empresa seringalista gradualmente deixaria de ser um empreendimento especializado, centrado quase que unicamente na produção de borracha e na importação de mercadorias, resultando no surgimento de atividades agrícolas e de criação de animais, tanto nas sedes dos seringais como nas colocações.

[53] Ferreira Reis (1952: 107) argumenta, por sua vez, que além desses impedimentos colocados pelo patrão, muitos seringueiros não mostravam disposição para se dedicar às atividades agrícolas, tanto pelo pouca adaptação às condições do novo meio natural ao qual haviam fazia pouco chegado, como pela conveniência, devido às altas cotações então alcançadas pela borracha, de se concentrar primordialmente na extração do látex, valendo-se das mercadorias adquiridas no barracão para suprir a quase totalidade de sua alimentação.

[54] Castello Branco (1961: 228), por exemplo, afirma: "*A lei não atingia os seus latifúndios* [dos "primeiros senhores das feitorias acreanas"], *de maneira que o "império do rifle", ou do "44" substituiu o "tacape do índio", mandando aquele que mais armas possuisse ...*". Em texto anterior, de 1922, já afirmara: "*Há cerca de três decênios, o império da justiça, nestas paragens, passou da vontade inflexível dos "tuchau-*

Opiniões semelhantes foram emitidas por homens públicos em meados dos anos de 1900, ao analisar a realidade vigente à época da implantação daquela Prefeitura. O prefeito Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em seu primeiro relatório ao Ministro da Justiça, fundamentando a necessidade de instituir o serviço policial no Departamento, afirmaria: "*Fui encontrar os seringais na posse de verdadeiros senhores feudaes, dispondo a seu talante dos homens e mulheres domiciliados em suas terras. O "tronco" era uma instituição. Extinguira-se em 1888 o captiveiro dos negros, mas imperava escandalosamente a escravatura branca, no regime do trabalho e nos castigos*" (Azevedo, 1905: 20). Avaliação semelhante sobre o poder dos patrões seria lavrada, quinze anos depois, pelo juiz de direito e historiador Castello Branco (1930: 667-68):

> "*Anteriormente à instalação do Governo Prefeitural, dominava na região o patrão do seringal, que instituiu um regime de trabalho em que o seringueiro era um verdadeiro escravo, sujeito a castigos vários, inclusive o tronco, só tendo obrigações para com os seus senhores, que dispunham dos homens e mulheres residentes em suas terras, como entendiam. A influência das autoridades administrativas do país, aqui, não chegava nem se fazia sentir*"[55].

Por força da legislação, as prefeituras dos três departamentos do Território Federal do Acre estavam diretamente jurisdicionadas à Presidência da República e ao Minis-

---

as" para o arbítrio único do "rifle", que, por sua vez, com o estabelecimento da justiça aqui, em 1904, tem perdido muito do seu poder..." (Castello Branco, 1930: 672). O rifle Winchester calibre 44 é hoje conhecido, em publicações especializadas nos Estados Unidos, como "The gun that won the West", por alusão à sua ampla utilização no processo de "conquista" do oeste norte-americano nas últimas quatro décadas do século XIX. Sobre este último ponto, consultar, por exemplo, *www.loc.gov/rr/scitech/SciRefGuides/winchester-rifle.html.*

[55] Ao constatar do poderio dos patrões nessa época, o juiz federal denunciaria em outras ocasiões a presença do "tronco" em certos seringais: "(...) *em outros rios também se verificaram atos de violência e contrários à ordem legal, chegando-se ao ponto de erguer-se o* tronco, *instrumento de tortura empregado contra os recalcitrantes e desafeiçoados de alguns donos de seringais*" (Castello Branco, 1961: 228). São relativamente comuns até os dias de hoje, as narrativas feitas por seringueiros, relativos ao funcionamento dos seringais durante o apogeu da economia da borracha, sobre o assassinato de "fregueses de saldo", cujo pagamento implicaria, contraditoriamente, em "prejuízos" ao patrão. Foi este o relato que escutei da liderança Kaxinawá, Jorge Lemês Ferreira, sobre o patrão do seringal Universo em começo dos anos de 1910: "*Meus parentes contavam que quando o freguês tirava saldo, esse Elmiro Peres mandava capanga pastorear no meio do ramal. Pastoreava lá onde tinha uma sacupema. Num dos salões que ficavam nas raízes do pé dessa sacupema, tinha um buraquinho, por onde o capanga ficava espiando, pastoreando freguês até ele passar no rumo do centro. Quando o seringueiro aparecia, satisfeito, que tinha tirado saldo, podia comprar mercadoria em grosso e tinha direito de viajar pra rua, o capanga matava à traição*" (Iglesias, 1995: 17). Castello Branco (1961: 220) também dá conta de prática semelhante pouco antes em Alagoas, seringal no médio rio Tarauacá, onde "(...) *os selvagens eram acusados de atacarem continuamente os seringueiros, mas, por uma estranha coincidência só apareciam mortos nas estradas aquêles fregueses que dispunham de maior saldo*". Em 1994, durante o trabalho de identificação da Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Carapanã, no rio Tarauacá, fui levado por antigos moradores do mesmo seringal Universo ao cemitério da então decadente sede, para que "comprovasse com meus próprios olhos" como os patrões haviam sido "carrascos" com os seringueiros: de frente aos túmulos, uma árvore, afinada a certa altura do tronco pelo roçar de uma corrente de ferro, utilizada pelos patrões e seus "capangas", conforme fui informado, para manter presos fregueses com grandes dívidas, que não queriam "fazer a vontade dos patrões", reclamavam de injustiças em suas contas ou tentavam fugir para outros seringais deixando débitos (Iglesias, 1995: ibid).

tério da Justiça e Negócios Interiores. Nomeados por decreto presidencial[56], seus mandatários também tinham por prática recomendar aos demais ministérios ações que concebiam como de suas alçadas, em meio aos relatórios periodicamente enviados ao titular do Ministério da Justiça.

Acumulando, na prática, atribuições de chefe da polícia, da segurança pública e da milícia, o primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá tomaria uma série de medidas para institucionalizar a administração pública e confrontar o poder até então exercido pelos seringalistas. Ao instaurar o poder judiciário, por meio do Decreto nº 7, de 26 de setembro de 1904, Thaumaturgo de Azevedo estabeleceria "juizados de paz" em nove circunscrições, cujos titulares, auxiliados, em cada seringal, por um "inspetor de quarteirão", passaram a ter atribuições de "delegado de polícia", com atribuições para mediar desavenças, estabelecer acordos, bem como solicitar providências do juiz e do delegado de distrito na busca de equacionar questões não solucionáveis localmente (Azevedo, 1905: 147-74)[57].

Diversos foram os atos legais promulgados pelo prefeito, ainda em 1904, como parte de suas iniciativas para tentar modificar a situação vigente nos seringais. Um dos mais importantes, a "Lei do Trabalho" (Decreto nº 15, de 15 de dezembro) regulamentava diferentes modalidades de relações de trabalho (empreitada, parceria, renda), os contratos escritos que, no prazo de um ano, deveriam ser lavrados por escrito e um conjunto de obrigações e direitos recíprocos entre patrões e trabalhadores[58]. O decreto nor-

---

[56] Além de Thaumaturgo de Azevedo, outros coronéis seriam nomeados como primeiros prefeitos nos outros dois departamentos do Território recém criado: no Alto Purus, Siqueira de Menezes, veterano da "Guerra de Canudos", na qual chefiara a comissão de engenharia, quem depois se tornaria governador do Estado de Sergipe; e no Alto Acre, Rafael Augusto da Cunha Matos, veterano da Guerra do Paraguai, ex-governador do Mato Grosso e membro do Partido Liberal, quem, junto com o Tenente-Coronel Antonio de Sena Madureira e o General Deodoro da Fonseca, participara diretamente nos acontecimentos que resultaram na assim chamada "Questão Militar" (1885-1887) (Ranzi, 2004).

[57] Auxiliados por um escrivão e quantos oficiais de justiça julgassem necessários, os juizes de paz tinham também por encargo "superintender o serviço de registro de nascimento e óbitos", "fazer registrar casamentos, processar e julgar causas com valores até 500$000", "presidir a comissão encarregada das atividades esporádicas de recenseamento", "auxiliar o serviço de alistamento da Guarda Nacional" e providenciar para que os "inspetores de quarteirão" fossem apoiados por pelo menos um cidadão em cada barracão de seringal (Azevedo, 1905: 147-48).

[58] Destacando o caráter "avançado" dessa legislação, a antropóloga Mary Allegretti (2002: 173) assim resume os principais pontos inovadores do Decreto, ao compará-los aos "regulamentos dos seringais" e às relações vigentes entre patrões e fregueses no Alto Juruá: "[A Lei do Trabalho] *Não eliminou um dos regulamentos anteriores, que requeria o consentimento do patrão para que um seringueiro deixasse o seringal, embora estabelecesse exceções: impontualidade do patrão, maus tratos ou violências físicas do patrão (...). Todos os demais regulamentos então predominantes foram modificados por este Decreto: o patrão terá sempre preferência, em igualdade de condições e de preço, sobre a compra dos produtos; nenhum privilégio assiste ao patrão para o reembolso de adiantamentos pecuniários ou de outra espécie, se não tiver feito contrato expresso do penhor; as contas-correntes devem ser individuais, mensais e constituem prova nas liquidações judiciais; o patrão será obrigado a pagar as benfeitorias quando ter-*

matizava, com fins de proteção, o uso das seringueiras, do caucho e de outros recursos florestais. Previa, mediante recompensas monetárias, incentivos aos proprietários e aos seringueiros para o plantio de seringueiras, caucho e espécies agrícolas e, no caso dos primeiros, para a abertura de campos e a criação de rebanhos de animais. E obrigava o seringueiro, sob pena de multa, a plantar, no entorno de sua barraca, pelo menos mil covas de mandioca, bem como feijão e milho (Azevedo, 1905: 188-94)[59]. De maneira a coibir a monopolização dos rios, ou de trechos deles, pelos patrões, por meio do Decreto nº 16, de 24 de dezembro de 1904, e de seu regulamento, Azevedo declarou-os de domínio público e regulamentou "o livre trânsito" e o comércio ambulante feito pelos regatões (ibid: 194-96).

O funcionamento das instâncias dos poderes judiciário e policial e a aplicação dessas novas normas legais caminharam a passos lentos. As freqüentes resistências dos patrões à ação dos poderes judiciário e policial e a dificuldade do prefeito de fiscalizar a atuação dos representantes desses poderes, devido ao isolamento de certas regiões do Departamento, ficam evidentes nos primeiros relatórios encaminhados pelo prefeito ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores (Azevedo, 1905, 1906). Por outro lado, contestações às decisões e ações do prefeito surgiram com freqüência da parte de funcionários do judiciário, por considerá-las "tiranas" ou "autocráticas", e afrontas à autonomia prevista entre os poderes (Azevedo, 1906; Araújo, 2003 [1909]; Castello Branco, 1930; Costa, 2003; Costa, 2005).

Apesar desses entraves ao funcionamento dos poderes judiciário e policial, uma série de situações permite vislumbrar que o poder dos patrões passou a sofrer contestações a partir da incipiente e gradual institucionalização da administração pública no

---

minar o contrato e o trabalhador a retirar-se da propriedade; o aviado ou freguês que abrir, por iniciativa própria, novas estradas de seringueira ou de caucho, fora das terras de propriedade do patrão, terá direito a elas e não pagará renda, sendo, porém obrigado a entregar-lhe a borracha que preparar, para ser levada a seu crédito; a renda devida ao patrão pelas estradas já abertas, não poderá ser maior de 10% sobre o produto do leite colhido em cada uma e, a título de compensação, não será cobrada percentagem alguma no primeiro ano da abertura das mesmas em terras de propriedade do patrão; os patrões são obrigados, no fim de cada ano, a entregar em dinheiro ou em mercadorias o saldo dos seus aviados e, caso não o façam, a pagar-lhes um juro igual à renda das estradas; durante o tempo em que os aviados ou fregueses estiverem no desembolso de seu saldo não pagarão as rendas das estradas equivalente ao referido saldo; o sernambi é propriedade do freguês, que o venderá ao aviado ou ao patrão em igualdade de condições e de preço, a dinheiro à vista; os aviados que por sua vez fornecerem os seus fregueses não deverão cobrar percentagens sobre o preço das mercadorias recebidas dos patrões, visto ser já descontada nos fornecimentos feitos àqueles uma cota em favor deles".

[59] Em seu relatório seguinte, Thaumaturgo de Azevedo (1906: 70-2) informaria ao Ministro que os efeitos da Lei do Trabalho já se faziam ver, "diariamente". Para sua ampla divulgação, compilara um "esboço de regulamento para os seringais" dentre as instruções emitidas aos "inspetores de quarteirão (barracão)" e mandara imprimir cópias do decreto para distribui-las entre os juizes de paz, atribuindo-lhes o encargo de fazer com que ele fosse respeitado.

Departamento do Alto Juruá. No relatório encaminhado ao Ministério da Justiça em 1905, o Prefeito informa, por exemplo, ter levado à prisão vários proprietários, dos "*mais poderosos e temidos, para mostrar aos demais que a ação da Justiça começava pelos ricos e não pelos deserdados da sorte. Este meu passo, causando alarma e estupefação, teve o merecimento de chamar à ordem os extraviados e impedir novos crimes*" (Azevedo, 1905: 20)[60].

Mesmo numa conjuntura que continuaria marcada por um forte diferencial de poder dos patrões, outras situações permitem afirmar que diferentes relações entre patrões e fregueses eram vigentes e que a empresa seringalista, e as relações de aviamento sobre as quais seu funcionamento estava assentado, não devem ser caracterizadas como sistema único e homogêneo (Almeida, 1992: 21-6). Vigoravam na região duas principais formas de comercialização da borracha[61]. Sob o "regime de troco", o freguês entregava sua produção diretamente ao patrão para pagar a renda das estradas e quitar parte de sua conta no barracão. Mas, em certos seringais, os fregueses podiam optar por "embarcar" sua borracha, devidamente identificada, "por sua conta e risco", diretamente para a casa aviadora, para que a produção fosse vendida pelo preço vigente em Manaus ou Belém, e o valor, descontado o custo de transporte, fosse creditado em sua conta no barracão. Caso tivesse dívidas, o montante apurado servia para deduzir parte delas. Em caso de obter saldo, tinha direito a recebê-lo em dinheiro ou empregá-lo em novas compras de mercadorias (Castello Branco, 1930: 720-21; Cabral, 1984: 118; Barros, 1993: 215-16; Almeida, 1992: 21-3)[62].

Ainda que boa parte dos seringueiros permanecesse endividada ao final de cada safra, em regiões de seringais mais produtivos muitos logravam pagar suas contas e "ti-

---

[60] Azevedo reconheceria, pouco depois, que essa atitude não fora suficiente para modificar de forma significativa o poder exercido pelos seringalistas. Para tal, destacaria a urgente necessidade da manutenção de uma força do Exército no Departamento ou da constituição de uma companhia policial, que pudesse apoiar o Prefeito, com o objetivo de garantir "*com eficcacia a liberdade, a propriedade, a vida dos seus jurisdicionados e a sua própria*" (Azevedo, 1905: 20-1).

[61] Essas duas modalidades de relações comerciais entre patrões e fregueses foram também vigentes em seringais de outras partes da Amazônia (Goulart, 1968: 118-19; Oliveira, 1977: 13).

[62] Na avaliação de homens públicos da época, esta última modalidade de contrato entre patrões e fregueses implicava que, formalmente, os fregueses eram "homens livres": pagavam "renda" para usar as estradas, mas tinham liberdade de vender sua borracha diretamente à casa aviadora e podiam deixar o seringal, sem qualquer aviso, caso obtivessem saldo. Críticas feitas à época por homens públicos destacavam as dificuldades que esse segundo sistema colocava aos empreendimentos dos patrões, que adiantavam elevadas somas de dinheiro, custavam a receber de volta o crédito adiantado e, pior, não tinham garantia de contar, ao início de cada safra, com número suficiente de trabalhadores (Brasil. Ministério de Justiça e Negócios Interiores, 1905: A-H1-11-12; Araújo, 2003: 160-62). Apesar de utilizar pontos de vista divergentes, tanto Thaumaturgo de Azevedo (1905) como o estatístico e historiador Craveiro Costa (2003) e o promotor público Antonio José de Araújo (2003) defenderiam que os custos e a logística do transporte de trabalhadores para os seringais fossem assumidos pelo governo federal.

rar saldo". Seringueiros com elevadas produções de borracha acabaram por se estabelecer como pequenos proprietários de seringais. Alguns, inclusive, optaram por retornar a seus estados de origem, definitivamente, ou para recrutar familiares para retornar aos seringais[63]. Havia seringueiros que trouxeram suas esposas e filhos; outros, apesar do grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres, lograram constituir famílias após chegarem. Nestes casos, caso obtivessem autorização dos patrões, tinham maiores condições de cultivar pequenos roçados, produzir farinha, criar animais e, caso tivessem família mais numerosa, dispor de sua mão de obra no corte da seringa, na agricultura e na pesca, possibilitando uma diminuição nas compras no barracão.

Os patrões pouco controle efetivo tinham sobre o processo de trabalho nas colocações na floresta, restando-lhes fomentar a produtividade dos fregueses com sistemas de recompensas e punir os menos produtivos com a redução do crédito no barracão. Era do interesse do patrão cativar a fidelidade de seus fregueses, motivando-os a permanecer nas colocações que ocupavam, de maneira a garantir a mão de obra nas safras seguintes e evitar novos gastos com o recrutamento e transporte de novos trabalhadores. Não obstante as tentativas dos patrões de impor seu monopólio comercial, regatões operavam com relativa desenvoltura em certos rios e canalizavam quantidades consideráveis da produção dos seringueiros. Além da borracha obtida por meio da burla do monopólio do patrão, este comércio também indica que seringueiros, após pagarem suas contas no barracão, optavam por comprar mercadorias específicas (alguma supérfluas, vistas como "luxo") junto a esses comerciantes ambulantes.

Com o passar dos anos, a presença, ainda que incipiente, do poder policial e judiciário assumiria maior importância na mediação de "questões" entre fregueses e patrões e na coibição de violências e excessos destes últimos. Destacadas recorrentemente em textos de viajantes e em relatórios oficiais, revoltas, individuais e coletivas, de seringueiros, por meio de levantes armados, da destruição de barracões e inclusive da morte

[63] Ambos estes casos são retratados na trajetória familiar dos Lustosa Cabral (Cabral, 1984). Após trabalhar cinco anos no alto rio Tejo, os dois primeiros como seringueiro e os outros três como guarda-livros, Silvino Lustosa Cabral retornou para uma visita à cidade natal de Patos (PB) em 1897, trazendo "no bolso uns gordos cobres". Retornou logo depois levando seu irmão Alfredo. Juntos trabalharam no alto rio Tejo, Silvino como guarda-livro e Alfredo, primeiro como seu ajudante e depois como seringueiro. Abriram um seringal nas águas do rio Manteiga, afluente do alto Tejo, onde trabalharam por mais um ano. Alfredo mudar-se-ia depois para a foz do Riozinho da Liberdade, para trabalhar com um primo, guarda-livro. Ali, trabalharia por dois anos como seringueiro, período em que diz ter obtido saldo de três contos de reis. Com capital acumulado, seu irmão optaria por subir o rio Tarauacá, onde adquiriu o seringal Redenção, estabelecendo-se como patrão, administrando a produção de borracha, desenvolvendo, na sede, plantios de mandioca, milho, banana e cana de açúcar, e produzindo rapadura e farinha para vender à sua freguesia, aos domingos, para que "*o seringueiro não suspendesse o trabalho por falta de comestíveis*" (ibid: 58).

de patrões, aconteceram em certos seringais, especialmente em conjunturas marcadas por bruscas oscilações nos preços da borracha (Parissier, 1898; Azevedo, 1905: 42; Andrada, 1908: 74; Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1909: 62-3).

Conforme já apontado, o funcionamento da empresa seringalista no Alto Juruá até os primeiros anos da década de 1910 se assemelhou às principais características do seringal do "modelo de apogeu", caracterizado por Oliveira (1977, 1979): a especialização das atividades produtivas, centrada na produção de borracha, uma maior preocupação com o registro da propriedade fundiária, a maciça importação de mão de obra, em sua maioria constituída por homens solteiros, modalidades próprias de sujeição dos seringueiros e sua imobilização no interior dos seringais e formas de atrelamento, por meio do aviamento, dos seringalistas às casas aviadoras de Manaus e Belém. Estas formas de organização da produção diferiram significativamente, portanto, daquelas vigentes em períodos anteriores na região amazônica, seja em seus "primórdios", na "região das ilhas", na foz rio do Amazonas, seja nos arredores de Tefé e da foz do rio Juruá, passíveis de serem mais adequadamente compreendidas sob o "modelo caboclo" de seringal (Oliveira, 1977, 1979).

Cabe ressaltar que uma análise do funcionamento da empresa seringalista no Alto Juruá no período de apogeu deve incorporar fatores pouco contemplados na historiografia sobre a economia da borracha, dentre elas: a presença de mulheres e famílias entre as primeiras levas de povoadores, a constituição de redes de cooperação e compadrio entre seringueiros, as formas alternativas de comercialização da produção de borracha, a existência de seringueiros de saldo, os prêmios outorgados pelos patrões aos seus seringueiros mais trabalhadores, a atuação de regatões que burlavam o monopólio comercial pretendido pelos patrões, bem como as incipientes práticas agrícolas iniciadas por alguns patrões e mesmo por seringueiros, solteiros ou casados.

Críticas contundentes à forma de organização da produção nos seringais e de sujeição dos seringueiros foram construídas tanto por intelectuais como Euclides da Cunha como por agentes do poder público que então se instituía na região, diretamente jurisdicionado ao governo federal, representantes que procuraram atuar com relativa autonomia em relação aos seringalistas. Legislações e práticas administrativas concretas representaram, neste contexto inicial da institucionalização da administração pública, uma afronta ao poder exercido pelos seringalistas até então.

Em uma seção posterior deste capítulo, este conjunto de fatores será retomado e problematizado na descrição e análise das principais conseqüências territoriais, políticas

e culturais que a instalação da empresa seringalista, com o povoamento dos altos rios pelos seringueiros, concomitante ao principal período de atividade dos caucheiros peruanos, tiveram sobre os povos indígenas que habitavam a região, bem como, no capítulo seguinte, das ações postas em prática pela Prefeitura do Alto Juruá, a partir de 1904, para a "proteção", a "catequese" e a "civilização" dos índios.

Os caucheiros peruanos: questões fronteiriças

Apoiados por casas comerciais sediadas em Iquitos, capital do Departamento de Loreto, inclusive com créditos ofertados pelas casas aviadoras de Manaus e Belém e casas exportadoras estrangeiras, os caucheiros peruanos começaram a se fazer presentes em vários afluentes da margem esquerda do alto rio Juruá e no rio Jutaí a partir de 1896-1897, como desdobramento do principal período da atividade extrativista nos cauchais nos rios Jaquirana e Javari[64]. Já nessa época, a diplomacia brasileira reconheceria pela primeira vez essa presença peruana, em relatórios do Capitão-Tenente da Armada Cunha Gomes[65] e de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores (Castello Branco, 1959: 137; 142).

Em fim de 1897, o Capitão da Marinha de Guerra Enrique Espinar chefiou comissão "científica e comercial" do governo peruano no Alto Juruá. Seu relatório indica que

[64] Para descrições mais detalhadas das atividades dos caucheiros peruanos no alto rio Juruá, de 1897 a 1905, ver Villanueva, 1902; Hassel, 1904; 1904a; 1905; Mendonça, 1989: 112-22; e Castello Branco, 1959. Dentre os aviadores dos patrões caucheiros que nesta época operavam na região fronteiriça do rio Javari, estava Julio Cesar Arana del Águila Hidalgo. Uma década depois, Julio César Arana, como ficaria mais conhecido, se tornaria o maior caucheiro da região do rio Putumayo, então zona contestada entre Colombia e Peru, e seria denunciado, primeiro na imprensa de Iquitos e depois no Parlamento britânico, por atrocidades cometidas contra os indígenas dessa região. Arana começara a trabalhar em 1878, com 14 anos, em La Rioja, junto com seu pai, fabricante e comerciante itinerante de chapéus. Estabeleceria seu próprio negócio em Yurimaguas em 1880, vendendo chapéus em vários rios e cidades em ambos os lados da fronteira Peru-Brasil. Como representante de casas aviadoras, faria incursões a Manaus e Belém, e aos rios Javari, Juruá e Purus, onde venderia chapéus a regatões e mercadorias a seringalistas e caucheiros, canalizando borracha e caucho. Estabelecido em Iquitos desde 1890, fundou sua própria casa comercial, compraria um seringal e viajaria a Belém (e possivelmente ao Ceará), de onde traria 20 homens para trabalhar em seu seringal, empreendimento que teria curta duração. Entre 1892-1896, formaria diferentes sociedades comerciais, com peruanos e depois com franceses, para aviar patrões que exploravam caucho no Javari, atividade que continuaria por conta própria nessa região até adoecer de beriberi. Levaria sua família para Iquitos em 1896, onde integraria sociedades comerciais que, três anos mais tarde, lhe permitiram fazer suas primeiras compras de caucho no rio Putumayo, produzido por patrões colombianos com mão de obra indígena. Pouco depois, com apoio de políticos influentes, a compra de cauchais e ações armadas contra esses patrões, a Casa Arana, de sua propriedade, ali assumiria o monopólio sobre a produção e a comercialização da borracha e do caucho (Hardenburg, 1912; Taussig, 1993; Chirif, 2004; Pineda, 2005; Lagos, 2005; Pereira, 2005).

[65] Responsável, em 1897, pela viagem de identificação das cabeceiras do rio Javari, com o intuito de averiguar e retificar equívocos cometidos pela Comissão Mista Brasil-Peru no ano de 1874. Tendo substituído o Coronel Thaumaturgo de Azevedo na condição chefe da delegação brasileira, Cunha Gomes acabaria, nessa viagem, por referendar os limites estabelecidos pelo Tratado de Ayacucho, em 1867, para a fronteira com a Bolívia (Brasil. Ministério das Relações Exteriores, 1898: 33-9; A-N1-235-A-N1-296).

casas comerciais peruanas estavam estabelecidas no local chamado Centro Brasileiro, situado na foz do rio Moa (próximo à atual localização de Cruzeiro do Sul), na Vila Porto Walter e nas desembocaduras dos rios Amônia e Breu, e que 715 caucheiros peruanos trabalhavam nos rios Gregório, Liberdade e Tarauacá (Mendonça, 1989: 210-11; Castello Branco, 1959: 142-43). Os aviados de Carlos Scharff retirar-se-iam do Gregório em fins de 1900, uma parte para o alto rio Purus e outra para a foz do rio Breu. Nesta mesma época, turmas de caucheiros trabalhavam no alto rio Murú e no Riozinho da Liberdade (Tastevin; 1925: 413; 1928: 213; Sombra, 1913; Abreu, 1941: 61-2; Castello Branco, 1959: 143; 210)[66].

Diante da crescente presença de caucheiros peruanos no Alto Juruá, funcionários da Superintendência da Vila São Felipe solicitariam, em março de 1900, providências imediatas do Governo e da Secretaria do Interior do Estado do Amazonas. Os documentos então enviados denunciavam práticas de "contrabando", o não pagamento de impostos, o trânsito não autorizado de embarcações peruanas pelo rio Tarauacá e seus afluentes, a "concorrência desleal" contra comerciantes brasileiros, a tentativa frustrada pelos seringueiros da entrada de um destacamento militar peruano pelo rio Juruá Mirim, a devastação de florestas, ameaças e conflitos armados contra seringalistas e seringueiros e, ainda, "correrias" contra os indígenas, marcadas por massacres e o aprisionamento e a venda de crianças e mulheres (Mendonça, 1989: 115-16; Castello Branco, 1959: 140; 143-44).

Em suas atividades, comerciantes e caucheiros peruanos utilizavam tanto o transporte fluvial, assegurado pela Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradição e Limites, assinada entre o Brasil e o Peru em outubro de 1851, como uma extensa de rede de varadouros terrestres que levava do Alto Juruá a diferentes pontos do rio Ucayali. O Governo do Estado do Amazonas instalaria um posto fiscal no rio Amônia em início de 1902, para evitar o escoamento, pelo rio Ucayali com destino à cidade de Iquitos, de uma produção anual de entre 10 e 12 mil arrobas de borracha e caucho, conforme estimada por Manuel Pablo Villanueva, então na condição de representante do governo da Província de Loreto e da Sociedade Geográfica de Lima (1902: 418). Demandas da chancelaria peruana junto à brasileira resultariam na desativação deste

[66] Nos Anexos, o Mapa 3, ao mostrar a capilaridade dos cursos de água em ambos os lados da fronteira, bem como a existência de várias bacias binacionais (caso dos rios Juruá, Amônia, Breu e Envira, na região do Alto Juruá), permite perceber algumas das rotas utilizadas pelos caucheiros peruanos para entrar no que anos depois seria reconhecido como território brasileiro. Agradeço à equipe do Instituto Sociambiental (ISA), nas pessoas de Fany Ricardo e Alícia Rolla, pelo fornecimento dessa base cartográfica, originalmente produzida pelo IBGE.

posto no começo do ano seguinte. Em novembro de 1902, um destacamento militar e um posto aduaneiro peruanos foram instalados na foz do rio Amônia. A presença de grupos de caucheiros cresceu principalmente após a visita de Villanueva, que, em seu relatório e em conferência na Sociedade Geográfica, descreveu, com minúcias, os varadouros que permitiam o acesso do Ucayali a diferentes afluentes do Alto Juruá.

Até meados de 1904, as tensões se avolumaram no Alto Juruá, em virtude do não reconhecimento do novo posto aduaneiro pelo governo brasileiro, das reações às violências cometidas por comandantes do exército peruano contra comerciantes, seringalistas e embarcações brasileiros, da cobrança indevida de impostos, de ameaças de revolta dos seringueiros e da inquietação crescente das casas aviadoras de Manaus e Belém quanto ao destino de seus negócios na região (Castello Branco, 1959: 163).

No alto rio Purus, por sua vez, a penetração dos caucheiros peruanos teve início nos últimos anos do século XIX. Em 1892, Carlos Fermín Fitzcarrald[67] estabelecera um entreposto comercial na foz do rio Mishagua, afluente do Urubamba (formador do rio Ucayali), e gradualmente se tornaria o maior caucheiro dessa região, graças às suas ligações com casas aviadoras e o governo de Loreto, aviando patrões menores e mobilizando grandes quantidades de indígenas (Reyna, 1942, Gow: 1991: 40-1). Diferentes processos teriam sido utilizados por Fitzcarrald para o recrutamento de indígenas para os trabalhos na produção de caucho: alianças com destacados chefes de grupos extensos ("curacas") Kampa (Ashaninka) (Gow, 1991; Granero & Barclay, 2003)[68]; a exploração de tradições messiânicas dos Ashaninka, que acreditavam no retorno da divindade mítica Amanchuega, e, em certos casos, teriam reconhecido Fitzcarrald enquanto encarnação do Inca Juan Santos Atahualpa (Reyna, 1942; Renard-Casevitz, 1992; Fernández &

[67] Sobre Carlos Fermín Fitzcarrald, e o papel que exerceu na configuração e no funcionamento da economia do caucho nas regiões dos altos rios Ucayali e Madre de Dios, até sua morte em 1897, num naufrágio, aos 35 anos de idade, ver sua biografia, escrita por Reyna (1942). Outra biografia, à qual não tive acesso, "El verdadero Fitzcarral ante la historia" (Iquitos, Imprenta El Oriente, 1944) foi escrita por Zacarías Valdez, que afirma ter acompanhado Fitzcarrald em parte de suas viagens nos rios Urubamba e Madre de Dios.

[68] Escritos do padre Gabriel Sala, do então prefeito de Ayacucho, Pedro Portillo, e dos exploradores Victor Almirón e La Combe, que estiveram no rio Mishagua e nas cabeceiras do rio Purus entre 1897 e 1901, dão conta das atividades do "curaca" Ashaninka, Venancio Amaringo. Chefe da aldeia Washington, que então contava com cerca de 500 moradores, falante de quichua, espanhol e sua língua nativa, Venancio e seus homens trabalhavam para Fitzcarrald desde 1893, na extração de caucho durante as épocas do verão, no recrutamento de mão de obra Ashaninka em outros grupos extensos e em expedições armadas contra outros povos indígenas e em expedições punitivas contra patrões caucheiros com os quais Fitzcarrald tinha desavenças ou créditos não recebidos. Após a morte de Fitzcarrald, Venancio continuaria a trabalhar com Leopoldo Collazos e depois com Carlos Scharff, que controlariam a exploração do caucho e o movimento comercial no alto rio Purus e no Madre de Dios nos primeiros anos do século passado (Granero & Barclay, 2003).

Brown, 2001)[69]; e o fomento às rivalidades interétnicas e entre grupos extensos Ashaninka (Varese, 1973; Renard-Casevitz, 1992; Fernández & Brown, 2001)[70]. Matanças contra grupos indígenas que tentaram colocar obstáculos ao estabelecimento dos caucheiros em seus territórios também foram promovidas pelos "tenientes" e por indígenas Ashaninka a mando de Fitzcarrald: uma seqüência de "correrias", por exemplo, teria vitimado, segundo Reyna (1942), centenas de Masco, após uma comitiva de esses índios ter lhe comunicado sua oposição à penetração e à ocupação das cabeceiras do rio Manu[71].

Aproveitando caminhos há muito usados pelos indígenas, Fitzcarrald consolidaria em 1894 um varadouro (depois batizado com seu nome) ligando as cabeceiras dos rios Ucayali e Madre de Dios, onde passou a trabalhar em sociedade com os bolivianos Nicolas Suarez e Antonio Vaca Diez, principais caucheiros dessa última região[72]. Dois anos depois obteria, do Ministério da Guerra peruano, direitos exclusivos sobre a navegação no alto Ucayali, e nos rios Urubamba, Manu e Madre de Dios (Lagos, 2005: 34). Em 1899, dois anos após a morte de Fitzcarrald em um naufrágio, um de seus ex-"tenientes", Leopoldo Collazos, trilharia o divisor de águas entre o rio Sepahua e os formadores do rio Purus (Cujar e Curiuja), acompanhado por entre 400 e 500 índios Kampa, Piro e Amahuaca do rio Ucayali, estabelecendo a via de comunicação por onde

---

[69] Sobre os levantes indígenas organizados por Juan Santos Atahualpa contra missionários espanhóis e "civilizados" na região de Chanchamayo, consultar Varese, 1973; Renard-Casevitz, 1992; Fernández & Brown, 2001; e Pimenta, 2002.

[70] Stefano Varese assim descreve essa estratégia utilizada por Fitzcarrald: "*Com um conhecimento profundo da* montaña, *ele soube utilizar as rivalidades tradicionais* [...]. *O método é simples: dão-se Winchesters aos Cunibo que devem pagar em escravos Kampa e em seguida dão-se Winchesters aos Kampa que devem pagar em escravos cunibo [e outros]*" (Varese, 1968: 106, apud Renard-Casevitz, 1992: 208).

[71] Biógrafo de Fitzcarrald, Reyna (1942) informa que as "correrias" estavam então generalizadas na região, contando essas incursões via de regra com a participação de diferentes grupos de indígenas que trabalhavam para os caucheiros: "*Tribus semicivilizadas de cocamas, cunivos, piros y campas, ayudadas también por algunos blancos, asaltaban a los pueblecitos de indios, matando a los que se defendían, y llevándose a las mujeres y a los niños de ocho o catorce años, para venderlos en las poblaciones grandes, a razón de 200 y 400 soles cada uno. Los adultos eran tomados cautivos, y los llevaban a lejanos territorios como peones*".

[72] Com base em relatos de viajantes, relatórios oficiais e depoimentos de velhos indígenas Santarrosinos, gravados em início dos anos 1980, o antropólogo Klaus Rummenhöller (2003: 157) informa que, após o ano de 1902, por causa das "correrias" realizadas "em grande escala" pelos aviados de Nicolás Suarez nessa região, resultando em perseguições aos indígenas, na destruição de suas moradias, na captura de homens e mulheres em idade de trabalho e na morte de crianças e anciões, os caucheiros espanhóis Máximo e Baldomero Rodríguez, que pretendiam se instalar no rios Madre de Dios e de las Piedras, optariam, até início da década de 1910, pela "importação" de quase dois mil índios Amuesha, Kampa, Cocama, Lamistra, Uitoto, Shipibo, Cashibo, Conibo, Shetebo e Santarrosinos, trazidos de diferentes regiões do Peru e da fronteira do Equador, comprados de outros caucheiros ou "seduzidos" por promessas de ganhos na extração do caucho. Consultar Rummenhöller (2003: 166-180) para mais informações sobre as atividades dos patrões caucheiros Rodríguez e das formas de recrutamento e importação de mão de obra indígena utilizadas em seus empreendimentos.

os primeiros grupos de caucheiros penetrariam no alto rio Purus (Villanueva, 1902: 396; Cunha, 1976: 249; Reyna, 1942; Castello Branco, 1959: 189; Torralba, 1978: 4)[73].

Nessa região seriam estabelecidos vários "puestos" caucheiros, locais onde ficavam as residências dos patrões, seus "tenientes" e "empregados", assim como o barracão onde a produção de caucho era canalizada e as mercadorias comercializadas. Atrelados por relações de aviamento, mestiços e indígenas trabalhavam em grandes extensões territoriais na floresta, estabelecidos em acampamentos provisórios, mantidos até o total esgotamento dos cauchais (Villanueva, 1902; Cunha, 1976; Castello Branco, 1959: 192).

Até 1903, duas tentativas seriam feitas para o estabelecimento da soberania política peruana no Alto Purus, contando com o respaldo dos governos de Lima e do Departamento de Loreto: a primeira pelo próprio Collazos e a segunda por Carlos Scharff, outro ex-"tenente" de Fitzcarrald. Vindo do rio Gregório, Scharff chegara ao alto rio Purus em final de 1901, após varar pelos rios Envira e Santa Rosa, deixando volumosas dívidas com comerciantes brasileiros e um rastro de violências contra grupos indígenas (Castello Branco, 1959). Em meados de 1903, as iniciativas de Scharff passariam a contar com apoio de um destacamento militar, enviado pelo Prefeito de Loreto, junto com caucheiros e indígenas armados. À instalação de um posto aduaneiro no Alto Purus, seguiriam-se tentativas para forçar, por meio de atos legais, ameaças e violências, os brasileiros a abandonar suas propriedades e a submeter-se à soberania peruana. Inconformados com os resultados das notas e protestos enviados pela diplomacia brasileira, vários seringalistas reuniram-se, prenderam Carlos Scharff, o representante do destacamento e outros chefes peruanos, obrigando-os a se retirar da região. A "contra-ofensiva" peruana ocorreria em início de 1904, com a chegada, pelo rio Curanja, de uma guarnição de 30 praças do exército, assim como de 300 caucheiros e grande número de indígenas, comandada por Scharff, resultando, segundo notícias publicadas no *Jornal do Commercio* e n'*O Paiz*, de Manaus, em saques e destruição de barracões, em prisões e mortes de seringalistas e seus fregueses e em estupros de mulheres (Costa, 2003: 168; Castello Branco, 1959: 191-96)[74].

---

[73] Delfin Fitzcarrald, irmão do finado Carlos, também chegaria com Collazos ao alto Purus, onde seria morto, pouco depois, por índios Jaminawa (Villanueva, 1902: 397; Castello Branco, 1959: 190; Chirif, 2004: 26).

[74] Parcialmente reproduzido nesses jornais, relatório de lavra de José Ferreira de Araújo, agente da Prefeitura de Segurança Policial Pública, encaminhado ao seu superior em Manaus, sugerindo o urgente deslocamento de um destacamento do exército brasileiro para a região, dava conta que, segundo "fontes fide-

Esta seqüência de acontecimentos teve como pano de fundo, de um lado, o fim dos conflitos armados entre brasileiros e bolivianos no Alto Acre[75] e a assinatura do Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903, que estabeleceu os limites entre esses dois países. De outro, a promulgação da Lei 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, e do Decreto 5.188, de 7 de abril, que criava o Território Federal do Acre, organizado em três departamentos (Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá), jurisdicionados à Presidência da República, e determinava a instalação das respectivas Prefeituras. Nessa conjuntura, a chancelaria brasileira intensificaria as negociações diplomáticas com sua contraparte peruana com vistas a encontrar soluções para os conflitos em curso nos altos rios Juruá e Purus e para a definição da fronteira comum aos dois países.

Em ambas as regiões, contudo, os crescentes desentendimentos entre brasileiros e peruanos culminariam, em 1904, com enfrentamentos armados. No Alto Purus, em abril, uma ofensiva de seringalistas e seringueiros resultou na morte de mais de 30 caucheiros peruanos, uma dezena de presos e na evacuação da tropa peruana, situação consolidada com a chegada, no mês seguinte, do 33° Batalhão de Infantaria do Exército brasileiro. No Alto Juruá, o envio de um destacamento do 15° do Batalhão de Infantaria à foz do rio Amônia, apoiado pelo Prefeito do Alto Juruá e por eminentes seringalistas, resultou, em novembro de 1904, em um confronto armado, que ficou conhecido como o "Fogo do Amônia", na capitulação e retirada das tropas peruanas e na desativação do destacamento e do posto aduaneiro que ali funcionavam fazia pouco mais de dois anos[76].

É digno de nota que os conflitos militares na Foz do rio Amônia ocorreram após a retomada das negociações diplomáticas entre os governos brasileiro e peruano, motivada pelos acontecimentos no Alto Purus. Estes entendimentos tinham resultado na assinatura, a 12 de julho de 1904, de um protocolo estabelecendo um "modus vivendi" com o objetivo de prevenir conflitos nessa região fronteiriça e ensejar ações para o definitivo estabelecimento dos limites entre os dois países[77]. O "modus vivendi" determinava a

---

dignas", Carlos Scharff ameaçava trazer mais 500 praças do exército peruano, além de caucheiros armados e mais de mil índios "das tribos Campas e Piros" (Castello Branco, 1959: 193; 195).

[75] A respeito da assim chamada "Revolução Acreana", consultar, por exemplo, Tocantins, 1973; Costa; 2003; Meira; 2003. Para análises da constituição do Território do Acre, tendo como eixo narrativo central a biografia e a atuação do "herói" da Revolução, o gaúcho José Plácido de Castro ver, dentre outros, Lima, 1973; Castro, 2002; e Calixto, 2003.

[76] Para descrições detalhadas dos acontecimentos havidos nas regiões do Alto Purus e Alto Juruá, bem como das negociações diplomáticos e acordos estabelecidos entre os governos do Brasil e do Peru, consultar Castello Branco, 1959; e Tocantins, 1973: 715-24; 765-773.

[77] Sobre os entendimentos que resultaram na assinatura daquele "modus vivendi", bem como sobre seus desdobramentos no âmbito diplomático, consultar, por exemplo, Tocantins, 1973: 725-764.

"neutralização" do território em litígio, no Alto Juruá e Alto Purus; a formação de duas comissões mistas, com poderes de administração e polícia, sobre esse território; a criação de postos fiscais mistos (um na foz do Breu e outro no local Catay) para a taxação dos produtos exportados e o recebimento dos certificados de importação[78]; e a nomeação, por cada governo, de dois "comissários especiais", quem, acompanhados de auxiliares e de escolta militar, comporiam comissões mistas para realizar reconhecimentos e levantamentos dos altos rios Juruá e Purus, de outros cursos de água e dos varadouros incidentes no "território neutralizado"[79] (Castello Branco, 1959: 159-160; Tocantins, 1973: 753-54).

Os trabalhos de reconhecimento foram realizados pelas comissões mistas no segundo semestre de 1905[80]. As comissões brasileiras estiveram chefiadas pelo primeiro tenente reformado, engenheiro e escritor Euclides da Cunha, no Alto Purus, e pelo Coronel de Engenheiros Belarmino Mendonça, no Alto Juruá. Formalizadas em 1906, as conclusões das "memórias" das comissões mistas serviram de base à formulação do protocolo assinado pelos governos brasileiro e peruano a 8 de setembro de 1909, no Rio de Janeiro, com vistas a completar a determinação da fronteira comum entre os dois países[81] e a estabelecer princípios gerais para o desenvolvimento das relações de comércio e a boa vizinhança[82].

---

[78] As duas comissões mistas encarregadas do policiamento e da arrecadação fiscal funcionariam até 1911. Os documentos originais relativos ao funcionamento dessas comissões (Livros de registro e de termos, correspondências, relatórios, orçamentos) estão depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, nas "Latas" 536-37 (Alto Juruá), 546-47 (Alto Purus) e 548-50 (Delegacia Federal no Território do Acre), constituindo um rico material de pesquisa para uma compreensão mais aprofundada das relações estabelecidas entre peruanos e brasileiros nessa faixa fronteiriça e em seus respectivos países.

[79] Estabeleceu, ainda, a constituição de um Tribunal Arbitral, sediado no Rio de Janeiro, para julgar as denúncias de violências cometidas por brasileiros e peruanos durante os conflitos armados.

[80] As instruções que normatizaram as ações das comissões mistas, brasileiro-peruanas, de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados, podem ser consultadas no Arquivo Histórico do Itamaraty (Lata 474, Maço 03). A este respeito, ver também Mendonça, 1989: 43-6.

[81] O trecho da fronteira brasileiro-peruana desde a nascente do Javari, descendo por esse rio, até a cidade de Tabatinga, e daí a norte, por linha geodésica até a foz do rio Apapóris, no rio Japurá, depois modificada na linha do rio Putumayo (ou Içá), havia sido demarcada nos anos de 1866 e de 1872-1874, em atendimento ao tratado assinado pelos dois países em 1851 (Brasil, Ministério das Relações Exteriores [MRE], 1913: 73).

[82] Para concretizar o primeiro objetivo, o Tratado de 1909 estabelecia a formação de nova comissão mista, a partir de comissões nomeadas por cada governo, para, um ano após a troca das respectivas ratificações, proceder com a demarcação física da fronteira comum. O Tratado foi aprovado, no Peru, pelo Congresso, a 10 de janeiro de 1910, e, no Brasil, pela Câmara dos Deputados a 25 de abril e pelo Senado três dias depois. As respectivas ratificações foram trocadas entre os governos a 30 de abril e o Tratado foi promulgado pelo Decreto nº 7.957, de 2 de maio de 1910 (Castello Branco, 1959: 179-80). Os trabalhos de demarcação da fronteira internacional seriam iniciados em 1913-1914. Interrompidos por decisão de ambos os governos, com a irrupção da I Guerra Mundial, foram levados a cabo de 1920 a 1927, como será discutido no capítulo VI.

As memórias das duas comissões mistas, e depois o Tratado de 1909, vieram a confirmar o princípio do *uti possidetis* dos brasileiros sobre uma ampla região onde seringais estavam em operação fazia quase duas décadas. De forma complementar, os relatórios de ambos os comissários brasileiros, e de forma mais pungente, o de Euclides da Cunha, junto com vários artigos por ele publicados na imprensa, contribuíram para cristalizar uma visão da atividade caucheira como nômade, permanentemente itinerante, provisória e predatória, tanto do principal recurso natural (o caucho) explorado, como do elemento humano nela envolvida, fossem os povos indígenas "barbarizados" nas "correrias"[83], fossem índios "domesticados" e "mestiços", "escravizados" pelos trabalhos exaustivos e o endividamento nos barracões dos patrões caucheiros (Cunha, 1976: 137-144; 160)[84].

Produtos de uma conjuntura temporal, geopolítica e institucional específica, os relatórios dos comissários brasileiros, comprometidos com a confirmação da anterioridade da ocupação e do *uti possidetis* brasileiro no território em litígio, ressaltariam a efêmera passagem, o caráter esparso e temporário da ocupação e o eminente desaparecimento da atividade caucheira das regiões onde, ao contrário, a economia da borracha,

---

[83] Euclides da Cunha assim descreveria o modus operandi dos caucheiros, os "mais avantajados batedores da sinistra catequese a ferro e fogo", durante as "correrias", que tinham lugar após um detalhado reconhecimento do terreno e a identificação dos locais onde estavam assentadas as malocas, ou "tolderios", dos selvagens: "*Conquista é o termo predileto* (...). *Mas não a efetuam pelas armas sem esgotarem os efeitos da diplomacia rudimentar dos presentes mais apetecidos pelo selvagem* (...) *Estes meios pacíficos* [atrai-los por meio de presentes (roupas, rifles, terçados) e fazê-los trabalhar, deixando-os que voltassem para junto aos seus para constatar como haviam sido tratados pelos caucheiros - MPI], *porém, são falíveis. A regra é a caçada impiedosa, à bala. É o lado heróico da empresa: um grupo inapreciável arrojando-se á montaria de uma multidão* (...) *Subordina-se a uma tática invariável: a máxima rapidez do tiro e a máxima temeridade. São garantias certas de um triunfo. É incalculável o número de minúsculas batalhas travadas naqueles sertões onde reduzidos grupos bem armados suplantam tribos inteiras* (...)" (Cunha, 1976: 139-40).

[84] Euclides da Cunha caracteriza o patrão caucheiro como um misto de cavalheiro e selvagem, portador de uma moralidade dupla, de uma "brutalidade elegante" e uma "galantaria sanguinolenta", conjugando o compromisso com saldar dívidas enormes com os exportadores de Iquitos e Manaus com a prática de enganar seus fregueses por escassos quilos de caucho, preocupado em enriquecer rapidamente e retornar ao seu local de origem, num constante vaivém entre a floresta e as cidades de Iquitos, Manaus e Paris, onde, de forma perdulária, gastava altas somas de dinheiro. Os caucheiros, por sua vez, são retratados pelo comissário brasileiro enquanto "eternos caçadores de territórios", sem "nenhuma pega pela terra", uma "vaga devastadora", vivendo sob o "regime penal do rifle", em constantes combates de "conquista", para exterminar ou escravizar indígenas, ações nas quais acabavam por "deixar mais selvagem a própria selvajaria" (Cunha, 1976: 136-146). Imagens semelhantes às utilizadas na historiografia acreana para descrever o poderio dos patrões durante o inicial funcionamento dos seringais seriam usadas pelo Coronel Pedro Portillo, que pouco depois tornar-se-ia Prefeito de Loreto, ao retratar a situação que vira durante viagem em 1899 por acampamentos caucheiros no alto rio Juruá: "*Alli no hay ley... el más fuerte, que tiene más rifles, es el dueño de justicia*" (Apud Cunha, 1976: 160).

organizada com base na empresa seringalista, se consolidara, de "forma permanente", "sedentária", com um denso povoamento, havia pouco mais de quinze anos[85].

Parte significativa da historiografia sobre a região (Castello Branco, 1947, 1959, 1961; e Tocantins, 1973, por exemplo) reproduz e cristaliza essas afirmações, ao conjugar uma dupla argumentação. De um lado, justifica a forçada "transumância" dos caucheiros com determinismos ecológicos, creditando-a ao acelerado e definitivo esgotamento dos cauchais. De outro, faz coincidir e atribui o fim dos conflitos armados e a "retirada final" dos caucheiros às negociações diplomáticas, ao "modus vivendi" de 1904 e às atividades e conclusões das Comissões Mistas de Reconhecimento do Alto Purus e Alto Juruá, antes mesmo, portanto, da definição, pelo Tratado de 1909, da linha de fronteira entre Brasil e Peru. É o "fim de um drama", conforme o intitula Tocantins (1973: 788), ou o capítulo derradeiro da "conquista do deserto ocidental" (Costa, 2003), que supostamente teria posto ponto final ao processo de incorporação do Acre ao Brasil, estabelecido "limites definitivos" ao território nacional e pacificado as relações entre brasileiros e peruanos.

Uma historiografia de recorte mais local, não pautada primordialmente pela dinâmica e os resultados das negociações diplomáticas, mas, sim, construída com base na releitura de diferentes documentos oficiais e em outras fontes, escritas e orais, permite, todavia, desnaturalizar essa concepção, a partir de um conjunto diverso de fatores. Ao constatar as devastadoras conseqüências das "correrias" e das violências cometidas pelos caucheiros peruanos contra os índios nessa região fronteiriça, Euclides da Cunha (1976: 137) assim afirmaria: "*O narrador destes dias chega ao final de um drama, surpreendido o seu último quadro prestes a cerrar-se*". À diferença dessa avaliação, grupos indígenas considerados "selvagens" e "bravios" continuariam a habitar entre as cabeceiras dos rios Purus, Envira, Tarauacá e Juruá, em território brasileiro, colocando, face aos interesses dos patrões e dos seringueiros, e mesmo dos grupos de caucheiros peruanos que ali continuariam a trabalhar, consideráveis obstáculos à produção de bor-

---

[85] A itinerância dos caucheiros, que não resultava em assentamentos definitivos e, portanto, dificultava as pretensões do governo peruano de reivindicar sua soberania sobre essa região, foram reconhecidas, de forma ressentida, também por Manuel Pablo Villanueva (1902: 386-87). Em análise mais recente, o antropólogo peruano Alberto Chirif também ressalta as diferenças entre os processos de expansão da fronteira resultantes da produção da borracha e do caucho: "*La diferencia entre estas especies* [hévea e castilloa-MPI] *no sólo atañe a cuestiones de carácter botánico, sino que también tiene importancia en los procesos sociales vinculados a su aprovechamiento. En efecto, el caucho introdujo en su época una nueva modalidad de frontera, es decir, de expansión para la puesta en valor de los recursos.* (...) *la aparición del caucho creó un tipo de frontera extractiva cuya principal característica era la temporalidad de los asentamientos, ya que sólo duraban hasta que el recurso se agotase en una zona, para luego ser trasladados a outra* (...)" (Chirif, 2004: 23)

racha e do caucho.

Por outro lado, apesar das atividades das Comissões Mistas de Reconhecimento e dos acordos diplomáticos estabelecidos entre as chancelarias brasileira e peruana, essa região de fronteira permaneceria extremamente fluída no âmbito local. A presença de caucheiros peruanos em território brasileiro continuaria a acontecer com relativa intensidade até pelo menos meados dos anos 1910. Essas atividades dos caucheiros, marcadas ao mesmo tempo por conflitos e por relações de aviamento mobilizadas por patrões brasileiros, continuariam a ter relevantes repercussões, nessa região de fronteira, sobre ampla quantidade de grupos indígenas considerados "selvagens", "bravios" ou "brabos", os quais, ainda assolados por "correrias", procuravam manter-se à margem da empresa seringalista[86].

É o que será exemplificado em capítulo posterior, ao focar a análise das relações dos Kaxinawá e de outros grupos indígenas, durante a primeira metade da década de 1910, com a economia da borracha e do caucho nos afluentes do alto rio Envira, região fronteiriça com o Peru. Na seção seguinte, discutir-se-á, de forma mais extensa, as "correrias", e suas conseqüências territoriais e sociais sobre os povos indígenas durante a inicial implantação e funcionamento da empresa seringalista no Vale do Juruá e as atividades realizadas nessa conjuntura pelos caucheiros peruanos, por vezes, articulados com patrões brasileiros.

No "tempo das correrias": territórios em disputa

Nas últimas duas décadas do século XIX, e nos primeiros anos do século passado, a gradual subida das levas de nordestinos pelo rio Juruá e seus afluentes e a descida dos caucheiros peruanos pelas nascentes desses rios, por uma extensa rede de varadouros oriundos do rio Ucayali, resultaram numa inicial sobreposição de suas atividades em territórios de um significativo número de grupos indígenas, falantes de línguas Pano, Arawak e Arawá[87].

---

[86] Em certas regiões da fronteira, no lado brasileiro, "correrias" patrocinadas pelos patrões continuariam a ocorrer até início dos anos de 1970. Ataques às colocações, saques e mortes promovidos pelos índios "brabos", bem como enfrentamentos armados, com mortes de ambos os lados, por sua vez, perdurariam, com certa regularidade, até meados dos anos de 1990 (Aquino & Tenê Kaxinawá, 1986; Meirelles, 1987; Silva & Kesselring Jr., 1987; Iglesias & Aquino, 1996; Pereira Neto, 1996, 1999).

[87] Não há na literatura consultada qualquer estimativa sobre o contingente populacional dos grupos indígenas que habitavam nessa região à época da chegada dos brasileiros e dos peruanos. Apesar de esquemáticas e fragmentárias, reconstruções dessa diversidade de povos e de suas formas de organização social, econômica e cultural antes da instalação da empresa seringalista nos altos rios "acreanos" foram esboçadas por Castello Branco (1950), Gonçalves (1991) e Piccolli (1993), com base na literatura produzida por

Descrições dos modos de organização das "correrias", das estratégias utilizadas nas incursões às malocas, dos resultados devastadores sobre as formas de vida dos grupos indígenas e da continuidade dos conflitos armados, bem como das respostas iniciais dos indígenas na tentativa de manter certa autonomia face aos seringais, constam em documentos escritos, nas três primeiras décadas do século passado, por missionários, cronistas, prefeitos, membros das comissões brasileiras de reconhecimento da fronteira Brasil-Peru e outros funcionários destacados por governos de ambos os países[88]. Na década de 1910, "correrias" seriam denunciadas por auxiliares e inspetores do órgão indigenista federal (o SPILTN e depois o SPI), postura também adotada, na década seguinte, por membros da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites[89]. Diversos desses escritos, postos em diálogo com depoimentos orais de indígenas e de seringueiros, subsidiaram trabalhos antropológicos (teses, dissertações, artigos e relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas) produzidos nos últimos trinta anos[90]. Há uma década, esse tema passou a constar como objeto de investigação de professores indígenas no Acre na disciplina de "História", com base principalmente em pesquisas realizadas junto aos mais velhos de suas aldeias, mas também na leitura de textos de viajantes, documentos oficiais e trabalhos antropológicos, esforços de pesquisa que têm rendido breves relatórios de pesquisa, bem como materiais para livros didáticos[91].

A intenção a seguir não é retomar esse vasto material de forma exaustiva. Pretende-se, diferentemente, tomando como marco temporal inicial o período que se estende principalmente até 1904, quando começa a ser implantada a Prefeitura do Alto Juruá, destacar como as "correrias" constituíram mecanismo inerente ao processo de desterritorialização dos grupos indígenas, iniciado com a implantação da empresa seringalista e com as atividades dos caucheiros peruanos, e apontar algumas das principais conse-

---

viajantes, missionários e agentes de governo (brasileiros, peruanos e europeus), e por Hassel (1905) para a região fronteiriça entre Brasil e Peru.

[88] Ver, por exemplo, Parissier, 1898; Azevedo, 1905, 1906; Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Prefeitura do Alto Purus, 1905; Cunha, 1976; Mendonça, 1989 [1907]; Andrada, 1907, 1908; Oliveira, 1907; Araújo 2003 [1910]; Sombra, 1911, 1913; Silva, 1912; Linhares, 1913; Abreu, 1941 [1914]; Tastevin, 1920, 1925, 1926, 1928.

[89] Dentre os escritos de funcionários do SPI(LTN), ver Barbosa, 1912; Silva, 1912, Linhares, 1913; Lemos, 1917, 1919, 1921, 1923, 1925. Para os relatórios de integrantes da Comissão Mista, consultar Silva, 1924, 1925, 1929; e Carvalho, 1929.

[90] Dentre os textos antropológicos, ver Aquino, 1977, 1985, 2001; Aquino & Tenê Kaxinawá, 1989; Mendes, 1991; Iglesias & Aquino, 1994, 1996; Iglesias, 1995; Ioris, 1996; Wolff, 1999; Pereira Neto, 1999; Naveira, 1999; Correia, 2001, 2004; Pantoja, 2003, 2004; Martini, 1998, 2005; Pimenta, 2001, 2002, 2003; Coutinho 2003; Vieira, 2005; e Maciel, 2005.

[91] Um pequeno mosaico dos textos produzidos pelos professores indígenas, a partir de relatos de idosos de suas comunidades, está agrupado no capítulo "O tempo das correrias", em OPIAC (2002: 90-100). As "correrias" constam também como tema de pesquisa realizada pelo professor Joaquim Paulo de Lima (Maná Kaxinawá, 1999) durante seus estudos na Universidade Estadual do Mato Grosso.

qüências que esses processos acarretaram para esses grupos, na forma de significativas perdas populacionais e de mudanças das formas de organização territorial e social. Procurar-se-á, ainda, resgatar alguns dos principais esforços contidos em textos antropológicos e de agentes governamentais no sentido de diferenciar distintas modalidades de correrias ocorridas ao longo da implantação e do funcionamento dos seringais durante o período de apogeu da economia da borracha. Por fim, atenção será vertida sobre os discursos ideológicos que, naquele então, justificariam e legitimariam a realização das "correrias" contra os grupos indígenas.

O período inicial das explorações no alto rio Juruá e em seus afluentes, com vistas à delimitação de extensões variáveis de floresta para a posterior abertura de seringais, esteve marcado pelo acompanhamento interessado dos indígenas nas margens dos rios, seguido, em alguns casos, de emboscadas e ataques feitos para a intimidação dos recém-chegados. Tentativas feitas por alguns exploradores de estabelecer contatos e intercâmbios resultaram por vezes em momentos de tensão e desentendimento, descambando em atos de demonstração do poderio bélico de ambas as partes, e em certos casos em conflitos abertos[92].

Esta dinâmica, de encontros furtivos com expedições formadas por grupos pequenos de exploradores, viria a se modificar com a chegada de fluxos cada vez mais expressivos de nordestinos, e com o adentramento dos afluentes dos principais rios. Durante a identificação das áreas ricas em árvores de hévea e a gradual abertura de colocações e estradas de seringa, os exploradores, guiados por toqueiros e mateiros, com fre-

[92] Castello Branco (1930: 593) fornece, por exemplo, informações a respeito de alguns destes encontros, nos arredores de onde duas décadas depois seria fundada a cidade de Cruzeiro do Sul: "*Em princípios de 1884, o pernambucano Antônio Marques de Meneses, vulgo "Pernambuco", acompanhado de Antônio Torres, Pedro Moita, José Vieira, Manoel Meneses, Jacinto de Tal e Joaquim Nascimento, aportava ao estirão dos Nauas, donde voltou, sem demora, por ter sido atacado pelos índios, que lhe deram uma surra*". "*Encontraram eles* [os italianos Henrique Gani, Antônio Brozzo, Domingos Stulzer, vindos da República Argentina, que ali encontraram os seus compatriotas Antônio Marcílio e Luiz Paschoal, proprietários e sócios no seringal Nova Iorque, no baixo Juruá (CB)], *pelas cercanias do rio Moa extensos bananais ou grande numero de índios, que os iam seguindo com o maior interesse, por terra. No meio do estirão dos Nauas (...) foram os viajantes a terra, deparando com uma enorme maloca dos silvícolas chamados "Nauas" (...) e após uma certa demora, necessária apenas para oferecerem aos aborígines alguns brinquedos ou outros objetos que lhes despertassem a curiosidade, continuaram sua rota, parando novamente na extremidade sul do referido estirão, na terra firme, e daí encontraram novamente muitos índios, tendo-lhes feito oferecimentos idênticos. Foram, porém, obrigados a fazer fogo para o ar, a fim de os atemorizar, uma vez que eles tentaram lançar mão de suas armas, instrumentos esses que os indígenas prestavam muita atenção e pelos quais se mostravam assaz interessados desde o primeiro encontro na parte central desse estirão*" (ibid: 593-94). Com a gradual subida das expedições exploratórias, essa dinâmica repetir-se-ia ao longo de todo o rio Juruá, conforme indica o mesmo historiador, resultando inclusive em emboscadas e conflitos armados. Castello Branco (1950: 13) pondera que os nomes dados pelos proprietários a certos seringais, dentre eles, Triunfo, Novo Triunfo, Vitória e Fortaleza, indicariam locais onde sua abertura exigira memoráveis conflitos contra os indígenas.

qüência se depararam com "malocas" indígenas, situadas tanto nas proximidades dos rios como em áreas de terra firme, constatando, com admiração, na maioria dos casos, os enormes e diversificados roçados ali plantados.

Em certos trechos dos rios, as notícias da presença e dos ataques dos índios retardaram temporariamente a abertura dos seringais e a consolidação do povoamento. Em suas memórias, o paraibano Alfredo Lustosa Cabral (1984: 41) informa, por exemplo, que, em 1898, no alto rio Tejo, um explorador havia demarcado sua posse, mas não lograra dar seguimento à abertura de sua propriedade, "*atemorizado pelo gentio*". Também nesse rio, no seringal São Francisco, o patrão, chefiando um grupo de oito homens, acabaria morto, flechado, durante "correria" que encabeçara contra os Katukina, tendo sido enterrado por seus companheiros, na beira de um curso de água, enquanto "*faziam disparos à toa para afugentar os inimigos*".

Em final de 1901, no médio rio Tarauacá, ao chegar ao Redenção, "*seringal novo, ainda quase bruto*", recém adquirido por seu irmão, Lustosa Cabral (1984: 44) foi prontamente informado de que o local era "*bom de leite, porém de muito índio e sazonado*". A situação era semelhante nas vizinhanças, onde as explorações e seringais já abertos alcançavam pouco valor, por ser "região doentia" e haver "*tribus caxinauá e catuquina em número considerável*" (1984: 43). Na margem oposta do rio, seringais permaneciam desocupados, apesar das seguidas tentativas dos proprietários, devido a constantes "perseguições" e roubos feitos pelos Katukina. Em começo do ano seguinte, para abrir o Redenção, 45 seringueiros contaram com um verdadeiro "arsenal de guerra", diz Cabral, precavidos pela existência de roçados fazia pouco abandonados pelos Kaxinawá, os quais, mesmo após mudar-se para o centro da mata, continuavam a freqüentar suas antigas plantações e a deixar "tapagens" e outros sinais nos caminhos, procurando amedrontar os seringueiros, sem, contudo, promover saques e mortes (1984: 50-1).

Com a abertura dos seringais, deparados com a presença de um número crescente de seringueiros e cientes do poderio bélico dos rifles, muitos grupos indígenas optaram por adentrar a floresta, a horas ou dias de caminhada dos locais onde estavam situadas suas malocas e plantações. Instalados em acampamentos e tapiris, retornavam com relativa freqüência a seus antigos roçados, para colher produtos agrícolas, necessários à alimentação e à abertura de novos roçados e malocas[93]. Em certos casos, tornar-se-iam

[93] Lustosa Cabral (1984: 50), por exemplo, descreve essa situação quando da abertura do seringal Redenção, destacando que os seringueiros, recém chegados, costumavam se abastecer dos produtos dos roçados "abandonados" pelos índios: "*Todos armados a rifles e regularmente municiados. Havia ali um grande perigo de vida. A quinze minutos de viagem acharam roçado, bem grande, em abandono, mas continha*

freqüentes, ainda, as incursões às colocações dos seringueiros: na ausência destes, roubavam seus pertences e, por vezes, ateavam fogo às barracas; ferimentos graves e mortes costumavam resultar em ocasiões em que seringueiros eram surpreendidos em suas casas ou no trabalho de corte e em caçadas.

Durante quase duas décadas, a presença indígena seria considerada pelos patrões como eminente obstáculo à consolidação da ocupação, ao funcionamento de suas propriedades e ao trabalho e "segurança" de seus fregueses. Os seringalistas não realizariam qualquer iniciativa para incorporar os indígenas às atividades produtivas, optando por trabalhar com mão de obra trazida do Nordeste, utilizada exclusivamente na produção de borracha[94]. Em locais onde a presença indígena constituía ameaça à abertura dos seringais, ou à produção, expedições armadas, as "correrias", passariam a ser patrocinadas para destruir as malocas comunais, matar considerável parte dos moradores, forçar a saída dos sobreviventes e, em certos casos, capturar mulheres e crianças indígenas.

Uma pioneira denúncia às "correrias" que marcaram a implantação da empresa seringalista no Alto Juruá foi feita pelo padre Jean-Baptiste Parissier, após sua viagem à região, em 1898, em companhia do padre Auguste Cabriolé[95]. Parissier criticaria os discursos dos patrões e seringueiros que consideravam os indígenas como "selvagens", "i-

---

bananeiras, mamoeiros e cana de açúcar. Pertencia aos Caxinauás, que, pressentindo os civilizados firmarem domínio nas margens do rio, mudaram-se para bem longe no centro da mata. Ora por outra vinham ali se abastecer, sorrateiros, invisíveis. Os seringueiros traziam, por vezes, frutos desse roçado. Para todo lado que se rumava, viam-se nítidos vestígios desses caboclos, mas sem se deparar com eles. (...) A tribo de Redenção (Caxinauá) não era tão perversa. No começo limitava-se a tapar algumas de nossas estradas sem deixar os sinais da morte, caça varada por flechas nos caminhos e outros avisos temerários".

[94] Essa situação apresenta diferenças, portanto, como aquelas configuradas nas zonas produtoras de caucho nos rios Ucayali e Madre de Dios (Villanueva, 1902; Hassel, 1902; Cunha, 1976; Mendonça; 1989; Reyna, 1943; Gow, 1991; Rummenhöller, 2003) ou no rio Putumayo, na Colômbia (Hardenberg, 1912; Taussig, 1993), regiões onde diferentes grupos indígenas, após sofrerem massacres, foram escravizados, deslocados para regiões ricas em castilloa e incorporados à extração, freqüentemente sob regimes de violências e castigos e de vigiados por empregados a serviços dos patrões.

[95] Ambos franceses, Parissier e Cabriolé foram os primeiros representantes da Congregação do Espírito Santo a viajar pelo alto rio Juruá, promovendo "desobrigas". A chegada dos Espiritanos a Belém data de 1895, onde assumiriam a direção do Seminário Menor da Diocese, e a Tefé de dois anos mais tarde, como fruto de articulações feitas junto às autoridades eclesiásticas em Manaus. No local denominado Sobrado, em terreno doado pelo Governo do Estado do Amazonas, dariam início à instalação, em julho de 1897, da "Escola Profissionalizante Agrícola e Industrial de Bocca de Tefé", onde funcionariam escola, internato, carpentaria, torno mecânico, curtume e fábrica de chocolate e vinho de caju. A partir de 1907, quando a Paróquia de Tefé passou à responsabilidade dos Espiritanos, as instalações da missão seriam gradualmente transferidas para a cidade, mudança consolidada, três anos mais tarde, com a criação da Prefeitura Apostólica de Tefé, desmembrada da Diocese do Amazonas, sediada em Manaus (Gruyters, s/d; Braga, 2006). Desde sua fundação, importante parte do trabalho dos missionários estaria vertida à periódica realização de desobrigas pelos rios Juruá, Japurá/Caquetá e Solimões. Além das pioneiras viagens de Parissier e de Cabriolé e, em 1910, do Monsenhor Michel Barrat ao Alto Juruá, seria Constant Tastevin o missionário a realizar a maioria dessas atividades nos rios do Território do Acre, nos anos de 1911-1912 e 1924-1926. Para outras informações sobre a história da Congregação do Espírito Santo no Brasil e na Amazônia, consultar *www.spiritains.org/echo/echohist.htm#Bresil; www.csspbrasil.org*; e Gruyters, s/d.

nimigos de toda civilização", "sempre prontos a massacrar os brancos" e como "feras" das quais se deveria ver livre o mais rápido possível, contra as quais "todos os meios seriam bons".

Segundo o padre, esses argumentos constituíam meras "desculpas inventadas pelos "civilizados", que preferia chamar de "aventureiros", para legitimar seus próprios roubos e atrocidades. As hostilidades dos índios, afirmaria, eram compreensíveis e justificáveis, por constituírem represálias contra um "inimigo implacável", que, por meio das "correrias", se apropriara "(...) *pouco a pouco do seu território, roubando as suas riquezas, destruindo as suas plantações, queimando as suas habitações, massacrando os homens e vendendo as mulheres e as crianças*" (Parissier, 1898)[96]. Relativizando o discurso vigente nos seringais sobre a "selvageria" dos índios, questionar-se-ia o padre: "*Quando visitamos hoje estas regiões noutra época tão prósperas, e agora tão pobres e tristes, nos perguntamos, não sem corar de vergonha, se os verdadeiros selvagens, as verdadeiras feras, não são estes vândalos europeus que vieram massacrar, roubar estes pobres índios que viviam felizes e tranqüilos, sem pedir nada a ninguém*". E constataria, ainda, que as "correrias" haviam, já nesta época, obrigado os índios a se retirar para as "profundezas da floresta", longe da beira dos rios, "*para viver, não na abundância, mas antes em segurança e em liberdade*"[97].

Após viajar pelos rios Murú e Tarauacá, em 1924, o padre francês Constant Tastevin, também da Congregação do Espírito Santo, forneceria, com base em depoimentos orais, a seguinte descrição da forma de organização e das estratégias utilizadas nas "correrias" durante a abertura dos seringais:

> "*Rien de plus facile que d'en finir avec une tribu gênante. On réunit 30 à 50 hommes, armés de carabines à répétition et munis chacun d'une centaine de*

---

[96] Desta viagem resultaram dois manuscritos, escritos em 1898, por J.B. Parissier, "Six mois au Pays de Caoutchouc" e "Le principal produit de la selva ammazonienne", hoje depositados nos Arquivos Gerais da Congregação do Espírito Santo, em Chevilly-la-Rue, na França. (A versão em português, aqui utilizada, do primeiro escrito foi traduzida do francês, em começo dos anos de 1990, pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII), da Universidade de São Paulo). "Do ponto de vista religioso", Parissier (1898) assim contabilizaria o resultado dessa primeira "desobriga" no alto rio Juruá: "*Fizemos ou legitimamos 101 casamentos, fizemos 521 batizados e confirmamos 830 pessoas. Ou seja, 1452 sacramentos ministrados, sem contar com os sacramentos de penitência e de Eucaristia, que foram muito freqüentes*".

[97] Parissier (1898) assim descreve as violências cometidas contra os indígenas durante a exploração e a abertura dos seringais: "*Notem que estas correrias são praticadas ainda hoje. Eis aqui o que acontece quando um branco quer se estabelecer num terreno ocupado por uma tribo de índios. Ele arma 5 ou 6 homens com bons fuzis, pega um para si também, e parte em busca da maloca. Quando esta é encontrada é cercada, os homens massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levados ao Juruá e vendidos como animais*". E externa seu pesar diante de cenas que presenciara durante sua viagem de "desobriga": "*Eu vi venderem na minha frente 8 pequenos índios de 4 a 5 anos. As lágrimas me vinham aos olhos vendo estas pobres pequenas criaturas tratadas como pequenos animais. Infelizmente não posso dizer tudo o que sei sobre os índios; quantas cenas de barbárie atroz poderiam ser citadas!!*".

balles; et, de nuit, on cerne l'unique carbet, en forme de ruche d'abeilles, où tout le clan dort en paix. A l'aurore, a l'heure où les Indiens se lèvent pour fair le premier repas et leurs préparatifs de chasse, un cri convenu donne le signal, et les assaillants font feu tous ensemble et à la volonté. Bien peu des assiégés réussissent a s'échapper: on emmène les femmes et les enfants que l'on peut prendre vivants, mais on ne fait aucun quartier aux hommes, lesquels d'ailleurs se montrent sans peur et indomptables" (Tastevin, 1925: 419).

A vingança por saques e mortes realizados pelos indígenas também motivaram parte das "correrias". Neste caso, por iniciativas dos patrões, ou atendendo às pressões dos seringueiros, essas incursões, que em certos casos, reuniam homens dos seringais das vizinhanças, eram justificadas pelos seringalistas com o argumento de que necessitavam "dar segurança" aos fregueses, para assegurar sua permanência na propriedade, garantir a produção de borracha e desencorajar novos ataques promovidos pelos índios.

Alfredo Lustosa Cabral descreve, de maneira semelhante a Tastevin, a organização de uma dessas "correrias", promovida por seringalistas vizinhos ao Redenção contra uma maloca dos Katukina, após um ataque a eles atribuído no seringal Primavera, que resultara na morte de três seringueiros e o roubo de seus pertences:

> "*De pronto foi organizada uma correria. Era preciso ação pronta, decidida, urgente. Compunha-se de vinte homens, com trezentos cartuchos Winchester cada um. Redenção forneceu quatro rapazes, o resto foi arranjado em outros seringais. Penetrando na mata, foram dar com as malocas depois de terem andado três dias. Roçado enorme, cheio de lavoura, num planalto, e no centro o barracão semelhante a circo de cavalinhos, tendo duas portas, salientando-se um mastro com lugar para sentar-se o espia que descortinava grande parte do roçado. Tomaram chegada às seis da tarde, hora em que o selvagem costuma estar em casa reunido. Dormiram a certa distância do aceiro. Às cinco horas da manhã, avançaram formando cerrado tiroteio (...) A mortandade foi grande, mas escafederam-se muitos (...) conseguiram prender uns quinze colomins, de oito a dez anos. Os novinhos deixaram (...) No regresso, os prisioneiros começaram a gritar demais, sendo preciso abandoná-los, deixando-os à toa, perdidos. Outros praticavam selvageria destampando a cabeça dos inocentes com balas*" (Cabral, 1984: 61-62).

Tastevin (1928: 211) relata que no Riozinho da Liberdade "chegou-se até a arremessar pequenos índios ao ar para recebê-los sobre a ponta de um punhal". Diz o padre que casos como este constituíram exceções, ainda lembradas, com horror, por seus informantes, trinta anos após a chegada dos primeiros exploradores a esse rio. Ainda que tratada como exceção pelo padre francês, relato de situações semelhantes, da destruição das malocas comunais, da morte dos homens adultos, da captura de mulheres e crianças, bem como dos atos de violência extrema contra os sobreviventes, surgem com relativa

regularidade em testemunhos diversos, escritos e orais[98]. É o caso, por exemplo, de depoimento gravado, em 1994, com Jorge Lemes Ferreira Kaxinawá, então com 58 anos, no qual essa liderança da aldeia Praia do Carapanã, a partir de histórias ouvidas de seus avôs e de seu pai, ressalta a violência que permeou as "correrias" promovidas por seringueiros e caucheiros no médio rio Tarauacá em início do século passado:

> "*Meu pai me dizia que meu avô era do tempo quando Kaxinawá ainda era brabo, morava em cupichaua nas terras firmes, andava com pau amarrado na envira na cintura. Meu avô viveu nu, só com um cordãozinho para amarrar o pau para cima na cintura. A mulher tinha só uma saiazinha feita de tecido de algodão. (...) Nesse tempo, seringal não existia ainda (...) quando meu pai começou a trabalhar, ele me contava estória, ele vivia muito preocupado devido que tinha muita correria. Tanto caucheiro peruano como patrão cariu maltratava muitos os índios, matava, tratava que nem bicho da mata. Atacava, matava gente e tocava fogo no cupichaua. Esses meninos pequenos, dizia que jogava pro alto e aparava na ponta da faca. Finada minha avó contava isso pra mim. Matava os homem tudinho e amarrava as mulher pra levar. Arrasava os cupichaua, tocava fogo. Meu vovô me contava. (...) quando parava de vir aqueles caucheiros, via quantidade de gente do pessoal dele tudo morto. Passava por cima de gente morto, de bala, furado de faca. Cariu botava fogo na casa. Assim, morreu muito velho, muito homem feito. Com isso, os poucos índios que restavam eram obrigados a fugir pro centro da mata e pras cabeceiras dos rios e igarapés. Nisso, vinha lutando meu pai. Meu pai contava isso pra mim. Desde o tempo que eu venho lutando até aqui, chegou uma época em que foi resolvido esse problema de correria, que vinha sacrificando muito, de primeiro*" (Iglesias, 1995: 2).

A presença mais significativa de grupos de caucheiros peruanos em vários afluentes do rio Juruá coincidiu com o período inicial de implantação da empresa seringalista. Parte deles teria chegado pelos altos rios Javari e Jaquirana em meados dos anos de 1890, e, pouco mais acima, às terras dos divisores dos rios Juruá e Ucayali, no trecho entre as cabeceiras dos rios Moa, e Juruá Mirim (Castello Branco, 1959: 142-43).

---

[98] Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 19 de dezembro de 1911, Luiz Sombra, por sua vez, relata o que considerou "fatos hediondos", dos quais teve conhecimento durante suas atividades como delegado de polícia no vale do Tarauacá no biênio 1905-1906: "*No rio Iboiassu, affluente do rio Murú, um seringueiro apellidado Cobra Grande matou cinco creancinhas que trouxe de uma correria sportiva feita com outros companheiros! Elle atirava as crianças para o ar, aparava-as na ponta de uma faca e jogava em seguida ao rio, tendo quebrado a ponta da faca ao espetar! (...) No seringal São Francisco, alto Envira, outro seringueiro matou dous curumins trazidos de uma correria, esmagando-os perversamente sob os pés, dando depois como justificativa desse seu cruel procedimento o não haver encontrado quem quizesse ficar com aquelles pagãos*" (Arquivo SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 002, Fot. 33-34). Relato similar consta de depoimento prestado por Dona Mariana Feitosa do Nascimento à antropóloga Mariana Ciavatta Pantoja, ao rememorar as palavras de uma índia velha, "pega" numa correria no alto rio Envira, em 1911, quando, no barracão do patrão que encomendara a correria, reencontrou duas meninas Nehenawa (uma delas Dona Regina, mãe de Dona Mariana), "pegas" em outra incursão, que ainda demonstravam intenção de fugir: "*Minhas filhas, não vão mais s'embora, nós não têm mais ninguém, mataram tudo o nosso pessoal, mataram tudo, tudo, tudo! E não escapou nem os pequenininhos, mataram com a ponta da faca, sacudia e aparava com a faca*" (Pantoja, 2004: 123-24).

Dentre os patrões caucheiros chegados nestas levas pioneiras, destaque é dado a Carlos Scharff, filho de alemães, que por pouco mais de dois anos permaneceria nas cabeceiras dos rios Gregório e Liberdade, à frente de um grupo de mais de 300 caucheiros, antes de se retirar para o alto rio Purus, em 1901, levando parte de sua freguesia. Aviados da firma Hidalgo Ruiz & Cia, sediada nas proximidades da boca do rio Moa (próximo à futura sede de Cruzeiro do Sul), passariam então a trabalhar nos rios Gregório e Liberdade para o também peruano Efraim Ruiz, ali permanecendo por mais um ano, quando esse patrão se transferiria com parte dessa freguesia para a foz do rio Breu, no Alto Juruá (Mendonça, 1989: 210-11; Castello Branco, 1959: 142)[99].

Informações do delegado federal no Alto Purus, Coronel José Ferreira de Araújo, reproduzidas no jornal *O Paiz* de Manaus em 1904, davam conta que os caucheiros de Carlos Scharff teriam "massacrado" cerca de 400 índios em "correrias" realizadas no rio Gregório (Castello Branco, 1950: 19; 1959: 212). Em depoimento prestado em 1996, o velho chefe Yawanawá, Raimundo Luiz, destacaria essas "correrias" realizadas por caucheiros peruanos, nessa época, contra malocas dos Jaminawa, Rununawa e Shawanawa (Arara) no Riozinho da Liberdade e contra os Yawanawá no rio Gregório, resultando em grande quantidade de mortos e na dispersão de muitas famílias indígenas:

> "*Meu pai também contava que depois que os peruanos chegaram nas cabeceiras do Gregório e do Riozinho da Liberdade muitos índios foi massacrado. Esses peruanos ninguém sabia donde é que eles vinha, ninguém não via os caminhos por onde eles chegava. Sabia que eles tava acampado na cabeceira do Gregório. Era muito peruano. Eles botava muita mercadoria, muito armamento e utensílio pra tirar leite de caucho. Não era seringa, era caucho. O chefe dos peruanos mesmo*

[99] À época a presença de os caucheiros nessa região fora denunciada em relatórios das autoridades governamentais sediadas em São Felipe. Esses documentos alertavam para a subida de lanchas e vapores peruanos pelo rio Juruá e seus afluentes (Tarauacá, Murú e Envira), trazendo centenas de caucheiros da cidade de Iquitos, no Departamento de Loreto (Castello Branco, 1959: 140-41). A localização dos caucheiros de Carlos Scharff no Riozinho da Liberdade em começo do século é detalhada pelo padre Tastevin: "*C'est en 1883 que les chercheurs de gomme arrivérent a lémbouchure du "Riozinho da Liberdade" (...) En 1900 nous y trouvons les Péruviens installés á la bouche de Caxingó: ils y amenèrent même une embarcation à vapeur, la seule qui ait jusqui'ici passé du Forquilha et y firent un chargement de gomme de* castilloa *elastica, le caoutchouc proprement dit*" (Tastevin, 1928: 213). Ao contrário do que usualmente registra a literatura a respeito dos caucheiros, ao destacar a exclusiva presença de homens nessas atividades, exceção feita a mulheres indígenas capturadas em "correrias", às "concubinas" dos patrões e a eventuais serviçais nos trabalhos domésticos nos postos, Alfredo Lustosa Cabral ressalta a presença de mulheres e crianças, famílias, portanto, fato que também seria constatado nessa época por Manuel Pablo Villaneuva (1902). Durante visita ao seringal na foz do rio Tarauacá, pouco acima de São Felipe, em 1902, Cabral, que trabalhou no Riozinho da Liberdade em 1900-1901, observou a expressiva presença de caucheiros e famílias ali e no rio Gregório: "*Pedi* [ao gerente] *que ao menos arranjasse barraca para nos abrigar. Era impossível, disse. Todas do pátio ocupadas por caucheiros peruanos, que chegaram das cabeceiras do rio Gregório (...) e aguardavam navio que os conduzisse a Iquitos (Peru). Além de umas seis barracas cheias, viam-se mais de trinta cobertas de lona, apinhadas de homens, mulheres, crianças. À frente do barracão, no Juruá, via-se também um navio velho (...) Fora antes vaso de guerra peruano, e depois de imprestável o adquiriam para servir de pontão. Estava ali ancorado há um mês, aguardando a chegada de outros caucheiros e um rebocador que o conduzisse também a Iquitos*" (Cabral, 1984: 46).

morava na cabeceira do Gregório. De lá ele mandava no Riozinho da Liberdade e nos outros rios de perto também. Só não dominou no rio Tarauacá. (...) Aí, eles dominava os índios, tomava as mulheres de cada tribo. Então, esse chefe dos peruanos, ele não trabalhava. Era só mesmo pra guarnecer as mercadorias. Botava outros peruanos pra trabalhar dentro do Riozinho da Liberdade e um bocado no rio Gregório. (...) os peruanos mataram muita, muita, muita gente. Por causa disso os índios também se espalhou por outros cantos. Os índios também mataram muitos peruanos. Aí quando mataram, com pouco mais, vieram muito peruano, aí morreu índio, morreu índio, morreu índio, mas mataram muito peruano também. Aí os peruanos se afastaram mais" (Aquino, 2001: 32-33)[100].

Nos primeiros anos do século, contudo, os altos rios Juruá e Purus constituíram as principais rotas de penetração dos caucheiros onde seringais acabavam de ser implantados, ou funcionavam fazia anos, região que seria palco de conflitos localizados entre brasileiros e peruanos e objeto de negociações e tratados diplomáticos entre os governos de ambos os países. Nessa região de cabeceiras, a abertura de seringais, a ocupação das colocações pelos seringueiros, a presença temporária dos caucheiros, a sobreposição dessas atividades, ensejando, em certos casos, acordos de cooperação entre patrões brasileiros e caucheiros, concorreram para a ocorrência de múltiplos conflitos armados e a realização de "correrias" contra vários grupos indígenas, alguns cujos antigos territórios já estavam ali localizados, outros chegados nos anos anteriores, deslocados, a sul, pela gradual chegada dos caucheiros e, a norte, pelos seringueiros.

Além das explicitadas anteriormente, evidências das atividades dos caucheiros nas cabeceiras dos principais afluentes do alto Juruá, durante e após a implantação dos seringais, bem como das conseqüências dessas atividades para as formas de vida de diferentes grupos indígenas, constam de textos resultantes de duas viagens realizadas pelos engenheiros Jorge Von Hassel e Manuel Pablo Villanueva[101] nessa região fronteiriça em

---

[100] Nesse depoimento, prestado a Terri Valle de Aquino, por ocasião dos trabalhos de fundamentação da criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Raimundo Luiz detalharia estratégias utilizadas pelos Yawanawá nos confrontos com os caucheiros: "*Os Yawanawá começaram a estudar como matar mais peruano. Tiraram as fardas daqueles que eles já tinha matado, vestia e quando chegava perto, eles ficava confundido. Os peruanos pensava que era tudo patrício deles, assim foi matando muito peruano. Os peruano não sabia mais quem era quem. Então, isso confundiu muito. Aí os peruanos foram embora. Nunca mais vimos peruano. Nosso pessoal foi se afastando, morando na terra firme das cabeceiras dos igarapés* (Aquino, 2001). Tescon, chefe dos Rununawa e Shawanawa, nas cabeceiras do Riozinho da Liberdade, ganharia fama como valoroso "tuxaua", dentre outros feitos, pela morte de pouco mais de 30 peruanos durante esses confrontos. Referências a essas "proezas" de Tescon contra os peruanos, sobre sua chefia e sobre as relações estabelecidas posteriormente com os seringalistas e agentes de governo constam em relatórios oficiais (Oliveira, 1907; Linhares, 1913), em relatos do padre Tastevin (1926; 1928), no relatório biográfico de Felizardo Avelino de Cerqueira (1958) e em estudos de cunho histórico (Castello Branco, 1950; Barros; 1993), e serão objeto de análise em capítulos posteriores (IV e V).

[101] De origem alemã, Jorge Von Hassel fora oficial do exército de seu país e se agregara ao "Exército Maior Geral" russo na campanha do Cáucaso e às forças armadas austríacas na ocupação da Herzegovina (Hassel, 1904: 245). Realizadas sob delegação do Governo do Departamento de Loreto e o respaldo cien-

1902. A recente "descoberta" pelos caucheiros de vários varadouros ligando os altos rios Purus, Envira, Tarauacá e Juruá, que, integrados a redes mais amplas de caminhos, permitiam a ligação dessas cabeceiras com diversos pontos do rio Ucayali[102], e dali para as cidades de Pucallpa e Iquitos, é ressaltada por Villanueva (1902: 411; 424). À época, segundo constatou, os lugares mais atraentes para se trabalhar eram as cabeceiras dos rios Tejo, Breu e Tarauacá, devido aos grandes cauchais ali recém identificados (1902: 386).

Dentre os "índios não reduzidos" espalhados nessa região, Villanueva (1902: 426-27) destacaria os Yura no alto Juruá e seus afluentes, os Capanawa nas cabeceiras do Breu e grande número de "Yuminahuas" (Jaminawa) e Amahuacas nos rios Jordão, Tejo e São João e "nas montanhas vizinhas ao Tarauacá". Os últimos três seriam também citados por Hassel (1905: 34), localizando-os nas cabeceiras dos rios Juruá, Tarauacá e Purus em mapa que ilustra seu artigo precedente (Hassel, 1903)[103]. A população dos Amahuaca, dividida em "numerosas sub-tribos"[104], foi por ele estimada entre seis e nove

---

tífico da Sociedad Geográfica de Lima, nessas viagens Villanueva como Hassel tinham por atribuição fazer um diagnóstico da situação das fronteiras do Peru com os seus países vizinhos. Os textos que resultaram dessas viagens propõem ao Estado peruano ações para garantir a soberania e a ocupação na região amazônica, sugerindo, inclusive, possíveis traçados para a construção de ferrovias, com intenção de permitir sua definitiva integração econômica e política ao restante do país (Villanueva, 1902; Hassel, 1903, 1904, 1904a). Segundo Castello Branco (1959: 189), Villanueva, acompanhado do caucheiro Leopoldo Collazos, já estivera em "missão secreta" para o governo de Loreto no alto Purus, onde chegaram a hastear a bandeira peruana, afirmaram tratar-se de território daquele país e acabaram repelidos por seringalistas locais. Em 1902, sua viagem pelos rios Tamaya e Amônia acrescentaria dados à expedição anterior do Capitão da Marinha de Guerra Enrique Espinar, de 1897, e teria servido para alertar aos comerciantes e caucheiros da chegada de forças militares peruanas para apoiar a ocupação então em curso. Villaneuva ocuparia depois o cargo de cônsul do governo peruano na cidade de Manaus (ibid: 147).

[102] Segundo Villanueva, dois varadouros saíam do Breu, rio ocupado por uma centena de caucheiros peruanos, para o Riozinho (como então era também conhecido o rio Jordão): se alcançava as cabeceiras deste último, à altura do seringal Revisão, pelo paranã Busnã e o seu médio curso, à altura do seringal Bom Jardim, pelo próprio Breu. Outro varadouro partia do rio Tejo, povoado por brasileiros e peruanos, para alcançar o rio Tarauacá, caminho de onde Villanueva viu famílias inteiras de caucheiros, após atravessar "*regiões desprovidas de recursos e infestadas de infiéis*", saírem no rio Amônia e, pelo varadouro do rio Tamaya, chegarem às águas do rio Ucayali. Cita ainda a existência de um terceiro caminho, usado por "*todos los caucheros procedentes del Tarahuacá ó del Embira, que salen unos huídos y otros después de pagar sus cuentas*", que, em sua continuação, permitia a ligação mais próxima do Alto Juruá com o Ucayali, passando pelos rios Huacapistea e Cohenhua (Villaneuva, 1902: 422-23). O intenso uso desse último varadouro pelos caucheiros foi também ressaltada pelo chefe da comissão brasileira, Belarmino Mendonça (1989: 64; 205), após a expedição de reconhecimento do Alto Juruá, em 1906. Destaca ainda a existência de varadouros, usados desde 1897, por brasileiros e peruanos para comunicar-se do Alto Juruá com os rios Tejo e Tarauacá (1989: 197). À semelhança do "Istmo de Fitzcarrald", é plausível afirmar que esses varadouros "descobertos" e utilizados pelos caucheiros em seus deslocamentos pelas cabeceiras dos afluentes do Alto Juruá também constituíam antigos caminhos usados por vários grupos indígenas antes da chegada dos brasileiros e peruanos.

[103] Com base, em sua maior parte, nessas mesmas fontes, tanto Tastevin & Rivet (1921) como o "mapa etno-histórico", produzido por Curt Nimendaju (Brasil. IBGE, 1987), corroboram a distribuição dos Amahuacas e dos demais grupos nessa região, ao longo da fronteira brasileiro-peruana.

[104] Hassel (1905: 53) oferece a seguinte definição ao termo "sub-tribo", na seção sobre as "formas de governo": "*Ninguna tribu de la cuenca amazónica peruana cuenta com forma alguna de estado. Todas, in-*

mil índios, a dos Jaminawa, "sub-tribo dos Amahuaca", moradores das cabeceiras do rio Envira, entre um e 1,5 mil, e a dos Yura, habitantes do Alto Juruá, em pouco menos de mil (Hassel, 1905: 31; 34).

Segundo Villanueva, esses indígenas viviam "em constante movimento", "errantes", "em condição deplorável", sem casas fixas e sem roçados para se alimentar, devido às recorrentes perseguições promovidas pelos caucheiros, como represálias e punições por "assaltos" e "pilhagens", que costumavam realizar em busca de armas, instrumentos de trabalho e farinha[105]. Uma tendência ao seu "inexorável" decréscimo populacional se configurava, resultado das mortes dos homens que se opunham às "correrias" e da venda dos sobreviventes na condição de "escravos". Além de afugentá-los das cercanias dos acampamentos caucheiros, o "verdadeiro" objetivo das "correrias", afirma, era a captura de jovens e mulheres indígenas, para vendê-los a "bons preços"[106], a patrões peruanos e brasileiros, quem mantinham-nos a seus serviços na floresta ou levavam-nos para centros urbanos distantes.

"*Muchas tribus ya han desparecido y otras más están próximas a desaparecer; por lo general, todas están sujetas a una reducción rápida*", afirmaria Hassel (1905: 64), atribuindo essa situação à disseminação de doenças contagiosas (especialmente a varíola), às "guerras" intertribais e às "correrias" promovidas por "brancos" interessados em "lucrativos negócios com carne humana" (1905: 27-8). Nos cinco anos anteriores, diz, certos caucheiros teriam vendido, cada um, mais de 300 índios. Estima, ainda, que, para além dos mortos nas "correrias", cerca de 60% dos "infieles" nelas capturados faleciam pouco depois, devido às "bruscas mudanças nas formas de vida" e aos maus tratos aos quais, principalmente os jovens, eram submetidos, transformados em "escravos" e

---

clusive las más fuertes y poderosas, se componen de una agrupación de famílias, y el jefe de éstas dispone de todas. Las famílias que viven en las cercanías constituyen una subtribu, y eligen ou reconocen un jefe de familia como jefe de la subtribu ó tribo". Um olhar atento ao mapa de Hassel indica que de fato sob a denominação "genérica" de Amahuaca estava subsumida uma grande diversidade de grupos indígenas falantes de línguas Pano, não discriminados ou localizados em seu esboço cartográfico da região fronteiriça então "contestada" entre Brasil e Peru.

[105] O relatório de Belarmino de Mendonça (1989: 197; 205) também destacaria a ocorrência, em anos anteriores e à época da estadia da Comissão Mista, de freqüentes "correrias" organizadas por caucheiros contra os "*gentios amahuacas, cujas malocas têm dizimado, apoderando-se das mulheres e crianças e matando os homens*", bem como a presença de índios "mansos" dentre os contigentes de trabalhadores peruanos.

[106] À época, diz Villanueva, um menino de 10 a12 anos valia 500 soles, e mais "no caso de ser Ashaninka". Uma menina da mesma idade alcançava preços entre 300-400 soles, e pouco menos se maior de 20 anos. Explicaria essa diferença pela dificuldade dos índios, a partir de certa idade, de se adaptarem à nova vida e pelas freqüentes tentativas de fuga. Considerava também que os mais novos podiam chegar a esquecer "seus costumes selvagens", aprender o castelhano e ser muito úteis a seus patrões, "*si és que viven, pues estas infelizes criaturas, arrancadas del lado de sus padres, a quienes quizá vieron morir por defenderlos, caen com frecuencia en profunda melancolía y sucumben sin enfermedad aparente*" (Villanueva, 1902: 427-28).

utilizados em tarefas pesadas na floresta e em serviços domésticos[107]. E assim avalia os resultados desses processos sobre os grupos indígenas: "*Los infieles, pues, nada aprovechan de la civilización; por el contrario, aprenden muchos vicios que no conocian en sus montañas*" (Hassel, 1904: 244)

Preocupado com a efetivação de ações pelo governo peruano para garantir a soberania sobre a "região contestada", Villanueva ponderaria sobre os reais beneficiários das atividades até então realizadas pelos caucheiros, caracterizadas por grandes deslocamentos e uma "instabilidade inevitável", que, a seu ver, haviam contribuído decisivamente para remover a incômoda presença indígena dos seringais abertos e trabalhados por brasileiros:

> "*Quizás si hasta contraproducente para nuestros intereses han sido las exploraciones de los caucheros peruanos, porque, mercéd a sus esfuerzos, se han alejado los indios selvajes que constantemente amenazaban a los shiringueros en sus barracas. Al despejar y limpiar la montaña, los peruanos trabajaron en beneficio ajeno, porque los brasileros no tardaron en derramarse por todas las quebradas en que, hasta entonces, nunca se aventuraron*" (Villanueva, 1902: 387)[108].

---

[107] Em dois textos, Hassel (1904, 1905) faz apelos aos governos para que "amparassem" esses grupos indígenas, a quem os "brancos" perseguiam e caçavam como "animais da mata", reconhecendo seu valor apenas pelos preços que alcançavam ao comercializá-los: "*Aprovecho de esta oportunidad para protestar ante el mundo civilizado contra los abusos y la destrucción innecesaria de estos seres primitivos, que la codicia del llamado hombre civilizado ha puesto entre los productos del mercado amazónico; pues es un hecho conocido por todos que se cotízan allí como cualquier mercadería*". Reivindica, diferentemente, que os governos, com "os poderosos auxílios da civilização", os "conquistassem" e "incorporassem" à "sociedade civilizada". E conclamaria os "homens das ciências" a realizar estudos minuciosos dessas tribos, representantes dos "primeiros graus do desenvolvimento humano", num momento em que passavam por uma completa mudança, pelo "surgimento de uma nova raça", forjada pelas misturas, dos grupos entre si e com os caucheiros, e pela incorporação de novos costumes e tecnologias (por exemplo, o abandono do machado de pedra e a adoção de armas de fogo) (Hassel, 1905: 28). Como contribuição a essa tarefa, diz, tornava públicos seus breves apontamentos, frutos de dez anos de viagens, "*aprovechando los últimos momentos en que guardan todavía sus primitivas costumbres, antes de que las absorba la civilización dominante* (...)". Conforme será visto no capítulo seguinte, proposta semelhante seria feita pelo delegado Luiz Sombra (1913) após viajar aos rios Murú e Iboiaçú em 1905, ao sugerir ao Museu Nacional a constituição de coleções de cultura material e a promoção de estudos dos costumes e línguas dos indígenas do Território do Acre, "antes de sua eminente extinção". Em outro texto (Hassel, 1904: 244), destacaria as iniciativas levadas a cabo à época por agentes religiosos para levar a "civilização" aos indígenas: "*En esta capital* [Iquitos] *hay varios frailes dedicados a la conquista de infieles; han establecido una escuela correcional, en la cual ellos y otras personas, les enseñan trabajos útiles, el idioma español, los convierten al cristianismo y los hacen buenos ciudadanos que pueden servir más tarde como misioneros entre sus proprios paisanos*".

[108] Villanueva (1902: 384) alertaria ainda para os perigos enfrentados pelos caucheiros ao trabalhar em regiões onde patrões brasileiros não hesitavam em pegar em armas para assegurar o controle, ou se apossar, de trechos de floresta recém abertos à produção da borracha: "*Hasta las quebradas mas insignificantes son objeto de viva explotación, pues en todas abunda el precioso árbol. Por la posesión de esas quebradas, llamadas* igarapés *por los brasileiros, ocurren riñas sangrientas, pues no es raro el caso de que un shiringueiro, con pretensiones a las estradas tales o cuáles, arme a su gente y vaya con ella a atacar al que disputa el dominio de las mismas. En este punto son irreconciliables nuestros vecinos. Por un poco de jebe cometen los crímenes más abominables*".

As "correrias" realizadas pelas turmas de caucheiros, que se retirariam da maior parte da região após o esgotamento dos nichos de *castilloa*, permitiriam, como indica Villanueva, a consolidação dos seringais em certas regiões, viabilizando que igarapés onde a presença indígena fora antes ameaça fossem explorados, colocações fossem abertas nos antigos territórios indígenas e que os seringueiros se assentassem e trabalhassem "com segurança".

Ao contrário do ocorrido nos trechos peruanos dos altos rios Juruá e Purus, foco principal das viagens e dos textos de Villaneuva e Hassel, na extensa região ocupada pela empresa seringalista, os caucheiros não parecem ter priorizado o estabelecimento de alianças com chefes de grupos extensos indígenas, e nem deliberadamente promovido guerras intertribais, como estratégia para obtenção de "escravos", ou a transposição forçada de grande número de indígenas já "escravizados" para aproveitar sua mão de obra em regiões distantes. Não se deve, contudo, desconsiderar as perdas territoriais e os profundos impactos demográficos sofridos pelos grupos indígenas em razão das "correrias" realizadas pelos caucheiros em meio aos seringais, que resultariam, sim, da destruição de malocas, do número elevado de mortos, de atos de extrema violência, da pilhagem e queima das plantações, da introdução de doenças contagiosas, bem como na captura de considerável número de mulheres e crianças, levadas ou revendidas a comerciantes ou moradores de centros urbanos.

Apesar da historiografia via de regra ressaltar a coincidência temporal da atuação dos seringueiros e caucheiros nos seringais do Alto Juruá, suas formas de atuação são retratadas como antagônicas, face aos argumentos da estabilidade do povoamento dos brasileiros e da produção de borracha nos seringais, vis a vis a itinerância da atividade caucheira, e como geradora de relações conflituosas, fato justificado pelos enfrentamentos armados ocorridos na Foz do rio Amônia e no Alto rio Purus na primeira metade dos anos de 1900. Num momento em que a soberania sobre a região estava em questão nas instâncias diplomáticas, conforme já apontado, a maior parte dos documentos oficiais ou dos textos da época, procuraria, dependendo da nacionalidade do autor, ou do governo para o qual estava a serviço, dar provas da anterioridade da chegada dos brasileiros ou dos peruanos e do efetivo "uti posseditis" que exerciam sobre a região.

Exceções são os poucos textos que destacam a existência de iniciativas conjuntas de brasileiros e peruanos, nos primeiros anos do século passado e mesmo após a criação do Território Federal do Acre, com vista à promoção de "correrias" e à destruição das malocas comunais encontradas em áreas com potencial produtivo de borracha e de

caucho. É o que fez, por exemplo, o Tenente do Exército Luiz Sombra, após viajar pelos rios Tarauacá, Murú e Envira em 1905-1906, ao apontar que "muitas vezes" os seringalistas contratavam caucheiros peruanos para "*a expulsão ou extermínio dos índios existentes nos seringais que exploram a trôco da devastação gratuita dos cauchaes* (...)" (Sombra, 1913).

Em final de 1911, a leitura de telegrama publicado no *Jornal do Commercio*, denunciando as "bárbaras correrias" que acabavam de sofrer os índios no alto rio Tarauacá, motivaria Luiz Sombra a escrever, no mesmo jornal, um breve texto sobre as "barbaridades" que ele próprio constatara durante sua atuação naquela região. Escrito por um agente destacado anos antes pelo Prefeito do Departamento do Alto Juruá, Thaumaturgo de Azevedo, com "plenos poderes para a repressão das correrias" (Sombra, 1913), a importância desse texto de Sombra (1911) também reside na distinção ali feita entre o que acreditava constituírem os principais "motivos" das "correrias" durante a implantação da empresa seringalista. Segundo Sombra seriam três as principais razões que teriam motivado a realização das correrias nesse período: "1°, para iniciar a exploração de um seringal ou cauchal; 2°, em represálias; e 3, como gênero de sport"[109].

O ex-delegado de polícia atribui a realização do primeiro tipo de correria "quase sempre" aos caucheiros peruanos, por iniciativa própria, para expulsar os índios das malocas situadas em áreas de cauchais e para se abastecerem em seus roçados, ou por "conta de terceiros", patrocinados por seringalistas brasileiros, que "repugnando-lhes mandar exterminar directamente as malocas existentes nos seringais que pretendiam explorar", recrutavam-nos para proceder com esse serviço, mediante acordos para a exploração da *castilloa* que ali encontrassem. Esclarece Sombra que os indígenas não se opunham às explorações dos seringueiros, desde que não lhes "devastassem" suas plantações ou "arrebatassem" suas mulheres e filhos. As correrias realizadas pelos patrões, avalia, ocorriam quando tinham que lidar com "índios intratáveis" ou por "simples perversidade".

As correrias motivadas por "represálias" ocorriam, segundo Sombra, quando

[109] "Correrias de índios". *Jornal do Commercio,* Rio de Janeiro, 19/12/1911 (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 002, Fot. 033-34). Até o presente, salvo engano, esse texto permanece sem utilização na historiografia sobre a região. No artigo, Sombra afirma, ainda, que as "correrias", fato de amplo conhecimento de todos os que tivessem viajado pelo interior da Amazônia, negadas ou ignoradas apenas pelos "ingênuos ou indiferentes", ocorriam não apenas no Território do Acre, mas nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, além de nas repúblicas vizinhas. É destaca que as "propaladas atrocidades" ocorridas no rio Putumayo, então seguidamente noticiadas na imprensa nacional, eram fato comum em "outros rios do Amazonas". Nem mesmo as "tribos" que já viviam em "relações amistosas e pacíficas" com os seringueiros, pondera, estavam "isentas da sanha brutal das correrias", afirmação que retomaria em seu texto posterior (Sombra, 1913).

malocas eram atacadas pelos seringueiros por "vingança" pelas mortes de seus companheiros pelos indígenas. Estas mortes, ressalta o delegado, resultavam, na maioria das vezes, de violências previamente cometidas pelos "civilizados": assassinatos, captura de mulheres e crianças, destruição dos roçados ou seguidos furtos ali realizados. Mesmo considerando que, em boa parte dos casos, eram os seringueiros os "provocadores dos índios", o ex-delegado chama a atenção para um importante componente dessas iniciativas: as demandas dos fregueses geravam uma "sujeição" dos patrões, "*obrigados a se identificar com a vingança de seu pessoal, a fim de que este não abandone o serviço da extracção da borracha, o que lhes causaria um grande prejuízo*". Conforme será discutido adiante, a "segurança" dos seringueiros e a garantia da produção de borracha constituíam, naquele então, os principais argumentos dos patrões ao justificar a "necessidade" de promover "correrias" contra os indígenas, única alternativa de que dispunham, alegavam, para evitar novos ataques e roubos nas colocações e mortes entre seus fregueses.

Assim como fariam outros agentes missionários e governamentais que viajaram ou trabalharam na região, Sombra procederia com uma relativização crítica do discurso que atribuía aos índios uma natureza intrinsecamente "selvagem" ou "traiçoeira". Destaca, para tal, a "pesada diferença" entre as vinganças dos seringueiros contra os "selvícolas" e aquelas dos índios contra "os que se diziam civilizados". Estes últimos, afirma, atacavam "*de sorpreza em suas malocas, que arrasam completamente, trucidando a todos que ahi encontram, sem dó nem piedade, raramente poupando alguma mulher ou criança, a quem aprisionam e escravizam*". Os indígenas, por sua vez, procederiam "*nobre e generosamente, nunca atacando seus inimigos sem lhes ter feito previamente três avisos espaçados, afim de que eles procurem evitar vingança ou não insistam em damno que lhes estejam causando*". E conclui: "*É os que assim tão nobre e generosamente procedem que são acoimados com o labéu injusto de traiçoeiros!*".

Por fim, Sombra destaca as "correrias" como "*gênero de sport*", a seu ver, "*as mais injustificáveis, as mais perversas, mas, felizmente, muito raras*". Ocorriam, segundo ele, na maioria das vezes sem conhecimento ou assentimento prévio dos patrões, no período de paralisação dos trabalhos de extração, devido às fortes chuvas, quando seringueiros e caucheiros estavam "desocupados". Eram organizadas, diz, "*pelo preconceito feroz que elles alimentam de que não é pecado nem crime matar índios, porque el-*

les são pagãos, ou infideles, como dizem os peruanos"[110]. Nestas, esclarece, seringueiros costumavam "*atacar as malocas visinhas ou descobrir outras, de onde afugentam os índios e lhes arrebatam mulheres e filhos, dando-as ou vendendo-as depois, amaziando-se alguns com as cunhãs que trazem e criando os curumins e cunhatainas que tomam paternal carinho*".

Trabalhos acadêmicos produzidos por antropólogos procuraram diferenciar modalidades de "correrias" ocorridas nos altos rios Juruá e Purus em diferentes momentos históricos da empresa seringalista. Em sua dissertação, Terri Valle de Aquino destaca que os próprios Kaxinawá do rio Jordão, em entrevistas realizadas em meados dos anos de 1970, distinguiam dois "tipos" de correrias organizadas pelos proprietários dos seringais: "*a) aquelas que visavam exclusivamente o extermínio dos grupos indígenas e b) aquelas que visavam incorporá-los como força de trabalho nos seringais da região*" (Aquino, 1977: 44).

A definição apresentada por Aquino para o termo[111], à primeira vista, parece indicar sua ocorrência apenas durante a implantação e inicial funcionamento da empresa seringalista, e sua organização apenas por brasileiros. Contudo, em trechos posteriores da dissertação, destaca sua realização nesse mesmo período por caucheiros peruanos. Por outro lado, a própria distinção feita pelos Kaxinawá do rio Jordão, destacada pelo autor, ressalta a continuidade de ambos os tipos de "correrias" após o período do apogeu, durante a crise na economia da borracha. Enquanto alguns patrões continuariam a promover expedições para afastar índios "brabos" das cercanias de seus seringais e dar "segurança" aos seus trabalhadores, outros ensejariam iniciativas com o objetivo de incorporar a mão de obra indígena aos trabalhos nos seringais[112].

Em sua tese de doutorado, Jacó César Picolli (1993) construiu uma tipologia que

---

[110] Em seu texto posterior, Sombra (1913) faria novamente alusão a este tipo de correria, afirmando que ela constituía "*o esporte predileto de muitos seringueiros durante os lazeres da safra*", reforçando, com as mesmas expressões, o preconceito que os ditos civilizados nutriam pelos índios como principal motivo para sua realização. Nesse mesmo texto, o ex-delegado constata que a "perversidade" dos seringueiros contra os índios pagãos inclusive se voltava, por vezes, contra membros daqueles grupos com os quais já mantinham "relações amistosas e pacíficas": "(...) *embora esses* [os índios - MPI] *já sejam amigos ou mansos, como dizem aqueles* [os seringueiros - MPI], *que não tem o menor escrúpulo de atirarem num índio pagão, embora manso, só pelo prazer de verificar a boa pontaria de seu rifle*".

[111] É a seguinte a definição apresentada por Aquino (1977: 38): "*Correria é um termo regional utilizado para caracterizar as matanças organizadas dos diversos grupos indígenas pelos proprietários dos seringais recentemente abertos, com a justificativa de garantir a segurança dos seringueiros*".

[112] Indicação neste sentido é a identificação feita pelos próprios Kaxinawá de cada uma dessas modalidades de "correrias" com diferentes personagens, "matadores de índios", de um lado, e "amansadores" ou "catequizadores" de índios, de outro, que atuaram por quase sessenta anos nos rios Envira, Jordão e Juruá. As trajetórias e formas de atuação de dois desses personagens, Pedro Biló, como paradigma do primeiro caso de "correria", e de Felizardo Cerqueira, como "catequizador", serão objetos de análise no Capítulo V.

distingue três modalidades de "correrias" nos seringais dos altos rios Juruá e Purus[113], correspondentes a diferentes "fases" da economia gomífera: as "correrias de desbravamento" (1840-1870), ocorridas durante a exploração dos baixos cursos dos rios Juruá e Purus; de "conquista e ocupação" (1880-1914), coincidindo com a "fase áurea do extrativismo", realizadas por seringueiros e caucheiros; e de "catequização ou integração", que teriam tido início "a partir da crise da economia da borracha" (1911-1920) (Piccoli, 1993: 412-16: e passim)[114]. Ressaltando que essa "divisão" tinha por objetivo servir enquanto "referencial para situar alguns eventos e não marcações temporais precisas", o autor explicita que práticas semelhantes seriam recorrentes nos períodos do "desbravamento" e da "conquista e da ocupação". E que, apesar deste último constituir o "período "mais representantivo para o estudo das correrias" (ibid: 415), estas teriam ocorrido ao longo de todo o processo de implantação e de funcionamento da empresa seringalista, bem como, a partir dos anos de 1910, quando, em função da crise da economia da borracha, o seringal passaria por significativas transformações[115].

Piccoli destaca, ainda, que as "correrias", como inerentes a processos de conquista e dominação, gerariam reações, iniciativas de "luta" e estratégias de "resistência" dos grupos indígenas. Estas ganhariam forma, num primeiro momento, em "contra-correrias" e confrontos armados, com o objetivo de "retardar" a penetração dos recém-chegados e a ocupação territorial. Num segundo momento, face ao maior poderio bélico dos seringalistas e caucheiros, a "resistência" ganharia forma pelo abandono dos territórios até então ocupados, com fugas para regiões de cabeceiras e para "afluentes de difícil acesso", visando uma reorganização, ainda que "precária", de sua subsistência. A

[113] Remetendo à definição previamente formulada por Aquino, Picolli (1991: 413) assim as define: "*As correrias ficaram conhecidas na memória regional como expedientes punitivos organizados e determinados pela elite seringalista e caucheira, executados por seringueiros e caucheiros, no intuito de garantir a posse dos seringais e a exploração dos cauchais, bem como a segurança dos seringueiros e caucheiros mediante técnicas de subjugação e extermínio das populações tribais*".

[114] Para a construção das três diferentes modalidades, diz Picolli (1993: 414), foram levadas em consideração diferentes "fatores e condições que intervieram na determinação e na configuração" das "correrias", dentre elas, a particularidade das regiões extrativas (baixos ou altos rios, maior incidência de borracha ou caucho); a "intensidade e natureza da expansão extrativista"; a "índole e mentalidade dos empresários" seringalistas e caucheiros; diferentes conjunturas, de apogeu e crise, do extrativismo; e diferentes objetivos que levavam à sua realização (o "extermínio", a "escravização", a "usurpação territorial", o "amansamento" e a "integração da mão de obra indígena"); e o "grau de resistência" interposto pelos vários grupos indígenas.

[115] Piccoli (1993: 416-18) destaca ainda que as "correrias" teriam sido tributárias de diferentes processos coloniais de ocupação territorial e dominação de populações nativas. Destaca dentre elas, as "expedições de resgate", as "entradas de descimentos", as "guerras justas" e as "bandeiras". À semelhança destas iniciativas, diz, as "correrias" teriam incluído, em diferentes formas e intensidades, expedições de extermínio e punição; de "agarramento" e captura de indígenas para dispor de mão de obra "escrava"; a localização, aliciamento e transferência de indígenas para pontos estratégicos e fronteiriços, bem como a incorporação dos indígenas à "vassalagem" daqueles que os haviam poupado do extermínio.

posterior integração à empresa seringalista decorreria, segundo o autor, não apenas de iniciativas dos patrões, mas também de estratégias dos próprios indígenas, pelas quais, além de garantir formas de sobrevivência física, visavam adquirir "alguma tecnologia útil" (Piccoli, 1993).

As "correrias" constituíram mecanismo inerente à exploração, à abertura e ao inicial funcionamento da empresa seringalista no Alto Juruá, bem como das atividades dos caucheiros peruanos, resultando num processo de (des)territorialização de boa parte dos grupos indígenas. Nessa conjuntura inicial, mas também após a definitiva implantação da empresa seringalista, as "correrias" ganhariam sustentação ideológica no discurso dos patrões, seringueiros e caucheiros pela conjugação de uma série de imagens, valores e preconceitos que negavam o caráter humano aos indígenas. Equiparados a animais selvagens, "irracionais", "feras"[116], considerava-se legítimo matá-los e escorraçá-los, como costumava-se fazer com certos animais selvagens que "infestavam" a floresta, e representavam ameaças reais à vida dos seringueiros e/ou com eles competiam por certas fontes de alimentação.

Em dois textos, resultantes de viagens aos rios Murú e Liberdade na segunda metade da década de 1920, o padre Tastevin constata que esse discurso, que atribuía aos indígenas características de animais selvagens, fora utilizado pelos caucheiros enquanto legitimador das "correrias" e das mortes nelas infligidas: "(...) *ce furent les Péruviens demi-civilisés de l'Ucayali qui (...) se montrèrent les plus ardents dans ces correrias. Pour eux l'Indien n'etait qu'un irracional qu'on pouvait tuer comme un singe* (...) "*C'etait evidemment une assertion sans conviction puisqu'on ne s'abaissa jamais jusqu'á manger de la chair d'Indien*" (1925: 419). Constatou, igualmente, que as mesmas imagens haviam sido amplamente utilizadas pelos patrões para justificar as

[116] Ainda hoje, os seringueiros, assim como os Kaxinawá ao utilizar o português, classificam certos animais da floresta com essas categorias. Levantamento realizado pelo antropólogo Terri Valle de Aquino revelou que os Kaxinawá classificavam como "feras" diferentes espécies de onças e gatos do mato, o macaco bule-bule, a arraia e o puraquê (enguia elétrica); como "insetos" diversas espécies de cobras, escorpião, lacraia, a formiga tucandeira e as cabas; e como bichos "imundos", ou "repugnantes", animais como mucura, irara, raposa, cachorro do mato e tamanduás (mambira e bandeira). Temidos pelas ameaças aos homens ou às criações domésticas e/ou mal vistos pela competição exercida sobre certas fontes de alimentação usadas pelo homem, consideram legítimo matar esses animais, sem que suas carnes fossem, todavia, objeto de consumo (Iglesias & Aquino, 1994a: 111-12). Levantamentos feitos junto com seringueiros e agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá, no âmbito das pesquisas realizadas por uma equipe multidisciplinar para a produção da "Enciclopédia da Floresta" (Cunha & Almeida, 2002), indicaram, com pequenas variações, crenças e práticas semelhantes em relação a uma ampla variedade de animais, os quais, quando encontrados, são preferencialmente abatidos. Animais "que não se comem", são classificados como "feras" ("animais que caçam e devoram outros bichos, competindo com os homens"), "insetos" ("bichos que picam, com presas, ferrão ou esporão"), "sebosos e imundos" ("repulsivos ao homem e que não servem como alimento") e "pragas" (em geral, vários tipos de mosquitos, que, em certos casos, eram também considerados como "insetos", devido às picadas) (ibid, 2002: 421-22).

"correrias", ao relacionar essa alegada "animalidade" dos índios à sua "incapacidade de civilização": "(...) *on tenait l'Indien pour un animal malfaisant incapable de civilisation, et cette idée prônée par les hommes influents devait produire ce triste résultat: l'extermination d'une race d'excellents agriculteurs*" (Tastevin, 1928: 211).

Sabedor, por um lado, do esforço dedicado pelos diferentes povos indígenas às atividades agrícolas e da relevância da alimentação dali colhida em sua sociabilidade cotidiana, em suas cerimônias rituais e mesmo em seua cosmologia, Tastevin aponta para uma importante contradição do discurso que, por vezes, justificava as truculências contra os indígenas por serem "nômades", "indolentes", "não terem "canto certo", viverem "de arribada" e do "roubo". Por outro lado, apontariam o padre e outros autores, eram os "pretensos civilizados" aqueles que enfrentavam dificuldades devido à escassez da agricultura e da criação de animais nos seringais, vendo-se, em certos casos, obrigados a se abastecer furtivamente nos enormes roçados abandonados pelos índios quando da chegada dos seringueiros e caucheiros ou da destruição das malocas nas "correrias"[117].

A alegação de que os índios não eram batizados, mas "pagãos", "infieles", "seres sem alma", também contribuiu para reforçar os discursos que negavam sua humanidade e a naturalizar a realização de correrias e outros atos de violência contra os moradores das malocas e os capturados nessas incursões. Como já apontado, o ex-delegado Luiz Sombra (1913) constatara que a maioria dos "civilizados" acreditava não constituir "pecado" ou "crime" matar índios, "*porque elles são pagãos; ou infideles, como dizem os peruanos, seus matadores profissionais* (....)". Tastevin (1925: 418), por sua vez, destaca que, em suas viagens de "desobriga", procurava via de regra combater esse preconceito arraigado entre os "cristãos", indicando-lhes que tivessem compaixão e indulgência para com os indígenas: "(...) *j'ai partout combattu le préjugé qui refuse le caractère d'humains auxs Indiens, parce que n'étant pas baptisés, ils n'ont pas d'âme, dit-on; j'explique que ce sont nos semblables à l'exemple des juifs et des musulmans, qui, eux non plus, ne sont pas baptisés* (...)".

Durante a implantação da empresa seringalista e o principal período da extração

---

[117] Essa contradição fica patente, por exemplo, em trecho do seguinte relato de Lustosa Cabral (1984: 68): "*Os roçados eram feitos com muito sacrifício, uma vez que eles não possuíam qualquer ferro de cortar. A sua ferramenta era o fogo (...) Um outro irmão, Virgílio, relacionou-se com os índios jaminâua, semimansos. Foi com três companheiros à maloca e teve de andar seis horas dentro do roçado para chegar no barracão dos selvagens. O aborígene, como sabemos, é de índole preguiçosa e indolente (...) Ficaram pasmados ao ver a enormidade do roçado, que sustentava mais de mil almas, conforme observaram e calcularam*".

do caucho, com a ocupação, temporária ou definitiva, dos antigos territórios indígenas, as "correrias" seriam justificadas por patrões, seringueiros e caucheiros como único meio eficaz de garantir a "segurança" dos trabalhadores e da produção[118]. Nesse sentido, é possível dizer, os indígenas constituíam ameaça recorrente, que competia com os interesses daqueles que, em diferentes posições, almejavam ocupar ou utilizar recursos extrativos para "produzir", borracha e caucho, e deles tirar sua sobrevivência[119]. Pairando acima das formas de dominação que permeavam as relações entre os patrões e seus fregueses (fossem eles seringueiros ou caucheiros), os discursos que deram sustentação ideológica à realização das correrias obtinham eficácia no delineamento de uma diferenciação dos "civilizados", "cristãos" face aos indígenas, concebidos como não-humanos, "feras selvagens", "irracionais", "perigosas" e "traiçoeiras", estabelecendo condições de possibilidade, nessa conjuntura, para diferentes modalidades de violência contra os indígenas[120].

---

[118] É possível vislumbrar nesse conjunto de preconceitos a matriz de concepções e discursos que serviriam para diferenciar, nos anos seguintes, os índios "bravios" ("selvagens") dos "caboclos", referindo-se a aqueles que gradualmente vieram a ser incorporados à vida e aos trabalhos na empresa seringalista. Na situação de seringal (Oliveira, 1988), que perduraria até os anos 1980, esses e outros estereótipos seriam atualizados pelos patrões e pelos seringueiros na definição genérica dos índios como "caboclos", e sua estigmatização como "traiçoeiros", "preguiçosos", "sem ambição", legitimando a sobreexploração do seu trabalho (Aquino, 1977: 72-82; 106-111). Nessa mesma situação, a existência de "índios brabos", categoria usada para caracterizar grupos que optaram por se manter à margem dos seringais, ainda concebidos como "selvagens", "incapazes de civilização", "ladrões", continuou a legitimar diversas iniciativas dos patrões, com a promoção de "correrias", a manutenção de "matadores de índios" ou de turmas de indígenas para "fazer rondas", sob as mesmas justificativas de "dar segurança" aos fregueses, evitar ataques e saques nas colocações, conflitos armados, a morte e o êxodo de seringueiros e prejuízos à produção de borracha.

[119] É interessante notar que os índios podiam ser mesmo visto como "competidores" com relação à obtenção de caça, o "rancho", principal fonte de carne fresca, consumida com farinha. É o que se pode depreender em um trecho do relato do seringueiro Alfredo Lustosa Cabral (1984: 57), ao dar conta de como viviam no seringal recém comprado por seu irmão: "*Estávamos em Redenção mal alimentados. Lugar onde há índio não há caça, ele devora tudo. Raramente abatia-se um porco, anta ou mutum* (..) *Passava-se necessidade, fome, pela falta de caças e peixes naquele rio*".

[120] Refletindo sobre a multiplicidade de "critérios de verdade" acionados por diferentes atores (índios, patrões, agentes de governo e o próprio etnógrafo), contextualmente relacionados em "comunidades de comunicação", a respeito de uma situação social, e seus desdobramentos, envolvendo atos de violência extrema contra indígenas Ticuna, do Alto Solimões, em começo dos anos 1980, Oliveira (2000: 308) afirma: "*A base para as práticas intolerantes e racistas é que os homens possam ser concebidos como animais selvagens, feras perigosas que precisam ser vencidas e subjugadas* (...) *As imagens e narrativas naturalizantes são a senha para a entrada em ação do idioma da animalização e da predação, com os seus componentes de sujeição e domesticação (que inclui dentro de seus domínios a tortura, a morte, a comestibilidade e o abuso sexual)*". Essas imagens e narrativas, configurando esse idioma da animalização, conclui, tornar-se-iam "(...) *amplamente disponíveis enquanto instrumentos para o estabelecimento e naturalização de hierarquias sociais, que dirigem as expectativas de conjuntos definidos de atores, propiciando a força emocional e as justificativas necessárias à consecução de práticas em aberta contradição com valores morais compartilhados em contextos culturais mais abrangentes* (ibid: 309). Refletindo sobre as atrocidades cometidas pelos aviados de Júlio Cesar Arana contra os indígenas no rio Putumayo, Chirif (2004: 12) afirma que historicamente três imagens, não sucessivas, mas cumulativas, foram utilizadas pelos "ocidentais" - a negação da humanidade, o ateísmo e a selvageria, associada em certos casos ao canibalismo - para justificar a sua dominação sobre esses grupos humanos. A alegada superioridade dos

Matanças, violências contra feridos e capturados, mortos a tiros e golpes de faca, e da captura de mulheres e crianças, a queima das malocas e a destruição de roçados e paióis foram, assim, práticas empregadas de forma recorrente, visando o extermínio de grande número de indígenas e a retirada forçada dos sobreviventes de seus territórios e das proximidades das colocações.

Grupos desfigurados e divididos, famílias extensas espalhadas, pesarosas das perdas de seus membros, sem chance de dar destinação adequada a seus mortos, temerosos de novas "correrias", fugas muitas vezes sem rumo definido e sem acesso a qualquer fonte regular de alimentação marcaram o início de consideráveis deslocamentos em busca de locais distantes, ou situados nos fundos, dos seringais já ocupados. Além do elevado número de mortes nas "correrias", das migrações, da perda de sementes nativas dos legumes e da freqüente dificuldade em se estabelecer em lugares e no tempo adequado para retomar o cultivo dos roçados, a introdução da gripe, do catarro, da varíola e outras doenças então desconhecidas, frente às quais os índios não tinham qualquer imunidade, implicou, de imediato e nos anos seguintes, em perdas populacionais significativas entre os sobreviventes[121].

Relatórios oficiais da época, textos históricos e depoimentos mais recentes de indígenas ressaltam, como resultado desses primeiros anos de "correrias" generalizadas, os deslocamentos dos grupos sobreviventes, bastante reduzidos numericamente, para igarapés e divisores de água, nos fundos dos seringais, longe das margens dos principais rios e das colocações. O Prefeito do Alto Juruá, em seu relatório de 1906, dava indicações das principais áreas onde haviam se refugiado as "numerosas tribos" de "aborígenes" existentes no Departamento:

> "*À margem esquerda do Juruá são em pequena quantidade, porque os peruanos, principiando a acossal-os das margens do Huallaga e do Ucayali, perse-*

portadores da "civilização" e do "progresso", discurso que também permeava as práticas dos patrões caucheiros, frente à "quase-animalidade" atribuída aos indígenas, diz, legitimava-lhes o direito de exercer a violência como método pedagógico, que incluía todo tipo de violências, e inclusive a morte como sanção final (ibid: 33).

[121] É o que afirmam, por exemplo, Valdir Ferreira Tui Kaxinawá e Benjamim Chere Katukina, dois professores indígenas, ao avaliar alguns dos principais desdobramentos deste período para os povos indígenas: "*Nesse tempo, chegaram também muitas doenças que os índios não conheciam. Morreu muita gente de gripe, coqueluche, tuberculose, pneumonia e sarampo. Essas doenças estão fazendo a gente sofrer até os dias de hoje*" (OPIAC, 2002: 94-5). Castello Branco (1950: 15) destaca as "correrias" (essas "lutas inevitáveis"), a ausência de qualquer ação governamental de "catequese" e "proteção" e as "moléstias introduzidas pelos civilizados" como fatores que contribuíram para a redução do "elemento indígena" nos anos anteriores à instalação das prefeituras no Território Federal do Acre em 1903. E levanta a hipótese de que, mais do que as armas, teriam sido as doenças a principal causa desse significativo decréscimo populacional. O elevado número de mortes nas malocas, causado em anos posteriores pelo "catarro" e o "defluxo", seria constatado por vários agentes governamentais que visitaram malocas indígenas (Oliveira, 1907; Silva, 1912; Linhares, 1913).

guiram-n'os até estas alturas. A maioria refugiou-se entre a margem direita do Juruá e o Jurupary, afluente do Embira, e ponto extremo do Departamento. Quem atravessa por terra do Juruá ao Tarauacá e seus tributários depara constantemente malocas, assentes especialmente nas colinas de que brotam os infinitos rios destas regiões" (Azevedo, 1906: 67).

Outros grupos optariam por rumar para as cabeceiras dos rios Purus, Envira, Juruá, Murú, Tarauacá e Jordão, adentrando, inclusive, regiões onde não havia seringa, como é o caso das nascentes dos três primeiros, localizadas em território peruano, e onde, em muitos casos, continuariam a ser assacados por "correrias" promovidas por caucheiros. Os altos rios Tarauacá e Envira teriam estado dentre os principais locais de destino dessas fugas, onde outras "correrias" resultariam novamente em grande número de mortes: "*No Juruá não deixou de haver sérios encontros, mas onde a luta teve o seu clímax foi nas ribeiras do Tarauacá e do Embira, nas quais os aborígenes foram perseguidos com mais intensidade, fugindo da beira dos rios para o recesso das matas, no divisor de águas, onde a bala dos pretensos civilizados ia monteá-los, dizimando-os, exterminando-os de maneira atroz*" (Castello Branco, 1950: 13).

As cabeceiras do rio Gregório e do Riozinho da Liberdade, chegando aos afluentes da margem esquerda do médio rio Tarauacá, no período imediatamente posterior à estadia dos caucheiros de Carlos Scharff e Efraim Ruiz, continuaria ocupada por vários grupos falantes de línguas Pano. Apesar das "correrias" que continuaram a sofrer dos seringueiros, os Rununawa e os Arara, liderados pelo "tuxaua" Tescon, armados com grande quantidade de rifles e munição roubados dos caucheiros e nas colocações, lograriam manter um amplo território, também ocupado pelos Kaxinawá, Yawanawá, Iskunawa, Jaminawa e Katukina, onde num primeiro momento, continuariam a colocar obstáculos à expansão da atividade extrativista. Por vários anos, o principal patrão do Riozinho da Liberdade, Francisco Freire de Carvalho, manteria uma turma com duas dezenas de homens armados para evitar ataques e roubos às colocações e mortes de fregueses em seus seringais, atribuídas "aos índios de Tescon" (Cerqueira, 1958: 20).

As migrações forçadas dos grupos indígenas após as "correrias" resultaram em acampamentos provisórios e na abertura de novas malocas. Os deslocamentos e/ou o estabelecimento, ainda que temporário, em territórios, antigos ou novos, de outros grupos, inimigos tradicionais, ou zelosos de espaços precariamente mantidos nos fundos dos seringais, encurralados pelas atividades de brasileiros e peruanos, levariam, em vários rios, a conflitos entre os próprios indígenas. Este foi o caso, por exemplo, dos "arrasadores" ataques feitos pelos Kulina (Madijá) a já reduzidos núcleos de famílias Katukina e

Kapanawa no médio rio Tarauacá (Cerqueira, 1958: 8-9); do acirramento dos conflitos entre vários grupos Pano nas cabeceiras do rio Envira (ibid: 52-3; 58-62); e dos roubos que supostamente os Kulina realizavam nas plantações dos Kaxinawá no alto rio Murú (Tastevin, 1925). Rifles e munição, roubados nas colocações dos seringueiros ou dos peruanos, ou obtidos em trocas com os "civilizados", passaram a constituir elemento adicional nesses conflitos, ao permitir, na avaliação de seus detentores, mudanças nas históricas correlações de força com seus inimigos[122].

Diferentemente, as referências na literatura às "relações pacíficas" dos grupos ou família indígenas com os moradores dos seringais, ou do estabelecimento de relações comerciais pontuais destes grupos com patrões e seringueiros, constituem exceções no Alto Juruá durante o período inicial do apogeu da economia da borracha. Conforme será visto no próximo capítulo, as principais iniciativas para a "pacificação" das relações com os "civilizados" e para a "catequese" e "civilização" dos índios decorreriam de ações deslanchadas, ou apoiadas, pela Prefeitura do Departamento do Alto Juruá a partir de 1905. Num momento anterior, a "pacificação" de vários grupos indígenas e sua convivência com as atividades da empresa seringalista, resultaria, contudo, tanto das assim chamadas "iniciativas de particulares", promovidas por alguns poucos patrões seringalistas, como das ações de "catequistas", que gradualmente contariam com respaldo e recursos financeiros desses mesmos patrões e de diferentes agências do governo federal. A inserção das famílias indígenas nos seringais, contudo, ocorreria, de forma mais sistemática, a partir do final da década de 1910, e principalmente ao longo da década seguinte, como resultado do aprofundamento da crise na economia da borracha, da impossibilidade dos patrões continuarem importando trabalhadores, de uma gradual diversificação produtiva da empresa seringalista e de iniciativas, tanto dos patrões como dos grupos indígenas.

[122] Como fruto de observações durante sua estadia nas malocas do rio Iboiaçú, afluente da margem direita do alto rio Murú, em meados dos anos de 1900, o delegado Luiz Sombra (1913) assim avaliaria, por exemplo, os motivos do ataque então planejado pelos Kaxinawá contra os Jaminawa, seus "tradicionais inimigos": "*Os índios* [Kaxinawá - MPI] *daquelas regiões tem sido sempre derrotados em suas guerras com os jaminauás, devido a esses seus inimigos usarem uns rígidos e impenetráveis escudos de couro de anta contra os quais debalde atiram e arrojam suas flechas e zagaias; como, porém, os Cachinauás haviam ultimamente conseguido em trocas com os seringueiros da vizinhança alguns rifles e muita munição, julgaram então a ocasião de tirarem uma desforra, já que os tais escudos não poderiam mais proteger seus inimigos contra a força de penetração de suas novas armas*". Processos semelhantes, em que mudanças nas correlações de forças anteriores decorriam, além do maior poderio bélico das armas conquistadas aos "civilizados", ou por eles fornecidas, de restrições territoriais, de perdas populacionais sofridas por certos grupos a reboque das "correrias" e/ou de relações estabelecidas, de convivência e comércio, iniciadas por certos chefes indígenas com patrões, são também descritas por Oliveira, 1907; Linhares, 1913; Abreu, 1941; Tastevin, 1924; e Cerqueira, 1958.

Crise na economia da borracha

Os primeiros anos da década de 1910 marcariam uma inflexão no mercado global da borracha, com profundas implicações na Amazônia brasileira e, em particular, no Território Federal do Acre, principal região produtora nos anos anteriores. A principal razão para essa inflexão foi a entrada no mercado da produção agregada dos seringais de cultivo implantados por empresas e instituições financeiras inglesas no sudoeste asiático (Ceilão, Burma, Índia, Malásia e Singapura), com sementes "contrabandeadas" por Henry Wickham da Amazônia em 1876, depois aclimatadas no Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra. Visando garantir uma oferta segura para as crescentes necessidades da indústria, seriam implantados nessa região "seringais de cultivo", plantações concentradas de "hevea" (com cerca de 200 árvores por hectare), que permitiriam um imenso salto na produtividade, com ganhos acrescidos pela abundância e a baixa remuneração da mão de obra. A área cultivada com seringueiras cresceria de 5,3 milhões de hectares em 1905 para 101,6 milhões em 1915 (Weinstein, 1989: 253). Em 1905, a produção agregada desses seringais de cultivo atingiria 171 toneladas, chegando a 8.753 toneladas em 1910 e a 48.000 toneladas em 1913, primeiro ano em que sobreporia à produção dos seringais nativos da Amazônia, então de 39.650 toneladas (Santos, 1980: 237; Martinello, 1989: 51).

Após oscilações ascendentes dos preços nos dois anos anteriores, a borracha atingiria, em 1910, sua maior cotação histórica, levando as casas aviadoras de Belém e Manaus a ampliarem seus investimentos, que resultariam, em 1912, na maior produção obtida na região amazônica, 42.410 toneladas. Já em final dessa década, num período marcado pela acelerada queda dos preços da borracha, a Amazônia brasileira tornar-se-ia fonte marginal de abastecimento no mercado mundial: em 1919, a produção mundial atingiria 423.000 toneladas, das quais 382.000 (90%) eram oriundas dos seringais de cultivo do Oriente e apenas 34.000 (8%) dos seringais nativos amazônicos (Weinstein, 1989: 246; Prado Jr., 1984: 239; Martinello, 1989: 51).

Transformações significativas ocorreriam nas várias escalas do sistema de aviamento que, por quase quatro décadas, possibilitara o financiamento, a produção e a exportação da borracha na Amazônia. Em Manaus e Belém, um significativo número de casas aviadoras iria à falência, 47 apenas em 1913, e mesmo grandes estabelecimentos operariam com elevados prejuízos. Contribuíram para isso a brusca perda de liquidez, com a queda dos preços da borracha e a redução dos recursos antes ofertados por casas

exportadoras estrangeiras e pelos bancos oficiais, bem como os elevados custos das despesas operacionais das casas aviadoras e a indisponibilidade de parte de seu capital, composto, dentre outros bens, por imóveis urbanos, embarcações e seringais, freqüentemente contabilizados, para a obtenção de crédito, com valores fictícios e superdimensionados[123].

Reclamadas pelas elites comerciais e pelos representantes políticos dos Estados do Amazonas e do Pará, as políticas públicas para a proteção da economia da borracha tiveram resultados pouco duradouros e animadores. Já em 1908, após um período de relativa depressão das cotações, o Banco do Brasil adotaria como política a compra de quantidades de borracha, com vista à sustentação dos preços do produto, vendendo-a com consideráveis lucros dois anos mais tarde. Em 1910, o Banco passaria a aceitar depósitos em borracha como garantia para empréstimos concedidos às casas aviadoras, política que seria suspensa pouco depois, quando se tornaram evidentes os sinais de que os preços do produto seguiam uma tendência de declínio constante (Weinstein, 1989: 245-46). Os governos do Pará e do Amazonas, ameaçados pela perspectiva de queda em suas próprias fontes de arrecadação, propuseram medidas ao governo federal em 1909-1910, visando proteger a produção dos seringais nativos e incentivar à implantação de amplas áreas com plantações de seringueiras, junto com medidas que incluíam a concessão de terras e incentivos fiscais, recursos para o transporte de trabalhadores e de equipamentos, distribuição de sementes, juros baixos sobre empréstimos contraídos para investimentos e o decréscimo da parte que cabia ao poder central nos impostos de exportação (ibid: 254-56).

Atendendo demandas dos representantes dos governos e dos grupos comerciais daqueles dois estados durante o I Congresso da Borracha, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 1911, o Presidente Hermes da Fonseca criaria a Superintendência para a Defesa da Borracha, no âmbito do MAIC[124]. Os resultados do Plano de Defesa da Bor-

---

[123] Nos anos seguintes também ocorreriam alterações no perfil das firmas envolvidas nos ramos da exportação. A gradual saída dos representantes das casas estrangeiras, que antes compravam borracha para vendê-la no mercado externo, abriu espaço para o surgimento de novas casas comerciais de capital nacional, as quais, apesar de menos capitalizadas, acumulariam, em certos casos, as atividades de aviamento dos seringais e da exportação da borracha dali canalizada (Weinstein, 1989: 263-69).

[124] Criada pela Lei 2.543[A], de 5 de janeiro de 1912, a Superintendência foi regulamentada pelo Decreto 9.251, de 17 de abril. Dentre as primeiras medidas previstas pela Superintendência constavam a implantação de estações experimentais para o cultivo de árvores produtoras de borracha (seringueira, caucho, maniçoba e mangabeira) e de indústrias de refino e de produção de artefatos; a criação de hospedarias destinadas a imigrantes em Belém, Manaus e no Território do Acre; a estruturação de distritos de fiscalização nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e no Acre, para regular a isenção dos direitos de importação e fiscalizar os recursos financeiros e incentivos concedidos a firmas particulares Acre; a melhoria das condições de navegabilidade nos rios Purus, Acre e Branco; e a construção de hospitais, cercados de co-

racha seriam, contudo, pífios nos anos seguintes, devido às restrições orçamentárias impostas pelo Congresso Nacional, às dificuldades para a implantação dos escritórios de representação da Superintendência e suas unidades experimentais nos vários estados e ao pronto abandono das medidas delineadas para o plantio da seringueira e a proteção do mercado da borracha da Amazônia (Weinstein, 1989: 257-61; Martinello, 1988: 55-7; Allegretti, 2002: 103-04). A Superintendência acabaria extinta em 1914.

Demandas semelhantes, para a "defesa da economia da borracha" também seriam formuladas pelos prefeitos dos três departamentos do Território do Acre ao governo federal nesse mesmo período. Essa agenda política, que denunciava o abandono a que estavam sujeitos as Prefeituras e os seringalistas pelos "altos poderes da República", foi tornada pública durante reunião ocorrida de 3 a 13 de agosto de 1913, em Sena Madureira, e encaminhada a vários ministérios, à Presidência da República e ao Congresso Nacional.

Dentre as principais demandas nela incluídas constavam a redução dos impostos sobre a exportação da borracha (então estipulado em 20% sobre o valor bruto da produção) e a importação de mercadorias trazidas diretamente ao Acre por casas comerciais ali instaladas; acordos diplomáticos com os governos do Peru e da Bolívia para a equiparação dos impostos de exportação cobrados por esses países (6% e 8%, respectivamente), para evitar a continuação do "contrabando" de parte da borracha acreana por esses países; o repasse de recursos federais às Prefeituras para o custeio do transporte de novos trabalhadores, evitando as despesas assumidas pelos patrões com o recrutamento "de braços nas Repúblicas do norte", sem qualquer garantia a não ser a perspectiva da produção futura dos "brabos", que chegavam a uma região desconhecida, ignorantes dos trabalhos aos quais se dedicariam; a promulgação de normais legais adequadas à regulação do trabalho de extração da borracha e dos direitos e deveres recíprocos entre patrões e fregueses, obrigando, por exemplo, patrões que recebessem seringueiros devedores, saídos sem autorização de suas colocações, a indenizar seus patrões anteriores; o apoio do governo federal à imigração de colonos estrangeiros (europeus e asiáticos) para a implantação de núcleos agrícolas e de cultivo de seringueiras, bem como à diversificação das atividades agropastoris e industriais[125]. Assim como ocorreu com o Plano de De-

---

lônias agrícolas, como resultado de um amplo estudo das condições de salubridade de cada um dos grandes afluentes do Amazonas, atribuição que ficaria sob coordenação do sanitarista Oswaldo Cruz (Brasil. MAIC, 1912: 166-72).

fesa da Borracha, nenhum desdobramento efetivo resultaria dessas demandas para atenuar os contornos da crise na economia da borracha no Território do Acre ou o agravamento das restrições financeiras enfrentadas pelas Prefeituras, com as quedas na arrecadação nos postos fiscais e no repasse de recursos federais oriundos do imposto de exportação.

Reorganização produtiva nos seringais

Boa parte da historiografia sobre a economia da borracha, condicionada por uma visão homogenizadora da empresa seringalista e organizada pela noção de "ciclos econômicos" (Oliveira, 1977, 1979), reforça a idéia de que com o começo da crise, a partir de 1912, os seringais em toda a região teriam entrado num processo de profunda decadência e de esvaziamento populacional, fruto do completo desarranjo das relações de aviamento, do abandono da produção extrativista e da maciça saída dos seringueiros rumo aos centros urbanos ou de seu retorno aos locais de onde haviam emigrado em anos anteriores.

Em outra direção, uma maior rentabilidade na investigação surge ao se atentar para as razões específicas que teriam permitido a continuidade do funcionamento dos seringais em certas regiões, e a permanência das populações que ali moravam, durante a crise na economia da borracha, que inclusive se aprofundaria nas décadas de 1920 e 1930.

Nessa direção, a tese de que permanência do seringal teria sido possibilitada pela transferência do trabalho e dos recursos financeiros da produção de borracha para outras atividades, agrícolas e extrativistas, tendo como unidade de produção principal os núcleos familiares residentes nas colocações, bem como por transformações tanto nas relações entre seringalistas e seringueiros como nas redes de aviamento mais amplas, ganha respaldo no Alto Juruá, a partir da análise das estatísticas oficiais, de escritos de autores contemporâneos àquelas transformações econômicas, políticas e sociais e de tex-

[125] Jornal *Alto Purus*, Sena Madureira, Ano I, Nº 14-15, 24 e 31/8/1913; Nº 20-21, 5 e 12/10/1913; e Nº 23, 26/10/1913. Dentre outras demandas formalizadas pelos Prefeitos para a administração dos governos departamentais constavam uma maior distribuição de verbas federais para o pagamento do funcionalismo; a reorganização da instrução pública primária; a criação de um sistema de saúde pública nos portos das prefeituras; a conservação das estradas e ramais já existentes e a abertura de outros; a instalação de um comando superior da Guarda Nacional no Território; a organização e manutenção da milícia local; a efetiva instalação dos termos judiciários; e a construção e manutenção das cadeias públicas.

tos mais recentes, produzidos por antropólogos e historiadores[126].

Na historiografia sobre essa época, além da queda dos preços da borracha, da falência das casas aviadoras e dos patrões e da ruptura das redes de aviamento, o maciço êxodo dos seringueiros, já a partir de 1912, aparece como argumento recorrente para explicar a queda da produção, e mesmo a desativação, dos seringais da Amazônia. Ao contrário desse viés explicativo, dados que resultaram de censos oficiais e outros levantamentos não indicam um declínio populacional significativo nos dois departamentos do Vale do Juruá pelo menos até início dos anos de 1920. Que conjunto de fatores podem ter concorrido para essa dinâmica populacional e para a manutenção do funcionamento da empresa seringalista, ainda que com significativas transformações, nessa região?

Weinstein (1989: 272) argumenta que o brusco declínio dos preços da borracha após 1912 teria tornado a produção pouco compensadora em regiões de exploração mais antiga, no Pará e no leste do Amazonas, onde predominavam espécies de seringueiras de menor qualidade e rentabilidade. E que, pelo menos nos primeiros anos da crise, novas levas migratórias continuaram a afluir para áreas de seringais de maior produtividade, caso do Alto Juruá[127]. Ainda em meados dos anos de 1920, Tastevin constataria que, num contrafluxo ao êxodo, já significativo, de seringueiros dos rios Tarauacá e Murú, novos homens ("amadores") continuavam a migrar do baixo rio Juruá para os seringais mais produtivos nas cabeceiras dos rios, ainda que ali, na avaliação do padre, a vida fosse "incomparavelmente mais difícil e cara" (Tastevin, 1926: 42).

Dados censitários relativos ao Departamento do Tarauacá, por exemplo, parecem confirmar essa mesma tendência entre 1912 e 1920, quando a população cresceria 19,9%, passando de 17.028 a 20.421 habitantes, ainda que a uma taxa bastante mais lenta do que aquela, de 90,3%, que marcara o último quinquênio (1908-1912) do apogeu. Esse aumento populacional no período inicial da crise na economia da borracha parece ter estado concentrado nos seringais, tendo em vista que os moradores da sede urbana

[126] Ver, por exemplo, Oliveira; 1977: 10; Weinstein, 1989: 273-76; Martinello, 1988: 58-61; Almeida, 1992: 34; 37-44; 2004: 38-40; Iglesias & Aquino, 1994a: 14-6; Iglesias, 1998: 7-10; 13-16; Wolff, 1999: 108-114; Allegretti, 2002: 100-101; 110; Pantoja, 2004: 99-105.

[127] Dados dos censos oficiais dos anos de 1912 e 1920 confirmam o crescimento da população no Território Federal do Acre: de 86.638 para 92.379, um acréscimo de 6,6%, ainda que significativamente inferior ao de 33,2%, constatado de 1908 a 1912, nos últimos anos do apogeu da economia da borracha (Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1916: 350; Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1926: 296-97). Outro fator que teria contribuído para esse crescimento da população no Território nos primeiros anos da crise teria sido a migração rumo a zonas de castanhais (Weinstein, 1989: 272; e Allegretti, 2002: 105), inexistentes no Vale do Juruá, mas abundantes nos rios Purus e Acre.

de Seabra, 952 no censo da Prefeitura em 1913, seriam estimados em cerca de 700 em meados da década de 1920 por Tastevin (1926: 34)[128].

Além da chegada de novos trabalhadores aos seringais como fator compensador da emigração nos primeiros anos da crise, a relativa estabilidade (e mesmo o crescimento) dos habitantes na região pode ser atribuída à constituição de novas "famílias" e ao crescimento vegetativo da população[129].

Dados de recenseamentos oficiais do período de 1913 a 1920 apontam para um crescimento relativo da participação das mulheres na população do Departamento de Tarauacá[130]. Em 1913, incluídos os moradores de Vila Seabra, elas constituíam 28,0% da população, proporção que chegaria a 34,6% em 1920 (7.062 mulheres para uma população total de 20.421). Ainda que a proporção de pessoas "casadas" permanecesse estável nesse período (21,9% em 1913 e 22,1% sete anos depois), parece cabível afirmar da existência de um número maior de "famílias" em 1920, ao considerar a diferença dos números da população total apurados nos dois censos. A mesma afirmação parece valer para o crescimento vegetativo da população[131].

---

[128] No Departamento do Alto Juruá, diferentemente, os dados oficiais indicam um crescimento de apenas 1,0%: 15.325 habitantes em 1912 e 15.490, oito anos depois. Segundo Castello Branco (1930: 716), a população da cidade de Cruzeiro do Sul crescera nos anos da crise: sua população passara de "cerca de" 2.000 habitantes em 1910 (cinco anos após sua fundação), "a mais" de 3.000 em 1915 e a 3.802 em 1916, mas decrescera para "pouco mais" de 3.600 em 1920. Esse aumento da população urbana podia ser explicado, diz o juiz federal, pelo abandono das colocações pelos seringueiros e pelas oportunidades de trabalho na sede municipal e na agricultura em seus arredores. Já o posterior decréscimo, em início dos anos de 1920, respondia, a seu ver, a um movimento pendular de trabalhadores entre a cidade e os seringais, associado a oscilações contextuais nos preços da borracha.

[129] A esse respeito, escreveu Castello Branco (1930: 717): "*Não deve haver diminuição, actualmente* [1922-MPI], *da população do município, pois, se ella se reduz por um lado, com a saída de pessoas que se destinam ao sul do paiz, augmenta por outro com o nascimento de muitas creanças, facto esse que não se verificava há alguns anos atrás, tanto que, a princípio, essa mesma população era composta sómente de homens, que tractavam do fabrico da borracha, e pouco a pouco vieram chegando mulheres, de modo que de certo tempo para cá o augmento constante da população é real*". Em texto posterior, o juiz federal voltaria a creditar à formação das famílias e ao desenvolvimento da agricultura, ocorridos quase duas décadas após o início do povoamento do Território, com "as dificuldades econômicas surgidas", uma importante contribuição para "fixar o homem à terra", fosse por um número maior de anos, fosse em caráter definitivo (Castello Branco, 1961: 181)

[130] Ainda que parciais, convém tomar como parâmetro inicial de comparação os dados do censo promovido pela Delegacia de Recenseamento e Estatística do Departamento de Tarauacá no segundo semestre de 1913. Segundo esclarece o Delegado, estavam ausentes dessa contagem dados sobre outros 51 seringais. Os dados do Anuário 1908-1912 (Brasil. MAIC [Diretoria de Estatística do MAIC], 1916), relativos a 1912, indicaram uma população total substancialmente maior (17.028) do que os dados da Prefeitura (10.625). Estes últimos, contudo, aparecem discriminados por sexo. Os dados referentes ao ano de 1920 constam em Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1926.

[131] O censo de 1913 discrimina que os "menores" (até 20 anos) constituíam 37,5% do total da população e as "crianças" (sem faixa etária definida) 24,2%. Segundo o recenseamento de 1920, 40,8% da população tinham até 20 anos e 23,6% até 9 anos. Os dados deste último demostravam ainda que a maior disparidade entre os números de homens e mulheres estava concentrada nas faixas etárias de 21 a 49 anos, a saber, 76,6% e 23,4%, respectivamente, ou seja, dentre uma população chegada aos seringais, em sua maior parte, durante os anos de apogeu da economia da borracha. Na faixa de 0 até 20 anos, que correspondia, em

Os dados demográficos produzidos por Tastevin em 1925-1926 durante "desobrigas" nos rios Tarauacá e Murú confirmam algumas dessas tendências, mas introduzem outros fatores relevantes sobre a dinâmica da população nos seringais, num período em que a crise da economia da borracha se aprofundara. Ao comparar suas observações em campo com os números que no Município de Tarauacá eram atribuídos ao Censo de 1920 (que ainda não haviam sido oficialmente publicados), o padre constataria que a população estava em "vias de regressão": o rio Murú, diz, teria perdido 50% de sua população desde o início da década (Tastevin, 1925: 419).

Num universo de 4.687 pessoas recenseadas em ambos os rios, Tastevin constataria a presença de 693 "famílias"[132]. Os chefes destas famílias representavam 27,5% do total da população e 44,5% daquela com idades acima de 16 anos[133]. As famílias tinham uma média de 2,6 filhos, baixa segundo o padre, dada a alta mortalidade infantil, fruto da "miséria habitual e do impaludismo". Tastevin aponta, ainda, para a persistência de uma enorme disparidade entre os sexos nas faixas etárias em que novos casamentos poderiam ocorrer: 12 homens adultos para cada mulher "celibatária". No caso do rio Murú, calculou, essa proporção alcançava uma mulher para cada 24 homens, ao desconsiderar dentre as "celibatárias" aquelas, viúvas inclusive, que haviam passado da idade de casar. A queda progressiva dos preços da borracha e a ausência de perspectiva de constituir sua própria família teriam constituído algumas das principais motivações, segundo o

---

sua maioria, a daqueles já nascidos no seringal, essa proporção, ao contrário, demonstrava um equilíbrio maior: 54,1% eram homens e 45,9% mulheres. Seria principalmente por meio de casamentos de homens mais velhos, nordestinos, com mulheres mais novas, já nascidas nos seringais, e mesmo com indígenas capturadas em "correrias", que boa parte das famílias seria constituída nesse período (Wolff, 1999: 114-17; Almeida; Wolff; Costa & Pantoja, 1992: 119-21).

[132] Tastevin (1925: 420; 1926: 46-7) assim discriminaria a situação dessas 693 famílias: 500 estavam "casadas" (343 no "religioso" e 157 no "civil"); 109 adotavam o "casamento livre" (ou seja, eram "juntas", sem união formalizada), 48 viviam em "adultério", após um dos conjugues ter se divorciado e passado a viver com outro parceiro; 3 eram casadas no civil, após o divórcio de um dos conjugues; 30 eram "indígenas", casadas segundo seus próprios costumes; e 3 viviam em "bigamia" (das quais duas eram indígenas). Segundo o padre, o "anormal" desequilíbrio entre os sexos contribuía para explicar "*l'instabilité de certains ménages, même dans ce pays foncièrement catholique*" (Tastevin, 1925: 420). Wolff (1999: 110-14) aponta ainda para a improcedência de se pensar as "famílias" unicamente a partir de um núcleo formado por um casal e seus filhos, chamando a atenção para diferentes agrupamentos e arranjos domésticos que já nessa época eram comuns nos seringais (e que perduram até os dias de hoje), dentre eles: viúvos chefiando casas, "filhos de criação" vivendo com avôs ou parentes, crianças indígenas "pegas" em "correrias" sendo criadas por casais ou homens solteiros; unidades residenciais habitadas por compadres ou companheiros no corte da seringa; casas habitadas por um casal, seus filhos e outros agregados; mulheres que viviam na casa de mais de um homem (sem necessariamente implicar em relações sexuais, mas sim na troca de certos serviços).

[133] Ainda que parciais, os dados da Delegacia de Recenseamento e Estatística de Tarauacá haviam indicado, em 1913, uma participação feminina de 26,3% no rio Murú e de 26,2% no rio Tarauacá. Ao se comparar os dados de Tastevin com os do censo de 1920, percebe-se uma constância nas proporções relativas à participação das mulheres na população total (35,1% no rio Murú e 33,6% no Tarauacá). As "crianças", aquelas com até 16 anos segundo o padre, correspondiam a 31,9% no rio Murú e 39,6% no Tarauacá.

padre, a explicar nesses rios a intensificação do êxodo dos seringueiros, principalmente dos solteiros, nos três primeiros anos da década de 1920 (Tastevin, 1925: 419-20; 1926: 47).

Como essas dinâmicas populacionais teriam sido condicionadas por processos econômicos e sociais mais amplos e, ao mesmo tempo, teriam contribuído nas transformações produtivas havidas nos seringais do Vale do Juruá nos primeiros anos de crise na economia da borracha?

Além da queda dos preços da borracha e da falência das casas aviadoras e dos patrões, a ruptura das redes de aviamento e a escassez de mercadorias aparecem recorrentemente na historiografia dentre os principais argumentos para justificar a queda da produção nos seringais da Amazônia, e no Território Federal do Acre, a partir do início da crise. Ao contrário dessa argumentação, dados da pesquisa demonstram que o aviamento para o abastecimento dos seringais continuou a operar, apesar das transformações havidas nas relações das casas aviadoras com os patrões e de um evidente decréscimo do poder de compra tanto destes últimos como dos seringueiros.

Mudanças consideráveis na propriedade da terra também ocorreram no Alto Juruá. Seringalistas viram-se obrigados a, ou preferiram, vender suas propriedades a patrões mais capitalizados, que aproveitaram a significativa queda nos preços dos seringais para ampliar seus domínios territoriais e comerciais. Seringais foram alienados em leilões públicos, realizados por juizes de direito, a raiz de ações judiciais impetradas por casas aviadoras que tinham dívidas a receber dos proprietários. Nos primeiros anos da crise, as agências do Banco do Brasil em Manaus e Belém também facilitariam as transferências de seringais, alienando a massa falida de casas aviadoras e de patrões que haviam oferecido suas propriedades em hipoteca, como garantia por empréstimos contraídos[134]. Em outros casos, seringalistas foram obrigados a entregar suas propriedades às casas

[134] Em pesquisas em cartório para reconstruir as cadeias dominiais de vários seringais no rio Tarauacá, exemplos dessas alienações intermediadas pelo Banco do Brasil foram encontrados. Destaco aqui uma delas: A 28/04/1914, a Alves de Freitas & Cia Foz do Murú, representada por seu sócio solidário João Alves de Freitas, entregara seus seringais (Universo, Apuanã, Nauta, São João, São Pedro, Pavão, Itapira, Lupuna, Itamaraty e Conceição) à agência do banco em Manaus, como "dação de pagamento" (CRI de Tarauacá, Livro 3A, Nº de Ordem 192, fl. 92) A 21/10/1915, o Banco do Brasil vendeu esse conjunto de seringais a Joaquim Pereira de Moraes, domiciliado em Manaus, por meio de escritura pública lavrada naquela cidade (CRI de Tarauacá, Livro 3A, Nº de Ordem 95, fl. 195). Interessa ressaltar, ainda, que nesse breve período (abril de 1914 a outubro do ano seguinte), o valor dos seringais passara de 285:879$282, quando de sua entrega por Alves de Freitas & Cia ao banco, para 133:751$616, ao ser comprado por Joaquim Pereira de Moraes.

aviadoras em "dação em pagamento", para quitar, em sua totalidade ou parcialmente, dívidas que possuíam perante esses estabelecimentos comerciais[135].

Um exemplo de concentração fundiária foi protagonizado no rio Tarauacá pela Nicolaus & Companhia, "sucessora" da Mello & Companhia[136] em meados da década de 1910. Aproveitando as dificuldades financeiras enfrentadas por diversos proprietários, aviados da Mello & Cia., a desvalorização nos preços dos seringais e a oportunidade de controlar faixas de floresta conhecidas por seu alto potencial produtivo, os representantes daquela casa aviadora adquiriram os seringais Tabocal e Oriente, bem como as "explorações" Santa Maria, Novo Mundo, Santa Luzia, Ouro Preto, Nova Vida, Invejado, Bom Lugar (Restauração), São Luiz e Mucuripe, todas adjacentes, que unificaram pouco depois para formar o Alagoas, seringal de maior capacidade produtiva no rio Tarauacá (Iglesias, 1998)[137].

---

[135] Em seu texto sobre o rio Juruá, fruto de desobriga realizada nesse rio em 1914, o padre Tastevin (1920: 136) constatou esse processo de concentração da propriedade dos seringais nas mãos de poucos patrões: "*La propriété d'abord assez divisée tend á se concentrer d'année en année, soit que le commerçant malheureux cède ses titres à un autre plus habile, soit que fatigué de la vie des bois il rèalise sa fortune pour aller en jouir à la ville, soit que les maisons de commerce de Manáos ou du Pará, qui ont avancé les premiers fonds, retirent leur confiance à leur client, et prennent sa propriété en paiement de leur créance. C'est ainsi que le Gregório presque en entier, le Liberdade, l'Ipixuna, le Paraná dos Mouras, le Valparaíso et le Tejo, sont devenus chacun la proprieté d'une seule firme qui, de Manáos ou du Pará, les administre par l'intermediaire d'un ou des plusieurs commis contables*".

[136] A Mello & Companhia, uma das mais importantes casas aviadoras de Belém durante todo o período do apogeu, operava nos afluentes do Alto Juruá desde 1894. Fora proprietária de mais de 70 seringais nessa região, além de possuir gaiolas, chatas e outras embarcações para o transporte de seringueiros, mercadorias e borracha (Almeida, 1992). Centralizava redes de aviamento que abrangiam os rios Juruá, Tarauacá e Envira. Entrou "em liquidação" e decretou falência em 1914 (Weinstein, 1993: 262-63; Almeida, 1992). Além de receber os seringais de propriedade de sua antecessora, e comprar outros, a Nicolaus & Cia continuaria a operar no ramo da importação e exportação, manteria, mesmo no período de crise, uma frota de 12 gaiolas viajando pelos rios da região, e diversificaria suas atividades, por meio de seus representantes locais, então envolvidos na extração de madeiras nobres e de couros e peles de animais. A firma conservaria sua ascendência como principal casa aviadora no Alto Juruá até final dos 1930, tendo aberto falência em 1942, quando seus seringais passariam às mãos de Quirino Nobre, que, por quase três décadas, a representara na cidade de Cruzeiro do Sul (Almeida, 1992: 37; Pantoja, 2004: 88).

[137] Depositados no Cartório de Registro de Imóveis de Tarauacá, os títulos de algumas dessas aquisições permitem vislumbrar como as cadeias de aviamento eram atualizadas nessa conjuntura e as dificuldades enfrentadas pelos antigos proprietários, obrigados a entregar seus seringais para o pagamento de dívidas. Na escritura de compra e venda do seringal Nova Vida, em 12 de maio de 1914, por exemplo, foram as seguintes as "condições do contrato" entre a Nicolaus & Cia. e os proprietários, José Pereira Lima e esposa: "*Pagamento de 4:000$000 em dinheiro do contador; 29:250$960 para serem encontrados com o saldo devedor de igual quantia da conta que o transmitente tem na casa comercial dos adquirentes, e que assim fica liquidada uma nota promissória assignada pelos mesmos adquirentes na importância de 50:000$000, vencível em março de 1910; a quantia de 11:749$034, que será creditada em nova conta de fornecimento de mercadorias aberta aos transmitentes na casa dos adquirentes; e o resto, 100:000$000 ficam representados à responsabilidade que assumiram os adquirentes em liquidar o débito contrahído pelos transmitentes com a firma R.L. Porto, da mencionada soma de 100:000$000, obrigando os mesmos adquirentes a creditar essa quantia à conta que a dita R.L. Porto tem em sua casa comercial*" (CRI de Tarauacá, Livro 3-A, Nº de Ordem 20, fl. 10v-11). No caso do Tabocal e do Oriente, em maio de 1915, a Nicolaus & Cia. assumiria a propriedade dos seringais mediante título de "dação em pagamento", cancelando uma dívida de 40:000$000 que os proprietários detinham com a casa comercial (CRI de Tarauacá, Livro 3-A, Nº de Ordem 18, fl. 8v).

Outro importante desdobramento da crise foi a rearticulação das redes comerciais que, ao longo das duas décadas anteriores, ligavam as principais casas aviadoras de Belém e Manaus aos patrões de seringais no Vale do Juruá. Falidas, ou descapitalizadas, várias casas aviadoras deixaram de operar com aviamento de mercadorias e transporte de cargas, levando a uma inicial concentração dessas redes nas mãos de reduzido número de firmas, de Belém e Manaus, e de algumas poucas casas comerciais de patrões locais[138]. Por meio de representantes e de redes de gerentes, essas casas aviadoras manteriam a administração dos principais seringais de sua propriedade, preferindo, nos outros casos, arrendá-los a terceiros, aviando-lhes mercadorias e deles recebendo a borracha apurada e/ou um montante fixo de borracha a título de "renda"[139].

Além de aviarem os patrões ainda capitalizados, essas casas aviadoras passaram gradualmente a abastecer comércios menores nos centros urbanos, do que vieram a se beneficiar também os regatões, que, neste período, passariam a negociar pelos rios com maior liberdade[140]. Dessa maneira, as casas aviadoras acabavam por canalizar a produ-

[138] Castello Branco (1930: 715-16) dá indicação dessas mudanças: em 1912, haviam chegado ao porto de Cruzeiro do Sul 32 vapores; dez anos mais tarde o mesmo porto era visitado anualmente por 12 chatas da empresa Amazon River (de transporte de passageiros e de carga), 12 lanchas e dois vapores da Nicolaus & Cia, bem como por duas lanchas e um vapor, estes pertencentes a uma casa comercial local e a dois patrões seringalistas, perfazendo um total de 35 a 36 embarcações a vapor, "de pequena tonelagem, em sua maioria".

[139] Ao contrário do período de apogeu, quando a quase totalidade dos seringais era administrada pelos proprietários, ou "sociedades de proprietários", nota-se que, a partir do início da crise, parte considerável das propriedades passou a ser gerenciada por administradores ou arrendatários. Dados do censo agrícola de 1920 indicam essa tendência nos cinco municípios do Acre: do total de 1.170 "estabelecimentos rurais" recenseados, 74% eram gerenciados pelos "proprietários", 10% por "administradores" e "interessados" ("metayeurs") e 16% por "arrendatários" (Brasil. MAIC (Diretoria Geral de Estatística), 1923: 9). Esse processo teria continuidade nas décadas seguintes, com o aprofundamento da crise da empresa seringalista. Dados de 1940 indicaram, por exemplo, que dos 115 estabelecimentos recenseados no Município de Tarauacá 31,3% eram geridos pelos "proprietários", 26,1% por "administradores" e 42,6% por "arrendatários" (Brasil. IBGE, 1952: 149).

[140] Ambas as situações foram constatadas pelo padre Tastevin em meados dos anos de 1920 em sua estadia em Seabra: "*C'est le quartier commercial et industriel: trois ou quatre de ces maisons sont abondamment pourvues de tous les articles qu'on peut raisonnablement désirer pour un train de vie modeste, mais très aisé. Des succursales plus petites se contentent d'un profit plus modique qui permet pourtant à leurs tenants de mener un vie relativement douce. Çà et lá un atelier d'orfèvre, de cordonnier, de ferblantier, de repasseuse, une pharmacie, une frutiferie, un billard, un café, une maison borgne, achévent de caractériser ce vestibule de Séabrá, qui nous rappelle vaguement l'aspect d'un souk arabe. L'élément syrien, très important, achéve de donner l'illusion. Ces orientauxs sont presque tous des Druses de la régions de Beyrouth, de Tyr et de Sidon; trois en quatre son musulmans; deus à peine sont Maronites et n'ont pas encore conquis leur place au Soleil. Les autres n'ont pas démérité de l'esprit d'audace, d'aventure et de trafic de leurs ancêtres, les Phéniciens. Le port est assez mouvementé, on y compte jusqu'á douze moteurs à essence qui font continuellement la navette entre Séabrá et les derniers "seringaes" du Murú, du Tarauacá et du Jordão, suivant le caprice des eaux*" (Tastevin, 1926: 34-5). Impressionado com a dinâmica comercial e a infra-estrutura da administração pública no "centro administrativo" de Seabra (a Intendência, o Fórum, a escola, o "posto de profilaxia", a caserna das forças militares, a prisão e a estação de radiografia,) o padre afirmaria: "(...) *c'est inutilment qu'on chercherait ailleurs, en cette contrée en dehors de Manáos, la capitale de l'Amazonas, une ville aussi bien pourvue sous ce rapport. Séabrá est donc un centre de progrés et de civilization, d'autant plus remarquable, qu'elle est la*

ção de borracha de seringais que não estavam sob a gestão de seus próprios representantes, arrendatários ou aviados. Ganhos adicionais eram obtidos com a venda de mercadorias aos comerciantes urbanos, que vendiam-os a uma população que nunca desempenhara ou se desvinculava das atividades florestais e rurais[141].

Conforme pode se constatar da análise das estatísticas oficiais às quais se logrou ter acesso, a borracha continuou como principal produto de exportação do Vale do Juruá durante os anos da crise, ainda que com uma progressiva queda em relação aos montantes exportados no período de apogeu. A produção dos rios Tarauacá, Envira e afluentes, que somara 905.000 quilos em 1905 (Azevedo, 1905), tivera média anual de 1.633.428 quilos no período 1905-1912, chegaria a 966.289 quilos de "borracha fina" em 1913 (não incluída aí a produção embarcada pelo posto fiscal de Vila Feijó) (Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Prefeitura de Tarauacá, 1914). Em 1920, atingiria 739.259 quilos (Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1923). Três anos depois, contudo, a produção de "borracha fina" registrara um considerável aumento (1.086.436 quilos), que seria exportada junto com 41.016 quilos de "sernambi de borracha", 1.095 de caucho e 8.133 de "sernambi de caucho" (*A Reforma*, Cidade Seabra, Ano VII, Nº 297, 15/6/1924, pg. 3)[142].

Ainda que confrontados com dificuldades financeiras para saldar suas dívidas, a pronunciada queda nos preços da borracha, a redução do crédito pelos aviadores e o desabastecimento dos barracões, os patrões continuariam a ter necessidade de canalizar borracha, para operar seus movimentos comerciais e garantir a subsistência de seus gru-

---

cadette des petites villes de l'Amazonie" (ibid: 35). Dez anos mais tarde, Onofre de Andrade (1937) tornaria a destacar os "sírios", dentre eles, Nagip Said, Calil Aladin, Said Bachir, Tufi Bachir, Consantino Mosle e Calil Cheker, como proprietários das principais casas comerciais em Seabra.

[141] Assim como fizera Tastevin (1926), os dados relativos no Recenseamento de 1920 também indicam, para além dos "agricultores", comerciantes e funcionários públicos, a presença de uma ampla gama de profissionais em Seabra, dedicados a trabalhos com madeira, produção de móveis, metalurgia, cerâmica (olarias), confecções e construção civil (Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1930: 851).

[142] Como visto anteriormente, a produção de borracha do Departamento do Alto Juruá (incluindo os rios Juruá, Tarauacá, Envira e seus afluentes), fora de 26.134.852 quilos de 1905 a 1912, uma média anual de 3.266.856 quilos. No rio Juruá e seus afluentes, a produção, que alcançara 1.398.860 quilos em 1905, cairia para 900.000 em 1912 (Castello Branco, 1930: 709), 698.584 em 1913 (Brasil. Ministério da Fazenda, 1915: 66) e 415.256 em 1920 (Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1924: 386). Em 1923, estava reduzida a 312.169 quilos, montante inferior à média anual da "borracha fina" exportada dessa região no período 1913-1923, que ficara em 466.677 quilos (Castello Branco, ibid: 709-13) Estes dados não incluem, contudo, as produções de caucho e de "sernambi" (de borracha e de caucho) exportados nesse período: 590.502 quilos de sernambi de borracha, 5.912 quilos de caucho e 284.725 quilos de sernambi de caucho (Castello Branco, ibid). Parece plausível afirmar que parte dessa produção de caucho ainda era oriunda do território peruano, mas registrada nos postos fiscais do Departamento do Alto Juruá, devido à crise que também atingira as casas comerciais de Iquitos e Pucallpa, resultando na relativa desarticulação das redes de aviamento que antes abasteciam os postos na floresta e canalizavam a maior parte da produção dessa região fronteiriça. Conforme será visto nos capítulos IV e V, uma considerável produção de caucho prosseguiu nos altos rios Envira e Breu por toda a década de 1910, realizada por brasileiros e peruanos.

pos familiares e dos empregados da sede. Medidas se tornariam então imperativas para tentar assegurar a permanência de pelo menos alguns fregueses, produzindo borracha, nas colocações. Numa conjuntura em que muitos seringueiros cogitavam retornar a seus locais de origem ou tentar vida nova nos centros urbanos, o abandono das colocações sem que os seringueiros pagassem suas contas tornava-se freqüente, e focos de revolta despontavam em certos seringais (Almeida, 1992: 35-36; Carneiro & Almeida, 2002: 119), o uso da coerção e da violência, comum nos anos de apogeu, não seria o meio privilegiado pelos patrões na tentativa de persuadir os fregueses a permanecerem em suas propriedades (Weinstein, 1989: 275-76).

Transformações significativas ocorreriam nas relações de aviamento, com a flexibilização dos "regulamentos" que haviam assentado as relações entre patrões e fregueses no período de apogeu. Impossibilitados de sustentar o monopólio sobre a esfera da comercialização, muitos patrões desobrigaram os seringueiros de comprar mercadorias e entregar sua produção exclusivamente no barracão do seringal, mediante o compromisso de continuarem a pagar um montante anual de borracha a título de "renda" das estradas de seringa. Essa mudança seria destacada por Castello Branco em início dos anos 1920, ao afirmar que havia "(...) *alguns patrões que recebem sómente uma renda do seringueiro, sem lhe vender mercadoria alguma, e outros arrendam as estradas, facultando ao trabalhador a compra dessas mercadorias ou de utensílios para o serviço da borracha*" (Castelo Branco, 1930: 721)[143].

Ainda em meados dos anos de 1920, mesmo com a progressiva queda dos preços da borracha, no Município de Tarauacá alguns patrões e representantes de casas comerciais continuavam a recrutar fregueses para trabalhar nos seringais, divulgando inclusive propagandas na imprensa de Seabra[144]. Exemplo de um anúncio, mandado publicar pelo patrão de seringais no rio Murú, Francisco Bayma, dava garantia aos seringueiros, em "contrato por escrito", do valor de 3$000 pelo quilo da borracha; dos preços fixados pa-

[143] Em meados dos anos de 1930, Onofre de Andrade constataria que essas formas de relacionamento entre patrões e seringueiros continuavam em vigência: "(...) *o regime do trabalho se modificou. Assim, muitos são os seringais hoje arrendados aos próprios "seringueiros", os quais pagam aos proprietários (seringalistas) uma renda, que varia de 50 a 100 k., por par de estradas de seringueiras: nesta hipótese, dá-se-lhes a liberdade de comprar e vender livremente, o que se verifica de preferência com os "regatões" (embarcações a remo ou a motor, de palha, ou tolda, que fazem de lojas ambulantes, penetrando o rio ou seus afluentes)*" (Andrade, 1937).

[144] Outra propaganda, publicada pela F. Santos & Cia, sediada em Seabra, anunciava a contratação de pessoal para trabalhar nos seringais Estirão e Ouro Preto, também no rio Murú, "*logares muito saudáveis, onde têm vagas muitas e boas collocações*". A firma anunciava que seus estabelecimentos contavam com o "*mais completo sortimento de artigos de toda qualidade*", que vendiam "*a preços convidativos*" (*A Reforma*, Ano II, Nº 54, 18/5/1919, pg. 3).

ra as mercadorias; da isenção do pagamento da renda das estradas de seringa; do aluguel dos utensílios necessários ao corte da seringa; dos serviços a serem prestados aos seringueiros, no transporte das mercadorias até as colocações e da produção de borracha para a sede; bem como do pagamento imediato dos saldos, em dinheiro, ao término da safra. Era exigência que os seringueiros que se comprometessem a trabalhar o fabrico anual completo, sem qualquer risco de, "sem motivo justificado", abandonarem as colocações, deixando contas sem pagar. Essa obrigação era justificada, no próprio anúncio, pelo capital que seria empatado pelo patrão para movimentar o seringal, com os utensílios e com as estradas de rodagem, os funcionários e os animais de transporte, de maneira a garantir as "vantagens" oferecidas aos fregueses[145].

Neste caso, a flexibilização dos "regulamentos" ocorreria, à diferença do modelo precedente, pela isenção do pagamento da renda e pela própria existência de "contrato escrito". Parte das cláusulas previstas no contrato, todavia, vinha a reforçar os "regulamentos", ao tornar explícitos direitos e deveres do patrão e dos seringueiros. Assim, se, de um lado, continuavam a valer a obrigatoriedade do seringueiro de entregar a produção e comprar mercadorias no barracão e de permanecer no seringal até o final da safra (ou até o pagamento de suas contas), de outro, o patrão garantia pagar o saldo do freguês em dinheiro e prestar-lhe "assistência", no transporte de mercadorias e da borracha, serviços que, com a crise, haviam deixado de ser oferecidos mesmo nos maiores seringais (Almeida, 1992: 37).

Com a instauração da crise, apesar da importância que a borracha continuaria a ter como principal produto para comercialização, a empresa seringalista gradualmente deixaria de ser um empreendimento especializado. Tanto patrões como seringueiros promoveriam uma significativa diversificação das atividades produtivas, dedicando-se à agricultura e à criação, com o objetivo de gerar bens e produtos para seu próprio consumo, substituir fontes de alimentação e mercadorias, antes importadas ou compradas no barracão e, dependendo da localização, abrir novas alternativas de comércio, em outros seringais, com os regatões e/ou nos centros urbanos.

Para manter as propriedades funcionando, cortar despesas, diversificar suas fontes de ingresso e diminuir sua dependência face às casas aviadoras, muitos patrões começaram, junto com seus empregados, agregados e alguns de seus fregueses, a dedicar-se, além de à agricultura, a produzir farinha, montaram engenhos de cana para produzir açú-

[145] "Seringueiros". *A Reforma*, Ano VII, Nº 284, 1/01/1924, pg. 4.

car mascavo, mel, rapadura e mesmo aguardente, e abriram campos para iniciar a criação de gado, cabras, ovelhas e outros animais[146].

A borracha continuaria a ser produzida pelos seringueiros em suas colocações, mas como uma atividade dentre outras. Aqueles que optaram por permanecer nas colocações, ao invés de continuarem especializados na extração da seringa, a ela dedicando a maior parte do ano para a obtenção de um produto que permitisse comprar suas necessidades no barracão, passaram a fazer uso mais diversificado dos recursos naturais. Esse "campesinato florestal" (Almeida, 1992) redefiniria a matriz temporal antes imposta pelo corte da seringa e pelo patrão, passando a dedicar maior número de dias à agricultura, na terra firme e nas praias, às caçadas, à pesca e à coleta de produtos florestais, combinando, de acordo com as épocas do ano e a composição de seus grupos domésticos, estratégias produtivas para a obtenção de bens tanto para a subsistência como para a comercialização[147].

Escrevendo em 1922, Castello Branco (1930: 707-15) ressaltaria as transformações havidas na economia do Município de Cruzeiro do Sul[148] a partir do declínio nos preços da borracha. O crescimento agregado das produções agrícolas de "primeira necessidade" permitira um gradual decréscimo da importação de vários produtos (café, feijão, arroz, milho, tabaco, farinha, açúcar e aguardente), e inclusive a exportação de parte do excedente para cidades do baixo rio Juruá, das margens do rio Solimões e inclusive para Manaus[149].

---

[146] Tastevin (1925: 422) assim descreveria a situação dos patrões nos rios Tarauacá e Murú em meados dos anos de 1920: "*Les propriétaires vivent de la location de leur seringal, de leur commerce avec les "seringueiros" et d'élevage. Tous possèdent autour de leur maison un prairie artificielle où paissent quelques dizaines de bêtes à corne, mêlées toujours à quelques porcs et quelquefois à des moutons. Leur poulailler est en général bien garni. Ils ont une vie relativement heureuse, mais modeste: aucun d'entre eux ne possède de numéraire. Ils vivent au jour au jour. Les impôts absorbent en général la totalité de leur revenu. Il leur est interdit de sogner au progrès et à l'éducation de leurs enfants, tant que durera l'état de choses actuel*".

[147] Almeida (1992: 41) calcula que de 180 dias anuais de corte de seringa durante o período do apogeu, os seringueiros passaram a dedicar cerca da metade desses dias durante os anos da crise. Tastevin (1925: 422), por sua vez, após viajar pelo rio Murú, estimou em 120 a média dos dias dedicados pelos seringueiros anualmente ao corte, com uma produção, também média, de 400 quilos de borracha.

[148] O Território Federal do Acre teria uma nova organização a partir de 1 de outubro de 1920, com a promulgação do Decreto 14.383. Os cinco Departamentos então existentes foram extintos e transformados em municípios (Rio Branco, Xapuri, Purus, Tarauacá e Juruá). O Decreto instaurou a figura do governador, nomeado pelo Presidente da República, com atribuição para nomear os intendentes municipais. A capital do Território foi então localizada na cidade de Rio Branco. Segundo Souza (1995: 91), esta medida do governo federal teve por objetivo enfraquecer os movimentos autonomistas que defendiam a elevação do Território à categoria de estado e vinham ganhando força com a crise financeira enfrentada pelas Prefeituras após a crise da borracha.

[149] Ainda que a borracha continuasse como principal produto de exportação do Alto Juruá no período 1913-1923, a pauta dos demais produtos exportados reflete a gradual transformação na base produtiva dos seringais. A partir de 1917, o feijão e a farinha despontam como primeiros produtos agrícolas a serem ex-

O crescimento da agricultura nos primeiros oito anos de crise na economia da borracha pode ser comprovado nos dados sobre a produção agrícola do Município de Tarauacá, resultado do "Recenseamento do Brazil", promovido pelo governo federal em setembro de 1920 (Brasil. MAIC [Diretoria Geral de Estatística], 1923). Tomando o ano agrícola 1919-1920 como base, e uma amostragem de 165 estabelecimentos, os dados indicam que o milho era cultivado em 152 (92%), o feijão em 143 (87%), a mandioca em 142 (86%), o arroz em 106 (64%), o tabaco em 96 (58%) e a cana em 91 (55%). O café ocupava então uma área de 209 hectares, com um total de 125.214 pés. A produção de farinha de mandioca estava em curso em 142 (86%) estabelecimentos, a de açúcar em 88 (53%) e a de aguardente em oito (5%)[150].

Os dados do censo também apontaram a importância que a criação de animais domésticos adquirira nesse município. A criação de "aves" era realizada em 123 (75%) estabelecimentos, com um plantel total recenseado em 30.239 galinhas, 2.325 patos e 518 perus. Os "rebanhos" contabilizados incluíam ainda 3.320 cabeças de gado, 6.769 de porcos, 1.801 ovelhas, 772 asnos e mulas, 177 cabras e 127 cavalos. No quesito tamanho, os "rebanhos" de Tarauacá figuravam com destaque dentre os cinco municípios acreanos: o primeiro lugar nos ovino e suíno e o terceiro lugar nos bovino, eqüino, caprino e asinino e muar.

Tastevin (1920: 139; 1925) e Castello Branco (1930) dão indicações de que boa parte dessa criação de gado, ovelhas, asnos, mulas, cabras e cavalos era iniciativa dos patrões, em campos abertos nas sedes dos seringais, bem como em fazendas situadas nas cercanias das sedes urbanas, que então constituíam o principal mercado consumidor de carnes e outros gêneros agrícolas. Tastevin (1920: 144), contudo, ressalta que a agricultura e a criação de animais menores (galinhas, patos e porcos) estavam presentes em boa parte das colocações habitadas por seringueiros. A agricultura realizada nas praias

portados, ganhando progressiva expressão nos anos seguintes, junto com o açúcar, arroz, o milho e o tabaco. Começa a despontar nestes últimos anos também a exportação de couros e peles de animais, bem como de madeira, atividades que ganhariam maior monta em anos posteriores, com o aprofundamento da queda dos preços da borracha. Ainda que em quantidades bastante modestas, produtos como café, algodão, toucinho, aguardente, rapadura, palhas para coberturas e tijolos de barro também passaram a constar das listas de exportação a partir de 1921 (Castello Branco, 1930: 709-13) As exportações de Tarauacá em 1923 também confirmam a diversificação da economia no município, com a saída de 17.500 quilos de "couros" de veado, 15.500 "palmos" de cedro em rolos e 61.708 quilos de jarina (*A Reforma*, Seabra, Ano VII, Nº 297, 15/6/1924, pg. 3).

[150] Ainda que a área cultivada fosse pequena (0,7%) face à extensão agregada de 335.512 hectares dos 165 estabelecimentos recenseados no Município de Tarauacá, indicativo de que era realizada principalmente em pequena escala, nas sedes dos seringais, nas colocações dos seringueiros e em fazendas e "colônias" próximas à sede urbana, a produção agregada chegava a 6.667 toneladas de mandioca, 1.624 de farinha, 25.735 de cana, 1.215 de açúcar, 649 de milho, 445 de feijão e 150 de arroz e a 1.144 hectolitros de aguardente.

dos principais rios, nas vazantes nos meses secos do verão, que exigia menor número de dias e esforço para a limpeza da vegetação, ganharia importância nesta conjuntura, e renderia um diversificado leque de produtos para a alimentação (milho, arroz, feijão, melancia e algumas espécies de mandioca) tanto dos seringueiros e suas famílias como das criações.

A necessidade dos seringueiros diversificarem as atividades produtivas em suas colocações, visando uma menor dependência dos produtos antes adquiridos no barracão do patrão, foi assim destacada por Tastevin (1925: 421-22):

> "*On aurait tort de croire que la vie est facile dans ces immenses forêts, en raison de la rareté de la population. Cette rareté même fait que personne ne peut se spéciliser et que chacun doit se suffire en tout. Le seringueiro, s'il veut manger, doit se faire chasseur et pêcheur; s'il ne veut pas acheter au patron la farine de manioc, le riz, les haricots, le sucre dont il a besoin, et qui absorberaient toute la valeur de sa gomme, il faut qu'il se fasse aussi agriculteur et bûcheron, qu'il défriche la fôret, qu'il sème, qu'il plante, qu'il soigne ses plantations, qu'il transforme son manioc en farine, qu'il encaisse son riz et embouteille ses haricots; ajoutez à cela le soin de ses vêtements et de son ménage rudimentaire, et vou vous rendrez compte de la somme d'énergie quit doit déployer le seringueiro pour soutenir une existence misérable. Heureux quand la maladie ne vient pas le terrasser dans sa solitude et l'obliger à dépenser, en remèdes très chers, la maigre résultat de ses économies. Aussi ne faut-il pas s'étonner de le voir abandonner la lutte et déserter le pays à l'epoque où la baisse du caoutchouc lui permet difficilement d'acquérir les marchandises indispensables qu'il ne peut lui-même fabriquer: étoffes pour se vêtir, ustensiles en fer-blanc pour la récolte de la gomme, outils pour l'agriculture, armes pour la chasse, remédes contre les maladies, sel, allumettes, etc...*".

Apesar da maior dificuldade, devido aos baixos preços da borracha, de adquirir as mercadorias, ferramentas e outras "necessidades" e do esforço requerido para a realização de um maior número de tarefas, apontadas acima por Tastevin, melhorias na qualidade de vida de parte dos seringueiros também decorreram dessa nova situação, na forma de uma alimentação mais variada e rica, que incluía gêneros agrícolas frescos, mais caças e peixe, na diminuição do trabalho de até seis dias por semana, antes empenhado na produção da borracha (que além do corte, exigia a coleta de cocos e a defumação das pelas) e de uma maior autonomia face aos patrões. No caso dos seringais situados nas cabeceiras dos rios, devido à sua maior produtividade, os seringueiros, apesar do menor número de dias dedicados ao corte, e apesar da "carestia" e da alta nos preços das mercadorias, conseguiram continuar comprando bens que não podiam faltar, dentre eles, o sal e a munição, mesmo durante os piores anos da crise (Almeida, 1992: 39-41).

A necessidade de diversificação das atividades produtivas, voltadas à subsistência e à comercialização, constituiria, por sua vez, estímulo à constituição de novos agrupamentos familiares. Ao contrário da expectativa vigente entre a maioria dos seringueiros nos anos do apogeu, de enricar rapidamente e retornar aos seus locais de origem, inclusive para casar, no período de crise a possibilidade de permanecer nos seringais e gozar de melhores condições de vida passou a depender da mão de obra também diversificada que o grupo familiar, de preferência numeroso, poderia tornar possível (Almeida, 1992: 40; Wolff, 1999: 113-17).

Novamente o padre Tastevin (1926: 43) destacaria as diferenças nas formas de vida levadas pelos seringueiros solteiros, que trabalhavam nas colocações de centro, afastadas da beira dos rios, muitas vezes ainda especializados na produção de borracha, e por aqueles que haviam se tornado chefes de famílias, algumas ainda pequenas, outras já com bom número de integrantes:

> "(...) *la terre est incontestablement génereuse* (...) *mais un homme seul ne peut pas tout faire, il faut se limiter, se spécialiser, et ici la meilluere spécialité c'est l'hévea* (...) *La vie n'est bonne ici que pour les familles nombreuses, celles où tandis que les garçons vont cueillir la gomme native, le père se livre à la pêche, la mère et les filles aux cultures, à la blanchisserie, à la couture. Mais malheur à l'homme isolé, surtout s'il vient à tomber malade: sa vie n'est que un long martyre. Malheur aussi à celui dont la famille est trop petite pour lui venir en aide: elle ne fait qu'augmenter sa charge*".

O destino da agricultura estava intrinsecamente associado aos preços da borracha, já dissera o padre (Tastevin, 1920: 145) ao testemunhar as transformações em curso nos seringais e nas relações entre patrões e fregueses pouco após o início da crise. Para os seringueiros casados que permaneceram nas colocações, a gradual diversificação das atividades produtivas se imporia como necessidade, pois a "carestia" de mercadorias nos seringais viria a se agravar na segunda metade da década de 1920. E assumiria contornos mais graves na década seguinte, quando, após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e o excesso de oferta nos seringais do Oriente, os preços da borracha tornariam a cair mais acentuadamente[151].

Descapitalizados por pouco mais de quinze anos de crise, os patrões no Município de Tarauacá, que continuavam a depender da borracha para obter a maior parte de seus

[151] As cotações da tonelada de borracha no mercado internacional alcançariam uma média de 89,2 libras esterlinas no período 1920-1924; 121,8 libras no período 1925-1929 (com um pico de 206 libras em 1925, e uma acelerada queda nos anos seguintes, chegando a 75 libras em 1929); de 42,6 libras no período 1930-1934; e de 77 libras no período 1935-1939. A produção de borracha nativa da Amazônia, refletindo essas flutuações nos preços, alcançaria uma média anual de 21.666 toneladas na década de 1920, caindo para 11.786 toneladas na década seguinte (Martinello, 1988: 48).

ganhos e, ainda que precariamente, manter seus barracões em funcionamento, procurariam alertar o governo federal para a necessidade da adoção de políticas imediatas de defesa da economia da borracha, justificando-as pelo risco de uma total paralisação da "indústria extrativa" e da transformação do interior em um deserto despovoado de gente.

A ausência de perspectivas claras para o futuro da economia no município ficaria evidenciada em duas campanhas realizadas pela imprensa de Seabra em meados dos anos de 1920. A primeira, em 1924, incitava os proprietários de seringais a "rumar para a agricultura", fortalecendo o "movimento agrícola" iniciado fazia poucos anos. A alternativa então defendida era a implantação de vastas plantações de café, produto que, face à "revolução" em São Paulo e à broca que atingia as plantações nesse estado, poderia assumir peso importante na pauta de exportação de Tarauacá (a exemplo do que vinha acontecendo em Cruzeiro do Sul), para "melhorar as condições que podem piorar na indústria extrativa, devido à falta de braços"[152]. No ano seguinte, com as notícias advindas das praças de Manaus e Belém, dando conta de que a cotação da borracha se apreciara, numa tendência que "aparentava não ser transitória", os editoriais conclamavam aos seringalistas, e a aqueles que haviam deixado a floresta para se instalar na cidade, que seguissem imediatamente aos seringais para retomar a produção. O principal obstáculo para tal, ressaltava-se novamente, era a "falta de braços", resultante da diminuição, calculada em pouco mais da metade, da população do município nos anos anteriores. Para possibilitar essa retomada os seringalistas solicitavam uma urgente intervenção do governo federal, no sentido de viabilizar o transporte, pelo menos até Manaus, dos nordestinos que quisessem fazer vida e "enricar" nos seringais[153].

Novas articulações políticas visando alertar o governo federal para a necessidade de políticas para o soerguimento da economia da borracha seriam protagonizadas pela Associação Seringalista de Tarauacá, criada em 1928, em dois congressos realizados no biênio 1930-31. Numa conjuntura marcada por anos de progressivas quedas nos preços e na produção da borracha[154] e pela eminente desvalorização das propriedades, alertas seriam feitos sobre a derrocada final da "indústria extrativista", pela impossibilidade dos

---

[152] "Plantemos café". *A Reforma*, Ano VII, Nº 321, 9/11/1924, pg. 1; "O café. Nova fonte de riqueza". *A Reforma*, Ano VIII, Nº 330, 18/1/1925, pg. 1.

[153] "Rumo ao seringal" ; "Aspiração e necessidade". *A Reforma*, Ano VIII, Nº 351, 14/6/1925, pg. 1.

[154] No Município de Tarauacá, o preço do quilo da "borracha fina", que o patrão Francisco Bayma prometia pagar a 3$000 em 1924, atingira um pico de 10$000 em 1925, que motivara a referida campanha para a imediata retomada da produção, mas despencara a 1$300 em 1931 ("Rumo ao seringal". *A Reforma*, Ano VIII, Nº 351, 14/6/1925, pg. 1; "Notas a lápis". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 643, 29/3/1931, pg. 1). A produção no município, que alcançara pouco mais de um milhão de quilos de "borracha fina" em 1923, estava reduzida, na safra de 1930, a praticamente a metade (507.674 quilos) ("Receita Fiscal Federal do Tarauacá". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 634, 18/1/1931, pg. 4).

patrões, já descapitalizados, de continuarem a movimentar seus seringais e pelo êxodo contínuo da população, que, "maltrapilha", vagava sem perspectivas em Seabra, colocando em risco a segurança pública, ou rumava definitivamente para o Nordeste.

Ao final de ambos os congressos, radiotelegramas seriam enviados à Presidência da República, aos Ministérios do Trabalho e da Agricultura, aos interventores do governo federal nos Estados do Amazonas e Pará e no Território do Acre, bem como às redações dos principais jornais do Rio de Janeiro, Belém e Manaus. Como demanda mais geral, a Associação em 1931 propunha que o Banco do Brasil garantisse os preços futuros da borracha, assegurando que estes cobrissem os custos de produção, possibilitando aos seringalistas manter seus movimentos comerciais em operação e oferecer condições para que os seringueiros permanecessem nas colocações[155].

No plano mais local, a Associação demandaria a implantação de uma linha de transporte fluvial subvencionada para o rio Tarauacá (a exemplo das que já existiam nos demais municípios), de maneira a desonerar os fretes e as passagens e a baratear as mercadorias de "primeira necessidade" e os utensílios agrícolas e industriais. Prometia, ainda, que junto com a implementação dessas políticas pelo governo federal, os seringalistas ensejariam iniciativas para incentivar, de "uma vez por todas", a "policultura", de maneira a tornar o município auto-suficiente na produção de alimentos. Esse conjunto de ações, alegava a Associação, ao viabilizar o adensamento da população, a solução dos problemas de transporte e comunicação e o barateamento das exportações de gêneros agrícolas para outros mercados consumidores, permitiria que a economia do municí-

[155] Outras resoluções tomadas durante o Congresso dão indicações de que, para além do êxodo para a cidade e para fora do município, muitos seringueiros optavam por mudanças nos próprios seringais. Ao término do IV Congresso, a Associação enviaria radiotelegrama ao interventor do governo federal no Território do Acre solicitando medidas para coibir, por um lado, a mudança de fregueses das colocações enquanto não pagassem suas dívidas, e, por outro, as atividades de "engajadores", que procuravam convencer os seringueiros a se mudar de seringal, sob promessa de um maior acesso a mercadorias. Nesse mesmo sentido, os seringalistas alterariam duas cláusulas do estatuto da Associação. A primeira, obrigando os titulares dos contratos de arrendamento de seringais a se responsabilizarem pelo pagamento integral da renda estipulada, assumindo, inclusive, o montante de renda das estradas de seringa que deixassem de lhe ser pagas pelos fregueses que abandonassem suas colocações antes do término da safra. A segunda, estipulando que, ao colocar um freguês, seu novo patrão exigiria a apresentação de seu talão de conta-corrente e, em caso da existência de débitos, os quitaria junto ao seu patrão anterior ("IV Congresso Seringalista do Tarauacá" [*A Reforma*, Ano XIV, Nº 642, 22/3/1931, pg. 1]). Essas medidas indicam que, apesar da crise vigente nos seringais, certos "regulamentos" continuavam a operar, ainda que freqüentemente violados pelas iniciativas tanto dos seringueiros, descontentes com a obrigação de continuarem pagando renda das estradas de seringa, num momento de grande carestia de mercadorias nos barracões, como de certos patrões e "engajadores" que para eles trabalhavam. Essas situações confirmam, ainda, que, a exemplo do ocorrido desde os primeiros anos da crise, muitos seringais eram administrados por arrendatários, os quais dependiam da borracha recebida dos seringueiros a título de renda para honrar seus contratos com os proprietários, e procuravam obter alguma margem adicional de ganho com a comercialização de mercadorias adiantadas pelas casas comerciais de Seabra.

pio pudesse, em breve, deixar de depender exclusivamente da "fatídica indústria da borracha", se assentando nas atividades agrícolas e pastoris, fontes da "riqueza verdadeira de um povo laborioso"[156].

O apoio do governo federal aos governos dos municípios do Território se restringiria, ainda em 1931, ao repasse de uma verba de 300$000 "para o amparo dos sem-trabalho e à agricultura", da qual 50$000 caberiam ao Município de Tarauacá. A Intendência resolveria investir esses recursos em "obras duradouras e de vantagem" para o fortalecimento da "incipiente agricultura": a construção de estradas e aterros ligando a cidade a três "colônias agrícolas", para que os moradores da zona rural pudessem comercializar sua produção; e outro ramal até o local onde planejava instalar uma fábrica de beneficiamento dos produtos das "colônias". Para a implantação desta fábrica, um engenho de ferro, tachos, uma debulhadeira de milho e um "aviamento" completo para produção de farinha foram encomendados em Belém e no exterior. Fazia parte desse plano de incentivo oficial à agricultura, ainda, a regularização dos lotes dos agricultores que viviam nas colônias e a doação de instrumentos de trabalho, bem como a aquisição de terras de particulares para a ampliação dos perímetros da cidade de Seabra e da Vila Feijó[157]. Nenhum subsídio federal seria concedido, contudo, para o apoio à economia da borracha, resultando numa gradual queda da produção ao longo de toda a década de 1930, aquela considerada pelos seringalistas com a época da "pior crise" (Allegretti, 2002: 108).

Também em 1930, pouco após a realização do III Congresso da Associação dos Seringalistas, os jornais de Seabra publicaram uma série de artigos e notícias, dando conta de que novas atividades vinham sendo fomentadas pelas casas comerciais de Belém e Manaus, as quais, apesar das dificuldades vigentes, poderiam resultar em renovadas alternativas para a combalida economia do Município de Tarauacá. O jornal *A Reforma*, por exemplo, reproduziria cartas enviadas ao governador do Pará pelo então adido comercial do governo brasileiro em Nova Iorque, Monteiro Lobato, e do diretor geral da National Association of the Fur Industry, dos Estados Unidos, Daniel C. Milles, soli-

[156] "Terceiro Congresso Seringalista do Tarauacá". *A Reforma*, Ano XIII, Nº 596, 6/4/1930, pg. 1; "IV Congresso Seringalista do Tarauacá". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 640, 8/3/1931, pg. 1; "IV Congresso Seringalista do Tarauacá". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 642, 22/3/1931, pg. 1; "IV Congresso Seringalista do Tarauacá". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 643, 29/3/1931, pg. 4.

[157] "Serviços territoriaes de amparo aos sem trabalho e à agricultura do Acre. Subsídio providencial e oportuno". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 665, 17/10/1931, pg. 1.

citando providências imediatas para a garantia dos preços e dos montantes da exportação dos couros e peles de animais da floresta amazônica para aquele mercado[158].

À mesma época, notícias começariam a ser publicadas na imprensa de Seabra dando conta que a exportação de madeiras nobres começava a ganhar maior magnitude a partir dos portos de Belém e Manaus[159]. A exportação de madeiras oriundas do alto rio Juruá tivera início no romper dos anos de 1920, com a chegada, até Cruzeiro do Sul, dos primeiros "rebocadores", apoiados por "motores" de menor calagem, próprios à navegação em rios menores, como o Tarauacá e o Envira, onde parte da extração também passou a ser realizada, principalmente em seus baixos cursos. Segundo Onofre de Andrade (1937), em início dos anos de 1930, a atividade madeireira ganhara maior monta no alto Juruá e seus afluentes, com a operação de embarcações das firmas Eduardo Pereira & Irmão e C. P. de Vris, donas de "serrarias mecânicas" em Manaus, J.G. de Araújo e Araújo Costa, esta de Itacoatiara. Os representantes dessas firmas haviam começado a remunerar os patrões dos seringais pela retirada das madeiras da floresta e pelo seu "enganjamento" em "balsas" ou "jangadas". As principais madeiras então demandadas eram o agoano (mogno) e o cedro, que, beneficiadas em "pranchas", eram levadas, primeiro pelos motores e depois pelos rebocadores, até Belém e Manaus, para dali serem exportadas ao exterior e ao sul do país (Andrade, 1937).

No Município de Tarauacá, essas atividades foram vistas com inicial desconfiança por parte dos seringalistas. Críticas foram veiculadas na imprensa contra os compradores de peles e couros, que viajavam pelos seringais, "espalhando boatos", dizia-se, de que a borracha tinha perdido totalmente seu valor e que se tornara mais conveniente aos seringueiros dedicar-se à caça comercial, que podia ser feita com baixo custo ("com munição comprada fiada no patrão"). Além dos baixos preços pagos pelos atravessadores, a iniciativa era vista como contrária aos interesses dos patrões, que adiantavam

[158] "O commercio de pelles da Amazônia no mercado norte-americano" (*Monteiro Lobato*). *A Reforma*, Ano XIII, Nº 599, 27/4/1930, p. 4; "O commercio de pelles da Amazônia no mercado norte-americano" (*Daniel C. Milles*). *A Reforma*, Ano XIII, Nº 600, 4/5/1930, p. 4. Alegavam ambas as cartas que o processo de secagem dos couros e peles ao sol, tradicionalmente utilizado na região, causava danos irreparáveis ao produto final e prejuízos aos compradores dos diferentes ramos da indústria de peles nos EUA. Por esse motivo, os importadores se negavam a continuar adquirindo produtos oriundos da Amazônia brasileira, a não ser por preços bastante inferiores aos alcançados por produtos exportados de outros países da região (inclusive o Peru). Tanto Monteiro Lobato como o diretor geral da Associação da Indústria de Peles solicitavam ao governador paraense que transmitisse ao "povo do interior" recomendação para que os couros e peles fossem beneficiados de maneira adequada, em locais à sombra, frescos e ventilados. Lobato alertava que, caso essa mudança fosse lograda, os vários estados da Amazônia poderiam se inserir com vantagem no comércio internacional de peles, permitindo que o Brasil atingisse a mesma dimensão já lograda pela Rússia e pelo Canadá e explorasse o mercado norte-americano, que, em 1928, importara 135 milhões de dólares em peles para a confecção de diferentes indumentárias.

[159] "As madeiras da Amazônia". *A Reforma*, Ano XIII, Nº 614, 17/8/1930, p. 1.

mercadorias na esperança de receber borracha, e, portanto, como mais um passo em direção à total desarticulação da produção extrativa[160]. Novas críticas adviriam quando os preços pagos pelos couros e peles foram reduzidos pelos representantes dos compradores de Belém e Manaus, sob a alegação de que os produtos não atendiam às exigências dos importadores estrangeiros[161]. As ponderações contrárias à viabilidade da atividade madeireira em Tarauacá destacavam as grandes distâncias dos centros compradores, os altos custos com o transporte e os fretes e os baixos preços pagos pela matéria prima pelos rebocadores que trabalhavam para as firmas de Manaus e Belém. Apesar da reconhecida diversidade de madeiras passíveis de aproveitamento nas florestas do município, apenas a extração do mogno e do cedro, avaliava-se, compensaria as despesas inerentes às atividades na floresta e ao transporte da produção até Seabra ou São Felipe, em viagens perigosas, devido às correntezas, pauzadas e estreiteza dos rios[162].

Ao longo da década de 1930, a extração de madeiras nobres passaria a ser realizada no Alto Juruá e em seus afluentes, inclusive em suas cabeceiras, em território peruano, por representantes da Nicolaus & Cia. e outras casas comerciais, mobilizando, por vezes, turmas de trabalhadores trazidos das cidades e, em menor escala, a mão de obra de seringueiros e indígenas (Cerqueira, 1958: 167-68; Mendes, 1991; Almeida, 1992: 38; 41; Pimenta, 2002: 105-06; Allegretti: 2002: 108-09). Em Tarauacá, todavia, alcançaria uma dimensão modesta.

À diferença da atividade madeireira, as caçadas para a venda de couros e "peles de fantasia" rapidamente cresceriam nos seringais. Dados do Registro Fiscal de Tarauacá indicaram, em 1930, a saída de 13.328 quilos de couros (7.253 de veado, 4.826 de caititu e queixada, 689 "diversos" e 551 de boi). Registros referentes aos meses de julho e agosto de 1933 indicaram uma exportação de 6.442.000 quilos de "couros selváticos" (contra apenas 44.255 quilos de borracha e 39.500 quilos de jarina)[163]. Parte das caçadas comerciais passariam a ser agenciadas pelos próprios patrões e arrendatários, para as quais também arregimentavam trabalhadores, remunerados como diaristas, com dedicação exclusiva. Nas transações nos barracões, os couros e peles passaram a ser contabilizados como crédito nas contas dos fregueses, o que incentivou muitos a dedicarem mai-

[160] "A situação do nosso Município não é boa, mas os boateiros fazem-na pior". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 651, 14/6/1931, pg. 1.
[161] "Pró Acre abandonado". *A Reforma*, Ano XV, Nº 681, 29/5/1932, pg. 1; "Clamorosa situação do nosso Município". *A Reforma*, Ano XV, Nº 682, 5/6/1932, pg. 1.
[162] "As madeiras da Amazônia". *A Reforma*, Ano XIII, Nº 614, 17/8/1930, pg. 1.
[163] "Receita Fiscal Federal do Tarauacá". *A Reforma*, Ano XIV, Nº 634, 18/1/1931, pg. 4; "Dados estatísticos do Município de Tarauacá". *A Reforma*, Ano XVI, Nº 730, 24/9/1933, pg. 2.

or quantidade de dias a essa atividade e, assim, pagarem parte das mercadorias. A produção era vendida pelos patrões aos representantes das casas aviadoras e dos exportadores de Manaus e Belém[164], bem como a atravessadores peruanos, que começaram a operar em locais como Puerto Esperanza, no alto rio Purus, e Puerto Breu, no alto rio Juruá, quando essa atividade também ganhou dimensão expressiva no país vizinho.

Esse conjunto de atividades voltadas à subsistência e à comercialização, realizadas tanto pelos patrões como pelos seringueiros, permitiriam que a empresa seringalista se mantivesse em funcionamento durante os piores anos de crise na economia da borracha. Ao contrário do previsto pelo padre Tastevin em meados dos anos de 1920, e pela Associação dos Seringalistas em começo da década de seguinte, os Municípios de Tarauacá e Feijó (aí incluídos os rios Tarauacá, Murú e Envira[165]), e especificamente os seringais, não sofreriam um significativo esvaziamento populacional.

---

[164] No período 1930-37, com uma produção agregada de pouco mais de 439,7 mil toneladas, os couros e peles atingiriam uma participação média de 3,98% do valor total das exportações brasileiras de "substâncias alimentícias" e "matérias primas", bastante superior aos da borracha (1,06%) e da madeira (0,89%) (Brasil, Ministério da Agricultura, 1939: 30; 37), chegando a 5,0% em final da década, ocupando o quarto lugar no valor total daquelas exportações, atrás do café, algodão e cacau. Aquela produção agregada incluía, todavia, couros e peles oriundas das regiões sul, nordeste e centro-oeste, estando a produção de "animais silvestres" concentrada principalmente nos estados do Amazonas, Pará e Maranhão, e em menor monta na região Nordeste. Em 1938, por exemplo, as peles de veado e animais "diversos" (dentre as de maior expressão, os couros de porco caititu e queixada e as peles de gato maracajá) ocupavam o terceiro lugar nas exportações do Pará, com destino, principalmente, aos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra (ibid, 1940, Vol. I: 239-43). No ano seguinte, os Estados do Amazonas e do Pará exportariam, conjuntamente, 1,2 milhão de quilos de peles e couros. O início da Segunda Guerra Mundial marcaria um período de queda das exportações (ibid, 1940, Vol. II: 91-2). Os relatórios do Ministério da Agricultura não especificam para o período qualquer produção oriunda do Território do Acre, fato que pode ser explicado pela sua canalização por casas aviadoras de Belém e Manaus, ficando as exportações contabilizadas nesses estados, bem como pelo escoamento de considerável parcela da produção oriunda dos seringais acreanos por compradores peruanos.

[165] O Município de Feijó seria criado, a 21 de dezembro de 1938, junto com o Município de Brasília (depois Brasiléia), pelo Decreto-Lei nº 968, de 21/12/1938, assinado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. Feijó seria desmembrado do Município de Tarauacá. Os dados dos Municípios de Tarauacá e Feijó são aqui considerados de maneira agregada, de maneira a permitir uma comparação dos dados do censo de 1940 (Brasil. IBGE, 1952) com os do anterior, de 1920.

Capítulo III - Outro ideário indigenista

Primeiras propostas para a "civilização" dos índios no Alto Juruá

As considerações de cunho mais geral do capítulo anterior, sobre a implantação e o inicial funcionamento da empresa seringalista, sobre a dinâmica das atividades caucheiras e sobre as "correrias", servirão de pano de fundo, a seguir, para a descrição e análise de projetos de "civilização" e "catequese" dos indígenas propostos por diferentes agentes governamentais e das ações que acabariam por ser implementadas pela Prefeitura do Departamento do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais no Território Federal do Acre na segunda metade dos anos de 1900.

À diferença do período inicial das "explorações", da abertura e do povoamento dos seringais, durante o qual as "correrias" foram a única iniciativa dos patrões e caucheiros para fazer frente à "incômoda presença" dos grupos indígenas, um conjunto de discursos, propostas e ações oficiais para a "catequese" e a "civilização" dos indígenas começaria a ganhar forma com a gradual institucionalização da administração estatal no Território Federal criado em 1904. Num contexto em que a empresa seringalista estava consolidada na região e que a Prefeitura começava a ser implantada no Departamento do Alto Juruá, parte das ações do poder público teriam por objetivo a integração e a "pacificação" da região, fazendo cessar as "correrias", os ataques e saques aos seringais e as "guerras intertribais", normatizar as relações dos patrões seringalistas com os indígenas, bem como dar início à sua "catequese" e "civilização".

Incisivas críticas às "correrias" e à "escravização" de índios constam em relatórios produzidos, em meados dos anos de 1900, pelo Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá, e pelo Coronel de Engenheiros Belarmino Mendonça, chefe brasileiro da Comissão Mista Brasil-Peru de Reconhecimento do Rio Juruá. Questionadas com base em valores humanitários e da justiça, ambos denunciariam as concepções etnocêntricas inerentes à ideologia e aos discursos davam sustento às "correrias", promovidas, segundo Azevedo, pelos "homens influentes, responsáveis pela colonização".

Ambos condenariam esses discursos dos seringalistas, os quais, ao enfatizarem a selvageria, a animalidade, a ferocidade e a "incapacidade de civilização" dos índios, e a necessidade de "dar segurança" aos seringueiros, serviriam apenas para legitimar as "correrias" e violências, com o intuito de se apropriar de seus territórios e das riquezas naturais ali existentes, bem como de roubar e escravizar mulheres e crianças. Diferen-

temente, ao conceber os indígenas como "aborígenes", "representantes do primeiro estágio da humanidade", "deserdados da civilização" (Azevedo, 1905), "primitivos povoadores", "genuínos brasileiros", "nossos patrícios" (Mendonça, 1989: 227-28), pela primeira vez no Alto Juruá, dois representantes governamentais, engenheiros militares e positivistas, defenderiam, por meios diversos, políticas de "catequese" e "educação" dos indígenas, visando sua "proteção", "tutela" e definitiva incorporação aos "benefícios da civilização".

Em trechos pontuais do "Relatório do Comissário Brasileiro", Belarmino Mendonça[166] (1989) denunciaria as violências das "correrias", creditando-as, contudo, quase que exclusivamente aos caucheiros peruanos; ao contrário do Prefeito Azevedo, não faria alusões mais incisivas à sua realização pelos brasileiros. Destacando a contribuição dos indígenas ao povoamento do rio Juruá, como "guias e auxiliares dos pioneiros", e pelos "ensinamentos" repassados aos "civilizados", Mendonça defenderia um "movimento compensador de humanidade e simpatia" em relação aos "primitivos povoadores". Além de sua proteção contra as "correrias", proporia como requisito a atribuição aos indígenas de "*um cantinho, ao menos, dos seus vastos e seculares domínios, com discriminadas divisas e direitos senhoriais definidos*" (Mendonça, 1989: 228), sugestão inovadora na região, numa conjuntura em que Thaumaturgo de Azevedo e os prefeitos dos outros dois departamentos chamavam a atenção para a total inexistência de "terras devolutas" no Território Federal, apropriadas por particulares para a abertura dos seringais.

Como alternativa para atrair os indígenas ao trabalho e à "civilização", Mendonça recomendaria que a "luz da instrução" fosse levada às malocas, "sem violência e quebra de seus hábitos", e, sobretudo, que esse esforço estivesse dirigido aos mais jovens, "sem segregá-los de todo das selvas em que nasceram e se criaram". Desaconselharia, por sua

[166] Natural do Rio de Janeiro, em 1865, aos 15 anos de idade, como praça do Corpo de Voluntários da Pátria, Belarmino Augusto de Mendonça Lobo foi enviado à Guerra do Paraguai, na qual, durante quatro anos, participou de seis importantes combates. Então com a patente de alferes, seria agraciado, por seu comportamento e bravura, com distinções outorgadas pelo Conde D'Eu, comandante em chefe das forças militares brasileiras, pelo Ministério da Guerra e pela Câmara dos Deputados. De 1871 a 1878, já tenente, freqüentaria a Escola Militar, graduando-se como bacharel em matemática e ciências físicas. Participou de comissões nos Estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro e, sob encargo do Ministério das Relações Exteriores, tratou das negociações relativas às questões fronteiriças com a Argentina. Em 1902, já coronel, seria nomeado chefe da Comissão Construtora da Ferrovia Lorena-Benfica, cargo que exerceu até outubro de 1904, quando foi convidado pelo Barão do Rio Branco para chefiar a Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Juruá, encargo que aceitou, apesar dos protestos da família, pois estava, fazia três anos, em tratamento contra a tuberculose. De retorno do Alto Juruá, em 1906, seria promovido a general de brigada e cinco anos depois a general de divisão. Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar em 1912, se aposentaria, no ano seguinte, por motivo de saúde, já como marechal. Morreu a 28 de maio de 1913 no Rio de Janeiro (Tocantins, 1988: 14-15).

vez, a interferência de agentes missionários, em iniciativas delegadas ou apoiadas financeiramente pelo poder público, por implicarem, a seu ver, na entrada de "*cerimônias e práticas religiosas que tão poderosa influência exercem sobre imaginações supersticiosas*". Diferentemente, como política que acreditava "mais eficaz e talvez menos dispendiosa", sugeriria submeter aos índios "*a um brando regime militar, ministrado sem rigor em aldeamentos próximos das linhas limitrophes que tanto nos convém guarnecer, sem aniquiliação dos liames das famílias e de habitos inveterados que possam ser tolerados*". E acrescentaria: "*O pendor natural para todo apparato bellicoso lhes despertará o gosto pelos exercícios militares que acabarão por polir-lhes os costumes e os assimilar, principalmente a partir dos que não sahiram da meninice*" (Mendonça, 1989: 228).

O Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thamauturgo de Azevedo[167] ocuparia o cargo de Prefeito do Alto Juruá de setembro de 1904 a fevereiro de 1905 e de dezembro de 1905 a julho de 1906. Seus dois relatórios semestrais, datados de 1905 e 1906, destinados ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, relacionam e contextualizam as ações adotadas para o inicial funcionamento da Prefeitura, a implantação da sede municipal e os serviços básicos, a instauração dos poderes públicos (judiciário, policial e fiscal), reproduzem a íntegra dos 38 decretos expedidos em sua gestão, bem como elencam outras recomendações aos Ministérios de Viação e Obras Públicas, da Fazenda,

[167] Nascido em Barras (PI) em 1853, formado em engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro, comandou a 2ª Companhia da Fortaleza de São João, antes de participar como secretário, nos anos 1879-1883, da Comissão Demarcadora de Limites do Brasil com a Venezuela. Em 1884-1886, no Estado do Amazonas, exerceu o cargo de Comandante Geral das Fronteiras e Inspetor de Fortificações. Foi governador do Piauí (1889-1890) e do Amazonas (1891-1892). Em 1895, como chefe brasileiro da Comissão Mista convocada para determinar a cabeceira do rio Javari, ponto fundamental para, com base no Tratado de Ayacucho (1867), estabelecer a fronteira com a Bolívia, rebelar-se-ia contra a chancelaria, por não acatar o traçado estabelecido, que a seu ver desconsiderava o *uti possidetis* brasileiro na "região contestada". Abandonaria a missão, que acabaria chefiada, dois anos depois, pelo Capitão Tenente da Armada Cunha Gomes. Antes de seguir para o Alto Juruá, trabalhou como secretário do Ministério da Guerra (1898-1901) e chefe da 2ª Seção da Diretoria Geral de Engenharia (1902-1904). Em seu relatório semestral de 1905, Azevedo enumera seus títulos e qualificações: Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Engenheiro Militar e Coronel do Corpo de Bombeiros. Pediria exoneração da Prefeitura do Alto Juruá em julho de 1906, queixoso da falta de recursos e condições para exercer adequadamente o cargo. Até 1910, serviria como Comandante Militar nas Regiões da Bahia e do Mato Grosso e como Comandante da Brigada do Rio de Janeiro. Ao se reformar, com o posto de Marechal, ocuparia a presidência da Cruz Vermelha Brasileira por quase uma década, bem como a Presidência da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, de 1914 até 1920. Faleceu na capital federal a 23 de agosto de 1921 (Castello Branco, 1959: 214; Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul & Universidade Federal do Acre, 1994: 115-16; Ranzi, 2004, 2004a). Positivista, admirador de Augusto Comte, teria sido objeto dos seguintes comentários elogiosos de Cândido Mariano da Silva Rondon: "*Tive sempre a impressão de que o general Taumaturgo dispunha de vasta cultura, tanto no campo das ciências, como particularmente nos de Economia Política, nas questões de Direito Público e Internacional, conhecendo tôdas as obras notáveis de literatura, sociologia, história e geografia*" (Andrade, 1937).

da Guerra e das Relações Exteriores, de acordo com as atribuições específicas desses órgãos.

Numa conjuntura em que a empresa seringalista estava consolidada no Alto Juruá, mas que as "correrias" dos patrões e as represálias dos indígenas continuavam a ocorrer em diferentes pontos do Departamento, Azevedo delinearia as linhas mestras de um projeto de "catequese" e "civilização" para os indígenas, parte de políticas mais amplas, que visavam integrar o território, normatizar as relações de trabalho nos seringais, fixar o homem à terra, fomentar as práticas agrícolas, diversificar as atividades produtivas e legalizar as atividades comerciais feitas nos rios pelos regatões.

Além da "escravatura branca" e da instituição do "tronco", que, segundo o prefeito, marcavam a dominação a que os seringueiros estavam sujeitos pelos patrões, seus dois relatórios ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores condenariam a violência das "correrias" contra os indígenas. "*Os índios eram perseguidos, massacrados em suas tabas, escravisados e vendidos*", afirmaria, por exemplo, dentre as justificativas quando da instituição do serviço policial (Azevedo, 1905: 20). A escravização a que faz menção o prefeito diz respeito à transformação de mulheres e crianças, capturadas nas "correrias", em mão de obra aproveitada nos serviços domésticos nos barracões dos patrões, mas também em "mercadorias" negociadas com seringueiros, que, chegados solteiros à floresta, viam nessas transações uma alternativa concreta para constituir suas próprias famílias e, assim, mudar significativamente de vida (Wolff, 1999; Pantoja, 2004).

A "catequese" das "tribos" indígenas, umas "*meio civilizadas*", outras "*ainda bravias*", pelo aproveitamento do "*trabalho intelligente e perseverante dessa raça perseguida*", somada a ações de conscientização dos seringalistas ("*dar luz a consciencias ignaras*") quanto aos benefícios passíveis de redundar daquela primeira alternativa, foram metas que Thaumaturgo de Azevedo estabeleceria para sua administração.

Em seu primeiro relatório informa que, com o objetivo de cumprir essa dupla missão, encaminhara carta ao Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Arcoverde, "*solicitando a sua valiosa interferencia no sentido de serem contractados na Europa uns frades Trapistas para a civilisação dos índios*" (Azevedo, 1905: 22)[168]. Em seu relatório se-

[168] Em 1989, após sua pioneira "desobriga" pelo Alto Juruá, Jean Baptiste Parissier (1898) já defendera a ação missionária como vetor para a "civilização" dos índios. Segundo o padre espiritano, apesar da preocupação do governo federal com relação às "perseguições" sofridas pelos índios e da existência de leis promulgadas para sua proteção, a total ausência de meios para garantir que estas fossem respeitadas nos seringais, devido à inexistência de um policiamento eficaz, levava os "civilizados" a terem total certeza da impunidade ao realizarem as "correrias". Como alternativa a essa ausência de qualquer presença estatal, Parissier defenderia a "política adotada pelo governo em outras regiões": o recrutamento de missionários

guinte, na seção "A catechese dos índios", arrolada nas recomendações ao Ministério de Viação e Obras Públicas, Azevedo elaboraria diagnóstico mais preciso da localização dos índios, "*mansos, em sua maioria*", e explicitaria outras iniciativas, em curso e planejadas, para "*trazel-os ao nosso convívio, aproveitando-os na agricultura, em que são peritos, e nos transportes*" (Azevedo, 1906: 67). Neste momento, o fato de serem qualificados como "mansos" não parece implicar que esses índios já estivessem incorporados como mão de obra nos seringais, mas, sim, que não mantivessem conflitos com os "civilizados" ou representassem ameaça, na forma de ataques e saques.

Para tal, pleitearia do Ministério de Viação e Obras Públicas recursos financeiros para a abertura de um varadouro entre os rios Juruá e Tarauacá, assim como de outros, atravessando os rios Murú, Envira e Purus, até alcançar a cidade de Sena Madureira (sede do Departamento do Alto Purus). Aberto o primeiro varadouro, e contando com a coordenação dos frades trapistas, ou de agentes religiosos de outra congregação, essa "missão civilizadora" permitiria, segundo Azevedo, "*melhorar muito a sorte desses angustiados representantes do primeiro estágio da humanidade. Acabar-se-ão as diuturnas provocações de umas e outras tribos, próprias do período histórico em que se vivia da guerra para a guerra, cedendo o lugar à era do labor agrícola e industrial*" (Azevedo, 1905: 68).

Para, simultaneamente, combater a "escravidão" de indígenas e financiar as ações de "catequese" da Prefeitura, Azevedo promulgaria, em 2004, o Decreto Nº 15, de 15 de dezembro, instituindo e regulamentando a "Lei do Trabalho". O decreto estipulava um prazo de seis meses para que os patrões requisitassem a tutela dos menores de idade, de ambos os sexos, índios ou órfãos, que tivessem em seu poder. A partir de então, trimestralmente, por adiantado, deveriam depositar na tesouraria da Prefeitura uma contribuição, "a título de salário", para a formação de um pecúlio a ser repassado aos tutelados quando de sua emancipação, ao atingirem a maioridade. O prefeito assim justificaria essa medida:

> "*É sabido que nossas leis equiparam os índios aos menores. Entendi que a Prefeitura devia protegel-os diretamente, ressalvando-os da escravidão em que vegetavam em alguns seringais. E, assim, pela Lei do Trabalho, art. 37, mandei que os*

---

de diferentes ordens, e seu apoio, inclusive com subvenções, para a obra de "predicação do evangelho". Consideraria este o único instrumento possível de impedir que os "civilizados" continuassem a perpetuar atos de violência contra os indígenas. Com relação à "civilização" destes, acreditava que a ação missionária seria capaz de torná-los "*se não iguais aos europeus, ao menos auxiliares muito úteis*". Em pouco tempo, diz, poderia o índio tornar-se "*um excelente cristão e, por isso mesmo, um excelente cidadão e um poderoso meio de prosperidade para a sua pátria*". Após a "desobriga", Parissier confessaria ter se sentido "muito honrado" por ter batizado 12 indígenas numa barraca em que havia somente "índios cristãos".

> *patrões contribuíssem mensalmente com 5$000 por cada índio menor de 10 anos que tivessem em seu poder e com 10$000 por cada um também d'ahi até a idade em que nós outros somos declarados maiores*" (Azevedo, 1906: 68-69).

Instruções específicas seriam enviadas pelo prefeito aos juizes de paz sediados nos seringais, para que providenciassem o imediato registro de indígenas que estavam "indevidamente" sob posse de proprietários ou de seringueiros.

Em seu segundo relatório, ao fazer uma introdução dos principais avanços de sua administração, o prefeito informava que "*os indígenas, d'antes ferozmente perseguidos à bala, estão sob o patrocínio das autoridades e os menores sob tutela de pessoas qualificadas*" (Azevedo, 1906: 1). Até meados de 1905, a Prefeitura recolhera, "principalmente no vale do rio Tarauacá", a soma de 6:075$250 de patrões que haviam requisitado a tutela de menores indígenas. Pelo Decreto 36, de 16 de junho de 1906, que instituiu e regulamentou a Caixa Econômica Juruaense, o prefeito, com essas contribuições dos patrões, criou a "Caixa dos Índios", constituindo um fundo que esperava reverter em ações destinadas "*ao auxílio da catequese e ao custeio de um instituto de instrução oficinal dos indígenas*" (ibid: 68-9). O regulamento da Caixa dos Índios previa ainda que parte dos recursos para a fundação e custeio do instituto adviria dos depósitos efetuados em nome de índios que falecessem antes de atingir a maioridade e, portanto, de sua emancipação (ibid: 156).

O projeto de "catequese" delineado pelo primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá incorpora categorias comuns na região, dentre elas, "selvagens" ("bravios"), "semi-civilizados" e "catequizados" ("civilizados" e "mansos"). Essas categorias sinalizam a existência de diferentes modalidades de relacionamento dos indígenas com a "civilização" dos seringais. Quando ordenadas em seqüência, traçam um caminho "natural", e almejado, para sua "integração", permitindo, na concepção de Azevedo, ancorada no ideário positivista, que passassem de uma "etapa representativa do primeiro estágio da humanidade" a outra marcada pelo compartilhamento dos costumes e valores da "civilização".

Para tal, o projeto de Azevedo privilegiaria duas principais diretrizes: a primeira, protegé-los das "correrias" e da "escravidão" a que estavam submetidos nos seringais, tendo como pré-requisito a ligação do interior com varadouros e sua "catequese" por missionários católicos. A segunda, integrá-los ao trabalho agrícola e industrial, fornecendo, para tal, a necessária "educação". Como resultado da plena incorporação dos indígenas aos "hábitos do trabalho", aproveitando sua vocação "natural" de bons agricul-

tores, e instruindo-os em novos ofícios, ganharia a própria sociedade, mais humanitária e justa, que o Prefeito pretendia construir no Departamento.

Foi no sentido de favorecer essa incorporação dos indígenas ao trabalho nos seringais e a regulação de suas relações com os patrões que, por meio da Lei do Trabalho e da Caixa dos Índios, passou a ser normatizada e instrumentalizada a instituição da tutela, apoiada também no funcionamento do Juizado de Órfãos[169]. À diferença do que depois viria a marcar o discurso do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), este projeto não pressupunha como principal diretriz um exercício monopolista da tutela sobre os índios, a cargo de órgãos e de agentes do Estado nacional. O "gozo dos benefícios redentores da civilização", como afirma Azevedo, resultaria principalmente de relações personalizadas dos indígenas, crianças e menores, com "particulares", os seringalistas, permitindo sua transformação de "escravizados" em "tutelados". Seriam essas relações, normatizadas pela tuitela, que, por outro lado, contribuiriam para o financiamento de outras ações voltadas para a "catequese", especialmente a "educação para o trabalho", implementadas pela Prefeitura.

À semelhança da proposta esboçada por Belarmino Mendonça, o projeto de "catequese" e "civilização" do primeiro prefeito do Juruá também contemplaria medidas para a garantia de direitos territoriais aos "aborígenes", com seu "*aldeamento em núcleos coloniaes*", onde seriam "civilizados" "*pela tolerância, pela instrução e pelo trabalho*" (Azevedo, 1905: 90). Essas tarefas seriam atribuição da Diretoria de Comércio, por meio da seção de "Immigração e Colonisação, Catechese e Civilisação dos Índios", cri-

[169] Com base em pesquisas no Fórum de Cruzeiro do Sul, referentes ao período 1904-1945, informa Wolff (1999: 184), poucos teriam sido os pedidos de registro de tutela de indígenas formalizados no Juizado de Órfãos: doze foram por ela localizados, nove relativos a meninos e três a meninas (com idade média de 8,8 anos); seis pedidos foram feitos de 1905 a 1907 e os outros seis até 1912. Levando-se em conta dados produzidos pelo juiz federal Castello Branco (1930: 679-80), esses pedidos representariam 12% dos 100 processos relativos a questões orfanológicas que tramitaram naquele Fórum de 1904 a 1912. Wolff destaca, todavia, que meninos "pegos" em correrias, e mal tratados por seus captores ou por aqueles que os tinham sob seu poder, teriam sido encaminhados pelo Juizado ao chefe da Comissão de Obras Federais, Engenheiro Antonio Manuel Bueno de Andrada, para serem incorporados à "escola profissional" que a Comissão manteve em Cruzeiro do Sul em 1907-1908. É o que se depreende de carta, de 23 de julho de 1907, assinada pelo Juiz de Órfãos, Gustavo Farnese, encaminhada ao advogado, jurista e então Presidente da República, Afonso Pena, ao relatar providências que adotara em relação aos índios: "*Preocupa-me a sorte deles. Escravizá-los, aproveitar os seus serviços e até matá-los são fatos contados freqüentemente aqui (...) Quanto a índios menores que se acham em poder de pessoas, que não os tratam com carinho, convenientemente e com amor deliberei entregá-los ao Dr. Bueno a fim de educá-los e empregá-los nas oficinas, onde adquirem uma aprendizagem proveitosa e os distraem. Eles gostam de maquinismos. Os que ali aprendem folgadamente são chamariz de outros. Cada um tem a sua solda, alimento, vestuário, médico, etc.*" (apud Wolff, 1999: 182-83). A análise das principais linhas de atuação da Comissão de Obras Federais com relação aos indígenas, as quais, em linhas gerais, dariam continuidade às políticas iniciadas por Thaumaturgo de Azevedo, será feita adiante e retomada no Capítulo V.

ada pelo Decreto Nº 3, de 14 de setembro de 1904, que fixava os limites do Departamento do Alto Juruá e estabelecia sua divisão administrativa, civil e judicial.

Cabia ainda a essa Seção a introdução de imigrantes, "*consagrados exclusivamente à agricultura, à indústria pastoril e à piscicultura*", bem como o incentivo do povoamento pela propaganda, ao expor em "*publicações periódicas as condições climatéricas, riquezas naturaes e garantia das leis sobre os colonos*". Também faziam parte da Diretoria de Comércio os serviços referentes às terras e minas, viação e obras públicas, bem como à agricultura e indústrias, artes e manufaturas. O serviço de "catequese e civilização dos índios", como defendia o prefeito, estava inserido, portanto, num plano mais amplo de implantação do Departamento, que incluía o reconhecimento e integração do território, com abertura das vias de comunicação (dentre elas as estradas de rodagem e ramais) e a diversificação das atividades produtivas, até então centradas quase que exclusivamente na produção de borracha, por meio do incentivo a outras formas de extração florestal, à agricultura e à criação de animais (Azevedo, 1905: 89-90)

À diferença da proposta de Belarmino Mendonça, Thaumaturgo de Azevedo inicialmente privilegiaria a atuação dos missionários católicos como protagonistas nas ações de "catequese" nos aldeamentos. Apesar de sua iniciativa junto ao Cardeal Arcoverde, essa opção fracassaria, com a impossibilidade de recrutamento dos religiosos, trapistas ou de outras ordens. A prioridade vertida à implementação dessas ações ao longo do varadouro entre os rios Juruá e Tarauacá, em uma zona considerada "fronteiriça", de suma importância para os interesses econômicos e para um efetivo controle estatal sobre a parte mais oriental do departamento, onde quantidade considerável de malocas indígenas estava situada e os confrontos com os seringueiros eram recorrentes, marcaria, por sua vez, certa homologia entre essas duas pioneiras propostas oficiais para a "catequese" e a "civilização" dos indígenas no Alto Juruá. Nenhum "núcleo colonial" seria implantado nos anos seguintes. Mas, a Comissão de Obras Federais, como será visto adiante, e no Capítulo V, priorizaria ações para a "fiscalização" e o "policiamento" dos índios, em regiões situadas ao longo do traçado da estrada, visando promover a anunciada "pacificação" e "integração" da região.

Força policial contra as "correrias"

Se a incorporação dos indígenas às atividades produtivas nos seringais foi uma das metas que fundamentava o projeto de "catequese" e "civilização" do Prefeito Thaumaturgo de Azevedo, outras medidas seriam por ele tomadas para buscar pôr fim às

"correrias" e às violências promovidas por seringalistas e caucheiros. Em 1905, o tenente do Exército Luiz Sombra, na qualidade de delegado auxiliar, seria destacado para assumir a administração do policiamento no vale do rio Tarauacá, região que, apesar da criação da Villa Seabra naquele ano, permanecia isolada da sede do Departamento, sem qualquer presença mais efetiva do poder público. Nas instruções anexas à sua portaria de nomeação, ressalta Sombra (1913), eram-lhe conferidos, dentre outras atribuições, "plenos poderes para a repressão das correrias de índios que se faziam naquele rio".

Em janeiro de 1913, Sombra publicaria no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, o artigo "Os Cachinauás. Ligeiras notas sobre seus usos e costumes", fruto das observações feitas durante duas viagens realizadas, em 1905-1906, a malocas Kaxinawá situadas no rio Iboiaçú. Escrito em 1911, o artigo atendia a uma solicitação de seu conterrâneo e amigo, o historiador e lingüista João Capistrano de Abreu, para servir de "esclarecimento" ao estudo "Rã-txa hu-ni-kui: a língua dos Caxinauás do rio Ibuaçú, affluente do rio Murú (Prefeitura de Tarauacá)". Construído a partir de informações fornecidas por dois jovens Kaxinawá, Borô e Tuxinin, trazidos por Sombra[170], o livro de Abreu teve sua primeira edição publicada em 1914 pela Livraria Briguiet, e inclui mitos, "anedotas", relatos sobre diferentes aspectos da organização social e da cultura, além de dois "vocabulários" (brasileiro-caxinauá e caxinauá-brasileiro)[171].

---

[170] Em seu texto, Sombra (1913) comenta sobre o destino de três de "seus caboclos", trazidos após servir à Prefeitura do Alto Juruá: "*Um deles, Vicente Borô Penna, afilhado do saudoso Presidente Dr. Affonso Penna, e que se casou a 28 último, é uma estimada e distinta praça do Corpo de Bombeiros, já tendo tido a satisfação de ver seu retrato publicado em alguns jornais desta capital, por atos de heroísmo praticados na extinção de um incêndio; é muito econômico e já tem 500 e tantos mil réis numa caderneta do British Bank, onde vai todos os meses depositar as sobras de seu soldo. Outro, que entreguei ao Sr. General Thaumaturgo* [de Azevedo -MPI], *é hoje um bravo marinheiro nacional, tendo cursado a escola de aprendizes da Ilha das Cobras; e o mais inteligente deles é o meu pagem e afilhado Luiz de Gonzaga Tuxinin, que também é o mais instruído e educado dos três, sabendo todos ler, escrever e contar*". Castello Branco (1950: 61) esclarece que, em 1907, após servir no Território do Acre, Sombra trouxera consigo seis Kaxinawá: quatro homens e duas mulheres. Quatro décadas depois, apenas dois estavam vivos: uma mulher, que "servia na casa" da viúva de Sombra, e um homem, que "*viajou muito pelo interior com o general Rondon, onde se casou com uma filha de um cacique, preferindo, contudo, voltar à civilização, trabalhando, atualmente, no comércio*", na cidade do Rio de Janeiro.

[171] Segundo Sombra, esta obra de Capistrano de Abreu foi "*construída com material fornecido pelos meus caboclos Borô e Tuxinin (...), e que lhes foi arrancado partícula por partícula, colhidas dia a dia com a incansável, inteligente e laboriosa constancia, dedicação e perseverança que só os sábios do quilate daquele nosso eminente ethnographo, patriota e philologo sóem ter*" (Sombra, 1913). Sobre o processo de trabalho com Borô e Tuxinin, ver Abreu (1941: 5-10) e as metodologias utilizadas na construção dos dois vocabulários (1941: 525; 549); e sobre os créditos a atribuídos a Borô e Tuxinin como "co-autores" e as considerações críticas de Capistrano de Abreu sobre as implicações de ter construído sua obra com base em depoimentos de apenas dois informantes, de pouca idade (1941: 627-628). Borô tinha cerca de 20 anos quando começou o trabalho com Abreu, três dos quais passara trabalhando em seringais e em estadias em Manaus (onde, conforme informa Sombra (1913) fora batizado pelo então Presidente da República, Afonso Penna) e no Ceará. Com 13 anos, Tuxinin vivera por quatro anos em Manaus e em Maranguape, no Ceará, antes de dar início ao seu trabalho com Abreu.

Os escritos de Capistrano de Abreu (1976 [1911]; 1941 [1914])[172] e de Luiz Sombra (1913) constituem os primeiros estudos etnográficos sobre os Kaxinawá, ambos centrados no grupo de famílias então estabelecido no rio Iboiaçú. Não é pretensão aqui esmiuçar esses textos, mas deles destacar dados reveladores dos padrões de reorganização social e territorial desses Kaxinawá que, após serem acossados pelas "correrias", começavam a manter relações com patrões, seringueiros e regatões. É objetivo, também, apresentar as recomendações de políticas feitas pelo tenente Sombra para a "proteção" dos indígenas, considerando suas particularidades, e suas homologias e diferenças, face ao projeto de "catequese" delineado pelo Prefeito Thaumaturgo de Azevedo, seu superior imediato, e às propostas feitas por Belarmino Mendonça. Por fim, permitir, no Capítulo V, tecer contrapontos com a situação de outros grupos Kaxinawá que, à mesma época, começavam a ser incorporados nos seringais do médio rio Tarauacá, pelas iniciativas de dois "catequizadores de índios", no âmbito de ações implementadas pela Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais no Território do Acre.

Das cerca de 20 "tribos" que pessoalmente diz ter conhecido, ou sobre as quais obteve informações, durante sua permanência no Vale do Tarauacá, Sombra (1913) destaca que a Kaxinawá era a mais "notável", "*por sua índole laboriosa e pacífica*", e por ser a mais numerosa em todo o Alto Juruá. Após sofrerem correrias freqüentes nos anos anteriores, e serefugiarem nas "*terras firmes aos fundos dos seringais*", as principais malocas Kaxinawá estavam então concentradas no Riozinho da Liberdade ("*onde soffreram grandes correrias até 1906*"), no alto rio Gregório, bem como nos afluentes do alto rio Tarauacá, entre os altos rios Envira e Murú, especialmente no rio Iboiaçú[173].

Em seu texto sobre o rio Murú, o padre Tastevin, por sua vez, informa que à época da chegada dos "cristãos" a esse rio, em 1890, habitava nas cabeceiras um conjunto de grupos indígenas, a maioria falante de "dialetos" Pano, sendo o mais importante o dos Kaxinawá. O Iboiaçú, afluente da margem direita do Murú, informa Tastevin (1925:

[172] Em dezembro de 1911 e janeiro do ano seguinte, Abreu publicara em três edições do Jornal do Commercio textos sobre os mesmos Kaxinawá, posteriormente republicados pela Sociedade Capistrano de Abreu em coletânea de ensaios e estudos do autor, com os títulos "Os Caxinauá" e "A língua dos Caxinauá" (Abreu, 1976 [1938]). A publicação de "Rã-txa hu-ni-kui" estava também prevista para 1911, mas um incêndio nas dependências da Imprensa Nacional consumiu boa parte dos originais, então no prelo.

[173] Essas informações de Luiz Sombra coincidem, apenas em parte, com aquelas relacionadas no segundo relatório de Thaumaturgo de Azevedo, de 1906, que indicavam a existência de malocas Kaxinawá nos rios Acuraua, alto Tarauacá, Murú e seus afluentes (Iboiaçú e Humaitá) e alto Envira (Mendonça, 1989: 108; Castello Branco, 1950: 15), mas não fazia qualquer menção àquelas situadas nos altos rios Gregório e Liberdade, habitadas, segundo o Prefeito, por outros índios, os "mais irriquietos do Alto Juruá". No vale do Tarauacá, além dos Kaxinawá, Azevedo havia ressaltado a presença de agrupamentos de índios Kapanawa, Katukina, Kontanawa, Kulina, Jaminawa, Marinawa e Tuxinawa (Mendonça, ibid).

411), constituía o principal local de morada dos Kaxinawá antes da chegada dos seringueiros. Estes teriam sido recebidos inicialmente sem hostilidades, mas massacres e "guerras sem perdão" teriam início por volta de 1898, primeiro promovidas pelos caucheiros peruanos e depois pelos seringueiros (1925: 419).

De acordo com as informações de Borô, cinco "aldeias" ("maö")[174], cada uma chefiada por um "tuxaua" ("xanõe ibô")[175], estavam localizadas "não longe" das margens do Iboiaçú pouco antes das primeiras "pelejas" com os caucheiros "peruanos", chegados do rio Envira (Abreu, 1941: 53-4; 1976: 204). Às "correrias", os Kaxinawá teriam respondido com roubos, a destruição de casas e a morte de caucheiros, quem, amedrontados, optariam por se retirar. Antevista por um "dauya"[176], a chegada dos "brasileiros" à foz do Iboiaçú, onde deram início à construção de casas, resultaria inicialmente em fugas dos Kaxinawá. Bem tratados pelos seringueiros, que, à diferença dos caucheiros peruanos, consideraram "bons", os Kaxinawá "amansaram", começaram a "trabalhar para eles", ajudando-os a derrubar e a plantar seus primeiros roçados, e depois se dedicando à extração de caucho, que trocavam por espingardas, roupas, machados e terçados (1941: 59-62).

Com base em observações de suas viagens, Luiz Sombra ressalta a permanência dos "cupichauas", ou "malocas", como unidades coletivas de moradia e organização social. Construídas em meio aos roçados de terra firme, haviam sido deslocadas, mais recentemente, para as "*margens dos mais reconditos igarapés, no recesso das mattas*", onde o risco de "correrias", dos brasileiros e peruanos, era menor.

Cada maloca constituía local de habitação de um grupo de "famílias", sob a chefia de um "tuxaua". A maloca conformava o centro de um território comum, onde estavam distribuídos os roçados, abertos e plantados coletivamente, mas zelados "individualmente" por cada família, áreas de caça, pesca e coleta. As referências à existência de "maioriais" indicam que as "famílias" agrupadas numa mesma maloca tinham seus próprios chefes, responsáveis pela mobilização dos seus familiares, tanto em atividades próprias

[174] O termo "aldeia" é tradução, nos relatos apresentados por Abreu, de "maö". "Mae" é o termo hoje utilizado pelos Kaxinawá para, dependendo do contexto, definir sua aldeia, seu território e sua terra indígena.

[175] O termo xaneibu é hoje usado pelos Kaxinawá para designar o principal chefe, a "liderança", o chefe de uma família extensa ou outras pessoas com cargos de mando em domínios específicos de trabalho coletivo. No passado, na situação de seringal, esse termo foi utilizado também para fazer referência aos patrões.

[176] No vocabulário caxinauá-brasileiro, este termo é traduzido como curador, feiticeiro, envenenador (Abreu, 1941: 564). Atualmente, os Kaxinawá do rio Jordão categorizam com esse termo a aqueles que preparam "remédios da mata" e os utilizam em tratamentos terapêuticos.

como naquelas organizadas pelo "tuxaua". É a seguinte a descrição feita por Sombra desta habitação coletiva, que em certo trecho denomina de "barracão":

> "*O copichaua consiste em um longo galpão coberto de palha, muito alto no meio e descaindo em duas águas até pouco mais de um metro acima do solo, sem paredes nem resguardos laterais, só se podendo entrar neles em pé pelas extremidades e sendo preciso inclinar o corpo para se poder sair pelos lados. Não tem divisões internas, sendo seu interior comum a todos os moradores; cada família, porém, tem seu fogo, seus utensílios, suas redes, suas espigas de milho e seus molhos de mondobi nos lugares previamente designados pelo tuchaua e que ficam assinalados pelos esteios e vigas que sustentam o teto. O copichaua é sempre levantado no meio do roçado, no lugar em que o terreno é mais elevado, e os roçados são abertos nas terras firmes à margem de algum rio ou igarapé*" (Sombra, 1913)

Nos relatos de Borô e Tuxinin, as "aldeias" são retratadas como aglomerados de grande quantidade de "casas". A primeira impressão é que, nesse contexto, as "famílias", sob o comando de um "tuxaua" principal, haviam adotado um padrão disperso de habitação, morando em "casas" distribuídas em um território coletivo. A alusão ao estabelecimento de "casas" em locais mais afastados, às visitas de dormida a outras "casas", aos convites feitos pelo "tuxaua" ou por chefes de famílias para que homens e mulheres se juntassem em atividades coletivas e à chegada de famílias à aldeia para eventos rituais e festas, parecem confirmar essa impressão. Abreu, contudo, equipara casa e aldeia, por meio de uma definição bastante semelhante à de Sombra para o cupichaua:

> "*Casa e aldeia são a mesma coisa: um grande galpão sem divisões internas, em que todos se acomodam: a habitação do tuxaua no centro é assobradada. No cômodo de cada família há armadores para as redes, giraus para as louças, para as cestas e peças moqueadas, varas de que penduram espigas de milhos ou raízes de mudubim, potes com água, pratos, panelas e cozinha*" (Abreu, 1976: 210-11).

Nos relatos de Borô e Tuxinin, a formação da uma nova "família" acontecia pelo casamento entre primos cruzados bilaterais (Abreu 1941: 120-21), ficando mais comumente o casal junto aos pais da mulher. Contando com o assentimento prévio dos pais e a aprovação do "tuxaua", a união se consolidava pela harmoniosa convivência do casal. Os relatos descrevem várias das atividades realizadas por homens e mulheres em suas respectivas "casas": os primeiros, na abertura, plantio e limpeza dos roçados, na caça, pesca, tirada de lenha, produção de armas; e as mulheres na colheita dos legumes dos roçados, confecção das comidas, zelo das casa e das crianças, abastecimento de água, fabricação das louças de cerâmica, fiação do algodão, a produção de tecidos, redes, tintas e enfeites. E reforçam a complementaridade dessas atividades, tanto no cotidiano (na comida feita pelas mulheres dos legumes plantados pelo homem e da caça e da pesca

trazidas por este, em tarefas conjuntas nos roçados e nas pescarias, que permitiam não só alimentar a própria casa, mas também distribuir alimentos e comidas entre parentes, e convidá-los a comer), como em momentos rituais, por exemplo, na preparação e realização das festas.

Os textos de Sombra e Abreu fazem referência a diferentes formas de comando exercidas pelo tuxaua. Sua participação é destacada na coordenação de festas destinadas "*à abertura de um roçado, à mudança da maloca, à declaração de guerra, aos funerais de algum chefe ou maioral*" (Sombra, 1913)[177], nas cerimônias em que as crianças comiam *nixpu* pela primeira vez para tingir os dentes (nixpupimá), furavam o nariz e o lábio inferior, na festa "fogo novo", na mobilização das "festas da paxiúba" (katxanawa) (Abreu, 1941: 100-111), no arranjo dos casamentos (e na atribuição de mais de uma mulher ao homem considerado "trabalhador"), na organização de caçadas e pescarias coletivas e na convocação de expedições guerreiras (Abreu, 1941: 515).

Dizem Borô e Tuxinin que o "tuxaua" "mandava" fazer, convocando e delegando tarefas nas atividades coletivas, "mandava chamar", "convidava", integrantes de outras "casas", "nossa gente outra", para que se juntarem nessas atividades e festas. Mandava "suas gentes", "seus filhos" ("baköbô", ou bakebu), "bem viver", "bem morar", aconselhando-os a dedicar-se aos trabalhos, não se zangar ou brigar entre si, tratar bem seus respectivos conjugues, não cometer adultério, não roubar. Do respeito a esses preceitos dependia não só sua própria posição de liderança, mas também o "bem viver" de "sua gente", a possibilidade de continuarem morando juntos. Da mesma forma, a mulher do tuxaua desempenhava papel relevante junto às demais mulheres, aconselhando-as a trabalhar, a exemplo dos homens, dedicando-se confeccionar tecidos e louças, preparar comida para seus maridos, zelar suas casas e filhos (Abreu, 1941: 515-20).

[177] Sombra faz alusão às vestimentas utilizadas pelos Kaxinawá, e especialmente pelo tuxaua, durante uma festa que parece ser a do *txirin* (do gavião), além de fazer alusão descrever aquela que considera a festa "mais curiosa", os rituais funerários feitos após a morte de algum "chefe ou parente notável". Após longas sessões de choro, diz, os Kaxinawá, consumiam os restos mortais, ao moquear o cadáver e em seguida beber na caiçuma os ossos torrados. Borô, por sua vez, nenhuma menção faz ao consumo do cadáver daqueles mortos de causa natural. Para que o espírito do morto fosse embora e deixasse seus parentes em paz, relata que aos choros seguia-se o enterro do corpo e de todos os seus pertences (Abreu, 1941: 142-44). Sombra é o primeiro autor a levantar a questão se os Kaxinawá deveriam ou não ser considerados canibais. Diz Sombra a este respeito: "*A vista dessa descrição não vão pensar os leitores que os cachinauás sejam canibais. Eles só devoram o cadáver dos chefes e parentes notáveis por um dever ou preceito religioso, não matam para comer nem devoram os inimigos que matam; ao contrario, respeitam e enterram aos chefes inimigos mortos em combate*". O "necrofagia" ou o "endo-canibalismo", ou dos Kaxinawá seria retomado em textos etnográficos do padre Tastevin (1925, 1925a, 1925b), mencionado em relatórios de agentes de governo (López, 1925; Silva, 1929; Carvalho, 1929), e tratado em análises etnológicas mais atuais (Montag & Torres, 1975; Kensinger, 1995; Erikson, 1986; McCallum, 1991, 1996, 1999; Montag, 2002; Lagrou, 2007).

Uma série de outras situações relatadas por Sombra permite vislumbrar formas de relacionamento dos Kaxinawá com os seringueiros e outros grupos indígenas vizinhos. Nas malocas que já haviam estabelecido "relações pacíficas" com os seringueiros, os roçados eram derrubados e plantados com menor dificuldade, pois haviam adquirido instrumentos metálicos que substituíam com "grande vantagem" os machados de pedra e as cascas de jabuti antes usadas. Miçangas trocadas com regatões enfeitavam homens e mulheres.

Outras informações, todavia, indicam que essas "relações pacíficas" não estavam generalizadas. Para desorientar pessoas estranhas, cada maloca tinha duas entradas e dois varadouros, um de acesso e outro de retirada, ambos vigiados por "vedetas" que, por meio de sinais, comunicavam a eventual chegada de indesejados. Apesar do grande tamanho dos roçados (alguns com dois quilômetros quadrados, diz Sombra), e da incorporação de certas espécies cultivadas pelos seringueiros, certas palmeiras (por exemplo, a pupunha) não eram mais plantadas com a mesma abundância, por temor de serem expulsos a qualquer momento de suas moradias. Seringueiros seguidamente acusavam os Kaxinawá de utilizar "venenos" (especialmente o "tingui") em suas pescarias, com intenção de causar epidemias de "beriberi, febres e outras doenças" a aqueles que os perseguiam[178].

Formas ritualizadas de relacionamento estabelecidas pelos Kaxinawá com Sombra, durante certas festas e outros eventos, dão indicações sobre as decisões tomadas pelo delegado nestas ocasiões, para se apresentar e fazer frente às expectativas geradas por sua presença, bem como sobre as atitudes dos indígenas, especialmente dos "tuxauas", ao reconhecê-lo como "autoridade", passível de oferecer-lhes alguma "proteção". Sombra informa, por exemplo, que a uma festa compareceu "*fardado com as insígnias do primeiro uniforme*", tendo sido recebido inicialmente no varadouro do roçado por "*diversos tucháuas e maiorais, que acolheram com ruidosa satisfação ao* "Papai Tenente", *ou tuchaua dos rios, como elles me chamavam*", e, à continuação, servido pelas mulheres com caiçuma e convidado pelos "tuxauas" a seguir para a maloca.

Ao comentar sobre os nomes usados pelos Kaxinawá, Sombra revela iniciativas contextuais que, a seu ver, constituíam tentativas dos índios de evitar novas violências dos seringueiros e caucheiros. Aqueles com "maior contato" com os seringueiros, diz,

[178] Queixa semelhante dos "civilizados", sobre as doenças causadas pelo uso de venenos para a pesca, seria também ouvida, cinco anos depois, pelo Auxiliar do SPILTN, Máximo Linhares (1913), quando em viagem em seringais do Riozinho da Liberdade, onde estavam situadas malocas Kaxinawá.

pediram-lhes sugestões de nomes para seus filhos, alguns dos quais aceitavam, outros não. Em sua estadia numa maloca, Sombra atenderia pedidos idênticos, nomeando várias crianças. Alguns solicitaram que desse a seus filhos o nome Tenente, posto que o visitante ocupava, um "tuxaua" demandou para si "*o appelido de Thaumaturgo, nome do Prefeito, por ter sabido que era esse o tucháua catayana* [principal] *de todos os rios e carinas* ["cariu", "civilizados" - MPI]", e um outro reivindicaria a confirmação do "*apellido de Doutor, com que se arrogara, por ter notado a consideração e o respeito com que os seringueiros assim tratavam um agrimensor que por lá andara demarcando terras*".

Os "tuxauas" e outros índios solicitaram a Sombra que escrevesse seus nomes e "apelidos" em pedaços de papel, o que o delegado diz ter feito, lavrando "uma espécie de certidão de batismo". Os documentos seriam guardados com satisfação e cuidado, diz,

> "*pois entre elles um papel escripto é considerado uma coisa muito preciosa, talvez por notarem o cuidado com que os seringueiros guardam as contas que recebem de seus patrões* (...) *O maior desejo que tem os cachinauás, ou quaesquer outros índios, desde que entram em relações amistosas com os carinas é o de ser baptisados, pois observam logo que os seringueiros só matam os que o não são, embora esses já sejam amigos, ou mansos, como dizem aquelles, que não têm o menor escrúpulo de atirarem num índio pagão, embora manso, só pelo prazer de verificar a boa pontaria de seu rifle!!*" (Sombra, 1913).

Como "talvez único remédio eficaz" contra esse "arraigado e feroz" preconceito dos seringueiros, Sombra recomendaria o "batismo em larga escala", para "atenuar o morticínio de índios". Em seu entender, era desejável que os índios coadunassem desses valores da "civilização", pois, "*O índio baptisado identifica-se logo com os seringueiros, julga-se um outro homem, um carina ou civilizado, e não admite que o chamem mais de índio, nome que reputa injurioso, tal como os nossos pretos, que não gostam que se lhes chamem de negros (...)*". Sombra, contudo, teceria críticas aos padres que ocasionalmente realizavam "desobrigas" nos rios, pelos altos preços cobrados pelos batismos, "40 e tantos mil réis", valores os quais, avalia, faziam com que muitos patrões se recusassem a batizar os índios "mansos" que viviam em seus seringais[179].

---

[179] Em 1907, o então Prefeito do Alto Juruá, Antônio Bueno de Andrada também criticaria a postura dos sacerdotes católicos em suas desobrigas pelos altos rios: "*No payz da borracha, systematicamente, têm feito do sacramento de sua religião objecto de commercio. Um casamento vende-se por duzentos mil réis; baptizados, de trinta a cincoenta mil réis; missas, a cem mil réis... Esta é a tarifa dos pobres. Para os ricos, um baptizado com música vale seiscentos mil réis; sem música, quatrocentos. Seria irrizorio se não fosse real. Gratuitamente, mesmo a bem da moralidade, não baptizam, não casam, não rezam. "Fica pa-*

À semelhança da iniciativa tomada pelo Prefeito Thaumaturgo de Azevedo, ao prender patrões que haviam cometido arbitrariedades com os seus fregueses, Sombra (1911) informa ter levado presos e "perseguido" autores de "correrias", logrando, durante o período em que permaneceu no vale do rio Tarauacá, pôr um fim às "barbaridades" cometidas contra os índios[180]. Informa ainda, em viagem realizada às cabeceiras do rio Envira, em 1906, ter obrigado vários seringueiros a se casarem com "índias meninas", "trazidas dessas correrias", atitude diferente da adotada em relação aos caucheiros peruanos, de quem havia tomado as também meninas, de 10 e 11 anos, "*com quem se deitavam, como se suas mulheres fossem!*" (Sombra, 1911).

Por outro lado, Sombra dá indicações de que suas ações para combater as violências contra os índios não estiveram destinadas somente à coibição das "correrias", mas também das lutas entre os próprios grupos indígenas, as quais ganhavam novas feições no âmbito de relações que alguns deles começavam a estabelecer com os "civilizados". Nesse sentido, narra a decidida oposição que, em 1906, colocou a uma expedição planejada pelos Kaxinawá, fortemente armados com rifles e munição obtidos dos patrões, contra os Jaminawa: "(...) *tivemos ensejo de assistir em parte a festa com que celebravam a próxima partida de uma expedição de guerra contra seus inimigos seculares os belicosos jaminauás, belos e valorosos índios mui temidos entre eles, expedição que lhes proibimos, aconselhando-os a viverem em paz com seus vizinhos* (...)"[181]. A expedição seria desmobilizada pelos Kaxinawá, diz Sombra, após sua ameaça de retirar-lhes

---

ra outra safra" é resposta constante, corrente e obstinada da ganancia mascarada em christianismo. Assim, pois, pela porta religiosa não entrará aqui a moral" (Andrada, 1908: 9).

[180] Lustosa Cabral, que presenciou uma das viagens de Sombra ao rio Tarauacá, dá informações sobre as ações de tenente do Exército nomeado como delegado por Thaumaturgo de Azevedo, com atribuições de resolver *todos os problemas atinentes ao policiamento e negócios dos rios*, tendo sob seu comando os "inspetores de quarteirão" que trabalhavam em cada seringal: "*O Sombra pintou horrores - prisões violentas, humilhações -, causando vexames aos* [inspetores] *tímidos. Muitos, ao ter notícia de que ele vinha pelo rio, fugiam para o mato. Viajava o delegado em batelão com três soldados apenas. Quando voltava do alto do rio, conduzia dez, doze criminosos para Cruzeiro do Sul*" (Cabral, 1984: 54-5). Em março de 1906, no jornal Correio do Norte, de Manaus, o advogado Miguel Tinoco tornaria pública sua indignação contra supostos atos arbitrários cometidos pelo delegado e contra a dificuldade que enfrentara para "(...) *fazer o Prefeito Gregório Thaumaturgo abrir um Inquérito Policial para apurar os crimes praticados por Luiz Sombra e outros funcionários de sua confiança, contra João Augusto Fernandes Teixeira, sócio da firma comercial Teixeira & Cia, que, dentre outros crimes, roubaram jóias, dinheiro, livros e outros documentos dessa firma* (...)" (Costa, 2005: 102).

[181] Assim como destacado anteriormente, este evento traz à baila como as relações comerciais, ainda que descontínuas, de certos grupos indígenas com patrões ou seringueiros, mas também os saques feitos às casas de fregueses brancos permitiam um gradual acesso a armas de fogo e, por isso, o redimensionamento das correlações de força que historicamente marcavam as relações de conflito com outros povos, e mesmo com os seringueiros da vizinhança. Por outro lado, parece revelar que, em certos casos, os patrões, aproveitando as rivalidades tradicionais, armavam um grupo para que atacasse seus inimigos, tidos como "selvagenes", que matavam e roubavam nos seringais, colocando em risco a "segurança" e a produção dos fregueses.

sua "proteção", "(...) *não sem terem primeiramente tentado nossa cobiça oferecendo-nos em troca do assentimento a sua empresa uma parte dos despojos da vitória, isto é, alguns dos curumins e cunhatás que aprisionassem, além das armas e mais artefatos artísticos que porventura tomassem a seus inimigos*" (Sombra, 1913)[182].

A promessa de uma desejada "proteção", ou a ameaça de retirá-la, fizeram parte, ao que indica o relato do delegado, de suas iniciativas ao implementar ações que guardavam semelhança com a dupla tarefa defendida pelo Prefeito Thaumaturgo de Azevedo para a "pacificação da região": pôr fim às "diuturnas provocações de umas e outras tribos", assim como conscientizar os seringalistas sobre a conveniência de não mais promover "correrias" contra os indígenas, a captura de meninos e meninas e sua "escravização".

Apesar de constatar a existência de malocas que tinham um "maior contato" com os seringueiros e relações comerciais estabelecidas com patrões e regatões, Sombra não parece coadunar da idéia, defendida pelo Prefeito, de que a "catequese" e a "civilização" dos indígenas poderiam advir de relações de trabalho sob a tutela dos seringalistas. Todavia, assim como, de maneira pioneira, haviam proposto Belarmino Mendonça e Thaumaturgo de Azevedo, Sombra também consideraria fundamental a atribuição de territórios próprios aos indígenas, permitindo que vivessem à margem do convívio com os "civilizados". A fim de "melhorar a sorte dos índios e evitar o extermínio completo de suas tribos", informa o delegado, tomara a iniciativa *de "reservar-lhes os rios ainda não invadidos ou explorados pelos seringueiros*", recomendação que teria sido acatada pouco depois pelo Prefeito, que a "*extendeu por um decreto aos demais rios do departamento em iguaes condições*" - fato não confirmado, contudo, na relação dos decretos relacionados por Azevedo nos relatórios referentes às suas duas gestões. Os prefeitos que sucederam Thaumaturgo de Azevedo, lamentaria Sombra (1911) anos depois, não teriam tomado as providências cabíveis para "*fazer cumprir tão profícua medida em favor dos índios*".

---

[182] À semelhança das "correrias", portanto, estas incursões contra malocas de grupos inimigos também rendiam a captura de mulheres e crianças, prática que já marcava os enfrentamentos armados entre indígenas antes da implantação dos seringais. A promessa feita a Sombra, de entregar-lhe meninos e meninas capturados, também guarda semelhanças com práticas dos seringueiros e caucheiros durante as "correrias", quando aqueles eram cedidos ou vendidos aos patrões. Fato semelhante, da captura de mulheres, é relatado por Borô, se referindo a um ataque feito contra, supostamente, os Kontanawa, como vingança por um ataque anterior, que havia resultado em mortes (Abreu, 1941: 65). Incursões armadas eram realizadas pelos Kaxinawá contra os Kulina ("gente fedorenta"), a quem consideravam "preguiçosos" e "ladrões", devido aos saques que realizavam aos seus roçados (Abreu: 1941: 118). Nesse sentido, percebe-se que essas incursões contra os Kulina eram legitimadas por concepções e discursos etnocêntricos, semelhantes a aqueles atualizados por seringalistas e caucheiros ao realizar as "correrias".

Nas conclusões de seu segundo texto, Luiz Sombra (1913) destacaria outro conjunto de recomendações que julgava urgente para preservar não apenas a integridade física dos Kaxinawá e outros indígenas, mas também as línguas e os artefatos de suas culturas materiais, os quais por viverem perseguidos pelas "correrias", "sem pouso certo" nas malocas, não confeccionavam mais "*com o mesmo primor de outrora*". A este respeito, sugeriria:

> "*É lastimável saber que essa* [os Kaxinawá - MPI] *e outras tribus do Alto Amazonas estejam a se extinguir sem que o nosso Museu mande estudar suas línguas e collecionar seus artefactos, que já figuram em alguns museus da Europa, sendo, entretanto, desconhecidos entre nós. As armas e mais objectos trazidos das correrias, os seringueiros dão a seus patrões e esses a seus aviadores no Pará e Manáos, que por sua vez as presenteiam aos chefes das casas exportadoras extrangeiras daquellas praças, que as remettem aos museus da Europa*".

Os caminhos que esses artefatos, tal qual butins de guerra, seguiam até os museus europeus coincidiam, portanto, com as redes que, ao longo da cadeia do aviamento, articulavam os diferentes atores dos seringais às casas aviadoras nacionais e às instituições comerciais estrangeiras, tornando possível o funcionamento da economia da borracha nos altos rios do Território do Acre.

Numa situação marcada pelas "correrias", que, em sua avaliação, colocavam em risco a sobrevivência, física e cultural dos índios, Sombra formularia, então, duas principais propostas: a primeira, de atribuição do Museu Nacional, a constituição de coleções de cultura material e realização de estudos dos costumes e línguas dos indígenas, para que estes se tornassem conhecidos da sociedade nacional antes de sua eminente extinção[183]. A segunda, mais afinada com as propostas do padre Jean Baptiste Parissier e do Prefeito Thaumaturgo de Azevedo, mas destoante das recomendações de Belarmino Mendonça, a ação de padres católicos, "comprometidos com o destino dos indígenas", que, por meio do "batismo em larga escala", abrissem condições para que os patrões e os seringueiros os respeitassem como seres humanos.

Face à situação de violência decorrente das "correrias", os Kaxinawá também buscavam alternativas que aparentemente confluíam com essa última proposta de Luiz Sombra, homem que o Prefeito enviara, e que viam, em suas malocas, fardado, com poderes de prometer ou retirar uma desejada proteção, repreender e prender "civilizados" e

[183] Conforme destacado no capítulo anterior, esta sugestão de Luiz Sombra converge com aquela feita, anos antes, pelo engenheiro Jorge Von Hassel (1905), quem, após viajar pelo alto rio Juruá no Peru conclamara aos "homens da ciência" a realização de minuciosos estudos sobre os indígenas, num momento em que estes passavam por inexoráveis mudanças, forjadas pelas "misturas" com os "civilizados" e entre os próprios índios e pela absorção de novos costumes e tecnologias.

até mesmo batizar. Além de bem recebê-lo, oferecer-lhe comida e caiçuma, prometer-lhe presentes (artefatos da cultura material e crianças a serem trazidas de uma guerra com os inimigos), realizar festas durante sua estadia e reconhecer sua autoridade como "Papai Tenente", "tuxaua dos rios" e representante do Prefeito (o "*tucháua principal de todos os rios e brancos*"), os Kaxinawá demandavam ser batizados, receber (e escolher) nomes e registrá-los por escrito, visando acessar marcas e atributos que julgavam eficazes para assemelhar-se aos "civilizados" e adquirir seu reconhecimento como seres humanos, cuja vida deveria ser poupada e respeitada.

O tenente do exército e delegado Luiz Sombra não seria o único personagem a ser reconhecido pelos Kaxinawá e outros grupos indígenas como autoridade, representante do governo e como agente de uma "proteção" possível e desejada, num contexto em que os patrões e os seringueiros constituíam, por um lado, uma constante ameaça à sua sobrevivência e, por outro, uma realidade com a qual teriam que lidar dali por diante. Conforme será visto no Capítulo V, à mesma época em que as malocas do rio Iboiaçú foram visitadas por Sombra, as pioneiras iniciativas dos cearenses Ângelo Ferreira da Silva e Felizardo Avelino de Cerqueira, respaldadas pelas políticas de "catequese" da Prefeitura do Alto Juruá e da Comissão de Obras Federais, despontariam para outros grupos indígenas (inclusive os Kaxinawá) como alternativa concreta face às "correrias" no médio rio Tarauacá, no rio Gregório e no Riozinho da Liberdade.

A Comissão de Obras Federais

A abertura de uma estrada de rodagem entre a recém fundada cidade de Cruzeiro do Sul e o rio Tarauacá foi empreendimento que Thaumaturgo de Azevedo considerou estratégico para dar início à integração do Departamento do Alto Juruá, e sua conexão com o restante do Território Federal, bem como para um efetivo funcionamento dos poderes judiciário, policial e fiscal. Como parte dessa iniciativa constava um projeto de "catequese" para os indígenas, por meio do qual, com o auxílio de agentes missionários e a implantação de "núcleos coloniais", tencionava o prefeito pôr fim aos conflitos intertribais e às "correrias", apaziguar as relações dos seringueiros com os índios e favorecer a incorporação destes últimos ao trabalho nos seringais e aos valores, costumes e benefícios da civilização".

A primeira iniciativa para dar início à abertura do varadouro é assim notificada pelo Prefeito, em 1905, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

"*Já convidei o Sr. Ângelo Ferreira da Silva, residente em Cocamêra, no Tarauacá, a romper d'alli um varadoiro em direcção ao Cruzeiro do Sul, promettendo-lhe um auxílio por tal emprehendimento. Este proprietário tem ao seu dispôr, perfeitamente catechisados, cerca de 150 índios, com a ajuda dos quaes já abriu uma estrada de rodagem em direcção às cabeceiras do rio Gregório. Deste ponto para a séde da Prefeitura é curta a distancia*" (Azevedo, 1906: 68).

O convite seria reiterado por Thaumaturgo de Azevedo a Ângelo Ferreira da Silva em maio de 1906. A abertura do varadouro de Cocameira a Cruzeiro do Sul, um percurso de pouco mais de 190 quilômetros, foi concluída em começo do mês seguinte, quando, após duas semanas de trabalho, à frente de uma turma de 63 homens, seus fregueses e empregados, Ângelo Ferreira chegou à sede do departamento, onde foi recepcionado pelo Prefeito interino, Dr. José Pereira de Britto Leite de Barredo (Cerqueira, 1958: 10-13)[184].

A abertura da "Leste-Oeste Brazileira", estrada de rodagem entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, foi um dos principais empreendimentos desenvolvidos, no biênio 1907-1908, pela "Comissão de Obras Federais no Território do Acre". Criada pelo Decreto 6.406, de 8 de março de 1907, a Comissão tinha por atribuições, além da abertura de estradas, a desobstrução de rios, a construção de edifícios públicos, a defesa militar do Território (atendendo a instruções específicas do Ministério da Guerra) e a implantação de escolas profissionais e núcleos agrícolas (Brasil. MJ, 1907: 59-60; 1908: 70-1; A4-A6).

Até março de 1910, a Comissão seria chefiada pelo engenheiro civil Antonio Manuel Bueno de Andrada, cargo que acumularia com o de Prefeito durante dois períodos, de agosto de 1907 a janeiro de 1908 e de setembro de 1908 a outubro de 1909 (Castello Branco, 1930: 670). No primeiro relatório da Comissão de Obras, encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Andrada (1907: 12-16) elencaria alguns dos principais benefícios geopolíticos e econômicos vislumbrados com a construção da estrada: a integração do Território com o restante do país (especialmente no período de estiagem nos rios), a segurança das fronteiras (a "defesa nacional"), o aproveitamento das riquezas naturais, o aumento da população, o barateamento do transporte, a maior arre-

[184] Saindo de Cocameira, na margem esquerda do rio Tarauacá, o varadouro passava pelo igarapé Apiuri, cortava o rio Gregório, seguia pelo igarapé Marajá, descia o Forquilha, afluente da margem direita do Riozinho da Liberdade, cruzava o Riozinho na sede do seringal Ceará, descia o igarapé da Besta, seu afluente da esquerda, seguia até o igarapé Campinas, de onde cortava para a margem direita do rio Juruá, à altura do seringal Remanso, distante 30 minutos da cidade de Cruzeiro do Sul (Cerqueira, 1958: 10-13). No Mapa do Território do Acre produzido por João Alberto Masô (1910/1917), o traçado da estrada de rodagem é detalhado entre Cocameira e Cruzeiro do Sul, com o registro "Varadouro do catechizador Ângelo Ferreira 1906".

cadação de impostos, a melhoria da ação policial e judiciária, o alargamento da instrução, a localização de colonos nacionais e estrangeiros, bem como a fiscalização e o combate ao contrabando de caucho e mercadorias promovido por caucheiros e comerciantes peruanos.

O "policiamento" e a "fiscalização" das "tribos" que viviam nas cabeceiras do Riozinho da Liberdade e do rio Gregório foram iniciativas da Comissão de Obras nesses seus dois primeiros anos de operação, por serem consideradas pré-condições para viabilizar os trabalhos das turmas dedicadas à determinação do curso mais conveniente para a estrada e à sua posterior abertura. A existência dessas "tribos" e as "lutas sangrentas" que travavam com os seringueiros seriam destacadas como principal obstáculo ao início desses trabalhos, no primeiro relatório encaminhado pelo chefe da Comissão ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

> "*Constantes correrias e assaltos travavam-se de parte a parte. Ora, os seringueiros cahiam repentinamente sobre as malocas, matando os homens e escravisando as mulheres e creanças, ora os indios trucidavam todos os brancos, roubando-lhes os haveres e incendiando as barracas. Seria louca temeridade enviar engenheiros, embora acompanhados por forças, para atravessar e estudar regiões tão perturbadas. Convinha pois, antes de qualquer tentativa neste sentido, por termo a taes hostilidades*" (Andrada, 1907: 16).

Para tal, o engenheiro informava ter adotado duas medidas imediatas: estabelecer entendimentos com seringalistas "bem intencionados", comunicando-lhe sua intenção de proteger as "tribos" indígenas; e constituir uma turma de sete homens, dos quais "dois falantes de línguas indígenas", para localizá-la "em meio às tabas", com a "*missão especial de impedir incursões sangrentas nas terras dos índios e, portanto, represálias por parte destes*"[185]. Por meio dessas iniciativas, avaliaria pouco depois, lograra a Comissão "*acabar com as luctas e captar a confiança de ambos os lados*" (Andrada, 1907: 28).

Por considerar "pacificada a região" entre os rios Juruá e Tarauacá, em maio de 1907, o engenheiro Joaquim Nunes de Oliveira seria enviado por Andrada, à frente de

---

[185] No relatório do segundo ano de atividades da Comissão, o engenheiro chefe novamente justificaria as medidas tomadas antes do início dos estudos sobre o melhor traçado para a estrada de rodagem: "*Sem estabelecer pacíficas relações com as tribus indígenas nomades nas florestas que teria de atravessar a estrada, seria temeridade atravessar com turmas de trabalhadores (...) Pelo lado econômico, tanto como pelo lado humanitário, impunha-se a amisade com os indígenas. De outro modo a creação de uma expedição militar se tornava custosa e indispensável e muito provavelmente conflictos sangrentos poderiam advir*" (Andrada, 1908: 76). As ações da turma de homens contratada pela Comissão de Obras Federais para o "policiamento" e a "fiscalização" dos grupos indígenas ao longo do traçado da estrada, cuja coordenação ficaria a cargo do "catequista de índios" Felizardo Avelino de Cerqueira, serão objeto de descrição e análise mais detalhadas no Capítulo V.

uma turma de sete homens recrutados pela Comissão, todos armados, para levantar o traçado mais conveniente para a futura abertura da estrada de rodagem. Os estudos acabariam por determinar um percurso de 241 quilômetros, com desvio de 85 quilômetros em relação à "picada" aberta no ano anterior pelo "audaz sertanejo, seringueiro destas regiões, o coronel Ângelo Ferreira da Silva" (Oliveira, 1907: 17).

Andrada informa que, durante essa viagem, Oliveira visitara "cinco tabas", onde fora "recebido com agrado" e os chefes das "tribos", "orçadas em três mil índios", prometeram auxiliá-lo na abertura da estrada, em troca de machados, roupas e "*principalmente se o Governo demarcar terras onde elles possam tranquilamente exercer a lavoura*". Essa proposta foi então julgada auspiciosa pelo engenheiro chefe, conforme explicita em seu relatório ao Ministro da Justiça: "*Os homens, em geral, são possantes, e têm prática de derrubar as matas, executam grandes roçados para o plantio do milho; portanto, se cumprirem a promessa, terá o Governo, nas obras do Acre, por preço mínimo, algum alimento e roupa, valentes auxiliares*" (Andrada, 1907: 28). No mesmo relatório, a principal demanda dos chefes indígenas tampouco seria esquecida pelo chefe da Comissão, apesar de depois não ter sido concretizada. Dentre os pontos de um "plano de ordenamento para o Acre", apresentado pela Comissão ao Ministério, Andrada assim recomendaria, no item "Terras": "*Humano e justo, e provavelmente muito proveitoso para o paiz, será marcar territórios para os indígenas sempre que fôr possível*" (Andrada, 1907: 48)[186].

Por fim, Andrada informa ao Ministro que Ângelo Ferreira da Silva seguira para o rio Purus, "amansando índios e atravessando mattas". Proposto pelo "denodado sertanejo", a troco do auxílio de Andrada, junto ao Governo Federal, "no reconhecimento da posse de alguns lotes de terras desconhecidas", esse empreendimento foi bem visto pelo chefe da Comissão, com vistas a proceder com um levantamento preliminar de um possível traçado para o prolongamento da "Leste-Oeste Brazileira" até Sena Madureira, sede do Departamento do Alto Purus[187].

---

[186] Dentre outras sugestões feitas nesse item constavam a manutenção de lotes de terras, sob o domínio público, ao longo das duas margens da estrada, a regularização das antigas posses e a concessão de lotes a particulares, mediante a obrigação da manutenção dos limites lindeiros à via (ibid).

[187] Os resultados dessa viagem, comunicados por Ângelo Ferreira a Andrada em carta de dezembro de 1907, acabariam por diferir do trajeto inicialmente combinado, apesar do engenheiro-chefe tê-los julgados proveitosos para os objetivos futuros da Comissão. O seguinte trajeto foi trilhado por Ângelo Ferreira e seus homens nessa viagem: "*Saído de Lupuna, atravessou o Murú e o Envira, continuando, transpôs o pouco elevado espigão divisor entre os vales do Purus e do Envira, conseguiu mesmo chegar (...) nas águas que vertem para o Purus. Mas, deste ponto, em vez de prosseguir na orientação Leste-Oeste, deflexionou para o sul e foi sair em águas do Tejo, que muito a sul aflui para o Juruá; daí voltando às margens do Tarauacá, por este desceu até Lupuna, ponto inicial da viagem*" (Andrada, 1907: 28-9).

Os trabalhos de abertura da estrada de rodagem entre Cruzeiro do Sul e Sena Madureira foram realizados nos meses de "verão" de 1908 por quatro turmas da Comissão e, em menor extensão, por serviços de empreitada (Andrada, 1908: 71-2). Num primeiro trecho, 108 km de "boa estrada" ligavam Cruzeiro do Sul a Cocameira, no rio Tarauacá, local que se consolidaria como "cabeça de linha", onde a Comissão construiu vários barracões e abriu algumas plantações. A partir de Cocameira, a leste, uma "larga picada", com 234 km de extensão, cruzaria os rios Murú e Envira, até alcançar o rio Jurupari, afluente da margem direita deste último, em local ainda distante de Sena Madureira (Andrada, 1908: 71)[188].

Ainda em final de 1908, o êxito da política de "catequese", com a "pacífica incorporação dos selvícolas à nossa sociedade", seria atestada por Andrada com base nas seguintes avaliações: o gradual cessar, "com tendência ao desaparecimento", dos conflitos entre seringueiros e indígenas, a convicção que ganhava força entre os seringalistas uma consciência quanto aos proveitos que poderiam advir para seus empreendimentos de uma convivência harmoniosa com os índios e o crescente afluxo de comitivas indígenas (integradas, inclusive, por mulheres e crianças) a Cruzeiro do Sul, as quais, "bem recebidas pelas autoridades", voltavam às suas malocas "propagando a boa vontade para com os civilizados"[189]. A confiança com que os agentes do governo haviam sido recebi-

[188] Conforme evidenciado em croquis anexo ao segundo relatório da Comissão (Andrada, 1908: A-97), era intenção do governo federal que a estrada ligasse as sedes dos três departamentos do Território Federal. No âmbito do projeto denominado "Central Amazonense", a partir da Villa Rio Branco, sede do Departamento do Alto Acre, a estrada seria prolongada até Santo Antônio, no rio Madeira, um dos pontos finais da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, permitindo também um mais rápido acesso a Manaus, de forma a baratear o transporte das mercadorias e da produção de borracha. Uma segunda opção cogitada para alcançar esse mesmo objetivo era a abertura, a partir de Porto Acre, de outra estrada de rodagem, de aproximadamente 322 quilômetros de extensão, até Cachoeira, ponto extremo na "navegação franca e perene" no rio Purus (Andrada, 1907: A1-46-7). Outras informações sobre esses planos foram destacadas, pouco antes, por ambos os chefes brasileiros das Comissões Mistas de Reconhecimento dos altos rios Purus e Juruá, Euclides da Cunha (1976: 165-77) e Belarmino Mendonça (1989: 286-90). Santo Antônio era também ponto estratégico no trabalho da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA), chefiada pelo então Major (depois Tenente-Coronel) Cândido Mariano da Silva Rondon. Realizada em três expedições, nos anos de 1907-1909, a exploração do traçado da linha telegráfica entre Cuiabá e o rio Madeira tinha previsto, como um de seus desdobramentos, o prolongamento dessa linha de forma a permitir a conexão com as sedes das três Prefeituras do Território Federal do Acre. Seria por meio de contrato entre o governo brasileiro e a companhia alemã Telefunken, todavia, que, em 1912, estações telegráficas seriam instaladas nas sedes dos três departamentos acreanos, permitindo também sua comunicação com Porto Velho e, a partir dali, com o Rio de Janeiro, então capital federal (Erthal, 1992: 133; Acre. FEM, 2004: 37; 39).

[189] Prova adicional dessa "pacífica incorporação", segundo Andrada, era a participação de três indígenas na "escola profissional" implantada pela Comissão de Obras, onde freqüentavam aulas de português, aritmética, inglês prático e desenho, além de oficinas de ferraria, olaria, carpintaria e, em alguns casos, de arte tipográfica. Dentre os 37 aprendizes da escola, destacavam-se os três "pela profunda e cuidadosa atenção com que se entregam a qualquer trabalho" (Andrada, 1907: 29; 1908: 65). Nenhuma menção há nesses relatórios, todavia, à continuidade da operação da "Caixa dos Índios", com cujos fundos o prefeito

dos nas malocas tornara-se patente, por outro lado, no auxílio por vezes prestado pelos indígenas aos trabalhos de abertura e limpeza da estrada de rodagem. Para dar continuidade a essa situação, "auspiciosa para sua catequese", Andrada informa, ainda, que a Comissão continuava a manter, em diferentes pontos do Departamento, encarregados para o "policiamento" dos índios, garantindo suas boas relações com os seringueiros (Andrada, 1907: 28; 1908: 67; 76).

Pouco depois, o promotor público Antonio José de Araújo, ao condenar a concentração da terra em mãos dos seringalistas e a escassa dedicação dos "povoadores" às tarefas agrícolas, defenderia a necessidade de medidas governamentais para avançar com a "catequese" dos indígenas, por meio de "*um regimem compatível com o seu gráo de civilização, iluminados por uma instrucção parca, mas proveitosa* (...) (Araújo, 2003 [1910]: 32). Vista como problema de ordem nacional, e atribuição das Prefeituras, Araújo proporia como alternativa às "correrias" e ao extermínio, uma "catequização" que mantivesse os índios em suas malocas, "*construídas estas de modo mais hygienico e moral, a maneira de nossas tabas ou povoados*".

Assim como haviam proposto Belarmino Mendonça e Bueno de Andrada, Araújo defenderia a necessidade de, para cada maloca, reservar "uma área determinada de terreno", de preferência às margens de lagos e igarapés, onde os índios pudessem pescar, caçar e cultivar, e onde lhes fossem fornecidos, gratuitamente, ferramentas e "ensino ao trabalho". Ali "situados", defenderia Araújo, "*o mestre-escola levar-lhes-á, em aulas diurnas e nocturnas, para as crianças e os adultos, as luzes da instrucção. No dia em que o índio souber com certo numero de syllabas formar uma palavra, pode-se garantir que mais um grande e poderoso elemento terá entrado para a communhão nacional*". Sugeriria ainda a abertura de largas estradas ligando as malocas aos povoados, de maneira a "habituar" os índios ao convívio com os "civilizados". Paralela a essa política de "catequese", o promotor proporia a localização de "trabalhadores nacionais" (e não de colonos estrangeiros), trazidos gratuitamente pelo governo, acompanhados de suas famílias, para cultivar a terra, em "sítios" previamente demarcados e limpos, e o apoio da prefeitura às suas iniciativas, por meio do empréstimo das ferramentas necessárias e da oferta de crédito para a compra de "provisões" durante os seis primeiros meses após a sua chegada (Araújo, 2003: 33-5).

Thaumaturgo de Azevedo anunciara a intenção de criar um "instituto de instrução oficinal" específico para os indígenas.

A abertura da rede de estradas de rodagem entre Cruzeiro do Sul e o limite oriental do departamento do Alto Juruá seria a principal e última obra realizada pela Comissão de Obras no Território do Acre. O relatório ministerial referente ao ano de 1909 faria apenas a lacônica menção de que a Comissão continuava a exercer as atividades de sua competência, mesmo após a exoneração, a pedido, do seu engenheiro chefe, Antonio Manuel Bueno de Andrada, em março (Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1910: 71). O ano de 1910 aprofundaria a ausência de recursos específicos para a Comissão e a paralisação de suas atividades, levando à dispensa de todo o seu pessoal, em dezembro (Brasil. MJ, 1911: 72), e à sua definitiva extinção, pelo Decreto 9.138, de 29 de novembro de 1911[190].

[190] Ver Araújo (2003 [1910]: 159-167) e Costa (2003 [1925]: 223-31) para análises e críticas sobre as ações e os resultados da Comissão de Obras Federais no Alto Juruá. Dentre as críticas de Araújo à atuação de Bueno de Andrada, como chefe da Comissão e como prefeito, constam a falta de dedicação da Comissão à tarefa de desobstrução dos rios, a incapacidade de manter a estrada de rodagem aberta em plena selva, a falta de vigor para fazer valer medidas adequadas para a regulação relações entre seringalistas e seus fregueses, bem como a ausência de medidas para uma efetiva regulamentação da propriedade fundiária e o incentivo à produção agrícola.

Capítulo IV - Um indigenismo limitado: o SPI no Território Federal do Acre

À parte de referências pontuais às viagens de representantes do SPILTN em começo da década de 1910, perdura até o presente uma lacuna, na historiografia e nas etnografias sobre diferentes povos indígenas no Acre, a respeito da atuação do órgão indigenista no Território Federal do Acre. Se, por um lado, esta lacuna pode ser creditada à brevidade da atuação localizada desse órgão federal e ao quase nenhum registro que deixou na memória daqueles povos, por outro, parece derivar da ausência de pesquisas em diversos tipos de fontes documentais (dentre eles, relatórios do SPI(LTN) e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, normas legais e jornais) hoje depositados no acervo microfilmado do Serviço de Arquivo do Museu do Índio (SARQ/MI), da Fundação Nacional do Índio (Funai), na cidade do Rio de Janeiro.

Pesquisa ali realizada permitiu-me perceber, contudo, a formulação, durante as décadas de 1910-1920, de propostas de ações para a "proteção" e "assistência" dos grupos indígenas que viviam no Território Federal, fruto, inicialmente, de "expedições" de representantes do SPILTN e, depois, da atuação de inspetores sediados na Inspetoria em Manaus. Ainda que pouco concretizadas nos anos posteriores, a recuperação dessas propostas formuladas por representantes do SPILTN, bem como das ações que delas acabaram resultando, é relevante para, por um lado, analisar as práticas por meio das quais o órgão procuraria se institucionalizar naquela região fronteiriça. E, por outro, para contrastá-las e colocá-las em diálogo, primeiro, com os projetos esboçados e postos em prática pela Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais e, num momento posterior, com as atividades de "catequistas de índios", realizadas no âmbito tanto das iniciativas desses poderes públicos como das assim chamadas "iniciativas particulares", promovidas por patrões interessados na "segurança" da produção de borracha e caucho em suas propriedades e, inclusive, na mobilização de mão de obra indígena.

O Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, que criou o SPILTN, estabeleceu em seu regulamento a fundação de uma Inspetoria no Território Federal do Acre e a nomeação de um inspetor e de dois "ajudantes" (Brasil. MAIC, 1910: 56-7). Em fevereiro de 1911 teve início a primeira "expedição" do inspetor nomeado, Tenente Francisco Escobar de Araújo, ao Acre[191]. Breve nota publicada no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, a

[191] Em 1910, o primeiro chefe da Inspetoria do SPILTN no Amazonas, Tenente Alípio Bandeira, fora responsável pela elaboração das "Instruções internas da Diretoria Geral do SPILTN", documento destinado aos inspetores que acabavam de ser nomeados (Lima, 1995: 160-66; Freire, 2007: 14-7). Pouco depois,

17 de fevereiro, dava conta que Escobar encontrava-se a caminho de Sena Madureira, sede do Departamento do Alto Purus, onde pretendia instalar a sede daquela Inspetoria (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 02, Fot. 23).

O novo regulamento do SPILTN, aprovado pelo Decreto 9.214, de 15 de dezembro de 1911, estabeleceria a reestruturação do órgão, com uma redução do número de inspetorias, de 13 para 10, implicando na junção das do Estado do Amazonas e do Território do Acre em apenas uma, sediada em Manaus (Brasil. MAIC, 1912: 118-9)[192]. Antes de sua exoneração, as atividades do inspetor no Acre se estenderiam até dezembro de 1911, interrompidas por uma breve passagem, em maio, por Manaus, de onde seguiria até Cruzeiro do Sul, no Departamento do Alto Juruá.

A 10 de junho de 1912, Francisco Araújo apresentaria ao chefe da Inspetoria do Estado do Amazonas e Território do Acre, engenheiro militar João de Araújo Amora, uma "súmula" das atividades realizadas no ano anterior e do estado em que se encontrava a Inspetoria do Acre quando de sua extinção (Araújo, 1912). Somada aos relatos dos dois "ajudantes" que, no biênio 1911-1912, encabeçaram "expedições" em diferentes rios do Acre (Silva, 1912; Linhares, 1913), além dos relatórios produzidos pela Diretoria

---

Bandeira elaboraria o documento "Instrucções para uso dos Inspectores do SPLITN, na primeira expedição destinada à installação da séde da Inspectoria e à visita geral às terras habitadas pelos indios", que, a 31 de outubro de 1910, receberia o visto e a aprovação do então Tenente Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Diretor Geral do órgão (SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 98, Doc. 01, Fot. 673-77). Dentre os "deveres" que cabiam aos inspetores nas "primeiras expedições" constavam: "*1º Installar solemnemente a sede da inspectoria na Capital do Estado ou em outra cidade que for julgada mais conveniente pela Directoria Geral, dando desse acto parte official às autoridades estadoaes e federaes* (...); *4º Organizar e levar a effeito* (...) *uma expedição destinada a iniciar relações amistosas com os índios e constatar detalhadamente a situação em que ficam as terras pelos mesmos habitadas, seus limites naturaes e os tidos como taes pelos maioraes da tribu, condições geraes de clima e salubridade, aspecto geographico das regiões, sua fertilidade e adaptação á vida pastoril e agrícola* (...); *7º Receber e prestar informações acerca do desenvolvimento de cada tribu, do estado de sua existencia nomade ou sedentaria, e do gráo de adaptação de cada uma à civilisação occidental, no que concerne aos nossos habitos e costumes; 8º Informar-se sobre as relações que essas tribus mantem com as povoações mais proximas, si essas relações são cordeaes ou não; e si são as mesmas victimas de expeculações e abusos* (...); *9º Investigar as razões das questões e contendas existentes, quer dos indios entre si, quer entre esses e os civilisados; 10º Informar de todas as perseguições, usurpações e injustiças de que sejão alvo os indios; 11º Propor medidas e expedientes conciliatorios e generosos, no sentido de ser restabelecida e mantida a paz, e evitadas de parte a parte violencias e depredações; 12º Organizar com todos os dados reunidos um relatório, que, para juizo deste Serviço, deve ser dirigido à Directoria Geral, afim de poder a mesma posteriormente mandar proceder à demarcação das terras que se destinam às povoações indígenas*" (SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 98, Doc. 01, Fot. 673-74).

[192] São as seguintes as razões apresentadas nesse relatório para a extinção da Inspetoria no Acre: "*A juncção do Territorio do Acre ao Amazonas, formando uma só inspectoria, justifica-se pela razão de ser o Territorio um prolongamento do Estado, succedendo que nas proximidades das fronteiras os indios do Territorio passam, frequentemente, para o Estado e vice-versa. Além disso, sendo as communicações para qualquer dos tres departamentos do territorio feitas por vias fluviaes, por não haver no interior estradas capazes, succede que Manáos, séde da antiga inspectoria do Amazonas, vinha a ser também o ponto mais central para a séde da do Acre, o que mostra não haver vantagem em manter esta ultima como inspectoria á parte*" (Brasil. MAIC, 1912: 118-9).

do SPILTN (Cavalcanti, 1912) e pelo MAIC (1911, 1912, 1913), a "súmula" de Araújo permite destacar os objetivos almejados, as ações iniciadas e os resultados logrados pelo órgão indigenista durante os onze meses de existência de uma inspetoria no Território Federal do Acre e nos meses seguintes à sua extinção.

De forma mais geral, o relatório do MAIC de 1911, encaminhado à Presidência da República, informa que o Inspetor do SPILTN no Acre realizara várias "expedições" pelos rios Iaco e Juruá, estivera nas cidades de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, estabelecera "pequenos postos de atração" e pretendia estruturar "povoações indígenas" para "agremiar" os Manchineri, no alto rio Iaco, e os Poyanawa, no rio Moa (Brasil. MAIC, 1911: 58-9).

A principal parte da súmula de Francisco Araújo (1912) é dedicada às atividades por ele realizadas após a instalação da sede da Inspetoria em Sena Madureira[193], junto a um grupo de famílias Manchineri que habitava três malocas no alto rio Iaco, no Departamento do Alto Purus. Em Senegal, local onde estava situado o último barracão daquele rio, acima do seringal Guanabara, Araújo informa ter estabelecido "fáceis contratos" com esses índios, "de boa índole e muito trabalhadores", os quais, segundo constatou, viviam "em grande miséria", explorados pelo patrão Moisés Alvim de Souza, que exercia "*as funções de catechisador de índios no rio Yaco, por nomeação do ex-prefeito do Departamento do Purus, cidadão Cândido José Mariano*"[194]. Sob as ordens de Moisés, afirma Araújo, os Manchineri eram obrigados a migrar constantemente, de "maloca em maloca", e a dedicar-se à abertura de varadouros e à extração do caucho. Nessas incursões, eram muitas vezes encontrados por caucheiros peruanos, que, além de saquear

[193] A partir de 1908, quando Sena Madureira era a principal sede departamental no Território do Acre, vários órgãos públicos ali instalariam as sedes de suas representações, dentre eles, o Tribunal de Apelação do Território, da Justiça Federal, a Companhia Regional Federal do Purus, a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (Ministério da Fazenda), a Comissão de Defesa da Borracha, o Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola/MAIC, a Estação Central dos Telégrafos do Território Federal, a Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites e a Administração dos Correios, bem como um vice-consulado de Portugal. (Castello Branco, 1947: 149-50; Acre. FEM, 2004a; Menezes & Fernandes, 2005).

[194] Em relatório enviado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1905, o Prefeito, Engenheiro Militar Cândido José Mariano, informara da existência de diversas tribos de aborígenes, "ainda selvagens", que começavam a se reaproximar das terras ocupadas pelos "civilizados". Após terem sido submetidos ao "antigo regime de catequese", que resultara em "perseguições" e em "escravização" - os homens em serviços como caucheiros e caçadores e as mulheres e crianças como domésticas e "amásias" -, e em "legítimas represálias" da parte dos indígenas, defendia o Prefeito a necessidade de iniciativas para "aldeá-los em pontos convenientes", convence-los de sua condição de "tutelados natos", portanto merecedores da proteção dos poderes públicos, e obrigá-los a dedicar-se, "*mediante módica remuneração, a trabalhos úteis e consentâneos com o seu grau de civilização*" (Brasil. MJ. Prefeitura do Alto Purus, 1905: H-12-H13). Mariano exerceria o cargo de Prefeito até dezembro de 1910 (Brasil, MJ, 1911: S-101), sem que tivesse, em relatórios posteriores ao Ministério, voltado a esses temas ou detalhado qualquer iniciativa para efetivar sua intenção inicial.

seus roçados, promoviam-lhes "correrias", resultando em mortes e no rapto de mulheres e crianças.

Após apresentar uma série de "presentes" (roupas, ferramentas, contas, etc.) como "credenciais", diz Araújo, convidaria os Manchineri para assentar-se às margens do rio Iaco, "em um lugar mais acessível". O local indicado pelos índios, próximo às suas antigas malocas, onde ainda havia vastos roçados, bananais e plantações abandonados, seria recusado pelo Inspetor, por ser próximo ao barracão Senegal e pelo temor dos obstáculos que poderiam ser colocados à atuação do SPILTN por Moisés, que, segundo o inspetor, considerava-se dono das terras até as cabeceiras do rio Iaco, apesar de ali não ter qualquer exploração ou movimento comercial.

À diferença da demanda dos Manchineri, Araújo optaria por "combinar" com o patrão do seringal Guanabara, Coronel Avelino de Medeiros Chaves[195], o estabelecimento provisório dos índios "*em terrenos de sua exploração, os quaes pouca importância têm para elle seringueiro, por não possuírem a cubiçada hévêa, estando quasi todo explorado o caucho que lá existia* (...)"[196]. Araújo comunicaria ao Inspetor Amora sua esperança de que, num futuro próximo, esses "terrenos" fossem doados aos índios pelo coronel, comprados pelo governo federal, por preço módico, ou reivindicados pelo SPILTN para a definitiva instalação de uma "povoação indígena", localizada nas "legítimas terras" dos índios, "apossadas" fazia cerca de duas décadas pelos "civilizados"[197].

---

[195] A partir de 1898, Avelino de Medeiros Chaves foi o primeiro explorador dos seringais Porto Brasil e Guanabara, no alto rio Iaco, junto com uma turma de 30 homens, num trabalho dificultado pela expressiva presença de índios Canamari, Manchineri e principalmente Catiana (Castello Branco, 1947: 145; 1961: 196): "*Aprendendo a língua deles e careando-lhes a amizade por presentes, enfeites e outros ardis, conseguiu torná-los ativos auxiliares nos seus empreendimentos*" (Castello Branco, 1947: 145). Em 1901, atendendo a demanda de Chaves, a Amazon River iniciaria viagens regulares até Porto Guanabara, ponto final da navegação no alto rio Iaco (ibid: 146). Chaves consta da lista de autoridades que em 1904 assinaram a ata de instalação do governo do Departamento do Alto Purus (Acre. FEM, 2004a: 11). Em novembro de 1912, seria nomeado 1º Substituto do Prefeito (Brasil. MJ, 1913: S1-42), cargo que ocupou até falecer, em 1919 (Brasil. MJ, 1920: S1-9), período no qual assumiu a Prefeitura em pelo menos três ocasiões. Escreveu o livro "Exploração da hévea no Território Federal do Acre", publicado em 1913, por ocasião da Exposição Nacional de Borracha, realizada no Rio de Janeiro.

[196] Conforme fica claro a partir da leitura do relatório do Inspetor, o Coronel Chaves vislumbrara na chegada do SPLITN possibilidades de obter ganhos e avançar seus próprios interesses: oferecera ao Inspetor outra parte de sua propriedade para a criação de uma "colônia de nacionaes", fornecera, em mais de uma ocasião, mercadorias para a inicial instalação e o posterior abastecimento do posto (Araújo, 1912: 2) e estabelecera acordos para a utilização da mão de obra indígena nas atividades de seus seringais.

[197] Segundo o Capítulo V, do Título I, do Regulamento do SPILTN, "povoações indígenas" foi a denominação atribuída aos "antigos aldeamentos indígenas", "reconstituídos de acordo com as prescripções do presente regulamento". Ali seriam estabelecidas "*escolas para o ensino primário, aulas de música, officinas, machinas e utensílios agrícolas, destinados a beneficiar os productos das culturas e campos apropriados à aprendizagem agrícola*", bem como "*seções especiaes para apicultura, sericultura, pequenas indústrias, criação de animais domesticos, etc.*" (Brasil. MAIC, 1910: 49-50) Convencidos, por "meios brandos", da necessidade e conveniência de participarem dessa aprendizagem, ali trabalhariam os índios livremente, "com pleno direito ao produto integral de seu trabalho". Para a administração das "povoa-

Na companhia de dois chefes indígenas (Coanzé e Raymundo), que foram recebidos pelo Coronel Chaves com "fartos presentes", Araújo fundaria em Guanabara o "entreposto do alto Iaco", batizado Rodolpho Miranda, e designaria como "encarregado" dessa unidade Pedro Antonio da Silva. Era a proposta do Inspetor que os Manchineri se dedicassem à agricultura nesse local, atividade iniciada, logo a seguir, por uma dezena de índios, com a supervisão do encarregado, para preparar a chegada do restante das famílias. Mercadorias no valor de pouco mais de dois contos de reis seriam cedidas pelo Coronel Chaves, "por preços compensadores", para assistir aos primeiros fundadores do posto, parte das quais seriam pagas, conforme acertado com Araújo, com a primeira produção de feijão obtida pelos Manchineri.

Além dos problemas com os primeiros cultivos, o plano original do Inspetor acabaria sofrendo alterações, com a descida, antes do previsto, de todos os moradores das três malocas, após novas "correrias" promovidas por caucheiros peruanos, que resultaram em várias mortes. Mercadorias enviadas por Araújo tampouco chegariam a tempo e novas compras implicaram em pesadas dívidas da Inspetoria no comércio de Sena Madureira. Face a essa situação, Araújo ordenara ao encarregado que se abstivesse de realizar novas compras sem sua expressa autorização, mantivesse o posto apenas com o trabalho dos índios e solicitasse aos demais "civilizados" que utilizavam mão de obra indígena que sua remuneração fosse feita apenas com "mercadorias essenciais, e não com supérfluos".

O relatório enviado pelo MAIC à Presidência da República, relativo aos trabalhos de 1911, informava da continuidade dos trabalhos de "agremiação" dos Manchineri num posto, "*futuramente transformável em povoação indígena* (...), *reunidos sob as vistas de um empregado do Serviço, para este fim nomeado pelo respectivo Inspetor*" (Brasil. MAIC, 1912: 120). Um ano após a instalação do "entreposto do rio Iaco", em relatório ao inspetor João de Araújo Amora, Francisco Araújo recomendaria o envio de uma máquina para a produção de farinha (que alcançava bons preços no alto rio, podendo tornar-se fonte de renda relevante para a manutenção do próprio posto e para os próprios Manchineri), bem como de cobertas e redes para os índios. Comunicava também a dispensa do encarregado, a quem a Inspetoria devia três meses de ordenado, e sua substitu-

---

ções", previa-se a nomeação de um diretor, um ajudante e um escrevente (ibid: 57). A expectativa do Inspetor Araújo quanto à futura cessão do terreno para a instalação da "povoação" vinha de encontro à possibilidade, prevista no mesmo Regulamento, do governo federal aceitar a transferência à sua jurisdição de "aldeamentos" (ou instituições destinadas à "educação dos índios") mantidos por governos estaduais ou municipais, ou por associações, com a cessão ao patrimônio público dos terrenos e instalações onde aqueles estivessem estabelecidos (ibid: 50).

ição por Hermílio Ribeiro, a cuja portaria de nomeação o inspetor apensara as "instruções que regiam o órgão" (Araújo, 1912: 13)[198].

Dada a recente extinção da Inspetoria do Acre, Araújo, em sua súmula, apresentaria ao Inspetor Amora uma relação de material de expediente, cadernetas de campo, equipamentos, canoas e motores, e de considerável quantidade de "presentes" e ferramentas, para serem distribuídos aos índios, por ele deixados em diferentes pontos do Território, tanto em mãos de particulares como de autoridades federais e departamentais. Por fim, solicitaria que, na medida do possível, fossem quitadas, com a maior brevidade possível, as dívidas contraídas no comércio de Sena Madureira e com o Coronel Avelino Chaves, de maneira que o crédito e, principalmente, a imagem do SPILTN não ficassem severamente prejudicados junto a aqueles "setores que não viam a proteção aos índios com olhos favoráveis".

O desmonte da Inspetoria no Acre marcaria o término da atuação do SPILTN no Departamento do Alto Purus[199]. Em anos seguintes, ao tratar questões relativas aos indígenas desse departamento, o próprio titular do MAIC optaria por estabelecer contatos com a Prefeitura local. Em 1913, por exemplo, enviaria pedido de informações ao Prefeito Samuel Barreira sobre a situação dos índios na região. Face à repercussão das denúncias sobre a escravidão e de violências contra indígenas no rio Putumayo, em territó-

[198] Dentre essas instruções, Araújo encomendaria ao encarregado do Posto o envio à Inspetoria em Manaus de ofícios mensais, contendo relatórios das atividades realizadas, de balancetes semestrais com a relação da produção agrícola lograda, dos salários recebidos pelos índios que trabalhassem em outras localidades e das compras realizadas, bem como de "estatísticas demográficas da tribo", aí incluídos os animais domésticos. Recomendaria a venda da produção agrícola feita pelos índios "de preferência" no barracão do seringal Guanabara, do Coronel Chaves, que maiores vantagens oferecia. Quanto à regulação das formas de trabalho dos índios, deveria o encarregado zelar para que trabalhassem apenas em "casas de reconhecida moralidade", que não fossem maltratados ou realizassem serviços "acima de suas forças" e que tivessem seus salários estabelecidos de antemão, pagos em períodos de no máximo seis meses, em dinheiro ou mercadorias, e não com "bugigangas ou objetos supérfluos". Nenhum tipo de coerção violenta, mas sim o "conselho paciente", deveria ser usado pelo encarregado para o que fosse de "conveniência para a civilização e bem-estar dos índios". Em casos "de importância ou de gravidade", deveria dirigir-se à autoridade policial mais próxima e ao "Delegado do Serviço de Proteção aos Índios no Iaco"; em casos de "divergências de visões", comunicação deveria ser prontamente feita à sede da Inspetoria em Manaus (Araújo, 1912: 13-14).

[199] Após graves conflitos entre índios Apurinã, seringueiros, castanheiros e caucheiros peruanos, a Inspetoria do Amazonas e do Acre criaria, em 1913, o Posto Indígena Pedro Dantas (depois PI Marienê), situado no rio Seruini, afluente da margem esquerda do médio rio Purus, no Amazonas, e ali concentraria sua atuação junto aos índios Apurinã, bem como, a partir de 1921, no Posto Indígena Manuacá, no rio Tuini, junto aos Jamamadi, ambos no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas. Desativado em 1914 e reinaugurado em 1920, o posto Marienê seria considerado "modelo" da atuação do órgão indigenista até o início dos anos 1930. Com a instauração da Comissão de Inquérito pelo Interventor do governo Getúlio Vargas no Estado do Amazonas, para a apuração de supostas irregularidades na atuação da Inspetoria do Amazonas e Acre, o Posto Indígena de Nacionalização (PIN) Marienê e o Posto Indígena de Atração (PIA) Manauacá entrariam em gradual desarticulação até o início dos anos 1940. O segundo posto seria definitivamente extinto em 1945 e o primeiro em começo da década seguinte. A respeito da atuação do SPI no Posto Indígena Marienê, consultar Schiel, 1999; 2004.

rio colombiano, a solicitação do Ministério era motivada pela necessidade de elaborar relatório desmentindo a existência de situação similar em seringais em território brasileiro, visto que empresários alemães haviam anunciado a intenção de impor barreiras à compra de borracha oriunda de países onde indígenas estivessem submetidos à condição de escravos.

Em sua resposta ao MAIC, na forma de telegrama, depois publicado no jornal oficial, o Prefeito afirmaria que mesmo antes das ações iniciadas no Alto Purus pelo SPILTN para a "proteção" dos indígenas, estes já "*gozavam do carinhoso amparo da administração departamental, vivendo em situação lisongeira as pequenas tribus dos manitenirys, catianas e apurinãs nas cabeceiras do Yaco e Macauhan, com as maximas garantias das autoridades*"[200]. Os editores do jornal, por sua vez, reforçariam as palavras do Prefeito, informando que fazia anos "*não se registra um único caso de attentado aos selvicolas. Isto prova à evidencia, que os brasileiros civilisados que habitam este Territorio, auxiliam os humanitarios esforços do Governo em proteger os nossos selvagens sem olhar sacrificios, como os que faz a missão Rondon, no interesse de chamalos à civilização*".

Castello Branco (1950: 22) destaca que o Prefeito Barreira, em seu relatório de 1914, após "viagem de inspeção" ao alto rio Iaco, onde constatara a existência de "tribos de índios desorganizadas e dispersas", estudava a possibilidade de conciliar os interesses dos indígenas "*com as respeitáveis conveniências da civilização, organizando aldeamentos nos arredores desta cidade* [Sena Madureira - MPI], *onde os índios possam, cercados de conforto e de garantia, entregar-se pacificamente a trabalhos agrícolas*". Nenhuma ação seria levada a cabo pela Prefeitura nos anos seguintes, contudo, para materializar essas intenções.

As "primeiras expedições" no Alto Juruá

A primeira expedição de um representante do SPILTN ao Departamento do Alto Juruá esteve a cargo do próprio Inspetor Francisco Escobar de Araújo. Nesta viagem, de 41 dias de duração, na qual chegou até a cidade de Cruzeiro do Sul, estaria acompanhado de Máximo Linhares, "ajudante" da Inspetoria do Território do Acre, nomeado, em janeiro de 1911 pelo titular do MAIC.

[200] "A situação dos índios no Território do Acre". *Alto Purús*, Sena Madureira, Ano I, Nº 15, 31/8/1913, p. 3.

Uma nota assinada pelo Inspetor no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro[201], constitui a principal fonte de informação sobre os primeiros contatos realizados com o Prefeito e diferentes patrões, os resultados que julgava atingidos após a expedição e as perspectivas para uma futura atuação do órgão na parte mais ocidental do Território. Segundo Araújo, a expedição tornara-se necessária devido a informações de que "correrias" estavam na eminência de acontecer no Riozinho da Liberdade, como desdobramento do ferimento, a golpe de machado, de Guilherme Duque Estrada, "empregado no serviço de catequese, então mantido pela Prefeitura", durante visita a uma maloca Jaminawa. De subida para Cruzeiro do Sul, na foz do Riozinho, Araújo estabeleceria entendimentos com o Coronel Francisco Freire de Carvalho[202], quem lhe garantiu ter proibido qualquer "ação ofensiva aos índios". Devido "ao prestígio do respeitável ancião", e a essa garantia, o Inspetor julgava que novas "correrias" não tornariam a ocorrer nesse rio. Negociações também seriam feitas com Carvalho, diz Araújo, para "*assentar a questão das terras dos índios das cabeceiras do rio Liberdade, até onde se estendem suas vastas posses*"[203].

Em Cruzeiro do Sul, contatos seriam iniciados com proprietários do rio Moa, de quem o Inspetor colhera "boas informações". Araújo acreditava ter passado a contar com a "boa vontade" desses seringalistas, no sentido de apoiarem as ações do SPILTN, voltadas à "pacificação dos ânimos" e à identificação de terras para a futura fundação de uma "povoação indígena" naquele rio. Araújo se apresentaria ainda ao Prefeito, "dispondo do serviço de proteção" ao seu encargo. Por tê-lo julgado um "entusiasta da proteção aos infelizes selvícolas", o Inspetor vislumbrou também o futuro apoio da prefeitura à instalação e ao funcionamento do SPILTN no departamento[204].

---

[201] "Manaus - 13". *O Paiz*, 13/2/1911 (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 02, Fot. 032).

[202] Proprietário de todos os seringais no Riozinho da Liberdade, dos quais retirava cerca de 200 toneladas de borracha anualmente, patrão enérgico com seus seringueiros, homem influente na política de Cruzeiro do Sul, Carvalho, segundo Máximo Linhares (1913), era capitão honorário do Exército por "relevantes serviços" prestados à pátria na "Guerra da Cabanada". Outras informações sobre os empreendimentos econômicos, a ascendência política e o "carrancismo" do Coronel Carvalho constam em Araújo (2003), Tastevin (1928) e Cabral (1984), bem como na literatura que trata do Movimento Autonomista no Alto Juruá, no âmbito do qual, em início dos anos de 1910, Carvalho assumiu destacado papel de liderança e articulação. Novas referências ao Coronel Carvalho serão feitas no capítulo seguinte, ao tratar, sob outro olhar, das ações de "catequese" empreendidas pela Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais, por meio do recutamento dos "catequistas de índios" Ângelo Ferreira da Silva e Felizardo Avelino de Cerqueira.

[203] Tal entendimento seria destacado pelo titular do MAIC em relatório ao Presidente da República, ao ressaltar que, contando com o "prestígio" e a ação do Coronel Carvalho, podia se esperar um definitivo "cessar dos conflitos" e já estava assentada a "questão das terras" dos índios no alto Riozinho da Liberdade (Brasil. MAIC, 1911: 58-9).

O ajudante Máximo Linhares seria inicialmente incumbido pelo Inspetor Araújo de seguir às malocas no alto Riozinho da Liberdade, com os objetivos de entrar em contato com os índios, "acalmar os ânimos", divulgar a criação e o início da atuação do SPILTN, levantar informações populacionais e sobre as relações com os "civilizados", distribuir vasta quantidade de "presentes" e executar outras tarefas "previstas nas Instruções do Serviço" (Araújo, 1912: 10)[205].

Na sede do seringal Liberdade, de propriedade do Coronel Carvalho, Linhares afirma ter estabelecido seu "quartel-general", fundando a sede do Serviço e preparando a expedição às malocas. Fazendo uso de canoa e de homens cedidos pelo coronel, chegaria ao seringal Ceará, de onde, acompanhado pelo gerente Manoel Rodrigues da Cunha, alcançaria as malocas habitadas pelos Kaxinawá e Arara, chefiados pelo "tuxaua" Tescon, nas nascentes do igarapé Forquilha. "Bem recebido" pelos índios, que reconheceram o gerente, recepcionando-o com gritos de "papai Cunha", Linhares realizaria um censo da população, levantaria "suas necessidades mais imediatas" e procederia com a distribuição de "presentes", dentre os quais, especifica realejos e contas.

De retorno à sede do seringal Liberdade, Linhares decidiria por iniciar a abertura de uma estrada de rodagem até o barracão do seringal Ceará, de maneira a facilitar a comunicação entre a "sede do Serviço" e as malocas, empreitada na qual, sem sucesso, tentaria mobilizar os índios de Tescon. Em nova visita às malocas do igarapé Forquilha, onde se dedicou ao tratamento dos índios doentes, diz ter encontrado vários Jaminawa, oriundos do igarapé da Besta, prisioneiros de uma "correria" promovida por Tescon. Linhares comenta ainda que Tescon planejara nova "correria" contra os Jaminawa, para vingar a recente tentativa de assassinato de Guilherme Duque Estrada, então "funcioná-

[204] De sua rápida passagem pelo Alto Juruá, Araújo levaria a impressão de que não eram numerosas as "nações indígenas", "nem em número de malocas, nem tampouco de habitantes". Compostas por pequenas famílias, diria, viviam em constante "estado de guerra" entre si, guerra "entretida e açulada" por alguns seringalistas, que assim se viam "livres dos índios, sem responsabilidade jurídica, nem maiores incômodos". Araújo diz ter tomado conhecimento de três principais nações, Jaminawa, Arara e Kaxinawá, que se encontravam espalhadas em diferentes afluentes dos vales dos rios Juruá, Liberdade, Gregório, Tarauacá, Murú e Envira, estando mais concentradas nas cabeceiras deste último, onde com freqüência eram alvo de violências de caucheiros peruanos (Araújo, 1912: 11).

[205] Os resultados da expedição de Linhares foram publicados como artigo no *Jornal do Commercio*, de Manaus, a 12/1/1913, em texto datado de maio do ano anterior (Linhares, 1913). Em várias passagens de seu relatório, o Inspetor Francisco Araújo (1912) teceria críticas aos procedimentos do ex-Ajudante Máximo Linhares durante a expedição, por não ter acatado suas instruções, enviando-lhe ofícios mensais de suas atividades e dos gastos realizados (inclusive com a distribuição de larga quantidade de mercadorias e presentes destinados aos índios), e por não ter, até maio de 1912, feito a entrega do seu relatório final, o qual, aparentemente, Linhares optou por enviar diretamente ao novo Inspetor, João de Araújo Amora. Nenhum relatório de Linhares, encaminhado à Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, foi localizado no SARQ/MI. Menções a certos resultados de sua expedição constam, contudo, em relatórios encaminhados pelo MAIC à Presidência da República (Brasil. MAIC, 1911, 1912), como será visto adiante.

rio da Prefeitura do Alto Juruá", dedicado ao "cuidado dos indígenas". Essa incursão teria sido, segundo Linhares, impedida pelo gerente do seringal Ceará, a quem Tescon comunicara sua intenção. Do Coronel Carvalho, Linhares obteria nova garantia de que seus gerentes não promoveriam ou permitiriam "correrias".

Acompanhado por alguns índios, Linhares seguiria às cabeceiras do rio Gregório, onde visitou outras duas malocas, habitadas por cerca de 40 Kaxinawá, chefiadas pelos "tuchauas" João Timá e Maroacá, e tratou doentes com malária, enquanto "estudava-lhes os costumes e levantava suas necessidades". Seguiria depois com esses "tuchauas" em "rápida excursão" a três malocas no rio Amoacas (Humaitá), habitadas por cerca de 200 índios, Jaminawa e Amahuaca. Doente, sofrendo crises diárias de febre, chegaria à sede do seringal Humaitá, cujo proprietário, Coronel Manoel Absolon Moreira, providenciaria sua acolhida, seu tratamento inicial e sua viagem até a cidade.

Em Cruzeiro do Sul, Linhares, aproveitando a presença de um padre, providenciaria o batismo de alguns índios e entregaria presentes (espingardas, um rifle, balas, munição, roupas, sapatos, mosquiteiros, miçangas e outras "miudezas") aos dois "tuchauas" Kaxinawá que haviam acompanhado-o na expedição. Procurou ainda encaminhar junto ao Juizado de Órfãos, sem sucesso, devido à ausência do juiz, o pedido de tutela de um menino indígena, encontrado, "bem tratado", na companhia de um "digno proprietário" no rio Moa. Depois nomeado Floriano Peixoto, o menino chegara fazia quase seis anos, trazido por caucheiros peruanos, baleado às costas, resultado de uma "correria" promovida contra uma maloca no alto rio Tarauacá. Ainda em Cruzeiro, Linhares remeteria carta ao peruano Nicanor Robalino, morador do rio Juruá Mirim, exigindo a imediata liberação de quatro indígenas que, segundo tomara conhecimento, mantinha "escravizados" e em breve pretendia levar ao Peru.

De retorno ao Riozinho da Liberdade, diante das notícias de saques feitos por "índios bravios" no seringal do Major Alfredo de Mello, solicitar-lhe-ia "proteção e paciência" para com esses indígenas, obtendo sua palavra de honra de que não consentiria que, em represália, "correrias" fossem promovidas por seus fregueses. Indenizaria, ainda, fregueses de outro seringal, onde os mesmos "índios bravios" haviam cometido vários roubos.

Por incumbência do Inspetor Francisco Araújo, a parte final da expedição de Linhares nos afluentes do Alto Juruá estaria voltada ao rio Moa. Essa etapa contaria com a decisiva participação do Coronel Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, proprietário da Fazenda Canudos e do seringal Barão do Rio Branco, que desde início do século pro-

movera várias tentativas de "conquista" dos cerca de 200 Poyanawa, que, apesar dos contatos fortuitos e das ferramentas e "presentes" recebidos, continuavam a promover seguidos saques às casas dos seringueiros[206]. Contaria também com a presença de Antônio Bastos, conhecido "catequizador de índios", "protetor" de malocas habitadas por quase duas centenas de índios, que já trabalhara para a Comissão de Obras Federais e encontrava-se então a serviço da Prefeitura do Alto Juruá[207]. Em junho de 1911, Bastos fora recrutado por Mâncio Lima para uma nova tentativa de contato com os Poyanawa, tarefa na qual fora acompanhado por cinco índios "civilizados", trazidos das malocas das quais era "protetor". Nesta outra ocasião, Mâncio Lima providenciaria passagem e hospedagem para Linhares, Bastos e aqueles índios na Fazenda Canudos, onde o ajudante do SPILTN pretendia instalar uma "*base das nossas expedições para a conquista dos bravios índios Poyanawa*". O coronel forneceria ainda canoa, homens e recursos para que Bastos, junto com seis índios, seguisse depois ao seringal Gibraltar, no alto rio Moa, com a intenção de convidar alguns dos "pacíficos, civilizados e bons índios" Nukini a se engajarem em uma futura expedição às malocas Poyanawa.

Quais foram os principais resultados das primeiras "expedições", de quase seis meses de duração, dos dois primeiros representantes do SPILTN a visitarem o Alto Juruá? Que padrões de relacionamento entre o SPILTN, os índios, os proprietários de seringais e o poder público departamental foram vislumbrados pelo Inspetor Francisco Barbosa de Araújo e pelo Ajudante Máximo Linhares? Que medidas foram efetivamen-

[206] Em seu texto, Linhares (1913) transcreve a íntegra de longa carta de Mâncio Lima, na qual o coronel historia as várias iniciativas realizadas, desde 1901, com o seu irmão Vicente, para tentar "catequizar" os Poyanawa, com o único interesse, justifica, de "*dar à nossa cara-pátria mais duzentos braços úteis, para o seu engrandecimento*". Mâncio Lima ressalta ainda a impossibilidade de realizar novas empreitadas com esse fim, devido às altas somas de recursos próprios já investidos e aos seguidos prejuízos enfrentados em seus seringais, devido à recusa de vários de seus fregueses de continuarem produzindo borracha, desanimados com os roubos e temerosos de novos ataques.

[207] São as seguintes as considerações de Linhares sobre Antonio Bastos: " (...) *moço que reaes serviços tem prestado à catechese e civilização dos índios do departamento do Juruá, pois em 5 annos que com elles vive tem-lhes ensinado os bons costumes e já conseguio catechizar oito malocas, sem que para isto tivesse o menor auxílio do Governo. Falla com desembaraço os dialetos dos Caxinauas, Jaminauas, Araras, Amoacas e Catuquinas. É extremamente estimado pelos índios que vivem sob sua protecção, que o obedecem cegamente e que já receberam uma certa educação, que muito me sorpreendeu e que observei com prazer numa viagem que fiz no alto Môa em companhia de Bastos e 6 delles. Em toda a parte por onde tenho passado ouço com desvanecimento, não só de proprietários, como de autoridades, grandes e francos elogios ao seu real valor e desinteresse*". Comentários, sempre favoráveis, sobre os trabalhos de Bastos à "civilização" dos índios, constam na carta do Coronel Mâncio Lima, transcrita por Linhares (1913), e no relatório de Dagoberto Silva (1912), "auxiliar" da Inspetoria do Amazonas e Acre, que, em 1912, realizou "expedição" nos rios Amoaca e Valparaíso. Castello Branco (1950: 20), ao arrolar Antonio Bastos dentre os personagens, na sua maioria seringalistas, que mais se "esforçaram nessa pacificação regional", contabiliza ter ele trazido "*mais de oitocentos selvícolas a relações amistosas com os seringueiros, permitindo o alargamento do campo da ação da indústria extrativa* (...)".

te tomadas pelo órgão e como estavam relacionadas com os acordos inicialmente firmados com os seringalistas e a prefeitura?

Dos entendimentos de Linhares com os coronéis Francisco Freire de Carvalho e Mâncio Lima resultariam ofertas de terras para que o SPILTN procedesse com a "agremiação" e o "aldeamento" de vários grupos indígenas: no seringal Liberdade, terrenos aptos à agricultura e banhados por quatro lagos piscosos, distantes uma hora da sede do barracão, para a fundação de uma "povoação indígena"; e na Fazenda Aurora, para outra "povoação", na qual os Poyanawa, uma vez "pacificados", ficariam "sob as vistas" do "benemérito Coronel". Nas adjacências desta mesma Fazenda, em uma faixa de "terras devolutas", sugerida por Mâncio Lima, Linhares anunciaria a intenção de instalar um "núcleo indígena", para abrigar parte dos Nukini, e futuramente outros índios[208]. Por fim, em terras também devolutas, localizadas a 16 km de Cruzeiro do Sul, já no Estado do Amazonas, vislumbrou o ajudante a oportunidade de instalar outra "povoação indígena".

Dada as atribuições mais amplas do SPILTN, Linhares sugeriria a conveniência, para a "civilização" dos índios, da localização de trabalhadores nacionais, junto com suas famílias, naquelas "povoações", as quais ficariam sob a supervisão de um "encarregado" de confiança do órgão indigenista. Pela "imitação do civilizado", acreditava Linhares, poderiam os índios melhorar as suas "prejudiciais habitações" (às quais atribuía o péssimo estado sanitário constatado nas malocas) e "muitas outras coisas". Assim como já fizera o Inspetor Araújo no alto rio Iaco, Linhares vislumbraria na agricultura a atividade a ser privilegiada pelo SPILTN em futuras "povoações indígenas" no Alto Juruá, mesmo destacando, em várias passagens de seu texto, as grandes extensões e a diversidade dos roçados e plantações encontradas em quase todas as malocas visitadas.

O fim da expedição de Linhares ao Alto Juruá coincidiria com a promulgação do decreto que determinou a extinção da Inspetoria no Território do Acre e, por conseguinte, sua própria demissão do cargo de ajudante dessa Inspetoria. Apesar desse contexto, Linhares proporia duas medidas visando dar continuidade à atuação do órgão naquela região. Por um lado, sugeriu a nomeação, com o título de "protetores de índios", de quatro seringalistas, todos cearenses e já portadores de títulos de Coronel da Guarda Nacional: Francisco Freire de Carvalho, Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, Manoel Absolon

[208] Relatório do SPILTN, relativo ao ano de 1911, informa sobre a escolha, entre o rio Moa e o Paraná da Viúva, acima da cidade de Cruzeiro do Sul, de um "bom terreno para a fundação de uma povoação indígena", não especificando, todavia, se se tratava de terras incidentes na Fazenda Aurora ou se da outra "faixa de terras devolutas" (Brasil. MAIC, 1912: 120).

Moreira e Francisco Bonifácio da Costa, este último proprietário no rio Tejo. Linhares assim justificaria essa reivindicação: "*Os títulos pedidos são uma prova da gratidão do Brasil a tão dignos patriotas e humanitários brasileiros, os quaes muito têm trabalhado em favor do nosso infeliz patrício e irmão índio*". Em outro trecho do relatório, destaca que pela "*grande bagagem de bons serviços aos índios, os quaes bem lhes dão direito ao honroso título de protectores dos Índios, servidores da pátria, bemfeitores da humanidade* (...)", procedera, "devidamente autorizado", com a nomeação de Mâncio Lima, Francisco Carvalho e Absolon Moreira como "auxiliares" do SPLITN, e criara "delegacias" que ficaram a eles confiadas[209]. Aliada à futura fundação de "povoações indígenas", no Riozinho da Liberdade e no rio Moa, essas medidas, vislumbrava Linhares, possibilitariam que, sob a supervisão dos "delegados" recém nomeados, as famílias indígenas se dedicassem às atividades agrícolas, sem nenhum risco eminente de conflitos com os "civilizados"[210].

Por outro lado, era intenção de Linhares constituir um corpo permanente de funcionários do SPILTN na região. Nesse sentido, comunica ter efetivado Antonio Bastos como "auxiliar" da Inspetoria, atribuição que este já desempenhara na "expedição": "*Fiz-lhe um pequeno ordenado de trezentos mil réis mensaes que é relativamente ao que tem feito em prol dos índios insignificantíssimo. É de inteira justiça, em vista do exposto, que este serviço eleve o seu ordenado a seiscentos mil réis. Este pobre moço*

[209] O relatório do SPILTN, de 1912, explicita a política de nomeação de delegados, num quadro em que a diretoria do órgão reconhecia não ter condições de manter funcionários próprios, em número suficiente, em vastas regiões onde as "depredações" e "chacinas" contra os índios eram freqüentes e permaneciam impunes, e a comunicação e os recursos eram escassos: "(...) *estabeleceu o Serviço uma categoria de empregados gratuitos, escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade, e encarregou-os de velar pelos interesses dos índios naqueles pontos onde a acção das Inspectorias não pode ser contínua. Esses delegados, agindo em nome das Inspectorias, não só cohibem os abusos a que eram os índios tão habitualmente sugeitos como velam por sua civilização e pela manutenção da paz entre as tribus. Elles se comunicam constantemente com as Inspectorias, sendo seus trabalhos de vez em quando inspeccionados por funcionário do quadro. Fica cada Inspectoria em condições de ter sempre informações precisas da população indígena a seu cargo e, mesmo nas grandes regiões como a Amazonia, devidamente representada em todos os pontos onde se sabe da existencia de selvícolas*" (Brasil. MAIC, SPILTN, 1913: 2).

[210] O mesmo relatório da Diretoria do SPILTN, referido na nota anterior, torna claros alguns dos objetivos almejados com a implantação de "postos" e "povoações indígenas" em regiões onde a "velha opinião" atribuía aos índios uma "indolência inata que o torna quase incapaz ao trabalho", concebendo-os como obstáculo à incorporação e ao desenvolvimento de novas áreas produtivas, devido às "depredações" que causavam em propriedades dos "civilizados": "*É muito importante fazer-se essa constatação, sobre tudo quando se trata de abrir o paiz às grandes empresas da indústria moderna, tendo-se portanto de povoar regiões novas onde nenhum outro elemento, senão o indígena, pode com facilidade adaptar-se. É evidente, assim, que os actuaes postos de serviço, que são os primeiros fundamentos de futuras povoações indígenas, serão os naturaes fornecedores de proletários trabalhadores e operários dessas regiões* (...) *Não resta, pois, duvida de que ao mesmo passo que o governo protege, ampara e salva o índio brazileiro, promove e assegura os meios indispensáveis à conquista de grande parte do paiz* (...) *Era aliás esta uma inilludivel obrigação de nossa política administrativa, a qual precisa pôr termo à falta de segurança oferecida aos visitantes das nossas mattas e sertões, que até agora viam nas populações selvagens do Brazil inimigos muito mais temerosos que as suas feras*" (Brasil. MAIC, SPILTN, 1913: 4-5).

disse-me há dias que a Prefeitura do Alto Juruá lhe deve a quantia de 5 contos e tantos mil réis!"[211].

Atendendo a solicitação do próprio Bastos, nomeara-lhe, ainda, dois "auxiliares", Luiz das Chagas Filho e Conrado Ferreira de Souza, com salários de 200$000 e 300$000, respectivamente. Além de continuar a atuar nas malocas, habitadas por cerca de 200 índios, "que fazia cerca de cinco anos viviam sob sua proteção", e do acordo com Mâncio Lima para prosseguir com a "pacificação" dos Poyanawa, Linhares não detalha, em seu texto, outras instruções fornecidas a Antonio Bastos e aos seus auxiliares.

As principais diretrizes propostas por Máximo Linhares para a atuação do SPLITN no Departamento do Alto Juruá, e principalmente as ações por ele iniciadas, teriam linha de continuidade em nova "expedição" realizada, a partir de abril de 1912, por Dagoberto de Castro Silva, "ajudante" da Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, já na gestão do novo inspetor, o engenheiro militar João de Araújo Amora, sucessor do tenente Alípio Bandeira[212].

Num contexto em que continuavam a ecoar nos órgãos governamentais e na imprensa denúncias de violências e do genocídio cometido por representantes da Casa Arana contra indígenas no rio Putumayo, Silva procuraria dar seqüência as ações contra a "escravização de índios". Pouco antes de sua chegada, Antonio Bastos, na condição de

[211] Na carta de Mâncio Lima, transcrita por Linhares (1913), o coronel solicita que "apoio e proteção" fossem dados a Antonio Bastos pelo governo federal, para que ele pudesse prosseguir com sua atuação, tanto nas malocas do Alto Juruá, como na "pacificação" dos Poyanawa. E sugere a Linhares que envidasse esforços para garantir, junto à Prefeitura, que Bastos recebesses seus salários atrasados, colocando-se a total disposição, junto com outros seringalistas, no sentido de oferecer provas dos serviços que aquele já prestara.

[212] A documentação disponível a respeito da gestão do Inspetor João Araújo Amora é fragmentária nos relatórios da Diretoria do SPILTN e do MAIC e praticamente inexistente no acervo do SARQ/MI. Nomeado em janeiro de 1912 pelo Ministro da Agricultura, em atendimento à indicação do inspetor anterior, seu ex-colega na Escola Militar do Ceará, Araújo Amora chefiaria a Inspetoria do Amazonas e Território do Acre até começo de 1916. Ao iniciar sua gestão, daria continuidade às atividades iniciadas por Bandeira, promovendo, por meio de ajudantes e encarregados de entrepostos, "expedições" para o reconhecimento da situação em que se encontravam os índios, a mediação de conflitos e a produção de subsídios necessários ao estabelecimento de postos (Freire, 2007: 17; Melo, 2007: 101-02; 133-34). Além de duas expedições a aldeias Mura na região de Autaz, e uma a aldeias Apurinã e Jamamadi, no rio Inanuini, no médio Purus, outras três seriam realizadas ao rio Jauapery, onde Bandeira iniciara, em 1911, os primeiros entendimentos com os Waimiri (Para um detalhamento dessas expedições, com base nos relatórios que dela resultaram, ver Melo, 2007: 102-132). Pouco depois da expedição ao Alto Juruá, em setembro de 1912, atendendo ordens da Diretoria do SPILTN, Dagoberto de Castro Silva participaria de expedição ao rio Jutaí, chefiada pelo também ajudante Arthur Bandeira, com o objetivo de recuperar cinco meninas capturadas por índios Conibo, após terem matado seu pai, o Coronel Cornélio de Chaves e Mello, e sua esposa, no seringal Icaraí. Após o Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, ter solicitado ao Governador do Amazonas a desmobilização de uma tropa da polícia militar estadual que seguiria ao local dos acontecimentos para punir os "índios criminosos", a partida da expedição da SPILTN e o seu bem-sucedido resultado alcançaram significativa repercussão na imprensa, em Manaus, São Paulo e no Rio de Janeiro. A este respeito, ver os relatórios de Bandeira (1912) e Silva (1912a), e uma série de matérias, listada na bibliografia, na Seção "Artigos de jornais", disponível no SARQ/MI (Microfilme 324, Planilha 02, Fot. 34-41).

"encarregado do Entreposto de Proteção aos Índios do Alto Juruá", publicara no jornal *O Cruzeiro do Sul* carta encaminhada ao Prefeito, capitão do Exército Francisco Siqueira de Rego Barros, denunciando casos de indígenas "escravizados" e solicitando seu apoio para intimar o peruano Nicanor Robalino, junto com os índios sob seu poder, para a devida "apuração da verdade"[213]. Escoltado por força policial, disponibilizada pelo prefeito a pedido de Dagoberto Silva, Bastos traria inicialmente dois índios a Cruzeiro do Sul. O ajudante do SPILTN solicitaria ao Juizado de Órfãos que a tutela do menor de idade fosse concedida a João Bispo Lustosa, morador do seringal Vitória, no rio Juruá. A outra índia, Magdalena, optaria por permanecer na Fazenda Canudos, "aos cuidados" do Coronel Mâncio Lima, "delegado" da Inspetoria no rio Moa (Silva, 1912: 2). Em ocasião posterior, Nicanor Robalino atenderia a uma nova intimação, trazendo duas índias, Maria Pintada e Felipa, as quais, perante o Prefeito e outras testemunhas, declarariam seu desejo de permanecer em companhia do peruano (1912: 7).

A principal atividade da "expedição" do ajudante Dagoberto Silva esteve centrada no rio Amoacas no rio Nilo, seu afluente. No seringal Humaitá fez a entrega ao proprietário, Coronel Manoel Absolon Moreira, de documento da Inspetoria nomeando-o "Delegado dos Índios do rio Amoaca"[214]. De passagem em canoa oferecida pelo Coronel, e depois acompanhado por dois índios Jaminawa que trouxera de Cruzeiro do Sul, Silva visitou, em diferentes igarapés, quatro malocas e um agrupamento de "barracas", habitados por famílias Amahuaca e Jaminawa, realizou censos nessas habitações e distribuiu grande quantidade de roupas, ferramentas, canivetes, tesouras e brinquedos para as crianças. Ali constataria casamentos interétnicos, grupos de famílias vivendo em malocas e outros em casas semelhantes às dos seringueiros, alguns "tuxauas" com bom domínio do português, grandes roçados e plantações e, ainda, alguns índios dedicados à produção da borracha e do caucho, que trocavam por mercadorias no barracão de Absolon Moreira e nos depósitos de seus gerentes.

O ajudante do SPILTN avaliaria que os Jaminawa e Amahuacas, "trabalhadores e bem tratáveis", viviam "na melhor harmonia possível". Consideraria, contudo, que seria

---

[213] A transcrição da carta de Antonio Bastos, precedida de breve introdução, renderia a matéria "No Juruá. Índios brasileiros escravizados. Rico proprietário tem em seu poder cinco índios captivos", no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a 9 de junho de 1912 (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 07, Fot. 258).

[214] Castello Branco (1950: 17) dá indicações dos métodos utilizados pelo proprietário do Humaitá para gradualmente "incorporar os índios à civilização", mobilizando a sua mão de obra: "(...) *cearense progressista e inteligente, Absolon Moreira, o qual por meio de constantes atos de tolerância conseguiu a confiança das tabas do rio Leonel (Amahuacás), tratando os seus componentes por meio de um sistema de recompensa, acostumando-os ao regime do trabalho. Não os tem presos à gleba dos seus seringais. Quando eles aparecem, executam diversos serviços, recebendo o pagamento previamente combinado, retirando-se depois para as suas malocas*".

conveniente reuni-los em um único local, sob a direção de um chefe, iniciativa que deveriam contar com o auxílio da Inspetoria. Para tal, sugeriria a criação de uma grande "povoação indígena" próxima à maloca Cova da Onça, entre os rios Nilo e Amoaca, lugar saído, fértil, "preferido pelos índios" e onde estes não correriam risco de serem perseguidos por "pseudocivilizados", devido à total ausência da seringa. Futuramente, esperava para ali atrair outros grupos que não habitavam "lugar certo": os Kulina, que "perambulavam" nas cabeceiras dos rios Breu e Jordão, e os Chipinawa, no alto igarapé Valparaíso. Para facilitar a comunicação entre essa "povoação" e o rio Juruá, planejou abrir uma estrada de rodagem, atravessando parte das propriedades de Absolon Moreira. Além da autorização para essa empreitada, o delegado ofereceria um terreno para fundar a "povoação", o qual Silva sugeriu que a Inspetoria demarcasse até o final daquele ano (Silva, 1912: 6).

As propostas de atuação delineadas por Máximo Linhares, que tiveram continuidade na expedição de Dagoberto de Castro Silva, refletem certa visão, inspirada pelo ideário positivista, quanto aos deveres e compromissos que o SPILTN deveria desempenhar em relação à "civilização" dos índios, "protegendo-os" contra o extermínio físico e educando-os em práticas produtivas, respeitadas as suas "aptidões naturais"[215].

Em linhas gerais, as propostas dos ajudantes do SPILTN assemelhavam-se a parte daquelas que haviam fundamentado, anos antes, os projetos de "catequese" propostos pelos Prefeitos Thaumaturgo de Azevedo e Manuel Bueno de Andrada: a denúncia das "correrias", iniciativas contra a "escravização" de indígenas e o estabelecimento de acordos com certos proprietários dos seringais, visando "pacificar" a região, "proteger" os indígenas, fazer cessar as "correrias", bem como evitar "represálias" dos índios e desencorajar a continuidade de conflitos entre diferentes grupos. Ambos ajudantes do órgão indigenista providenciariam ações, ainda que pontuais, para a concessão da tutela de menores e jovens indígenas em favor de proprietários "bem intencionados"; e, no caso de Linhares, para o batismo de índios, iniciativa já defendida por Thaumaturgo de Azevedo e pelo delegado Luiz Sombra, e levada a cabo nas "desobrigas" pelos padres fran-

[215] Linhares (1913) assim resumiria sua visão sobre a "missão civilizatória" a cargo do órgão indigenista federal: "*É um magno dever do paiz a civilização do índio, trazendo-o ao convívio social, como elemento de progresso pelo cultivo e desenvolvimento de suas aptidões e tendencias nativas, que não podem ficar desaproveitadas em prejuízo da comunhão geral. Tem tanto direito à instrucção o filho das selvas como o das grandes cidades; em vez de exterminal-o pela morte, como proclama o novo canibalismo, em nome de uma falsa sciencia, chamemol-o à vida, à vida plena da actividade, boa, sã e fecunda. É um tríplice dever, dever patriótico, dever humano, dever christão. Destruir em vez de instruir é de bárbaros (...) Attingiremos o nosso escopo final se proseguirmos sem desfallecimento no caminho que vamos jornadeando e então a missão de protecção aos índios será bem comprehendida como uma obra de civilização, de ordem e de progresso*".

ceses da Congregação do Espírito Santo, Jean Baptiste Parissier e Auguste Cabriolé e depois por Constant Tastevin.

Durante a "expedição" de Máximo Linhares, a nomeação de funcionários próprios e a constituição de uma rede de "delegados honorários" dentre os principais seringalistas da região resultaram da tentativa de instalar o SPILTN no Alto Juruá e consolidá-lo como principal condutor das políticas de "proteção" e "civilização" dos indígenas. Essa institucionalização do órgão no plano local seria vislumbrada por meio da fundação de "povoações indígenas", constituídas pelo reassentamento e a territorialização de grupos "dispersos", com base na agricultura e em ações de cunho pedagógico, voltadas à "educação" para o trabalho. E contemplaria a convivência com famílias de "trabalhadores nacionais", vistas como outra relevante fonte de "exemplo" para os indígenas incorporarem costumes e hábitos produtivos e, assim, acessarem benefícios da "civilização".

O funcionamento permanente do SPILTN no Alto Juruá e a tutela pretendida sobre os grupos indígenas dependeriam, em última instância, da atuação de seringalistas nomeados como "delegados de índios", contando com a "supervisão" de funcionários dos quadros do Serviço (neste caso, Antonio Bastos e seus "auxiliares"). Além da "proteção", "educação" e "supervisão" dos índios, caberia a essa rede de atores, composta pelos funcionários do órgão e pelos "delegados honorários", a produção e o repasse sistemático à Inspetoria de informações a respeito do andamento das atividades nas "povoações" e de eventuais conflitos com os "civilizados" e entre os próprios indígenas, visando subsidiar diretrizes e ações determinadas pela administração centralizada em Manaus, bem como informar à Diretoria do órgão na capital federal[216].

Assim como ocorrera no Departamento do Alto Purus, contatos e entendimentos seriam mantidos pelos representantes do SPILTN com a Prefeitura do Alto Juruá, visando obter apoio institucional e financeiro para as ações continuadas do órgão. Ao contrário do que aventara o Inspetor Francisco Barbosa de Araújo, essas iniciativas acabariam por ter desdobramentos pouco auspiciosos. Após sua estadia em Cruzeiro do Sul, Linhares teceria críticas a dois prefeitos, Manoel Bueno de Andrada e Pedro Avelino,

---

[216] A respeito dos objetivos das delegacias, bem como das formas de nomeação e principais atribuições dos delegados, destaca Lima (1995: 239): "*As* delegacias *eram uma forma específica de construção de alianças, de coligir informações e divulgar a existência do* Serviço *em locais onde a presença direta do aparelho através de unidades locais não pudera se estabelecer, pela distribuição tática de recursos. Tratava-se de uma espécie de prebenda, função não remunerada da qual eram investidos, através de nomeação oficial, certos indivíduos da confiança pessoal de Rondon ou de* inspetores *do* Serviço. *Sua tarefa era informar às* inspetorias *sobre a situação dos indígenas estabelecidos nas áreas em que habitavam, notadamente no que tange à presença de conflitos de diferentes povos entre si, entre estes e os civilizados, e acerca de "invasões" estrangeiras, sobretudo de exploradores de seringa*".

este major da Guarda Nacional. A negativa deste último de repassar ao SPILTN uma quantidade considerável de ferramentas deixadas para trás pela Comissão de Obras Federais e a ausência de respostas a outros pedidos encaminhados constituiriam os pontos principais desssas críticas. Por isso, avaliaria Linhares (1913), "nenhum favor" devia a Inspetoria ao prefeito, que sempre revelara "*não ligar a menor importância ao nobre problema da protecção aos selvícolas*"[217].

A resposta oficial a essas críticas viria em relatório encaminhado pelo prefeito, Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em início de 1914, reivindicando uma atuação mais efetiva do SPILTN no Alto Juruá:

> "*O serviço instituído pelo Governo Federal, de defesa e proteção aos silvícolas, não tem dado resultado prático no Departamento, apesar de aqui estarem destacados dois funcionários designados pela direção do serviço em Manaus. Por maior que seja a dedicação desses empregados (e eles o têm sido realmente dedicados), quase nada lhes têm sido possível fazer, em virtude de não disporem de elementos pecuniários para o êxito de uma empresa dispendiosa, como essa que lhes foi cometida*" (apud Castello Branco, 1950: 20)[218].

Ao contrário dos resultados praticamente nulos da "catequese oficial", ressaltaria o prefeito, a "pacificação regional" e as boas relações então vigentes entre indígenas e "civilizados" continuavam a resultar dos esforços pessoais e dos elevados dispêndios re-

[217] Linhares também criticaria o atraso nos salários prometidos aos funcionários responsáveis pela "catequese departamental", Antonio Bastos e Guilherme Duque Estrada. Pela falta de respaldo após a tentativa de assassinato que sofrera no Igarapé da Besta, diz, Estrada acabara por abandonar sua "vocação natural" de trabalhar em prol dos índios, resultando, na perda de um potencial colaborador do Serviço. A noção de "favor", contudo, parece permear as ações face aos seringalistas nomeados como delegados e protetores de índios, não só enquanto reconhecimento pelos serviços prestados à "civilização" destes, mas pelos "favores" prestados ao SPILTN, na cessão de terrenos e no apoio hipotecado a futuras ações, e também aos seus representantes durante as "expedições", na forma de hospedagens, apoio logístico, alimentação, cuidados em caso de doenças.

[218] Também em 1914, após "desobriga" no rio Moa, o padre Constant Tastevin publicaria, em "Missions Catholiques", carta endereçada ao Monsenhor Le Roy, da Congregação do Espírito Santo, com o objetivo de mostrar as condições em que o "ministério apostólico" era levado a cabo nas regiões mais distantes da Amazônia ocidental. Informando ao Monsenhor que nunca um missionário francês visitara aquele rio e que as "correrias" ali continuavam a acontecer, Tastevin teceria críticas às ações do SPILTN: "*O governo brasileiro, para evitar estes abusos lamentáveis, estabeleceu a "catequese laica e positivista" dos índios: mas nem todos os índios estão dispostos a escutar estes senhores. Os chefes da catequese não deixam a capital, onde gozam de gordas remunerações. Os empregados secundários apenas sabem assinar o nome e são tão bárbaros quanto os índios. O chefe atual desta região administrativa tem duas índias como companheiras: uma delas fica em casa e a outra o acompanha nas suas viagens. Foi ele o catequisado pelos índios!* ". Também criticaria a falta de apoio oficial para que as tarefas de proteção, catequese e assistência dos índios ficassem sob responsabilidade de missionários católicos, inclusive de sua congregação, conforme desejo já manifestado pelo padre Parissier quinze anos antes: "*Se nós, os missionários fôssemos mais numerosos, poderíamos fazê-lo; mas não somos suficientes nem para o serviço dos cristãos. Além disso, para ir até os índios, são necessários recursos, pois eles não têm nada e estão longe de todo centro civilizado! O governo brasileiro, que parece ter se unido à igreja positivista ao se separar da Igreja Católica, não nos ajudará nunca. Há caridade católica demais a ser feita na África e na Ásia. Que Deus tenha piedade dos índios da Amazônia!*" (Tastevin, 1914).

alizados por "iniciativas de particulares", dentre as quais citaria, novamente, as empreendidas pelos coronéis Mâncio Lima, Absolon Moreira, Francisco Freire de Carvalho e Francisco Bonifácio (Castello Branco, 1950: 21; Barros, 1993, Vol. I: 125)[219].

Além desses mesmos seringalistas já terem sido reconhecidos como "protetores dos índios" e "delegados honorários", as considerações de Rego Barros são indício, por um lado, de que a Prefeitura do Alto Juruá deixara de ter projetos e ações próprios para a "catequese" e "civilização" dos índios. Por outro, são uma clara indicação da frágil institucionalização lograda até então pelo SPILTN no plano local. Sem qualquer apoio continuado do órgão, as ações dos seringalistas nomeados como "delegados de índios" continuariam a ser realizadas, e vistas pelas autoridades departamentais e pelos demais civilizados, como fruto de seus interesses, iniciativas e dispêndios pessoais. As patentes de "delegados" vieram assim a constituir mais um afiançador das relações, e da dominação, que alguns desses seringalistas já exerciam, ou passaram a exercer, no caso do Coronel Mâncio Lima, sobre populações indígenas já localizadas em, ou depois trazidas para, suas propriedades.

O SPILTN, por meio da Inspetoria sediada de Manaus, nenhuma atuação significativa desenvolveria no Departamento do Alto Juruá nos anos seguintes, para além da nomeação de "delegados honorários" e, conforme permitiu constatar a pesquisa, o Inspetor que assumiria a partir de 1916, Bento Martins Pereira de Lemos, optaria por não atualizar quaisquer relações institucionais com esses seringalistas nomeados na gestão de seu antecessor. Voltar-se-á a estes pontos numa seção à continuação.

No alto rio Envira: Reserva Florestal, delegados e caucheiros

A etapa final da expedição do ajudante Máximo Linhares ocorreria nos rios Murú e Envira, afluentes do rio Tarauacá, nos dois primeiros meses de 1912, portanto, logo após a extinção da Inspetoria do Território do Acre. Os motivos, os protagonistas e os desdobramentos dessa viagem são relatados de maneiras diversas em diferentes documentos oficiais.

Relatório do MAIC, encaminhado à Presidência da República em 1912, informa que, durante a passagem do Inspetor do SPILTN por Manaus, em meados do ano anterior, o *Jornal do Commercio* publicara artigo sobre "*atrocidades e depredações de índios*

[219] Dentre esses "particulares", o prefeito Rego de Barros também incluiria, além de Antonio Bastos, o finado coronel Ângelo Ferreira da Silva, cujas ações, na segunda metade da década anterior, tinham resultado na "catequização" de "mais de mil índios, que lhe eram dedicadíssimos" (apud Castello Branco, 1950: 20). As ações de Ângelo Ferreira serão analisadas mais detidamente no capítulo seguinte.

no Alto Envira, affluente esquerdo [direito - MPI] *do rio Tarauacá*". A ida ao "theatro dos acontecimentos", ressalta o relatório, permitira constatar que a realidade era inversa à noticiada: os "*índios acusados de roubos e mortes eram, de fato, as vítimas dessas violências*". Face a essa situação, o inspetor ensejara medidas para evitar novas violências, mas não lograra responsabilizar "os autores ou cúmplices da batida". O relatório centra as denúncias sobre as ações dos caucheiros (o "bandeirante destes tempos"), pela devastação das florestas, da caça e dos roçados dos índios, pelo engajamento forçado de sua mão de obra, pelo desrespeito às suas mulheres e por recorrentes "morticínios", via de regra impunes. E finaliza reivindicando mais recursos orçamentários para viabilizar uma maior atuação e vigilância do órgão indigenista (Brasil. MAIC, 1912: 120).

O próprio Inspetor Barbosa de Araújo, contudo, contradiz as informações acima em relatório apresentado a João de Araújo Amora, Inspetor do SPILTN no Amazonas e Acre. O ex-Inspetor confirma ter iniciado expedição às cabeceiras do rio Envira, mas informa tê-la interrompido devido à extinção da Inspetoria do Acre e à sua dispensa do Serviço (Araújo, 1912: 9-10). Informa, ainda, ter deixado o ajudante Máximo Linhares, em meados de dezembro de 1911, na foz do rio Tarauacá, destinado aos altos rios Murú e Envira, com instruções de colher dados detalhados sobre os índios desses rios e distribuir, a todos os "posseiros" da região, cópia do decreto presidencial que criara a "Reserva Florestal" (Araújo, 1912: 8).

O ex-inspetor faz menção à Reserva Florestal estabelecida no Território do Acre pelo Decreto 8.843, de 26 de julho de 1911, assinado pelo Presidente da República, Hermes da Fonseca, e pelo titular do MAIC, Pedro de Toledo. Composta por quatro áreas descontínuas de terras, com extensão agregada de cerca de 2,8 milhões de hectares, a reserva tinha por objetivo evitar grandes incêndios florestais e proteger o regime de águas pluviais, garantindo a navegação fluvial e os rios que dela dependiam[220]. No caso específico do alto rio Envira, uma faixa da reserva, com largura média de 20 quilômetros, tinha a divisa do Purus e o Envira como eixo, abrangendo todas as cabeceiras deste

[220] Para as íntegras do decreto e da Portaria de 28 de Agosto de 1911, com as instruções para a execução do decreto, ver Brasil. MAIC, 1911, A-170-A-174. A respeito do contexto político institucional dessas medidas, concomitante ao envio ao Congresso, pelo Ministro da Justiça, do Projeto de Lei Florestal, e à publicação do Mapa Florestal, como subsídio à criação de outras reservas no país, consultar Brasil. MAIC, 1911, Vol. 1: IX-XX; 67-71; 143-50; e Vol. III (Anexos - Segunda Parte): 1-98. Para uma análise da conjuntura de criação da Reserva Florestal e de seus desdobramentos práticos, ver Garcia, 1989.

último, e descia até a linha geodésica Beni-Javary, fronteira entre o Acre e o Amazonas, compreendendo uma extensão total de cerca de 400 mil hectares[221].

O decreto presidencial vedava a entrada de estranhos, a extração de madeiras e outros produtos florestais, a caça e a pesca no interior da reserva. E estabelecia prazo de um ano para que os "moradores" apresentassem títulos de posse e a Justiça Federal avaliasse sua legalidade, de forma que o Governo providenciasse sua aquisição, por "acordo amigável ou desapropriação", ou a alteração dos limites da reserva. Essas medidas não se aplicavam, todavia, às "*populações aborígenes que, com exclusão absoluta de indivíduos de outras raças, vivam em sociedade nas mattas da reserva, podendo o Governo promover a sua mudança de conformidade com o art. 2° n. 13, do decreto n° 8.072, de 20 de junho de 1910*"[222]. Em trechos incidentes em "região de fronteira", poderia o governo implantar na reserva fortificações e guardas "necessárias à defesa nacional", bem como caminhos para a "comunicação estratégica". A jurisdição sobre a reserva era atribuição do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola (SIDA), do MAIC, auxiliado por outros funcionários desse ministério sediados no Território do Acre.

A portaria de 28 de agosto de 1911, que apresenta as instruções para a execução do decreto, tornava explícitas as atribuições do SPILTN, órgão do MAIC, na gestão da reserva: o Delegado do SIDA e o Inspetor do SPILTN deveriam articular ações para um "reconhecimento prático" da reserva (incluindo levantamentos de suas características físicas, dos rios navegáveis e estradas, do "caráter da população" e de sua ocupação principal e uma relação nominal dos ocupantes de terras), e para a "vigilância" dos pontos mais relevantes ou "sujeitos a depredações". Cabia, ainda, ao Inspetor do SPILTN, ou a um de seus subordinados, substituir o Delegado do SIDA em caso de ausência deste e de seus subalternos; nesses casos, deveria intervir e acompanhar as ações junto às autoridades, dando ciência à Delegacia e à Diretoria Geral do MAIC das iniciativas tomadas. As instruções da Portaria estabeleciam atribuições adicionais do SPILTN no caso

[221] Outra dessas faixas, na área central do Departamento do Alto Juruá, com cerca de 600 mil hectares, abrangia afluentes da margem direita do Alto Juruá (Tejo, Bagé, Cruzeiro do Vale, Valparaíso, Riozinho da Liberdade e Gregório) e da margem esquerda do rio Tarauacá (Acuraua, Catuquina, Primavera e São Salvador), locais onde, após as "correrias" e a implantação da empresa seringalista, havia se refugiado bom número de grupos indígenas falantes de línguas Pano, conforme, em começo da segunda metade da década de 1900, já indicavam vários relatórios oficiais (Azevedo, 1906; Andrada, 1907; Oliveira, 1907). O próprio Inspetor Francisco Araújo especifica que índios Jaminawa, Arara e Kaxinawá ocupavam esses rios, na "chamada região central da Reserva Florestal" (Araújo, 1912: 8).

[222] O decreto aludido é o de criação do SPILTN. Parte do Capítulo I ("Da proteção aos índios"), o artigo 2, que discrimina a "assistência", em seu § 13, especifica que caberia ao Serviço "*promover a mudança de certas tribus, quando fôr conveniente e de conformidade com os respectivos chefes*" (Brasil. MAIC, 1910: A-47).

da existência de "índios" na Reserva: caberia então à Inspetoria realizar estudo sobre os mesmos, o qual, remetido à Diretoria Geral do MAIC, habilitaria o governo, ouvida a Diretoria Geral do SPILTN, a julgar pela "necessidade ou conveniência" de remover e reassentar os índios. Nesta situação, era responsabilidade do SPILTN a "elaboração do plano respectivo e sua completa execução".

Por sua vez, Máximo Linhares informa em seu relatório que, em meados de 1911, durante sua estadia no Riozinho da Liberdade, teve conhecimento que "terríveis correrias" teriam ocorrido nos altos rios Tarauacá, Murú e Envira, resultando na morte de "*oitenta civilizados e mais de mil índios!!*" (Linhares, 1913). Por achar "o fato extraordinário", diz ter-se preparado para seguir de imediato a aquele local, e enviado telegrama ao vice-diretor do SPILTN justificando esse deslocamento. Mesmo alertado pelo guarda-livro do seringal Liberdade, Francisco Aprigio Riquet Nogueira, de que se tratava de "mero boato", Linhares confessa ter desconfiado de que "*effectivamente houve alguma cousa entre índios e civilizados das cabeceiras do rio Envira*".

O ajudante informa ter chegado à Vila Seabra em fins de 1911, sem mencionar a companhia do Inspetor Barbosa de Araújo ou qualquer instrução dele recebida. No rio Murú, alcançaria o seringal Santa Júlia[223], do "hospitaleiro proprietário" Pantaleão Marinho Telles. Assim como procedera no Alto Juruá, Linhares depois sugeriria ao SPILTN o reconhecimento desse Coronel da Guarda Nacional como "protetor de índios". Tendo em vista serem "*homens vantajosamente conhecidos no Murú*", informa ter nomeado, ainda, o coronel Telles como "delegado auxiliar dos índios" e Romualdo Ferreira da Rocha como "subdelegado"[224].

Auxiliado por homens do coronel Telles, Linhares varaaria por terra até o rio Envira. No seringal Nova Olinda visitaria uma maloca onde viviam cerca de 40 índios, "*vestidos, bem limpos, com boas habitações, assoalhadas, muita lavoura, alguns tocadores de armonicas, bem satisfeitos, etc.*", sob guarda de Francisco Ferreira, patrão que "*há alguns annos olha com grande carinho e bondade para aquelles infelizes Brasileiros, da tribu dos caxinauás*". No Paranã do Ouro, afluente do Envira, em visita a outra ma-

[223] Linhares não alcançaria, portanto, o rio Iboiaçú, afluente do rio Murú, onde seis anos antes o delegado de polícia Luiz Sombra visitara malocas Kaxinawá, a serviço da Prefeitura do Alto Juruá.

[224] O bacharel em direito e promotor público Antonio José de Araújo, que viajara pelo Murú em setembro de 1908, descreve o Coronel Pantaleão Telles como homem de "*caráter independente, espírito esclarecido e retidão de conduta*", e de "*coração franco, sincero e grande, para quem a lealdade é um símbolo que não se pode deixar de deslustrar*". Araújo consideraria que Telles, junto com o Capitão Antonio Frota de Menezes, dono dos seringais Victoria, Colombo e Muruzinho, e sócio da firma comercial Mello, Frota & Cia, do Pará, e com o Tenente-Coronel Antonio Carlos Viriato de Sabóia, proprietário do seringal Paraíso e sócio da firma A. Carlos e Marques, constituíam "*a trindade do Murú, que preside aos destinos desse rio* (...)" (Araújo, 2003: 152; 155).

loca, afirma ter ficado com boas impressões "*quanto ao adiantamento que notei entre os índios Caxinauás dalli*".

Como resultado dessa viagem, Linhares informa ter procedido com outras três nomeações, posteriormente comunicadas à Inspetoria em Manaus, a saber, a do Sr. Prado, como "delegado auxiliar dos índios do rio Envira", e as de Francisco Ferreira e de José de Souza, como "subdelegados", respectivamente "do seringal Nova Olinda" e "das cabeceiras do Envira"[225].

Um conjunto de outros fatos chama a atenção ao se pôr em diálogo os relatórios do MAIC, do ex-Inspetor Francisco Araújo e de Máximo Linhares. O relatório ministerial, relativo a 1912, fornece breves informações sobre os resultados da viagem do ex-ajudante: visitas a malocas dos Kaxinawá, "*muito adaptáveis à vida sedentária*", e sua fracassada tentativa de "entrar em comunicação" com os "*índios habitantes do Janinaná* [Jaminauá - MPI], *afluente do Envira, pela oposição que lhe fizeram os seringueiros da zona*" (Brasil. MAIC, 1913: 140-41). O relatório da Diretoria do SPILTN, do mesmo ano, além de fazer referência à oposição sofrida pelo então ajudante, caracterizaria os seringalistas como "*poderosos e truculentos déspotas, tão numerosos nessas longínquas paragens*", e criticaria a total ausência de "representantes idôneos" nos poderes policial e judiciário (Brasil. MAIC. SPILTN, 1913: 10).

Diferentemente, não há qualquer menção no relato do próprio Linhares (1913) a esse acontecimento. Linhares afirma ter apenas ouvido de violências cometidas contra os "infelizes índios" no alto rio Envira, imputando ao Inspetor Araújo a responsabilidade pela não realização de uma investigação *in loco* para averiguá-las: "*De taes violências, foi sabedor o Sr. Inspetor do Serviço no Território do Acre. Deixei de ir até lá, porque o meu estado de saúde era precário e mesmo porque havia me affirmado o Sr. Inspetor que ficaria aos seus cuidados a expedição às cabeceiras do rio Envira, o que infelizmente não aconteceu*".

À diferença de Linhares, que não proporia qualquer medida para tentar evitar a continuidade das "correrias" e das violências dos caucheiros, peruanos e brasileiros, o ex-Inspetor chamaria a atenção para os "duros labores" aos quais os índios estavam submetidos na extração de caucho e para os freqüentes casos em que eram levados ao

[225] Castello Branco (1961: 223) indica que, em final dos anos de 1900, Rubim e Prado eram proprietários do seringal Porto Rubim e Prado e Azevedo do seringal Califórnia. Levando em conta outros dados fornecidos pelo historiador, Francisco Ferreira tornara-se proprietário do Nova Olinda pouco antes da visita de Linhares, pois em 1908 o seringal era movimentado por Antonio Tavares, "um dos maiores exploradores da região".

Peru, para serem vendidos como "escravos". Face a essa situação, assim recomendaria ao Inspetor João de Araújo Amora:

> "(...) *seria um grande serviço à nossa precária civilização e à cultura humana, si pudesses tomar informações seguras, mandando um dos funcionários desta repartição nesse pedaço do Brazil e em alguns departamentos do Peru, onde dizem se exerce tão vil commercio, a fim de se poder agir em consequencia, dando um golpe de morte em tão nefanda instituição, ainda arraigada nos costumes de alguns descendentes de Cortez, sem entranhas, e de alguns máos brazileiros* (...)" (Araújo, 1912: 9).

Recomendações, por conseguinte, para que o governo federal, inclusive por entendimentos internacionais, combatesse as "correrias", o trabalho forçado e a "escravização" de índios, seriam formuladas pelo ex-Inspetor Barbosa de Araújo. Seu diagnóstico e as recomendações elencadas contrastam fortemente com as informações incluídas no relatório do MAIC à Presidência da República, dando conta da ida do inspetor ao "theatro dos acontecimentos" e de ações por ele postas em prática para evitar novos conflitos e violências contra os indígenas.

Não há nos relatórios do MAIC ou da Diretoria do SPILTN, qualquer informação relativa à implantação da Reserva Florestal, criada em julho de 1911, para cuja gestão tanto o SIDA como o órgão indigenista tinham atribuições claramente definidas. Como já mencionado, a reserva abrangia todas as cabeceiras do Envira, e a densa presença de grupos indígenas nessa região, implicaria, no caso do SPILTN, a realização de estudos e de ações para sua proteção e, dependendo da decisão do governo federal, para o seu reassentamento. Adicionalmente, a presença de caucheiros, promovendo a devastação florestal, bem como "morticínios" de índios, condenados nos relatórios do ex-Inspetor e do próprio MAIC, constituíam razões suficientes, conforme previsto no decreto de criação da Reserva, para ações de vigilância em uma região fronteiriça, inclusive com a instalação de guarnições militares e de vias de comunicação em locais estratégicos.

Em momento algum de seu relatório Linhares menciona ter posto em prática as instruções do ex-Inspetor Araújo relativas à divulgação, junto aos proprietários ou aos "posseiros", do decreto presidencial de criação da reserva florestal. Araújo (1912: 10), por sua vez, lamentaria, em sua rápida incursão pelo rio Envira em 1911, não ter alcançado as cabeceiras e ter limitado sua ação à divulgação dessa norma legal. Informa, ainda, que, ao tomar conhecimento da criação da reserva, e que cabia ao SPILTN "a sua polícia", encaminhara ofício ao Delegado do SIDA no Território do Acre, Engenheiro João Alberto Masô, colocando-se à sua inteira disposição. Apesar das sedes do SIDA e

da Inspetoria do SPILTN estarem ambas situadas na cidade de Sena Madureira, nenhum retorno receberia ao seu ofício[226]. Com a publicação da portaria de 28 de agosto, contendo as instruções para execução do decreto, e face às atribuições do SPILTN na gestão da Reserva, procurara, novamente sem sucesso, estabelecer entendimento com o Delegado do SIDA "*para uma ação conjugada de nossos comuns esforços*" (Araújo, 1912: 9)[227].

As dificuldades enfrentadas pelo então Inspetor Francisco Barbosa de Araújo para coordenar ações com a Delegacia do SIDA, as demandas de Luiz Sombra (1911, 1913) para que a proteção dos grupos indígenas fosse viabilizada no interior da reserva florestal e, por fim, a ausência de qualquer menção nos relatórios do MAIC, ou de outros órgãos, nos anos seguintes, sobre ações para a implantação da reserva, são indícios, como de fato aconteceu, que a criação dessa unidade, a mais antiga medida do governo federal para proteção da floresta amazônica, acabou ficando apenas nas intenções[228].

Assim como procedera no alto Juruá, Máximo Linhares decidiria nomear, no rio Envira, um "delegado auxiliar" e dois "sub-delegados" do SPILTN. O ajudante fornece informações apenas em relação à guarda fazia anos exercida pelo patrão do seringal Nova Olinda, Francisco Ferreira, sobre uma maloca dos Kaxinawá, sem especificar sobre as atividades dos outros dois nomeados ou das relações que mantinham com indígenas.

Por meio da atribuição dessa tutela aos delegados, pretendia Linhares marcar uma presença local do SPLITN, estendendo aos indígenas a "proteção" contra ações danosas dos "civilizados". Essa ação mereceria aprovação da Diretoria do órgão, a qual, conforme informaria ao Ministro da Agricultura, assim esperava livrar os Kaxinawá das vio-

[226] Sobre a instalação e os objetivos do SIDA no Território do Acre, ver Brasil. MAIC, 1910: 19-20.

[227] Escrevendo em 1911, o então Tenente Luiz Sombra (1913) denunciaria, no *Jornal do Commercio*, ter tomado conhecimento das "correrias" que caucheiros peruanos acabavam de promover contra grande número de grupos "refugiados" no alto rio Envira. E teceria críticas ao MAIC, por não ter reservado essa região para os índios, ou decidido "agrupá-los na reserva florestal", conforme pouco antes pessoalmente demandara ao órgão. A recomendação de Sombra, de reservar parte das cabeceiras do rio Envira para os grupos indígenas, retomaria, em parte, a sugestão do Coronel Belarmino Mendonça (1989: 142), feita em 1906, e pelo Engenheiro Bueno de Andrada (1907: 28; 48), no ano seguinte, de destinar-lhes e demarcar pelo menos parte de seus antigos territórios tribais. A outra medida sugerida por Luiz Sombra, o "aldeamento" dos indígenas na reserva florestal, também guarda homologia com a proposta de Mendonça: ambas visavam a proteção dos indígenas e a regulação de suas relações, tanto com os brasileiros como com os peruanos, por meio da demarcação e desintrusão de terras reservadas, bem a implantação de fortificações militares para garantir a vigilância e a "segurança nacional" em "regiões de fronteira" (Mendonça, 1989: 228).

[228] O decreto presidencial de criação da reserva florestal, contudo, nunca foi revogado (Garcia, 1989). As quatro faixas de terras incidentes nela incidentes estão distribuídas numa vasta região, nos vales dos rios Juruá e Purus/Acre, onde, nos últimos trinta anos, ações dos governos federal e estadual resultaram na configuração de um mosaico contínuo de terras reservadas (terras indígenas e unidades de conservação), com pouco mais de 7,9 milhões de hectares, que ocupam aproximadamente 45% da atual extensão do Estado do Acre. A este respeito, ver Iglesias, 1999, Vol. IV: 1-3; Iglesias & Aquino, 2005, 2006.

lências e da exploração a que estavam sujeitos no alto rio Envira: "*Têm o seu protetor immediato no delegado honorário nomeado pela Inspetoria, o qual é sempre uma garantia contra as extorsões habituaes dos caucheiros*" (Brasil. MAIC. SPILTN, 1913: 10).

A política de nomeação de delegados novamente privatizaria atribuições da responsabilidade do órgão indigenista, reforçando a ascendência dos delegados, neste caso, três seringalistas, e a dominação que já exerciam (ou passariam a exercer), sobre os grupos indígenas que viviam em suas propriedades e nos arredores. Novamente evidenciaria, em âmbito local, a total falta de recursos humanos e financeiros do Serviço para ali estabelecer-se e cumprir com suas atribuições e propostas, num contexto em que o próprio ajudante Linhares fora impedido de visitar malocas situadas no alto rio Envira, a Inspetoria acabara de ser extinta no Acre e eram incertas as perspectivas de qualquer continuidade das ações de funcionários dos quadros do SPILTN nessa região. Nessas condições, eventuais abusos da parte dos próprios delegados, e/ou de sua rede de familiares e clientes, interessados na utilização da mão de obra dos indígenas, ou no alargamento de seus domínios territoriais e comerciais, não deixaram de ser comuns. Este seria o caso, no alto rio Envira, pelo menos a partir de final dos anos 1910, da família proprietária do seringal Califórnia, os Prado, à qual pertencia o "delegado auxiliar" dos índios desse rio, nomeado por Máximo Linhares[229].

Desdobramentos das primeiras expedições

Que continuidade teriam no Território Federal as ações da Inspetoria do Amazonas e Acre, chefiada pelo engenheiro João de Araújo Amora de janeiro de 1912 a março de 1916? As viagens dos ajudantes Máximo Linhares e Dagoberto de Castro Silva, no biênio 1911-1912, marcaram o fim das "primeiras expedições" de funcionários daquela Inspetoria aos rios do Território. Em sintonia com a política do órgão, de estabelecer unidades operacionais com base nos resultados das "expedições", mas não com a ação iniciada pelo ex-Inspetor Francisco Barbosa de Araújo junto aos Manchineri do rio Iaco, o relatório do MAIC, relativo a 1913, dá ciência da fundação de dois "postos" no Acre: o "de Curinas", no Alto Tarauacá, e o "de Poianauas", no rio Moa, onde estavam "agremiados", respectivamente, 80 e 180 índios (Brasil. MAIC, 1914: 97).

[229] No capítulo seguinte, esta questão será retomada, ao analisar a atuação do "catequista de índios" Felizardo Avelino de Cerqueira nos altos rios Envira e Jordão e ao colocá-la em contraponto com as atividades de Pedro Biló, quem, por décadas, trabalharia como "mateiro" para as famílias Prado e Azevedo nas cabeceiras do Envira, onde adquiriu fama de implacável "matador de índios".

Não há qualquer indicação nesse relatório a ações levadas a cabo pelo SPILTN para a implantação do "Posto de Poianauas". Em 1912, expedição chefiada pelo "Encarregado do Entreposto de Proteção aos Índios do alto Juruá", Antonio Bastos, contando com a participação de "índios mansos" Nukini e com recursos financeiros, apoio logístico e homens disponibilizados pelo Mâncio Lima, lograria conduzir alguns Poyanawa que moravam no Paranã dos Mouras para o igarapé Bom Jardim, e a seguir para o igarapé Maloca, nas propriedades do coronel. O grupo encabeçado por um dos principais chefes Poyanawa, depois batizado Napoleão, seria pouco depois contatado e trazido para esse mesmo local. Ali Mâncio Lima mobilizaria os próprios Poyanawa, auxiliados por seus empregados, na abertura de uma ampla clareira e na construção de duas grandes habitações coletivas, para abrigar cerca de 150 índios, núcleo ao qual denominaria "Villa Rondon". Boa parte dos Poyanawa optaria por fugir pouco depois, dispersando-se em vários grupos. Guiados por homens Poyanawa, empregados e fregueses de Mâncio Lima encontrariam parte desses fugitivos e tornariam a levá-los à Vila Rondon. Em outra expedição, matariam a tiros o chefe conhecido por Napoleão, cujo grupo seguiria para o rio Azul, afluente do rio Moa, onde seria depois encontrado e reconduzido à Vila. Pouco depois, uma epidemia de sarampo dizimaria significativa parte dos índios ali assentados. Os Poyanawa passariam a trabalhar em diferentes atividades nas propriedades de Mâncio Lima: derrubar mata bruta, abrir e roçar varadouros e estradas, plantar e limpar roçados, cortar cana, trabalhar no engenho e em casas de farinha, caçar para o barracão, abrir e bater campos, fazer cercas para o gado. Em 1916, a Prefeitura do Alto Juruá fundaria, no seringal Barão do Rio Branco, a Escola Coronel Rondon, voltada à educação e "catequização" dos Poyanawa[230]. A incorporação produtiva dos Poyanawa às atividades dos seringais decorreria de ações empreendidas e custeadas pelo coronel Mâncio Lima. Enquanto exemplar "iniciativa particular" de "catequese", essas ações ganhariam amplo reconhecimento na região e apoio da Prefeitura do Alto Juruá, principalmente para o funcionamento da escola[231].

[230] Os Poyanawa seriam depois engajados na abertura do ramal ligando a sede do seringal à Vila Japiim, criada em 1912. Em 1922, a Fazenda Aurora tinha área de 1.400 ha, grandes plantações, campos e pastagens cultivados, 300 cabeças de gado, porcos, mulas e ovelhas, "bolandeira" para a produção de farinha e engenho de ferro para a produção de açúcar. As 260 estradas dos seringais pertenecentes a Mâncio Lima rendiam então uma produção anual de 30 toneladas de borracha. Dentre seus 300 habitantes, 115 eram índios, dos quais 47 freqüentavam a Escola Coronel Rondon (Castello Branco, 1930: 606-07; 654; Aquino, 1985; Machado, 1991; Iglesias, 1999a).

[231] À parte de sua nomeação como "delegado de índios do rio Moa" e dos serviços prestados por Antonio Bastos nos contatos e na localização inicial dos Poyanawa em suas propriedades, o Coronel Mâncio Lima nenhum apoio posterior teria do SPILTN para ações voltadas à "civilização" e à "assistência" daqueles índios. O posto "criado" pelo SPILTN em 1913 seria extinto dois anos depois. O "sucesso" desse processo

O citado relatório do MAIC (Brasil. MAIC, 1914) tampouco faz qualquer indicação à localização do "Posto de Curinas", as ações a serem ali desenvolvidas ou se apenas índios Kulina (Madijá) constituíam o objeto de sua atuação. A criação desse posto, por outro lado, tampouco constava de planejamentos anteriores do SPILTN ou das recomendações de Máximo Linhares, que não fizera qualquer nomeação de "delegados", ou solicitara o reconhecimento de "protetores de índios", no Tarauacá, rio que não chegou a percorrer durante a sua expedição.

Informações pontuais a respeito do denominado "Posto de Curinas" surgem, todavia, em duas cartas assinadas por Delfin Freire, "Sub-Encarregado dos Índios do Alto Tarauacá", em 1914, e enviadas ao Inspetor João de Araújo Amora. Não há indicação, em outros documentos, se a nomeação de Freire resultara de iniciativa do próprio inspetor ou de recomendação de Arthur Lebre, ajudante da Inspetoria que, segundo Dagoberto Silva (1912: 7), visitara o "alto Tarauacá" no primeiro semestre de 1912[232].

Na primeira correspondência, escrita em Manaus, a 28 de abril, Freire comunica ao Inspetor Amora que o então Prefeito do Departamento de Tarauacá, Coronel Antonio

---

de "pacificação", "agremiação", sedentarização e "civilização" dos Poyanawa, tidos por décadas como "errantes" e obstáculo às atividades produtivas de um dos principais empreendedores do Alto Juruá, seria, contudo, capitalizado pelo Inspetor Bento Manuel Pereira de Lima, uma década e meia depois, num contexto em que uma Comissão de Inquérito fora instaurada, em 1930, pelo governo Getúlio Vargas para apurar supostas irregularidades na Inspetoria do Amazonas e Território do Acre. Fotografias dos Poyanawa, tiradas em 1913, mostrando seu engajamento na construção da Villa Rondon e as rápidas transformações pelas quais haviam passado após a sua "agremiação", seriam incluídas pelo Inspetor nos anexos fotográficos da defesa que apresentou à Comissão, visando, ao que tudo indica, comprovar a eficácia das ações do SPI(LTN). O material compilado por Bento de Lemos inclui ainda fotografias de malocas habitadas por índios Jaminawa e Amahuaca, no rio Amoacas, em propriedades de Manoel Absolon Moreira, "delegado de índios" nomeado em 1912, bem como de grupos de índios Poyanawa e Arara, acompanhados pelos respectivos "delegados", em visita à cidade de Cruzeiro do Sul. Essas fotografias, que constam do anexo fotográfico desta tese, fazem parte do "Inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre. Razões de Defesa - apresentadas à Junta de Sanções Federais por Bento M. Pereira de Lemos - Anexos - 1931", quarto volume da documentação, depositada no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, referente àquela Comissão de Inquérito (Brasil. Tribunal Especial, 1931). Não consta nessa documentação o autor dessas fotos, feitas pouco após a passagem de Máximo Linhares e Dagoberto de Castro e Silva pelo Alto Juruá, as condições em que foram produzidas ou quem as teria encomendado. No referido anexo, optou-se por manter as legendas das fotografias originais. Agradeço à colega Ana Flávia Moreira Santos pela gentileza de ter disponibilizado esse valioso material, por ora desconhecido no Acre, fruto de sua pesquisa no acervo do Arquivo Nacional.

[232] Em sua conclusão, o relatório de Silva (1912) cita que, em sua viagem de Cruzeiro do Sul a Manaus, no vapor "Acreano", tivera a felicidade de abraçar "seus colegas", Arthur Bandeira e Arthur Lebre, que retornavam do alto Envira e do alto Tarauacá, respectivamente. Nenhuma referência a essas viagens é feita em relatório encaminhados pelo MAIC ao Presidente da República ou nos relatórios da Diretoria do SPILTN acessados nos microfilmes do SARQ/MI. O fato de Silva citar o "alto Tarauacá" como região visitada por Lebre não implica que este último alcançara as cabeceiras desse rio, local no qual, no ano anterior, "bárbaras correrias" teriam sido promovidas contra os índios, conforme fora à época noticiado pelo *Jornal do Commercio*. Em vários documentos oficiais, a denominação Alto Tarauacá era utilizada para designar o trecho do rio que banhava a Vila Seabra, sede do Departamento, e suas cercanias mais imediatas, a montante, para contrastá-lo com o seu baixo curso, abaixo dessa Vila e já próximo à sua foz.

Antunes de Alencar, criara, em abril de 1913, a "Colônia Rivadavia Correia"[233], situada a meia hora de viagem, a pé, de Vila Seabra, onde pretendia assentar cerca de 30 índios Kulina, que "lhe haviam solicitado aldeamento". Informa que, por resolução do Prefeito, de janeiro de 1914, os trabalhos nessa colônia haviam sido suspensos. Visto que as terras onde a colônia fora criada pertenciam ao Coronel José Victorino de Menezes, e que os índios não tinham ali habitação permanente, avaliava Freire sobre a impropriedade de ali estabelecer uma unidade do SPILTN e manter um encarregado. Ressalta, ainda, que se sentia na obrigação de comunicar tais fatos à Inspetoria tendo por desejo "*zelar pela efficacia dos louváveis esforços do humanitário Serviço de Proteção aos Silvícolas*". Informa, por fim, que por decisão do prefeito tivera vedado acesso ao posto radiográfico, apesar de ser portador de ofício, destinado ao chefe dessa repartição, por meio do qual Amora solicitava autorização para que Freire mantivesse contatos regulares com a Inspetoria em Manaus (SARQ/MI. Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 04).

Na segunda carta, datada de 30 de junho de 1914, na Vila São Felipe, Delfin Freire, que não mais assina como "Sub-Encarregado", comunicava ao Inspetor João Amora que Francisco Carneiro Sobrinho fora reintegrado ao cargo "que previamente ocupava", em função de pedido encaminhado pelo prefeito, seu "protetor", via radiograma, ao Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Readmitido, Sobrinho teria por atribuição retomar os trabalhos na Colônia Rivadavia, contando, conforme alegava Freire, com o consentimento do então Diretor Geral do SPILTN.

Por três motivos, Freire tornaria a enfatizar sua opinião sobre a inadequação do funcionamento de um posto do SPILTN nesse local: a extinção da colônia, promulgada por ato oficial do prefeito; a ilegalidade da realização de investimentos públicos em terreno pertencente a um particular (cerca de 20:000$000 haviam sido ali gastos, diz Freire, dos quais pouco mais da metade oriundos do erário da Prefeitura); e a pequena distância a separá-la de Vila Seabra, capital do Departamento, "*centro de seringueiros, em que a cachaça abunda, onde rareiam as mulheres e ambiciona-se a posse dos indiozinhos*". Reforçando seus argumentos, acrescentaria que o "reduzido contigente" de índios Kulina era pacífico, estava protegido das violências dos "civilizados" pela proximidade das autoridades departamentais e que tentar "misturá-lo" com outros índios, seus "irmãos das selvas", seria contraproducente, dado o desprezo que estes lhes guardavam.

[233] Assim nomeada em homenagem a Rivadavia Correia Meyer, Ministro da Justiça e Negócios Interiores nos anos de 1910-1914, durante a presidência de Hermes da Fonseca.

Solicitando confidencialidade, para que o pessoal da Prefeitura "não imaginasse que pretendia desfazer atos" do Prefeito Alencar, Freire solicitaria ao Inspetor Amora que fizesse chegar essas informações a Rondon, por ter certeza que o diretor do SPILTN desconhecia os "pormenores" da reintegração de Francisco Carneiro Sobrinho. Acreditava Freire que Sobrinho "era aproveitável" no Serviço, mas não tendo a Colônia Rivadavia como local de atuação. De sua parte, Freire colocava-se à total disposição do Inspetor Amora, para receber novas ordens e tarefas, inclusive para viver "*longe de povoados, onde ninguém possa dizer que goso de confortos, que negocio com o trabalho indígena ou que agrado quem quer que seja* (...)" (SARQ/MI. Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 05).

A leitura dessas duas cartas permite constatar, novamente, como as prebendas concedidas pelo SPILTN - por meio da concessão de cargos, honoríficos ("delegados" e "protetores de índios") ou remunerados ("encarregados dos índios") - passaram a constituir objeto de disputas entre diferentes atores, fossem eles seringalistas ou moradores dos núcleos urbanos, pela possibilidade que abriam para a implementação das ações do órgão indigenista federal no plano local. Se para alguns seringalistas, as prebendas constituíam fator adicional no prestígio político e econômico já gozado e nas suas práticas de dominação sobre populações indígenas e territórios, para outros podiam representar novas possibilidades de lograr reconhecimento, renovar ou construir relações com representantes de órgãos governamentais, acessar recursos financeiros e, inclusive, "negociar com o trabalho indígena". Nessas disputas, representantes do poder público departamental também passariam a atuar com interesses próprios, indicando e legitimando nomeações de seus funcionários e clientes, propondo e financiando ações, disponibilizando terras para a instalação de postos e mobilizando suas redes de influência, ao controlar, ou franquear, canais de acesso e de comunicação, junto à Inspetoria e à Diretoria do SPILTN, diferentes ministérios e, em certas ocasiões, à própria Presidência da República.

Segundo relatório do MAIC, referente ao ano de 1914, a agricultura fora iniciada nos dez postos então em funcionamento na área de jurisdição da Inspetoria do Estado do Amazonas e Território do Acre, havendo alguns deles alcançado resultados acima das expectativas iniciais, "devido à fertilidade das terras e às atividades dos índios". A crise de recursos que assolava ao governo, e em particular ao SPILTN, não comprometera a execução dessas ações, destacava o relatório (Brasil. MAIC, 1915: 71).

No ano seguinte, todavia, apenas dois desses postos continuavam em operação: Jauapery, no Município de Mouras, e Abacaxys, no Município de Maués, ambos no Estado do Amazonas, os quais, pelo seu desenvolvimento agrícola, prometiam uma "mais pronta emancipação" (Brasil. MAIC, 1916: 72; Brasil. MAIC. SPILTN, 1916 [SARQ/MI, Microfilme 1-A, Fot. 1392-94]; e Lemos, 1917). Os demais postos, inclusive os dois criados no Território do Acre, haviam sido extintos. Além da crise de recursos enfrentada pelo órgão, a decisão de acabar com os postos seria justificada pelo MAIC pelo fato dos "selvagens" já terem "se entregado às atividades agrícolas" e desistido de suas "rixas" com os seringueiros. Esses postos haviam atendido, acrescenta o relatório, a necessidade de "dar cobertura" à produção de borracha contra as perturbações causadas por essas rixas. Apesar da ausência de qualquer atuação de funcionários dos quadros da Inspetoria nos locais onde os postos haviam sido criados, os índios continuariam a estar "*protegidos das violências graças às ações dos Delegados de Índios, para os quais a Inspetoria apelou, no sentido de permanecerem, sem vencimentos, envidando esforços para o prosseguimento das culturas nelles existentes*" (Brasil. MAIC, 1916: 71-72)[234].

Inspetor Bento de Lemos: posto de pacificação no Alto Tarauacá

Em outubro de 1916, a Prefeitura do Departamento de Tarauacá emitiu "Nota Oficial", na qual rebatia críticas dos seringalistas sobre a alegada inoperância do poder público em ensejar medidas para devolver-lhes fregueses que haviam abandonado suas colocações, "fugidos", sem o consentimento de seus patrões e, em certos casos, sem pagar contas devidas nos barracões. Na nota, a Prefeitura negava ter dado qualquer acolhida a "vagabundos ou malandros"; ao contrário, esclarecia, ordem expressa fora distribuída aos "subalternos" para prender e processar "desocupados" encontrados a "perambular" em Vila Seabra, e em suas cercanias, e para obrigá-los a tomar "ocupação fixa e honesta". Não se opunha a Prefeitura, dizia a Nota, a que os seringueiros voltassem às colocações de onde haviam saído, desde que "voluntariamente ou por acordo com os patrões". Não poderia o poder público, contudo, "*consentir que sejam presos* manu militari *e re-*

[234] O relatório da Diretoria do SPILTN, referente a esse mesmo ano, na seção dedicada à Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, endossava a afirmação de que a "proteção" continuava mesmo nos postos extintos, onde os índios eram "*atendidos gratuitamente por amigos nossos, considerados delegados de Inspetoria, e cuja principal funcção é protege-los contra as violências e explorações*". O diretor, todavia, ponderaria sobre a fragilidade dessas ações: "*É claro que tal protecção é, por sua natureza, precária no Amazonas, onde os próprios funcionários do governo nem sempre conseguem fazer respeitas as mais meras disposições legais*" (Brasil. MAIC. SPILTN, 1916. SARQ/MI, Microfilme A-1, Fot. 1392).

entregues aos patrões, trabalhadores bons ou maus, mentirosos ou não, que se tenham auzentado dos seringais, qualquer que seja o motivo dessa retirada. A missão ingrata distribuída aos antigos capitães do matto *já não tem razão de ser num paíz livre* (...)". Informava ainda a nota que o poder judiciário da comarca mobilizaria os meios legais necessários para fazer frente a ações impetradas pelos patrões para exigir da Prefeitura iniciativas desse tipo. E finalizava: "*Os interesses muito respeitáveis do commércio e dos proprietários devem ser resguardados por outros processos. Interesses desse tipo foram invocados* (...) *contra a abolição da escravatura, do cárcere privado e da caçada de homens* (...) *entretanto, a abolição se fez, o preto ganhou fóros de cidadão, a lavoura desenvolveu-se e o paiz prosperou* (...)" (*Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Villa Seabra, 29/10/1916, pg. 3)[235].

Num contexto em que, devido aos preços decrescentes da borracha, muitos seringalistas haviam sido obrigados a vender suas propriedades ou entregá-las às casas aviadoras como pagamento por suas dívidas, os ganhos dos comerciantes não eram os mesmos da década anterior e a arrecadação de impostos pela administração departamental acumulava quedas progressivas, o êxodo de seringueiros para a Vila Seabra tornava-se uma preocupante realidade. Nos altos rios Tarauacá e Jordão, esse quadro tornava-se ainda mais grave, denunciavam os seringalistas, devido a freqüentes saques e mortes promovidos pelos índios "selvagens" conhecidos por Papavô, resultando na completa paralisação da produção em certos períodos e no abandono das colocações por muitos fregueses.

Já em início de 1915, a imprensa de Vila Seabra noticiaria as gestões realizadas pelos seringalistas do Alto Tarauacá na tentativa de "garantir o apoio do poder público", visando "conter" os Papavô, pôr fim às mortes e aos roubos, "dar segurança" aos seringueiros e viabilizar a produção contínua de borracha. Essas articulações, iniciadas junto à Prefeitura de Tarauacá, progressivamente chegariam a diferentes instâncias do governo federal, até alcançar a Presidência da República.

Face à ausência de resultados imediatos dessas gestões, os seringalistas também delineariam propostas de intervenção que julgavam exeqüíveis no plano local. Contando com o respaldo da Prefeitura, aventariam o recrutamento de pessoas com capacidade para a "catequese", comprovada por bem-sucedidas "iniciativas particulares" realizadas

[235] Nova "Nota Oficial" seria emitida pela Prefeitura a 27 de junho de 1917, reafirmando, com idênticos argumentos, as posições previamente assumidas e as ações postas em prática pelo poder público para evitar a "vagabundagem" na Vila Seabra (Jornal Official. Semanário da Prefeitura, Ano II, Nº 64, 1/7/1917, pg. 1).

em seus próprios seringais, ou por sua inserção em ações iniciadas pelo SPILTN nos anos anteriores. De comum, essas propostas contemplariam o engajamento de "índios mansos", que acompanhariam esses atores para a "contenção" dos Papavô. À diferença da política que pouco depois seria defendida pelo Inspetor do SPILTN, Bento Martins Pereira de Lemos, para solucionar a situação no Alto Tarauacá - uma visita ao local dos conflitos e a instalação de um "posto de pacificação" -, as propostas dos patrões visavam, por "conta própria", "fazer o que fosse possível", num contexto considerado de "calamidade" e de "desamparo pelo governo federal", face à ausência de políticas tanto para o soerguimento da economia da borracha como dos obstáculos enfrentados pela presença dos "índios bravios"[236].

A reconstrução das gestões empreendidas pelos seringalistas com o objetivo de "obter garantias" dos poderes públicos realizar-se-á, inicialmente, pela apresentação e análise de informações e dos discursos contidos em um conjunto de atos administrativos e artigos publicados nessa época na imprensa de Vila Seabra, em boa parte em jornais oficiais, editados pela Prefeitura. Esse material, meio pelo qual à época parte da população urbana de Vila Seabra tomava conhecimento dos acontecimentos na floresta, permite pôr em evidência tanto os discursos dos seringalistas como dos próprios editores dos jornais, indicando, por um lado, como os processos decorrentes da crise na economia da borracha eram sentidos e representados. Por outro lado, evidencia como os índios eram então percebidos (como "selvagens", "canibais", "naturalmente inclinados ao saque" e "obstáculo ao progresso e à civilização", mas também, à semelhança dos seringueiros "fugidos", como "vagabundos", "malandros" e "errantes", que viviam a "perambular"); como a situação nos altos rios Tarauacá e Jordão foi construída enquanto "problema público", "de máximo interesse do comércio", quais foram algumas das soluções desejadas e propostas para sua solução, quais iniciativas foram favorecidas pela Prefeitura; e, inclusive, como as ações para uma atuação efetiva do órgão indigenista passaram a ser demandadas localmente. Permite, portanto, delinear os contornos das iniciativas concebidas pelos seringalistas, principalmente para a "contenção" dos "índios selvagens", as quais, em vários contextos, contariam com o respaldo institucional, mas não financeiro, do poder público do departamento, e com o decisivo apoio da imprensa local.

[236] A respeito das formas como a crise na economia da borracha era então percebida pelos seringalistas do Departamento do Tarauacá e das propostas encaminhadas a diferentes órgãos do governo federal para a reativação do setor, ver o Capítulo II.

Em final de fevereiro de 1915, o jornal *O Município* divulgou que o tenente-coronel José Xavier Maia, proprietário do seringal Revisão, no alto rio Jordão, "comissionado" por outros seringalistas e comerciantes, iniciara viagem a Manaus, onde pretendia encontrar-se com o "*chefe da repartição de protecção aos selvicolas*", para solicitar "*providencias contra a practica de roubos e assassinatos commettidos pelos aborígenes* (...)"[237]. Essa iniciativa ocorria pouco após a morte de mais um freguês de José Maia, Manoel Cesário, pelos "Papavô", conforme noticiado no mesmo jornal, à edição de 20 dezembro do ano anterior.

Devido ao pânico então disseminado entre seus fregueses, à recusa de continuarem cortando seringa, às ameaças de abandonarem as colocações e, portanto, aos prejuízos causados ao término de mais uma safra de borracha, José Maia havia anunciado sua intenção de não mais retornar ao seringal Revisão caso não obtivesse "*garantia dos poderes públicos para trabalhar desassombrado*". Para comprovar suas alegações, por ocasião da visita à Inspetoria do SPILTN, Maia levava, dentre outros documentos, "*officios das autoridades da Comarca*", informava o jornal, ressaltando o respaldo do prefeito, coronel Antonio Nunes de Alencar, à iniciativa, que "*atendia aos interesses do combalido comércio da região*".

Os editores d'*O Município* sugeriam, por sua vez, que as "necessidades" do comércio do alto rio Tarauacá de "conter" os índios, "*proibindo-os da practica do roubo e do morticínio*", só poderiam ser atendidas por um "homem na altura" do capitão Joaquim Rodrigues da Silva, proprietário do Atenas, seringal do médio rio Tarauacá, que fazia 15 anos "*lutava* [lidava - MPI] *com os silvícolas*", "*conhecia-lhes as manhas*" e era por eles respeitado e estimado como "*papai grande*".

Em relatório do segundo semestre de 1913, Manoel Vasconcelos, delegado de Recenseamento e Estatística do Departamento de Tarauacá, destacara que Joaquim Rodrigues da Silva se estabelecera em 1905 no seringal Athenas, onde, no "centro", constatara a existência de "várias tribus selvagens". Dados os freqüentes "assaltos" a barracas e as mortes de seringueiros, em 1907, o "ousado sertanista" Ângelo Ferreira da Silva, "*devassando o território onde residiam os selvícolas, visitou algumas* malocas *e firmou paz com vários chefes (*tuchauas*)*", iniciativa que, associada aos "louváveis esforços" posteriores do proprietário de Athenas, havia resultado na "*chamada à nossa civilisação de*

[237] "Despedidas". *O Município*, Villa Seabra, Ano VI, 22/2/1915, pg. 3 (Seção "Carteira Local"). Segundo a notícia, os comerciantes pelos quais José Maia fora "comissionado" eram Manoel Martins da Silva, da Nascimento & Cia. (Seringal Paraíso); João Dias da Costa (seringal Seretema); Othílio de Oliveira, gerente da casa Restauração; e Raimundo Machado Freire.

alguns centenares de indígenas". No âmbito da divulgação dos dados preliminares do censo que a Prefeitura realizava em 1913, Vasconcelos citaria informações enviadas por Joaquim Rodrigues da Silva, "não incluídas nas listas do seringal Atenas", sobre os cerca de 200 índios das "tribus Catuquina, Jaminaua e Cachinaua e outros" que ali vivam, "*em harmonia com os civilizados, embora entregues às suas superstições e hábitos*". Esse montante havia sido confirmado, diz o delegado, por Antonio Bastos, "empregado do Ministério da Agricultura", que estivera em Vila Seabra "a serviço do seu cargo, Encarregado de Índios", e também informara sobre 61 índios moradores no seringal Nitheroy (pouco acima de Athenas) e outros 194 no rio Gregório[238].

Em início de maio de 1915, o retorno de José Maia à Vila Seabra seria objeto de nota publicada no mesmo jornal, na qual o proprietário do seringal Revisão informava "*nada ter arranjado em sua viagem relativamente a índios*", devido ao desalentador resultado das gestões realizadas junto à Diretoria do SPILTN, então ocupada, interinamente, pelo engenheiro José Bezerra Cavalcanti[239]. Em radiograma recebido, como resposta, do "Encarregado dos Índios" no Rio de Janeiro, Maia fora comunicado da total impossibilidade do órgão de arcar com 500$000, quantia que estipulara para o ressarcimento dos prejuízos causados pelos "aborígenes" em seu seringal. Obtivera do Diretor, contudo, promessa da imediata nomeação, pelo "encarregado" da Inspetoria em Manaus, João de Araújo Amora, de dois agentes "*para irem apasiguar os aborígenes nos logares onde elles estão depredando*".

As avaliações, tanto de José Maia como dos editores *d'O Município*, confluem ao criticar a ineficácia da proposta da Diretoria do SPILTN, bem como a improbabilidade dela vir a ser efetivada. Em nova nota[240], que resultou de carta enviada por Maia à editoria do jornal, na qual tornava a esclarecer que "*nada arranjara em Manaus com o telegrama passado ao Rio de Janeiro*", o proprietário do seringal Revisão criticaria as intenções e a atuação dos "encarregados" do órgão, que, a seu ver, "*só teem dinheiro para política e outros desperdícios*".

---

[238] Com base nos dados já sistematizados do censo, Vasconcelos estimava um total de 519 "*índios semi-civilizados, pertencentes a tribus differentes*" em diferentes pontos do Departamento (Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Prefeitura de Tarauacá, 1914. In: *O Estado*, Villa Seabra, Ano I, Nº 19, 11/7/1914, pg. 2). Ao considerar os dados, ainda parciais, do mesmo levantamento, os 261 indígenas que viviam nos seringais Athenas e Nitheroy representavam 6,5% da população já recenseada no rio Tarauacá, um total de 4.014 pessoas. O total dos índios "semi-civilizados" ao qual faz alusão o delegado do Recenseamento constituía então 5,6% do total da população já contabilizada nos seringais dos rios Tarauacá, Envira e Murú.

[239] "Regresso". *O Município,* . Ano VI, Nº 218, 9/5/1915, pg. 3 (Seção "Carteira Local").

[240] "Catechese de índios". *O Município*. Ano VI, Nº 220, 23/5/1915, pg. 3 (Seção "Carteira Local")

Na matéria anterior, de início de maio, de forma irônica, os editores do jornal desdenhariam a proposta da Diretoria do SPILTN, personificada na figura do então Tenente-Coronel Cândido Mariano Rondon:

> "*Esta só de cabo de esquadra! Os índios estão em estado selvático, internados nas mattas do Ucayale, Breu, alto Embira, etc., fazem o ataque a horas mortas da noite ou emboscam-se, esperando o incauto seringueiro para flexal-o. Como é que um agente vae penetrar na matta para amansal-os, sem levar coisa alguma para agradal-os? Esse nosso paiz cahe em cada patetice, movida pela incompetência de muitos dirigentes da actualidade, que provoca o riso...*"[241].

E concluiriam sugerindo a José Maia que cogitasse abandonar em definitivo o seu seringal no alto rio Jordão, "*si não quizer ser moquiado, para servir de pasto a essas hordas de selvagens*".

Após o seu retorno a Vila Seabra, José Xavier Maia, decidido a permanecer em Revisão, tornaria a buscar apoio da Prefeitura de Tarauacá. Travou entendimento com o 1° Substituto do Prefeito, então em exercício, Coronel José Vicente Assumpção, quem, segundo Maia, demonstrara "boa vontade" para encontrar uma solução viável para os problemas enfrentados pelos seringalistas no Alto Tarauacá. Em comunicação radiográfica mantida por Assumpção com o Prefeito do Alto Juruá, Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros, este último colocar-se-ia à disposição para auxiliar "*no que fosse possível, de acordo com os recursos da Prefeitura*". Segundo a proposta de José Xavier Maia, além dos 6$000 com os quais entrariam os seringalistas, cada Prefeitura deveria arcar com 3$000, como auxílio "*para fazermos o serviço por nossa conta*". Como a decisão final tardaria a chegar de Cruzeiro do Sul, e Maia tinha urgência por retornar ao seu seringal, acabaria por acertar com o prefeito substituto a contratação de Francisco Carneiro Sobrinho, que, em seguida, "auxiliado pela Prefeitura", seguiria ao alto rio, "*com índios mansos (...), para fazermos o que for possível*"[242].

---

[241] Cabe ressaltar que, pouco antes, os mesmos editores haviam sugerido ao Prefeito de Tarauacá a mobilização dos serviços do Capitão Joaquim Rodrigues da Silva, dono do seringal Atenas. A justificar essa aparente contradição, parece estar subjacente uma visão que punha em contraste, por um lado, uma "iniciativa particular" bem sucedida, comprovada pelos quase quinze anos de "lida" do capitão com os índios em seu seringal, somados à possibilidade de mobilizar "índios mansos" para acompanhá-lo, e, por outro, a chegada de apenas dois agentes, neófitos à região e possivelmente desprovidos de apoio logístico da Inspetoria e dos recursos materiais vistos como necessários a uma empreitada desse tipo ("presentes", "para agradar aos índios", por exemplo), conforme ficara patente pela falta de continuidade e de resultados concretas das ações propostas e iniciadas pelo SPLITN no Departamento de Tarauacá.

[242] Não há no material consultado qualquer indicação de que a ida de Francisco Carneiro Sobrinho ao Alto Tarauacá tenha se concretizado. Cabe recordar que, em meados do ano anterior, Sobrinho fora "reintegrado" ao SPILTN, como resultado de pedido feito pelo Prefeito ao próprio Rondon, visando uma retomada das atividades na Colônia Rivadavia, nos arredores de Vila Seabra, e o "aldeamento" de um grupo de famílias Madijá (Kulina). Sua contratação pelos seringalistas e o auxílio a ser dado pela Prefeitura, bem como a ausência de qualquer referência ao seu nome nos entendimentos que pouco depois seriam es-

A continuidade dos roubos, mortes e queima de barracas, feitos pelos Papavô nos seringais do Alto Tarauacá, pouco após o início da safra de 1915, motivaria nova iniciativa de José Maia na tentativa de levar esses fatos ao conhecimento das autoridades federais, solicitando-lhes que medidas urgentes e definitivas fossem efetivadas. Em julho desse ano, outro jornal oficial da Prefeitura, *O Departamento*, transcreveria o seguinte radiograma enviado por José Maia ao Presidente da República, Wenceslau Braz Pereira Gomes, autorizado por seus "colegas" seringalistas e em nome do comércio de Tarauacá:

> "*Estação Radiographica do Tarauacá, 18 de Junho de 1915. Presidente Republica - Rio. Indios Tarauacá incendiando barracas matando seringueiros espalham terror. Trabalhadores fogem apavorados. Prejuízos completos. Fabrico borracha paralisado. Prefeito Departamento melhor vontade impedido, porem, agir exiguidade de verba. Verdadeira calamidade. Pedimos benemérita urgente intervenção Vossa Exc. poder regressar nossas propriedades. Aguardando respeitável resposta sede Prefeitura. Pelos comerciantes e proprietários Tarauacá. José Xavier Maia*"[243].

Respaldadas pelo Prefeito de Tarauacá, as demandas dos proprietários do Alto Tarauacá acabariam por ecoar positivamente junto ao MAIC e à Diretoria do SPILTN. Em radiograma recebido a 20 de setembro de 1916, o então "ajudante adido" da Inspetoria do SPILTN, Dagoberto de Castro e Silva, comunicava ao novo Prefeito, José Thomaz da Cunha Vasconcellos que, cinco dias antes, o Inspetor Bento Martins Pereira de Lemos saíra de Manaus, a bordo do vapor Andirá, com destino a Vila Seabra, "*afim estabelecer serviço pacificação índios desse Departamento em hostilidades seringueiros*"[244].

Bento de Lemos exercia então interinamente o cargo de Inspetor do SPILTN no Estado do Amazonas e Território do Acre[245]. Num contexto de grave restrição orçamen-

---

tabelecidos entre o SPLITN e o poder público departamental são indicações, todavia, de que, à época, Sobrinho possivelmente não mais integrava o quadro do órgão, no qual permanecera por exíguo período.

[243] "Os índios no Alto Tarauacá". *O Departamento. Orgam da Prefeitura*. Villa Seabra, Ano II, nº 24, 11/7/1915, p. 3-4.

[244] *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 25, 1/10/1916, pg. 1. Em relatório redigido após o seu retorno, o Inspetor afirma ter saído de Manaus a 18 de setembro, atendendo "ordens" do Diretor do SPILTN (Lemos, 1917. SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 103, Doc. 01, Fot. 1357).

[245] Bento de Lemos trabalhara como ajudante da Inspetoria do Amazonas, e depois do Amazonas e do Acre, de julho de 1911 a janeiro de 1914, sob a chefia de Alípio Bandeira e de seu sucessor, João de Araújo Amora. Admitido como auxiliar na mesma Inspetoria, trabalharia de fevereiro a dezembro de 1914. Retornaria ao SPILTN em janeiro de 1916 para assumir o cargo de encarregado do posto indígena no rio Jauapery, do qual seria exonerado em abril desse mesmo ano. Tendo assumido como interino em março de 1916, seria efetivado como inspetor no Amazonas e Território do Acre em dezembro de 1917, tendo tomado posse no mês seguinte. Ocuparia o cargo até 1931, com uma breve interrupção no ano de 1923, quando seria destacado para inspecionar o Centro Agrícola de Ivaí, no Paraná, e o ajudante Arthur Bandeira assumiria interinamente a Inspetoria (Brasil. MAIC. Directoria Geral de Estatística, 1920: 272-3; Freire, 2007: 19). Sobre a trajetória profissional anterior de Bento de Lemos e sua atuação indigenista à frente da Inspetoria no Amazonas e Território do Acre, consultar Freire, 2007, e Melo, 2007: 135-206. O

tária no SPILTN, Lemos (1917), em seu relatório referente às atividades de 1916, informaria à diretoria do órgão ter dado continuidade às atividades nos postos indígenas Jauapery e Abacaxys e, conforme instruções do próprio Diretor, realizado "viagens" ao Território do Rio Branco, ao aldeamento do Quirimiry, ao rio Jaú (Município de Mouras) para tomar providências sobre a entrada de um grupo de caucheiros venezuelanos, e, por fim, à Vila Seabra, no Departamento de Tarauacá. O ajudante-adido Dagoberto de Castro Silva, por sua vez, encabeçara expedição ao rio Madeira, onde, sem sucesso, tentara dar início à "pacificação" dos índios que viviam nas cabeceiras do rio Pixunas (sic).

A 22 de outubro de 1916, dez dias antes da chegada do Inspetor Bento de Lemos à Vila Seabra, o *Jornal Official* noticiou "*mais um grande atentado cometido pelos selvajens contra os nossos infelizes seringueiros*", ocorrido a 16 de setembro na colocação Samaúma, do seringal Seretama, no alto Tarauacá, então sob administração do comerciante João Dias da Costa. Segundo a matéria, Fernando Corrêa de Souza, de 13 anos de idade, que ali vivia com o tio, o alagoano Israel Corrêa de Souza, ao retornar do corte de sua estrada, fora tocaiado, morto por um tiro de rifle e tivera seu corpo mutilado a golpes de faca. Encontrado na mesma noite pelo tio, fora sepultado com a ajuda de vizinhos. Quatro dias depois, Israel faleceria, "de desgosto", tendo sido enterrado no mesmo local. O artigo expressa surpresa e revolta ao destacar que o "canibalismo dos índios não parara por aí": "*Alguns dias passados, voltaram eles e, profanando a terra da sepultura de Fernando, tiraram para fora o seu corpo putrefacto, abriram-lhe o ventre, destacaram-lhe entre as vísceras o fígado e o levaram consigo, deixando insepultos os restos do cadáver*"[246].

Em razão dos seguidos apelos feitos pelos moradores do alto Tarauacá ao prefeito, os editores do jornal, dizendo-se sabedores da existência de um órgão federal destinado ao "*serviço de protecção e catequeze dos nossos selvícolas*", concluiriam a matéria acima dirigindo aqueles clamores ao "Inspector de Índios, Sr. Dr. Bento Lemos", que aportaria em breve na cidade. Segundo o jornal, a visita do Inspetor resultava do atendimento pelo SPILTN dos pedidos de providências, "*contra os repetidos ataques dos índios no alto rio*", encaminhados ao governo federal pelos seringalistas, em várias ocasiões, por intermédio da Prefeitura.

---

conjunto de relatórios escrito por Bento de Lemos como inspetor em Manaus, hoje depositado no SARQ/MI, está citado na bibliografia e será comentado a seguir e, pontualmente, no próximo capítulo, nas questões relativas à atuação do órgão no Território do Acre.

[246] "Índios sacrílegos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 28, 22/10/1916, pg. 3.

Mesmo levando em consideração os consideráveis lapsos de tempo que, usualmente, decorriam entre a ocorrência de certos acontecimentos nas cabeceiras dos rios e a sua divulgação, por meio dos jornais, junto a uma parcela específica da população urbana de Vila Seabra, é possível pensar que a publicação dessa matéria nesse momento tivesse por objetivo "preparar" um palco adequado à chegada do Inspetor Bento de Lemos. Cristalizava-se, dessa maneira, um histórico, e ao mesmo tempo a atualidade, dos conflitos no Alto Tarauacá, reforçando visões sobre a "selvageria" dos ataques feitos por índios "canibais", da situação de desespero dos seringalistas e moradores daquela região, da preocupação e do empenho já demonstrados pela Prefeitura e, ainda, da necessidade de ações urgentes da parte do governo federal, especificamente do órgão indigenista, para uma definitiva solução daquele "problema público".

A 5 de novembro de 1916, o *Jornal Official* noticiou a chegada a Vila Seabra, dois dias antes, de Bento de Lemos, "*commisionado pelo Ministério da Agricultura, para examinar aqui os serviços a pôr em execução para a catechese e protecção dos índios*"[247]. Procurado pela equipe do jornal, com a qual manteve "palestra amistosa", o "afável e maneiroso" inspetor teria comunicado sua intenção de enviar radiograma ao MAIC para expor a situação "*dos nossos seringueiros diante dos índios do Alto Tarauacá*" e solicitar "*elementos urgentes para a imediata creação de um Posto, na Foz do Jordão, ou onde mais próprio*". Na edição da semana seguinte, os objetivos da chegada de Bento de Lemos à Vila Seabra tornariam a ser destacados pelos editores do jornal: "*ver a situação dos nossos selvicolas e examinar a maneira eficaz de conte-los, nas suas hostilidades contra os civilizados, catequiza-los e aldeia-los, chamando-os definitivamente às vantajens da vida civilizada*"[248]. A principal estratégia vislumbrada pelo inspetor para lograr esses objetivos, segundo o jornal, constituía a criação de um "posto de catequese".

Os entendimentos buscados por Bento de Lemos junto ao Prefeito Cunha Vasconcellos tiveram por objetivo obter apoio financeiro da administração departamental à implantação de um "posto permanente", destinado, não à "catequese", conforme noticiado

---

[247] "Dr. Bento de Lemos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 30, 5/11/1916, pg. 4.

[248] "Dr. Bento Lemos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 31, 12/11/1916, p. 4. O artigo retrata o inspetor como um "*apaixonado pelo serviço que lhe foi confiado e com esforço nobre, jenerozo e patriótico, dedica-se à civilização do jentio, com esse grande amor e caridade que fizeram o renome e a glória dos antigos sacerdotes católicos e desse hoje não menos gloriozo e heróico, coronel Candido Rondon*".

na imprensa, mas à "pacificação" e à "proteção" dos índios no Alto Tarauacá[249]. A restrição dos recursos destinados pelo governo central à Prefeitura e a queda na arrecadação com a crise na borracha, conforme alegaria Vasconcellos, associados à ausência de qualquer verba específica na Inspetoria para esse fim, dada a crise orçamentária então enfrentada pelo SPILTN, impossibilitariam a imediata implementação das principais propostas de Bento de Lemos: a ida ao local dos conflitos e a instalação de um posto para a "pacificação" e "proteção" dos indígenas.

A mesma edição do *Jornal Official*, de 12 de novembro, na seção destinada à publicação dos atos administrativos da Prefeitura, dava ciência de radiograma enviado, cinco dias antes, ao ajudante da Inspetoria Dagoberto Silva, comunicando, ao mesmo tempo, a chegada de Bento de Lemos a Vila Seabra e o seu pronto retorno a Manaus[250]. O eminente regresso do inspetor, dada a ausência de recursos para a implantação do "posto de pacificação", bem como a necessidade de encontrar meios para viabilizar essa relevante medida, foram objeto de dois radiogramas enviados aos Ministros da Agricultura e da Justiça e Negócios Interiores pelo Prefeito de Tarauacá, no dia seguinte, também transcritos pelo jornal na seção destinada aos atos oficiais. Eis o texto do primeiro dos radiogramas:

> "*Tarauacá 8 - Ministro Agricultura - Rio - Acha-se aqui Dr. Bento Lemos Inspector índios commissão esse ministério que regressará falta recursos para installar posto permanente calculado vinte contos installação custeio primeiro anno, única solução evitar continuação hostilidades indios. Urge entretanto seja adoptado alvitre lembrando virtude reiterados ataques índios ameaça morte seringueiros*

[249] À diferença das "expedições" priorizadas nos primeiros anos de atuação da Inspetoria, para a divulgação da existência do Serviço, o conhecimento da situação em que viviam os índios, o reconhecimento geográfico das regiões onde a ação localizada era prioritária, o estabelecimento de relações com os chefes das malocas e a nomeação de potenciais aliados como representantes locais do órgão indigenista, Bento de Lemos, em seguidos relatórios enviados à Diretoria durante sua longa trajetória como Inspetor, defenderia, em consonância com as diretrizes mais gerais do SPLITN, a instalação de diferentes tipos de postos (inclusive no Território do Acre) e demandaria recursos financeiros necessários à sua criação e manutenção. Esta estratégia, segundo o Inspetor, tinha dentre seus principais objetivos "*localizar os índios dispersos*" e tornar "*mais permanente e eficaz*" as ações destinadas à sua "proteção" (Lemos, 1920: 5). Em anos posteriores, defenderia, via de regra, essa mesma política, por exemplo, ao destacar o posto indígena como "*o elemento mais positivo para a vigilância e proteção dos nossos aborígenes, é claro que, sem elle, muitas zonas continuarão a soffrer a ação de aventureiros que costumam escravizar os índios no trabalho, sem remuneração, ou despoja-los cruelmente de suas terras*" (1925: 19); e "*o melhor - senão o único - meio de se chegar ao fim desejado, de pacificação, localização e proteção completa dos índios disseminados pelos nossos sertões*" (1928: 1).

[250] "Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Radiogramas expedidos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 31, 12/11/1916, p. 1. Apesar do fluxo de radiogramas, enviados e recebidos para/de diferentes pontos do país, que constituíam o meio mais confiável para uma rápida comunicação entre órgãos do governo federal, o ajudante Dagoberto Silva, a 3 de dezembro, portanto, já próximo à data de partida de Bento de Lemos para Manaus, enviaria radiograma à Prefeitura solicitando informações se o Inspetor já chegara à Vila Seabra. Este radiograma, que aparentemente ficou sem resposta, foi publicado na seção "Radiogramas recebidos", do mesmo *Jornal Official* (Ano I, Nº 35, 10/12/1916, p. 1).

conseqüente decréscimo renda, providencia esta que submetto esclarecido espírito v. exc. - Saudações - Cunha Vasconcellos, Prefeito Tarauacá"[251].

Tendo em vista o retorno de Bento de Lemos a Manaus, e seu anúncio de que buscaria os meios necessários ao início das ações do SPILTN no departamento, os editores do *Jornal Official* concluíam a matéria primeiro referida, com desejos de uma boa viagem e de um pronto regresso, que viabilizasse a definitiva "*solução desse melindrozo problema de máximo interesse social nosso*"[252].

Dois outros documentos, de distinto teor, redigidos por Bento de Lemos, tornariam a justificar o fracasso de parte de seu projeto inicial. Permitem, ainda, vislumbrar suas impressões sobre as razões dos conflitos entre índios e "civilizados" no Alto Tarauacá e sobre as dificuldades que o órgão indigenista enfrentaria para executar ações destinadas a equacioná-los. À diferença das referidas matérias de jornais, ambos escritos do Inspetor assumem outra perspectiva discursiva, focada nas violências cometidas pelos "civilizados", nas iniciativas dos índios para fazer frente à inexorável ocupação dos territórios antes ocupados e na necessidade de uma urgente atuação oficial para a sua "proteção".

Junto com o relatório encaminhado à Diretoria do SPILTN, referente às atividades da Inspetoria em 1916 (Lemos 1917), esses dois documentos e as ações efetivadas pelo Inspetor durante sua estadia em Vila Seabra permitem pontuar as medidas previstas pelo Inspetor, inicialmente para o alto rio Tarauacá e depois para o Departamento de Tarauacá. A descrição e a análise desse conjunto de discursos e ações possibilitam pôr em evidência o projeto indigenista vislumbrado pelo Inspetor para essa região. Ainda que pouco concretizado nos anos seguintes, esse projeto, direcionado tanto aos índios como aos "civilizados", estava em consonância com as diretrizes mais gerais do órgão indigenista e com as principais linhas de atuação priorizadas por Bento de Lemos em sua gestão. No plano local, ganharia forma ao se opor às propostas defendidas e às iniciativas postas em prática pelos seringalistas, e sofreria alterações em relação aos planos iniciais de

---

[251] "Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Radiogramas expedidos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 31, 12/11/1916, p. 1. Semelhante, o teor do radiograma enviado ao Ministério da Justiça, órgão ao qual a Prefeitura encaminhava seus relatórios anuais, é o seguinte: "*Tarauacá 8. - Ministro Justiça - Rio - Acha-se aqui Dr. Bento Lemos Inspector Indios commissionado Ministério Agricultura, que lembra conveniência urgente installação posto permanente pacificação índios calculando despezas primeiro anno installação custeio 20 contos. Falta absoluta recursos regressará aguardando novas providencias governo. Urge entretanto seja sem demora adoptado alvitre lembrando virtude freqüentes ataques índios, ameaça morte seringueiros, decrescimo renda, providencia esta que submetto esclarecido espírito v. exc. - Saudações - Cunha Vasconcellos, Prefeito Tarauacá*" (ibid).

[252] "Dr. Bento Lemos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 31, 12/11/1916, p. 4.

Bento de Lemos, em virtude das restrições orçamentárias, enfrentadas tanto pela Inspetoria e o SPILTN como pela Prefeitura, e das possibilidades vislumbradas pelo inspetor para institucionalizar o órgão no departamento.

Em seu relatório à Diretoria do SPLINTN, Lemos informa ter chegado a Manaus a 18 de dezembro, de retorno de Vila Seabra, "*sem ter logrado obter auxilio algum do respectivo Prefeito para a minha ida até o local das hostilidades, que foram levadas ao conhecimento do Sr. Ministro pelo dito Prefeito* (...)". Ressalta, ainda, que as hostilidades prosseguiam em vários pontos do alto rio Tarauacá, devido às "pretensões" dos índios de "*expulsar os seringueiros das terras por estes occupadas e onde aquelles estavam primitivamente localisados*". Informa, por fim, dos "perigos" a que os índios continuavam sujeitos, pois era opinião corrente no Departamento, inclusive entre as autoridades, que "*o índio não tem direito a terra alguma, devido ao seu estado nômade* (...)" (Lemos, 1917. SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 103, Doc. 01, Fot. 1357)[253].

O segundo documento é uma carta enviada ao editor do jornal *O Tempo*, de Manaus, datada de 7 de janeiro de 1917, na qual o inspetor tece "alguns reparos" a um artigo, publicado no dia anterior[254], sobre um recente ataque dos índios "Caxinauás" ao lugar Santa Rosa, no alto rio Purus (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 09). A título de introdução, Lemos discorreria sobre a situação de penúria e violência vivida pelos "silvícolas" inseridos nos seringais, "*absolutamente deslocados de suas malocas, devido às batidas e perseguições de toda sorte que os mesmos teem soffrido por parte dos seringueiros*". Identificando as "correrias" como causa principal dessa situação, esclarece que os ataques dos índios ocorriam sempre em "justa represália" às recorrentes hostilidades dos "civilizados", em "todo o Alto Tarauacá e seus afluentes". Segundo

[253] Para uma análise das ações adotadas por Bento de Lemos em relação ao reconhecimento e legalização de terras destinadas aos índios durante o período em que chefiou a Inspetoria, consultar Freire, 2007. À diferença das iniciativas dos ajudantes durante as primeiras expedições, em 1912, quando procuraram a cessão de terras pertencentes a seringalistas ou a identificação de terras devolutas, com vistas à instalação de "povoações indígenas", nenhuma iniciativa seria tomada por Bento de Lemos para reservar terras para os índios no Território do Acre. Dentre os fatores que podem contribuir para explicar essa ausência devem ser citados o fracasso da política de implantação de "postos de pacificação", o diálogo pouco frutífero da Inspetoria com as prefeituras, a inexistente atuação local de funcionários do SPILTN e a própria atuação dos delegados antes nomeados, alguns dos principais seringalistas do Vale do Juruá, que passaram a gerir a mão de obra e as relações comerciais com os indígenas que viviam em suas propriedades, e que, na gestão de Bento de Lemos, deixaram de constituir seus interlocutores privilegiados. Por outro lado, segundo as reclamações anteriores de vários Prefeitos, as terras devolutas inexistiam no Acre, pois elas haviam sido apropriadas por particulares na forma de seringais, situação que, devido à inexistência de um marco legal que contemplasse a especificidade do Território Federal, constituía obstáculo, desde a primeira metade da década anterior, para que próprios governos departamentais regulassem mercados locais de terras e desenvolvessem suas próprias políticas fundiárias, com a criação de vilas e colônias e com o incentivo às práticas agrícolas.

[254] Conforme explicita a carta de Bento de Lemos, tratava-se da reprodução, na íntegra, de materiaa originalmente publicado n'*O Alto Purús*, jornal de Sena Madureira, sede do Departamento do Alto Purus.

Lemos, em virtude da disparidade dos "elementos de ataque" dos "civilizados" em relação ao "índio", resultava que este, por não ter mais "aldeamentos", "*arrasados e queimados por exploradores de seringais e cauchaes*", sem qualquer alternativa para fixar-se em terras próprias, estava fadado a viver "*miseravelmente espalhado, em pequenos grupos, sem roça, sem abrigo, sujeito a todos os tipos de privações*", sob constantes ameaças de expulsão, "*quando outro mal maior não lhe fazem*", patrocinadas pelos proprietários dos seringais ou por "posseiros" que alegavam ser donos dessas terras.

Como única solução para o "problema da proteção ao índio", pelo menos no Amazonas e no Território do Acre, o inspetor tornaria a defender a instalação de "postos indígenas", "*de accordo com os methodos estabelecidos por este Serviço*"[255]. Em resposta às informações apresentadas pelo autor do artigo publicado em *O Tempo*, que orçara as despesas para a implantação de um "núcleo indígena" em 24$000, aí incluído o salário do encarregado do posto, no primeiro ano, e de 10$000, nos anos subsequentes, Lemos assim detalharia a proposta feita à Prefeitura de Tarauacá, para a implantação do posto no Alto Tarauacá e para sua futura manutenção: "*quarenta contos de reis, pagos em duas prestações iguaes, uma no primeiro anno e a outra no anno seguinte, sob garantia de ficar o posto ou nucleo indigena livre de quaesquer onus, mantendo-se exclusivamente do seu proprio rendimento, do terceiro anno em diante*".

Lemos esclarece, novamente, que devido à exiguidade das verbas destinadas ao Departamento de Tarauacá, conforme declarado pelo Prefeito, não lograra fundar o posto indígena, razão pelo qual continuavam as hostilidades no alto rio Tarauacá e em seus afluentes, via de regra "com maior prejuízo" para os índios. Lamenta confessar, todavia, que "*maiores são as despezas que costumam fazer alli, como em toda a parte, para a matança dos índios*", quando comparadas àquelas necessárias à instalação do posto. E informa que pretendia, em breve, com o mesmo objetivo, estabelecer entendimentos com as demais prefeituras do Território do Acre, começando pela do Alto Purus.

Antes de solicitar a divulgação da íntegra de sua carta nas páginas d'*O Tempo*, Bento de Lemos concluiria desqualificando, de forma enfática, a afirmação de que esta-

[255] Lemos ressalta que o SPLITN tinha apenas dois postos em operação à época nessa vasta região, face à absoluta falta de recursos do órgão: o orçamento da Inspetoria que chefiava para o ano de 1916, especificaria, fôra de escassos 25$000, quantia que não incluía o seu próprio ordenado, advindo de outra verba. Para ilustrar a disparidade dessa verba orçamentária em relação aos "esforços protecionistas" de outros países para a assistência aos "nativos", detalharia, com base em "documento oficial", dados sobre os dispêndios feitos pelos governos dos Estados Unidos e da Austrália, a quantidade de índios ali existentes, bem como, no caso da "República do Norte", o quadro de 2.300 empregados que integravam o Bureau of Indian Affairs e as mais de 253 escolas públicas mantidas para os índios. Parte dessas informações, principalmente aquelas relativas aos Estados Unidos, constava da exposição de motivos do Decreto 8.072, de 20/6/1910, que criara o SPILTN.

va "paralisado", conforme alegado pelo autor do artigo que motivara seus reparos, sem tomar qualquer providência para evitar a continuidade das violências contra os índios, das mortes dos seringueiros e dos prejuízos acumulados pelos comerciantes do Alto Tarauacá: "*Não, o Inspetor não está inerte. Está agindo na medida das suas forças, sempre vigilante e muito alerta, principalmente com relação aos malfeitores e assassinos de indios e espoliadores das terras destes*".

Delegados honorários em Vila Seabra

Conforme já referido, poucos dias após a chegada de Bento de Lemos a Vila Seabra, matérias publicadas no jornal, e os radiogramas oficiais nele divulgados, já anunciavam seu eminente regresso a Manaus, dada a impossibilidade da imediata implementação da proposta feita à Prefeitura. Durante sua estadia em Seabra, contudo, o Inspetor tomaria duas principais medidas visando a instalação e o inicial funcionamento do órgão indigenista no Departamento de Tarauacá, tornadas públicas na edição de 26 de novembro do *Jornal Official*: à primeira página do jornal, faria divulgar a íntegra das "Instruções para os Delegados do SPILTN no Estado do Amazonas e Território do Acre", documento de 16 de julho de 1916, de sua autoria[256]; e nomearia dois "delegados honorários" para o Serviço.

Compostas por vinte artigos, as Instruções estabeleciam os procedimentos que, "para a boa execução" do Serviço, deveriam ser "estritamente observados" pelos "ditos funcionários" (os delegados honorários), em suas respectivas regiões de atuação, para, em suma, proteger "(...) *a todo transe, o indígena, não permitindo que os desrespeitassem ou lhes fizessem represálias, ainda quando por eles atacados*". De forma mais geral, "cumpria" aos delegados velar pelos direitos que a legislação concedia aos índios e assegurar a "efetividade da posse dos territórios" por eles ocupados e do conjunto de bens que neles houvesse, colocando em prática todos os meios para impedir sua invasão pelos "civilizados".

Boa parte das Instruções almejava a regulação das relações de trabalho entre índios e "civilizados". Nesse sentido, deviam os delegados garantir que os índios não fossem coagidos a prestar serviços a particulares. Caso fosse da "livre vontade" dos índios se engajar neste tipo de empreitada, os contratos não deveriam exceder um prazo inicial

[256] "Inspectoria de Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes no Estado do Amazonas e Território do Acre". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 33, 26/11/1916, p. 1. Três anos depois, as Instruções seriam publicadas em edição institucional da Diretoria do SPI (Lemos, 1919).

de seis meses, que poderia ser renovado, caso fosse, novamente, "desejo explícito" dos primeiros. Os contratos a serem assinados deveriam claramente prever uma série de obrigações da parte dos "civilizados": o fornecimento aos índios, além dos salários, de vestuário, alimentação, tratamento e medicamentos (em caso de doenças), a cobrança de dívidas sem qualquer tipo de coação (implicando esta última a perda total da obrigação de pagamento) e o não fornecimento, ou venda, de bebidas alcóolicas.

Vários artigos das Instruções procuram reforçam a exclusividade da tutela dos índios pelo SPILTN. Esse exercício não poderia ser delegado a terceiros, cabendo, idealmente, ao inspetor. Contudo, as próprias Instruções contemplam atribuições tutelares aos "delegados", na condição de representantes do Serviço, devidamente nomeados pelo inspetor[257]. Assim, cabia ao delegado estar presente, e exercer "a máxima fiscalização", quando do pagamento dos salários, o que podia ocorrer em dinheiro vivo ou em "mercadorias úteis, segundo a vontade do índio". Deveria zelar para que os índios não vivessem espalhados em casas de particulares, a não ser quando contratados para serviços temporários - neste caso, apenas por pessoas de "reconhecida moralidade e probidade". Não deveria permitir, tampouco, que qualquer "civilizado" tivesse em sua companhia índios menores, órfãos ou não, "sem prévio consentimento da Inspetoria ou de quem representá-la". Cabia-lhe, ainda, fiscalizar que os índios não fossem objeto de qualquer tipo de violência ou desrespeito, e não permitir, de forma alguma, que mulheres e crianças fossem retiradas das malocas.

Um conjunto final de artigos das Instruções estabelecia as formas desejadas de relacionamento dos "delegados" com os índios, bem como com os demais "civilizados", as autoridades locais e a própria Inspetoria. Cabia aos delegados entender-se apenas por escrito com todos aqueles que mantivessem transações com os índios, nunca "atendendo a recados", e ensejar todos os meios ao seu alcance para que crimes cometidos contra os

---

[257] A possibilidade de delegação da tutela estava prevista tanto na Lei que criou o SPILTN em 1910, em seu no §9º do Artigo 2º (Da proteção aos índios), dentre os objetivos da "assistência" a ser prestada aos indígenas: "*concorrer para que os inspectores se constituam procuradores dos indios, requerendo ou designando procuradores para represental-os perante as justiças do paiz e as auctoridades locais*" (Brasil. MAIC, 1910 (Vol. II): 47). O Projeto de Lei elaborado por Alípio Bandeira e Manoel Miranda, em 1911, e apresentado ao Congresso Nacional, visando regularizar a situação jurídica dos índios, previa, dentre outros itens, sua emancipação da tutela orfanológica então vigente e a exclusividade de sua tutela pelo órgão indigenista. Contudo, estabelecia o Projeto, em seu artigo 6º: "*Os Inspetores do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes são os procuradores natos dos índios, aos quaes servirão de tutores e curadores, requerendo ou nomeando procurador para requerer em nome dos índios perante as justiças e as auctoridades e praticando todos os actos permitidos em direito. § 1º- Cada ajudante ou auxiliar do SPILTN receberá uma portaria do inspector dando-lhe auctorização para o substituir, em caso de necessidade, nas funções de que trata este artigo. §2º- Em casos especiaes póde o inspector, mediante procuração, delegar poderes a qualquer pessoa para o substituir nas sobreditas funcções*" (Brasil. MAIC. 1914. Vol. II: 157).

indígenas e suas propriedades fossem punidos, iniciativas estas que deveriam ser imediatamente comunicadas à Inspetoria. Era sua atribuição buscar meios para a "localização" dos índios "em estado nômade" em terras devolutas e aptas às atividades agrícolas. Em suas relações com os índios, com a intenção de zelar por sua "segurança e tranqüilidade", nunca deveriam os delegados empregar meios coercitivos, mas, sim, "conselhos pacientes" para demonstrar práticas e valores julgados convenientes ao seu "bem-estar e civilização". De forma sistemática, relatórios de todas as ocorrências havidas em sua área de atuação deveriam ser remetidos à Inspetoria, contendo informações "*acerca do desenvolvimento que vai tendo cada tribo e da adaptação de cada uma à civilização ocidental, no que concerne aos nossos hábitos e costumes*". Com a finalidade de também informar a Inspetoria, era atribuição dos delegados "*estudar o modo de vida dos índios, suas lendas e tradições, organizar, tendo o máximo cuidado na grafia da pronúncia, um glossário das palavras correntes e a estatística dos mesmos*".

A reprodução das Instruções no *Jornal Official* da Prefeitura, junto com as nomeações de dois "delegados honorários", teve por objetivo tornar públicos a existência do órgão indigenista federal, sua implantação no Departamento de Tarauacá, os princípios legais e éticos que fundamentavam sua atuação e os métodos que norteariam as ações dos seus representantes locais. Além das orientações nelas imbuídas para a atuação dos delegados, essa divulgação teve, portanto, como alvo primordial um público externo ao Serviço, constituído tanto pelos seringalistas, a quem Bento de Lemos atribuía papel focal na expropriação territorial e nas violências das quais os índios eram objeto fazia anos, como pelas autoridades departamentais, sistematicamente omissas, na opinião do Inspetor, na efetivação de iniciativas que, ancoradas na legislação, pudessem garantir a "proteção" dos indígenas.

A legitimação local dos delegados também pretendia estabelecer um monopólio estatal da tutela sobre os indígenas, tendo como áreas prioritárias de atuação a fiscalização das relações de trabalho com os seringalistas e a mediação dos "direitos" (territoriais, trabalhistas e à proteção de formas coletivas de existência) junto às autoridades do judiciário. Esse monopólio visava, ainda, fazer frente a uma prática comum na região, condenada por Bento de Lemos durante sua gestão à frente da Inspetoria: a concessão aos seringalistas da tutela e da guarda de crianças e jovens indígenas, muitas vezes retiradas das malocas após a realização de "correrias".

Fazendo lembrar as iniciativas defendidas pelo primeiro Prefeito do Alto Juruá, Thaumaturgo de Azevedo, de "levar luz às consciências ignaras", destinadas à conscien-

tização dos seringalistas, o projeto indigenista esboçado nas Instruções também almejava uma ação moralizadora e pedagógica dirigida aos ditos "civilizados", pela condenação das violências, a regulamentação das relações de trabalho nos seringais e a cobrança de um engajamento mais efetivo dos poderes públicos no cumprimento de suas atribuições legais e administrativas de defesa dos indígenas.

No que diz respeito à desejada atuação dos delegados, as Instruções marcam uma diferença significativa da gestão de Bento de Lemos em relação às ações privilegiadas por seu antecessor, o Inspetor João de Araújo Amora. Com base nas iniciativas dos ajudantes do SPILTN, durante as expedições no biênio 1911-1912, alguns dos principais seringalistas do Alto Juruá haviam sido nomeados como representantes locais da Inspetoria, tendo lhes sido delegadas atribuições de tutela e de proteção dos índios que viviam em suas propriedades e nas cercanias. Aos olhos de Lemos, contudo, a defesa dos interesses e direitos dos indígenas havia sido dificultada pela prioridade dada pelos delegados aos seus interesses particulares, que, em muitos casos, incluíam a exploração da mão de obra indígena. Pela mobilização de relações pessoais e de sua influência política, os delegados contavam com a aprovação e a complacência dos agentes do executivo e do judiciário e atuavam, segundo o Inspetor, não em benefício dos seus tutelados e do SPILTN, mas, sim, de interesses próprios e/ou de outros seringalistas, comerciantes e inclusive funcionários públicos[258].

A publicação das Instruções procurava configurar uma nova situação. A almejada regulação das atividades daqueles "que mantinham relações com os índios", seria estabelecida por meio do papel focal dos delegados na proteção e assistência aos indígenas, a serem desempenhadas com base nas Instruções e de maneira desvinculada de interesses particulares, cabendo aos poderes judiciário e policial, uma vez mobilizados pelos

[258] Dez anos depois, ao insistir junto à Diretoria do SPI quanto à urgência da criação de postos indígenas como estratégia para uma efetiva "proteção" e "assistência" dos índios, Bento de Lemos exporia uma fragilidade histórica do Serviço no Território do Acre, cuja atuação estivera restrita as ações dos "delegados", cujos interesses pessoais acabavam por sobrepesar em relação a aqueles dos índios: "*No 1º Capítulo do meu relatório de 1927 abordei o assumpto, enumerando as tribus e designando as regiões que estão a reclamar a assistência do Serviço, pois os índios alli não tem para quem appelar, em virtude de não poder esta Inspetoria, dada a insufficiencia de verba de que dispõe, crear os postos indígenas que se fazem mister para a garantia e assistência daquelles infelizes patrícios. Verdade que existem delegados nomeados para todas as localidades do Território. Mas a ação dessas autoridades não satisfaz, pois se tratam de pessoas com interesses opostos aquelles em que são interessados os índios. Uns são proprietários de seringaes, outros negociantes, alguns empregados em repartições do governo territorial ou interessados em emprezas industriaes. De sorte que, os delegados, somente tomam a defeza do índio quando está afastada toda e qualquer hypothese de um prejuízo nos seus interesses pessoaes, comerciais ou industriaes*" (Lemos, 1929: 2-3).

representantes do órgão indigenista, ensejar ações para punir crimes e abusos cometidos contra os índios.

A publicação das Instruções mereceria, por sua vez, o seguinte comentário da editoria do *Jornal Officia,* prova de que a ação de divulgação pública pretendida por Bento de Lemos surtira o efeito desejado:

> "*Damos para conhecimento de nossos leitores as instruções na página official dispostas por artigos e deixadas para orientação dos nossos Delegados. As instruções são, em sintheze, o plano todo do serviço de protecção aos índios, deixando perceber o methodo seguido e o processo adoptado para a sua catecheze, processo dificílimo de practicar e somente ao alcance daquelles cujo tacto suave e brandura de gênio, poderão lutar vantajozamente contra as qualidade inferiores da raça e contra os hábitos de indolência em que ella se tem consumido*"[259].

Quem foram os dois "delegados honorários" nomeados por Bento de Lemos em 1916 para representar o SPLITN no Departamento de Tarauacá? A partir do material pesquisado, que medidas acabariam por ser efetivamente implementadas por esses atores? Como estavam estas ações referenciadas às diretrizes contidas nas Instruções? Que mecanismos de comunicação foram mantidos entre os delegados e o Inspetor e como este fluxo de informações veio a condicionar tanto a atuação da Inspetoria como a dos próprios delegados?

A mesma edição do *Jornal Official* em que as Instruções foram publicadas trazia três outros documentos, dando ciência da nomeação do Tenente Eugênio Augusto Terral e do Coronel João Frota Menezes como "delegados honrários" do SPILTN.

A nomeação de Terral, por meio de ato assinado por Bento de Lemos, foi transcrita na íntegra, nos seguintes termos:

> "*Ministério da Agricultura, Industria e Commercio - Inspectoria do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes - Estado do Amazonas e Território do Acre - Manaos, 13 de Novembro de 1916 - Usando da autorisação que me é concedida por lei, nomeio o cidadão Tenente Eugenio Augusto Terral, delegado honorário do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes, junto às tribus dos índios domiciliados no Departamento de Tarauacá - O Inspector, Bento Martins Pereira de Lemos*"[260].

A nomeação do João Frota Menezes, como delegado "*junto às tribus dos aborigenes no rio Murú e seus affluentes*" foi registrada, diferentemente, na seção destinada à divulgação dos atos administrativos, na primeira página da mesma edição do jornal,

---

[259] "Serviço de Proteção aos Índios". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 33, 26/11/1916, p. 3.
[260] ibid.

com a reprodução de ofício encaminhado à Prefeitura pelo próprio coronel[261]. Foi divulgada, ainda, por meio da reprodução de uma breve carta, remetida por Menezes à editoria do jornal, a 14 de novembro, comunicando o ato assinado por Bento de Lemos[262]. Nas pesquisas realizadas em textos históricos e em outras notícias de jornais, nenhuma referência substantiva foi obtida a respeito das atividades do Coronel Menezes, seja como "delegado honorário", seja como seringalista ou como comerciante urbano, atividade, esta última, à qual dedicou a maior parte de sua vida[263].

O 2º Tenente de Artilharia Eugênio Augusto Terral[264] chegara à Vila Seabra a 11 de junho de 1916 (Brasil. IBGE, 1957a: 82), para assumir o cargo de Capitão Comandante da "Companhia Regional de Segurança" do Departamento de Tarauacá, criada provisoriamente por resolução do Prefeito Cunha Vasconcellos, do dia 12 de junho[265].

---

[261] "Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Officios recebidos". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 33, 26/11/1916, p. 1. Assim versava o referido ofício: "*Em 18 de novembro - De João Frota Menezes, datado de 14 do corrente, communicando que naquella data foi nomeado Delegado honorario do Serviço de Proteção aos Índios junto aos indios domicilliados no rio Murú e seus affluentes, por acto do Sr. Dr. Bento Martins Pereira de Lemos - Agradeça-se*".

[262] "Serviço de Proteção aos Índios". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 33, 26/11/1916, p. 3.

[263] Castello Branco (1961: 218) relaciona Antonio Frota de Menezes, pai do delegado, dentre os nordestinos que, depois de 1890, "*penetraram no Tarauacá Federal, e mais se destacaram no assentamento de sua futura civilização*". Escrevendo em 1909, o promotor de justiça Antonio José de Araújo cita Antonio Menezes como dono dos seringais Victoria, Colombo e Muruzinho, situados em diferentes trechos do rio Murú, e sócio da firma comercial Mello, Frota & Cia, do Pará, homem de "*alma grande e generosa cujos serviços ao departamento e à República só têm equivalência nas dedicações aos amigos*" (Araújo, 2003: 151; 156). Assim como referido anteriormente, Araújo relacionaria Antonio Frota de Menezes, junto com o Capitão Pantaleão Marinho Telles (nomeado "delegado auxiliar de índios" pelo ajudante Máximo Linhares, em 1912) e o Tenente-Coronel Antonio Carlos Viriato de Sabóia como os mais destacados seringalistas do rio Murú em final da década de 1900 (ibid: 152). Quase uma década depois, contudo, nenhum dos três constava como proprietário de seringais nesse rio (*Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, Nº 66, 15/7/1917, p. 4).

[264] "Comandante Terral". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, Nº 10, 18/6/1916, p. 3. Conforme informa essa matéria, Eugênio Augusto Terral, membro do 1º Regimento de Artilharia do Exército, ingressara na carreira militar na Escola Preparatória de Tática do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1901, concluíra os cursos de infantaria e cavalaria em 1909 e de artilharia em 1913, e fora reconhecido pelo Ministro da Guerra, General Dantas Barretto, por seu comportamento exemplar, à frente de uma "seção de bateria", durante a Revolta da Chibata, ocorrida nos quadros da Marinha, em 1910, que reivindicavam aumento dos soldos, redução da jornada de trabalho e o fim do regime de castigos corporais.

[265] Pesquisas no Sistema de Informações do Congresso Nacional (Sicom) indicaram que uma "Companhia Regional" fora criada no Departamento de Tarauacá pelo Decreto 9.998A, de 14 de janeiro de 1913, ato que também constituíra outras duas companhias, as do Alto Purus e do Alto Juruá, já criadas à época. O Decreto 11.312, de 11 de novembro de 1914, por sua vez, estabelecera a criação de uma brigada de infantaria e uma de cavalaria de guardas nacionais em Tarauacá. O regulamento das Companhias Regionais do Território do Acre, elaborado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foi aprovado pelo Decreto 12.077, de 25/5/1916, assinado pelo presidente Hermes da Fonseca. O regulamento determinava a criação de uma companhia de infantaria em cada departamento do Território do Acre, comandada por um capitão, tendo sob sua chefia dois outros "oficiais", cinco "inferiores" e 76 "praças". Novo regulamento para as "forças regionais" do Território, promulgado pelo Decreto 12.357, de 10 de janeiro de 1917, reduziu o efetivo da Companhia de Tarauacá a 58 militares, apesar de, no corpo do texto, discriminar um total de 59: dois "oficiais", cinco "inferiores" e 52 "praças" (5 cabos de esquadra e 47 soldados).

Nessa mesma data, o Prefeito editou portarias nomeando Eugênio Terral[266] e três Alferes e discriminando o mapa demonstrativo da força que comporia a Companhia (além daqueles quatro, um 1° sargento, um 2° sargento, três 3os sargentos, 8 cabos de esquadra, 4 anspeçadas, 1 corneteiro e 29 soldados), bem como uma resolução com a tabela de seus respectivos vencimentos[267].

Segundo a resolução que criou a Companhia, tinha esse "corpo de infantaria militar" como principal atribuição a "*manutenção da ordem, da segurança e da integridade do Departamento de Tarauacá, sendo-lhe distribuído o trabalho de policiamento, guarda das prisões, edifícios públicos e todas as diligências de caracter official que se fizerem necessárias*"[268]. Os regulamentos das Companhias, instituídos por decretos de 1916 e 1917, estabeleciam que essas forças ficariam sob as ordens dos respectivos prefeitos, para serem utilizadas nos serviços de guarda dos edifícios públicos e do policiamento urbano[269].

Quatro meses após ter assumido o cargo de capitão comandante da Companhia, em novembro de 1916, conforme já aludido, Augusto Terral foi nomeado "delegado honorário" do SPILTN por ato do Inspetor Bento de Lemos, tendo o Departamento de Tarauacá como área de atuação. Bastante pontuais foram as informações obtidas a respeito das providências por ele tomadas na condição de delegado, para o que possivelmente

---

[266] A 12 de junho, a Prefeitura recebera ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores comunicando a indicação de Augusto Terral como Capitão Comandante da Companhia Regional. Sua nomeação pelo Presidente da República, conforme previa o regulamento das Companhias, seria efetivada por decreto de 12 de julho de 1916 (Brasil. MJ, 1917, pg. S12-S13). Terral ocuparia o cargo até ser exonerado por decreto de 24/10/1917 (Brasil. MJ, 1918, pg. S1-15). Um ano depois, pelo decreto de 2/10/1918, o cargo foi preenchido pelo 1° Tenente do Exército Agnello de Souza, que o acumularia com o de 1° Substituto do Prefeito de Tarauacá (Brasil. MJ, 1919, pg. S-15). Exonerado da Companhia a 23/7/1919, Agnello assumiria a Prefeitura a 30 de dezembro desse ano. Para substitui-lo, Eugenio Terral seria reconduzido ao comando da Companhia Regional, por decreto de 14/1/1920 (Brasil. MJ, 1920, pg. S10; S12).

[267] Conforme estabelecem ambos os regulamentos, em seus artigos 39°, os cargos da Companhia deveriam ser preenchidos pelo alistamento de voluntários, de 18 a 35 anos, "com a necessária robustez física", preferencialmente ex-praças do "Exército e da Brigada Policial do Distrito Federal", de bom comportamento, comprovado por "certidão de assentamento, excusa do serviço e caderneta de reservista" (§ 2°). Em edições subseqüentes do *Jornal Official*, o Comandante Terral faria publicar uma série de "comunicados" discriminando o perfil (nome completo, filiação, estado de origem, cor de pele, cabelos e olhos, profissão e condição de alfabetizado ou não) de cada praça a serviço da Companhia. A título de exemplo desses comunicados, ver *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano I, N° 11, 25/6/1916, pg. 1.

[268] "Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Resoluções". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*. Ano I, N° 11, 25/6/1916, pg. 1.

[269] Apenas em caso de "guerra externa" passariam as Companhias a responder às ordens das autoridades militares (Decreto 12.357, Art. 1°, § 2°). Dentre as atribuições que cabiam à "praça rondante" ou à "patrulha" responsável pelo policiamento urbano constavam deter e conduzir à autoridade policial indivíduos que estivessem a cometer crimes ou a portar armas para praticá-los, indiciados com mandados de prisão ou evadidos da penal, portadores de armas não licenciadas, a promover e jogar jogos proibidos, a realizar distúrbios nas ruas (dentre eles, bêbados, vadios e prostitutas), bem como coligir as provas que permitissem constatar flagrantes e apoiar as autoridades policiais em casos de resistência a detenções ou de crimes havidos em residências e estabelecimentos comerciais (ibid, Art. 90°).

contribuiu a ausência, no SARQ/MI, dos relatórios da Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, referentes ao biênio 1918-1919. A consulta aos relatórios encaminhados pelo MAIC à Presidência da República nesse período tampouco fornecem informação relevante a respeito.

A publicação, no *Diário Official*, de um radiograma enviado pelo Inspetor Bento de Lemos ao Tenente Terral, a 20 de março de 1917, fornece indicações, todavia, de que a correspondência entre ambos pode ter sido freqüente. No radiograma[270], Lemos menciona uma "carta oficial" recebida a 28 de fevereiro, contendo sugestão de Terral quanto à nomeação de José Apolinário da Silva como "encarregado dos índios do alto rio Murú". Nesse sentido, é possível afirmar que, na condição de delegado, Terral indicara uma pessoa de sua confiança com vistas a possibilitar uma ação mais capilar e permanente do SPLITN, num local afastado do Departamento, onde a existência de malocas de índios Kaxinawá era conhecida e os "selvagens" Papavô realizavam periódicas incursões nos seringais[271]. Em sua resposta, Lemos informaria não ter qualquer objeção à nomeação, alertando, todavia, que ela só poderia ocorrer sem remuneração, dada a exiguidade das verbas destinadas Inspetoria para aquele exercício. E despedir-se-ia de Terral, apresentando seus "*mais sinceros agradecimentos cívicos, pelo valioso concurso que estaes nobremente prestando na defesa e protecção dos nossos irmãos selvicolas, domiciliados nessa região*".

Na mesma edição do *Jornal*, sob o referido radiograma, o Capitão Eugenio Terral fez divulgar Circular, por ele assinada a 23 de março, por meio da qual tornava público sua nomeação como "delegado honorário" da Inspetoria do órgão no Amazonas e no Território do Acre, atribuição que, ressaltava, resultara de ato assinado pelo Inspetor Bento de Lemos, com a aprovação da Diretoria do SPILTN, no Rio de Janeiro[272]. Respaldando-se no regulamento do decreto de criação do Serviço, comunicava também que, na condição de delegado, tinha por atribuições representar à Inspetoria em Manaus, bem como à Justiça Federal e às autoridades locais, "*contra todos os actos de prepotência e attentados à propriedade e à liberdade, como sejam, violências, depredações, hostili-*

[270] "Serviço de Protecção aos Índios. Telegramma Recebido". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, Nº 50, 25/3/1917, p. 1.

[271] Chama a atenção, novamente, a descontinuidade das ações no órgão indigenista, e a constituição de uma nova rede de representantes locais do SPLITN, tendo em vista que, quatro anos antes, o Coronel Pantaleão Telles fora nomeado "delegado auxiliar dos índios" do mesmo rio Murú pelo ajudante Máximo Linhares. Por outro lado, a nomeação desse encarregado parece indicar a limitada atuação do delegado nomeado por Bento de Lemos, o coronel João Frota Menezes, comerciante urbano, sobre pelo menos parte de sua área de jurisdição, o alto curso do rio Murú e seus afluentes.

[272] "Serviço de Protecção aos Índios. Circular". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, Nº 50, 25/3/1917, p. 1-2.

dades e outros crimes, que se commetterem contra os índios sob a minha jurisdição, promovendo a punição dos criminosos"[273].

No relatório referente às atividades da Inspetoria no ano de 1916, Bento de Lemos (1917) novamente informaria da existência, em vários pontos da Amazônia, de pelo menos um "representante idôneo" do Serviço, desempenhando as funções do "cargo gratuito de delegado", com a incumbência principal de "*evitar e reprimir abusos e violências contra os índios*". Recomendaria, ainda, à Diretoria do órgão, que a Inspetoria fosse dotada com verba suficiente para permitir a remuneração desses delegados, visto que a maioria atuava em áreas de seringais, "já apossadas ou invadidas por civilizados", onde os índios se achavam "*de tal modo acovardados pelas perseguições que têm soffrido, que facilmente se deixam reduzir ao captiveiro e, o que é mais grave, supportam, embora constrangidos, que lhes sejam arrancadas as esposas e filhos pelos seringueiros e caucheiros*". Sem qualquer remuneração, estavam, a seu ver, os delegados impossibilitados de exercer adequadamente ações de vigilância e de coibição das violências, tendo em vista as grandes distâncias e os custos das viagens aos locais onde viviam os índios e as violências contra eles costumavam ocorrer. Pelas mesmas razões, sem recursos financeiros da Inspetoria, tornava-se impossível a mobilização e o apoio das autoridades policiais locais a quaisquer iniciativas que visassem a repressão dos "*crimes contra a liberdade e pessoas dos índios*" (Lemos, 1917. SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 103, Doc. 01, Fot. 1356).

À diferença da principal política defendida por Bento de Lemos, a instalação de postos permanentes voltados à "pacificação", "proteção" e "localização" dos "índios dispersos", o Inspetor viu-se, por força das circunstâncias, locais e do próprio órgão indigenista, obrigado, no Departamento de Tarauacá, assim como em outras regiões sob sua jurisdição, a recorrer à nomeação de delegados honorários, confiando-lhes tanto a representação do SPILTN como atribuições de tutela que legalmente caberiam à Inspe-

[273] E, por fim, "para que não fosse alegada ignorância sobre os direitos concedidos aos índios pela legislação em vigor", Terral relaciona alguns dos principais objetivos da "assistência ou proteção aos índios" prestada pelo SPILTN, conforme constava no art. 10 (na realidade, do art.2) do regulamento do órgão indigenista: "*Garantir a effectividade da posse dos territórios occupados pelos índios. Evitar que suas terras sejam invadidas pelos civilisados. Fiscalisar o modo como são tratados nos aldeiamentos e nos estabelecimentos particulares. Exercer vigilância para que não sejam obrigados a prestar serviços a particulares. Velar pelos contractos que forem feitos com elles para qualquer gênero de serviço. Promover, finalmente, a punição dos crimes que se cometterem contra os índios*". Apesar da referência de Terral ao regulamento do SPILTN, os principais objetivos e atribuições por ele destacados na Circular refletem principalmente as principais linhas mestras das "Instruções aos Delegados", redigidas por Bento de Lemos, publicadas na imprensa de Seabra quando de sua passagem pela cidade e entregues ao delegado, conforme de praxe, quando de sua nomeação.

toria. Quais podem ter sido algumas das razões que levaram Bento de Lemos a nomear o comandante da Companhia Regional, Augusto Terral, para cargo de delegado naquele Departamento?

Ao analisar as diretrizes da atuação de Bento de Lemos em relação ao Território do Acre, torna-se evidente a ausência de uma linha de continuidade face às ações iniciadas pelo ex-Inspetor, Francisco Barbosa de Araújo, dos ajudantes que realizaram "expedições" pelo Alto Juruá em 1912 e, ainda, do seu antecessor na Inspetoria do Amazonas e do Acre, o Inspetor João de Araújo Amora. É fato que, em 1915, a crise de recursos no SPILTN já implicara na não implantação das "povoações indígenas", prevista como desdobramento das primeiras expedições, e no fechamento dos dois "postos" criados no Acre. Todavia, não há nos primeiros relatórios de Bento de Lemos (pelo menos naqueles aos quais se teve acesso), qualquer menção à reativação ou manutenção de contatos, via radiogramas, correspondências, atos oficiais e instruções, com os "delegados de índios" nomeados durante as primeiras "expedições" no Alto Juruá e durante a gestão de seu antecessor.

Face ao fracasso da proposta de implantar um "posto permanente de pacificação" no Alto Tarauacá, primeira iniciativa planejada para o Território do Acre, Bento de Lemos anunciaria, em início de 1917, sua intenção, depois tampouco concretizada, de estabelecer entendimentos com outras Prefeituras, visando buscar apoio financeiro para efetivar ações semelhantes em outros departamentos. Por outro lado, optaria por, gradualmente, nomear novos delegados, inclusive no Departamento de Tarauacá, como desdobramento de uma rede de contatos por ele mesmo constituída e, à continuação, da legitimação, ao seu critério, de indicações feitas pelos representantes do SPILTN previamente nomeados.

Considerando as dificuldades apontadas por Lemos (1917) para a institucionalização e operação do SPILTN e para a atuação dos delegados em zonas de seringais, marcadas pelas violências contra os indígenas e por uma frágil, ou inexistente, ação do poder público para sua proteção, a nomeação de Augusto Terral como "Delegado dos Índios do Departamento de Tarauacá" constituiu uma decisão de cunho estratégico. Militar de carreira, positivista, condecorado por sua disciplina e por seu comportamento exemplar, Terral, pouco após a sua chegada, era visto pela população em Vila Seabra como um dos principais "representantes da lei", responsável por um serviço de policiamento julgado necessário e bem conduzido no âmbito urbano.

Dentre outros fatores que podem ter pesado nessa escolha de Bento de Lemos estavam o fato de Terral não estar atrelado aos seringalistas, ou sob sua dependência, e ter ordenado fixo, reivindicação relativamente constante dentre aqueles indivíduos de menor posse que pleiteavam nomeações como "delegado de índios", cargo honorário que não outorgava direito a remuneração. O acesso direto do Comandante Terral ao seu superior imediato, o prefeito de Tarauacá, e as relações institucionais e pessoais, que por força de seu cargo, poderia vir a construir, com representantes de outros poderes públicos e com os seringalistas e comerciantes, com quem regularmente participava de solenidades oficiais e sociais[274], constituíam um potencial capital para os objetivos do SPILTN no Departamento: divulgar a existência do órgão e seus objetivos, criar consciência sobre as violências e crimes cometidos contra os índios e estimular ações para sua proteção e incorporação aos "valores e benefícios da civilização". O regular contato do comandante da Companhia Regional com autoridades policiais e do judiciário era alternativa para que o SPILTN pleiteasse um desejado respaldo institucional para punir responsáveis pelos crimes contra os indígenas. As relações de Terral com o Prefeito tornavam-se, neste caso, novamente relevantes, tendo em vista a decisiva influência deste último sobre as decisões e ações do judiciário e da polícia, como era praxe em Tarauacá e nos demais departamentos do Território.

Dado o caráter de sua atuação centrada em Vila Seabra e de suas cotidianas atribuições como comandante da Companhia, óbvia limitação se impunha para que Terral exercesse, ele próprio, qualquer atuação sistemática nos seringais, no que diz respeito à proteção, fiscalização e vigilância, atividades também previstas nas Instruções aos delegados. Para enfrentar esse obstáculo, a exemplo de Bento de Lemos, Terral nomearia, como delegados ou "encarregados", pessoas de sua própria confiança, não escolhidas dentre os seringalistas mais eminentes. Com essas indicações, visava, por um lado, dar capilaridade às ações do Serviço, com intenção de torná-lo conhecido dos índios e de gradualmente conquistar sua confiança e seu respeito, por meio de uma atuação diferenciada em relação aos demais "civilizados". Por outro lado, almejava constituir sua própria rede de informações, que pudesse subsidiá-lo em suas iniciativas no âmbito urbano e em sua troca de correspondência com a Inspetoria. A indicação de José Apolinário

[274] Conforme estabelecia o regulamento da Companhia Regional de Segurança, eram atribuições de seu comandante, além da responsabilidade pela "administração, disciplina e observância das ordens emanadas das autoridades competentes", a correspondência direta com o Prefeito, e por meio deste, "com qualquer outra autoridade, quando assim convier ao serviço publico" (art. 61 e 62, §1, do Decreto 12.357, de 10/1/1917).

Silva para "encarregado dos índios do alto Murú" é indício, ainda, de que Terral estivesse propenso a sugerir a instalação, ali e em outros pontos do Departamento, unidades permanentes do SPILTN, na forma de postos indígenas.

Por fim, as boas relações iniciais de Augusto Terral com o Prefeito Cunha Vasconcellos permitiram que os serviços de radiografia da administração municipal constituíssem canal de comunicação regular com a Inspetoria em Manaus. A publicação do radiograma enviado por Bento de Lemos, na seção do *Jornal Oficial* destinada à divulgação dos atos administrativos, é indicação das iniciativas do Terral de tornar públicas, junto a circuitos mais amplos (representantes dos demais órgãos da Prefeitura, seringalistas e comerciantes) sua condição de delegado honorário, diferenciando-a daquela de Comandante da Companhia, suas atribuições como representante do órgão indigenista e do MAIC e as determinações oriundas do Inspetor[275]. O livre acesso aos serviços radiográficos e a publicação de atos oficiais do órgão indigenista no *Jornal Official* são também indicação do interesse e do apoio que a administração departamental brindava ao delegado Terral nesse momento, interessada em dar resposta às recorrentes demandas e críticas dos seringalistas quanto à falta de iniciativas concretas para solucionar a situação de conflito fazia anos configurada no Alto Tarauacá[276].

A exoneração de Augusto Terral do cargo de capitão comandante da Companhia Regional em outubro de 1917, o qual reassumiria pouco mais de dois anos depois, constituiria limitação adicional ao seu efetivo raio de ação como "delegado honorário", e, portanto, aos objetivos estratégicos vislumbrados por Bento de Lemos para uma atuação sistemática e articulada da Inspetoria no Departamento de Tarauacá.

Terral procuraria, contudo, dar continuidade às ações do SPI na região, mobilizando-se inclusive para viabilizar a instalação de postos indígenas. Para tal, tentaria, novamente sem sucesso, angariar apoio institucional e recursos financeiros junto à Prefeitura e ao MAIC. É o que se depreende de um trecho do relatório enviado pelo inspetor à Diretoria do SPI, relativo ao exercício de 1920 (Lemos, 1921. SARQ/MI, Microfilme 32, Planilha 389). Neste, Lemos informa ter recebido, a 21 de julho de 1920, radiotelegrama de Eugênio Terral, "Comandante da Região Militar do Tarauacá e delega-

[275] Para se ter uma idéia desses circuitos sociais promovidos pela, ou dos quais participava a, chefia da Companhia Regional, ver, por exemplo, as edições de *O Regional*: *Órgão litterario da Companhia Regional*, relativo aos meses de junho-novembro de 1917, publicadas em Vila Seabra, que se encontram microfilmadas e depositadas no arquivo da Biblioteca Nacional (Rolo PR-SPR 00614-00624).

[276] Cabe aqui lembrar, como contraponto, os obstáculos colocados pelo prefeito anterior de Tarauacá, Coronel Nunes de Alencar, ao uso dos serviços do setor de radiografia pelo então "Sub-Encarregado dos Índios do Alto Tarauacá", Delfim Freire (SARQ/MI. Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 04).

do desta Inspetoria", comunicando que instalara, na semana anterior, "com toda solenidade", "dois postos para as tribus dispersas", um no rio Tarauacá, denominado General Rondon, e outro no rio Murú, com o nome Simão Lopes. O fracasso dessa nova tentativa de instalar postos indígenas no Departamento é também comunicada pelo Inspetor à Diretoria:

> "*Parece, entretanto, que aquelle oficial não logrou o êxito que esperava, não somente da Prefeitura, como do Sr. Ministro, com quem, disse-me elle, havia conversado pessoalmente sobre o assumpto, resultando dahi ficarem apenas no acto da installação os dois alludidos postos. Aquella Prefeitura não quis ou não pôde prestar o seu auxílio*" (Lemos, 1921: 7-8)[277].

Face à sistemática ausência de apoio do poder departamental, Bento de Lemos nomearia outros delegados em diferentes pontos do vale do Tarauacá, com quem manteria contatos pessoais em Manaus e trocaria freqüentes correspondências. Em relatórios enviados à Diretoria do SPI nos anos de 1920, com base nas informações recebidas desses e de outros delegados, o Inspetor (Lemos, 1921, 1923, 1925, 1928, 1929, 1930) apresentaria análises sobre a situação dos índios do Território do Acre - e especificamente sobre os do Alto Tarauacá e suas imediações -, solicitando, de maneira insistente, a instalação de "postos indígenas", nesse rio, no Envira e em diferentes locais do alto rio Juruá, destinados à "vigilância", à "proteção" e à "assistência" dos indígenas. Essas demandas, contudo, não encontrariam, até o final de sua gestão, em 1930, ou depois, qualquer respaldo efetivo da diretoria do órgão indigenista ou dos titulares do MAIC.

---

[277] Nesse mesmo relatório, tecendo um contraste com o desinteresse demonstrado pela Prefeitura de Tarauacá em apoiar as atividades do SPILTN, Lemos informa do grande número de demandas recebidas, "inclusive de autoridades", solicitando a fundação de "estabelecimentos de proteção aos índios", ou nomeações de funcionários para desempenhar essa função, "talvez por lhes parecer que esta Inspetoria dispõe de recursos suficientes para isso". Como exemplo, o inspetor transcreve a resposta enviada à reivindicação de um Juiz Federal: "*Respeito vosso datado 17. Informo que esta Inspetoria só poderá nomear o cidadão Delphino Freire delegado de índios região Juruá por vós indicado sem remuneração espécie alguma. Estou trabalhando sentido criação pelo menos dois postos indígenas um alto Embira Departamento Tarauacá e outro Amoaca departamento Juruá. Depende solução Snr. Ministro para o que aproveito ocasião pedir vosso concurso para realização desse desideratum. Só depois creação desses postos poderá ser remunerado - cargo encarregado. Conto poder visitar breve esse Território. Agradeço-vos interesse tomais nossos selvícolas*" (Lemos, 1921: 8). Para além do fato curioso do Juiz ter indicado Delfim Freire, que desempenhara o cargo de "Encarregado dos Índios da zona de Tarauacá", em 1914, na gestão do Inspetor João de Araújo Amora, essa demanda reforça o argumento de que as prebendas do SPILTN, na forma de nomeações, eram disputadas por diferentes atores da sociedade, nem sempre seringalistas, os quais mobilizavam redes de clientela pré-existentes, inserindo-se em relações marcadas por favores, obrigações e outras relações pessoais. Por outro lado, a iniciativa de Bento de Lemos, ao responder ao juiz federal, com informações detalhadas e com cumprimentos cordiais, parece dar indicações do seu esforço para angariar apoios e aliados no âmbito do judiciário, poder que considerava estratégico para apoiar o Serviço na proteção dos índios e com o qual mantinha relações freqüentemente conflituosas no Estado do Amazonas, por conta de suas ações visando garantir territórios para os indígenas e a punição de crimes contra eles cometidos. A respeito deste último tema, ver Freire, 2007.

Capítulo V - Felizardo Avelino de Cerqueira, catequista de índios

Em meados da primeira década do século passado, num contexto em que a empresa seringalista estava implantada no recém criado Departamento do Alto Juruá, o poder público federal começava a se institucionalizar, as "correrias" continuavam a ser promovidas por patrões e caucheiros e saques e ataques dos indígenas ocorriam com freqüência em certos seringais, a "catequese" e "civilização" dos índios seriam metas anunciadas e implementadas pela Prefeitura e a Comissão de Obras Federais no Território do Acre.

Ações policiais e judiciais foram promovidas na gestão do primeiro Prefeito do Alto Juruá no intuito de fazer cessar as "correrias" e violências contra os indígenas. Mecanismos legais de tutela, inseridos na Lei do Trabalho, foram criados, normatizando as relações personalizadas entre seringalistas e os menores indígenas, para, de um lado, combater a alegada "escravidão" a que estes estavam sujeitos nos seringais e, de outro, financiar ações da Prefeitura para a sua "educação profissional". Sem qualquer resultado posterior, o estabelecimento de terras reservadas para os grupos indígenas chegou a ser proposto por vários agentes públicos, atrelado à sua tutela por religiosos, militares ou educadores, legitimados pelo governo com a responsabilidade de implementar ações pedagógicas visando a "catequese" dos índios e a sua "educação" para o trabalho.

Por outro lado, os grupos indígenas seriam objeto de ações oficiais no bojo da abertura da "Leste-Oeste Brazileira", estrada de rodagem entre Cruzeiro do Sul e o seringal Cocameira, no rio Tarauacá, principal eixo de um plano para a integração do Alto Juruá, e sua ligação com os outros dois departamentos do Território Federal, a capilarização do poder de atuação dos órgãos governamentais, o aproveitamento do potencial econômico da região e a garantia da segurança nacional em áreas "fronteiriças". A "pacificação" da região cortada pelo traçado da estrada, com o cessar das "correrias", dos conflitos armados entre índios e "civilizados" e das "guerras intertribais", seria vista como condição prévia a esse empreendimento público, iniciativa que teria continuidade com o "policiamento" e a "fiscalização" dos grupos indígenas cujas malocas estavam ali situadas.

Em relatório de 1905, o Prefeito do Alto Juruá, Thaumaturgo de Azevedo, informava ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que, com intenção de dar início à ligação terrestre entre Cruzeiro do Sul e o rio Tarauacá, convidara Ângelo Ferreira da Silva, patrão sediado no seringal Cocameira, para estender a oeste o varadouro que este

já abrira até as cabeceiras do rio Gregório, com a ajuda de cerca de 150 índios "perfeitamente catequizados" (Azevedo, 1906: 68).

Vinte anos mais tarde, o padre Constant Tastevin, ao comentar a decidida oposição interposta pelos indígenas à chegada dos seringueiros e caucheiros no rio Tarauacá, destacaria importantes diferenças que haviam marcado as relações de Ângelo Ferreira da Silva com os grupos que "pacificara" e lograra engajar em seus empreendimentos:

> "*En 1905, un audacieux aventurier du nom d'Angelo Ferreira, réussit a se faire accepter comme chef par les Yawa-nawa, les Runu-nawa, les Isku-nawa, etc, qu'il groupa sous le nom de Catuquina. A leur tête il s'empara des riviéres Lupuna et Apuanan, oú il ouvrit deux grands seringaes qu'exploitait son personnel civilisé, en grande partie péruvien. Les Indiens ne le servaient que comme soldats e chasseurs. Sous ses ordres ils ouvrirent un chemin de Cocamera sur le Tarauacá jusqu'au Cruzeiro do Sul. Il pacifia les tribus d'alentour Kachinaua, et Arára, et décida le gouverneur du Cruzeiro, à élargir le sentier qu'il avait ouvert, et à en faire une route de 20 métres de large quis se prolongerait jusqu'á Senna Madureira, sur le Purus. Cocamera, la tête de ligne, devint une veritable petite ville; la route fut ouverte en pleine forêt vierge, et l'on vint à cheval en quatre jours du Cruzeiro au Tarauacá*" (Tastevin, 1926: 47-8).

Apesar de extensamente citado em várias das fontes pesquisadas[278], poucas informações substantivas nelas constam sobre a chegada de Ângelo Ferreira ao Território do Acre e ao rio Tarauacá[279]. Em meados da primeira década do século passado, o "sítio" onde estava situado o seu barracão, na foz do rio Lupuna, na margem esquerda do rio Tarauacá, constituía "um pequeno povoado", com duas dezenas de casas, grandes plantações, engenho de cana, campo e criação de animais. Era também local a partir do qual Ângelo controlava os seringais que abrira nos rios Apuanã e Lupuna, trabalhados por

---

[278] O reconhecimento de Ângelo Ferreira da Silva como desbravador e patrão de seringais no médio rio Tarauacá e pioneiro "catequizador" de índios, bem como os serviços por ele prestados à Prefeitura do Alto Juruá e à Comissão de Obras Federais, são destacados em relatórios oficiais (Azevedo, 1906; Mendonça, 1989 [1907]; Andrada, 1907, 1908; Oliveira, 1907; Brasil. MJ. Prefeitura de Tarauacá, 1914), em textos de contemporâneos (Cunha, 1976: 169; Costa, 2003: 226-7), em matérias de imprensa (*O Município*, Villa Seabra, 28/4/1912) e em textos posteriores à sua morte (Guedes, 1914: 219; Tastevin, 1924, 1926; Andrade, 1937; Castello Branco, 1950: 16-8; 26; 49).

[279] Ângelo Ferreira era cearense (*O Município*, Villa Seabra, 28/4/1912. SARQ/MI. Filme 324, Planilha 007, Fot. 236-37). Em romance ficcional com trama passada no rio Tarauacá e Villa Seabra (Vieira, 2005), no qual Ângelo Ferreira é personagem, este "narra" ter trabalhado, nas últimas décadas do século XIX, como regatão nos rios Juruá e Tarauacá, trocando mercadorias, aviadas no comércio de Manaus, por diversos produtos florestais; e, com o aumento nos preços da borracha e a intensificação do movimento migratório para as cabeceiras dos rios, ter decidido se estabelecer no médio rio Tarauacá para explorar seringais. Em sua tese, o antropólogo Oscar Calavia Saez (1994) faz referência à transcrição de diários do padre Tastevin, relativos aos anos de 1919-1922, feita pelo Padre Teodoro, também da Congregação do Espírito Santo. Em um desses diários, Tastevin faz referência a 1900 como o ano do início das atividades de Ângelo Ferreira no médio rio Tarauacá, comenta fatos de sua vida pessoal e relaciona atividades nas quais teria mobilizado a mão de obra de vários grupos indígenas: "*sacava montanhas de caucho com os índios; tinha uma peruana poliglota como companheira; a cana crescia no meio do caucho ... Começou em Cocamera onde residiu de 1900 a 1909; obrigava os índios ... a trabalhar no caucho + nas plantações: Kolina, Kasinaua, Capanaua, Catukina + Canamari. Falava vários dialetos...*" (Saez, 1994: 188).

uma freguesia de cerca de 200 homens, engajados na extração do caucho e na produção de borracha, tanto brasileiros como peruanos. Estes últimos, parece plausível supor, eram, em parte, remanescentes das turmas de caucheiros, aviados de Carlos Scharff e Efraim Ruiz, que, em anos anteriores, haviam trabalhado no Riozinho da Liberdade e no rio Gregório, tendo chegado aos afluentes da margem esquerda do médio rio Tarauacá. Já estabelecido no rio Tarauacá, Ângelo Ferreira, por meio da abertura do varadouro até as cabeceiras do rio Acuraua e as margens do rio Gregório, visara expandir seus domínios sobre novas zonas ricas em seringa e aproveitar as últimas regiões de cauchais ali disponíveis[280].

Parece plausível se questionar, como diz Tastevin, se Ângelo Ferreira já em 1905 lograra ascendência sobre diferentes grupos indígenas nos rios Gregório e Liberdade, e engajara-os na abertura de seus seringais nessa região e no rio Tarauacá. Contatos com grupos indígenas e a eventual mobilização de sua mão de obra, como caçadores, guias e intérpretes e em atividades agrícolas, haviam aparentemente ocorrido já durante a exploração e abertura desses seringais, empreitada que Ângelo levara a cabo, contudo, principalmente com sua extensa freguesia de nordestinos e peruanos. À diferença do que afirma Tastevin, parecem ter sido as iniciativas realizadas por Ângelo Ferreira sob encomenda da Prefeitura do Alto Juruá, para a "pacificação da região", a ampliação do varadouro até Cruzeiro do Sul e a "catequese" dos índios que viviam no seu entorno, as que acabariam por resultar na construção de acordos e relações mais duradouros com um amplo conjunto de povos falantes de línguas Pano, numa região que se estendia entre o médio rio Tarauacá e as cabeceiras do Riozinho da Liberdade. Por indicação de Ângelo Ferreira, um de seus fregueses, Felizardo Avelino de Cerqueira, seria, nesse período, recrutado pela Prefeitura e a Comissão de Obras Federais, assumindo papel focal nesses processos de mediação das relações entre indígenas, seringalistas e diferentes agentes do poder público.

Como parte do principal objetivo da seção inicial deste capítulo, atenção será focada, por um lado, sobre essas diferentes modalidades de mediação protagonizadas por esses dois atores que seriam reconhecidos como "catequistas de índios", no bojo das iniciativas oficiais para a "catequese" e o "policiamento" dos grupos indígenas, as quais

[280] Documentos obtidos no Cartório de Registro de Imóveis de Tarauacá, referentes aos seringais movimentados por Ângelo Ferreira indicam que, em 1910, Nauta e Apuanã, situados em ambas as margens do rio Apuanã, somavam cerca de 140 estradas de seringa, e São João, São Pedro, Pavão e Itapyra, "lotes de terra com seringais", no alto rio Acuraua, próximos às cabeceiras do rio Lupuna, outras 150 estradas (CRI Tarauacá, Livro 3B, fl. 4v-6).

gerariam um renovado quadro de expectativas e interações entre índios, seringalistas e o governo federal. Por outro, é intenção salientar como, aproveitando os nichos de mediação abertos por essas iniciativas governamentais, esses "catequistas", movidos por interesses conjuntos, levariam à frente atividades que fortaleceriam os empreendimentos de Ângelo Ferreira da Silva no médio rio Tarauacá.

Os "catequistas" e as políticas públicas

Ao contrário das escassas informações disponíveis sobre a chegada e o início das atividades de Ângelo Ferreira nos seringais do Território do Acre, o relatório biográfico de Felizardo Avelino de Cerqueira (1958) esclarece uma série de eventos que ele próprio considera fundadores de sua trajetória profissional como "catequizador de "índios", inicialmente por meio de atividades realizadas para o seu patrão Ângelo Ferreira da Silva.

Felizardo nasceu a 29 de outubro de 1886, em Vila Pedra Branca, no município de mesmo nome, no Estado do Ceará[281]. Com pouco mais de 17 anos, em março de 1904, acompanhado de uma turma de conterrâneos, deixou a cidade natal com destino ao Amazonas, passou por Belém e Manaus e desembarcou na confluência dos rios Envira e Tarauacá. Naquele ano, trabalhou como seringueiro no rio Acuraua e na safra seguinte, de 1905, já como freguês de Ângelo Ferreira da Silva, cortaria seringa numa colocação de margem próxima ao sítio Lupuna, dividida com o também seringueiro Francisco Gomes (Cerqueira, 1958: 1)[282].

---

[281] Era um dos doze filhos de Joaquim Avelino de Cerqueira. Em 1857, aos 18 anos de idade, este chegara a Pedra Branca (Cerqueira, 1958: 40), então um povoado situado no local antes conhecido por Tabuleiro da Peruca, no sertão de Senador Pompeu. Três anos antes, o pequeno povoado, antigo ponto de encontro de vaqueiros e viajantes, fora elevado a distrito do Município de Mombaça (Brasil. IBGE, 1959). Ali, Joaquim Avelino de Cerqueira tornar-se-ia um "abastado e esclarecido proprietário de imóveis urbanos", e após o desmembramento do Município de Pedra Branca e a elevação de povoado à condição de vila, em 1871, passaria a auferir sua principal renda do aluguel de terrenos e prédios à administração municipal e a particulares. O documento "Adesão à República", acessado em 2004 no *site www.familiacavalcante.com* (hoje desativado), revela que, com pelo menos um de seus filhos, Samuel Avelino de Cerqueira, fazia parte do grupo político que, a nove de dezembro de 1889, aderiu ao "sistema do novo governo da República Brasileira" e fundara o Clube Republicano de Pedra Branca, filiado ao Centro Republicano Cearense. Joaquim Avelino de Cerqueira faleceria em 1919, sem reencontrar Felizardo, o primeiro filho a migrar para o "Amazonas". Felizardo voltaria à sua cidade natal apenas uma vez, cinco décadas após partir, para "ver se ainda podia ver" alguém de seu núcleo familiar. Surpresa, diz ter sentido, ao ver pais e irmãos "*debaixo de uma pedra, onde havia os dizeres: Aqui jaz toda família dos Cerqueiras*" (Cerqueira, 1958: 140). Nessa viagem, reencontraria cunhados, sobrinhos e filhos destes.

[282] Nos Anexos, o Mapa 4, excerto de um croquis desenhado pelo padre Constant Tastevin (1926) mostra o médio curso do rio Tarauacá. Sua consulta, sugiro, é de utilidade para melhor localizar alguns dos locais aos quais se estará fazendo menção nesta seção. Maiores informações sobre dados relevantes que ali constam estão discriminadas como legenda do croquis.

Em agosto de 1905, o ataque de cinco índios a essa colocação, durante o qual o seu companheiro em fuga foi alvejado por uma flecha, seus pertences foram roubados e sua casa incendiada, desencadearia uma seqüência de eventos que daria início, diz Felizardo, à sua carreira como "catequista de índios". No barracão, onde Francisco foi levado e salvo pelo tratamento prestado por Ângelo Ferreira, a imediata reação dos demais fregueses seria planejar uma "correria". Após refletir, dado o "*risco de ser responsabilizado pela defesa que constitui dos índios*", diz Felizardo, proporia experimentar se era capaz de "entrar em contato" com os "selvagens". Sua reação, culminando com essa ousada proposta, é assim justificada:

> "*Eu, que por diversas vezes, vi chegarem grupos de peruanos e brasileiros, trazendo consigo índias e meninos e contarem que lá ficaram inúmeros índios mortos, não me sentia bem com tremenda cena desumana. Sentia dentro de mim, não sei o que, uma compaixão pelos pobres dos prisioneiros das selvas que, foram criados com tanta liberdade e em dado momento fugir de súbito da sua felicidade que outrora gozavam, para ser ver prisioneiros e cativos de seus algozes, que sem compaixão jogavam-lhes nos mais brutais trabalhos*" (1958: 5)

Sua proposta seria recebida sob forte protesto, esclarece Felizardo, pois "*não acreditavam que houvesse um só homem capaz de enfrentar a morte, ante os perigos que ofereciam ao audacioso que tentasse penetrar a floresta virgem em busca da pior fera conhecida por todos os habitantes do vale amazônico*" (1958: 6). Mas receberia o respaldo de Ângelo Ferreira. À frente dos três únicos seringueiros que consentiram acompanhá-lo, após dois dias de caminhada, encontrariam um índio, enquanto caçava, que seria "pego" por Felizardo ao "passar-lhe uma corda no pescoço". Na volta, "quase uma centena de pessoas" se aglomerava na sede do Cocameira, alertada pelo aviso dado por Felizardo e seus companheiros à boca do caminho: uma saraivada de tiros, com seu "revólver calibre 38 duplo, de seis disparos" e três rifles.

O índio, Maru, permaneceria pouco mais de dois meses no barracão, período em que foi "bem tratado", levado em visita a várias colocações e fartamente presenteado com terçados, canivetes, facas e espelhos. Pouco depois, levaria Felizardo à sua "aldeia", onde viviam outros 22 Katuquina (4 homens, 6 mulheres e 12 crianças), parte de um grupo outrora maior, "arrasado" por seguidos ataques dos Kulina. Na chegada, diz Felizardo, os índios "*ficaram passados de alegria e festejaram-me como um divino, visto o seu próprio companheiro se declarar alegre e cheio de presentes. Desta forma foi fácil a retirada de todos os outros para o barracão, onde o patrão os aguardou e presenteou da forma possível*". Foi morando na sede, ao lado de Ângelo Ferreira, que essas famílias

permaneceriam a partir de então, e Maru prestaria relevantes serviços como guia e intérprete em outras expedições. Na primeira delas, atendendo ao pedido de Felizardo, levaria-o a uma "aldeia" de 17 índios Kapanawa (6 homens, 6 mulheres e 5 crianças), também "restantes da ferocidade dos Kulina". Trazidos inicialmente ao barracão, eles voltariam depois à sua maloca, mas permaneceriam "em contato direto com o pessoal do patrão" (1958: 8-9).

A retomada relativamente extensa desses eventos, os quais Felizardo destaca como fundadores de sua trajetória como "catequizador de índios", permite identificar algumas das principais estratégias e práticas que, com pequenas variações, ele usaria ao longo das duas décadas seguintes, em incursões a outras malocas: a companhia de um reduzido grupo (de seringueiros e/ou indígenas "mansos"), o rifle, o revólver, o terçado 222 e a corda como instrumentos de trabalho; a opção privilegiada por "pegar" alguns poucos índios e levá-los inicialmente ao barracão; a farta distribuição de "presentes"; a promoção de visitas a casas de seringueiros, para tornar o índio "conhecedor de nossas condições de amizade e tratamento" (1958: 28); e o posterior retorno às malocas, para que os próprios contassem o que haviam visto, como haviam sido tratados, mostrassem (e distribuíssem) os presentes e as ferramentas recebidos e abrissem uma possibilidade de diálogo visando a construção de entendimentos e relações duradouras. A utilização de "intérpretes", homens escolhidos dentre os grupos previamente contatados, para a costura dos "acordos", também faria parte recorrente do repertório de estratégias e práticas de Felizardo[283].

Os resultados dessas duas primeiras incursões às aldeias Katukina e Kapanawa também permitem colocar em evidência diferentes formas de relacionamento priorizadas por Ângelo Ferreira com os grupos (ou famílias) indígenas após os contatos iniciais: alguns passariam a morar perto do barracão, outros permaneceriam em suas malocas,

[283] Em sua dissertação, Edviges Ioris (1996: 145-47) reproduz depoimento do índio Amaral Shanenawa, então morador da TI Katukina/Kaxinawá, em Feijó, no qual ele relata outras iniciativas de Ângelo Ferreira, que teriam resultado em contatos iniciais com os "Katukina", referidos em depoimentos de velhos indígenas, e no relato de Felizardo, como os Iskunawa, que em meados dos anos de 1900 viviam na margem esquerda do rio Tarauacá e nos afluentes da direita do rio Gregório. Reportando-se a histórias ouvidas de seu avô, que ainda criança, conhecera Ângelo Ferreira, e com ele trabalhara, Amaral aponta procedimentos semelhantes usados por Ângelo ao "amansar" seus parentes e outros grupos Pano, durante expedições para a exploração de seringais e a abertura de varadouros: o uso de um colete "que não deixava bala passar", a companhia de índios já "amansados", que indicavam aonde viviam seus parentes e outros grupos e serviam de "intérpretes", a farta distribuição de roupas, facas, cobertas e mercadorias, bem como as visitas ao barracão, onde Ângelo "cuidava bem", dava comida e mais mercadorias. Por serem "bem tratados", diz Amaral, muitos dos índios costumavam chamar Ângelo de "papai".

"em contato direto" com seu pessoal. Felizardo, que depois adotaria esses mesmos métodos, também passaria períodos, de até meses, residindo junto aos indígenas.

A abertura do varadouro de Cocameira a Cruzeiro do Sul, em junho de 1906, atenderia a dois convites feitos pelo Prefeito Thaumaturgo de Azevedo a Ângelo Ferreira, nos quais também lhe solicitaria a "catequese dos índios dessa zona" (SARQ/MI. Filme 380, Planilha 102, Fot. 1222-23)[284]. Feita por uma turma de 63 homens, Ângelo à frente, a primeira empreitada marcaria a construção de entendimentos com os grupos Rununawa e Arara (Shawanawa) que habitavam no igarapé Forquilha, afluente da direita do alto Riozinho da Liberdade. Ligados por casamentos e aliados na defesa de um território comum contra as "correrias" dos caucheiros peruanos (aviados de Carlos Scharff e Efraim Ruiz) e dos gerentes e empregados do Coronel Francisco Freire de Carvalho, tinham Tescon, Rununawa, por principal chefe. Tescon era respeitado e temido pelos "civilizados", pela morte de mais de 30 peruanos e pela posse de grande quantidade de rifles, obtidos nesses embates e em saques aos seringais de uma extensa região, que se estendia pelo altos rios Liberdade e Gregório, por vários afluentes da margem direita do rio Juruá e alcançava as cabeceiras do rio Tejo. Na ida a Cruzeiro do Sul, a turma de Ângelo Ferreira encontraria cerca de 80 índios derrubando um enorme roçado. O Katukina Maru, um dos "intérpretes" da comitiva, logrou fazer-se entender com alguns dos índios em fuga e marcar um encontro para o dia seguinte no mesmo local, ao qual compareceram pouco mais de 100 homens, pintados e fortemente armados. Uma nova visita às malocas chefiadas por Tescon seria então prometida por Ângelo Ferreira quando do retorno de Cruzeiro (Cerqueira, 1958: 12)[285].

---

[284] Com timbre do MAIC, esse documento, que ao final é referenciado "R.E (Catequese dos índios Caxinauás - Amazonas - 1906)", com três páginas, das quais apenas duas constam no SARQ/MI, reproduz uma narração sobre parte dessa travessia, feita em primeira pessoa, ao que tudo indica pelo próprio Ângelo Ferreira. Darcy Ribeiro (1977: 44-5) faz referência a relatório da Inspetoria do SPI no Amazonas, de 1906 [sic], ao comentar que as "correrias" sofridas pelos Kaxinawá perdurariam até um "*morador do rio Tarauacá organizar um grupo de índios* Katukina, *fortemente armado e pôs se a percorrer as matas procurando os Kaxinawá para catequizá-los*". Ribeiro transcreve trecho do que parece ser aquela mesma narração (a parte não encontrada no SARQ/MI), com a descrição do "primeiro encontro" com os Kaxinawá, então chefiados por "Tercum", ou seja, Tescon, e conclui que essa "pacificação" resultaria numa "escravização" que tornaria os índios "ainda mais miseráveis" do que quando eram perseguidos em "correrias".

[285] Em seu relatório, Felizardo (Cerqueira, 1958) não faz qualquer menção à presença de Tescon nessa ocasião. Na edição dos dois primeiros capítulos desse relatório, feita com a colaboração de uma jovem jornalista de Belém, em final da década de 1950, a presença de Tescon, diferentemente, é assim destacada: "(...) *vieram mais ou menos uns 120 caboclos, o da frente o chefe da tribo, se apresentou, dando o seu nome, Tescon* (...) *vieram em traje de gala, segundo seus costumes, pintura de variadas cores, penas de aves diversas, sendo que o tuchaua trajava uma calça de casimira preta e camisa listrada de vermelho e preto. Pendia no braço esquerdo um lenço onde conduzia umas 60 a 80 balas e um rifle novo de marca americana, aparentava uns 35 anos* (...) *Nesse batalhão indígena, todos estavam bem armados, uns usavam rifles, outros espingardas, outros terçados. Havia cerca de 60 rifles entre todos da tribo e umas 30*

A passagem de Ângelo e de seus homens pelo rio Gregório foi também lembrada por Raimundo Luiz[286], destacando a participação de índios "amansados" no rio Tarauacá na turma e o papel de um Katukina como intérprete nos primeiros diálogos com os chefes Yawanawá. O Katukina comunicaria que Ângelo era um chefe, como eles, e não tencionava fazer-lhes "correrias", como os peruanos, mas sim estabelecer relações que, como já acontecera com seu próprio povo, poderiam render-lhes roupas, instrumentos de trabalho e outras mercadorias. Desafiado a provar sua condição de chefe, Ângelo aceitaria tomar rapé de tabaco, soprado com um longo canudo, tombaria ao chão, mas acabaria bem recebido nas malocas. "*Assim Katukina amansou Yawanawá (...) Turma do Ângelo Ferreira amansou Yawanawá*", diz Raimundo. Da mesma forma que fizera com os Rununawa e os Arara, Ângelo Ferreira comunicaria que fora encarregado pela Prefeitura para dar-lhes "proteção" e que "correrias" não seriam mais realizadas por peruanos ou pelos patrões. Pediria, em contrapartida, que não promovessem novos saques às barracas e mortes de seringueiros.

A delegação outorgada por Thaumaturgo de Azevedo a Ângelo Ferreira seria inicialmente alvo de descontentamento da parte de Antônio Nunes, patrão do seringal União, no rio Tarauacá, com quem aquele tivera desentendimentos acerca dos limites de suas respectivos seringais. Pouco antes da saída da turma de Ângelo Ferreira para Cruzeiro do Sul, Nunes enviaria dois de seus empregados aos seringais do Riozinho da Liberdade, propriedade do coronel da Guarda Nacional Francisco Freire de Carvalho. Esses emissários alertariam Carvalho e seus gerentes de que Ângelo Ferreira pretendia armar os índios com rifles e incitá-los a atacar as casas dos seringueiros, responsabilizando-o pelas mortes recentes de fregueses e creditando-lhe a intenção de, à frente de um bando de homens fortemente armado, assumir os seringais daquele rio (SARQ/MI. Filme 380, Planilha 102, Fot. 1222-23). Os empregados de Nunes seguiriam depois à cidade de

---

espingardas, todas essas armas tinham sido tomadas, custando inúmeras vidas, testemunhando assim a ferocidade dos componentes de tão terrível gente" (Cerqueira, 1958a). Referências às proezas de Tescon contra os peruanos e de sua chefia entre os índios do Liberdade constam em relatórios oficiais (Oliveira, 1907; Linhares, 1913) e outros textos (Tastevin, 1926; 1928; Castello Branco, 1950; Barros; 1993), bem como em depoimentos de lideranças Arara (Correia, 2001).

[286] Nascido em 1929, Raimundo Luiz é filho de Antonio Luiz, chefe que consolidaria as relações com os patrões, da família Carioca, nos seringais do rio Gregório, nos anos 1920. Após a morte do pai, Raimundo Luiz assumiria a chefia do povo Yawanawá (na verdade um aglomerado de povos Pano) e, a partir de final dos anos de 1970, teria papel central na luta pelo reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Rio Gregório. O depoimento acima citado foi prestado a Terri Valle de Aquino, em 1996, por ocasião dos estudos para a criação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (Aquino, 2001). Versões similares sobre os primeiros entendimentos de Ângelo Ferreira com os Yawanawá, também baseados em relatos de Raimundo Luiz, encontram-se transcritas e comentadas em Naveira, 1999: 29; Maciel, 2005: 20-2; e Vinnya Yawanawá, 2007: 20.

Cruzeiro do Sul, onde alertariam o prefeito interino, José Pereira Leite de Berrado, que um "*grande bandoleiro, à frente de um exército de mais de 100 homens, chegaria para saquear a coletoria e casas comerciais e descer de rio abaixo levando tudo de arrasto*" (ibid). O prefeito destacaria ao rio Tarauacá uma lancha e uma força militar, comandada por um tenente, com ordem para prender Ângelo Ferreira e destruir sua casa e todos os seus pertences. Com a chegada de Ângelo Ferreira a Cruzeiro, para a entrega do serviço de abertura do varadouro, o Leite de Berrado enviaria, tendo Felizardo Cerqueira e Maru como portadores, carta ao rio Tarauacá, ordenando a imediata suspensão da operação. Acordo seria então selado com o prefeito para um posterior retorno de Ângelo à sede do departamento, quando receberia a remuneração pelo serviço que acabara de prestar (Cerqueira, 1958: 13).

Durante a estadia em Cruzeiro, informa Felizardo, "*eu já havia sido nomeado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Obras Federais no Território do Acre, o Sr. Antonio Manuel Bueno de Andrada, para ocupar o lugar de chefe da turma em defesa de caminho e catequização de índios, chefiando quatro homens, (...), mas que estes homens ainda estavam em projeto*" (Cerqueira, 1958: 15).

A data dessa nomeação, meados de 1906, antecede, em pouco menos de ano, a criação e a chegada da Comissão de Obras Federais, e daquele engenheiro chefe, ao Alto Juruá. Apesar deste desencontro de datas, essa informação permite apontar que, por indicação de Ângelo Ferreira, até então interlocutor exclusivo face a diferentes mandatários do poder departamental, Felizardo também recebera da Prefeitura, já nessa época, o encargo de promover a "catequese" dos grupos indígenas que viviam nas cercanias do varadouro recém aberto, conforme intenção inicialmente manifestada por Thaumaturgo de Azevedo no ano anterior. A constituição de uma equipe de homens, localizada em meio às malocas, para "pacificar" a região e "fiscalizar", ou "policiar"[287], os índios, permitindo a abertura e o livre trafego da estrada de rodagem a ser construída, seria, por sua vez, política privilegiada pela Comissão de Obras a partir de 1907. Para tal, o convite já feito a Felizardo seria renovado pelo engenheiro Bueno de Andrada[288].

[287] Sintomático desse viés imprimido pela Prefeitura e a Comissão de Obras Federais às iniciativas destinadas à tutela dos grupos indígenas é, por exemplo, a inclusão dos assuntos relativos à "catequese dos índios" na seção "Policiamento" do relatório enviado pelo então Prefeito Bueno de Andrada (Brasil. MJ. Prefeitura do Alto Juruá, 1908: 19) ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no qual dava ciência de que informações mais detalhadas sobre o "policiamento das tribos indígenas" constavam de relatório da Comissão de Obras, também de sua autoria (Andrada, 1908).

[288] Dentre os documentos encaminhados por Felizardo ao deputado federal José Guiomard Santos em 1955, com o pedido de seu apoio para a obtenção de uma pensão pelos serviços como "catequista de índios", consta uma declaração com o timbre da Comissão de Obras Federais, datada de 24 de maio, com

De retorno de Cruzeiro do Sul, já recrutado pela Prefeitura, Felizardo receberia instruções de Ângelo Ferreira para "ir à busca" dos índios encontrados na viagem de ida, com ordem expressa de "apressar a catequese". Sozinho, Felizardo seria "bem recebido" nas malocas, onde permaneceria por pouco mais de 20 dias e estabeleceria acordos com Tescon: prometer-lhe-ia, novamente, a "proteção" do governo e obteria seu compromisso de que os índios sob sua chefia, e mesmo os Jaminawa que moravam no igarapé da Besta, afluente do Riozinho da Liberdade, não promoveriam novos roubos e ataques nos seringais. Apesar da insistência para que ali estabelecesse moradia, logrou, diz Felizardo, prometendo mostrar-lhes um "pé da árvore de balas", levar alguns índios ao sítio Lupuna e, depois, a localidades das redondezas, "para bem desembaraçá-los do medo da morte" e reafirmar, na presença de Ângelo Ferreira, os acordos já estabelecidos (Cerqueira, 1958: 15-19).

Novas iniciativas para estabelecer entendimentos com outros grupos seriam protagonizadas por Felizardo em meados de 1907, após receber denúncias, de patrões e seringueiros, de que os Iskunawa e os Yawanawá, moradores do igarapé Apiuri, afluente da margem direita do rio Gregório, próximo à terra da divisão com o rio Tarauacá, estavam "semeando o terror" em seringais desses dois rios. "*Não me fiz por esperar, fui em auxílio aos seringueiros que estavam sendo roubados e prejudicados pelas hostilidades* (...)", diz Felizardo (ibid: 22), tornando clara a associação entre as ações de "catequese", de "policiamento" dos índios e de "garantia da segurança" dos trabalhadores e da produção nos seringais. De retorno de Cruzeiro do Sul, em junho de 1907, onde a Comissão de Obras Federais fora instalada dois meses antes, Felizardo assim descreve a "entrada triunfal" nas malocas, a participação de Tescon como "intérprete" e os resultados das tensas negociações tecidas com os chefes de ambos os grupos:

> "*Resolvi, como era da minha alçada, procurar entrar em contato direto com os bugres. No dia 22 de junho de 1907, tive ensejo de nossa entrada triunfal na*

---

ano e assinatura ilegíveis (conforme especifica a responsável pela transcrição). Neste documento, Felizardo era nomeado "chefe de turma de segurança dos caminhos", com diária de dez mil reis (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12239). Em outro trecho de seu relatório, Felizardo afirma que, durante o período em que atuou para a Comissão de Obras, ocupara o cargo de "sargento da turma de segurança de caminhos", e que, em Cruzeiro do Sul, reportava-se ao Capitão de Corveta Aristídes Vieira Mascarenhas, comandante da canhoneira Missões (Cerqueira, 1958: 21-22). Tendo chegado como membro da Comissão de Obras, Mascarenhas estava à época a serviço da Prefeitura, com atribuição de garantir a segurança pública em Cruzeiro do Sul e no Alto Juruá. Acumularia o cargo de delegado de polícia, indicado pelo Prefeito Bueno de Andrada (Brasil. MJ. Prefeitura do Alto Juruá, 1908: 19) e assumiria interinamente a prefeitura de janeiro a setembro de 1908 (Castello Branco, 1930: 670). Em certa ocasião, Mascarenhas teria ordenado a Felizardo a imediata prisão de Tescon, que pouco antes, dizia-se, matara um índio por roubos feitos em barracas de vários seringueiros. Essa ordem seria demovida, esclarece Felizardo, após suas considerações sobre as conseqüências, contrárias à desejada "pacificação" da região, que a prisão de Tescon poderia acarretar (Cerqueira, 1958: 22).

grande maloca dos Japós - Isco-naúa e Queixadas - Iaúa-naúa. Levei como intérprete o grande Tescom. Na chegada houve um levante de ânimos, as duas tribus não queriam chegar a acordo nenhum; cismavam uma falsidade, mas, foi o que eu mais garanti, que de forma alguma os subordinava - prisão. Os chefes das duas casas eram já muito amigos, tinham os seguintes nomes: o Iaúa-naúa seu nome Picaruá e o da tribo Isco-naúa Rúmê-á. Depois dos acordos e juramentos que prestaram, de não hostilizarem mais aqueles rios, fizeram as devidas cerimônias de praxe e os chefes índios também pediram-me para que os brancos cessassem os seus ataques de correrias em seu povo" (Cerqueira, 1958: 23).

À mesma época, o engenheiro Joaquim Nunes de Oliveira, a serviço da Comissão de Obras Federais, realizaria viagem de Cruzeiro do Sul a Cocameira, para realizar estudos para a determinação do melhor traçado da "Leste-Oeste Brazileira", cuja abertura seria iniciada no ano seguinte. Em seu relatório, Oliveira (1907: 63) informa ter encontrado Felizardo, "*nosso encarregado da fiscalização dos índios*", na margem esquerda do rio Gregório, acompanhado do índio Manduca, nas proximidades de um bananal e de um roçado abandonados pelos Kaxinawá, após "perseguições de seringueiros, em conquista de terras". Conforme previamente acertado, Felizardo acompanharia Oliveira e sua equipe, sete homens armados, pelo restante da viagem. Após dez dias de caminhada, chegariam a Lupuna, onde o engenheiro seria recebido por emissários de Ângelo Ferreira, ainda no caminho, trazendo-lhe um "lunch" e uma garrafa de vinho. A descrição do "sítio", feita por Oliveira, confirma a opulência do "povoado" e a fama de "homem trabalhador" gozada por Ângelo:

"*Bonito logar, com uma área descampada de 18 alqueires de 10.000 braças quadradas, mais ou menos, sendo uma parte em pastos, outra em bananaes, roças de macacheira, cannaviaes, possuindo 18 pequenas barracas bem distribuídas, uma moenda, uma bolandeira, gados muares, vacuum, suinos, cavallares, ovelhas e muitas galinhas. Sobre um alto se acha a casa do Sr. Angelo, barracão grande, alto e de relativo bom gosto. Do alpendre da casa se avista todas as barracas e toda a área descampada. Esta situação fez-me lembrar, com saudade, os pequenos sítios dos Estados de São Paulo e Minas*" (Oliveira, 1907: 65)[289].

Findos os trabalhos topográficos em Cocameira, Oliveira decidiria, em seu retorno, visitar várias malocas, com o objetivo de fazer-se conhecer como representante da Comissão de Obras, comunicar a abertura da estrada e estabelecer acordos que permitissem o início dos trabalhos. Rio Tarauacá acima, seguiria numa canoa cedida pelo Coronel Ângelo Ferreira, acompanhado de dois homens de sua escolta e dos "sete homens

[289] Três anos depois, no registro do título de compra e venda dos seringais antes movimentados por Ângelo Ferreira seriam relacionados no "sítio Lupuna" 14 estradas de seringa, benfeitorias, plantações, aviamento de farinha, barracão (com móveis e objetos de escritório) e barracas, uma lancha, além de uma tropa de seis burros, com arreios (Cartório de Registro de Imóveis de Tarauacá, Livro 3B, fl. 4v-6).

que estavam encarregados de zelar dos índios" (Oliveira, 1907: 66). A caminhada inicial, de 36 quilômetros, pela floresta teve início no seringal Atenas, passando pelo igarapé Cupú, até alcançar o Apiuri, onde esperava encontrar a primeira maloca, habitada pelos Iskunawa[290]. À diferença do relato de Felizardo, e de outros relatórios da Prefeitura e da própria Comissão, o engenheiro informa ter presenciado uma situação desoladora: em meio a um roçado abandonado, um grande "barracão" deserto, no qual havia nove sepulturas (inclusive a do "tuxaua"), índios em fuga, após mortandade recente, por um mal ao qual chamavam "catarro". À frente, restos de outro barracão, incendido pelos próprios índios, ainda em chamas, cercado por plantações arrasadas. Perguntado sobre o porquê dessa situação, Felizardo, "nossa língua" ("intérprete", "guia", esclarece Oliveira), revelaria o "costume" desses índios de, depois de seguidas mortes, "chorarem seus parentes", tudo destruírem e mudarem seu local de moradia (1907: ibid).

Nas proximidades do igarapé Paturi, também afluente do rio Gregório, o encontro com dois casais de indígenas e várias crianças marcaria a proximidade de outro grande roçado e de vários "tapiris"; adiante, outra maloca, segundo o engenheiro, "um dos pontos de permanência do Felizardo com sua turma de policiamento dos índios". Alertados por uma saraivada de tiros ao alto, apareceriam vários índios, um dos quais foi chamar o chefe, que compareceu com vários homens, mulheres e crianças. O chefe quis saber de Felizardo se o engenheiro também era um "tuxaua" e se era dos "peruanos", dos quais, disse, guardava desconfiança e ódio, devido às lembranças das "correrias" promovidas pelos caucheiros poucos anos antes. Esclarecido por Felizardo de que se tratava de um tuxaua e um "cariu" (brasileiro), Oliveira, como "prova de amizade", seria presenteado com cachos de bananas e convidado a seguir à maloca. Impressionado com a deferência, Oliveira comentaria: "*Só a mim, não aos que me acompanhavam, o que revella entre elles o orgulho: era um tuchaua que se entendia com outro*"[291]. Na visita aos "tapiris", on-

[290] Foto, sem autor especificado, datada de 1910, dos "índios da maloca do Cupu", consta no Anexo Fotográfico da tese. A foto integra a reedição, em livro, do texto "O Juruá Federal", de Castello Branco (1930), patrocinada, em 2005, pelo gabinete do senador acreano Geraldo Mesquita Júnior, como parte da coleção "Documentos para a História do Acre", publicada na Gráfica do Senado. A foto aqui reproduzida foi obtida no Acervo Digital do Memorial dos Autonomistas, em Rio Branco, gerenciado pelo Departamento de Patrimônio Histórico, da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, do governo estadual.

[291] Sobre as expectativas e a postura dos chefes indígenas quando dos "primeiros" encontros e negociações com os representantes governamentais, e mesmo com os seringalistas, afirma Castello Branco (1950: 59-60): "*O principal problema da catequese estava no seguinte. O gentio, da língua Pano (...) considerava-se em pé de igualdade a qualquer outra pessoa e os seus tuchauas só consentiam em falar com os outros chefes, e, quando estes eram civilizados, êles indagavam logo se eram possuidores de igual título, para então entabolar conversação. (...) êstes homens não admitiam superiores a êles, não podiam, facilmente, subordinar-se a outrem (...). Habituados a um sistema de atividades inteiramente diferente dos da*

de viviam cerca de 120 índios, uma constatação semelhante, da qual Oliveira (1907: 69) diz não ter guardado "agradáveis impressões": muitos doentes, alguns graves, com os mesmos sintomas, um "forte catarral e febres", que o engenheiro atribuiria ao costume dos índios de dormirem em redes, nus, sobre pequenas fogueiras e se banharem nas águas frias dos igarapés várias vezes durante o dia.

Após outros 50 quilômetros de caminhada, e passar o barracão do seringal Guarany, abandonado desde um ataque dos índios e o assassinato de todos os moradores, atravessar o rio Gregório, descer os igarapés Carrapateira e Marajá, onde havia "diversos tapiris", e entrar no igarapé Forquilha, afluente da direita do Riozinho da Liberdade, alcançariam a maloca do "afamado Tescon", que Oliveira afirma ser "chefe" dos Kaxinawá. Cerca de 60 índios, espalhados em tapiris, choravam a morte de parentes, também vitimados pelo catarro. Tendo sido "bem recebidos", Felizardo enviaria um índio para chamar Tescon, que não compareceria. Numa maloca próxima, onde viviam 90 índios, Oliveira lograria conversar brevemente com Tescon, com ajuda do "intérprete" (Felizardo), pois, aquele se recusava a falar o espanhol, "língua dos conquistadores", e pouco compreendia o português. Oliveira (1907: 71) diz ter recebido de Tescon a promessa de uma visita a Cruzeiro do Sul e, segundo Bueno de Andrada (1907: 28), do auxílio de seus índios na abertura da estrada. Como contrapartida, exigiria que o governo lhes reservasse terras e fornecesse machados e roupas.

Legitimado pela Comissão de Obras Federais, tendo por atribuições a "fiscalização" e o "policiamento" dos índios, estabelecidos os primeiros acordos com os chefes das malocas, e respaldado por Ângelo Ferreira, Felizardo iniciaria negociações com o coronel Francisco Freire de Carvalho, para que este indicasse pessoa de sua confiança como "encarregado" das malocas no Riozinho da Liberdade. Com a implantação desse "posto de fiscalização", e de outro no rio Apiuri, Ângelo e Felizardo pretendiam estender a "proteção" e a "catequese" aos indígenas de todas as malocas dessa região, pacificando suas relações com os seringueiros, garantindo "segurança" à produção de borracha e criando condições para a abertura da estrada pela Comissão[292]. Ao mesmo tempo,

---

gente que se intrometeu na floresta que dominavam, não podiam de bom grado aceitar as exigências dos novos senhores e sempre que não lhe davam a liberdade a que estavam habituados, fugiam, revoltavam-se, usando de represálias e vinganças. Métodos mais liberais, como os adotados (...) no Liberdade, por outros civilizados, no tempo da Comissão de Obras Federais, deram bons resultados".

[292] Diferentemente, nos capítulos editados de seu relatório, Felizardo (Cerqueira, 1958a) afirma que esse encontro teria ocorrido quando do retorno da turma de Cruzeiro do Sul, a reboque de convite feito pelo Coronel Carvalho a Ângelo Ferreira, com intenção de conhecê-lo e agradecer-lhe a abertura do varadouro, pelos benefícios que traria aos seus negócios. A proposta de nomeação de um "homem de sua confiança" para colocar nas malocas de Tescon teria sido inicialmente recebida com entusiasmo por Carvalho,

era intenção deles obter garantias do Coronel Carvalho de que novas "correrias" não seriam realizadas por seus gerentes, fregueses e homens armados. Carvalho julgaria conveniente a proposta apresentada por Felizardo, e indicaria o peruano Maxico, casado com uma índia, "de uma tribo do rio Japurá" e pai de uma menina. Maxico se instalaria no igarapé da Besta, próximo aos Jaminawa, com a atribuição de "fazer a administração" dessa maloca e daquelas "dos índios de Tescon", auxiliado por dois homens indicados por Felizardo (Cerqueira, 1958: 23-4).

As ações oficiais de "catequese", promovidas por meio de iniciativas articuladas por Ângelo Ferreira e Felizardo Cerqueira, foram concebidas e postas em prática sobre uma extensa rede de relações interétnicas, pré-existente à chegada dos caucheiros e seringueiros, que persistia, apesar dos substanciais rearranjos territoriais e sociais pelos quais haviam passado os vários grupos indígenas em decorrência das "correrias" e da implantação da empresa seringalista sobre seus antigos territórios.

Trechos de um depoimento de Raimundo Luiz Yawanawá indicam que, antes da chegada dos caucheiros e seringueiros, as grandes "festas" eram momentos importantes de reafirmação de alianças políticas e matrimoniais, e de intercâmbio de bens e conhecimentos, entre os vários grupos que viviam, e se visitavam, nos rios Liberdade, Gregório e Tarauacá, mas também ocasiões nas quais se reavivam e eclodiam conflitos, motivados por intrigas, vinganças, emboscadas, envenenamentos e roubos de mulheres:

> "*Tempo das festas, os Rununawa e os Shawanawa* [Arara - MPI] *faziam aquela grande festa, iam buscar os Yawanawá, e Yawanawá iam buscar o povo do rio Tarauacá, que era os Iskunawa. Hoje se chama Katukina* [Shanenawa - MPI] (...) *eles tomavam de conta do rio todinho. Eles não, os Kaxinawá. Então, esses Katukina faziam ligação muita com os Kaxi. Quando eles convidavam uma festa, eles iam, os Kaxi também. Misturavam. Então fazia uma grande festa, um encontro de três, quatro aldeias, ou tribos, quatro tribos. Muita gente, mais de duas mil pessoas. Faziam aquele convite grande. Então aquela aliança foi uma aliança muito segura. Por causa dessa aliança, fizeram muita troca de mulher, pra unir mais*".

Esses grandes encontros serviram, nesse novo contexto, para despertar a curiosidade e o desejo por novos instrumentos de trabalho, roupas e mercadorias, levando vários grupos a se mobilizar para acessá-los: em alguns casos, pela continuidade dos roubos a barracas de seringueiros, em outros, pelo estabelecimento de acordos e relações,

---

pois mantinha entre 20 e 30 homens armados para evitar saques e mortes promovidos pelos índios, os quais, em certos anos, haviam causado a queda de até metade da produção de seus seringais. O encontro serviria ainda para pôr fim às desconfianças e ao incômodo gerados pela passagem dos portadores de Antônio Nunes pelo Riozinho da Liberdade, os quais, devido à gravidade das denúncias, haviam levado carta assinada por Carvalho, endereçada ao prefeito, recomendando que atenção lhes fosse dada e providências fossem urgementente tomadas.

mais ou menos duradouras, com os seringalistas, principalmente com Ângelo Ferreira. Ainda segundo Raimundo Luiz: "*Naquela época, de ajuntar para fazer a festa, eles já traziam chapéu de palha na cabeça, o terçado, alguma coisinha. O pessoal via e dizia: "Como é isso?". Os outros respondiam: "É o ajudante daquele pessoal que passou aqui naquele tempo. Era para isso que eles queriam amansar. Olha como está dando algumas coisas boas pra nós. Essas coisas tudinho*". Ao que tudo indica o "ajudante" de Ângelo Ferreira, que passara pelo rio Gregório, na abertura do varadouro para Cruzeiro do Sul, era Felizardo Cerqueira, quem, nos anos seguintes, concentrara sua atuação nessa região, legitimado pela Comissão de Obras e contando com o respaldo de seu antigo patrão.

As ações de "catequese" e "policiamento" promovidas por Felizardo vieram a incluir, portanto, ferramentas e mercadorias como importante atrativo para o estabelecimento de negociações e acordos, que, por sua vez, vieram a permitir o engajamento de mão de obra indígena em empreendimentos encabeçados por Ângelo Ferreira. O cumprimento pelos patrões dos acordos para a interrupção das "correrias", o reconhecimento dos chefes indígenas e suas formas de autoridade nas malocas e a distribuição de mercadorias por seu intermédio constituíram importantes componentes na legitimidade que as ações de Felizardo alcançaram nessa conjuntura. E vieram a contribuir, ainda, no reconhecimento público que Ângelo Ferreira adquiriria como "catequizador de índios", mas também como "tuxaua", "chefe" e "papai grande", como indicam depoimentos de lideranças indígenas, matérias da imprensa de Villa Seabra ("Aborígenes". *O Município*, 28/4/1912. SARQ/MI, Filme 324, Planilha 007 Fot. 236-37) e textos depois escritos por Tastevin (1926: 47) e Castello Branco (1950: 17; 59-60).

Esse sistema de "catequese" e tutela dos indígenas teria curta duração, contudo. Em dezembro de 1907, diz Felizardo, quatro "mateiros" do seringal Ceará, após tentarem manter relações sexuais à força com índias Jaminawa, e serem impedidos por Maxico, comunicariam ao gerente, o português Manuel Cunha, genro de Francisco Freire de Carvalho, que o peruano planejava revoltar os índios para apossar-se do seringal e para matá-lo, caso o coronel oferecesse resistência. Por ordem de Cunha, Maxico seria espancado, amarrado e preso junto com sua mulher e sua filha. Após fugirem, o gerente ofereceria aos mateiros "um conto de reis e uma pipa de vinho" a quem os matasse. E mandaria convocar os Jaminawa ao barracão, oferecendo-lhes, pelas mesmas mortes, boa quantidade de armas, munição, terçados e miudezas. Os três seriam mortos a tiros

pelos Jaminawa, diz Felizardo, antes de conseguirem alcançar o rio Gregório (Cerqueira, 1958: 24-7).

À época residindo na maloca do rio Apiuri, Felizardo seria informado da prisão de Maxico por um dos índios que com ele moravam e do seu assassinato por seringueiros do igarapé Forquilha. Foi então ao encontro de Cunha, que, desmascarado, pediria-lhe segredo. De Ângelo Ferreira, Felizardo receberia a incumbência de levar carta ao Coronel Carvalho relatando a participação de seu genro na trama. Temeroso da famosa truculência do coronel, Felizardo seguiria ao barracão na foz do Liberdade, aonde Cunha já chegara. Dando eco às informações do genro, Carvalho acusaria Ângelo Ferreira de tramar o assassinato de Maxico, e Felizardo, "seu braço direito", "homem valente que não temia nem mesmo os índios bravios", de executá-lo. Disse, ainda, ser sabedor que, em breve, por ordem de Felizardo, Tescon e seus índios desceriam o rio, queimando barracões e barracas, matando os seringueiros e carregando suas mulheres, para saquear o seu barracão. Por isso, enviara seu guarda-livros, Francisco Aprigio Riquet Nogueira, a Cruzeiro do Sul, para dar parte às autoridades (Cerqueira, 1958: 28-31). Ameaçado de morte, preso a mando de Cunha, cuja nomeação como juiz de paz do seringal Ceará fora solicitada e trazida por Riquet Nogueira, libertado por este guarda-livros, Felizardo levaria a Ângelo carta que os intimava a se apresentar em Cruzeiro do Sul para responder a processo judicial já instaurado[293].

O desmantelamento do sistema de "catequese" e tutela montado por Felizardo Cerqueira e Ângelo Ferreira, com respaldo da Comissão de Obras, se consumaria ao longo de 1908. Grande parte dos Jaminawa, originalmente cerca de 70 índios, seria atacada pelos índios comandados por Tescon, em represália pela morte de Maxico, e optaria por fugir para as cabeceiras do rio Amoaca, afluente da margem direita do Juruá, em seringais do patrão Manoel Absolon Moreira. No Apiuri, em maio, Luiz Izidoro, um dos "encarregados" nomeados por Felizardo, seria acidentalmente morto por um jovem índio que, por curiosidade, manejava sua arma. Desconfiado de que essa morte fora proposital, Tescon exigiria dos chefes Iskunawa e Yawanawá a entrega do rapaz. Face à

[293] Segundo Felizardo, em abril de 1908, Ângelo Ferreira e ele se apresentariam para prestar esclarecimentos sobre a morte de Maxico perante as autoridades judiciárias, as quais teriam exigido dinheiro a Ângelo para arquivar o caso. Recusada a proposta, o processo iria a julgamento posterior, o que acabaria não ocorrendo, pois Manoel Cunha acabaria falecendo um ano depois (Cerqueira, 1958: 35). Máximo Linhares (1913), ajudante do SPILTN, em sua viagem pelo Liberdade em 1911, informa, contudo, ter sido acompanhado pelo gerente do seringal Ceará, Manoel Rodrigues da Cunha, em visita feita a uma "*importante maloca dos índios Caxinauas e Araras, chefiada pelo famoso tucháua Tescon, da tribu dos Cachinauas, caboclo valente e que falla regularmente o portuguez, anda vestido, possue trez rifles e tem pequeno commercio com os barracões*".

sua recusa, informa Felizardo, "*As tribos romperam as relações diplomáticas e logo houve a declaração de guerra* (...)", com uma série de ataques recíprocos, que resultariam em elevado número de mortes (1958: 39-40)[294].

Em outubro de 1908, por sua vez, o Prefeito Capitão Aristides Vieira Mascarenhas, diz Felizardo, solicitaria seus serviços para "amansar" os Poyanawa, atendendo pedido do Coronel Mâncio Agostinho Rodrigues de Lima, dono do seringal Aurora e da Fazenda Barão do Rio Branco, no rio Moa. Para lá seguiria, com "índios intérpretes", o "mateiro" Antonio Bastos, quem, por indicação de Felizardo, substituíra Izidoro nas malocas do Apiuri[295]. Por solicitação do mesmo capitão, Felizardo seguiria ao alto rio Tejo, na tentativa de "pacificar" os indígenas que ali promoviam saques e mortes (Cerqueira, 1958: 41).

O assassinato de Ângelo Ferreira, em meados de 1909, teria como desdobramento o término das ações de "catequese" de Felizardo Cerqueira nos rios Liberdade, Gregório e Tarauacá. Informações sobre a continuidade das ações promovidas pela Comissão de Obras Federais e a Prefeitura em 1909 constam em Castello Branco (1950: 18): os índios do rio Gregório, "já civilizados", teriam limpado mais de 30 quilômetros do leito da "Leste-Oeste Brazileira", serviço pelo qual receberam roupas, armas e instrumentos para a agricultura. Dois "chefes de turma" haviam estado à frente dessa empreitada: Guilherme Duque Estrada, remunerado pela prefeitura, e Antonio Bastos, pela Comissão de

---

[294] Felizardo atribui a esses conflitos o assassinato de Tescon e de grande parte de seus homens, a tiros, em dezembro de 1908, quando os Iskunawa e os Yawanawa os surpreenderam pescando em um lago (Cerqueira, 1958: 40). Todas as outras fontes informam, diferentemente, que a morte de Tescon e seus homens ocorreram em 1914, numa tocaia preparada pelos Arara (Shawanawa) durante uma pescaria coletiva num lago do igarapé Forquilha (Tastevin, 1926: 50-1; 1928: 208-09; 211; Castello Branco, 1950: 50; Barros, 1993: 127). Depoimentos de Raimundo Luiz (Aquino, 2001; Vinnya Yawanawá, 2007: 18-9) e de lideranças Shawanawa (Correia, 2001) também creditam a morte aos Arara, devido a seguidas desavenças surgidas por maus tratos a mulheres casadas com Rununawa e Yawanawá. Após a morte de Tescon, temendo represálias dos Rununawa, Yawanawá e Iskunawa, os Arara rapidamente abandonariam o Riozinho da Liberdade e se refugiariam na região compreendida entre os rios Tejo, Bagé e Amoaca. Neste último, conforme já dito, viviam famílias Jaminawa e Amahuaca, em seringais de Manoel Absolon Moreira, que, dois anos antes, fora nomeado pelo SPILTN como "delegado de índios".

[295] Esta é a única alusão feita por Felizardo a Antonio Bastos em todo o seu relatório. Após o fim das iniciativas de Ângelo Ferreira e Felizardo, Bastos adquiriria progressivo reconhecimento como "catequizador" e "protetor" das malocas dos rios Tarauacá, Gregório e Liberdade, tendo trabalhado para a Comissão de Obras Federais e para a Prefeitura, antes de, em 1911, ser nomeado pelo SPILTN como "Encarregado do Entreposto de Proteção aos Índios do Alto Juruá" (Silva, 1912; Linhares, 1913). Seria a partir de então que, a pedido do seringalista Mâncio Lima, nomeado "Delegado de Índios do rio Moa", Bastos se dedicaria à "atração" e "pacificação" dos Poyanawa, logrando em 1913, assentá-los nas propriedades daquele coronel. Em carta ao Prefeito do Alto Juruá, Capitão Rego Barros, em meados de 1912, depois publicada no jornal *O Cruzeiro do Sul* e no *Jornal do Commercio*, este de Manaus, Antonio Bastos, antes de reivindicar o apoio da administração, afirmava estar "(...) *humildemente, trabalhando na cruzada da nobre e árdua tarefa que teve como seu paladino e iniciador o saudoso emprehendedor Coronel Ângelo Ferreira, que muito fez para a tranqüilidade dos seringueiros e melhoramento dos infelises brazis* (...)" (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 07, Fot. 258).

Obras. Citando relatório do Capitão-Tenente da Armada Carlos Frederico Noronha, que sucedera Bueno de Andrada como prefeito, Castello Branco informa ainda que a Prefeitura continuava a manter entre os índios dos rios Tarauacá e Juruá, "nos mesmos locais de outrora", "empregados encarregados pela catequese". E que estes vinham com freqüência a Cruzeiro do Sul, encabeçando comitivas de indígenas, às quais a Prefeitura fornecia "roupas, redes, armas de caça e alimentação".

O assassinato de Ângelo Ferreira foi assim rememorado pelo velho chefe Kaxinawá Sueiro Cerqueira Sales, oito décadas e meia depois de ocorrido:

> "*Com uns tempos pegaram inveja, porque ninguém podia com ele. Só era ele que lutava* [trabalhava - MPI] *com os índios. Pegaram queixa com ele. Foram matar ele dentro do Apuanã.* (...) *Eram três pessoas: Auton Furtado, Ananias e Elmiro. Esses dois eram pistoleiros, o Auton Furtado era o patrão forte, o chefe. Lá mataram ele de bala, à traição. Ângelo tinha ido no centro, quando vinha querendo sair, montou num cavalo, vieram e atiraram nele. Mataram lá na colocação Sanango de Cima. Sinal dele não sei se existe ainda, num toco de cumaru, bem alto. Derrubaram e ele foi sepultado bem encostadinho desse toco de cumaru*" (Sueiro Sales Cerqueira, Depósito Natal, seringal Alto do Bode, 1991).

O promotor de justiça Antônio José de Araújo (2003: 156), que viajou pelo rio Tarauacá pouco após o assassinato, informa que a emboscada foi tramada por Ananias Lima, Elmiro Peres, Auton Furtado e outros, e que o "malogrado Coronel" foi enterrado no seringal Apuanã. Tastevin (1926: 48) atribui sua morte a rivais, aos quais alugara seu seringal, versão endossada pelo historiador Castello Branco (1950: 17), que acrescenta que os arrendatários teriam cometido o assassinato quando procurados "para regularizar suas transações", às vésperas de uma longa incursão que Ângelo pretendia iniciar. O nome e o local da colocação, Sanango, onde Ângelo foi morto e enterrado, aparecem destacados, com uma cruz, no mapa do rio Tarauacá produzido, quinze anos depois, por Tastevin (1926)[296].

Essas informações convergem, em parte, na versão que Felizardo apresenta sobre os motivos, o plano e a execução do assassinato de "um grande trabalhador nacional, morto traiçoeiramente" (Cerqueira, 1958: 37). Em seu relatório, Felizardo atribui o plano ao Coronel Francisco Freire Carvalho, intrigado com Ângelo Ferreira, e com ele, após a morte de Maxico, bem como a Auton Furtado, que se tornara gerente do seringal Ceará, após a alegada morte de Manoel Cunha, o genro do coronel. Com recursos de Carvalho, Auton seguira ao Ceará, onde recrutara uma turma de homens para trabalhar como seringueiros. De retorno, solicitara um local para colocar sua freguesia a Ângelo,

[296] Consultar o Mapa 4, nos anexos.

que lhe ofereceu uma "exploração" no rio Humaitá, aberta na expedição feita para a Comissão de Obras Federais em 1907. Alegando preferir explorar borracha, e não caucho, Furtado proporia a compra do seringal Apuanã, por 90 contos de reis, a serem pagos em três parcelas. Para administrar o seringal, e levar à frente a trama do assassinato, Auton estabeleceria sociedade comercial com Elmiro Peres e Ananias Lima, também desafeto de Ângelo Ferreira, depois que, no rio Gregório, este lhe recusara o empréstimo da lancha de sua propriedade. Nas datas acertadas em contrato, promessas de pagamento posterior, o que causara elevados prejuízos a Ângelo, que descolocara seus fregueses do Apuanã e arcara com seu pagamento como diaristas. Às vésperas de uma nova viagem de exploração pelo rio Tarauacá, diz Felizardo, Ângelo enviara carta a Auton Furtado, cobrando o pagamento dos atrasados ou a imediata devolução do seringal. O assassinato, a tiros, ocorreria no paranã Apuanã a 15 de junho de 1909, dia marcado para receber o seringal. Presos, Ananias, Elmiro e Auton seriam encaminhados a Cruzeiro do Sul, mas, de passagem pelo barracão na foz do rio Liberdade, acabariam soltos por intervenção do Coronel Francisco Freire de Carvalho, quem, segundo Felizardo, ofereceria uma festa em comemoração à morte do desafeto (Cerqueira, 1958: 35-7).

Após o assassinato de Ângelo Ferreira da Silva, sua controversa fama perduraria, afirma o padre Tastevin (1926: 48): "*Sa personnalité est trés discutée: pour les uns ce fu un herós, pour d'autres ce ne fut qu'un bandit*".

Em 1994, durante a identificação da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã, que incidiria sobre os seringais Lupuna, Apuanã, Cocameira e outros explorados e movimentado por Ângelo Ferreira nove décadas antes, duas lideranças Kaxinawá, Sueiro Cerqueira Sales e Jorge Lemes Ferreira foram incitadas a dar seus depoimentos sobre este personagem e sobre as relações que estabelecera com vários grupos indígenas. Avaliações positivas de Ângelo Ferreira e dessas relações permeiam ambos os depoimentos, ao ressaltar como suas iniciativas haviam impedido a continuidade das "correrias" e, à diferença do que faziam brasileiros e peruanos, priorizaram "catequizar" e "amansar" os índios, mobilizando-os em diferentes atividades em seus seringais. Disse Sueiro:

> "*Antigamente, no começo, o nosso patrão, que estava catequizando, era o Ângelo Ferreira. Ângelo Ferreira não deixou mais matar gente, nem peruano, nem cearense. Não sei de onde é que eles vinham, atacavam os índios, estragando os índios. Quando via as casas iam tomar à força, a tiro. Os índios corriam, ficavam com a casa. Não queria ficar, tocava fogo, ficava com a comida. Índio ia fazer tudo de novo. O Ângelo Ferreira chegou e não deixou mais fazer isso. Ele foi amansando. Com medo, os índios se entregavam. Ele tava trabalhando, ajuntando*

muito índio, tudo bom de serviço" (Sueiro Sales Cerqueira, Seringal Minas, rio Tarauacá, março, 1994).

Com base em narrativas ouvidas de sua sogra, Jorge Lemes Ferreira reafirma a habilidade de Ângelo Ferreira em "juntar" vários grupos indígenas e mobilizá-los em trabalhos junto com os seringueiros e os caucheiros, bem como o respeito dedicado aos chefes e a "satisfação" com que os índios trabalhavam, tendo assim acesso a mercadorias. Criado em meio aos seringais, Jorge Lemes enquadra Ângelo Ferreira na categoria de "bom patrão" e descreve as atividades nas quais a mão de indígena era mobilizada e as formas de relacionamento mantidas com esses grupos:

"*Antigamente, desde 1900 e pouco (...) os Kaxinawá trabalhavam com Ângelo Ferreira. Ângelo Ferreira trabalhava com um bocado de índios. Fora os Kaxinawá, tinha Jaminawa, Yawanawá, Katuquina, Kulina e outras nação de índio que hoje nem existe mais. Ângelo era patrão bom pra se trabalhar. Não deixava caucheiro e outros patrão fazer correria, matar os índios. Respeitava os chefes. Agradava, vendia mercadoria. Os índios fazia todo tipo de serviço pro Ângelo: trabalhava no campo, abria colocação, estrada de seringa, empicava ramal, estrada de rodagem, varadouro, colocava roçado, caçava, pescava, fazia transporte de mercadoria, de borracha. Mas trabalhava tudo satisfeito. Nunca tinha visto aquelas mercadorias que o Ângelo arrumava. Tratava bem o índio. Não empatava de colocar roçado, de pescar, de caçar, de fazer nossas festas*" (Iglesias, 1995: 6).

Legitimados pela Prefeitura do Alto Juruá e pela Comissão de Obras Federais, as iniciativas de Ângelo Ferreira e Felizardo Cerqueira gozaram de relativa autonomia, colocando a "catequese" e a "o "policiamento", relação de tutela sobre os vários grupos indígenas, a serviço dos empreendimentos do primeiro. Tiveram papel crucial, por um lado, na consolidação do Lupuna como principal ponto comercial no médio rio Tarauacá e de Cocameira como "cabeça de linha", primeiro do varadouro e depois da "Leste-Oeste Brazileira". Por outro lado, viabilizaram uma contextual "pacificação da região", com a exploração e o aproveitamento de novas áreas de seringais e a mobilização da mão de obra indígena em diferentes serviços. O prestígio de Ângelo Ferreira junto à Prefeitura e à Comissão de Obras permitiria ao primeiro pleitear o reconhecimento legal dos seringais que movimentava e de outras explorações que abrira nos rios Envira e Murú[297].

[297] Em pesquisas realizadas no Cartório de Imóveis de Tarauacá, não foi identificado qualquer registro indicando que Ângelo Ferreira tivesse, em seu nome, título de propriedade dos seringais que movimentou na primeira década do século passado. Contudo, escritura pública lavrada em Villa Seabra em 14 de março de 1910, e depois no Livro 3B (fl. 4v-6) em 24 de junho de 1911, registra título de compra e venda de "posses e de direitos dominicaes" sobre os seringais Nauta, Apuanã, Lupuna (no rio Tarauacá), São João, São Pedro e Itapira (alto rio Acuraua), além de "explorações" nos igarapés Maronáua (rio Envira) e Humaitá (rio Murú), adquiridas por Augusto Vieira e João Alves de Freitas & Companhia Foz do Murú, de

Por meio das ações de Ângelo Ferreira e Felizardo Cerqueira, as políticas de "catequese" da Prefeitura e da Comissão de Obras foram implementadas, alcançando alguns dos principais objetivos propostos por vários representantes do governo federal. A gradual incorporação dos indígenas aos trabalhos nos seringais, sob a tutela tanto de agentes públicos como dos seringalistas, fora projeto defendido pelo Prefeito Thaumaturgo de Azevedo. A "catequese" articulada com a "fiscalização" e o "policiamento" dos índios em suas malocas, semelhante ao "regime militar brando" defendido pelo Coronel Belarmino Mendonça, veio a garantir a "vigilância" de vias de comunicação estratégicas numa região fronteiriça. Vislumbrada por Azevedo e por Mendonça, essa foi a principal política favorecida na gestão de Antonio Bueno de Andrada como engenheiro chefe da Comissão de Obras Federais, cargo que acumularia com o de prefeito do Alto Juruá.

Pela "acomodação", termo que, em seu relatório, Felizardo Cerqueira utiliza recorrentemente para referir-se aos acordos e ações destinados à "pacificação" das relações entre indígenas e "civilizados", logrou-se contextualmente "garantir segurança" aos seringueiros e viabilizar a produção de borracha, meta que a maioria dos patrões e caucheiros só havia concebido possível alcançar por meio de "correrias" e expedições punitivas.

As ações oficiais de "catequese", delegadas a Ângelo Ferreira e a Felizardo Cerqueira, também incluíram, como defendera Thaumaturgo de Azevedo, compromissos com os patrões (especialmente com Francisco Freire de Carvalho e seus gerentes) para a interrupção das "correrias". Essas ações seriam bem recebidas inicialmente pelos seringalistas, devido a ganhos que vislumbraram ser possível auferir, por exemplo, com a abertura da estrada e com a garantia da "segurança" dos seringueiros na produção de borracha. A fragilidade inerente a aquele plano de "pacificação da região" ficaria evidenciada, contudo, quando a mediação feita por Ângelo Ferreira e Felizardo Cerqueira, e a

---

sua anterior proprietária, Dona Anna Joaquina da Silva, residente em Vila Pedra Branca (Ce) (Iglesias, 1995: 9-10). Distribuídos por vários rios e ligados por uma rede de extensos varadouros, estes haviam sido os seringais abertos e movimentados por Ângelo Ferreira até 1909. As "explorações", por sua vez, coincidem com aquelas abertas na viagem feita para a Comissão de Obras Federais. Apesar de terem o mesmo sobrenome, não foi possível confirmar se Dona Anna Joaquina e Ângelo eram parentes. Tastevin (1926) informa que, de passagem por Vila Seabra em fevereiro de 1924, conversara com uma tia do finado Ângelo Ferreira, cujo, nome, todavia, não revela. Cabe lembrar que Pedra Branca foi local de nascimento de Felizardo Cerqueira, o que torna possível especular se, quando chegaram ao Acre em 1904, Felizardo e a turma da qual fazia parte haviam sido recrutados por Ângelo Ferreira, ou por seus agentes, se haviam sido motivados a migrar para o Acre por notícias auspiciosas enviadas por aquele patrão a Pedra Branca ou se foram arregimentados pelo conterrâneo quando este abria um varadouro rumo às cabeceiras do rio Acuraua, local em que primeiro Felizardo trabalhou como seringueiro.

ascendência que ela lhes permitiu, passaram a ser vistas pelos patrões como ameaça aos seus próprios interesses e negócios.

As ações de tutela sobre grupos indígenas numericamente reduzidos, ainda vivendo significativas transformações territoriais e um considerável declínio demográfico, causados pelas "correrias" e por epidemias de "catarro" e outras doenças, constituíram fator adicional a condicionar as políticas de alianças interétnicas, mas também o surgimento de novos conflitos entre os vários grupos. À exceção das impressões "nada agradáveis" sobre a situação sanitária nas malocas, conforme destacaria o engenheiro Joaquim Nunes de Oliveira em seu relatório de viagem de 1907, os resultados apresentados nos demais relatórios dos Prefeitos, do chefe da Comissão de Obras e do próprio Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ressaltariam, via de regra, que a "catequese" e a "pacificação" dos grupos "outrora bravios" caminhavam junto com a "defesa de caminhos estratégicos", o crescente aproveitamento das imensas riquezas da floresta, o aumento da arrecadação e a integração do Território do Acre, objetivos maiores da administração pública na região.

O desmonte da Comissão de Obras Federais e, principalmente, a morte de Ângelo Ferreira da Silva, marcariam o fim das primeiras iniciativas de Felizardo Cerqueira como "catequista de índios". O assassinato, a fama de violentos daqueles que o mataram, foram presos e acabaram retornando, impunes, para trabalhar como gerentes de seringais na mesma região, aliado ao temor de uma possível retomada das "correrias", levariam a uma rápida dispersão da maioria dos grupos indígenas que, nos anos anteriores, tivera nas relações com Ângelo e Felizardo relevante referência. "*Quando os capangas do Auton Furtado mataram Ângelo Ferreira, os índios ficaram com medo e espalharam por todo canto*", disse, por exemplo, Jorge Lemes Kaxinawá (Iglesias, 1995: 6).

Os índios dos rios Gregório e Liberdade ali permaneceriam e, nos anos seguintes, apesar de eventuais "correrias" e conflitos, gradualmente iniciariam relações de trabalho e comércio com os principais seringalistas nesses rios e em outros afluentes da margem direita do alto rio Juruá (Barros, 1993; Lima, 1994; Correia, 2001; Naveira, 2001; Maciel, 2005). O mesmo aconteceria com grupos de famílias Kaxinawá, Jaminawa e Iskunawa, que se maneriam nos fundos de diferentes seringais (caso do Atenas, União e São Luiz) no médio rio Tarauacá, contando com o consentimento de certos patrões, interessados em sua mão de obra (Silva, 1912; Linhares, 1913; Brasil. MJ. Prefeitura de Tarauacá, 1914; Tastevin, 1924, 1926, 1928; Castello Branco, 1950; Iglesias, 1995, 1998; Aquino, 1996; Iglesias & Aquino, 1997). Diferentemente, vários dos grupos de famílias

indígenas que haviam se agrupado nas imediações do seringal Lupuna, ou viviam em outros trechos das margens do médio Tarauacá, prefeririam rumar para as cabeceiras desse rio, do Murú e do Envira, seus afluentes da margem direita, temerosos de novas "correrias". A busca por locais para se refugiar e se estabelecer nos altos rios, em meio a áreas de seringais e cauchais e a territórios restritos ocupados por outros grupos indígenas, geraria enfrentamentos com os "civilizados", ataques e saques aos seringais, novas "correrias" e, inclusive, conflitos entre esses grupos.

Pouco mais de dois anos após o assassinato de Ângelo Ferreira, num contexto em que o Inspetor do SPILTN Francisco Escobar de Araújo e o ajudante Máximo Linhares acabavam de realizar as primeiras expedições no Território Federal, a imprensa de Villa Seabra demandaria do Ministério da Agricultura e do órgão indigenista a nomeação de um "diretor" para atuar especificamente no Departamento de Tarauacá. Justificavam essa demanda pela retomada dos saques promovidos pelos indígenas nos seringais e pelo recrudescimento dos conflitos com os "civilizados". A nomeação de um "diretor" no Tarauacá e a implementação de ações para a "catequese" dos indígenas seria vista como única maneira de retomar os resultados auspiciosos que tinham advindo da "catequese particular", "empreendimento vitorioso", realizado em anos anteriores por Ângelo Ferreira, a quem os editores do jornal denominam "bandeirante" e "sertanista" (*O Município*, Villa Seabra, 28/4/1912. SARQ/MI, Filme 324 Planilha 007 Fot. 236-237). À parte da nomeação de delegados honorários nos rios Murú e Envira, durante a expedição do ajudante Máximo Linhares, em início de 1912, a principal ação na tentativa de estabelecer uma atuação do SPILTN no rio Tarauacá seria promovida, sem sucesso, pelo Inspetor Bento de Lemos, quatro anos depois.

Na primeira metade da década de 1910, enquanto alguns patrões mantinham as "correrias" como estratégia para tentar garantir "segurança" aos seus fregueses, outros gradualmente vislumbrariam a possibilidade de começar a engajar os indígenas como mão de obra indígena complementar nos trabalhos em seus seringais. Conforme será discutido nas seções seguintes, os serviços de Felizardo Cerqueira passariam a ser requisitados nesse contexto, agora no alto rio Envira, numa região em que ainda predominava a extração do caucho. Aproveitando os nichos de mediação abertos pelas demandas de vários patrões, Felizardo levaria a cabo novos empreendimentos pessoais, os quais, por sua vez, abririam para um conjunto de famílias extensas Kaxinawá alternativas de "proteção", de acesso a mercadorias e de sobrevivência coletiva, numa zona até então marcada por conflitos com patrões, caucheiros e outros grupos indígenas.

Rumo ao alto rio Envira

Depoimentos de lideranças indígenas (como Jorge Lemes Ferreira e Sueiro Cerqueira Sales, ambas Kaxinawá, e Raimundo Luiz Yawanawá), relatórios governamentais (Azevedo, 1905; Oliveira, 1907; Linhares, 1913) e as memórias de Luiz Sombra (1913) e Alfredo Lustosa Cabral (1984) indicam as margens do médio rio Tarauacá e as cabeceiras dos rios Liberdade, Gregório e Acuraua como locais de existência de malocas Kaxinawá à época da chegada dos exploradores brasileiros e dos caucheiros peruanos e do início dos processos de reordenamento territorial e econômico que resultaram da implantação da empresa seringalista[298]. Tanto os depoimentos daquelas lideranças como textos do padre Constant Tastevin (1926, 1928) relacionam os Kaxinawá dentre os grupos que na segunda metade da década de 1900 mantiveram relações com Ângelo Ferreira. O relatório de Felizardo Cerqueira (1958), todavia, nenhuma menção faz a ações de "catequese" junto aos Kaxinawá, ou mesmo à existência de suas malocas, nessa região durante esse período.

Após o assassinato de Ângelo Ferreira, em 1909, enquanto alguns grupos de famílias Kaxinawá permaneceram em vários locais entre os rios Tarauacá e Liberdade, outros se dispersariam, seguindo rumo às cabeceiras dos rios. Nos relatos das velhas lideranças Kaxinawá, essa diáspora é destacada como momento relevante na história dos seus antepassados e dos de outros grupos familiares, os quais, ao longo de trajetórias comuns vieram a compor o povo que, depois de quase noventa anos, permanece "dividido" nos dois lados da fronteira internacional Brasil-Peru e distribuído em doze terras indígenas no Estado do Acre.

Em seus relatos, Sueiro Cerqueira Sales não precisa o trajeto percorrido pelas famílias Kaxinawá que saíram do médio rio Tarauacá e alcançaram os afluentes do alto rio Envira. Mas indica o destino final dessa fuga, empreendida logo após o assassinato de Ângelo Ferreira, e as formas de inserção inicialmente buscadas numa região onde predominava a extração do caucho:

> "*Ficaram com medo. Logo correu a notícia que tinham matado o patrão e agora iam matar todos os índios. Quando caiu no ouvido dos índios, todo tempo era sa-*

[298] Os relatos de Oliveira (1907) e Linhares (1913) afirmam que Tescon e parte dos índios das malocas por ele chefiados seriam Kaxinawá, apesar dos depoimentos das lideranças indígenas e do relatório de Felizardo Cerqueira (1958) assegurarem que Tescon era Rununawa. A atribuição de certas denominações (como Kaxinawá e Katukina) a diferentes grupos falantes de diferentes línguas Pano, seja por agentes governamentais, seja pelos próprios regionais ou pelos "catequizadores de índios", foi comum nessa época, tendo sido elas, ao mesmo tempo, adotadas por certos grupos como estratégia de defesa em meio às "correrias". Para uma interessante discussão a este respeito no caso dos Katukina, ver Lima, 1994: 16-27.

indo pra aqui, pr'acolá, pra todo canto. Os Kaxinawá pegaram no rumo de cima. Vararam não sei por onde e foram sair no seringal Simpatia, nas cabeceiras do Envira. Lá foram trabalhar com um peruano, esse peruano que mataram ele. Começaram a trabalhar no caucho. Muita gente, muito caucheiro, peruano e brasileiro, trabalhando tudo junto" (Sueiro Cerqueira Sales, Seringal Minas, rio Tarauacá, 1994).

Nos depoimentos de Sueiro e de outros velhos Kaxinawá, não há, nessa decisão de fugir ou durante a migração para o alto rio Envira, qualquer referência à participação de Felizardo Cerqueira, que ali reapareceria, "tempo depois", "atalhando" e procurando reagrupar várias famílias extensas após nova diáspora decorrente do assassinato de um patrão "peruano" conhecido por Patrício, para o qual vinham trabalhando. Os relatos de Sueiro e outros Kaxinawá, somados às informações que Felizardo apresenta em seu relatório, adicionam fatos novos às duas principais vertentes explicativas pelas quais vários autores procuraram dar conta da presença dos Kaxinawá no alto rio Envira em início do século passado.

Uma primeira caracteriza a região de florestas nas cabeceiras dos rios Purus, Envira, Tarauacá e Juruá como um amplo território ocupado e utilizado pelos Kaxinawá e outros grupos falantes de línguas Pano e Arawak fazia séculos (D'Ans, 1977; Townsley, 1988)[299]. O conhecimento que os Kaxinawá detinham dos diferentes afluentes dos altos rios Juruá e Purus, inclusive do Envira, antes da chegada dos brasileiros e peruanos, é evidenciado nos relatos feitos por Borô e Tuxinin a Capistrano de Abreu (1941: 514) e por Pudicho Torres a Richard Montag (2002: 18-9).

---

[299] O antropólogo francês André Marcel D'Ans especifica essa área geográfica como tradicionalmente habitada pelos Kaxinawá: "*Le territoire traditionnel proprement dit des Cashinaua se trouvait dans une zone actuellement partagée entre le Pérou et le Brésil, au sources et sur les cours supérieurs des fleuves Juruá et Curanja au Pérou, Embira, à cheval sur la frontière, Tarauacá et Murú au Brésil (...) Ils n'étaient cependant implantés en ceux lieux que depuis quelques siècles. En effet, l'archéologie ainsi que la linguistique et l'ethnographie comparées présentent de nombreux et convergent indices propres à nous faire admettre qu'une migration récente (il ya a dix-treze siécles) les auraient amenés là, en compagnie d'autres peuples pano tel que les Amahuaca et les Yaminahua. Cette migration aurait pris naissance dans les parages de l'Ucayali central, région elle même précédemment envahie (il ya a environ vingt siécles) par l'ensemble des peuples pano, venus probablement du sud-ouest*" (Ans, 1977: 14-5). Para outra análise, baseada em evidências arqueológicas e etnohistóricas, da chegada dos povos falantes de línguas Pano aos rios Javari, Juruá e Purus, consultar Erikson (1992). Incorporando uma subdivisão dos Pano proposta por D'Ans (1974), o antropólogo Graham Townsley define como "southeastern Panoans" os grupos, aí incluídos os Kaxinawá, Jaminawa (na realidade um conjunto amplo de povos - dentre eles, os Sharanawa, Marinawa e Bastanawa, agrupados sob esas denominação) e Amahuaca, que "tradicionalmente habitavam" a região das cabeceiras dos rios Juruá e Purus, em pequenos grupos locais, com marcada tendência à fissão e à reorganização (Townsley, 1988: 10-11a; 15-9). E, baseado em histórias orais ouvidas em campo, afirma, sem ter como verificar de forma definitiva, que os "southeastern Panoans" que atualmente vivem no alto rio Purus, em território peruano, tinham a região do rio Envira como território, mais ou menos contíguo, à época do "boom da borracha", ou pouco antes. Segundo Townsley, as hostilidades entre esses grupos eram comuns e as relações interétnicas "mutáveis e instáveis", sendo sua atual distribuição, no Peru, explicável pelas migrações ocorridas após o "boom" e pela atualização dessas rivalidades em contextos posteriores (ibid: 13).

Diferentemente, sem desconsiderar uma presença anterior de vários grupos falantes de línguas Pano naquela região, uma segunda vertente se fundamenta em dados dos escritos do padre Constant Tastevin (1925, 1926) para enfatizar a chegada dos Kaxinawá ao rio Envira, trazidos do rio Iboiaçú, afluente do Humaitá, por Felizardo Cerqueira[300]. As iniciativas de Felizardo após a morte de Ângelo Ferreira, cobrindo um período que se estende até final da década de 1910, são assim sumarizadas por Tastevin (1926: 48):

> "*Il* [Ângelo] *eut un disciple dans la personne de l'un de ses compagnons du nom prédestiné de Felizardo. Celui-ci après la mort de son patron se retira chez les Kachi-nawa de l'Iboyassú et les emmena au Haut Embira, sur les bords du Furnaya*[301]*, la rivière aux eaux basses (en pano, besna-ya). Là, loin des civilisés il les dressa à la récolte de la gomme du "castilloa ellastica", les maintint en paix avec les seringueiros et tint en respect les autres Indiens. En 1919, il se trouvait sur les bords de l'Alliança, qui est à l'Embira ce que le Jordão est au Tarauacá. C'est par l'Alliança que les caucheiros se rendaient à l'Ucayali, aprés une traversée très courte par terre, et sans recontrer les eaux du Purus, ni celles du Juruá*".

Com base nessas informações, o padre afirma que os "Kaxinawá de Felizardo", que em 1924 visitou no seringal Revisão, no alto rio Jordão, durante uma "desobriga", seriam "originários" do Iboiaçú e do Humaitá, ambos afluentes do rio Murú (Tastevin, 1926: 50).

Em outro texto, Tastevin (1925) afirma que o Murú era o rio onde se concentrava a maior parte dos grupos Huni Kuin (os "homens verdadeiros", falantes de línguas Pano) antes da chegada dos seringueiros ao Iboiaçú. Os Kaxinawá, o mais importante desses grupos, viviam "sobretudo nos afluentes da margem direita do médio Murú", diz o padre (1925: 413), sendo o igarapé Iboiaçú o seu principal "habitat" (1925: 411). As narrativas de Borô e Tuxinin, transcritas e traduzidas por Capistrano de Abreu, apresentam informações sobre a existência de cinco aldeias Kaxinawá no rio Iboiaçú pouco após as primeiras incursões dos caucheiros e a definitiva chegada dos seringueiros (Abreu, 1941: 53-4; 59-62; 1976: 204).

---

[300] Cabe ressaltar que a existência de malocas Kaxinawá na margem direita do alto rio Envira já havia sido destacada no primeiro relatório do Prefeito do Alto Juruá, Thaumaturgo de Azevedo (1905) e por Luiz Sombra (1911; 1913), que viajou por essa região nos anos de 1905-1906.

[301] O rio Furnanha, como é hoje grafado nos mapas oficiais produzidos pelo IBGE, é afluente da margem esquerda do rio Jaminauá, que, por sua vez, desemboca na margem direita do rio Envira. Tendo suas cabeceiras na linha da fronteira Brasil-Peru, o Furnanha corre entre o Jaminauá (a leste) e o Riozinho da Ordem (a oeste). Para uma melhor visualização da localização desses afluentes no alto rio Envira, ver o Mapa 5, nos anexos.

Com base nessas informações de Tastevin e Abreu, a antropóloga Cecília McCallum (1989: 56; 1990: 414; 2001: 8) afirma que o Murú e o Iboiaçú teriam sido o território de origem ("original home") dos Kaxinawá contemporâneos, mas alerta sobre a dificuldade de precisar em que ano, vindos do Iboiaçú, "persuadidos" por Felizardo Cerqueira para extrair caucho, teriam chegado ao alto rio Envira (1989: 57). Fazendo referência a McCallum (1990: 414), o lingüista, depois antropólogo, Kenneth Kensinger (1995: 1) também endossa esse argumento: "*All Cashinaua appear to be descendants of a group that at the turn of the century lived on the upper Muru River and its affluents, particularly the Iboiçu*"[302].

Em sua dissertação de mestrado, ao reconstruir a inicial inserção dos Kaxinawá nos seringais do rio Humaitá, Ingrid Weber (2004, 2006) não faz referência a uma possível passagem ou permanência de Felizardo Cerqueira nas malocas situadas nos vários afluentes do alto rio Murú em final da primeira década do século passado. Nas conversas mantidas com idosos e lideranças, durante seus trabalhos de campo no Humaitá (em pesquisa para a dissertação e em assessorias às escolas indígenas), nenhuma menção foi feita pelos Kaxinawá à presença de Felizardo nesse rio, ou à sua participação como personagem relevante em algum momento na trajetória dessas famílias extensas (Ingrid Weber, comunicação pessoal 2006)[303].

---

[302] Kensinger realizou trabalho de campo para o Summer Institute of Linguistics (SIL), por meio de convênio com o Ministério de Educação peruano, em 1955-1959 e 1961-1963. Ao chegar ao alto rio Purus, informa, iniciou seu trabalho com os "sobreviventes e os descendentes" do grupo que seguira em cerca de "meados dos anos 1920" para o rio Curanja, em território peruano (Kensinger, 2001: 1). Em dois artigos de meados dos anos 1960, reafirma que esse grupo descendia das famílias que migraram do lado brasileiro após separar-se de seus "more progressive kinsmen", e atribui esse "tribal split", ocorrido na "virada do século" passado, à diferença de entendimentos dos Kaxinawá sobre como deveriam proceder face à eminente chegada dos brasileiros ao rio Envira. O "more conservative, isolationist group" teria então optado por subir o Envira e seguir para o alto rio Curanja, tendo manter distância dos recém chegados (Kensinger, 1965: 5; 1967: 4). Dez anos depois, Kensinger enfatizaria que os "primeiros" contatos dos Kaxinawá "peruanos" não teriam derivado de relações com brasileiros ou caucheiros no rio Envira, em começo do século, mas sim com "outposts da cultura ocidental", no rio Curanja, em meados dos anos de 1940 (Kensinger, 1975: 10), quando, primeiro com a mediação dos Marinawa e depois por conta própria, procuraram regatões e patrões peruanos em busca de machados, terçados e outros bens. Em nota de página, ressalta: "*My oldest informants told me that their fathers and grandfathers, as young adults, had fled before the advancing Brazilians to the watershed between the Jurua-Embira River drainage basin and that of the Curanja-Purus without ever seeing them*" (ibid: 11).

[303] Segundo Weber, essa ausência, de Felizardo e de Ângelo Ferreira, nos relatos históricos construídos por seus interlocutores, constituiria uma indicação da antigüidade da ocupação dessas famílias Kaxinawá nos rios Humaitá, Iboiaçú e suas cercanias: "*Há indícios que comprovariam a antigüidade da presença dos Kaxinawá na região do rio Humaitá. Em primeiro lugar, está o fato de os Kaxinawá do Humaitá não mencionarem duas figuras centrais na história da região do Juruá: o patrão de seringal Ângelo Ferreira e Felizardo Cerqueira (Aquino e Iglesias, 1994). Os dois, lembrados como "amansadores de índios", foram responsáveis por muitos deslocamentos e reagrupamentos. Todos os grupos kaxi, ao que parece, com exceção dos do Humaitá, tiveram experiências marcantes "nas mãos deles", no período dos seringais. Em segundo lugar, a toponímia ao longo do Humaitá mantém termos claramente derivados de denominações em língua Pano*" (Weber 2004: 23; 2006: 227). Outros dados no depoimento da liderança Vi-

Por fim, os relatórios de Felizardo Cerqueira (1958) e do chefe brasileiro da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites, Antônio Alves Ferreira da Silva (1929), permitem questionar a afirmação de Tastevin (1926) sobre o período de permanência de Felizardo e dos Kaxinawá no alto rio Envira e o local, o igarapé Aliança, onde, em 1919, estariam localizados[304]. A retomada desses relatórios, somados a depoimentos de velhas lideranças Kaxinawá, filhos das famílias que viveram com Felizardo Cerqueira no alto rio Envira, e de outros materiais, permite construir outra periodização e espacialização desses processos.

Felizardo Cerqueira assim relata a decisão tomada após o assassinato de Ângelo Ferreira e a gradual desmobilização das ações de "catequese" e "policiamento" financiadas pela Comissão: "*Em 20 de junho de 1909, eu já estava só, visto a verba da Comissão de Obras Federais no Território do Acre, faltou verba em 1908, toda Comissão debandou-se. Eu então fiquei agindo, amansando índios onde necessários fossem meus trabalhos de catequizador*" (Cerqueira, 1958: 24).

À época já reconhecido como "catequizador de índios", pelos trabalhos prestados junto com Ângelo Ferreira para a Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras, Felizardo começaria a ter seus serviços recrutados por seguidos patrões. Essas possibilidades de trabalho surgiriam agora na região das cabeceiras dos rios, onde certos grupos indígenas haviam logrado manter territórios possíveis, por meio de uma postura de beligerância face a seringueiros e caucheiros, ou por meio de seguidas migrações, e outros haviam fazia pouco chegado, fugindo da total ocupação de seus antigos territórios e das "correrias". Para os patrões, portanto, garantir "segurança" aos seus trabalhadores era visto como pré-condição para manter suas freguesias. Para alguns, trabalhando em regi-

---

cente Sabóia Kaxinawá e na análise de Ingrid indicam da chegada e permanência nessa região de Kaxinawá, Jaminawa e Arara, fruto de recorrentes conflitos interétnicos, antes mesmo da chegada de Luiz Sombra, em 1905 (2006: 55-6; 61), personagem tampouco lembrado pelos Kaxinawá do rio Humaitá. Essas informações podem, todavia, indicar migrações ocorridas anos antes desta data, resultantes não só desses conflitos, mas também do início da implantação de seringais no médio rio Tarauacá, sobrepostos a antigos territórios desses grupos, que resultaram tanto em "correrias" como nos referidos conflitos interétnicos.

[304] Como resultado dos levantamentos de terreno realizados pela Comissão Demarcadora de Limites no alto curso do rio Envira, em 1923, Silva (1929: 110-11) indica a localização da foz do igarapé Aliança a uma distância de 22 quilômetros e mais "seis voltas" do rio acima do Paralelo de 10° S, que entre as cabeceiras dos rios Santa Rosa e Breu estabelece o traçado da fronteira internacional Brasil-Peru. Em momento algum de seu relatório, por sua vez, Felizardo indica ter vivido com os Kaxinawá em território peruano, apesar de ali ter feito incursões em anos anteriores, e de, em 1923, ter trabalhado no igarapé Aliança, quando a serviço da Comissão (Cerqueira, 1958: 133). Conforme será melhor siscutido adiante, seu relatório, bem como contratos assinados por Felizardo com seringalistas do alto rio Tarauacá (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12239), permitem afirmar que foi no ano de 1917 que, junto com pouco mais de trezentos Kaxinawá, mudou-se para aquele rio, tendo eles, poucos meses depois, se estabelecido no seringal Revisão, no alto rio Jordão.

ões pouco exploradas e menos atrativas, devido à ausência de uma quantidade substancial de seringueiras e à densa presença de "índios selvagens", o engajamento da mão de obra indígena, por meio do recrutamente de personagens com reconhecidos serviços de "catequese", colocar-sei-ia como uma nova alternativa para incrementar seus negócios.

Em seu relatório, Felizardo confirma ter estado brevemente no rio Humaitá, afluente do Murú, no segundo semestre de 1909, "*para fazer alguns adomos na tribo Masta-naúa*", (Cerqueira, 1958: 41), ou seja, para tentar "pacificar" esses índios, que "ferozmente dizimavam os trabalhadores nacionaes" (ibid: 1). Não fornece, todavia, qualquer informação sobre os motivos que o levaram a realizar essa empreitada ou por quem havia sido recrutado; tampouco faz alusão a ter estado acompanhado por qualquer grupo de índios ao sair do médio rio Tarauacá, ter passado nas malocas Kaxinawá do rio Iboiaçú ou a dali ter levado índios ao rio Envira para engajá-los na extração do caucho. A única exceção surge pouco mais adiante no relatório, e se repete, pontualmente, em diferentes "episódios", nos quais Felizardo faz referências pontuais à sua companheira Kaxinawá, Raimundinha, que viveria com ele no rio Envira, o acompanharia nos anos seguintes no alto rio Jordão e com ele teria filhos. Felizardo não precisa, contudo, onde Raimundinha nascera, como se tornara sua companheira ou informações mais detalhadas sobre sua vida em comum, inclusive sobre a quantidade de filhos que tiveram.

Felizardo afirma ter chegado no mês de janeiro de 1910 ao alto rio Envira, mais especificamente, à foz do rio Furnanha, onde estava situado o barracão de Francisco Sena e Silva, proprietário de todo o rio Jaminauá[305]. Fizera então um "contrato" com esse patrão para "amansar" os Kulina (Madijá) que viviam no igarapé Preto, pouco abaixo do rio Jaminauá, iniciativa que geraria resultados pouco promissores: quatro homens e três mulheres seriam "pegos" numa primeira expedição e trazidos ao barracão, de onde fugiriam logo depois, levando Felizardo e o patrão a desistir de uma nova tentativa (Cerqueira, 1958: 42). Sena então proporia a Felizardo que seguisse às cabeceiras do Jaminauá para "amansar" os Kaxinawá, os quais, com seus freqüentes ataques, diz Felizardo, tanto "semeavam o terror" entre os demais grupos indígenas[306] como colocavam sério

[305] Conforme já sugerido, consultar, nos Anexos, o Mapa 5, que apresenta um recorte ampliado do alto rio Envira e de seus afluentes em território brasileiro. Uma consulta ao Mapa 3 permite, por sua vez, visualizar a região dos divisores de água entre os rios Envira e Purus, ao longo da fronteira internacional Brasil Peru, local de alguns dos acontecimentos que serão descritos e analisados a continuação.

[306] Escrevendo seu relatório em plena Guerra Fria, Felizardo traçaria a seguinte comparação para ilustrar o terror imposto pelos Kaxinawá aos grupos indígenas vizinhos: "*O mundo indígena cobre-se de pavor talvez igual ao que hoje a América do Norte sente pela Rússia – União Soviética*" (Cerqueira, 1958: 43).

obstáculo à tentativa do patrão de ali colocar seus fregueses, nordestinos e peruanos, para extrair caucho.

Em que contexto histórico Felizardo começaria a desempenhar suas ações de "catequista" no alto rio Envira, sendo mobilizado por vários patrões para "amansar" diferentes grupos indígenas, "pacificar" as relações entre eles, "dar segurança" aos fregueses brasileiros e peruanos, viabilizar a produção de caucho e inclusive engajar a mão de obra dos indígenas nessa atividade?

Até final dos anos 1900, apesar do alto Envira e seus afluentes já terem sido penetrados por "exploradores" nordestinos (Castello Branco, 1947: 192; 1961: 221-22), seu povoamento ainda era pouco denso. Rica em caucho, mas pouco abundante em seringueiras, essa região fora também explorada por peruanos advindos dos rios Ucayali e Purus, tendo sido rota de passagem do grupo de caucheiros liderado por Carlos Scharff em 1900, após terem saído do rio Gregório, fazendo um trajeto semelhante ao percorrido pelo Diretor de Índios João da Cunha Correia quatro décadas antes.

Segundo Euclides da Cunha, os peruanos teriam começado a chegar ao alto rio Purus nos primeiros anos de século passado, mesma época em que se concluía a "exploração" inicial das cabeceiras do rio Envira pelos brasileiros. A "descoberta" de "varadouros", ligando as cabeceiras dos rios Purus e Envira aos formadores do rio Ucayali, permitiria o afluxo de novas levas de trabalhadores, indígenas e "civilizados", trazidos por patrões caucheiros (Villaneuva, 1902: 418-25). Em 1901, Scharff controlava doze postos no alto rio Purus, onde trabalhavam dois mil caucheiros (Granero & Barclay, 2003). Dois anos depois, segundo estimativas de Euclides, cerca de mil caucheiros trabalhavam no rio Curanja, afluente do alto Purus. Em 1905, logo após os conflitos armados entre peruanos e brasileiros, o número de caucheiros achava-se bastante reduzido, disperso por vários "postos" (aglomerados de casas) de pequena monta, segundo constatou durante as atividades da Comissão Mista Brasil-Peru de Reconhecimento do Alto Purus (Cunha, 1976: 263-4).

Apesar da relativa decadência da atividade caucheira nessa região em meados dos anos de 1900, peruanos continuavam a penetrar e a dedicar-se à extração da castilloa no alto rio Envira e em seus afluentes[307], onde mantinham seguidos enfrentamentos com os

[307] Mesmo após os principais conflitos armados no alto Purus, a entrada e a permanência de caucheiros na região ocupada pelos brasileiros foi constatada em censo encomendado pelo Prefeito do Departamento do Alto Purus, Cândido José Mariano, em 1904: dentre uma população de 10.852 habitantes, distribuída em 150 seringais no departamento, 400 peruanos estavam dedicados à extração do caucho e à produção de borracha, como aviados de patrões brasileiros (Castello Branco, 1959: 210).

grupos indígenas que ali viviam. "Atrocidades" teriam sido cometidas em "correrias" promovidas por aviados da firma Lecca & Penna e depois pelos homens de Carlos Scharff[308], conforme também constatou o tenente Luiz Sombra ao por ali viajar em 1906, como "delegado administrativo" da Prefeitura do Alto Juruá. Ali, informa ter "tomado" de caucheiros peruanos "*meninas de 10 e 11 anos*", capturadas em "correrias", "*com quem se deitavam, como se suas mulheres fossem!*" (Sombra, 1911).

Em 1905, o segundo censo realizado pela Prefeitura do Alto Juruá registrara 153 moradores (110 homens e 43 mulheres) em Vila Feijó (Azevedo, 1906: 49), principal centro urbano no rio Envira. No ano seguinte, Thaumaturgo de Azevedo (1906: 73), em relatório enviado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, comunicava que as cabeceiras do rio Envira e do Riozinho da Ordem, seu afluente da margem esquerda, ainda não haviam sofrido "a incisão do machadinho", ou seja, sido aproveitadas na produção de borracha. E que essa região, devido ao grande número de "varadouros" que desembocavam no alto rio Purus, continuava a apresentar um significativo volume de contrabando de caucho, feito por peruanos, e inclusive por brasileiros, para postos e casas comerciais situados no Departamento do Alto Purus e no país vizinho (Azevedo, 1906: 104; 125; Mendonça, 1989: 193; 220)[309].

Em 1907, Ângelo Ferreira da Silva, na expedição realizada para a Comissão de Obras Federais, ao passar pelo alto Envira, abrira uma "exploração" no igarapé Maronaua, revelando a existência de terras não ocupadas ou ainda pretendidas por seringalistas. Castello Branco (1961: 223) dá indicações de que, em 1908, o povoamento do Envira por brasileiros havia alcançado o seringal União, nove voltas abaixo da foz do rio Jaminauá. A quase totalidade dos patrões era então aviada de duas principais casas comerciais, a Coutinho, Aníbal e Cia., sediada na foz do rio Jurupari, e a Mello & Companhia, de Belém, com filial localizada na Vila Feijó.

---

[308] Baseado em informações de Raimundo Antônio Borges, que em 1900 "*fora comissionado pelo governo municipal de São Felipe, para observar as atividades dos peruanos na bacia do Juruá*", Castello Branco (1959: 143) informa que em 1989 o representante da Lecca y Hermanos, Carlos Monte, realizara "(...) *horrososa carnificina numa maloca neste rio* [Envira - MPI], *cujos moradores foram na sua maioria mortos, apreendendo as mulheres e crianças, que ficaram como criadas ou foram vendidas como escravas* (...)". Informações de documentos escritos pelo delegado federal no Alto Purus, Coronel José Ferreira de Araújo, reproduzidas no jornal *O Paiz*, de Manaus, a 25 de julho de 1904, davam conta que Carlos Scharff e seus caucheiros teriam "trucidado" "milhares de indígenas" no rio Jaminauá e no Paranã do Ouro, afluentes do alto rio Envira (Castello Branco, 1959: 212).

[309] Apesar desse desvio, o Posto Fiscal do Envira, criado pelo prefeito em 1904, contabilizara, no ano seguinte, a exportação, para Manaus e Belém, de pouco mais de um milhão de quilos de caucho e borracha (Mendonça 1989: 219), esta última oriunda principalmente do médio e baixo curso Envira e do seu principal afluente, o rio Jurupari.

A presença de patrões brasileiros dispostos a abrir explorações no alto rio Envira e a se engajar principalmente na exploração do caucho tornar-se-ia mais efetiva e permanente em final da primeira década do século passado, num contexto em que os governos do Brasil e Peru culminavam as negociações do tratado que estabeleceria o traçado da fronteira entre os dois países e definiria os arranjos institucionais para sua futura demarcação física.

As atividades dos caucheiros peruanos no alto rio Envira e em seus afluentes, e as freqüentes "correrias" por eles realizadas contra as malocas dos grupos indígenas (Sombra, 1911, 1913; Araújo, 1912; Brasil. MAIC, 1912: 120-21; Linhares, 1913), ou que para ali gradualmente migraram, fugindo da progressiva subida dos exploradores de seringais, bem como o considerável contrabando de produtos florestais e mercadorias, constituem indicadores da fluidez e da porosidade que caracterizavam esse trecho da fronteira internacional, antes e após a assinatura, em setembro de 1909, do tratado entre os governos do Brasil e do Peru[310].

"Amansando" os Kaxinawá

Ao considerar as informações fornecidas por Felizardo Cerqueira em seu relatório biográfico, é plausível afirmar que suas ações mais duradouras de "catequese" junto aos

---

[310] A importância dessa região para os interesses geopolíticos de ambos os países fica comprovada, por exemplo, pela criação, pelo Decreto 8.698, de 26 de abril de 1911, assinado pelo Presidente Hermes da Fonseca, de um vice-consulado do governo brasileiro no povoado de Santa Rosa, com jurisdição sobre o alto Purus peruano. Três anos depois, o chefe brasileiro da Comissão Mista Demarcadora de Limites, capitão de fragata Antônio Alves Ferreira da Silva, citaria a presença do vice-cônsul Manoel da Veiga Menezes em Santa Rosa e o uso, pela Comissão, das quatro barracas que constituíam as instalações dessa representação consular como depósito de materiais durante os trabalhos de levantamento dos rios Chambuyaco e Santa Rosa (Silva, 1929: 20). A considerável presença de índios tidos como "selvagens" constituiria importante obstáculo à exploração desses dois rios, tendo uma das turmas da Comissão sido atacada a tiros por índios Marinawa em 1914 (Silva, 1929: 32; 34). Nesse mesmo ano, após expedição ao alto rio Purus, o prefeito do departamento, Samuel Barreira, com o objetivo de garantir "a integridade e a supremacia" brasileiras, providenciara o envio de um destacamento para apoiar o vice-cônsul, que vivia acompanhado apenas de um parente e de um empregado, e anunciara sua intenção de abrir um varadouro de Sena Madureira até Santa Rosa e de instalar, em vários "povoados" (principalmente nos situados na fronteira, Santa Rosa e Chambuyaco) núcleos dotados de escolas, postos policiais, médicos, farmácias e pequenos centros de zootecnia e agronomia, essenciais à "manutenção da ordem" e "propulsores do progresso", pela "educação e o exemplo", das populações que ali viviam (*Alto Purús*, Sena Madureira, Ano VII, Nº 287, 5/4/1914, p. 1). Outra indicação de que a assinatura do tratado de 1909 ou a fundação do vice-consulado brasileiro em Santa Rosa não haviam diminuído as tensões, tanto locais como entre as chancelarias de ambos os países, consta da mensagem encaminhada pelo presidente peruano, Coronel Óscar Benevides Larrea, ao Congresso Nacional, a 28 de julho de 1914, num contexto em que a Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites retomava os trabalhos iniciados no ano anterior: "*La urgencia de finiquitar el amojonamiento de la línea divisoria entre las dos naciones que comparten el dominio del Amazonas, está demostrada por la frecuencia con que se han suscitado reclamaciones de una y otra parte, por actos que se han creído atentatorios a sus respectivas soberanías territoriales. Recientemente, el Gobierno brasileño ha reclamado del establecimiento de un puesto fiscal en el alto Envira, en la región del Yuruá, por considerar que no está en territorio peruano*" (Peru. Presidência da República, 1914: 3-4).

Kaxinawá tiveram início não no médio rio Tarauacá ou no rio Murú, mas nos afluentes do alto rio Envira. Essa relação teria início em março de 1910, como desdobramento de contrato estabelecido com o "proprietário" do rio Jaminauá: "*Eu havia combinado com o Sr. Francisco Sena e Silva, se acaso tivesse a possibilidade de entrar em relações amistosas com os terríveis Cachi-nauás, havíamos de traçar um plano de sociedade, levando os índios ao trabalho de extração de caucho* (...)" (Cerqueira, 1958: 44). Em um trecho posterior, Felizardo reafirma os termos desse entendimento: "(...) *no caso de eu amansar os Caxi-nauás, instrui-los em extração de goma elástica, fazendo uma sociedade nos lucros*" (ibid: 62).

O principal objetivo desse acordo, portanto, deve ser compreendido em duas direções principais: por um lado, a "pacificação" das conflituosas relações que os Kaxinawá mantinham com diferentes grupos indígenas que ali viviam e principalmente com os caucheiros, brasileiros e peruanos, aviados de Francisco Sena, abrindo condições para estes pudessem trabalhar com "segurança", sem riscos de ataques e mortes; por outro, torná-los interessados na extração de caucho e nas mercadorias que ela poderia render, ensinando-os a trabalhar e mediando as suas relações com o patrão e com os demais caucheiros[311].

Felizardo partiria para uma primeira expedição às cabeceiras do rio Jaminauá em março de 1910, acompanhado de sua companheira Raimunda, um irmão do patrão e um caucheiro. Após subir o rio por dez dias e "cortar a mata" por mais quatro, encontrariam e seguiriam um caçador indígena, que parecia rumar para casa. Pouco depois, escondidos nas proximidades de uma maloca, "pegariam" um casal de Kaxinawá: o homem com uma corda em torno do pescoço ("*uma corda com uma fita de sola de largura de três centímetros e um cadeado que fechava sem necessitar da chave*") e a mulher imobilizada e amarrada. Gastariam mais dias no retorno, pois os cativos se recusavam a andar e, às noites, tinham de ser amarrados e vigiados para evitar tentativas de fuga. Os dois índios permaneceriam por um mês e 18 dias no barracão do patrão Francisco Sena e, conforme é "necessário ao neófito", diz Felizardo, seriam levados em visitas às moradias de vários fregueses e fartamente presenteados, para adquirirem confiança de que não era intenção matá-los ou promover "correrias" contra as demais famílias nas malocas.

---

[311] De forma mais geral, "amansar" faz lembrar o processo, também de cunho pedagógico e socializador, pelo qual passavam os trabalhadores recém chegados aos seringais (os "brabos"), no bojo do qual se tornavam "mansos", ou seja, conhecedores das técnicas necessárias à produção da borracha, bem como das normas e condutas que costumeiramente regiam as relações de trabalho e comércio entre patrão e fregueses.

Em maio, acompanhado de seu irmão Pedro Avelino de Cerqueira[312] e de Raimunda, Felizardo voltaria à maloca levando o casal. Pouco antes da chegada, no caminho, após passarem por um roçado de quase "um quilometro de extensão", todo plantado com macaxeira, bananas, ananás, abacaxis e outras frutas, e por um paiol, repleto de milho massa, amendoim, taioba, jerimum e inhame, a mulher permaneceria com os três, enquanto seu marido seguiria para comunicar a chegada. Foram recebidos, então, por oito homens, com os corpos pintados e armados de arcos e flechas: de forma cerimoniosa, pegariam Felizardo pelos braços e levariam-no, "saltando", em pequenos intervalos, até a maloca. Desarmado do terçado, rifle e revólver, Felizardo, com seu irmão e sua mulher, ficariam no centro da habitação coletiva, enquanto o casal mostrava os presentes recebidos, que causaram "grande admiração" (Cerqueira, 1958: 50-3).

Dois meses depois, diz Felizardo, mandaria seu irmão Pedro e Raimunda, acompanhados de dois Kaxinawá, de volta ao barracão de Francisco Sena. Solicitara-lhes que comunicassem ao patrão que já "domara" os Kaxinawá e sobre a necessidade do envio, o mais breve possível, de "*sal, balas, rifles e toda sorte de miçangas, terçados, machados, facas, canivetes e mais algumas coisas que embelezem os índios*". Após a partida de seus familiares, Felizardo ponderaria: "*Fiquei só com aquele povo que até então aparentava gostar de mim*" (ibid: 53).

Em consonância com uma estratégia discursiva que permeia boa parte de seu relatório, ao destacar as dificuldades e perigos enfrentados em diferentes momentos, como maneira de valorizar sua trajetória de "catequista", Felizardo inicialmente retoma e endossa informações ouvidas na região sobre os Kaxinawá, caracterizando-os como "tribo malfeitora", de "índios ferozes", "terríveis comedores de humanos", "antropófagos, os mais perigosos" (Cerqueria, 1958: 42). Dentre os interesses que moviam Felizardo a promover essa "catequese", a mais difícil que realizou, ressalta, além dos ganhos econômicos com uma parte do caucho que os Kaxinawá viessem a produzir e com a mobilização de sua mão de obra em outras atividades, estava o de "*chamar um povo para a civilização e tirá-los da brutal ignorância que estão - comer seu semelhante*" (ibid: 43).

---

[312] Vindo de Pedra Branca, Pedro Cerqueira, como ficaria conhecido, chegara à Vila Seabra em maio de 1909 e só reencontraria seu irmão um ano depois. Trazia um pedido do pai para que Felizardo imediatamente abandonasse seu trabalho e retornasse ao Ceará. Sem sucesso, Pedro argumentaria sobre os perigos a que Felizardo estava sujeito, condenado a uma morte trágica, e sobre a falta de perspectiva de obter qualquer ganho financeiro, já que não tinha qualquer apoio ou ajuda financeira do governo, os seringalistas não lhe pagavam o que prometiam e os poucos recursos que ganhava eram investidos na própria "catequese" (Cerqueira, 1958: 48-9).

Por outro lado, Felizardo constataria uma situação de conflito permanente em que os Kaxinawá viviam com os Patunawa e os Txaninawa, grupos que promoviam constantes expedições, com seguidas mortes, e colocavam armadilhas, com espeques envenenados, para possibilitar tocaias armadas[313]. Felizardo convidaria dois Kaxinawá "para fazer uma batida", "pegar" algum Patunawa e levá-lo à maloca para tentar algum entendimento. Pegariam de surpresa dois índios em uma tocaia, armados de rifles, e uma mulher no caminho. Contrariando as ordens de Felizardo, um dos índios acabaria flechado e morto pelos Kaxinawá; os outros dois seriam levados à maloca e mantidos amarrados. Por conta de desavenças sobre o destino a ser dado aos cativos, Felizardo diz ter sido obrigado a dar uma coronhada de rifle no principal chefe ("que depois receberia o nome de Raimundo Pereira"), quando este avançava para matar a mulher Patunawa; durante a noite, percebendo que poderia ser morto, Felizardo diz ter se agarrado ao chefe, chacoalhando-o pelos colares. Daria então liberdade aos dois índios, deixando-os, ainda de noite, no aceiro do roçado e abandonaria a idéia de promover qualquer acordo entre os Kaxinawá e os Patunawa (Cerqueira, 1958: 54-55; 58-61).

Junto com o patrão Francisco Sena, seu irmão Pedro Cerqueira, Raimundinha e os dois índios Kaxinawá retornariam em setembro, trazendo "*70 rifles, 10 cunhetes de machado e 10 de terçados, 20 sacas de sal, além de uma sem conta de pequenas coisas para atrair a atenção dos índios*" (Cerqueira, 1958: 61-2).

Levando cinco Kaxinawá, além do patrão e do seu irmão, Felizardo decidiria tentar chegar à maloca dos Txaninawa, com intenção de "procurar entrar em relação amistosa". Já nas proximidades de uma maloca, pouco antes do romper do dia, pegariam dois índios que, despreocupados, seguiam para um paiol. Seriam vistos, contudo, por um menino que os acompanhava e sairia em disparada para dar o alarme na maloca. Chegariam ali sob intenso tiroteio e revoada de flechas, que resultariam em três Kaxinawá mortos, Felizardo baleado na perna e no braço, além de outros Txaninawa mortos e feridos. "Voltei indignado com o mau sucesso", diz Felizardo (ibid: 62-64). Também devido ao descontentamento dos Kaxinawá pelas mortes dos seus, Felizardo decidiria não mais tentar qualquer acordo ou aproximação com os Txaninawa.

---

[313] Sobre os conflitos entre os Kaxinawá e os Patunawa e as estratégias usadas por estes últimos, diz Felizardo (1958: 53): "*Altos rivais da tribo caxi-naúas, com que, sucessivamente, estavam em continuas lutas (...) Estas duas tribos tinham de uma para outra o verdadeiro ódio concentrado (...) As lutas eram quase diárias, pois não havia segurança nem no banheiro, nem nas sentinas, nem nas caçadas nem nos mariscos, pois os ataques eram sucessivos, em condições de não se puder dormir com segurança. Botavam tocaia no banheiro - igarapé, na sentina - pau da gata, nos caminhos dos roçados, no celeiro e em fim quase que tomavam os becos de saída*".

Pouco depois, Francisco Sena desceria ao barracão na foz do Furnanha, junto com Pedro Cerqueira, que ali começaria a trabalhar na extração do caucho. Acompanhado de Raimundinha, Felizardo permaneceria nas cabeceiras do rio Jaminauá, "*experimentando se os índios tomavam o trabalho do caucho*". "Amansar" os Kaxinawá implicava não apenas "pacificar" suas relações com os "civilizados" e demais grupos indígenas, mas também dar início a um trabalho de "catequese", para socializá-los nas atividades de extração do caucho. Neste processo, as mercadorias jogariam relevante papel, principalmente a grande quantidade de rifles e de munição que os Kaxinawá acabavam de receber, garantia de uma "proteção" contra possíveis "correrias" e ataques dos indígenas vizinhos. Finda essa primeira etapa da "catequese" dos Kaxinawá, Felizardo assim contabilizaria seu resultado: "*Havia na minha turma 152 homens, inclusive rapazes. Toda a turma, incluindo homens, mulheres e crianças, era um total de 624*" (Cerqueira, 1958: 79).

"Acomodações" com os patrões, confrontos com os peruanos

Em final de outubro de 1910, informa Felizardo, caucheiros peruanos vindos do rio Curanja, afluente da margem esquerda do alto rio Purus, teriam encontrado as malocas dos Kaxinawá nas cabeceiras do rio Jaminauá, onde mataram dois homens e duas mulheres e levaram uma mulher e um menino. Então no alto rio Furnanha, onde estabelecera sua casa, a cerca de quatro dias desse "centro indígena", Felizardo seria prontamente avisado do acontecido pelos Kaxinawá.

À frente de um grupo de homens Kaxinawá, sairia no encalço dos peruanos, com a vontade declarada de matá-los. A seu ver, esta constituía a única atitude possível nessa situação, na qual os Kaxinawá exigiam vingança. Como demonstração de apreço pela maloca que "estava chefiando", diz Felizardo, tinha por obrigação se apresentar como seu "legítimo defensor", igualmente desejoso de vingança. Sua real intenção, confessa, era resgatar os dois cativos, iniciativa com a qual pretendia acalmar o "rancor" dos Kaxinawá e dissipar sua intenção de atacar os peruanos. Pretendia, assim, creditar-se a "*receber da tribo o título de chefe supremo e, portanto, ser comandante de todo aquele exército*" (Cerqueira, 1958: 65-6), o qual, segundo as contas de Felizardo, então possuía 112 rifles e 41 homens de arco e flecha, além de 140 cunhetes de munição, que valiam

por 300, "*visto o índio não necessitar a bala para sua manutenção, pois tem flecha e arco*" (1958: 67; 69)[314].

Com a constatação de que os caucheiros haviam baixado o rio Curanja, a decisão tomada por Felizardo, após a chegada do patrão Francisco Sena, foi seguir ao povoado de Esperanza, em território peruano, para, a "qualquer custo", exigir dos caucheiros a imediata devolução dos cativos. Com Felizardo e seu patrão seguiria apenas Marcelino, pai da criança capturada. Na foz do rio Curanja, os primeiros contatos foram feitos no barracão da Padilla y Compañía[315], cujo proprietário informou que uma turma de caucheiros do patrão Camilo, um sírio, acabara de retornar do alto rio, "trazendo índios". Felizardo seguiria à casa de Camilo, com o objetivo de realizar uma "acomodação amigável". Diante da negativa do patrão de que seus homens tivessem participado da "correria" à maloca, Felizardo, aludindo ao poderio bélico dos Kaxinawá, procuraria impressioná-lo, fazendo-lhe pesar as trágicas conseqüências que o "choque de retorno" poderia trazer, não apenas aos seus trabalhadores, mas a todas as famílias peruanas moradoras do rio Curanja. O patrão não se intimidou, contudo, e ameaçou, em caso de represálias dos Kaxinawá, mobilizar 400 homens armados, seguir à casa de Felizardo e "colocar tudo por terra", "*não deixando nem galinha, nem pinto, nem gente, nem casa, nem paiol*". Apesar da reafirmação do desejo de estabelecer uma "acomodação" que evitasse

---

[314] Parece plausível afirmar que Felizardo vislumbrava ser possível atualizar nessa situação relações semelhantes às que mantivera, anos antes, nos rios Liberdade e Gregório, com Tescon, quem, à frente de uma grande quantidade de homens fortemente armados, lograra impor temor aos "civilizados" e respeito aos demais grupos indígenas e, no âmbito das ações de "catequese" e "policiamento", servira como importante referência na contextual pacificação das relações com os patrões e os demais grupos.

[315] Informações sobre as atividades dos caucheiros em Esperanza nesta época foram fornecidas pelo missionário dominicano Frei Adolfo Torralba, com base em anotações e relatórios do frade, também dominicano, de origem asturiana, José Pío Aza Martínez de Vega, da Missão de San Jacinto, de Puerto Maldonado, que, de outubro de 1910 a maio de 1911, viajou pelo rio de las Piedras e o alto rio Purus, acompanhado, na viagem de ida, pelo Capitão Tabeada, recém nomeado comissário da guarnição peruana em Catay (Torralba, 1978: 10). Segundo constatou Frei Pío Aza, havia 12 postos caucheiros no rio de las Piedras, nos quais os patrões mobilizavam, em grande parte, índios (Piro, Amahuaca e Uitoto) trazidos de outras regiões, vendidos, trocados e roubados, que, escravizados e explorados à exaustão, serviam muitas vezes como grupos armados nos enfrentamentos entre caucheiros. Relata, ainda, que, como resultado das oscilações dos preços do caucho e da relativa decadência dos postos caucheiros, revoltas indígenas contra os patrões estavam a ocorrer com freqüência, dentre as quais destaca a que levara, em 1909, ao assassinato do caucheiro Carlos Scharff por seus "peões", indígenas e mestiços. No alto rio Purus, seis postos estavam distribuídos até Catay, dos quais os mais movimentados (Curanja, Esperanza e San Juan) estavam na sproximidades da fronteira com o Brasil (Torralba, 1978: 10-12). É a seguinte a descrição de Esperanza feita pelo Frei Aza em início de 1911: "*Esperanza, de gran movimiento de personal cauchero, perteneciente a la firma Padilla y Cía. Allí se encontraban gentes de diversas nacionalidades: españoles, franceses, peruanos, brasileños, belgas, turcos, etc* (...) *era la pequeña urbe cosmopolita, foco de atracción para comerciantes y caucheros, donde se hacían las grandes transacciones comerciales, y de donde salían las embarcaciones, río abajo, cargadas de caucho y demás productos de la región*" (1978: 12). Esperanza fora inicialmente estabelecida nas cercanias do igarapé Esperancillo, como povoado e sede de várias casas comerciais; em 1915 seria transladada, pouco abaixo, ao local onde ainda está situada, hoje como capital da Província do Purus, do Departamento do Ucayali (1978: 4; 12).

violências de ambas as partes, novas ameaças de Camilo culminariam com o comunicado de Felizardo de que, em breve, os Kaxinawá atacariam em todo o rio Curanja, matando os homens e levando as mulheres para as malocas.

Nova tentativa de entendimento seria realizada no barracão da Padilla y Cia, onde Felizardo tornaria a alertar aos proprietários dessa casa comercial sobre as armas que os Kaxinawá dispunham, de seu desejo de vingança, bem como da eminente tragédia que se abateria sobre os moradores do Curanja e os prejuízos que resultariam para a produção de caucho e para o comércio em toda a região. Mediante compromisso de que Felizardo não "rebelaria o seu pessoal", Padilla e seu sócio garantiriam a devolução dos dois cativos. Felizardo, Francisco Sena e Marcelino voltariam com o menino, que encontraram na casa de um caucheiro em Esperanza, e com a promessa de que a mulher seria devolvida após voltar de uma viagem à qual fora levada no baixo rio Purus, o que acabaria por ocorrer dois meses depois, em fevereiro de 1911 (Cerqueira, 1958: 67-71).

Este episódio constituiria o primeiro de uma série de enfrentamentos, negociações e acordos com os caucheiros peruanos, a reboque dos quais, Felizardo, considerado o "chefe" dos Kaxinawá, passaria a ser visto por aqueles como eminente ameaça aos seus interesses e empreendimentos.

Em junho de 1911, um ataque dos Marinawa contra uma turma de caucheiros, no igarapé Cumaru, afluente do rio Jaminauá, resultaria na morte de cinco peruanos, no roubo dos seus pertences e em suspeitas de que o incidente fora realizado pelos Kaxinawá sob ordens de Felizardo. Para esclarecer o ocorrido, Felizardo seguiria às malocas dos Marinawa, acompanhado por cinco Kaxinawá e dois peruanos. O chefe dos Marinawa, com idade entre 30-35 anos, confirmaria as mortes e esclareceria terem confundido os peruanos, ao encontrá-los nus tomando banho no igarapé, com os Curunawa, grupo com o qual mantinham freqüentes embates (Cerqueira, 1958: 73-4). Devolvidos os pertences dos peruanos e desfeita a suspeita que pairava sobre os Kaxinawá, diz Felizardo a respeito da decisão que de início tomou: "*Ficaram os Mari-nauás (cotias) sendo fiscalizados por mim. Mas não deixei estarem em contato com os Caxi-nauás, visto existir em todas as tribos uma hereditariedade rancorosa, de tempos idos, pelas falsas amizades e hipócritas alianças*" (1958: 75).

Em julho de 1911, Antonio Sena, irmão do patrão Francisco Sena, solicitaria o consentimento de Felizardo para retirar os Marinawa do igarapé Cumaru e trazê-los ao seu seringal, Santo Antonio, na margem do rio Envira, para engajá-los na exploração de caucho. Agradecendo a iniciativa de ter sido consultado, Felizardo, num primeiro mo-

mento, discordaria da proposta. Em visita à maloca, contudo, o chefe dos Marinawa demonstraria satisfação com a possibilidade de trabalharem para terem acesso a ferramentas, que em muito facilitariam suas atividades agrícolas. Felizardo diz então ter aconselhado tanto aos Marinawa como ao patrão: "*Recomendei-os a máxima prudência com os brancos e até mesmo intimidei-os dizendo-lhes: se vocês fizerem qualquer atrocidade, vocês bem sabem o peso dos Caxi-nauás, e eu vou onde quer que vocês parem. E, ao Sr. Sena, recomendei-lhe que fizesse todo o possível de poder suportar dos pobres índios algumas possíveis ignorâncias e tivesse muita prudência para não haver um mau entendimento*" (1958: 75-6).

Transportados pelo patrão ao seringal Santo Antonio, os Marinawa dariam início ao trabalho no caucho. Quatro meses depois, um jovem índio, que ficaria conhecido por João Curumin, mataria um caucheiro e um irmão de Antonio Sena, que lhe aplicara violenta surra. Após a fuga de todas as famílias Marinawa, Felizardo seria novamente procurado pelo patrão, reconhecendo que seu irmão gozava fama de "valentão" e que o índio tivera razão suficiente para vingar os maus tratos recebidos. Por isso, solicitava os serviços de Felizardo para trazer os Marinawa de volta, sob a promessa de que seriam bem acolhidos e tratados. Após localizar os índios, Felizardo comunicaria a proposta e as intenções do patrão ao "tuxaua", que "já recebera o nome de Antonio". Convencido da boa vontade do patrão, Antonio mostrou-se disposto a retornar com os seus: consideravam "papai" Sena "bom", pois dele haviam recebido terçados, machados e boa quantidade de mercadorias. O patrão e Antonio fechariam um novo acordo, acatando as orientações de Felizardo: os Marinawa não mais ficariam no seringal Santo Antonio, mas nas proximidades da foz do Furnanha, sob os cuidados de Francisco Sena, patrão de Felizardo e irmão mais velho de Antonio Sena.

Dois meses depois, em janeiro de 1912, contudo, novo incidente, bastante mais grave, teria lugar. Outro irmão do patrão, Durico Sena, em mais de uma oportunidade, fora surpreendido tendo relações sexuais com a jovem esposa de João Curumim, índio Marinawa com quem dividia uma colocação. Apesar das promessas de que esse desrespeito não se repetiria, vários homens Marinawa acabariam por matar os irmãos Antonio e Durico Sena e mais 17 fregueses, e por fugir, para bem mais longe, levando duas moças, uma de 16 anos e outra de 13, respectivamente, filha e sobrinha do patrão[316]. O resto

[316] Este fato demonstra que à semelhança do que faziam os "civilizados" nas "correrias", também os índios, em certas ocasiões, capturavam crianças e mulheres durante ataques, tanto nas colocações dos seringais como nas malocas de outros grupos indígenas. Alusões a fatos semelhantes são discutidas em Pantoja

da família Sena (seis irmãos e uma mulher) abandonaria o rio Jaminauá e se estabeleceria às margens do rio Envira. Após dois meses em constantes "batidas" pela mata, Felizardo encontraria o novo acampamento dos Marinawa, e negociaria a devolução das moças, já grávidas, à família Sena (1958: 76-8). Com a mudança da família Sena, Felizardo estava, a partir de então, "sem patrão" certo.

Uma nova diáspora

O assassinato de um patrão conhecido por Patrício no alto rio Envira, e o saque de seu barracão, repleto de mercadorias, ferramentas, armas e munição, surge em várias das narrativas históricas dos Kaxinawá como evento detonador da diáspora que acabaria por resultar na divisão do grupo que nessa época vivia no alto rio Envira: uma parte dessas famílias seguiria para as cabeceiras do rio Curanja, em território peruano, e a outra, junto com Felizardo Cerqueira, para o alto rio Tarauacá e logo depois para o alto rio Jordão.

Na tentativa de reconstruir esse drama social (Turner, 1974) e seus desdobramentos, procuro colocar em diálogo seis diferentes versões: duas entrevistas, com os finados Sueiro Cerqueira Sales (1994) e Romão Sales (2004), seu irmão, ambos moradores do rio Jordão; um relato escrito por Agostinho Manduca (Mateus Kaxinawá, 1993), também morador do Jordão, baseado em informações de Miguel Macário, Kaxinawá nascido no rio Purus e chegado ao Jordão em final dos anos 1950, quando ocorreu o primeiro reencontro entre membros dos dois grupos de famílias Kaxinawá divididos quase quatro décadas antes; o relato de Pudicho Torres, ex-chefe da aldeia de Balta, no alto rio Curanja, transcrito no livro de Richard Montag (2002)[317]; um breve depoimento de um índio Kaxinawá, sem nome especificado, morador da Terra Indígena Alto Purus, membro das famílias que para ali migraram, vindas do Peru, a partir dos anos 1970, transcrito por Cecília McCallum (1989: 58); e, por fim, trechos do relatório de Felizardo Cerqueira (1958).

(2003, 2004), a partir de relatos ouvidos, na década de 1990, de seringueiros e mulheres, alguns de descendência indígena, moradores na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

[317] Richard Montag e sua esposa, Susan Montag, chegaram ao alto rio Purus, em território peruano, em 1969. Sob os auspícios do SIL iniciaram um trabalho com os Kaxinawá que, concluído em 1981, seria retomado em 1999 e se estende até os dias atuais. O livro de Montag constitui uma versão revisada de sua tese de PhD, apresentada em 1998 à Universidade do Estado de Nova Iorque. A versão do livro em castelhano, "Una historia del grupo de Pudicho. Narración cashinahua que habla del contacto con los europeos en el siglo veinte", editada por Marlene Ballena Dávila, hoje em sua segunda edição, encontra-se disponível no site do SIL.

O nome completo desse caucheiro que ficaria marcado na memória dos Kaxinawá, bem como a época e as condições em que com ele começaram a trabalhar são precisadas unicamente no relatório de Felizardo. Em outubro de 1910, Felizardo diz ter sido procurado por Manoel Patrício, um pernambucano (e não peruano) recém chegado à região para explorar caucho. Sabedor que Felizardo tinha os Kaxinawá sob sua "guarda", Patrício teria proposto que lhe cedesse algumas famílias para com elas trabalhar. Desejoso de "expandir a civilização aos índios", socializando-os na produção do caucho, diz Felizardo, considerou a proposta conveniente. Em conversas com os chefes das famílias extensas das malocas Kaxinawá nas cabeceiras do rio Jaminauá, estes aceitariam o acordo, com o argumento de que Felizardo "não tinha trabalho suficiente para lhes dar o necessário". Felizardo contabiliza ter então separado 60 famílias, cerca de 300 pessoas, metade dos Kaxinawá que acabara de "amansar", às quais Patrício "recebeu de bom gosto" (Cerqueira, 1958: 79).

O nome do seringal para o qual Patrício levaria as famílias Kaxinawá não é especificado por Felizardo em seu relatório. Em seus depoimentos, Sueiro e Romão fazem referências ao seringal Simpatia, e o informante de McCallum especifica tratar-se do União[318], ambos situados às margens do rio Envira: o último, nove voltas abaixo da foz do igarapé Jaminauá e o Simpatia pouco acima da foz do Riozinho da Ordem.

Nenhum dos relatos dos Kaxinawá, todavia, destaca a participação de Felizardo na decisão de trabalharem com Patrício. Sueiro e Romão dizem que várias famílias Kaxinawá, pouco antes chegadas do médio rio Tarauacá, teriam começado a extrair caucho, plantar e caçar para os "peruanos", num período em que Felizardo também acabara de chegar ao rio Envira, onde teria passado a ser recrutado como "mateiro" por diferentes patrões. Ambos referem-se a Patrício como patrão, ou caucheiro, de nacionalidade peruana. Agostinho Manduca Mateus, por sua vez, ressalta que apenas Patrício era peruano, mas que todos seus "fregueses" eram brasileiros. Felizardo, diferentemente, especifica que Manoel Patrício nascera no Estado de Pernambucano (1958: 79), sem dar qualquer esclarecimento a respeito da nacionalidade de sua freguesia.

À diferença das narrativas dos Kaxinawá junto aos quais pessoalmente pesquisei, que enfatizaram a fuga de seus antepassados do médio Tarauacá até o rio Envira, ou do escrito do padre Tastevin (1926), que destaca a sua chegada com Felizardo, trazidos do rio Iboiaçú, os relatos de Pudicho Torres e alguns de seus contemporâneos indicam que,

[318] O seringal originalmente chamado Foz do Jaminauás teria seu nome depois mudado para União ("Nota de protesto". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, Nº 66, 15/7/1917, p. 4).

antes dos brasileiros e dos peruanos terem se feito ali presentes, seus ascendentes viviam e se deslocavam em vários afluentes das cabeceiras do rio Juruá e Purus, mantendo relações amistosas com outros grupos falantes de línguas Pano e inclusive com os Kampa oriundos do Ucayali. Após estabelecerem as primeiras relações pontuais com regatões, mediadas pelos Jaminawa e a seguir por conta própria, os Kaxinawá, relata Pudicho, teriam começado a trabalhar com um patrão peruano, quem os levaria às cabeceiras do rio Envira para extrair caucho. Junto com redes, cocares de pena e outros artefatos de sua cultura material, a produção de caucho era trocada por mosquiteiros, cobertores, tecidos, panelas, potes e miçangas, em viagens ocasionais do patrão às malocas ou em visitas do principal chefe Kaxinawá ao barracão (Montag, 2002: 13-5).

Pouco depois, convencidas por um patrão brasileiro, parte dessas famílias extensas teria descido o rio Envira para trabalhar em seu seringal, onde se estabeleceriam em diferentes malocas próximas. Cada maloca uma tinha um chefe, afirma Pudicho, mas um deles, Chanemaiti, coordenava o trabalho no caucho, o cultivo dos roçados e a colheita dos legumes (Montag, 2002: 21; 27). As várias famílias trabalhavam juntas, Montag esclarece, mas esse "paramount leader" atuava como "*coordinator and guarantor and was responsible for dividing the goods among the men after he had gone downriver with the rubber boss*" (ibid: 28). Não há qualquer referência nos relatos de Pudicho ou de seus parentes, nem nas análises de Montag, à presença de Felizardo Cerqueira, ou se alguns dos dois patrões, o brasileiro ou o peruano, com os quais haviam começado a trabalhar fora Patrício.

O ano do assassinato de Manoel Patrício tampouco é especificado em nenhum dos relatos dos Kaxinawá[319]. Felizardo informa que ele teria ocorrido "um ano inteiro" após os Kaxinawá terem começado a trabalhar para esse patrão, ou seja, em final de 1911. À exceção da versão do informante de McCallum (1989), todas as demais explicitam o motivo dos desentendimentos com Patrício: as relações sexuais que ele mantivera com

[319] Fazendo um cálculo baseado nos anos de nascimento e das trajetórias pessoais e dos familiares de alguns de seus interlocutores, bem como de outros fatos históricos por eles narrados, Montag (2002: 33) estima que a morte de Patrício teria ocorrido entre 1908 e 1920, cálculo que o faz concordar com a estimativa, entre 1910 e 1920, apresentada por McCallum (1989: 58). Após visitar aldeias Kaxinawá no rio Purus, em território peruano, em 1951, o fotógrafo, documentarista e etnólogo do Museu Paulista, Harald Schultz, e sua esposa, Wilma Chiara, afirmariam que os Kaxinawá que então viviam no alto rio Curanja pareciam ter migrado de afluentes do rio Envira, "*fazia uma geração ou talvez pouco mais, em virtude de desentendimentos entre os vários grupos*" (Schultz & Chiara, 1955: 197). A antropóloga Barbara Keifenheim (2002: 95-6), que desde 1977 desenvolve pesquisas no alto rio Purus, em território peruano, afirma que os Kaxinawá ali residentes "(...) *são descentes de um ramo da etnia, que, no final do auge da exploração da borracha, fugiram para a região da nascente do rio Curanja e evitaram qualquer contato com o mundo exterior até final dos anos 1940*".

mulheres Kaxinawá. Segundo Sueiro e Agostinho, isto acontecia enquanto os homens, mandados por Patrício, caçavam e trabalhavam no caucho ou em outras tarefas em locais distantes da sede. Romão, por sua vez, cita que uma mulher Kaxinawá teria começado "a namorar" com Patrício, possibilidade que não é descartada por Montag (2002: 28), movida pelo desejo de acessar mercadorias. Felizardo, por sua vez, informa: "*Tudo andou bem um ano inteiro: o patrão fornecia tudo a tempo e hora, os índios estavam muito satisfeitos. Quando um belo dia, o patrão entendeu de se fazer de sultão; tirou duas caboclas de 14 anos mais ou menos e avançou em seu desespero, com maior ganância, sem pensar no resultado e nem na recompensa vindoura*" (Cerqueira, 1958: 80).

O descontentamento dos Kaxinawá, e a vingança planejada para dar fim à vida de Patrício, teria chegado aos ouvidos desse patrão. Seu plano, então, foi mandar os Kaxinawá fazerem um "curral" (cerca) em seu terreiro e, quando este estivesse pronto, colocá-los dentro para matá-los a tiros. Após o início da construção, Patrício teria enviado vários de seus fregueses a um seringal próximo para recrutar outros caucheiros e para trazer mais rifles e munição. O plano de Patrício também chegaria aos ouvidos dos Kaxinawá, por meio de uma das índias que estava (ou trabalhava) no barracão (ou de uma peruana que se afeiçoara dos Kaxinawá, segundo Agostinho).

Os desdobramentos desses acontecimentos também convergem em vários dos relatos: a decisão dos Kaxinawá de se antecipar ao plano de Patrício e à chegada dos demais caucheiros, a ida de um grupo de homens ao barracão, o breve diálogo com o patrão, as mortes, a tiros, de Patrício e dos demais moradores da sede, homens e mulheres, seguidos da abertura da loja e da retirada de grande quantidade de armas, munição, ferramentas de trabalho, utensílios de cozinha, roupas, tecidos e outras mercadorias. Três relatos dos Kaxinawá também mencionam a morte de outros fregueses de Patrício que moravam em centros mais distantes do barracão. Felizardo assim contabiliza o resultado dessa ofensiva:

> "*Ora os Caxi-naúas mais que qualquer outra tribo não tiveram mais tempo a perder e mesmo foi em uma ocasião que estava o armazém repleto de tudo e muita munição e rifles; foi o bastante. Num abrir e fechar de olhos, fizeram uma carnificina que admirou a todos quantos souberam da notícia: mataram o patrão e toda a sua família, que eram 10 filhos, e 18 fregueses, e levaram quase toda mercadoria, inclusive rifles e balas* (...)" (Cerqueira, 1958: 80-1).

A fuga dos Kaxinawá, subindo o rio Envira e atravessando o divisor de águas (e a fronteira Brasil-Peru) até o alto rio Curanja, afluente da margem esquerda do alto rio Purus, é ressaltada em um trecho do relato de Pudicho, reproduzido por Montag (2002:

29; 35-6), e no relato transcrito por McCallum (1989: 58), como resultado imediatamente posterior à morte de Patrício. Nacimiento, primo de Pudicho, acrescenta que, apesar de não ter se engajado no trabalho com o patrão brasileiro, seu grupo familiar foi convencido por alguns de seus parentes a seguir para o Curanja, temerosos com prováveis vinganças. Por sua vez, Felizardo informa que após matar Patrício, esse grupo de famílias foi "morar e se esconder" nas cabeceiras do igarapé Bãi (Surubim), afluente do Riozinho (por sua vez, afluente da margem direita do Envira).

Em começo de 1912, Felizardo seria procurado pelos sócios, brasileiros, da Irmãos Valente & Cia., que confessaram estar em situação de severa dificuldade. Recém chegado do rio Ucayali, um grupo de peruanos aviara-se no barracão da firma, situado à foz do Riozinho, e subira o rio para extrair caucho. Ao encontrar as malocas dos Kaxinawá "refugiados" (60 homens armados, contabiliza Felizardo), promovera uma "correria", matando 22 índios. O "choque de retorno" dos Kaxinawá resultaria na morte de 38 caucheiros peruanos e na fuga dos outros 112, os quais prontamente comunicaram aos irmãos Valente seu desejo de abandonar a região, deixando sem pagamento contas que somavam cerca de 800 contos de reis (Cerqueira, 1958: 81)[320].

Outro trecho do relato de Pudicho acrescenta dados que aparentemente em parte coincidem com esse relato de Felizardo. Após a morte do patrão brasileiro, segundo Pudicho, o grupo familiar de seu pai teria se estabelecido em um igarapé distante, nas cabeceiras do rio Envira, onde seria novamente encontrado por uma turma de peruanos. O chefe dessa turma de caucheiros teria lhes perguntado se não eram eles que, pouco antes, haviam matado um patrão e fugido nessa direção. Após desmentir esse fato, o chefe Kaxinawá teria pegado um rifle e baleado o peruano, quem, antes de morrer, acabaria por também matá-lo a tiros. Após matarem os demais caucheiros, os Kaxinawá novamente optaram por fugir, tendo chegado às cabeceiras do rio Curanja. "Por não terem mais para onde fugir", ali decidiriam se estabelecer, abrindo novos roçados e construindo novas malocas (Montag, 2002: 35-6).

---

[320] Este fato seria objeto de destaque na imprensa de Seabra, como parte da justificava da demanda dirigida ao Ministério da Agricultura quanto à urgente necessidade da nomeação de um "diretor de índios" no rio Tarauacá e do início de uma efetiva atuação do SPILTN nessa região. Segundo os editores d'*O Município*, o assassinato de Ângelo Ferreira e o fim de seu "sistema de catequese", dois anos antes, resultaram na volta do "nomadismo" dos indígenas, no alastramento da "indisciplina" e na retomada da "selvageria indômita de outr'ora", e especificamente no rio Envira, onde "(...) *toda a zona caucheira do alto curso emplagou-se e o indígena, revoltado, trucidou na allucinação de nevrose vermelha de ódio, saqueou, expulsou centenas de extractores*" ("Aborígenes". *O Município*, Villa Seabra, 28/04/1912. SARQ/MI. Microf. 324, Planilha 007, Fot. 236-237).

À diferença do relato de Felizardo, os de Sueiro, Romão e Agostinho convergem ao afirmar que os Kaxinawá constituíam um único grupo de famílias extensas, que juntas trabalhavam Patrício. A fuga e os fatos após a morte desse patrão "peruano" se desenrolam também em águas do alto rio Envira. As narrativas destacam a chegada de Felizardo somente após tomar conhecimento da morte de Patrício e de seus fregueses, sua tentativa de promover o reagrupamento de todos os Kaxinawá, separados durante a fuga rio acima, e a "divisão" de dois principais grupos de famílias após o fracasso desta iniciativa.

Segundo Sueiro, as famílias Kaxinawá teriam seguido no rumo do rio Curanja, por acreditarem que, ali, os fregueses de Patrício não mais os alcançariam para vingar a morte de seu patrão. Aquelas famílias que vinham atrás teriam sido "atalhadas" por Felizardo, pedindo-lhes que não mais corressem, que retornassem e continuassem a morar juntas. "*O pessoal já conhecia Felizardo, porque trabalhava com Ângelo Ferreira. Aí atenderam*", diz Sueiro. Com a decisão dessas famílias de permanecer nas cabeceiras do rio Jaminauá, Felizardo levaria um pequeno grupo de homens para tentar convencer as demais a também retornar. Os relatos convergem ao afirmar que Felizardo vinha atrás deste grupo de homens, pescando com arco e flecha, quando foram surpreendidos pelos tiros disparados pelos Kaxinawá que haviam seguido em frente, resultando na diáspora das várias famílias em direções opostas: umas para o rio Curanja e outras, com Felizardo, para as cabeceiras do rio Tarauacá.

Os relatos de Agostinho e Romão, por sua vez, acrescentam outros fatos, posteriores à morte de Patrício, que atribuem a conflitos surgidos entre diferentes famílias Kaxinawá, antes da chegada de Felizardo para "atalhá-las". Ambos destacam um homem doente (um paralítico), que, impossibilitado de acompanhar os demais, acabaria morto, por ter ameaçado denunciar aos brasileiros ou peruanos por onde os Kaxinawá haviam escapado. Segundo Agostinho, em um acampamento, durante a fuga, os parentes do paralítico resolveram vingar-se, envenenando integrantes das famílias que o matara. Disto resultaria, pouco depois, uma troca de tiros, vários mortos e a divisão dos dois grupos, um para o rio Curanja e outro para o rio Tarauacá. Felizardo chegaria pouco depois e reencontraria essas últimas famílias. Dentre elas, recrutaria três homens e seguiria no rumo do Curanja, para tentar convencer as demais a retornar. Na chegada à "aldeia", um grupo de homens, ao reconhecer Felizardo, teria atirado contra eles, colocando-os em fuga (Mateus Kaxinawá, 1993).

No relato de Romão Sales, após a morte de Patrício, os Kaxinawá teriam subido o rio Envira, já separados em dois grupos distintos de famílias. Felizardo chegaria de baixo junto com seu irmão Pedro Cerqueira, que lhe avisara que, em breve, os peruanos pretendiam subir para vingar a morte de seu patrão e dos demais fregueses. Felizardo e Pedro topariam o último grupo de famílias acampado em um local onde já haviam plantado várias praias de milho. Felizardo mandaria Pedro seguir em frente com esse grupo, no rumo do alto rio Tarauacá, enquanto ele desceria o Envira para tentar despistar os peruanos. Segundo Romão, seu pai (e de Sueiro), Chico Curumim, então um jovem rapaz, seria "convidado" por Felizardo a acompanhá-lo. Ao encontrar os peruanos, Felizardo logrou convencê-los a esperar os Kaxinawá nas proximidades das praias plantadas, onde retornariam em breve para colher os legumes. Enquanto os peruanos ali esperavam, Felizardo e Chico Curumim teriam, às escondidas, seguido para reencontrar Pedro e os demais Kaxinawá.

No caminho rumo ao alto Tarauacá, Felizardo convidaria uma "turma grande" de homens Kaxinawá, segundo Romão, para ir atrás das famílias que haviam espalhado na direção do rio Curanja. Ainda no alto rio Envira, num igarapé onde estava dando muito peixe, o grupo se adiantaria, enquanto Felizardo, pouco atrás, pescava de flecha. Ali, acabariam tocaiados por um grupo de homens Kaxinawá, que voltara com medo da possível chegada dos fregueses de Patrício:

> "*Vinha reparando se peruano vinha atrás deles. Aí eles toparam o Felizardo e esses outros que estavam atrás deles. Lá se esconderam e viram eles, o Felizardo conversando, em português. Aí cismaram: "Esses outros vêm atrás de nós para matar. Pra que traz o cariu?, vêm atrás de nós. Vum'bora matar tudo. Aí se esconderam. Atiraram num e matou. Atirou no outro, matou (...) ainda conheceram um outro, que tava baleado. O Felizardo correu, porque queriam matar ele*" (Romão Sales, Aldeia Chico Curumim, Terra Indígena Kaxinawá do rio Jordão, setembro de 2004).

Ao discorrer sobre essa seqüência de acontecimentos, os três relatos, feitos por Kaxinawá que vive(ra)m no rio Jordão, enfatizam, portanto, episódios que dão conta da divisão do grupo de famílias extensas que pouco antes vivia no rio Envira, trabalhando para Patrício, e dão sentido à posterior trajetória daquelas famílias reunidas e levadas por Felizardo para as cabeceiras do rio Tarauacá e dali para o alto rio Jordão. Todas essas narrativas convergem ao ressaltar o fracasso da tentativa de Felizardo e dos homens por eles arregimentados de alcançarem as famílias que tinham seguido na frente, rumo às cabeceiras dos rios Envira e Curanja: dois Kaxinawá mortos e um gravemente ferido, Raimundo Pereira, baleado e com o braço estilhaçado, ferimento que o deixaria "aleija-

do" até o fim de seus dias. Também destacam a divisão dos Kaxinawá após esse acontecimento, a permanência de suas próprias famílias com Felizardo e a total ausência de notícias, até final dos anos 1950, sobre as famílias que seguiram para o rio Curanja, as quais, segundo Sueiro, julgavam terem "se acabado", mortas pelos peruanos.

Nesses três relatos, a migração das famílias agrupadas e levadas por Felizardo para as cabeceiras do rio Tarauacá teria acontecido logo após a "divisão" no Envira. O relatório de Felizardo, por sua vez, acrescenta outras informações, algumas convergentes, outras não, a essas narrativas dos Kaxinawá, permitindo contextualizar tanto sua decisão de tentar tornar a reunir todas as famílias como o dilema que essa iniciativa geraria entre os Kaxinawá, pela suspeita sobre as reais intenções que haviam levado Felizardo a tentar essa empreitada.

Em sua narrativa, Felizardo introduz outra ordem temporal ao desenrolar dessa mesma seqüência de acontecimentos, culminando, em meados de 1917, com sua decisão de levar o grupo de famílias que com ele havia permanecido para o rio Tarauacá e dali às cabeceiras do rio Jordão. Em final de maio de 1912, informa Felizardo, a pedido dos irmãos Valente, seguira às malocas do igarapé Surubim, onde os Kaxinawá haviam se refugiado após terem matado Patrício e onde houvera um enfrentamento posterior com os caucheiros peruanos. Seu objetivo era tornar a juntar os dois grupos de famílias Kaxinawá e lograr uma "acomodação" que permitisse o retorno dos caucheiros, fregueses dos Valente, ao Riozinho da Ordem. Para acompanhá-lo nessa viagem, diz ter "retirado" seis Kaxinawá das malocas do rio Jaminauá, inclusive aquele que considerava o principal "tuxaua", Raimundo Pereira. No igarapé Surubim, foram bem recebidos pelas mulheres e pelos poucos homens que ali encontraram, pois outros 42 homens estavam na mata, ainda no encalço dos peruanos para vingar a recente "correria". O convite de voltarem a morar no rio Jaminauá e a proposta de não mais hostilizarem os caucheiros, todavia, seriam recebidos com desconfiança: "*Ficaram todos suspeitando contra mim, julgando que, pelos crimes que cometeram, eu não estivesse enganando, e ir entregá-los aos peruanos*" (Cerqueira, 1958: 82).

À noite, na maloca, Raimundo Pereira reforçaria o convite, dizendo que Felizardo tinha agora condições de dar trabalho a todos e "muita mercadoria" (rifles, balas, roupas, machados, terçados e miudezas). Novas suspeitas, contudo, seriam verbalizadas por um homem mais velho: "*Vocês não sabem que este homem é quem vai fazer nossos filhos ficarem sem pai e nossas mulheres ficarem sem marido? O melhor que aparece é nós tirar a cabeça deste diabo. Já fica tudo livre. Vocês não vêem? Todo negócio en-*

rascado, ele é quem vai chamado. Só ele é quem é danado, não tem medo. Portanto, nós matando ele, outro não vem cá, só este é o terrível" (ibid: 83). Tentado a fugir, com medo de ser morto, Felizardo decidiria permanecer, temeroso de cair em descrença perante todos que nele tinham "fé como o mais destemido dos viventes". Raimundo, o "meu caboclo chefe", como diz Felizardo, levantaria novos argumentos em sua defesa: "*Não duvido que ele faça uma traição, combinado com os peruanos. Não duvido que ele venha ganhando alguma coisa. Mas, só se nesta ocasião, pois todo tempo que ele tem estado conosco, nunca pudemos presenciar uma só mentira. Será esta a primeira vez, se acaso praticar falsidade*" (Cerqueira, 1958: 85).

Aparentemente convencido pelas palavras de Raimundo, chorando ao recordar do seu filho morto pouco antes pelos peruanos, o velho concordaria em retornar ao Jaminauá, pois ali haviam deixado muitas plantações e no novo local encontravam-se "muito perseguidos". No dia seguinte, 3 de junho de 1912, aconselharia Felizardo a aguardar o retorno do chefe da maloca, José Lourenço (Maná), e dos homens que andavam na mata, para que todas as famílias pudessem decidir juntas, aprontar seus pertences e descer. Apesar deste conselho, e do alerta sobre a raiva que José Lourenço e os demais carregavam pela recente morte de seus filhos e parentes, Felizardo decidiria descer, por ter urgência em voltar ao barracão dos irmãos Valente para comunicar-lhe que lograra "a paz entre índios e peruanos". Levaria "os seus índios e mais um da maloca", para, no caso de encontrar os demais Kaxinawá em viagem, conversar e chegar a um entendimento. Após dois dias de caminhada, quando desciam um igarapé, pescando, Felizardo atrás, com um rifle às costas e um arco e flecha nas mãos, acabariam surpreendido por 24 homens Kaxinawá, que, escondidos, abriram fogo cerrado. Pouco antes de sair em disparada, perseguido sob intenso tiroteio, Felizardo diz ter tido a certeza de que os sete índios que o acompanhavam jaziam mortos no leito do igarapé (Cerqueira, 1958: 86-7).

Durante os cinco dias que caminhou até chegar à sua casa no Furnanha, Felizardo diz ter temido por sua vida, preocupado com a desconfiança que recairia sobre suas reais intenções e com a "satisfação" que deveria dar nas malocas sobre o destino dos seis índios que dali retirara: "(...) *Tinha certeza de ir morrer em casa, se não desse uma justificação satisfatória aos índios, pois os índios sempre têm uma suspeita de falsidade, jamais perdem isto da memória. Julgam que pelo meio de gratificação de ser fácil haver uma trama que sirva de extermínio para eles*" (1958: 89-90). O temor de Felizardo se comprovaria quando, ao chegar, relatou o ocorrido aos Kaxinawá que haviam chegado em busca de novidades:

"*Quando aportei em casa, houve por momento uma alegria incomparável, mas, quando me perguntaram pelos companheiros, todos choraram sem consolo. Vi logo ali o mundo transformar-se em ódio e responsabilizar-me irrevogavelmente (...) nada podia afastar da mente indígena a suspeita de que eu era o verdadeiro intermediário para os atos comuns, a hipocrisia, a falsidade e a covardia de acordar com os peruanos os planos traiçoeiros de morte dos silvícolas (...) Não houve um só índio que me acreditasse que houve essa coincidência. Mas, acreditavam que eu, para ganhar alguma recompensa, tivesse feito falsidade e conspirado contra, contra sim, a favor dos peruanos*" (Cerqueira, 1958: 97).

A única esperança vislumbrada por Felizardo nesta situação era a de retornar ao Surubim para que os próprios Kaxinawá, cientes do equívoco cometido, inclusive de ter matado um dos parentes de sua maloca, pudessem testemunhar a seu favor, esclarecendo as intenções de sua proposta e a circunstância das mortes. Suas tentativas de recrutar uma nova turma de Kaxinawá nas malocas do Jaminauá e de levar algum dos seus quatro "empregados", "civilizados", que trabalhavam em sua casa seriam infrutíferas. Confrontado com o medo de ser acusado de traição e condenado à morte pelo "conselho" dos Kaxinawá, decidiria seguir sozinho à maloca. Ainda em viagem, encontraria três Kaxinawá, vindos do Surubim, carregando, numa rede, Raimundo Pereira, único sobrevivente dos que levara, com duas balas encravadas no corpo e o braço quebrado. Um dos índios seria levado por Felizardo às malocas do Jaminauá, onde relataria o acontecido no igarapé Surubim, acabando a "maldita suspeita" que recaía sobre sua pessoa (1958: 97-100).

A continuação do relato de Felizardo coincide com a parte final do relato de Romão Sales, na qual Felizardo e Chico Curumim (pai de Romão e Sueiro) teriam ludibriado os peruanos que pretendiam matar os Kaxinawá, como vingança pela mortes de Patrício e seus fregueses. Felizardo, todavia, atribui outra razão à iniciativa, em dezembro de 1912, de dois "chefes" peruanos (Tomaz Torrofon e Efraim Ramiro), à frente de 18 caucheiros, de matá-lo em sua própria casa junto com sua família e "seus índios": a convicção de que partira dele a ordem para os Kaxinawá matarem os 38 peruanos no igarapé Surubim.

Assim como relata Romão, Felizardo destaca, por um lado, ter sido alertado dessa trama por seu irmão Pedro, a quem mandaria com os Kaxinawá para as cabeceiras do rio Jaminauá, para deixar as mulheres e as crianças, inclusive sua companheira Raimundinha e sua filha, a salvo; e, por outro, de ter ido acompanhado por Chico Curumim[321]

[321] Em seu relato, diferentemente, Felizardo atribui ao próprio Chico Curumim a iniciativa de acompanhá-lo: "*Eu, olhando todos os caboclos, perguntei: qual de vocês que tem a coragem de morrer comigo espe-*

ao encontro dos peruanos (no rio Furnanha) e de ter logrado convencê-los de subir o rio algumas praias, onde encontrariam os Kaxinawá colhendo amendoim e milho. Assim, ele e Chico Curumim escapariam rio abaixo, onde reencontrariam Pedro e 32 homens Kaxinawá, já de retorno. Cientes de terem sido ludibriados, os peruanos fugiriam à noite, desistindo de consumar as mortes. Novo encontro com Tomaz Torrofon, no rio Envira, pouco mais de um mês depois, no qual Felizardo revelou ter poupado sua vida, impedindo a represália dos Kaxinawá, e não pretender tomar qualquer vingança pela tentativa de assassinato, acabaria por selar um acordo de convivência com os caucheiros nessa região, evitando potenciais enfrentamentos com as famílias indígenas que com ele permaneciam no rio Jaminauá (Cerqueira, 1958: 102-08).

A catequese como "árdua missão"

À frente de "sua turma de Kaxinawá", Felizardo tornar-se-ia um "ponto de referência" (Cerqueira, 1958: 93) no alto rio Envira e em seus afluentes, para os patrões brasileiros que mobilizavam suas freguesias na exploração do caucho, para as turmas de peruanos que, de forma autônoma ou aviados por esses patrões, trabalhavam nessa região, bem como para os demais grupos indígenas que ali tinham suas malocas.

Em diferentes trechos de seu relatório, Felizardo fornece informações claras de suas concepções sobre suas atividades de "catequista". Essas concepções surgem em meio a reflexões provocadas por dificuldades ou pelo eminente risco de vida, em meio a diálogos com diferentes atores, quando questionado se não temia uma morte trágica e o que ganhava com suas iniciativas, e quando consultado, por patrões, sobre a possibilidade de mobilizar a mão de obra indígena na extração de caucho ou de realizar "correrias" para afastar índios considerados "selvagens" das proximidades de suas propriedades.

"Predestinado ao salvamento dos índios do Juruá e seus afluentes" (1958: 1), acreditava Felizardo ter assumido um "destino resignado" (1958: 26), uma "missão" (1958: 44), cumprindo uma "ordem superior", "*pois todo mundo vem ao mundo trazendo uma missão dada por Deus*" (1958: 48). Esta missão tinha como objetivo maior proporcionar aos índios "melhores condições de vida" e à "pátria brasileira renda financeira, pelo trabalho dos milhares de homens espalhados pela floresta e ignorados dos poderes públicos" (1958: 43-5; 48). Mais do que ganho financeiro por seus trabalhos, diz Fe-

---

rando os peruanos aqui? Um, por nome Francisco Curumim, respondeu: "Eu, patrão". "É verdade que tu morre junto comigo?". "Pronto eu!" (Cerqueira, 1958: 104). Essa, por sinal, é a única referência feita por Felizardo a Chico Curumim durante todo seu relatório.

lizardo, buscava reconhecimento como "bem-feitor", um brasileiro que colocava seus esforços pelo bem-estar e o progresso tanto dos índios como dos nordestinos (1958: 93), tendo como maior recompensa o "sossego dos acreanos e a felicidade dos pobres índios" (1958: 115).

No alto rio Envira, região onde à época o caucho era o principal produto explorado e a arregimentação de peruanos era iniciativa comum para a composição de freguesias pouco duradouras, alguns patrões passaram a vislumbrar a mão de obra dos indígenas como alternativa para desenvolver atividades agrícolas e complementar a produção gomífera. A maioria dos patrões, contudo, ainda concebia os índios como obstáculo a ser removido de suas propriedades e das cercanias, de forma a garantir a "segurança" de seus trabalhadores e a viabilizar a produção de caucho.

Felizardo assumiria, perante os patrões e os caucheiros, uma decidida posição contrária à realização de "correrias", justificada por sentimentos humanitários e por uma ideologia que norteava seu trabalho especializado de "catequista". Diante da proposta de um patrão para que fizesse uma "batida" nos fundos do seu seringal para decidir a alternativa a tomar para pacificar os índios que causavam saques e mortes, Felizardo, afirmaria, por exemplo: "*Mesmo que o senhor quisesse que eu matasse, eu desistiria do encargo. Nós que amansamos índios, não nos é permitido matar (...) meu trabalho exclusivo é catequese*" (1958: 79).

Nessa conjuntura, Felizardo conceberia a catequese como trabalho dirigido tanto aos índios como aos patrões e seus trabalhadores. Além de instruir os primeiros na extração do caucho, tinha por objetivo "*fazer anular os rancores dos silvícolas que, achando-se prejudicados pela invasão dos brancos, feriam de morte os trabalhadores nacionais*" (1958: 93)[322]. Ao dar início à "catequese" de um grupo indígena, esclarece Felizardo, preferia deixá-lo em seu próprio local de moradia, "*com inteira liberdade de pensamento e prática de seus negócios*", ficando "o contato com os civilizados", ou sua transferência para outros locais, como alternativa última para evitar "correrias" ou enfrentamentos armados (1958: 75). No caso dos grupos que, por decisão dos próprios chefes, face a convites realizados pelos patrões, acabariam deslocando suas malocas para as propriedades destes últimos, para ali trabalhar no caucho, Felizardo costumaria re-

[322] A dimensão pedagógica das diretrizes desse duplo trabalho, de amansar e catequizar, que Felizardo concebia voltada tanto aos índios como aos "civilizados", parece contemplada nas definições que constam para esses dois verbos no Médio Dicionário Aurélio (Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980), a saber: "Amansar: 1. Tornar manso; domesticar, amestrar. 2 Aplacar, apaziguar, sossegar. 3. Refrear, moderar (...)"; e "Catequizar: 1. Instruir em matéria religiosa. 2. Doutrinar sobre questões sociais. 3. Procurar convencer; aliciar. 4. Introduzir no conhecimento ou na participação de alguma coisa; iniciar".

comendar-lhes "prudência" com os brancos e que não matassem caucheiros para vingar desavenças.

Apesar das primeiras tentativas "sem sucesso" de "pacificar" os Patunawa e os Txaninawa, situações de negociação e negociação surgiriam com outros grupos indígenas. Em algumas delas, os Kaxinawá serviriam como afiançadores dessas mediações levadas a cabo por Felizardo: integrariam escoltas em visitas às malocas, desempenhariam papel de "intérpretes" e encarnariam o temor de possíveis punições e represálias, em caso de descumprimento dos acordos. "Severamente armados", os Kaxinawá, que, por sua "legenda fantástica de antropófagos", já eram respeitados e temidos pelos demais grupos dessa região, "ficaram superando a todas as outras tribos", afirma Felizardo (1958: 66).

Felizardo se auto-representa como o "pai da acomodação" (1958: 115), "*o proposto pelas forças superiores para acalmar os ânimos exaltados*" (1958: 75). Convocado pelos patrões em situações onde "correrias" já haviam sido realizadas, gerando ataques e represálias dos índios contra os trabalhadores nordestinos e peruanos, ou onde a presença belicosa dos indígenas impedia a exploração de áreas ricas em caucho, Felizardo se faria presente "*onde necessitasse de uma intervenção amigável entre ambos contendores, índios e civilizados*" (1958: 94).

Aos patrões, Felizardo procuraria fazer entender que a maioria das represálias protagonizadas pelos índios resultava tanto de um histórico de "correrias" como de ações desrespeitosas contra os índios, dentre elas, a queima de malocas, a destruição de roçados, a retirada e o abuso sexual de mulheres e crianças. Considerava que os patrões, na condição de "mestres", deveriam desempenhar um trabalho de "educação" dos índios que tinham sob "sua regência" e "responsabilidade". Dos "bons exemplos" do tutor, afirma, dependeriam as respostas, positivas ou negativas, a serem esperadas dos "alunos", bem como os resultados das "acomodações" e, em última instância, da catequese (1958: 110-11)[323].

Antes das famílias Kaxinawá terem seguirem com Patrício ao seu seringal, por exemplo, diz ter aconselhado aos homens "que tivessem prudência e não causassem mal a ninguém". Os conselhos dirigidos a esse patrão exemplificam concepções de Felizardo

[323] Felizardo cita sua própria forma de comportamento como modelo a ser seguido para levar a frente a catequese com possibilidades de sucesso, sem, inclusive, correr risco de morte, pela violação de normas e valores prezados pelos índios: "*O homem que amansa índios, para não morrer no início, é mister observar estes itens: por consideração alguma não namorar com as índias, nem açoitar os índios, não tirar seus filhos para presenteá-los a quem quer que seja estranho, e não dar opinião favorável a gente de fora da maloca. Quando um índio se declarar raivudo com uma pessoa, quando não falar contra, ao menos, esteja parcial e conserve-se calado*" (1958: 64).

sobre as atividades a serem desenvolvidas pelos patrões enquanto "tutores", por meio do respeito, do exemplo e da educação, bem como sobre os resultados, positivos ou negativos, que poderiam resultar dessas iniciativas:

> "(...) *Fiz-lhe* (a Patrício) *mais explanação, referindo-me a muitas adversidades infrutíferas somente por falta de prudência e respeito com toda humanidade, mormente com os índios, pois eram homens igualmente aos demais homens, mas eram mais perigosos que qualquer outro homem, visto serem selváticos sem a menor educação, mas muito bons para se educar, visto eles ainda se acharem sem vícios, sem estragos sociais que lhes conferisse banditismo, portanto bons para serem educados moralmente, dentro do maior respeito e sinceridade da parte de quem os tem ao seu lado. Tudo disse para evitar o possível desastre por falta de moral e respeito de quem está encarregado de dar bons exemplos. O índio está pronto a receber de quem está servindo de mestre, e eles não tem outra coisa a oferecer senão a paga de uma boa educação ou de maus exemplos (choque de retorno)*" (1958: 79-80).

Conforme visto, Manoel Patrício, junto com sua família e parte de sua freguesia, seria morto pelos Kaxinawá, como desdobramento de abusos sexuais feitos com mulheres indígenas e de abusos e ameaças aos homens que com ele trabalhavam.

Na condição de "mediador", Felizardo procuraria estabelecer acordos (ou "acomodações") que impedissem novas "correrias" dos patrões e dos caucheiros e as represálias e mortes promovidas pelos índios (o "choque de retorno"), viabilizando, ao mesmo tempo, a proteção dos indígenas e a produção do caucho pelos fregueses dos patrões. Visto pelos brasileiros e peruanos como "chefe" dos temidos Kaxinawá, única pessoa capaz de entrar em suas malocas e dialogar com seus chefes, Felizardo seria, em diversas ocasiões, responsabilizado por ataques e saques por eles realizados contra os acampamentos dos caucheiros. Os Kaxinawá seriam também responsabilizados por roubos feitos por outros grupos, recaindo, novamente, as suspeitas de ataques orquestrados por Felizardo.

Os Kaxinawá, por sua vez, considerariam as relações estabelecidas com Felizardo enquanto alternativa concreta face às "correrias" que há anos sofriam dos patrões e caucheiros. Os acordos firmados por Felizardo junto a patrões como Francisco Sena e Manoel Patrício garantiriam, num primeiro momento, tanto a permanência de certas famílias nas malocas nas cabeceiras do rio Jaminauá como o deslocamento de outras para locais de produção de caucho, abrindo oportunidades de trabalho e de acesso a mercadorias e "bens de valor" já desejados. Os desentendimentos com esses patrões, "correrias" e ameaças dos peruanos, seguidas de represálias dos Kaxinawá, alterariam significativamente essa situação inicial.

As negociações e acordos estabelecidos por Felizardo com os patrões e seus fregueses, bem como suas tentativas de, nas malocas, garantir que novas represálias não aconteceriam contra os caucheiros, contudo, levariam os Kaxinawá, em várias ocasiões, a levantar suspeitas de que Felizardo poderia estar tramando junto aos carius, abrindo-lhes condições para a realização de novas "correrias". O dilema inerente à sua condição de mediador, constantemente visto com desconfiança tanto pelos Kaxinawá como pelos "civilizados", é assim colocado:

> "(...) *o mesmo Felizardo era continuamente suspeito de ambas as partes, como sendo um malfeitor, sedicioso, sedutor, assassino e falso em suas apresentações democráticas. Quantas vezes e quantas tentativas fizeram contra minha vida, pelas suspeitas que eu fosse um bandido, um cruel, um desumano e traidor, esquecendo-se os seus próprios atos praticados aos pobres silvícolas que, sem (muitas vezes) saberem por que, eram trucidados pelas correrias fantásticas dirigidas pelos brancos; e tudo isto eu havia de apresentar-me como um mediador, para evitar maiores prejuízos de ambas as partes*" (1958: 94).

A desconfiança dos próprios Kaxinawá quanto às reais intenções de Felizardo ao negociar, em vários contextos, com patrões e peruanos, exigiria dele iniciativas que confirmassem a lealdade dedicada à "sua turma" e a honestidade de seus propósitos, garantindo a "pacificação" de suas relações com os "civilizados", a proteção de suas malocas, o respeito por suas famílias e um acesso regular a mercadorias, ferramentas de trabalho e objetos de valor.

Delegado de Índios do Rio Envira

Nos sete "episódios" em que trata de suas atividades no rio Envira, a parte mais extensa de seu relatório biográfico, Felizardo (Cerqueira, 1958: 41-114) escassas menções faz às atividades realizadas por "sua turma" de Kaxinawá na produção de caucho, aos gastos efetuados como parte da "catequese", às relações comerciais por ele estabelecidas com diferentes patrões ou aos ganhos financeiros derivados dos acordos com estes estabelecidos para a mobilização da mão de obra indígena e para a "segurança" dos caucheiros.

Cinco breves alusões, bastante diversas entre si, são feitas por Felizardo a respeito desses temas. A decisão de aceitarem aceitar a proposta de Manoel Patrício, segundo Felizardo, derivou da impossibilidade dele próprio garantir a todas as famílias Kaxinawá trabalho suficiente para suprir suas necessidades de mercadorias e ferramentas, bens que já necessitavam e almejavam possuir (1958: 80-1). Após a fracassada tentativa de reunir os Kaxinawá, e diante da urgência de seguir às malocas do igarapé Surubim, Fe-

lizardo afirma ter oferecido, sem sucesso, dois contos de reis para que pelo menos um de seus "empregados" o acompanhasse (1958: 98). Ao tomar conhecimento de que os peruanos chefiados por Tomaz Torrofon pretendiam fazer-lhe uma emboscada, informa Felizardo, estava saindo de um centro no rio Furnanha, a algumas horas de sua casa, onde extraía caucho com seus quatro "empregados" e "alguns caboclos" (1958: 103). Instado por seu irmão Pedro a fugir da tocaia dos peruanos e a retornar para o Ceará, Felizardo descartaria qualquer possibilidade de abandonar sua família e "seus índios". Caso Pedro preferisse voltar, lhe diria Felizardo, deveria passar no barracão dos irmãos Valente e retirar o crédito que ele ali possuía, de três contos de reis. Ao chegar a Pedra Branca, seu irmão deveria repassar essa importância aos seus pais, comunicando-lhes, e aos demais irmãos, que "Felizardo havia morrido" (1958: 104). Por fim, Felizardo, em mais de uma vez, faz menção às dificuldades financeiras que recorrentemente enfrentava, devido aos elevados gastos, com "presentes", para "agradar" seus índios.

Felizardo deixara de ter "patrão certo" em início de 1912, após a morte de parte da família Sena pelos Marinawa, quando Francisco Sena abandonara o barracão na foz do Jaminauá e seguira para a margem do rio Envira. Desde então, seus serviços haviam sido solicitados por outros dois patrões para tarefas pontuais. Em meados de 1912, atendera pedido dos irmãos Valente para tentar "estabelecer a paz" entre os Kaxinawá e os seus fregueses. Se algum dinheiro Felizardo ganhara com essa ação, pois tinha crédito no barracão desses patrões, seu prejuízo também fora grande, pois "perdera" metade de "sua turma" de Kaxinawá, cerca de 60 famílias, que seguira primeiro ao igarapé Surubim e depois ao Curanja.

Em 1913, seus serviços foram solicitados pelo patrão José Vicente. Após promover "correrias" contra dois grupos indígenas (os Curunawa e os Binanawa), causando-lhes numerosas mortes e a destruição das malocas e de dois "paióis de mantimentos", Vicente tivera vários de seus fregueses atacados e a produção do seu seringal reduzida quase pela metade. Mediante compromisso previamente assumido por esse patrão, de que seus fregueses "não ficariam em contato direto com os índios", Felizardo seguiria às suas malocas, onde permaneceria por pouco mais de um mês, "*a fim de deixá-los bem relacionados, tanto os seringueiros como os índios*". Com o auxílio dos Kaxinawá, que levara como "intérpretes" e escolta, estabeleceria entendimentos com ambos os grupos, dos quais o patrão depois ficaria como "regente" e "responsável" (Cerqueira, 1958: 109-11). Apesar de ambos continuarem trabalhando com José Vicente no ano seguinte, Feli-

zardo não menciona possíveis ganhos auferidos como resultado dessa "acomodação" e/ou de parte da produção de caucho feita pelos índios.

Em início de 1914, Felizardo diz ter obedecido ao "bom conselho", de "pessoas de responsabilidade", de "procurar a Inspetoria de Índios" para, "com auxílio monetário, melhor desenvolver os trabalhos de catequese" (1958: 113). Já próximo à conclusão de seu relatório, em que se lamentaria pela difícil situação monetária e de saúde enfrentada na velhice, num momento em que não podia mais trabalhar, Felizardo torna a detalhar as razões que, quatro décadas antes, o levaram a tomar a decisão de procurar, em Manaus, a sede da Inspetoria do SPILTN no Estado do Amazonas e Território do Acre:

> "*Em* [fevereiro de] *1914, aconselhado por quem me conhecia, vim em Manaos, solicitar do inspetor, Dr. João Amora, um auxílio para custear as despesas embrutecidas que anualmente gastava em presentes para agradar a fim de índios. Fiz um gasto acima de meus recursos, a fim de conduzir comigo 3 índios até a Inspetoria para provar com os mesmos as nossas necessidades*" (1958: 181).

Além dessa justificativa, parece plausível sugerir que outras razões podem ter motivado a iniciativa de Felizardo de apresentar-se ao Inspetor João de Araújo Amora e de pleitear alguma forma de remuneração pelos serviços que vinha prestando, a saber, o início das atividades do órgão indigenista no Território do Acre em 1911 e, mais especificamente, os resultados da viagem do ajudante Máximo Linhares ao rio Envira em início de 1912, durante a qual três seringalistas ali haviam sido nomeados como "delegados honorários". Num contexto em que se encontrava sem patrão certo e enfrentava dificuldades financeiras, Felizardo veria no reconhecimento de seus serviços pelo SPILTN alternativa de contar com uma remuneração fixa, que lhe permitiria, ao mesmo tempo, dar continuidade às suas ações de "catequista", garantindo um fluxo regular de mercadorias para o atendimento das "necessidades" dos Kaxinawá, e mobilizar sua mão de obra na extração do caucho, outra fonte de retorno financeiro.

Felizardo informa que, acompanhado de três índios, teria descido rumo a Manaus a bordo do gaiola "Rio Envira". Seria apresentado na sede da Inspetoria do SPILTN por Rodolpho Vasconcellos, gerente da casa aviadora Nicolaus & Cia., de Belém, a qual tinha casa comercial estabelecida em Vila Feijó e propriedades e negócios no rio Envira[324]. Na Inspetoria, Felizardo afirma ter realizado entendimentos com o "chefe" João

[324] A Nicolaus & Cia. operava na Vila Feijó pelo menos a partir de 1908 (Castello Branco, 1961: 234). Seis anos depois, apoveitando a conjuntura de aprofundamento da crise na economia da borracha e de dificuldades financeiras enfrentadas por vários patrões, a casa aviadora expandia seus negócios no alto rio Envira, com a aquisição do seringal Canadá e de outros. O conhecimento das atividades realizadas por Felizardo e da sua importância para a viabilidade da extração de caucho nas cabeceiras do rio pode ter

Amora, "(...) *e este aceitando-me como auxiliar de inspetoria, fez uma diária de 10,000 reis e me nomeou como Delegado de Índios do Rio Envira. Aconselhou-me que era de conveniência que eu deixasse um procurador, com a devida nomeação, para receber da Inspetoria o meu ordenado de delegado de índios*" (1958: 113-4).

Pouco depois, os quatro seguiriam para Belém, onde também visitaram a sede da Inspetoria do SPILTN, cujo "chefe", diz Felizardo, era o Capitão Alípio Bandeira[325]. Nessa ocasião, ressalta, teve a "feliz ventura" de encontrar, pela única vez, o então Tenente-Coronel Cândido Mariano Rondon, com quem conversaria por "mais de uma hora", "assuntos relativos a índios"[326].

Rondon surge como referência recorrente em reflexões de Felizardo Cerqueira sobre os ideais e valores que fundamentavam sua "missão" e sua prática profissional, bem como sobre as agruras e as dificuldades financeiras enfrentadas para exercê-las. Cabe chamar a atenção, nesse sentido, que o seu relatório biográfico foi finalizado em 1958, mesmo ano em que, a 19 de janeiro, faleceu Rondon, então Marechal, aos 92 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

---

contribuído para a decisão de Vasconcellos de intermediar sua apresentação na Inspetoria do SPILTN. A expansão das atividades da Nicolaus & Cia. no alto rio Envira seria alvo de disputas pouco depois. Em meados de 1917, o peruano Theobaldo Lecca, "sucessor das extintas firmas de Lecca & Pena e Lecca & Cia.", alegando ser o legítimo dono do seringal "Foz do Jaminâuas (depois conhecido por União)", mandaria publicar duas Notas de Protesto, em Vila Seabra e na Foz do Jurupary, prometendo ingressar em juízo contra a casa aviadora, que, por meio de seu "procurador", Rodolpho Vasconcellos, encomendara a demarcação daquele seringal, com intenção de vendê-lo a Pedro José Gadelha (*Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, Nº 66, 15/7/1917, p. 4).

[325] Após ter chefiado a Inspetoria no Amazonas desde a sua criação até janeiro de 1912, período em que pessoalmente se dedicou às primeiras iniciativas de "atração" de um grupo de índios Waimiri, no rio Jauaperi, e ordenou a realização de seis outras "expedições" em várias regiões do estado, o então tenente do Exército Alípio Bandeira foi obrigado a retornar ao Ministério da Guerra. Reintegrado ao SPILTN em maio de 1912, ocupou a 1ª Seção da Diretoria até novembro, quando foi nomeado Inspetor no Pará. A partir de fevereiro de 1913, dedicou-se à inspeção das atividades do órgão indigenista em vários estados da região Nordeste. Acabaria dispensado do SPILTN em janeiro de 1914, num contexto de restrição orçamentária no órgão e de unificação das Inspetorias do Pará e do Maranhão (Freire, 2007: 14).

[326] Felizardo assim resume o seu diálogo com Rondon e a promessa então feita pelo diretor do SPILTN, de futuramente convidá-lo para trabalhar sob suas ordens: "(...) *sua Excia. disse-me: Sr. Felizardo, o senhor pode ser muito famoso, mas sua fama perder-se-ia com os Parintintins. Os Parintintins do Madeira, pegados, morrem de fome a propósito de não amansar. Respondi: Coronel, sendo comigo, os Parintintins comem, dormem, dançam e brincam carnaval. Em resposta, ele disse-me: O senhor só diz isto porque ainda não conhece os Parintintins. Respondi: Coronel, sua Excia. conhece bem os Parintintins, mas não conhece o Felizardo. Quando sua Excia. trabalhar comigo, verá. Disse-me o seguinte: Eu agora vou baixando para o Rio. Quando voltar, chamá-lo-ei. Eu espero, Excia., disse-lhe. E jamais chamou-me*" (1958: 114). À época que Felizardo diz ter saído do rio Envira para Manaus e depois para Belém, Rondon chefiava expedição com o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt; em final de fevereiro de 1914, a comitiva começava a descer o rio da Dúvida, trecho da expedição que seria concluído em fins de abril, com a chegada a Belém. Nenhuma referência às visitas da comitiva de três índios Kaxinawá, encabeçada por Felizardo, às sedes das duas inspetorias foi identificada no acervo do SARQ/MI. Como será visto logo adiante, menção à visita feita à Inspetoria de Manaus é feita por Romão Sales Kaxinawá, mas não ao encontro com Rondon.

Segundo Felizardo, apenas Rondon "tomara a peito" a "missão rejeitada" de catequista, como ele próprio a assumira (Cerqueira, 1958: 64). Semelhanças nos sentimentos que teriam motivado os dois a abraçar essa "missão" são também destacadas: se o tenente-coronel enxergara que os índios eram "merecedores do olhar sereno de sua complacência", Felizardo também diz ter se movido pelo "verdadeiro sentimento de compaixão por esta gente abandonada e sujeita às correrias" (1958: 56). Todavia, significativas diferenças são via de regra ressaltadas por Felizardo ao comparar as condições institucionais, financeiras, materiais e logísticas que ele e Rondon dispuseram para realizar suas atividades:

> "(...) *embora correndo os mesmos riscos de morte entre os índios, já deixa ver que ele* [Rondon] *sempre estava em melhores condições, tanto amparado pelo governo, lhe fornecendo o necessário para o abastecimento de sua gente, como bem recompensado monetariamente. Não é o Felizardo velho que tudo tem que enfrentar sem ter os auxílios que o Coronel Rondon se vê rodeado: gente (soldado), dinheiro, boa alimentação, bem cercado e vigiado pelo seu exército, nada lhe faltando, tudo para ele estava a tempo e hora, tinha a seu comando homens que compreendiam seus deveres* (...)" (1958: 56).

Em 1958, enfrentando problemas de saúde, e em busca de obter uma pensão por uma vida de serviços como "catequista de índios", Felizardo contrastaria, em seu relatório, o reconhecimento logrado por Rondon e por ele, um "humilde trabalhador nacional", que desempenhara sua missão "sem auxílio nem do governo nem dos particulares nem da parte dos índios" (1958: 101):

> "*Eu podia estar rico hoje, se eu houvesse botado os índios para trabalhar para mim, mas a consciência não me permitiu. Não tive a coragem de oferecer àquela gente tão sacrificada pelos horrores das correrias, mais um cativeiro. Antes, oferecia-lhes os parcos recursos que tinha, ao oferecer-lhes alguns presentes. Ah! se eu houvesse recebido do governo auxílios como recebeu o Coronel Rondon. Hoje seria também enxergado e um segundo Rondon. Quanto eu não tivesse atingido o tamanho do grande Oficial, pelo menos teria hoje uma pensão que pudesse atingir as minhas necessidades. Com o dinheiro que gastei em catequese, seria hoje um homem abonado, sem necessidade de estar a pedir*" (1958: 57)[327].

A viagem de Felizardo e os "três índios", os entendimentos na Inspetoria e seus desdobramentos foram também rememorados por Romão Sales Kaxinawá em entrevista concedida em maio de 2005. Romão fez então referência a uma viagem à cidade de Belém, para a qual Felizardo "convidara" seu pai, Chico Curumim, junto com outros dois

[327] Em livro sobre diferentes aspectos do rio Juruá, no capítulo relativo à "etnografia", Onofre de Andrade (1937) equipara os feitos de Felizardo Cerqueira e de Ângelo Ferreira da Silva aos de Rondon, destacando, porém, a falta de remuneração e de apoio oficial que marcara as ações dos dois primeiros: "(...) *Ângelo Ferreira e Felizardo, os dois grandes Rondons do Juruá, que se cometeram, sem comissões oficiais, nem proventos, à obra civilizadora de numerosas tribus*".

chefes de famílias extensas, Raimundo Pereira e Augusto, todos Kaxinawá. Essa viagem, segundo Romão, teria ocorrido logo após o término da demarcação da fronteira Brasil-Peru, na qual Felizardo e alguns Kaxinawá estiveram engajados durante os trabalhos da Comissão Mista nas cabeceiras dos rios Envira, Tarauacá, Jordão e Breu, em 1923-24. A informação de Romão de que, em "Belém", seus parentes foram levados à presença de "um homem do governo", e de que "o governo era o Doutor Amora", permite afirmar, todavia, tratar-se da mesma viagem relatada por Felizardo, iniciada por Manaus e ocorrida quase dez anos antes do término da demarcação física daquele trecho da fronteira internacional.

A avaliação sobre os principais acontecimentos dessa viagem, relatada por Romão a partir do que ouviu seu pai Chico Curumim contar, difere significativamente daqueles destacados por Felizardo. Antes da partida, segundo Romão, "miçangas, muitas" foi a principal encomenda feita pelas mulheres Kaxinawá aos três homens que iniciariam a viagem.

Pouco após a chegada "em Belém", de madrugada, enquanto Felizardo descia à terra para realizar os primeiros contatos, contou Romão, os Kaxinawá teriam permanecido no navio, "apreciando a cidade, toda iluminada". Um homem, que Romão não soube especificar quem era, chegou ao navio e estabeleceu conversa com eles: "*O Felizardo chegou do alto. Esse Felizardo diz que é malvado, que maltrata muito os índios". Aí viraram. "Não senhor, o Felizardo é um que toma de conta dos índios"*. Nova inquisição sobre o tratamento que lhes era dispensado por Felizardo seria feita pelo próprio Inspetor Amora, quando os Kaxinawá foram convidados a visitar a sede do SPILTN: "*Aí perguntou: "O Felizardo, o que ele faz com vocês?". "Não senhor, o Felizardo é quem cuida de nós. Foi ele que trouxe nós pra cá. Nós viemos para conhecer o senhor*" (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, 2005).

Segundo Felizardo, num contexto em que, sem qualquer auxílio dos patrões, enfrentava dificuldades financeiras para dar continuidade à "catequese" dos Kaxinawá, o objetivo principal da viagem, ao levar os três índios, iniciativa na qual realizou elevadas despesas, era que juntos demonstrassem ao SPLITN "as nossas necessidades". Perguntados pelo Inspetor Amora sobre como podia ajudá-los, os Kaxinawá, diz Romão, demandariam mercadorias: "*Nós precisa de muita coisa. Nós mora no mato, no mato mesmo. Não tem mercadoria onde nós mora"*. À diferença da avaliação de Felizardo, na visão dos Kaxinawá, os principais resultados dessa visita ao SPILTN, segundo Romão,

foram o dinheiro, as mercadorias e as miçangas fornecidos pelo Inspetor, não sem antes levantar dúvidas sobre as intenções e a honestidade de Felizardo:

> *"O doutor deu um bocadinho. "Eu não vou dar mercadoria aqui, porque vocês não podem levar. Agora vocês levem dinheiro, para comprar lá mais perto". Diz que deu não sei quantos contos de reis. Deu para o meu pai, deu para o outro. Agora, disse para o Felizardo: "Eu dei esse dinheiro, não vou dar mercadoria aqui. Chega lá mais perto, você vai comprar pra eles. Olhe lá! Você não vai enganar eles". Tirou a nota. Diz que quando voltaram, trouxeram só miçanga mesmo. Chegou não sei aonde, eles compraram mercadoria. Trouxeram um bocado de mercadoria nesse tempo*". (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, 2005).

Também em seu depoimento, Romão fornece outra informação que constitui possível pista sobre quem seria o homem que, no navio, abordara seu pai e os outros dois Kaxinawá, e sobre as razões pelas quais Felizardo seria tratado com desconfiança, por ele e depois pelo Inspetor Amora, devido aos alegados maus tratos aos quais submetia aos índios que tinha "sob seus cuidados". Diz Romão que Raimundo Prado teria convidado seu pai Chico Curumim a visitar São Paulo. A viagem, contudo, seria abortada por Felizardo, com a justificativa de que se comprometera, ao retornar, de levar consigo os três Kaxinawá de volta às suas casas: caso retornasse sem algum deles, seus respectivos parentes e mulheres ficariam "com raiva dele".

Cabe recordar que em início de 1912 o ajudante Máximo Linhares nomeara o Sr. Prado como "delegado-auxiliar dos índios do rio Envira". Poderia a visita de Felizardo à sede do SPILTN em Manaus representar, aos olhos de um membro da família Prado, ameaça ao prestígio gozado por seu familiar junto ao órgão indigenista e ao cargo de delegado de índios desempenhado naquele rio, em cujo alto curso a família Prado tinha propriedades e interesses comerciais?

Conforme salientado no capítulo anterior, os relatórios do MAIC (Brasil. MAIC, 1913: 140-41) e do SPILTN (Brasil. MAIC, SPILTN, 1913: 10), referentes ao ano de 1912, mencionam explicitamente as correrias promovidas por caucheiros peruanos contra os Kaxinawá no alto rio Envira, os constantes conflitos armados entre os Kaxinawá e outros grupos indígenas que ali viviam e, inclusive, a oposição interposta pelos patrões à visita que Máximo Linhares pretendia fazer às malocas no rio Jaminauá. Essas informações, cabe lembrar, não constariam, contudo, no relatório do próprio Linhares (1913). Nenhum desses relatórios, por sua vez, mencionaria a presença e atuação de Felizardo nessa região, quem, fazia pouco mais de dois anos, desenvolvia ações condizentes com algumas das principais expectativas da Inspetoria quanto à atuação dos delega-

dos, seus representantes locais, dentre elas, a "proteção" dos índios contra as "correrias" e a "pacificação" de suas relações com os "civilizados".

Parece factível pensar que para os patrões que serviram como cicerones de Máximo Linhares, e depois acabariam nomeados como delegados do órgão, pode ter sido estratégico não informar ao ajudante sobre as atividades de Felizardo, e, ao contrário, denegrir seus métodos de trabalho, de maneira a afastá-lo como potencial concorrente ao reconhecimento e às prebendas do SPILTN. Assim, procederia novamente Raimundo Prado quando da visita de Felizardo à sede da Inspetoria, possivelmente preocupado com os desdobramentos que o seu reconhecimento oficial poderiam trazer no alto rio Envira, ao fortalecer seu empreendimento na produção de caucho, sua ascendência sobre os Kaxinawá, então uma importante fonte de mão de obra, e suas relações com a Nicolaus & Cia, casa aviadora em expansão na região em que os Prado, como donos de seringais e casa comercial, tinham seus próprios interesses.

Como fruto de uma iniciativa própria, na qual a presença dos Kaxinawá, a defesa por eles feita daqueles que consideravam "seu protetor" (que deles "cuidava" e "tomava de conta") e as demandas externalizadas ao Inspetor João Amora, somadas ao respaldo oferecido pelo representante da Nicolaus & Cia, Felizardo acabaria nomeado como "Delegado dos Índios do Rio Envira". Não receberia, todavia, qualquer apoio posterior do SPILTN ou, como almejava, remuneração por seus serviços, situação que se manteria nos anos seguintes, na gestão do sucessor de Amora, o Inspetor Bento Martins Pereira de Lemos.

Felizardo esclarece ter, em várias ocasiões, procurado, por meios diversos, obter esclarecimentos da Inspetoria sobre essa situação: "*Estive no Acre até 1955 e nunca recebi nada do meu emprego. Tanto escrevi, telegrafei e nada de resposta. Nunca fui demitido e nunca sai da minha posição*" (Cerqueira, 1958: 114)[328]. Em outro trecho de seu relatório, ao comentar que "*sua nomeação e sua diárias haviam ficado apenas nos livros*", Felizardo teceria críticas ao SPILTN, pelos elevados gastos anuais e a concentração dos recursos nas sedes do órgão nas capitais, "*enquanto os índios estão nos altos rios, onde as bençãos das Inspetorias não os atingem* (...) (1958: 181).

[328] A mesma afirmação fora feita por Felizardo em setembro de 1955, quando recorreu ao deputado José Guiomard Santos para solicitar seu auxílio para obter uma pensão. Na carta em que se apresenta e relaciona os documentos apensados para comprovar seus "serviços especializados como catequista de índios", Felizardo reafirma ter sido nomeado pelo SPILTN: "*Em 1914, achando-me financeiramente mal, estive em Manaus, Estado do Amazonas, e depois de entendimento no mês de março com o inspetor dos índios Dr. João Amora, esse nomeou-me delegado dos índios no Rio Envira, com uma diária de Cr$ 10,00, mas nunca recebi nenhuma importância. Julguei-me sempre em tal função, pois nunca fui demitido*" (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12238).

Em seu relatório, Felizardo nenhuma referência faz às suas atividades no alto Envira de 1914 até meados de 1917. Comenta apenas ter continuado a morar no rio Furnanha, cercado por todos os lados de índios, "que não lhe davam descanso". Seus empreendimentos teriam continuidade, a partir de então, nos altos rios Jordão e Tarauacá, no bojo de iniciativas patrocinadas por "particulares", para, junto com os Kaxinawá, "policiar" a fronteira, evitando que índios tidos como "selvagens" continuassem a roubar e a matar seringueiros e a prejudicar a produção de borracha nos seringais.

Contratos com os patrões no Alto Tarauacá: "um desmentido negativo"

Em fevereiro de 1917, o *Jornal Official* noticiou que o Prefeito José Thomaz da Cunha Vasconcellos preparava-se, ainda sem data definida, para iniciar uma "já anunciada" viagem ao alto rio Tarauacá, de onde pretendia seguir para o rio Murú e retornar à Vila Seabra[329]. Além de possibilitar um reconhecimento da maior parte da extensão territorial do departamento, visando mapear as necessidades prioritárias para sua administração, a viagem tinha por objetivo fundar a Vila Jordão, no entroncamento dos rios Jordão e Tarauacá, e ali estabelecer uma delegacia auxiliar e uma escola pública. Outro "assunto importante" que, segundo a matéria, motivava o deslocamento do prefeito ao Alto Tarauacá era "*a pacificação dos índios e a garantia dos proprietários contra as suas sanguinárias investidas*". Nesse sentido, era intenção do Prefeito "*ouvir os interessados para assentar as medidas mais próprias e efficazes à terminação do estado de sobressalto em que vive a população seringueira daque'les logares*". Informações sobre se essa viagem aconteceu, e os resultados que dela advieram, não chegaram a ser divulgadas em matérias nos jornais de Vila Seabra nos meses seguintes.

O anúncio da viagem do prefeito de Tarauacá à Vila Jordão ocorreu três meses após a breve passagem do Inspetor do SPILTN Bento Martins Pereira de Lemos pela sede do departamento, resultado de seguidas demandas e gestões feitas pelos patrões e os comerciantes do alto Tarauacá junto à prefeitura, à diretoria do órgão indigenista, ao MAIC e à Presidência da República. Face ao fracasso da principal proposta então negociada por Bento de Lemos, a implantação de um "posto permanente de pacificação", e apesar da recente nomeação de dois "delegados de índios", os patrões continuavam a demandar apoio e recursos financeiros da prefeitura para, "por conta própria", "conter" os ataques e mortes promovidas pelos índios, por meio do recrutamento de atores com

[329] "Viagem pelo Tarauacá e Murú". *Jornal Official. Semanário da Prefeitura*, Ano II, Nº 44, 11/2/1917, p. 3.

reconhecidas ações de "catequese", que, com o auxílio de índios "mansos", tentariam a "pacificação" dos índios.

Em junho de 1917, Felizardo receberia carta assinada por sete seringalistas[330] dos rios Tarauacá, Jordão e D'Ouro[331], solicitando seus serviços para "acomodar" os "indomáveis e ferozes" índios conhecidos por "Papavô". Assim Felizardo relata sua avaliação sobre os processos que haviam resultado nessa convocação:

> "*Quando nada mais esperava, chega uma carta* (...) *chamando-me para atendê-los relativamente a índios que tanto estavam danificando os seringueiros nacionais nos fabricos da goma elástica. Quando já não podiam mais resolver os ataques dos índios, e as correrias não davam mais sucessos, recorriam a Felizardo, Pai da acomodação.* (...) *Achavam-se prejudicados nos seus fabricos de goma elástica, fizeram então apelos ao Sr. Prefeito de Tarauacá, pedindo vênia de misericórdia para tão aflituosa situação. Em resposta o Prefeito disse, Eu nada posso agir com relação a índios, pois eu não posso retirar a polícia da cidade para procurar índios nas matas. Mas, se houver alguém que disponha de habilidades e conhecimentos que possa amenizar o caso, eu me proponho uma garantia*" (Cerqueira, 1958: 115-6)[332].

À diferença dos discursos que permeavam tanto os documentos enviados a diferentes órgãos do governo federal como várias das matérias publicadas na imprensa de Vila Seabra, nos quais os seringalistas colocavam, a si próprios e aos seringueiros, como vítimas da "selvageria" e dos prejuízos financeiros causados pelos ataques dos indígenas, Felizardo destaca outro aspecto desse mesmo problema. As iniciativas dos seringalistas, segundo ele, não haviam estado restritas à busca de "garantia dos poderes públicos" ou à demanda por apoio a ações que, por "conta própria", "fazendo o que possível

---

[330] Conforme discrimina Felizardo (Cerqueira, 1958: 116), eram os seguintes patrões que conjuntamente haviam se proposto a custear sua vinda e a dos Kaxinawá para o rio Tarauacá e assinado a carta endossada pelo Prefeito Cunha Vasconcellos: João Dias da Costa (Seretama, alto rio Tarauacá); Antonio Zacharias de Mesquita (Nova Minas, alto Tarauacá); Victorino Prado (Itamaracá, rio D'Ouro); Raimundo Costa Mello (Transual, alto rio Jordão); José Felício Maia e Tenente Coronel José Xavier Maia (Revisão, alto rio Jordão); e Amsílio Sampaio. Entre parênteses constam os seringais dos quais esses patrões eram donos ou que movimentavam, e os rios onde estavam situados. Essas informações foram compiladas a partir de Brasil. MJ. Prefeitura de Tarauacá, 1914; Cerqueira, 1958; Castello Branco, 1961; e Pereira Neto, 1999. Dentre os signatários da carta consta um membro da família Prado, parente do "delegado auxiliar dos índios do rio Envira" nomeado pelo Ajudante Máximo Linhares, em início de 1912. Além do Itamaracá, em 1917, Victorino Prado movimentava o seringal Iracema, no alto Tarauacá, e sua família era proprietária do seringal Califórnia, no alto Envira.

[331] O rio Jordão é o principal afluente da margem esquerda do rio Tarauacá, ficando em sua foz a Vila Jordão. O rio D'Ouro é o principal afluente da margem direita do alto rio Tarauacá, e sua foz está situada a três dias de subida, de barco, da Vila Jordão. Nos Anexos, o Mapa 6, excerto do croquis do padre Tastevin, mostra a localização aproximada dos seringais distribuídos no alto rio Tarauacá, acima da Vila Jordão, e no rio Jordão.

[332] O argumento utilizado por Cunha Vasconcellos torna a expor a fragilidade da iniciativa do Inspetor Bento de Lemos, na tentativa de institucionalizar o SPILTN no âmbito local, ao nomear, em novembro de 1916, dois delegados honorários do Serviço radicados em Vila Seabra. Cabe lembrar que um desses delegados era o 2º Tenente de Artilharia Eugênio Augusto Terral, então Capitão Comandante da "Companhia Regional de Segurança", força militar jurisdicionada ao prefeito, cuja principal atribuição era o policiamento urbano da Vila.

fosse", resultassem na "contenção" e na "pacificação" dos Papavô. Desde a abertura dos seringais no alto rio Tarauacá, as iniciativas dos patrões haviam se restringido à realização de "correrias" e expedições punitivas, fato, aliás, denunciado por Bento Pereira de Lemos em sua resposta às acusações sobre a inoperância da Inspetoria do SPILTN em viabilizar soluções para o "problema social" vigente no Alto Tarauacá. Era num momento em que a crise na economia da borracha começava a ganhar monta, com o êxodo de considerável quantidade de seringueiros dos altos rios, que os ataques dos índios "selvagens" representavam prejuízos mais significativos, com a queda da produção lograda em seguidas safras e a morte de fregueses que dificilmente poderiam ser substituídos pela importação de novas levas de nordestinos ou por sua arregimentação em outros seringais.

Desiludido com a perspectiva de receber qualquer remuneração como "Delegado dos Índios do Rio Envira", ou apoio do SPILTN para suas atividades de "catequese", Felizardo diz ter decidido mudar-se do rio Envira com "seus Kaxinawá", devido aos patrões do Alto Tarauacá terem feito a "*promessa de haver tudo a mais farta abundância*" (Cerqueira, 1958: 116). Em seu relatório, informa ter firmado um "contrato" de 20 contos de réis com esses proprietários, para "*pacificar os índios e cessar as hostilidades que eram comuns nos seringais*".

Dois "instrumentos particulares de locação de serviços", assinados em junho de 1917, constam dentre a documentação encaminhada por Felizardo ao Deputado José Guiomard dos Santos em 1955, como comprovante de seus serviços como "catequista de índios": um com a Nascimento & Companhia e outro com o seringalista João Dias da Costa. Ambos foram assinados por Felizardo, como "locador", os respectivos seringalistas, como "locatários", e por duas testemunhas, foram selados com "estampilhas federais", previam uma duração de quatro anos e estabeleciam os serviços a serem prestados por Felizardo, caracterizado como "catequizador de índios", suas formas de remuneração, as obrigações dos patrões e as penalidades legais, cabíveis a ambas as partes, em caso de não cumprimento, sem causa justa, dos termos acordados (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12239).

O principal compromisso assumido por Felizardo em ambos os "contratos" era empenhar seus serviços para evitar que os índios "selvagens" continuassem a saquear os seringais e a "prejudicar" a produção de borracha. O documento assinado com João Dias da Costa explicita, por sua vez, que os Kaxinawá trabalhariam como "auxiliares" de Felizardo nessa atividade:

> "*Eu, Felizardo Avelino Cerqueira, me comprometo e obrigo durante o prazo de quatro anos* (...) *a guardar os seringaes de propriedade do locatário* (...) *contra os assaltos dos índios que infestam os mesmos seringaes, empregando para este fim os meios que a emergência permitir, tendo como meus auxiliares os índios mansos da tribu cachinoás, de forma que o locatário João Dias da Costa possa tirar seus fabricos de goma elástica sem dano nem temor dos índios salteadores* (...)" (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12239).

Na vigência desse último contrato, Felizardo teria direito a fazer uso de seis estradas de seringa, "livres de arrendamento", a "título de gratificação", e a aviar-se "diretamente com os patrões da praça" com os quais João Dias da Costa mantivesse relações comerciais[333].

A 21 de junho de 1917, acompanhados por quatro homens mandados pelos proprietários, Felizardo e os Kaxinawá, "335 pessoas, inclusive as crianças", partiriam do rio Jaminauá, no alto rio Envira, para o Novas Minas, último seringal das cabeceiras do rio Tarauacá, de propriedade de Antonio Zacharias de Mesquita (Cerqueira, 1958: 117).

Rapidamente constatariam, segundo Felizardo, que as promessas nas quais se baseara sua decisão de mudar-se para o alto Tarauacá junto com os Kaxinawá tratavam-se de "um desmentido negativo" (1958: 116), dado que os compromissos firmados em contrato seriam desrespeitados pelos seringalistas:

> "*Fomos primeiro tratar de roçados e de toda qualidade de plantação, casas e caçadas. A falta de numerário e manutenção foram de amargar. Os homens que tudo prometeram, tudo faltaram e não tinha onde buscar. Passamos fome até chegar o milho. Seis meses foram de fome terrível. Trezentas e tantas pessoas para comer. Ninguém queira saber o que passamos*" (1958: 115).

Ao rememorar essa mudança, conforme ouvira seu pai Chico Curumim contá-la, Romão Sales também fez referência aos momentos de dificuldade enfrentados pelas famílias Kaxinawá ao chegarem, segundo ele, a São Paulo, última colocação do rio Tarauacá. Após comunicar ao morador, seu Amâncio, que trouxera "sua gente", que estava na mata "passando necessidade", sem qualquer "assistência" dos patrões, Felizardo entraria num acordo para que os Kaxinawá comessem parte dos roçados maduros existen-

[333] O contrato assinado com a Nascimento & Cia., no qual constam como testemunhas Joaquim Zacharias de Mesquita e José Joaquim do Nascimento, tem conteúdo mais reduzido, ficando Felizardo obrigado a prestar "os serviços de sua profissão" nos seringais Itamaracá e Nova Minas, de propriedade daquela firma. O contrato não estipula qualquer forma de gratificação adicional, o direito de Felizardo se aviar junto a outros comerciantes e nem faz qualquer alusão à participação dos Kaxinawá. Previa remuneração total de dois contos de reis, a ser paga em duas parcelas, nos dias 31 de março de 1918 e 1919. O contrato com João Dias da Costa, por sua vez, estabelecia remuneração total de dez contos de reis, a serem pagos em parcelas iguais, de dois contos e meio, a 31 de março de cada ano. Ambos estabeleciam as penalidades cabíveis na lei que então regia as locações de serviços, nos casos de Felizardo abandonar o trabalho ou dos patrões dispensarem seus serviços antes dos prazos previstos para o término dos contratos (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12239).

tes em sua colocação, assegurando, como contrapartida, que os índios ali permaneceriam trabalhando até plantar novos roçados (Romão Sales Kaxinawá, Aldeia Chico Curumim, 2004)[334].

A exemplo do que fora esboçado, sem qualquer desdobramento posterior, em pelo menos duas oportunidades nos anos anteriores, a convocação de Felizardo Cerqueira implicou no reconhecimento, pelo poder público e pelos seringalistas, de sua trajetória como "catequizador de índios" e dos resultados de suas ações anteriores para "pacificar" relações entre indígenas e "civilizados". Neste caso específico, à diferença dos serviços prestados a diferentes patrões no alto Envira, a relação de trabalho seria formalizada por meio de "contratos" com Felizardo, e, por meio dele, com os Kaxinawá, reconhecidos como "auxiliares" e índios "mansos", cuja mão de obra seria também considerada fundamental numa iniciativa destinada a garantir a "segurança" dos seringueiros e a viabilidade da empresa seringalista nessa região.

À semelhança de outras iniciativas anteriormente vislumbradas pelos patrões do alto Tarauacá, esta também acabaria abortada antes mesmo de começar: desta vez, não pela ausência de respaldo ou de recursos oficiais, ou pela dificuldade de mobilizar "catequistas" com as necessárias habilidades e conhecimentos, mas sim pelo não cumprimento das obrigações explicitadas em contratos, especialmente o pagamento de Felizardo e a assistência prometida às famílias Kaxinawá. Após anos de pressionar os governos federal e departamental para a concertização de políticas e ações que garantissem uma solução definitiva para os problemas causados pelos ataques dos índios "selvagens", a maioria dos patrões do alto Tarauacá deixaria de cumprir sua parte, com a justificativa das dificuldades financeiras que enfrentavam devido às sucessivas quedas nos preços da borracha e na produção de seus seringais.

---

[334] Numa outra entrevista, Romão reproduziu o diálogo entre Felizardo e Amâncio, reafirmando os termos da combinação então feita: "Seu Amâncio, *eu vim aqui com minha gente. O senhor não tem comida aqui? O senhor tem muita roça". "Tenho sim, senhor. Eu tenho três roçados. A roça está toda boa de comer". "Eu quero que o senhor me arrume menos um roçado". "Taí, querendo escolher, pode ficar com tudo. Está aí a roça". "Não, senhor, eu vou ficar com dois, dois roçados. Pro senhor fica um". Pros Kaxinawá ele falou: "Agora nós vamos ficar aqui trabalhando, pra pagar essa roça . Vamos botar roçado, plantar roça, do mesmo tanto que vocês estão comendo". Aí, eles ficaram*" (Romão Sales Kaxinawá, Aldeia Boa Vista, 2005). São Paulo constituía na realidade uma colocação, e não um seringal. Sem qualquer registro em cartório, permaneceu desde início do século na posse de três gerações de uma única família, os Alves de Oliveira, até ser incorporada, em 2001, à Terra Indígena Alto Tarauacá, então declarada por portaria ministerial para o uso permanente de grupos de "índios isolados", como resultado de trabalho de identificação iniciado pela FUNAI cinco anos antes (Pereira Neto, 1998. Processo Funai, 1941/92: 354).

Índios "selvagens", os chamados Papavô

Em início de 1918, Felizardo seria procurado por José Xavier Maia, proprietário do seringal Revisão, um dos principais articuladores das demandas dos seringalistas nos anos anteriores e emissário, em nome do comércio e dos patrões do Alto Tarauacá, nas gestões realizadas junto à prefeitura e ao governo federal. Com ele, estabeleceria acordo verbal com a mesma finalidade prevista nos contratos assinados em meados do ano anterior: "dar segurança" aos seus fregueses contra os saques e mortes promovidos pelos "Papavô" e garantir a produção de borracha de suas propriedades (Cerqueira, 1958: 116).

O juiz federal e historiador Castello Branco (1961: 220) relaciona José Maia como dono do Revisão já em início do século passado[335], ressaltando que os "Amauacas", índios "moradores do Alto Juruá peruano", sempre invadiam, "depredando e matando", essa "última feitoria do rio Jordão". Em 1902, quando trabalhava com seu irmão como "regatão" no rio Tarauacá, trocando mercadorias por borracha e caucho, o paraibano Alfredo Lustosa Cabral subiu o rio Jordão até Revisão, a pé, sozinho, armado com um rifle e 200 balas, em "zona infestada por índios", para cobrar o débito de um seringueiro. Dormiu na barraca de dois cearenses na primeira noite, participou de uma festa na segunda noite, um domingo, e chegou ao seu destino na tarde do terceiro dia. Surpreso pelo visitante ter se aventurado só, José Maia informou que tinham por costume sempre andar pelo menos em dois, bem "municiados", para não serem "tragados pelos caboclos a qualquer momento". Cabral (1984: 101) assim descreve a situação então vivida pelo dono do Revisão:

> "*José Maia não demonstrava ser um homem fatigado, vencido pelas tormentas da luta incessante em que laborava diariamente. Pelo contrário, era um desses indivíduos que nada temem nem desfalecem ante o perigo e os revezes da sorte. Comprara a propriedade longínqua e estava, há dois anos, desbravando-a com os seus vinte e tantos homens cearenses, entre a vida e a morte, contra o ameríndio sagaz e belicoso, repelindo-o a bala a todo momento. Persistia e não desanimava na dupla ânsia de arranjar os cobres e voltar confortado, um dia, ao torrão natal*".

[335] Registro encontrado no Cartório de Imóveis de Tarauacá, referente à venda do Revisão, em começo dos anos 1950, dá conta que o seringal tinha 60 estradas de seringa, e confrontava-se a sul, com as nascentes do rio Jordão (na realidade com o traçado da fronteira Brasil-Peru, incluindo todas essas nascentes). A oeste e a leste, confrontava-se, parcialmente, com duas "explorações" do próprio José Xavier Maia, respectivamente, no igarapé Cazuza, afluente da margem direita do alto rio Breu, e no igarapé "Formoso", afluente da margem esquerda do rio Tarauacá. (CRI Tarauacá. Livro 3F, Nº de Ordem 1024, fl. 4v-5).

Desde a consolidação da ocupação brasileira no alto rio Tarauacá, com a implantação dos seringais e a importação de trabalhadores nordestinos, os conflitos com grupos indígenas tidos como "selvagens" haviam sido uma constante nessa região[336]. A empresa seringalista ali funcionou de forma especializada, dedicada quase que inteiramente à produção de borracha[337]. A crise na economia da borracha, em início da década de 1910, não modificara essa situação de forma significativa, apesar de alguns patrões terem iniciado incipientes criações de gado e incrementado as atividades agrícolas. Apesar de alterações terem ocorrido nas redes comerciais que ligavam as casas aviadoras aos comerciantes e aos seringalistas, resultando numa redução do crédito e numa maior "carestia" de mercadorias nos seringais, o aviamento manteve-se como instituição a regular as relações entre patrões e fregueses[338].

---

[336] Segundo o padre Tastevin (1926: 47), os "exploradores" brasileiros teriam chegado à foz do rio Jordão em 1900. Três anos depois procediam com a abertura do último seringal do rio Tarauacá, Nova Minas, e com a "conquista" do rio D'Ouro, seu afluente da margem direita, após vários embates contra os Kontanawa e os Satanawa.

[337] A partir de 1905, o movimento comercial no Alto Tarauacá passara a ser controlado por Luiz Francisco de Melo, comerciante e sócio da Melo & Cia, casa aviadora de Belém, proprietária de cerca de 70 seringais no Alto Juruá desde a década anterior. Após participar de forma decisiva do Fogo do Amônia, em 1904, Melo partira das cabeceiras do rio Tejo, levando um barco, mais de uma centena de homens e mercadorias, varou por terra para o Alto Tarauacá, onde se tornou proprietário de vários seringais, ali e no rio Jordão (*A Tribuna*, Rio Branco, 25/9/1997, pg. 12). Até o final da primeira década do século passado, a propriedade de um conjunto de onze seringais no alto Tarauacá (incluindo o rio D'Ouro) e oito no rio Jordão estava concentrada em mãos de um número restrito de seringalistas, alguns responsáveis pelas primeiras "explorações" e outros chegados pouco depois (Castello Branco, 1961: 217-20; Araújo, 2003: 157). Na foz do Jordão, em terras do seringal Duas Nações, pertencente ao seu irmão José Felício de Melo e ao peruano Barnabé Saavedra, funcionava a casa comercial de Luiz Francisco de Melo. Por meio de sociedades e relações comerciais com seringalistas de menor porte, Melo tornar-se-ia o principal aviador de praticamente todos os seringais nos rios Tarauacá e Jordão (Araújo, 2003: 144-45; 147), canalizando anualmente entre 70 e 80 toneladas de borracha (ibid, 2003: 144; Pereira Neto, 1999: 930).

[338] A crise implicou, ainda, na transferência de certas propriedades a seringalistas mais capitalizados ou a casas aviadoras, como foi o caso da Semper & Cia, de Manaus, no rio Jordão e no alto Tarauacá. Neste último rio, a morte de Luiz Francisco de Melo, em meados da década de 1910, resultou na venda de alguns de seus seringais e na administração dos restantes, dentre eles, o Seretama, por João Dias da Costa, quem, até 1919, desempenharia o papel de tutor de seus dois únicos herdeiros, os menores Hilarino e Hibernon Alves de Melo. As dificuldades financeiras enfrentadas pelos seringalistas, conforme já sugerido, podem ter sido causa para o não cumprimento do contrato estabelecido com Felizardo Cerqueira. A casa comercial gerenciada por João Dias da Costa entraria em liquidação em maio de 1919, mesmo mês em que um dos herdeiros de Francisco de Melo abriu a firma Hibernon Alves de Melo. (*A Reforma*, Cidade Seabra, Ano II, N° 54, 2/11/1919 ["Coluna Livre"], pg. 3). Registrado depois em nome da esposa de Luiz Francisco de Melo, o Seretama seria oficialmente repassado aos dois herdeiros, que o dividiriam em quatro seringais: o Boca de Pedra e o Alegria ficaram com Hibernon e o Seretama e o Cachoeira com seu irmão Hilarino. Estas propriedades seriam depois repassadas aos seus respectivos herdeiros, ainda que, formalmente, continuassem registradas como um único seringal, o Seretama (Pereira Neto, 1999. Processo Funai, 1941/92: 354-55). Todos esses seringais permaneceriam em mãos da família Melo por pouco mais de 90 anos, período em que exerceram atividades comerciais no Alto Tarauacá e mantiveram em funcionamento lojas, tanto na Vila Jordão como na sede do Município de Tarauacá, e mais recentemente assumiram cargos eletivos nas prefeiturs desses dois municípios. Aqueles "quatro" seringais passariam a fazer parte da Terra Indígena Alto Tarauacá a partir de 2001, quando de sua declaração por portaria ministerial.

Até meados dos anos de 1910, portanto, os principais obstáculos enfrentados pelos seringalistas para garantir uma regularidade na produção de borracha nos altos rios Tarauacá e Jordão não haviam sido as efêmeras atividades dos caucheiros peruanos, a ausência de linhas regulares de navegação, o alto custo dos fretes e das mercadorias ou, com o agravamento da crise, as dívidas com as casas aviadoras, a dificuldade crescente de importar ou manter os seringueiros e a concorrência mais constante e desembaraçada dos regatões. Ao contrário do que fora previsto nos escritos dos engenheiros Villaneuva (1902) e Hassel (1905), sobre o eminente desaparecimento dos indígenas nessa região, em função da inexorável "limpeza étnica" promovida pelos caucheiros nos primeiros anos do século XX, das doenças, da escravidão e dos deslocamentos forçados, o principal obstáculo com o qual se defrontavam os patrões e os comerciantes continuava a ser os ataques, roubos e mortes promovidas por grupos indígenas vistos como "selvagens", os quais haviam logrado manter suas habitações em zonas pouco exploradas e inclusive em território peruano.

Nenhuma iniciativa fora promovida pelos seringalistas nessa região para a "pacificação" desses indígenas e para a mobilização de sua mão de obra. Desde a implantação dos seringais, ao contrário, as "correrias" haviam constituído a principal prática dos patrões, estratégia que poucos resultados haviam trazido no sentido de garantir "segurança" aos fregueses e evitar periódicas perdas nas safras de borracha. Segundo calculavam os patrões do rio Jordão, os índios que denominavam "Papavô" haviam, de 1907 a 1917, matado 177 pessoas, seringueiros e seus familiares, na ampla região entre o rio Progresso, afluente da margem esquerda do rio Envira, e os afluentes da direita do rio Juruá (Breu, Caipora, São João e Tejo), abrangendo as cabeceiras dos rios D'Ouro, Tarauacá, Jordão, além de terem roubado uma guarnição militar peruana no Alto Juruá, de onde haviam carregado rifles e inclusive sabres (Cerqueira, 1958: 119).

Após viajar pelos altos rios Tarauacá e Jordão em 1924, o padre Tastevin (1926) afirmaria: "*Les Indiens du Tarauacá doivent se diviser en deux groupes: les apprivoisés et les sauvages*". Tratando destes últimos, cuja população então estimou em cerca de 300 índios, o padre relacionaria vários grupos, todos falantes de línguas Pano, vivendo nos igarapés Matapá (ou do Bernardo) e Laurita (ou dos Papavô), ambos afluentes do alto Jordão, único rio onde estariam ainda presentes nas "águas do Tarauacá"[339]. No

[339] Nos Anexos, o Mapa 6, excerto do croquis desenhado pelo próprio Tastevin (1926) após essa viagem, apresenta a localização desses grupos "selvagens", cujos territórios estavam então distribuídos acima dos últimos seringais, ao longo da fronteira internacional e no território peruano.

Matapá, menciona os Nehenawa, vindos dos afluentes da margem esquerda do rio Envira, onde bom número deles fora massacrado em 1920 numa "correria" feita por peruanos e de onde depois saíram "caçados" pelos Kontanawa e os Marinawa, "também selvagens", e pelos "Machonawa". No Laurita, por sua vez, faz referência aos "Yumbanawa" (Jaminawa) e aos "Chenenawa" (Shanenawa) (Tastevin, 1926: 49)[340].

A listagem feita por Tastevin dos índios "selvagens" que, à época de sua viagem ao Jordão, habitavam nos afluentes alto curso desse rio, apesar de não ter sido a primeira, suscita questões relevantes, sobre quem seriam os assim chamados "Papavô" e sobre como estes eram representados por uma diversidade de atores, tanto indígenas como "civilizados".

A existência, a história das relações de confronto e as "características inatas" desses grupos foram sempre afirmadas e contadas, desde a década de 1900, por "outros". O grosso das informações hoje disponíveis, especialmente aquelas produzidas após período inicial das "correrias", são histórias contadas por (ou baseadas em depoimentos de) seringalistas, seringueiros, indígenas e outros atores, moradores de seringais onde a presença dos índios "selvagens", ou "brabos", era, ao mesmo tempo, marcada pela proximidade e a distância, e suas incursões eram via de regra concebidas como ameaça à "segurança", ao trabalho produtivo e à "civilização" dos seringais. Apesar de recheadas de refinados saberes de cunho local, esses relatos são invariavelmente carregados de forte carga emocional e de pesados preconceitos, originados de tensos encontros fortuitos, bem como de um longo histórico de violentos conflitos armados, que muitas vezes resultaram em mortes, vividos por aqueles que as relatam, ou das quais foram vítimas seus parentes, vizinhos e conhecidos.

Algumas das informações relatadas por Tastevin, por exemplo, advêm de relatos feitos por índias pegas em "correrias" e transformadas em esposas de seringueiros, assim como de diálogos com Felizardo Cerqueira e alguns de "seus" Kaxinawá, como ele deixa entendido. Nem por isso, contudo, essas informações deixam de estarem permeadas por hipóteses, suposições, incongruências e generalizações. Por outro lado, as denominações de muitos desses grupos indígenas, "selvagens", foram quase sempre a eles

[340] Tastevin (1925), com base em informações produzidas em diálogos com seringueiros e indígenas, relaciona outra extensa lista de grupos Huni Kui, falantes de línguas Pano, que então habitavam no alto rio Murú e em seus divisores de água com os rios Envira e Tarauacá. Dentre eles, cita, além dos Jaminawa (os "fabricantes de machados"), os "Hsu-naua" (rãs), os "Paranaua" ("enganadores", ou "preparadores de emboscadas"), os "Bastanaua" ("filhos da floresta", que "se alimentavam, como Adão no paraíso terrestre, do que lhes oferecia a natureza e daquilo que podiam roubar dos seus vizinhos trabalhadores"), os "Kununaua" (comedores de cogumelos) e os "Tuchinaua" (tuchi, amarelo; tóchi, periquito verde).

atribuídas, por outros indígenas, alguns deles seus tradicionais inimigos, e depois pelos "civilizados", não sendo reconhecidas por aqueles assim denominados, como também explicita Tastevin. Alguns indígenas, capturados em "correrias", costumavam negar os nomes a eles impostos e procuravam adotar outras denominações, freqüentemente como estratégia para livrar-se de identidades estigmatizadas, ocultar sua real origem e dificultar novas iniciativas dos "civilizados" contra seus parentes. Nos documentos escritos, por sua vez, as denominações atribuídas a vários grupos aparecem, com freqüência, de forma trocada e/ou associados a outros grupos.

Em meados dos anos de 1900, uma situação semelhante ganhara configuração nos rios Gregório, Liberdade e no médio rio Tarauacá, quando nomes como Katukina e Kaxinawá foram atribuídos a, e incorporados por, uma diversidade de grupos, falantes de línguas Pano. Este fenômeno veio a se repetir nas cabeceiras dos rios Tarauacá e Jordão, uma década depois, quando "Papavô" passou a ser atribuído, de forma genérica, a um amplo conjunto de grupos, considerados "silvícolas", "selvagens" ou "brabos", que então protagonizava ataques, saques e mortes nos seringais. "Amahuaca", uma recorrente referência, também genérica, aos grupos "não reduzidos" ou "infieles" nos relatórios à época produzidos por autores peruanos e estrangeiros, serviria ainda como sinônimo de "selvagem", mas também seria adotado por índios capturados "em correrias". Por fim, "Jaminawa" seria utilizado, já à época, pelos Kaxinawá, para referir-se não só aos seus tradicionais inimigos, personagens inclusive de sua mitologia, mas também, de forma genérica, a diferentes grupos indígenas, falantes de línguas Pano, que então habitavam e se deslocavam nos altos rios Envira, Tarauacá e Jordão, mantendo constantes relações de conflito com os moradores dos seringais e com os caucheiros[341].

"*O seringueiro não estava interessado em distinções lingüísticas e culturais; com uns poucos nomes batizou todas as tribus, fazendo-os recair sobre grupos completamente diferentes*", afirma o antropólogo Darcy Ribeiro (1977: 43), ao comentar sobre a rapidez e a violência que caracterizaram a penetração da frente de expansão extrativista,

[341] Referências às históricas contendas entre os Kaxinawá e os Jaminawa constam em Sombra, 1913; Tastevin, 1925: 414; 416; e Schultz & Chiara, 1955: 197. Referida a outro contexto, o do alto rio Curanja, onde os Kaxinawá, em busca de ferramentas, utensílios e armas, protagonizavam ataques contra os Jaminawa, Sharanawa e Marinawa, Keifenheim (1997: 145-46) aponta como os Kaxinawá denominavam-nos indiferentemente como "Yaminawa", significando literalmente "os homens dos machados de metal". Nos relatos transcritos por Montag (2002), Pudicho Torres e seus parentes também citam os Jaminawa, ao referir-se a aqueles que, em começo do século passado, intermediaram os primeiros contatos com regatões peruanos e, novamente, em final dos anos de 1940, mediariam a retomada do contato com comerciantes peruanos interessados em transacionar caucho e peles e couros de animais. Por sua vez, Kensinger (1965, 1967) especifica terem sido os Marinawa aqueles que, neste segundo momento, mediaram a retomada das relações comerciais entre os Kaxinawá e os regatões peruanos.

seringalista e caucheira, nos rios Juruá e Purus e sobre as dificuldades que a reorganização espacial e sociocultural imposta a esses grupos pela empresa seringalista colocou à pesquisa etnológica.

A afirmação de Darcy Ribeiro parece refletir as práticas dos "civilizados" nos altos rios Tarauacá e Jordão, devido à consolidação de certos "nomes", de cunho generalizante, atribuídos a uma ampla diversidade de grupos. Nessa direção, é possível afirmar que o "etnônimo" Papavô, então de uso generalizado pelos "civilizados" nas cabeceiras dos rios Tarauacá e Jordão, era atribuída a diferentes grupos indígenas, em sua quase totalidade, falantes de línguas da família Pano (Tastevin, 1926; Rivet, 1926; Aquino & Iglesias, 1996).

É interessante notar, por outro lado, que a denominação Papavô, de uso corrente no Alto Tarauacá, em momento algum surge nas matérias publicadas, a partir de meados dos anos de 1910, na imprensa de Vila Seabra, cujas informações advinham de relatos feitos pelos seringalistas daquela região. Ora ecoando os interesses e preocupações desses comerciantes, ora noticiando e condenando as ocorrências no Alto Tarauacá, os jornais fariam uso de um conjunto de categorias igualmente genéricas - os aborígenes, silvícolas, índios em estado selvático, hordas de selvagens, índios sacrílegos -, via de regra associadas a aqueles que responsabilizavam por roubos, assassinatos, selvagerias e inclusive por práticas de canibalismo.

Numa conjuntura em que os saques, as mortes e a paralisação da produção no alto Tarauacá tornaram-se objeto de denúncias dos seringalistas, e em que a imprensa local contribuiria para representá-los como componentes de um grave "problema social" conflagrado naquela região, a denominação Papavô tampouco seria utilizada nos documentos enviados a diversos órgãos do governo federal ou nas matérias dedicadas a cobrir a passagem do inspetor do SPILTN por Vila Seabra. Nesse contexto, uma diferenciação inicial é construída pelo contraste entre, de um lado, os "índios semi-civilizados", por referência a aqueles já incorporados aos seringais, como o Atenas e outros nas cercanias, ainda que "entregues aos seus hábitos e superstições", e, de outro, os "silvícolas", aqueles que, na região das cabeceiras, mantinham-se em hostilidade aberta com os "civilizados".

Nos documentos destinados aos órgãos do governo federal, quando da visita de Bento de Lemos, nos quais opiniões e recomendações foram formalizadas ao SPILTN, é a categoria genérica "índios" (às vezes referenciados a uma região específica, "do Alto Tarauacá") aquela posta em operação pela imprensa local. Por vezes representados co-

mo "raça" ou "gentio", os "índios" passariam a ser considerados também como objeto privilegiado de ações oficiais, visando sua "pacificação", "sedentarização", "catequese", "civilização" e, inclusive, "proteção", vistas como necessárias à correção de suas "qualidades inferiores", seu nomadismo, seus "hábitos indolentes", sua "aversão ao trabalho" e de sua injustificável hostilidade contra os "civilizados".

Por fim, os documentos elaborados pelo Inspetor Bento de Lemos, ao tratar a situação conflagrada no Alto Tarauacá, também destacam e operam com a categoria "índios". Seu uso aparece referenciado tanto à categoria jurídica privilegiada no regulamento do SPILTN como à classificação dos indígenas elaborada pelo Tenente Alípio Bandeira, quando chefe da Inspetoria do Amazonas e do Território do Acre, e especificamente àquela "classe" dos "selvagens que já haviam recebido violências dos civilizados"[342]. Assim, Bento de Lemos (1917) caracterizaria os "índios" (eventualmente os "silvícolas") que viviam em "estado nômade", deslocados de suas malocas, devido às "correrias" e perseguições, mas especificaria a "justa represália" como principal razão de seus ataques aos "civilizados". O "índio" aparece também no discurso do Inspetor como objeto da ação do órgão indigenista. Nesse contexto, a presença permanente do SPILTN, por meio da instalação de postos indígenas, de "acordo com os métodos estabelecidos pelo Serviço" objetivava "pacificar" e "proteger" "índios dispersos", com sua "localização" em terras devolutas e aptas à agricultura, longe do convívio com os "civilizados", condições ideais para sua gradual educação e "civilização".

De outro lado, a recuperação de um conjunto variado de fontes, escritas e orais permite, pelo menos em parte, dissolver as dificuldades impostas à pesquisa etnológica, conforme apontado por Ribeiro, devido à prática dos seringueiros de atribuir categorias étnicas de cunho generalizante, muitas vezes marcadas pelo preconceito, aos diversos grupos indígenas com os quais se defrontavam. Essa outra démarche possibilita agregar uma maior polifonia à situação então vigente, ao referenciar aquelas categorias étnicas genéricas, junto com as imagens e os discursos a elas associados, aos processos políticos nos quais essas atribuições impostas e a redefinição de identidades ganhavam forma e sentido.

---

[342] De acordo com essa classificação, os índios do Amazonas podiam ser agrupados em quatro "classes": "a) *os selvagens que não têm relações com os civilizados; b) os selvagens que já receberam violências dos civilizados; c) os que, já estando domiciliados na civilização, formam sociedade à parte; e d) os que vivem em inteira promiscuidade com os civilizados*". Com relação a aqueles da segunda classe, considerava Bandeira que "(...) *têm famas de ferozes; mas de fato são apenas defensores de sua liberdade e da honra de suas famílias. São também trabalhadores e tão moralizados quanto lhes permite sê-lo o atraso mental em que vivem*" (Brasil. MAIC, 1912: 124-25).

Não é pretensão aqui unificar ou dar sentido único à polifonia configurada no Alto Tarauacá, ao oferecer veredicto final sobre quais seriam o grupo ou grupos indígenas índios que desde os primeiros anos do século passado saqueavam casas e matavam seringueiros nessa região. Mas sim de constatar a existência de uma diversidade de grupos, falantes de línguas Pano, aos quais diferentes atores e em contextos diversos, atribuiriam a denominação de "Papavô", então representados como "selvagens" e "indomáveis", pelos obstáculos que fazia pelo menos uma década e meia interpunham à produção de borracha, por meio de ataques e mortes.

Após realizar "desobrigas" nos altos rios Tarauacá e Jordão no ano de 1924, Tastevin (1926: 50), por exemplo, afirma:

> "*Les Yumbanawa sont connus des Blancs sous le nom de Papavo, qui jusqu'a à ce jour n'a sens en aucune langue; ce pourrait être un mot pano* (...) *mais je n'ai pas trouvé une seule indienne capturée qui ait su me l'interpreter. Bien plus, toutes celles à qui on l'applique, le rejettent et ne connaissent aucun clan à qui il revienne en propre. Ces mêmes Indiennes ou du moins quelques-unes d'entre elles se donnaient les noms de Amahuacas, en particulier les Nisi-nawa (arbre à écorce flexible dont on fait des cordages, des ceintures, et des lianes); d'autres se appelaient simplesment Tyani ou Tchaninawa (les Menteurs, ou plutôt peut-être les petis aras, maracanas, chandi); Mastanawa ou Bastanawa (les tonsurés); Binanawa (les guèpes), Charanawa (les abeilles), Yabi ou Yambinaua (les fabricants de haches). On prétend que ce sont les Indiens eux-mêmes qui se sont donné ce surnom de Papavo et qu'ils ont l'habitude de changer de nom pour dérouter leurs ennemis*"[343].

Em um texto anterior, demonstrando surpresa pelo fato de seus "informantes" não terem "nenhuma idéia" sobre determinados grupos citados previamente na literatura a que ele tivera acesso, e especificamente sobre os "Amahuaca", Tastevin (1925: 416) afirma que, a seu ver, "(...) *les Amahuaca sont les mêmes que les Jaminaua* (...)"[344].

Em 1926, o lingüista Paul Rivet publicou uma breve nota no *Journal de la Société des Américanistes* divulgando resultados das viagens realizadas por Tastevin, dois anos

---

[343] Interessante notar que vários desses grupos citados por Tastevin são os mesmos, segundo Felizardo, que viviam ou se estabeleciam temporariamente em afluentes do alto rio Envira nos anos 1910. Seriam também citados por Azevedo (1906), Linhares (1912), Sombra (1913) e encontrados em ambos os lados da fronteira internacional quando da demarcação promovida pela Comissão Mista na primeira metade dos anos de 1920 (Silva, 1929; Carvalho, 1929). Alguns desses grupos, como os Mastanawa, Charanawa, Marinawa, Txaninawa e Amahuaca vivem hoje em diferentes pontos do alto rio Purus, para onde, a exemplo de parte dos Kaxinawá, optaram por migrar a partir das décadas de 1910-1920, fugindo das "correrias" feitas por caucheiros peruanos e por brasileiros.

[344] O chefe da comissão brasileira, Antônio Alves Ferreira da Silva, que, nessa região, demarcou a fronteira internacional com o Peru, no relatório relativo aos trabalhos de 1924, também reforça a suposição sobre a atribuição da denominação de Papavô aos Amahuaca: "*Diversos affluentes do rio "Jordão" foram explorados, acima de "Revisão"* (...) *o igarapé "Laurita", hoje conhecido por "Papavô", por terem nelle habitado indios conhecidos por esse nome, mas pertencentes à tribu dos Amahuacas, quasi extincta* (...)" (Brasil. Ministério das Relações Exteriores, 1926: 360-61; Silva, 1929: 149).

antes, nos rios Tarauacá, Jordão e Murú[345]. A atribuição pelos "civilizados" do etnônimo "Papavô" a diversos grupos falantes de línguas Pano, então considerados "selvagens", e a rejeição dessa categoria por aqueles assim denominados, são destacadas, por Rivet, como conclusões a que o padre chegara durante as suas pesquisas etnológicas:

> "*Il* [Tastevin] *a pu établir que les Yumba-nawa, font partie, avec les Nisi-nawa, les Masta-nawa, les Neha-nawa, les Chara-nawa, les Bina-Nawa et les Amahuaka des bassins de Jordão et du Tarauacá, d'un même groupe dénommé* Papavo *ou* Papaho, *appelation que les indiens rejettent et qui leur á été imposée par les civilisés,* Papavo *ou* Papaho *étant synonyme des "sauvages" ou "cruels". Ce nom est courant dans l'Embira, le Murú et le Tarauacá*" (Rivet, 1926: 394).

Depoimentos de vários Kaxinawá também indicam a existência de diferentes grupos indígenas nas cabeceiras do Jordão em final da década de 1910, atribuindo-lhes diferentes pertencimentos étnicos, alguns dos quais coincidentes com essas conclusões de Tastevin. Sueiro, por exemplo, afirmou que os "índios brabos" que então atacavam em Revisão eram Papavô, mas, perguntado do por que desse nome, respondeu: "*É porque só subia nesse igarapé Papavô. Os índios andavam por ali, quando pegavam o piso, só subiam nesse igarapé*". Indagado se os Papavô eram falantes de língua Pano, esclareceu: "*Eram nawa também. Nixinawa, tudo nawa. Eram danados, nunca quiseram amansar, até agora*" (Sueiro Cerqueira Sales, seringal Minas, 1994). Outra resposta a essas mesmas questões foi oferecida por seu irmão Romão: "*Era tribo de Jaminawa. Era Mastanawa. Diz que é, diz que tem aquela coroa aqui na cabeça, coroado*" (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, 2005). Getúlio Sales, filho de Sueiro, e principal liderança Kaxinawá por quase vinte cinco anos, em entrevista concedida a Terri Valle de Aquino, também faz menção aos históricos ataques dos "coroados" no alto rio Jordão, e à sua per-

---

[345] Durante suas viagens pelo Juruá e seus afluentes, Tastevin realizou amplas pesquisas etnológicas e lingüísticas entre grupos falantes de línguas das famílias Pano, Arawak e Arawa, trabalho que ganhou instrumentos metodológicos e legitimidade acadêmica a partir de sua longa parceria com Paul Rivet, lingüista e diretor do Museu do Homem, de Paris, consolidada durante a Primeira Grande Guerra, quando o padre deixou a sede da congregação em Tefé e, na condição de brigadista, serviu como enfermeiro no exército francês e como interprete no contingente português. Faulhaber (1997: 111) informa que Tastevin "*Em sua estadia em França, conheceu Paul Rivet, com quem já havia entrado em contato através do Diretor do Museu do Pará, Sr. Hubert. Após sua volta à Amazonia, Tastevin manteve correspondência e intercâmbio com Rivet, confidenciando-lhe detalhes de suas descobertas e enviando, por seus intermédios, objetos arqueológicos ao Museu do Homem*". Esta relação marcaria as investigações de Tastevin durante os anos de sua segunda permanência na Amazônia, na primeira metade da década de 1920, que contaria com subvenção do governo francês (Père Bouchad, s/d) e resultaria na produção de textos etnológicos e lingüísticos, estes últimos com vocabulários e análises comparativas (Tastevin & Rivet, 1921, 1919-1924, 1927/1929). De retorno à França, além de exercer suas atividades religiosas, Tastevin inauguraria, em março de 1927, a cadeira de Etnologia no Instituto Católico de Paris, cargo que ocuparia como professor titular por três anos e, em diversos períodos posteriores, como professor honorário (Père Bouchad, s/d). Sobre os trabalhos etnológicosde Tastevin, e suas relações com outros etnógrafos e o campo acadêmico da época, ver Faulhaber, 1996, 1997, 2008.

manência na região em décadas posteriores: "*Esses índios "brabos", nós chamamos de Jaminawa. Eles andam ainda nus, com o pau amarrado para cima no cinto de envira. Têm cabelo grande, mas raspado no meio da cabeça, parecendo uma coroa que os padres usavam de primeiro. Por isso, muitos carius chamam eles de coroados*" (Aquino & Tenê Kaxinawá, 1987)[346]. Conforme fica evidente nestes depoimentos precedentes, os Kaxinawá continuam, em *hãtxa kuin,* a chamar os "índios brabos" de Jaminawa, ainda que esta categoria genérica seja utilizada para fazer referência a uma ampla diversidade de povos[347].

Em suma, é possível afirmar que, à época da chegada dos Kaxinawá e de Felizardo, vários grupos indígenas, então conhecidos principalmente por Papavô, não moravam apenas nos igarapés Matapá e Laurita, conforme afirma Tastevin (1926), mas, sim, em vários locais do alto rio Tarauacá, parte, por sua vez, de uma região mais ampla, que abrangia das cabeceiras do rio Breu às do Purus, e incluía considerável extensão do território peruano. Depoimentos de vários Kaxinawá, como Sueiro, Getúlio e Agostinho Mateus, dão conta que os igarapés citados por Tastevin, assim como o Paranã, na margem direita do alto rio Jordão, constituíam, já desde essa época, principalmente caminhos, utilizados por aqueles índios durante deslocamentos e fugas pelas cabeceiras do rio Jordão. Por ser rota de passagem dos "índios brabos", o Laurita passaria gradualmente a ser conhecido como o igarapé "dos Papavô", ou Papavô, nome que guarda até o presente. À diferença do afirmado por Tastevin e por Silva (1929), portanto, esses igarapés não parecem ter constituído territórios ocupados ou utilizados de maneira estável

---

[346] Tanto Villaneuva (1902: 426) como Hassel (1905: 37) fazem referência ao hábito dos Kapanawa de rasparem a cabeça dessa forma, depilando-a totalmente ou deixando um círculo de cabelo em meio à parte depilada na parte superior. Agostinho Manduca Mateus, morador e liderança do seringal Novo Segredo (antigo Revisão), de 1980 a 2000, também faz menção aos "coroados", ao relatar um encontro com eles durante uma pescaria no alto rio Jordão em 1986: "*De longe, eu vi os índios. Vi uma pessoa sentada no meio do igarapé* (...) *Tinha mulheres e crianças.* (...) *Quando ele virou, eu conheci. Era todo raspado na cabeça. Era coroado. Tava usando a farda dele: cinturão de envira com o pau amarrado pra cima. Também tinha envira amarrada nos braços*". Em outra parte dessa entrevista, ao relatar o episódio em que, em 1991, um Kaxinawá, Osvaldo Sereno, acabaria baleado pelos "brabos", Agostinho, reproduzindo a fala de Osvaldo, faz menção aos Jaminawa. Por fim, diferenciando os "brabos brabos" dos "brabos mansos", estes últimos os Jaminawa que habitavam no rio Vacapistea, e ocasionalmente faziam roubos nas colocações dos últimos seringais do Jordão, Agostinho diz: "*Acho que esses* (os Jaminawa "peruanos") *não são coroados, são os mansos que vêm do Peru. Os que são brabos mesmos são coroados. Ninguém não sabe se é Mastanawa, se é Jaminawa mesmo*". (Agostinho Manduca Mateus Kaxinawá, Rio Branco, 1995).

[347] Keifenheim (1990: 85; 1992: 89) afirma que, nesses contextos, os Kaxinawá utilizam Jaminawa como categoria relacional, intermediária entre eles próprios e os "nawa" (os brancos), categoria que, de forma indivisa, agrega uma ampla diversidade de outros grupos falantes de idiomas da família lingüística Pano.

por aqueles grupos a partir da abertura dos seringais nessa região (Iglesias & Aquino, 1996)[348].

Devido às "correrias" feitas por caucheiros e patrões desde a implantação da empresa seringalista, alguns grupos, bastante reduzidos, procuraram refúgio nas cabeceiras e terras firmes dos rios Tarauacá e Jordão, utilizando extensões desabitadas do território peruano. Alguns vieram a misturar-se, outros foram atacados por grupos superiores em número ou força bélica, obrigando-se os a eles se submeter[349]. Outros preferiram permanecer ou estabelecer moradia no alto Juruá peruano, numa faixa de floresta situada além dos seringais, onde o caucho já fora quase totalmente esgotado (Castelo Branco, 1950: 28; Ribeiro, 1977: 27), aproveitando os meses secos do verão para fazer incursões às colocações dos seringais. Eram alguns desses grupos que tanto moradores do Alto Tarauacá como autores como Castello Branco (1961: 220) supunham ser oriundos e habitantes do território peruano, fazendo referência principalmente aos Amahuaca, então distribuídos em vários afluentes da margem direita do Alto Juruá no país vizinho[350].

Nos documentos oficiais e na imprensa de Vila Seabra, uma ampla gama de generalizações seria utilizada para fazer referência aos grupos indígenas que mantinham uma postura de evitamento e de beligerância em relação aos moradores dos seringais. Nos discursos dos Kaxinawá, e em textos etnológicos construídos a partir de informações produzidas junto a outros indígenas, uma maior polifonia se configura, marcada, ao mesmo tempo, por jogos de identidades e por denominações atribuídas a grupos dos quais pouco conhecimento efetivo se tinha à época.

No Alto Tarauacá, todavia, a denominação Papavô permaneceria como referência e nos discursos dos "civilizados", e inclusive dos próprios Kaxinawá, para dar conta de

---

[348] Esses igarapés permaneceriam como rotas de trânsito nas décadas seguintes (Aquino & Tenê, 1988; Iglesias & Aquino, 1996; Pereira Neto, 1999; Pereira Neto & Aquino, 2000). Nos últimos dez anos, com o abandono das colocações mais distantes do seringal Revisão, em função do abandono da produção de borracha e da migração de grande número de grupos familiares Kaxinawá para aldias localizadas no baixo curso do Jordão, mais próximas à sede do Município de Jordão, tornaram a ser utilizados, dentre eles o paranã Papavô, como territórios ocupados de forma sazonal por grupos de "índios brabos", para acampar e realizar fartas caçadas e pescarias durante os meses de verão (Agostinho Manduca Mateus, comunicação pessoal, 2005).

[349] Erikson (1993: 54-5) destaca como entre os Pano esses processos ocorreram com freqüência como desdobramentos do período inicial de contato, violento, com os invasores brancos. Como exemplo de uma dessas estratégias de fusão adotadas pelos grupos Pano para fazer frente à depopulação, faz referência aos Marinawa, hoje moradores do alto rio Purus, no Peru, os quais, segundo missionários que com eles viviam nos anos 1960, seriam uma congregação dos restos de cerca de vinte e cinco "tribos antigas" (ibid: 54).

[350] Assim como os Jaminawa eram concebidos pelos Kaxinawá, os Amahuaca eram pelos Ashaninka (Kampa), novamente inimigos no âmbito de confrontos acirrados pela chegada e presença dos patrões caucheiros, que, em suas incursões aos afluentes do alto rio Juruá, traziam famílias Ashaninka, usadas como mão de obra e para garantir a "segurança" de seus trabalhadores (Mendes, 1991: 38-41).

uma ampla diversidade étnica, com uma categoria genérica utilizada como sinônimo de "selvagens", índios que continuavam a constituir ameaça à "segurança" nos seringais. Progressivamente, esse "etnônimo" passaria a ser gradualmente diluído em outras categorias, igualmente genéricas, as de índios, ou caboclos, "brabos". Estas ganhariam sentido e operacionalidade quando postas em relação com as categorias, também genéricas, de índios "catequizados", "civilizados", "domesticados" e "mansos". Sob a tutela de Felizardo Cerqueira, os Kaxinawá começariam, a partir do final da década de 1910, a ser vistos sob essa ótica pelos seringalistas, seus fregueses e por outros atores que, anos depois, visitariam o rio Jordão, dentre eles, o padre Tastevin e o chefe da Comissão Mista Brasil-Peru que demarcaria essa fronteira internacional.

A "polícia de fronteira"

No biênio 1916-1917, vários fregueses de José Xavier Maia haviam sido mortos pelos "Papavô" no seringal Revisão, nas cabeceiras do rio Jordão. Em final de 1917, Felizardo estabeleceria um acordo com Maia com o objetivo de evitar novos saques e mortes, bem como novos prejuízos derivados da periódica paralisação da produção de borracha. Os antecedentes do convite feito por Maia a Felizardo para se estabelecer com os Kaxinawá em seu seringal foram assim explicados por Sueiro:

> "*O Felizardo foi trabalhar com ele. Era todo o tempo os índios atacando ali. O Zé Maia chamou porque os brabos tinham matado um freguês dele por nome Cândido. O Cândido e tinha outro, dois irmãos, que trabalhavam numa colocação. Os índios mataram. Eram barbados, os índios tiraram o queixo do pobre para mostrar pros parentes deles que tinham matado cariu barbado. Por causa disso o Zé Maia mandou chamar*" (Sueiro Cerqueira Sales, seringal Minas, rio Tarauacá, 1994)[351].

Após sua viagem pelos altos rios Tarauacá e Jordão em 1924, o padre Tastevin (1926: 48) também especifica os motivos que teriam levado Felizardo a se mudar com os Kaxinawá para essa região: "(...) *les propriètaires du Haut Tarauacá firent appel à son concours pour les défendre contre les Indiens Papavos qui leur faisent chaque an-*

[351] Raimundo Costa Mello, proprietário do Transual, seringal limítrofe ao Revisão, relataria a Felizardo as mortes promovidas, pouco antes, pelos "Papavô" em colocações e igarapés de diferentes seringais: "*No Seretama, eles mataram o filho do velho Correia, menino de 14 anos, quando cortava a estrada, e só quiseram levar a cara. Com dois meses, mataram Cocino* [Roseno - MPI] *e Cândido, dois irmãos, na colocação Centro de Dentro; no Formoso, Manoel Figueiro; no Paraíso, Raimundo Avelino; no Novo Acre, o Cezar; no Cipó, João Elias, duas mulheres e duas crianças*" (Cerqueira, 1958: 119-20). À exceção das mortes ocorridas no seringal Seretama e no Formoso, no alto Tarauacá, as demais haviam acontecido em colocações do Revisão. Cabe notar que a primeira das mortes citada por Costa Mello, a do "filho do velho Correia", é a mesma noticiada na matéria "Índios sacrílegos", publicada do *Jornal Official* a 22/10/1916, poucos dias antes da chegada do inspetor do SPILTN, Bento de Lemos, à Vila Seabra.

née des victimes et de nombreux vols. Felizardo s'établit avec ses Indiens sur les bords du Formoso, et de lá, à Revisão, où il se trouve encore a ce jour". Um seringueiro nascido em Revisão pouco após a chegada das famílias Kaxinawá, em entrevista ao antropólogo Terri Valle de Aquino, estima o número de índios que então acompanhava Felizardo e reafirma as razões do convite que recebera dos patrões: "*Felizardo era freguês de Ângelo Ferreira, patrão ali do seringal Cocameira. Dali ele saiu com 400 caboclos em 1916. Eu acho que ele amansava os caboclos porque os patrões tinham interesse. Ele veio aqui com esses Kaxi para amansar esses caboclo Papavô, caboclos que não amansavam nunca*" (Iglesias & Aquino, 1994a: 13).

Como parte do trato estabelecido para mudar-se com os Kaxinawá para o seringal Revisão, Felizardo informa que José Maia inicialmente prometera

> "*alguns cuidados, relativamente às nossas necessidades de fome, pois eu não dispunha recursos para alimentar 335 pessoas* (...). *Fizemos um acordo de ele fornecer-nos o necessário da alimentação, em troca de serviços prestados em seus diversos afazeres, como seja: campo, roçados e viagens. Ficamos assim bem entendidos que os índios por esse sistema não iriam sofrer tanto como estavam sofrendo*" (Cerqueira, 1958: 117-18).

Segundo Romão Sales, após esse acerto com José Maia, a maior parte das famílias Kaxinawá teria seguido para o seringal Revisão com Felizardo, enquanto outras permaneceram no rio Tarauacá, plantando novos roçados, conforme combinado com Amâncio, morador da colocação Nova Minas. Findo esse serviço, também seguiriam para Revisão, onde se juntaram às demais famílias ali instaladas. Segundo Romão e Sueiro, o pai deles, Chico Curumim, seria deixado por Felizardo na colocação Aurora, no igarapé Formoso, afluente da margem esquerda do alto rio Tarauacá, numa "exploração" do próprio José Maia, local próximo de onde um de seus fregueses acabava de ser morto. Inicialmente trabalhando com dois seringueiros brancos, Chico Curumim permaneceria na Aurora por alguns anos, num ponto estratégico para os planos de José Maia e de Felizardo, pois próximo a um dos caminhos usados pelos "Papavô" em seus deslocamentos pelas cabeceiras dos rios Tarauacá e Jordão[352].

---

[352] Pouco depois de sua chegada à Aurora, nasceriam Alfredo Sueiro Sales e Nicolau Sales, dois primeiros filhos de Chico Curumim (Tenê) e de Maria Madalena (conhecida como "Maria Perdida", pois, ainda no alto rio Envira, Curumim a encontrara vagando na mata vários dias após a maloca ter sofrido uma correria feita por caucheiros e vários dos sobreviventes terem sido obrigados a correr sem rumo). A mulher que ajudou Maria Madalena no primeiro parto, "pegando" Sueiro, foi uma peruana por nome Crismância. O nome de Sueiro teria sido sugerido a Chico Curumim por um homem, que Sueiro consideraria seu padrinho de batismo, quem assim prestou homenagem a Alfredo Soeiro, representante da Semper & Cia, de Manaus, à época proprietária de seringais no alto rio Tarauacá e no rio Jordão e principal aviadora da maioria dos patrões locais. Sueiro calculava ter nascido em 1920. Documentos atribuindo diferentes anos de nascimento a Sueiro seriam produzidos pouco após a sua morte, ocorrida a 12 de janeiro de 1997 na

Segundo Sueiro, as principais famílias que acompanharam Felizardo do rio Envira para o rio Tarauacá e depois para o seringal Revisão, no alto rio Jordão, eram chefiadas por Raimundo Pereira, Pedro Sereno (Siã), Raimundo Caxambu (Mekã), Zé Maia (Ibã), Sampaio (Kupi), Manduca Mateus (Itsairu), Biló (Shane) e Sabino (Yube), além de pelos "três Chicos": Francisco Vicente (Bisku), Francisco Minas (Ixã) e o próprio pai de Sueiro, Francisco Sales (Tenê), que passariam a ser mais conhecidos, respectivamente, por Chico Vicente, Chico Mirim e Chico Curumim[353]. Ao analisar os nomes em português[354] destes chefes identifica-se os "patriarcas" de algumas das principais famílias extensas que constituem o povo que hoje vive em três terras indígenas no Município de Jordão, ligadas entre si por alianças matrimoniais e de afinidade, bem como com outras famílias extensas chegadas ao rio Jordão em outros momentos do século passado.

O acordo feito por Felizardo com José Maia estabelecia, ainda, que as famílias Kaxinawá deveriam permanecer nas cabeceiras do rio Jordão, acima das últimas colocações ocupadas por seus fregueses nos centros, de forma a garantir-lhes "segurança", evitando que os "brabos" promovessem novos roubos e mortes. Imposta pelo patrão do seringal Revisão, esta condição foi assim explicada por Sueiro:

> "*Dentro do Jordão, o primeiro patrão dele* [Felizardo] *foi o Zé Maia, era o patrão chefe. Ele não deixava índio morar mais para baixo. Para guarnecer os seringueiros dele, para atalhar os brabos, para não atacarem os brancos, que estavam*

---

aldeia Nova Empresa, na Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, local onde foi enterrado. Num breve texto, "Pequeno relatório do finado Sueiro", o professor Kaxinawá Noberto Sales Tenê diz que seu tio, e pai de criação, nascera em 1908, tendo falecido aos 89 anos. A Certidão de Óbito Nº 003, lavrada a 2 de abril de 1997, no Cartório de Registro Civil do 2º Distrito do Município de Jordão, com base em informações fornecidas pelo mesmo professor, então vereador, Noberto Sales, também indica que Sueiro teria feito sua passagem aos 89 anos. Outro professor Joaquim Paulo de Lima (Maná Kaxinawá, 1999), diferentemente, afirma que Sueiro teria feito a sua passagem aos 85 anos.

[353] Ouvi essas informações de Sueiro em conversa na aldeia Posto de Saúde, seringal Alto do Bode, em 1996. À época, Sueiro encontrava-se já bastante debilitado por uma longa doença, para a qual já buscara tratamento em Tarauacá e Rio Branco. Naquela ocasião, seu irmão Romão e José Mucaiá, renomado conhecedor de plantas medicinais, haviam se reunido para tomar cipó, tentar adivinhar a sua doença e aliviar seu desconforto físico. Passamos três dias nessa aldeia. Numa das noites, deitados lado a lado nas redes, Sueiro pediu-me que anotasse suas falas em meu caderno, ocasião em que falou de seus ascendentes e dessas outras famílias chegadas ao Jordão junto com Felizardo.

[354] Em várias oportunidades, indaguei a velhos Kaxinawá se poderiam me explicar como seus ascendentes tinham obtido seus sobrenomes em português, sem receber uma resposta definitiva. Felizardo dá indicações de que certos chefes, por exemplo, Antonio Marinawa, haviam sido nomeados quando começaram a trabalhar junto com patrões. Ao analisar os sobrenomes de alguns dos chefes Kaxinawá chegados ao Revisão, e de outras famílias não citadas por Sueiro, é possível perceber que dentre eles constam sobrenomes de patrões para os quais os Kaxinawá trabalharam nos rios Envira, Tarauacá e Jordão. Sena, Maia e Costa, por exemplo, até hoje perduram como sobrenomes de famílias extensas no rio Jordão. Segundo Sueiro, alguns dos primeiros batismos de velhos Kaxinawá teriam acontecido nas cabeceiras do rio Jordão, na desobriga promovida pelo padre Tastevin em 1924 (Sueiro Sales Cerqueira, Depósito Natal, fevereiro, 1991). Novos batizados ocorreriam, com freqüências variadas, a partir de então, dependendo das desobrigas feitas pelos padres, alemães, no rio Jordão, e da disposição dos patrões de custear o pagamento do serviço, cerimônia por meio da qual, por indicação do próprio padre, acabavam na maioria das vezes se tornando "padrinhos" do recém-batizados e compadre de seus pais.

cortando seringa, ele botava os Kaxinawá na frente das colocações. Ele não queria nenhum índio aqui para baixo. Nesse tempo, nós morávamos lá em cima da terra, na cabeceira do Formoso, na cabeceira do Paranã. Ali pra cima era tudo de índio. Zé Maia não deixava passar pra baixo" (Sueiro Sales Cerqueira, seringal Minas, rio Tarauacá, fevereiro, 1994).

Assim como fizera Felizardo no médio rio Tarauacá e depois no alto rio Envira, um relevante desdobramento do acordo estabelecido com José Maia e da instalação das famílias Kaxinawá em Revisão foi a atualização, nos altos rios Jordão e Tarauacá, outra região fronteiriça, de ações de "fiscalização" e "policiamento" dos índios vistos como ameaça à "segurança" dos seringueiros. A utilização de categorias de cunho militar ou policial para caracterizar essa iniciativa subjaz aos discursos de diferentes atores. Tastevin (1926: 50) refere-se aos "Kaxinawá de Felizardo" promovendo "*la police de la frontière*", dando indicações da realização de "rondas" nos altos rios Tarauacá e Jordão. Quase sete décadas depois, diria Sueiro: "*Felizardo chegou e ajeitou tudo, colocou todos os índios Kaxinawá na fronteira, servindo de guarnição pros brabos não atacarem os brancos ali embaixo*" (Sueiro Sales, Depósito Natal, 1991). O principal objetivo do serviço de Felizardo e dos Kaxinawá nas cabeceiras do rio Jordão fora, segundo Romão, "pastorear os brabos" (Romão Sales, Aldeia Chico Curumim, 2004), e, segundo o professor Noberto Sales, fazer a "segurança da fronteira" (Noberto Sales Tenê, Rio Branco, 2007).

Face a tantas mortes recentes e aos prejuízos na produção de borracha, e por considerarem os "Papavô" como "feras", "demônios", "praga que infestava os seringais" e "índios terríveis", que nunca "amansariam", os seringalistas, apoiados por seus fregueses, defenderiam a promoção de novas "correrias". Tanto José Maia como o patrão do vizinho seringal Transual, Raimundo Costa Melo, procurariam convencer Felizardo de que "levá-los na bala" era a única solução para evitar novos roubos e mortes, para os fregueses trabalhar com tranquiliade e, inclusive, para que ele próprio não tivesse razões para temer por sua vida (Cerqueira, 1958: 120).

Assim como também fizera nos rios Tarauacá e Envira, Felizardo condenaria novas violências, de ambas as partes, justificando as atitudes dos índios como resposta às "correrias" e ao "cativeiro" delas resultante[355]. Contrariando a proposta inicial dos pa-

[355] Assim Felizardo avaliaria os motivos para a continuidade de uma situação de conflitos e de mútuas acusações entre "brancos" e os índios aos quais aqueles consideravam "selvagens": "*Os brancos tornam-se mais cruéis para com os índios devido à falta de senso, de procedimento incorreto, de querer ser superior aos pobres indígenas, levando estes ao cativeiro, tomando seus filhos para presenteá-los aos seus amigos e de verem suas filhas como concubinas, sem se prestarem em obediência a seus pais. Eis aí a causa*

trões, e confiado em seus usuais procedimentos -"pegar" alguns índios, fazê-los permanecer por algum tempo na sede do seringal, em convívio com os "civilizados", e com eles retornar às malocas para acertar uma "acomodação"-, Felizardo defenderia a "catequese" como alternativa: "*Sr. Maia, se eu não tivesse certeza de meu trabalho, jamais viria de tão longe para fazer o que julgo a mais perversa ação praticada a uma pobre gente, que tão necessário aspiram a civilização! Acho portanto injusto praticar-se atrocidades a esses infelizes silvícolas, que nada mais fazem que defender seu torrão natal*" (1958: 120). E garantiria a José Maia trazer os índios à sede do seu seringal, colocá-los a dançar na sala do barracão e, depois, familiarizá-los na produção de borracha e aproveitá-los nos trabalhos agrícolas, dando início ao que depois denominaria a "colonização dos Papavô" (1958: 130).

Convocado após um roubo numa colocação das cabeceiras do igarapé Jardim, Felizardo seguiria no encalço dos índios, acompanhado por um Kaxinawá e três "brancos", diz Felizardo, um dos quais, José Felício Maia, irmão do patrão. No seringal Sorocaba, encontrariam cinco índios e duas índias carregando os objetos roubados. Contrariando as ordens de Felizardo, dois dos brancos, José Felício e Manoel França, haviam levado uma garrafa de cachaça escondida, bebido para "ter mais coragem" e combinado de matar os índios, ao invés de "pegá-los". Assim que Felizardo "acometeu" contra os índios, deixando os demais na retaguarda para apanhar os que corressem, José Felício e França atiraram, matando um jovem "dos seus 15 anos" e pondo os demais em fuga (1958: 118-19). Felizardo "pegaria" apenas uma mulher e ficaria contrariado, pois acreditava necessário contar com mais índios para depois retornar à maloca e "amansar" os demais. Ao repreender seus dois acompanhantes, seria ameaçado de morte e constataria o quão arraigado era o ódio dos brancos contras os "Papavô": "*Algum dia viu índio manso a não ser quando está deitado?*", responderia Felício, deixando claro que, por sua vontade, também daria cabo da mulher recém capturada.

A índia seria levada à sede do Revisão e mantida por Felizardo, por um mês, em sua casa, onde foi "bem tratada", recebeu "muitos presentes de seu agrado" e começou "a entender nossa fala". Com cinco Kaxinawá e dois "homens nacionais", diz Felizardo,

---

principal dos grandes desastres entre ambos. E os brancos, escondendo seus modos irreguláveis, culpam os índios de traiçoeiros e bandidos" (Cerqueira, 1958: 132-33). O sentido de "cativeiro" que permeia esse discurso de Felizardo assemelha-se a aquele utilizado, uma década antes, pelo prefeito Thaumaturgo de Azevedo, ao denunciar a captura de mulheres e crianças indígenas em "correrias", mas daquele que passariam a lhe atribuir os seringueiros e os indígenas, nas décadas seguintes, ao se referir à dominação dos patrões, simbolizada pelo endividamento no barracão, a obrigatoriedade do pagamento da renda das estradas de seringa e a imobilização da mão de obra nos limites do seringal.

levá-la-ia de volta à maloca, na esperança de que "servisse de testemunha" de que não fora ele, mas seu acompanhante, o responsável pela morte do jovem índio. Durante a viagem, a índia perguntaria várias vezes a Felizardo, a quem chamaria de "papai", se pretendia matar os demais (1958: 122-23).

Na maloca, após serem recebidos primeiro por duas mulheres e depois por parte dos homens, seriam surpreendidos pela chegada de 19 caucheiros peruanos fortemente armados. À frente de sua turma, de revólver em punho, Felizardo diz ter saído na tentativa de evitar um eminente ataque. Assim como ocorrera em várias situações no rio Envira, acabaria acusado de "bandido infâme" e "causador de muitas mortes" pelos peruanos, cuja primeira intenção seria a de amarrar Felizardo e levá-lo à presença de seu patrão, no rio Breu, para receber uma prometida recompensa de dez contos de reis. Segundo o chefe dos caucheiros, o equatoriano Elias Chebes, haviam vindo vingar, com uma "correria", o roubo promovido pelos Papavô pouco antes no rio Breu, no qual um peruano resultara ferido[356]. Na maloca, acompanhados por Felizardo, Chebe e os caucheiros encontrariam e recuperariam seus pertences. Contrariando uma das normas que considerava necessário respeitar ao dar início à "catequese" de um grupo indígena, Felizardo afirma "ter sido obrigado" a "(...) *ceder aos peruanos duas caboclas, que logo ao chegar em casa batizaram e deram o nome de Sofia e a outra Suzana*" (1958: 121-23).

O retorno à sede do seringal Revisão e o espanto de José Maia com a chegada dos índios e com dança realizada em seu barracão, conforme prometido caso à expedição fosse bem sucedida, é assim narrada por Felizardo:

> "*Quando apareci no campo, que era de 500 metros calculados, puxei do revólver e dei 6 tiros, o Sr. Maia olhou e viu eu à frente de 22 índios e 3 mulheres e trazia o tuxaua preso ao meu cinturão. Na chegada, ao pé da escada, pedi licença e subi, estava o Coronel sem riso e com os olhos esbugalhados de espanto. Eu então: Sr. Coronel, dê licença aos caboclos para dançarem um pouco. Respondeu: dancem. E os caboclos deram-se os braços enlaçados nos ombros e entraram no ritmo de seus folguedos. O Coronel sentou-se ao meu lado em uma mala grande e, botando as mãos sobre os olhos, demorou-se uns 10 minutos e depois retirou-se. Disse-me: jamais pensei que neste mundo houvesse um homem que fizesse estes monstros, responsáveis de tantos crimes, vir um dia dançar dentro de minha casa. Foi o que eu disse, que o Sr. conhecia bem os índios, mas faltava conhecer o Feli-*

[356] O chefe peruano da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites, que trabalhou nas cabeceiras dos rios Tarauacá e Breu em 1924, Roberto López, em seu livro de memórias "En la frontera oriental del Perú", atesta a presença nessa região de fronteira de famílias Ashaninka oriundas do rio Vacapistea, afluente da margem esquerda do alto rio Juruá, bem como de índios Ticuna, abandonados na foz do rio Breu, por um patrão equatoriano, oriundo do rio Napo, que anos antes os trouxera para extrair caucho (López, 1925: 101, apud Salisbury: 2007: 302).

zardo, o proposto pelas forças superiores para acomodar os ânimos exaltados" (1958: 123-24)[357].

José Maia seguiria à foz do rio Breu, onde lograria, junto a outro patrão, Cândido Ferreira Batista, que, ali trabalhava com índios Ashaninka, Santa Rosa, Chamas e Santa Rosarrosinos, que o patrão equatoriano e seus caucheiros peruanos devolvessem as mulheres entregues por Felizardo[358]. Na sede do Revisão, na ausência de José Maia, os "*índios resolveram coisas e planos muito contrários à acomodação*" (1958: 124), diz Felizardo: a índia que, "pega", permanecera em sua casa por dois meses identificaria os responsáveis pela morte do jovem rapaz, levando os demais a decidirem um "plano de vingança", uma matança generalizada, a começar por Felizardo, a quem, com base nas informações da índia, consideravam o "único atrevido que assombrava os índios" e, caso ficasse vivo, poderia realizar nova "perseguição".

O plano acabaria descoberto por Felizardo ao compreender que tramavam a vingança: "*Eu sempre escondi das tribos algumas coisas que aprendi de suas línguas. Quando eles falavam algo, eu, em resposta, saía com disparatadas tão adversas que os mesmos riam-se das besteiras. E eu sempre calculei de necessitar desta manha em ocasião oportuna. Desta vez, surtiu efeito*" (1958: 125)[359]. Após escapar com o auxílio de seus empregados carius, alertados pela companheira Kaxinawá de um deles, Felizardo resolveria "guardar" os "Papavô", primeiro numa barraca e depois no barracão. Conforme esclarece, pretendia ali vigiá-los, para evitar tentativas de fuga e entregá-los a José Maia, mas, principalmente convencê-los a "amansar", fazendo-lhes assumir o compromisso de que deixariam de atacar os seringueiros, e a trabalhar junto com os Kaxinawá.

Romão Sales assim explicitou a tentativa de Felizardo de convencer os "brabos" a se dedicarem à produção de borracha e à agricultura: "*O Felizardo disse: "Agora vamos*

---

[357] A reação admirada do patrão foi também mencionada por Sueiro ao relembrar como este acontecimento lhe foi contado: "(...) *O Felizardo mandou dançar no salão, na sala do Zé Maia, um barracão que era um monstro. O velho* [Felizardo] *arremedava bem a cantiga deles. Tudo nu, os ovos balançando, tudo dançando.* (...) *O Zé Maia botou a cabeça assim, na mesa. "Felizardo, parece que estou sonhando". Não acreditava que eram os índios, dançando na sala. "Não disse que eu ia buscar?". E o Zé Maia: "Parece um sonho""* (Sueiro Cerqueira Sales, seringal Minas, fevereiro, 1994).

[358] Essa iniciativa lembra a protagonizada por Felizardo, anos antes, no rio Envira, quando de sua ida a Esperanza, no lado peruano do rio Purus, para resgatar uma mulher e uma criança, capturadas por caucheiros peruanos após uma "correria" contra as malocas dos Kaxinawá. Sobre a atuação de Cândido Ferreira Batista no rio Breu, ver Silva, 1929 e, principalmente, Martini, 1998 e 2005.

[359] Esta estratégia utilizada por Felizardo é reiterada em outro trecho do relatório, tratando desse mesmo episódio: "*Senti que os mesmos índios ficaram bestificados quando ouviram eu pronunciar claramente a sua fala, pois eles bem sabiam o que haviam conspirado contra minha vida, pensando que eu era a besta, como eles haviam dito. E não esperavam que eu de tudo estava sabedor, pois sempre tive o cuidado de nada falar aos índios de qualquer tribo, para que eles não escondessem seus terríveis planos nas ocasiões oportunas, como esta que eu estou relatando*" (Cerqueira, 1958: 127-28).

trabalhar. Esses novos vão cortar seringa. Esses mais velhos vão trabalhar na agricultura, vão colocar roçado, plantar roça, cana, para ter muito legume. Esses rapazes novinhos vão cortar". Mas destacou a pronta reação dos "Papavô", contrária ao que pretendia Felizardo: "*Os brabos fizeram: Eu vou cortar. Vou cortar assim"* [com a mão, faz um gesto em que simula cortar parte do queixo]" (Romão Sales Kaxinawá, Aldeia Boa Vista, 2005). Sueiro, por sua vez, reafirmaria que, "*assustado porque os índios fizeram que iam cortar a cara dele, igual tinham feito com o seringueiro que tinham matado*", Felizardo resolveria "prende-los" no barracão e entregá-los ao patrão (Sueiro Sales Cerqueira, Depósito Posto de Saúde, agosto, 1996).

Versões com dois diferentes desfechos para estes eventos constam nos relatos, de um lado, de Felizardo e, de outro, de Sueiro, Romão e do padre Tastevin. Os últimos três ressaltam, com escassas diferenças, a morte de grande número de índios a reboque de uma iniciativa dos brancos, que para consumá-la convocariam os Kaxinawá. Ao rememorar essa seqüência de eventos, a narrativa de Romão guarda estreita semelhança com aquela feita pelo padre Tastevin[360]:

> "*Ajuntaram o pessoal tudinho e combinaram, com os mansos mesmo. Os cariu, com os caboclos mansos. "Rapaz, esses caboclos. Diz que corta seringa assim* [Romão repete o gesto como quem tira o couro da cara - MPI]. *Foram eles mesmos que mataram o homem". Aí, se combinaram: "É melhor, em vez deles matar nós, nós matar eles". Aí mandaram chamar o meu pai. "Deixa o Chico Curumim chegar aqui, nós faz serviço com eles". Chegaram muita gente. "Rapaz, o homem está custando muito, ele não vai chegar hoje não. Vamos fazer o serviço logo"*[361].

---

[360] É a seguinte a descrição de Tastevin (1926: 53-4) sobre esse "massacre", do qual tomou conhecimento em sua estadia no rio Jordão e no seringal Revisão em 1924: "*Cette histoire de massacre est terrible. Un conquistador avait réussi à déterminer une soixantaine de Papavo à venir s'etablir pour quelque temps au milieu de ses Indiens apprivoisés. Au bout de quelques mois ces pauvres sauvages eurent la nostalgie de leur indépendence et de leur liberté: ils voulurent se retirer. On les enferma dans un barraque solide, et on appela en hâte les Indiens apprivoisés. Les Papavo passèrent deux ou trois jours sans pouvoir sortir pour se soulager, gardés à vue des civilisés armés jusqu'aux dents, en attendant l'arrivé des autres Indiens. Ceux-ci arrivèrent tous armés de carabines: on leur livra les Papavo à qui on ouvrit la porte de leur prision. On indiqua aux Papavo la direction du port qui pouvait être celle des ubas qui devaient les emmener chez eux: mais avant qu'ils eurent franchi les cinquante ou cent mètres qui les séparaient, ils furent mis un joue: en dehors des jeunes femmes, que l'on garda pour les soi-disant civilisés, un seul homme réussit à s'echapper. L'année suivante, à la même date, ce rescapé revint sur la scène du massacre avec trois compagnons, pour se venger: ils manquèrent leur coup et s'enfuirent. Les Indiens apprivoisés lancés à leur poursuite les atteignirent avant qu'ils fussent parvenus à leur campement et tous les quatres furent mis à mort sans merci*".

[361] Em suas narrativas, tanto Sueiro como Romão ressaltaram que seu pai, Chico Curumim, chamado no rio Formoso para juntar-se aos demais Kaxinawá, chegaria após a morte dos Papavô, mas que voltaria para sua casa levando uma menina para criar. Em entrevista recente o filho de Sueiro, Getúlio Sales Tenê, revelou o destino depois dado por seu avô à menina: "*Quando meu vô chegou lá, já tinham feito, tinham matado tudinho, só tinham deixado uma menina. Era Papavô. Meu vô pegou a menina e trouxe. Essa menina era Jaminawa. Cresceu com meu vô. (...) quando estava ficando bem grandinha, chegou o pai do Zé Pedro, Rodrigo, o nome dele. Pediu ao meu vô. Aí, meu vô fez troca, com rifle. Rodrigo deu rifle e ele deu a menina. Era cariu puro, o Rodrigo. Depois de muito tempo, foi que apareceu o Zé Pedro, esse já era misturado*" (Getúlio Sales Tenê, Rio Branco, 15/8/2007). Assim como ocorrera por várias décadas a re-

Aí, pegaram uma corda comprida, cabo mesmo, passaram no braço dos caboclos tudinho. Barranco alto, botaram os índios em cima do barranco, amarraram os índios tudinho. Aí perguntaram: "O que é que vão fazer com nós?". Aí, falaram: "Eles vão amansar vocês. Vão amansar pra vocês não irem embora, pra trabalhar por aqui mesmo". Já estavam desconfiados, já estava sabendo que vai morrer, né? Quando chegaram, amarraram tudinho, essas mulheres velha também, amarraram. As novinhas, a meninada, botaram no quarto, trancadas. Aí, mataram, tiro, deram tiros. A derradeira, na ponta da corda, a bala cortou a corda. Aí, caiu, levantou, ia-se embora, mas ... Estavam atirando pra matar ele, mas ficou. Foi-se embora. "Que é que nós faz agora?". Meteram enxada, cavaram dois palmos e meio, jogaram terra em cima e enterraram ali mesmo, no barranco" (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, maio, 2005).

Diferentemente, o relato de Felizardo tem com o seguinte desfecho:

"*Demorou-se o Sr. Maia 10 dias para chegar com as duas caboclas mulheres, coisa esta que provocou aos índios o mais entusiástico sentimento de amor ao verem suas mulheres regressarem ao seio dos seus queridos. Como um bom preventivo pedi ao Sr. Maia para retirar de sua casa os dois homens assassinos do rapaz na primeira etapa da catequese dos Papá-vôs; e logo o Sr. Maia fez a retirada para longe de sua casa dos dois criminosos: José Felicio e Manoel França. E assim ficaram os índios Papá-vôs sendo moradores do alto Jordão até os dias de hoje. Sendo que os mais velhos já morreram e só tem os seus filhos de idade de 40 anos abaixo, pagando os impostos dos seus trabalhos*" (Cerqueira, 1958: 129).

Evento que marcou a história da região, a ponto de ser relembrado pelos Kaxinawá e pelos seringueiros quase sete décadas depois de ocorrido, a morte dos "Papavô" em Revisão não é citada no relatório biográfico por meio do qual Felizardo reconstrói sua trajetória profissional como "catequista de índios". A ausência de qualquer referência a esse evento contrasta com outros trechos de seu escrito, nos quais Felizardo, com riqueza de detalhes, realça percalços enfrentados durante incursões às malocas, processos de negociação com chefes indígenas e iniciativas para a mobilização da mão de obra de diferentes grupos em atividades para os patrões. Essas descrições detalhadas estão presentes em seu escrito mesmo quando aquelas iniciativas, à diferença do inicialmente planejado, acabaram por resultar em morte de indígenas, de seus próprios auxiliares e de patrões e seus familiares, bem como no acirramento de rivalidades e em enfrentamentos armados entre grupos indígenas. Felizardo tampouco hesitou em explicitar seu desejo de comandar os Kaxinawá como "um verdadeiro exército armado", pronto para ser mobilizado para dissuadir violências, tanto dos "civilizados" como dos "selvagens", mediar re-

---

boque das "correrias", indica o depoimento de Getúlio, continuava a haver uma demanda dos "civilizados" por mulheres e meninas indígenas para a formação de famílias, num contexto em que ainda era grande o desequilíbrio entre o número de homens e mulheres e em vários seringais dos altos rios prevaleciam os seringueiros solteiros.

lações, estabelecer as "acomodações" necessárias e garantir "segurança" aos seringueiros e "proteção" aos índios.

A intransigente condenação de Felizardo às "correrias" e sua crença na "catequese" como alternativa privilegiada para a "civilização" dos índios aparecem relativizadas num contexto em que, por um lado, os patrões, seus empregados e fregueses exigiam uma ação enérgica e definitiva para vingar as muitas mortes e garantir a segurança e a produção nos seringais. Por outro, numa situação em que a fama de "selvagens" e de "indomáveis" dos Papavô teria novamente se confirmado, quando estes prontamente recusaram a proposta de "amansar" e, ao contrário, demonstraram sua disposição de prosseguir com as mortes, atitudes que, aos olhos dos "civilizados", justificavam a adequação de uma decidida ação punitiva.

Fortemente armados, os Kaxinawá, que tinham um histórico de conflitos armados com grupos rivais, não vacilaram em cumprir o papel a eles outorgado quando os "Papavô" lhes foram entregues, ação que também contribuiria para reafirmar, novamente aos olhos dos "civilizados", sua condição de índios "mansos" ("domesticados", como diria por diversas vezes Tastevin) e de mão de obra útil à empresa seringalista. Mandado por José Maia, como ressaltaria Sueiro[362], patrão que dera condições para que mantivesse os "seus Kaxinawá" reunidos sob sua tutela e prometia-lhes "assistência", após um período de fome e necessidade, também Felizardo cumpriria o "compromisso" e a "obrigação" que formalmente assumira, em contrato, ao primeiro chegar ao alto rio Tarauacá, a saber, "*guardar os seringaes* (...) *contra os assaltos dos índios que infestam os mesmos seringaes, empregando para este fim os meios que a emergência permitir, tendo como meus auxiliares os índios mansos da tribu cachinoás, de forma que o locatário possa tirar seus fabricos de goma elástica sem dano nem temor dos índios salteadores* (...)".

Indicações pontuais no relatório de Felizardo sinalizam, sem maiores detalhes, que ações para a "colonização" dos Papavô e para o "policiamento da fronteira" tiveram continuidade nos anos seguintes. O fato de estar "comprometido seriamente com o José Maia na colonização dos Papavô", e da sua ausência prolongada poder vir a causar prejuízos irreparáveis aos resultados já logrados, seriam as razões apresentadas por Felizar-

---

[362] Assim se expressou Sueiro na entrevista de 1994: "*Esses índios eram danados para não amansar. Fugiu um, fugiu outro. Aí, Felizardo conversando com eles: "Vamos cortar seringa. Vamos deixar de andar no mato. Vamos trabalhar aqui". Os índios riam, mostrando assim, como se tivesse tirando o couro da cara, de novo. Depois, mataram tudinho esses índios que saíram da mata. Foi o Zé Maia que mandou, com raiva que já tinham matado muitos freguês e tirado o couro da cara*".

do, em 1920, ao declinar o primeiro convite do comissário brasileiro para incorporar-se à Comissão Mista que dava início, nas cabeceiras do rio Envira, a uma nova etapa da demarcação da fronteira internacional Brasil-Peru (1958: 130; 132)[363].

O massacre dos "Papavô" em Revisão marcaria um divisor de águas face à situação de insegurança e de crise denunciada pelos patrões fazia anos. Nos anos imediatamente posteriores, nenhum novo ataque ou morte de fregueses nos seringais dos altos rios Jordão e Tarauacá seria noticiado na imprensa de Villa Seabra. Durante os trabalhos de demarcação da fronteira internacional, em 1923-1924, nenhuma maloca de índios considerados "selvagens" seria encontrada nas cabeceiras dos rios Jordão e Tarauacá, à diferença do que ocorreria nos afluentes do alto rio Envira, onde a existência de malocas habitadas por Jaminawa e Marinawa exigiria políticas e ações específicas para evitar possíveis confrontos e a paralisação das atividades demarcatórias[364].

Assim como já acontecera durante os dez anos em que permaneceu no seringal Revisão, a relevância dos serviços prestados por Felizardo nos altos rios Jordão e Tarauacá seria destacada, em 1955-1956, por patrões, comerciantes e funcionários governamentais de Tarauacá e Cruzeiro do Sul, por meio de "declarações" e "atestados"[365]. Parte desses seringalistas e comerciantes informa conhecê-lo fazia pelo menos três décadas, portanto, desde a época em que Felizardo morava e trabalhava em Revisão. Além de suas qualidades como homem "trabalhador", "honesto", "cumpridor de seus deveres", "portador de reputação ilibada" e "de espírito conciliador e ordeiro", os documentos ressaltam que os serviços realizados por Felizardo, no "apaziguamento", "catequese" e "civilização" de "índios bravios", evitando que "continuassem a atacar seringais, depredassem propriedades e matassem seringueiros" (Declaração, Manoel Thomé de Frota, abril/1956), contribuíram de forma significativa para o "desbravamento de zonas inexploradas" e o "desenvolvimento do Território do Acre" (Atestado, João Tibúrcio da Silva,

[363] O padre Tastevin (1926: 49-50) relataria que nessa mesma época os "Kaxinawá de Felizardo", "policiando a fronteira", teriam encontrado na mata duas mulheres e um menino Nehenawa, sobreviventes de "correria" feita por peruanos no rio Envira.

[364] As políticas adotadas pela Comissão Mista, bem como a participação de Felizardo e dos Kaxinawá nas suas atividades, serão analisadas no capítulo seguinte.

[365] Escritos por solicitação de Felizardo, os documentos, depois de registrados em cartório, foram anexados aos pedidos por ele encaminhados, em 1955, ao Governo do Território do Acre e, no ano seguinte, ao deputado José Guiomard dos Santos, como comprovantes de seus trabalhos como "catequista de índios". São os signatários desses documentos Raimundo Quirino Nobre, proprietário da casa comercial Raimundo Quirino Nobre, de Cruzeiro do Sul; Manoel Thomé de Frota, comerciante e seringalista de Tarauacá, então Representante de Produção na Comissão Executiva de Defesa da Borracha; Bento Marques de Albuquerque, Prefeito Municipal de Tarauacá; Joaquim Lopes da Cruz, Prefeito de Cruzeiro do Sul; Alfredo Silva, Delegado de Polícia de Cruzeiro do Sul; Francisco Correa Barahuna, seringalista e comerciante no Alto Juruá; Joaquim Maria Ruela, comerciante e seringalista no Alto Juruá; e Ubaldo Marques de Menezes, Inspetor de Ensino em Tarauacá. (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12237-39).

setembro/1955). Ressaltam, ainda, que essa "espinhosa missão" fora levada a cabo "(...) *com serenidade, por meios pacíficos, sem emprego de força armada, procurando sempre entendimentos para harmonizar as forças contendoras*" (Atestado, Francisco Corrêa Barahuna, junho/1955), possibilitando que a região fosse explorada "(...) *sem quase atritos entre civilizados e aborígenes*" (Atestado, Joaquim Maria Ruela, outubro/1955).

Sustentada por seguidos patrões, a "polícia de fronteira", e no limite as "correrias", para manter os índios "brabos" afastados das colocações, "dar segurança" aos fregueses e garantir a produção da borracha, continuariam nas décadas seguintes como "instituição" inerente ao funcionamento dos seringais nos altos rios Envira, Tarauacá, Jordão e Breu até final dos anos de 1960. Turmas de Ashaninka (Kampa) cumpririam esse papel nos altos rios Jordão e Breu, em ações intermediadas inclusive por peruanos, mediante acordos estabelecidos com patrões brasileiros, em troca de percentagens da produção logradas nos seus seringais. Homens Kaxinawá seriam esporadicamente mobilizados por patrões e arrendatários com o mesmo objetivo[366]. A "necessidade" alegada pelos patrões de manterem essa "instituição" em funcionamento por décadas demonstra, por outro lado, as iniciativas que certos grupos indígenas, genericamente conhecidos por "brabos", continuariam a realizar para manter-se à margem dos seringais, defender "territórios possíveis", com a imposição de limites ao uso de certas áreas de floresta e dos recursos ali existentes, e ativamente buscar objetos e conhecimentos que consideravam já essenciais às suas formas coletivas de vida.

Pedro Biló, "matador de índios": um contraponto

Como os Kaxinawá conceberam as relações estabelecidas com Felizardo no seringal Revisão? Como os "Kaxinawá de Felizardo", com diz o padre Tastevin (1926), eram vistos por outros grupos de atores sociais que nesse momento histórico viviam no rio Jordão e na região do alto Tarauacá? Indicações, neste sentido, despontam em meio a relatos, entrevistas e depoimentos de Kaxinawá mais velhos, filhos da "primeira" gera-

[366] Dentre os principais agenciadores dos Ashaninka nessas atividades, no rio Breu e no alto Juruá, esteve o peruano Júlio Peres, arrendatário do seringal Busnã nos anos 1950-60, período em que firmou contrato com o seringalista Ribamar Coelho de Moura, para garantir a produção dos seringais Revisão e Transual, no alto rio Jordão. Uma dezena de famílias Ashaninka foi localizada acima das últimas colocações do Revisão. Além de trabalhar na agricultura e prestar serviços diversos ao barracão, os homens tinham por obrigação fazer "rondas" periódicas, de forma a evitar a presença dos "índios brabos". Conforme rezava o acordo, Peres tinha direito a metade da produção de borracha juntada pelo gerente do seringal Revisão, o mais produtivo daquele rio (Entrevista Ribamar Coelho de Moura, Rio Branco, 1996). Dentre os chefes Ashaninka no rio Breu destacou-se o curaca Kitola, que mesmo tendo apenas um braço, tornar-se-ia afamado pela grande quantidade de "brabos" mortos em rondas e "correrias" nas cabeceiras daquele rio e em diferentes afluentes do alto Juruá peruano (Mendes, 1991; Ioris, 1996: 157-158).

ção "amansada" e "catequizada" por Felizardo no rio Envira, nascidos pouco após a chegada de seus familiares ao alto rio Jordão. Essas informações têm como base tanto relatos ouvidos de seus parentes mais velhos, bem como avaliações e juízos de valor resultantes de suas próprias experiências de vida, construídas em meio aos seringais, e de seu conhecimento de outras iniciativas levadas a cabo pelos seringalistas para "dar segurança" à produção de borracha, no rio Jordão e em outros rios, contra os ataques dos "índios brabos".

A continuação, elas serão postas em diálogo com informações e análises que constam em escritos de agentes governamentais (Silva, 1924, 1925, 1929) e de missionários (Tastevin, 1926), que visitaram o rio Jordão, no relatório do próprio Felizardo Cerqueira (1958), bem como em depoimentos de outros personagens, indígenas ou não, que viveram nesse mesmo tempo ou são descendentes daqueles contemporâneos. Dentre estas narrativas, serão destacados trechos de entrevistas com alguns professores Kaxinawá, netos e bisnetos da geração que conviveu com Felizardo nos rio Envira e Jordão nas décadas de 1910-1920. Escritos de antropólogos, bem como matérias em jornais de Rio Branco, produzidos a partir da década de 1970, também serão utilizados como fontes de informação para fundamentar esta discussão.

Sueiro Sales costumava afirmar que Felizardo foi o "primeiro catequizador" dos Kaxinawá, referindo-se ao grupo de famílias que com ele trabalhara no rio Envira e acabaria por se estabelecer no seringal Revisão. Permeava essa afirmação o reconhecimento de Felizardo, por um lado, como "aquele que ficou no lugar" de Ângelo Ferreira da Silva[367], considerado por Sueiro também como "catequizador" e "bom patrão" de diferentes povos indígenas nos seringais que movimentou no médio rio Tarauacá na segunda metade da década de 1900.

Assim como fizera Ângelo, os empreendimentos de Felizardo no alto rio Envira, por meio de acordos com diferentes patrões caucheiros, abriram alternativa às "correrias" de peruanos e brasileiros. Em entrevista recente, o sobrinho e "filho de criação" de Sueiro, o professor Noberto Sales reafirmou a "proteção" prestada por Felizardo ao promover esse "primeiro contato" no rio Envira: "(...) *ele foi uma pessoa que salvou,*

[367] Além de reconhecer uma linha de continuidade nos trabalhos realizados por ambos, Sueiro, em duas entrevistas, afirmou acreditar que Ângelo era tio de Felizardo, e que os dois teriam nascido e vindo do mesmo lugar do Estado do Ceará para o Território do Acre. Para além da possibilidade, já comentada, de que Ângelo Ferreira fosse também natural de Pedra Branca, no Ceará, não logrei, com base nas fontes consultadas, qualquer indicação sobre essa possível relação de parentesco de ambos. As duas filhas de Felizardo com as quais conversei, Donas Yeda e Maria Luiza, indagadas a esse respeito, negaram ter conhecimento de qualquer parente de seu pai por nome Ângelo Ferreira da Silva.

talvez salvou aquelas famílias, o nosso povo, protegeu, para não acabar. Protegeu muito o nosso povo, foi ao nosso favor. Ajudou muito nesse primeiro contato. Melhorou o nosso contato, com ele" (Noberto Sales Tenê, 2007).

No alto rio Envira, a mediação de Felizardo permitiu que as famílias Kaxinawá sob sua tutela lograssem uma inserção diferenciada em meio às áreas de cauchais, deixassem de se envolver em conflitos armados, outrora recorrentes, com grupos indígenas vizinhos e, apesar da ameaçadora presença dos peruanos, ficassem protegidas das "correrias" que continuariam a ser realizadas contra esses grupos. Sob sua "guarda", os Kaxinawá constituíram um "ponto de referência" nessa região (Cerqueira: 1958: 93), servindo como interlocutores, intérpretes e balizadores de acordos, mediados por Felizardo, entre chefes indígenas, seringalistas e caucheiros, cujo cumprimento, ou não, acabaria por viabilizar uma, sempre tensa e frágil, "pacificação" da região, o aproveitamento das áreas de caucho pelos "civilizados" e a inicial ou incipiente incorporação da mão de obra indígena nessa atividade.

A migração dos Kaxinawá ao rio Tarauacá e depois ao Jordão, em 1917, pode ser interpretada como prova da ascendência de Felizardo, mas também da fidelidade e da confiança que essas famílias nele depositavam. Para Felizardo, levar os Kaxinawá era fundamental para a viabilidade do empreendimento que chegou a formalizar com os patrões, a "pacificação" dos Papavô. Para os Kaxinawá, a eminência da perda da "proteção" garantida fazia pouco mais de seis anos por Felizardo foi fator levado em consideração na decisão das várias famílias extensas, ao levarem em conta a situação ainda marcada pelas "correrias" dos caucheiros e seringalistas no alto rio Envira. Fatores semelhantes haviam sido considerados, quase uma década antes, após a morte de outro importante "catequizador", Ângelo Ferreira, quando o temor da retomada das "correrias" e violências pelos seringalistas levara-os a empreender uma incerta diáspora rumo às cabeceiras dos rios, que acabaria por levá-los ao alto Envira.

No rio Jordão, numa região conformada por seringais, por meio de acordo firmado com o seringalista José Xavier Maia, Felizardo novamente criaria condições para inserção diferenciada e uma uma existência coletiva das famílias Kaxinawá. Em Revisão, bem recebidas pelo "patrão chefe", mantidas à distância dos seringueiros carius, fortemente armados, sem ameaça de ataques de outros índios ou dos caucheiros, sem perspectiva eminente de deslocar seus locais de moradia no futuro próximo, construíram suas malocas e tiveram condição de realizar suas atividades agrícolas e de dispor de uma vasta área de floresta para caçar, pescar e coletar. Conforme o acordo com José Maia, os

homens Kaxinawá passaram, em certos momentos do ciclo anual, a conciliar essas atividades com serviços prestados ao patrão.

Assim como fora Ângelo Ferreira quinze anos antes, Felizardo seria reconhecido como "catequizador", segundo Sueiro, pois, ao contrário dos patrões que promoviam "correrias", foi aquele que os "amansara" e "criara", socializando-os e engajando-os na economia do trabalho nos seringais. Essas considerações de Sueiro sobre Felizardo foram, por várias vezes, construídas ao contrastar sua postura e suas iniciativas às de Pedro Galdino Filho, mais conhecido por Pedro Biló, personagem que, a partir dos anos 1940, quando sucedeu seu pai, Pedro Galdino, e por quase três décadas, trabalharia "a mando" de vários seringalistas no alto rio Envira, em serviços destinados a garantir "segurança" aos seringueiros, caucheiros e madeireiros contra os ataques de "índios brabos":

> "*Ele* [Felizardo] *falava do Pedro Biló, porque Pedro não criava índio nenhum. Felizardo criou muitos índios, e tudo era dele. O Pedro Biló fazia era matar. Felizardo falava: "O que é que o Pedro faz? Faz é matar. Não tem nenhum índio trabalhando com ele". Agora, o Felizardo, não. Ele era muito bom. Não deixava mais os peruanos nem os brasileiros matar mais os índios. Amansava e criava, botava pra trabalhar com ele*" (Sueiro Cerqueira Sales, seringal Minas, 1994)[368].

Conforme já apontado, em sua dissertação, Aquino (1977: 44) aponta a distinção feita pelos Kaxinawá entre dois tipos de "correrias", as que visavam o extermínio dos grupos indígenas e as que almejavam incorporá-los como força de trabalho nos seringais. Ao ilustrar essa distinção, Aquino transcreve trecho de um depoimento de um "seringueiro Kaxinawá"[369], bastante similar à afirmação anterior de Sueiro, no qual essas duas modalidades de "correrias" são associadas a dois "personagens" principais, Pedro Biló, com referência à primeira, e Felizardo, e, por extensão, Ângelo Ferreira da Silva, à segunda.

Nos rios Envira, Murú, Tarauacá e Jordão, Pedro Biló é até hoje lembrado como "afamado" e implacável "matador de índios"[370], tendo adquirido uma aura de "*herói cul-*

---

[368] Nessa mesma entrevista, Sueiro especificaria que Felizardo referia-se a Pedro Galdino, pai de Pedro Biló. É relevante destacar, ainda, que Felizardo foi contemporâneo do pai de Pedro Biló, Manoel Galdino Biló, no alto rio Envira, onde este último começou a trabalhar com a família Prado na década de 1910, primeiro como "desbravador" de seringais e cauchais e depois como seringueiro e "mateiro".

[369] É o seguinte o depoimento transcrito: "*Pedro Biló não amansava caboclo. Pedro Biló matava caboclo. (...) Felizardo Cerqueira amansava caboclo, dava mercadoria pra nós caboclo. Agradava o velho, o menino. Felizardo e Ângelo Ferreira amansava caboclo pra trabaiá pra ele* (...)" (Aquino, 1977: 44).

[370] Os principais patrões a mobilizarem os serviços de seu pai e depois do próprio Pedro Biló foram membros da família Prado (os irmãos Raimundo, Ramiro e Custódio, este casado com Neusa Prado de Azevedo), descendentes do Sr. Prado, "delegado auxiliar dos índios do rio Envira" nomeado, em 1912, pelo Ajudante do SPILTN Máximo Linhares. A participação de Pedro Biló em grande número de "correrias" e

tural dos carius e dos desbravadores de seringais" nessa extensa região (Aquino, 1987). Com base, por um lado, nesse contraponto que surge nos depoimentos dos Kaxinawá e, por outro, em entrevista[371] concedida por Pedro Biló em 1981, é possível destacar semelhanças e diferenças entre as trajetórias desses atores que personificariam duas posturas e formas de relacionamento favorecidas pelos seringalistas em relação aos índios: de um lado, as "correrias", de outro, iniciativas para a utilização da mão de obra indígena nas atividades nos seringais.

Dentre as principais semelhanças entre as trajetórias de Pedro Biló e de Felizardo cabe assinalar a pouca idade com a qual começaram a trabalhar, o aprendizado empírico da profissão de "mateiro", os serviços prestados aos seringalistas para "dar segurança" aos seus fregueses, as "orações fortes" que lhes eram atribuídas, seu recrutamento em iniciativas promovidas por representantes do governo federal, o reconhecimento e a "fama" que adquiriram, entre "carius" e indígenas, bem como as difíceis situações financeiras enfrentadas ao chegarem a idades mais avançadas.

Na entrevista, Pedro Biló informou ter nascido no seringal Progresso, no alto rio Envira, e começado a trabalhar em 1925, aos sete anos de idade, acompanhando seu pai, com quem, aos poucos, aprenderia a profissão de "mateiro". Com a crise nos preços da borracha, ambos passaram, a pedido dos seus "padrinhos" Custódio e Neusa Prado, a acompanhar turmas de madeireiros por eles aviadas, abrindo picadas para a identificação da madeira, caçando para alimentar aos trabalhadores e exercendo a "vigilância" dos "caboclos brabos" para evitar ataques e mortes. Primeiro junto com o pai, e depois à frente de turmas de mateiros e seringueiros, Pedro Biló encabeçaria várias "correrias" num importante período da atividade madeireira no rio Envira, nos anos 1930-1950.

Ao comentar sobre as razões que levavam os patrões a promover "correrias", Pedro justificá-las-ia pela obrigação de "garantir segurança" aos fregueses, evitando que abandonassem os serviços e que áreas ricas em caucho e madeira permanecessem inex-

---

sua "fama" como "matador de índios" foi recorrentemente atestada por indígenas Ashaninka, Madijá, Shanenawa e Kaxinawá em testemunhos que serviram de subsídio tanto para textos acadêmicos (Schultz & Chiara, 1955: 182; Aquino, 1977; Ioris, 1996: 149-53) como para relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas situadas nesses rios (dentre eles, Schwade, 1976: 4; Aquino, 1976, 1977a; Silva & Kesselring, 1987: 6; Pereira Neto, 1996: 66; 1999: 326-27; e Vieira, 2005: 29; 39-41).

[371] A entrevista foi concedida a Terri Valle de Aquino e José Carlos dos Reis Meirelles, então membros da Comissão Pró-Índio do Acre, dois anos antes da morte de Pedro Biló. Com uma contextualização introdutória, parte dela foi publicada por Aquino sob o título "O herói dos carius", a 18 de outubro de 1987, em sua coluna "Papo de Índio", no jornal *A Gazeta do Acre*. É a este texto, e à entrevista com Pedro Biló nele transcrita, que se faz menção aqui, sob a referência Aquino, 1987 (ver na bibliografia, na seção Artigos de Jornais).

ploradas[372]. Além de peruanos, que constituíram importante contingente no alto rio Envira, tanto no "tempo do caucho" como no "tempo da madeira", a quem considerava "mestres" nas "correrias", Pedro Biló ressaltou o costumeiro engajamento nessas incursões, a "mando dos patrões", de "caboclos mansos": Ashaninka, trazidos pelos peruanos, os Katukina, hoje Shanenawa, chegados do médio rio Tarauacá nos anos 1920, e os Madijá (Kulina), que, após trabalharem para vários patrões, haviam se estabelecido nas imediações da sede do seringal Califórnia.

Nos primeiros anos da década de 1950, Pedro Biló foi quem "recebeu" várias dezenas de famílias Kaxinawá oriundas do rio Curanja, no Peru, as quais, após quatro décadas da diáspora da morte de Manoel Patrício, retornavam ao alto rio Envira[373]. Pedro Biló assim rememorou esse episódio:

> "*Uma vez, eu amansei mais de 200 Kaxinauá, que vinham varando lá do rio Curanja, cabeceiras do Purus, para encontrar os seus parentes que moram lá no Jordão, na cabeceira do rio Tarauacá. Eu dei para eles terçados, machados, roupa, cobertas, rede, calção. Os homens eram todos nus: usava o instrumento* [o pênis - MPI] *preso pela cabeça numa fina corda de envira. Já as mulheres usavam tanga de algodão, que elas próprias teciam*" (Aquino, 1987).

Ao comentar sobre a chegada dos Kaxinawá ao alto rio Envira, Sueiro assim avaliou a atitude de Pedro Biló ao recebê-los: "*Apareceram no Pedro Biló, se apresentaram ao Pedro Biló. Pedro era muito valente, mas nesse tempo, dessa vez, não matou mais*

---

[372] Histórias correntes no alto rio Envira atribuem essa postura de de Pedro Biló em relação aos "índios brabos" ao fato de sua mãe ter sido morta por eles. José Carlos dos Reis Meirelles, sertanista que trabalha nessa região desde 1987, há sete anos na condição de chefe da Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPEE), em entrevista de 2004, concedida a Maria Elisa Guedes Vieira, faz alusão a esse fato: "(...) *Barraca Velha, onde morou o pai do Pedro Biló, aquele matador de índio, o velho Biló. Ele desceu lá pro seringal Califórnia, deixou as mulheres e os filhos lá, e os "parentes"* [os brabos] *foram lá e mataram a mulher dele. Por isso que ele virou matador de índio*" (Meireles, FPEE, 2004). Em sua dissertação, Edviges Ioris (1996: 151), também reproduz trecho de um diálogo gravado no rio Envira, em sua pesquisa de campo, sobre esse mesmo tema: "(...) *era enfatizado que sua "raiva de caboclo era porque eles tinham matado sua mãe"* (...)".

[373] Schultz & Chiara (1955: 197) fornecem informações sobre a existência de oito aldeias, com populações que variavam entre 20 e 120 pessoas, e um total de entre 450 e 500 Kaxinawá, quando de sua pesquisa no alto rio Curanja em 1951. Kensinger (1965: 5; 1967: 6; 1975: 11; 1995: 270), McCallum (1989: 67), Lagrou (1991: 20), Keifenheim (1997: 144) e Montag (2002: 61-2; 66-7, passim) fazem referências à migração de parte das famílias Kaxinawá para o alto rio Envira, devido a surtos epidêmicos que teriam resultado da intensificação dos contatos, procurados pelos Kaxinawá, junto a regatões peruanos, intermediados por índios (Marinawa e Jaminawa), para obter instrumentos de trabalho e mercadorias. Ao chegar pela primeira vez no rio Curanja, em 1955, Kensinger constataria a existência de apenas duas aldeias, habitadas por 91 Kaxinawá. A visita coincidiria com a volta de parte das famílias que haviam saído para o rio Envira; outras retornariam ao longo da década seguinte. Entrevistas com Sueiro Cerqueira Sales (1979; 1991) e Agostinho Manduca Mateus (1992, 1995) relatam a passagem dessas famílias Kaxinawá pelo rio Envira, seu encontro com Pedro Biló, as formas pelas quais chegariam ao rio Jordão, onde reencontrariam parentes separados fazia quatro décadas, e que julgavam terem sido mortos, e as razões (dentre elas, o "cativeiro" dos patrões e a "carestia" de mercadorias) que levaram a maioria a voltar ao rio Purus pouco depois, ainda que algumas optassem por permanecer nos seringais no rio Jordão.

gente" (Sueiro Sales, Depósito Natal, 1991). É nesse episódio que na história contada pelo próprio Pedro Biló ganha fundamento a possibilidade de afirmar uma outra faceta de sua trajetória, a de "amansador" de índios. "*Eu amansei muitos caboclos brabos aqui nesse rio Envira. (...) Trabalhei foi muitos anos para o Padrinho Custódio Prado e Madrinha Neusa Prado nesse negócio de amansar caboclo brabo*", diz Pedro na entrevista de 1981, ao referir-se, não só aos Kaxinawá, mas às longas relações de patronagem e tutela com os Katukina (Shanenawa), Ashaninka e Madijá.

Em 1976, aos 58 anos, Pedro Biló seria preso e algemado, por uma equipe da Polícia Federal em sua casa, no alto Envira, onde pouco antes fora visitado pelo indigenista José Porfírio de Carvalho, recém chegado ao Acre para instalar a primeira Ajudância da Funai. Conduzido à sede da Polícia em Rio Branco, onde prestou depoimento, reconheceria ter participado de "correrias" promovidas por seus patrões, nas quais grande número de índios acabara morto. Instruído por seu advogado, afirmaria, contudo, que esses fatos teriam acontecido fazia 35 anos ou mais, pelo que foi liberado pela Justiça Federal, sob o argumento jurídico da prescrição dos crimes (Pereira Neto, 1996: 66; Revista *Outras Palavras*, 2000)[374].

À diferença de Pedro Biló, Felizardo terminaria sua trajetória profissional no Alto Juruá com o reconhecimento de autoridades de governo, seringalistas e comerciantes. Poucos anos mais tarde, teria os serviços prestados como "catequista de índios" (e como "guia" da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites) reconhecidos pelo

---

[374] Segundo Porfírio de Carvalho, as principais razões que o levaram a solicitar a prisão de Pedro Biló foram sua "fama" de "matador de índios profissional" e a captura de índias para usá-las sexualmente e vende-las aos seringueiros (Revista *Outras Palavras,* op. cit.). Em 1981, Pedro Biló demonstraria ressentimento pelas acusações recebidas à época, por não ter ele sido o único a ter realizado "correrias", inclusive os "índios mansos" as fizeram, todos "mandados" dos patrões, a quem identificou como os "verdadeiros culpados" e quem, por "serem ricos", permaneceriam imunes às perseguições, livres, inclusive, para vender seus seringais a grupos econômicos do sul do país. E tornaria explícita sua mágoa por, após tanto trabalhar para os patrões, o governo federal (o 7º Batalhão de Engenharia e Construção, na aviventação dos marcos da fronteira com o Peru, e a Petrobrás, nos estudos de prospecção de petróleo nas cabeceiras dos rios Envira e Tarauacá) e os representantes desses grupos "paulistas" (Atalla-Copersucar e Atlântica Boavista), encontrar-se perseguido e desamparado em sua velhice: "*E o que foi que eu ganhei com isso? Nada! Só doença, só malária e fui até perseguido pela Funai. Por que a Funai não persegue os patrões dos seringais, que mandavam fazer as correrias, e só persegue eu, que sou um pobre coitado, um velho que não estou nem enxergando direito? Certo, houve correrias! Mataram muitos índios aqui no Acre. Mas, os culpados são os patrões dos seringais, não sou eu, não. (...) Eu só ia para onde era mandado pela minha madrinha Neusa Prado de Azevedo. Hoje, eu sou amigo dos Kampa, dos Kulina, dos Katuquina e dos Kaxinauá (...) a Funai, em vez de me perseguir, deveria era demarcar as terras dos índios (...) Nasci e me criei nas matas. Conheci cada grutião de mata de suas cabeceiras. E aqui estou, velho, com 63 anos, e nem aposentado do Funrural eu estou. Da vida só fica mesmo a fama*" (Aquino, 1987)

Congresso Nacional e pelo presidente Juscelino Kubitschek, com base nos documentos por ele apensados ao pedido encaminhado ao deputado José Guiomard dos Santos[375].

Para os Kaxinawá, por sua vez, o seu reconhecimento como "catequizador" adviria da "proteção" prestada inicialmente contra as "correrias", mas também de iniciativas para gradualmente incorporá-los aos trabalhos nos seringais, marcando uma linha de continuidade com as práticas de Ângelo Ferreira da Silva:

> "*Os que matavam eram os outros, mas o Ângelo Ferreira mais o Felizardo faziam era amansar pra trabalhar. No que ficaram lá, com Ângelo Ferreira e depois com Felizardo, ficou trabalhando todo mundo ali junto, tudo Kaxi. Ficou conhecido como catequizador, que amansou. Não deixou ninguém matar mais, maltratar. Tiveram muito tempo com ele, com Felizardo*" (Sueiro Cerqueira Sales, Seringal Minas, 1994)

Homem de "oração forte"

Em sua pesquisa, o professor Joaquim Paulo de Lima (Maná Kaxinawá, 1999) faz referência a outro atributo de Felizardo que fundamentava a confiança e o respeito que os Kaxinawá lhe dedicavam. Segundo Joaquim Maná afirma ter ouvido de parentes da geração de seus pais, os Kaxinawá acreditavam que Felizardo era possuidor de "poderes mágicos", que lhe permitiam "esconder-se sem deixar rastro", "passar sem ser notado" e não ser alvejado por armas de fogo, atributos que davam confiança aos Kaxinawá ao se engajarem com ele nas atividades da "polícia de fronteira"[376]. Numa entrevista em 2005,

---

[375] Dentre os documentos apresentados por Felizardo ao governo do Território do Acre e depois ao deputado José Guiomard dos Santos, para gestionar a obtenção de uma pensão, consta um "Atestado de Conduta" lavrado pelo Delegado de Polícia de Cruzeiro do Sul, Alfredo Silva, devidamente carimbado com as Armas da República, no qual se lê: "*Atesto que, nesta Delegacia de Polícia, nenhuma nota se registra em desabono da conduta moral e civil de Felizardo Avelino de Cerqueira, brasileiro, cearense, catequizador de índios, 69 anos de idade, casado, domiciliado e residente neste município. Cruzeiro do Sul, 4 de novembro de 1955*". A inclusão desse documento reforça a importância atribuída por Felizardo à legitimação de sua trajetória como "catequizador de índios", não só pelos seringalistas e comerciantes com os quais trabalhara ou com outros patrões seus conhecidos, mas também pela autoridade policial do município onde exercera suas atividades, como arrendatário de seringal, no rio Breu, nas duas décadas anteriores. Estes documentos, por outro lado, permitem dimensionar os sentimentos de mágoa e ressentimento expressos por Pedro Biló, após ter sido, no seu entender, injustamente acusado, por ter trabalhado a "mando dos patrões", e perseguido pela Polícia Federal e a Funai, órgãos do governo federal, para o qual trabalhara em diferentes períodos.

[376] Em entrevista recente, o professor Noberto Sales atribuiria a Felizardo algum "poder espiritual" que lhe permitia entrar nas malocas: "(...) *ele era estudante, aprendeu a andar na mata, a se esconder, ele tinha algumas coisas, alguns poder, espiritual. Quando chegava na maloca entrava sem barulho, tirava todas as armas, ou então cortava as cordas das armas, dos arcos, as linhas dos arcos. Aí, de manhã, começava aquela guerra. Não é matar. O pensamento dele era pegar, para amansar. Agora, tinha muitas pessoas que matava muito. Agora, esse daí, Felizardo, não matava não*" (Noberto Sales, Tenê Kaxinawá, Rio Branco, fevereiro de 2007). Outro professor, Tadeu Mateus, atribuiria à "oração" essas habilidades de Felizardo: "*Diz que ele é homem religioso. Pode passar perto da pessoa, não consegue se ver ele. Ele ia perto das pessoas que não têm contato, os índios isolados, ele ia lá para ver qual era o movimento deles (...) Na religião, no estudo do branco, tem muito isso que se chama de oração. Diz as palavras de nosso Pai, Jesus Cristo, e quem tem tudo, para se defender, às vezes para se defender do inimigo, às vezes con-*

em meio às respostas às minhas indagações sobre como os Kaxinawá haviam concebido Felizardo quando com ele viviam no seringal Revisão, Romão Sales assim comentou sobre algumas das práticas que presenciara Felizardo exercer: "(...) *Era o magnetismo. O magnetismo parece que é espiritismo. Ele se concentrava, rezava pra ir dormir. A gente dormia mesmo. Ele cantava. Era caboclo mesmo, caboclo guerreiro, caboclo flecheiro. Tinha muita coisa mesmo*" (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, 28/5/2005). Surpreso com meu pedido para que se estendesse um pouco mais sobre esse tema, Romão sorriu e retomou outro assunto.

Essas informações motivaram-me a proceder com uma pesquisa exploratória sobre as práticas religiosas e espirituais de Felizardo, na tentativa de identificar pistas que permitissem relacioná-las aos "poderes mágicos", às "orações" e às "muitas coisas" a ele atribuídas pelos Kaxinawá durante a convivência que com ele mantiveram. Indicações relevantes surgiram, em 2006, na leitura de trechos pontuais do relatório biográfico de Felizardo e na conversa com suas filhas, Donas Yeda e Maria Luiza, no Rio de Janeiro. Um conjunto de outros materiais foi então pesquisado para tentar contextualizar essas informações.

Segundo suas filhas, Felizardo sempre foi homem profundamente religioso, "temente a Deus", e tinha por costume fazer preces diárias. Em 1925, seria reconhecido com o título de mestre na Loja Maçônica "Libertadora Acreana N° 4"[377]. Desligar-se-ia da maçonaria pouco depois, contudo, por não sentir-se à vontade com o caráter restritivo dos trabalhos e com "o segredo" exigido dos seus participantes. Já morando em Cruzeiro do Sul, onde em 1927, após finalizar sua participação como mateiro na Comissão Mista Demarcadora de Limites, se casaria com Alzira de Souza, Felizardo passou a fre-

---

tra negócio. Principalmente para se defender. Ele sabia todo esse tipo de coisas " (Tadeu Mateus, Siã Kaxinawá, Rio Branco, fevereiro de 2007).

[377] Essa Loja fora fundada em Vila Seabra a 13 de julho de 1913, e era a quarta a ser criada no Território do Acre, dez anos após a instalação da primeira, na cidade de Xapuri. Diz Tastevin (1926: 35-6) sobre certos aspectos da vida religiosa dos habitantes de Seabra em 1924: "*Par les liens de l'habitude et de l'hérédité, tous les habitants de la ville e des environs, à l'exception des Orientaux, se réclament de l'Eglise catholique.Ils en prennent à leur aise avec de dogme et la morale, marient sans scrupule le Pape avec la franc-maçonnerie, le catéchisme romain avec le spiritisme et la soi-disant libre pensée, mais ils se retrouvent tous autour de l'autel et aux pieds des statues pour les cérémonies du culte. Et cet exemple a tellement d'influence que même les Orientaux druses et musulmans se laissent entraîner sur la méme voie. On le vit bien à la fête de Saint-Joseph qui rassembla tant de monde, qu'on n'vait jamais vu pareille foule dans Séabrá: beacoup de figures étaient inconnues; on se demandait s'ils n'étaient pas sortis de terre*". Nesse trecho, Tastevin faz também alusão ao novenário em homenagem a São José, padroeiro da cidade, cuja organização ele próprio coordenara durante sua estadia em Seabra. À época, os missionários da Congregação do Espírito Santo, com apoio das autoridades municipais e da imprensa, mobilizavam ampla campanha de arrecadação de recursos, junto aos comerciantes e figuras destacadas da sociedade local, bem como outros eventos (quermesses, bingos e sorteios), para a construção da sede da Paróquia de São José (*A Reforma*, Cidade Seabra, Ano VII, N° 294 e 295, 9 e 16/3/1924).

qüentar o "Círculo Esotérico Comunhão do Pensamento", onde se reuniam, dentre outros, seguidores do espiritismo kardecista. Sua presença era aguardada e respeitada no Círculo. Nas "sessões de mesa", abertas com a "Prece de Cáritas", várias entidades espirituais se manifestavam, incorporando e operando em participantes com dons mediúnicos, e almas desencarnadas eram doutrinadas no caminho da luz[378]. Mesmo após 1934, quando voltou a trabalhar na floresta, primeiro no Alto Juruá peruano e depois no rio Breu, sua presença era requisitada nas sessões do Círculo, durante suas estadias em Cruzeiro do Sul, onde visitava sua família, entregava a produção do seringal que arrendara, acertava contas com seu patrão, Quirino Nobre, e fazia novos aviamentos de mercadorias. Felizardo trabalhava habilmente com a hipnose, individual e coletiva. Segundo Dona Yeda, costumava usar essa técnica inclusive com seus familiares, procurando ajudá-los a identificar e a esclarecer preocupações corriqueiras e auxiliá-los a progredir em suas trajetórias espirituais pessoais[379].

---

[378] O jornal *O Rebate*, de Cruzeiro do Sul, a 21 de setembro de 1927, deu conta da perigosa expansão do culto dedicado ao "Príncipe Jurema", iniciado anos antes e ainda chefiada por Chica Prestes, no qual se fazia a ingestão da jurema, bebida utilizada por vários grupos indígenas na região Nordeste (Pessoa, 2007: 218-19; 256-57). O jornal noticiou uma recente ação policial que, com o objetivo de reprimir esse culto, cercara a casa de Chica Prestes, levara os participantes da sessão à delegacia e resultara na instauração de inquérito judicial, visando a punição dos acusados de promover "*uma série de atentados à ordem e moralidades públicas, praticada pela detestável seita, à sombra do falso espiritismo que pratica*" (apud Pessoa, 2007 : 218). Em aberto apoio a essas medidas, diz ainda a matéria: "*Não é de hoje nem de ontem que há a necessidade de uma enérgica intervenção da autoridade, atinente a abolir de nossos costumes, o culto da jurema* (...) *O peor é que tais práticas não se retringem à casa de Chica Prestes. Em muitos pontos desta cidade e do interior se lhe tem criado sucursuais*". Entrevistado pelo teólogo e filósofo Enock da Silva Pessoa, Gilberto Correia da Silva, que junto com seus irmãos participara desses rituais, confirmaria que Felizardo freqüentara os rituais de Chica Prestes e que, em 1934, na Vila Humaitá, no rio Moa, atuava como "líder" e "guia espiritual" em sessões semelhanes: "*Felizardo abria a corrente com todas as pessoas presentes, de mãos dadas, dizendo: eu chamo pela castidade de João e pela força de Sansão, e jogava simbolicamente aquela força nas pessoas com as mãos. Os presentes, na maioria mulheres, caiam no chão e mudavam de voz, Algumas que tomavam a bebida vomitavam* (...)" (apud, 2007: 257). Por sua vez, Pessoa aponta para a existência de pessoas "adeptas do espiritismo kardecista" em Cruzeiro do Sul em fins dos anos de 1920, cujas atividades eram via de regra negligenciadas na imprensa local (2007: 219), para a primeira menção nos jornais "a um culto afro-brasileiro com raízes no Nordeste" (ibid: 256) e para as evidentes semelhanças, no que diz respeito aos "elementos naturais", entre o culto da jurema e as que hoje permeiam a doutrina do Santo Daime (ibid: 257). Dada a total inexistência de menções posteriores à prática de religiosas que teriam feito uso da jurema no Alto Juruá, e mesmo, salvo engano, da presença dessa espécie de acácia nas florestas da região, parece válido se perguntar se não teria sido a ayahuasca aquela bebida utilizada nos rituais.

[379] Em sua biografia (Cerqueira, 1958: 163-4), na única referência que faz ao uso dessa técnica, Felizardo narra uma sessão de hipnose coletiva, na qual os participantes foram "levados" às cabeceiras do Batã, afluente do rio Javari, para saber do paradeiro de três mulheres peruanas, pouco antes capturadas por índios Nukini, após matarem seus maridos, fregueses de um patrão espanhol, José Lorena. Assim descreve Felizardo os procedimentos adotados nessa ocasião, seus fundamentos esotéricos e os resultados logrados: "*Eu com o auxilio de estudo do esotérico, pude descobrir em mim uma força que vulgarmente chamam-lhe de magnetismo. Esta força vem desde criança, mas, eu ignorava completamente e só muito tarde foi que pude ir percebendo, mas, mesmo assim, em muitos casos, eu por não compreendê-la dava-lhe o nome muito vulgar que quase todos ignorantes aplica (Diabo)* (...) *quando não é outra coisa esta força senão o verdadeiro Deus. Vibração em auxilio a própria humanidade.* (...) *E como nesta ocasião encontrava-se para mais de 20 pessoas presentes, eu procedi a uma hipnotização em todos que ali estavam. Sendo que 4*

É difícil assegurar se Felizardo costumava fazer uso dessas práticas em meio aos Kaxinawá, no período em que conviveram em Revisão. Até então, é plausível afirmar, Felizardo era cristão devoto e freqüentava a Maçonaria quando suas atividades na floresta permitiam. Com os Kaxinawá aprendera a apreciar o *nixi pae* (a ayahuasca), que tomava com eles em rituais que incluíam o consumo de rapé de tabaco. Seria também reconhecido como bom "rezador", e exerceria esse "dom" para tratar, nos Kaxinawá e nos carius, de todas as idades, "males de reza" (como ventre caído, peito aberto, quebrante, mal olhado, derrame, vermelha, tumor, caroço, inchação, desmentidura, dor de cabeça, cobreiro e dor de dente)[380].

As informações de Romão e Getúlio Sales sobre essas práticas de Felizardo se referem, por sua vez, ao período, nos anos de 1940, em que Felizardo se tornaria arrendatário e patrão do seringal Busnã, no alto rio Breu, e Sueiro e seus irmãos, dentre eles Romão, com ele trabalhariam como seringueiros. Fora durante os anos que viveu de maneira mais permanente em Cruzeiro do Sul, na década anterior, que Felizardo desenvolvera uma maior consciência esotérica e aprimorara seus estudos, despertando para temas, saberes e práticas que marcariam sua trajetória espiritual até o fim de seus dias. A presença e a participação de índios Kaxinawá em sessões em que Felizardo fazia uso do hipnotismo, rezava, cantava e invocava "caboclos" ocorreu, pelo menos no rio Breu,

---

deles não foi atingidos pela hipnose. Levei-os ao estado sonambúlico, e pude conduzi-los pela auto-sugestão (..) e pela visão mental, todos de uma só vez foram em comunhão de pensamento onde estavam as ditas peruanas. No grupo hipnótico havia um homem por nome José Leonardo que se fez guia dos demais hipnotizados, e por esse meio foram todos em número de 16 à maloca dos Nucu-ininș, onde estava lá como chefe um peruano místico por nome Aságama, da tribu Cheberos, que por ser valente não queria convencer-se que era necessário entregar as peruanas. Mas fizemos resistência e fizemos uma serie de ameaças até que por ultimo cedeu-nos o nosso pedido. Quer dizer, tudo isso foi feito sob uma ação magnética sugerida que surtiu efeito verdadeiramente satisfatório. Pois passados uns 15 dias, não veio as três peruanas porque uma adoeceu gravemente e morreu de catarro, mas duas os índios vieram pô-las bem perto da foz do Galvo, um dos afluentes da margem esquerda do rio Javary.(...) Eu quando tive o verdadeiro conhecimento das minhas forças internas, tratei de estar sempre em contato direto que cujas freqüências me foi coerente com as mesmas. Tenho hoje um conhecimento acima de todos meus sentimentos e vejo claro como a luz do dia que a terra muito necessita que o homem cultive esta fonte luminosa que dará aos homens um verdadeiro esclarecimento da verdade pura. Dizem os homens, que já estão esclarecidos "Conheça a verdade, a verdade libertar-te-á". Os esplendores da força magnética que achava acumuladas em todos os corpos que gravitam no cosmo, é a causa única de todos os fenômenos que vulgarmente chamam milagre ou sobrenatural. Milagre ou sobrenatural não existe, jamais existiu neste planeta, não há exemplo que possa-se constatar tais fenômenos. O que sempre toda vida existiu e existirá é uma força que o vulgo sempre ignorou e que tem sido ela manejada por homens como Moisés, Josué, Zoroastro, Jesus e muitos outros grandes iniciados. Onde ela foi mais estudada e praticada foi no Egito, Grécia, Assíria, Fenícia, Babilônia, Tiro, Alexandria e muitas outras, trazendo à terra um esclarecimento admirável. Mas, os homens sempre conservaram-na debaixo de um sigilo aterrador, dando origem às embrutecidas censuras da ignorância da parte de quem não conhece (...)".

[380] Sobre as atividades e importância dos "rezadores" nos seringais, ver Barbin Jr., 1996, 1999. Sobre a importância dada a mulheres indígenas que, em meio aos brancos, trabalhavam como parteiras, curadoras e erveiras, consultar Tastevin, 1926; Araújo, 1998; Wolff, 1999; e Pantoja, 2004.

como atestou Romão[381]. Os contextos e as formas como esses saberes e práticas eram exercidos por Felizardo, como foram interpretados pelos Kaxinawá e, ainda, como estavam inseridos nas relações que certas famílias então mantinham com ele, são questões, todavia, que merecem maior atenção e aprofundamento em futuras pesquisas.

As considerações dos Kaxinawá quanto às "orações" e às práticas espíritas atribuídos a Felizardo permitem, todavia, levantar outras questões: Elas contribuíram para a crença, generalizada entre os Kaxinawá, outros indígenas e muitos "civilizados" de que Felizardo, assim como outros personagens da época, era possuidor de um carisma e de atributos extraordinários? Se, segundo essa crença, eram também esses poderes que haviam permitido que tornasse um "afamado" mateiro e "catequizador de índios", que experiências e técnicas, segundo o próprio Felizardo, legitimavam e possibilitavam-lhe exercer essas atividades?

Conforme já discutido num capítulo anterior, Felizardo considerava-se "predestinado" a cumprir uma "missão" outorgada por Deus, com o objetivo de trazer "proteção" e a "catequese" aos "índios", o bem-estar aos "civilizados" e a prosperidade ao Território do Acre. Por outro lado, vale também lembrar que Felizardo seria, em várias ocasiões, concebido ora como "um divino" ora como um "diabo" ao chegar às malocas e depois como "protetor", capaz de pôr fim às "correrias", enfrentar caucheiros, "amansar" "índios brabos" e escapar ileso das intrigas, ameaças e emboscadas preparadas contra sua vida, tanto pelos "civilizados" como pelos próprios índios.

O uso da "oração forte" e o "corpo fechado" foram atribuídos a outros personagens reconhecidos como "catequizadores" ou como "matadores" de índios. Assim como Felizardo, Pedro Biló seria mais um, talvez o principal, deles. Novamente, um contraponto entre esses dois personagens possibilita elucidar diferenças e semelhanças nas suas trajetórias, na forma como foram concebidos pelos Kaxinawá e por diferentes atores e nas representações sobre as quais suas respectivas "famas" foram construídas.

---

[381] Em entrevista mais recente, Getúlio Sales, filho de Sueiro, também falaria sobre "rezas" e técnicas de hipnose usadas por Felizardo durante tratamentos feitos à época em que morou no rio Breu, na década de 1940: "*Curador ele era, mas não era com remédio, ele rezava. Não era bem reza, era negócio de espírito. Eu mesmo não vi, mas ouvi dizer. Mas, com meu pai, diz que estava doente, curou. Diz que estava muito doente. Disse pra ele: "Rapaz, eu vou te curar". Diz que Felizardo estava curando muita gente, mas meu pai duvidava. Diz que começou a rezar e meu pai ficou com sono. Ficou sentado, ficou que nem se está dormindo, rezou e que meu pai acabou que ficou bom*" (Getúlio Sales, Tenê Kaxinawá, Rio Branco, agosto, 2007). Já em final dos anos de 1930, no alto Juruá peruano, quando trabalhava na "proteção e segurança" das turmas de madeireiros aviadas de seu patrão Quirino Nobre, Felizardo relata ter trazido de volta à vida um Kaxinawá, que, após ser atingido por uma tora de madeira, havia sido levado à sua presença por outros quatro índios Ashaninka: diante da estupefação dos índios e dos demais presentes, Felizardo diz ter realizado uma "operação", aplicando-lhe uma fricção com banha quente em todo o corpo e chamando, em voz alta, o espírito do índio dado como morto pelos demais (Cerqueira, 1958: 167-68).

O depoimento de um seringueiro do rio Envira, transcrito por Terri Valle de Aquino (1977: 43), ressalta uma visão generalizada naquela região, a de que as "orações" de Pedro Biló permitiam-lhe fazer "correrias" contra as malocas sem ser pressentido: "*Pedro Biló não amansava caboclo não. Pedro Biló matava era muito caboclo. Ele andava no mato e não deixava vestige. Entrava no cupichaua dos caboclos brabo e cortava as corda toda dos arcos e caboclo nem dava fé. Depois ele chamava os homi e cercavam o cupichaua e aí fazia fogo. Pedro Biló é um home cheio de oração*". Em 1977, a primeira edição do jornal *Varadouro*, numa série de reportagens que, dentre outros temas, denunciava as "correrias" havidas durante a implantação dos seringais, novamente destacaria "encantos" atribuídos a Pedro Biló[382]. Em sua dissertação, Ioris (1996: 151) atesta ter ouvido, durante suas pesquisas no rio Envira e na cidade de Feijó, várias referências a Pedro Biló como homem "corajoso", "de fé", que "não tinha medo de caboclo" e "sabia andar no mato", e que teria "o corpo fechado", pois as flechas não o atravessavam.

Na entrevista concedida a Terri Valle de Aquino e José Carlos dos Reis Meirelles em 1981, quando perguntado se, como era amplamente comentado, possuía "muitas orações", que lhe permitiam "tornar-se invisível" junto com as demais pessoas que o acompanhavam, "andar pela mata sem se perder" e "entrar no cupichaua dos índios e cortar as cordas dos arcos sem ser notado", Pedro Biló, rindo, desmentiria esses atributos, ao considerá-los meros boatos, "conversa do povo": "*Eu conheço essas histórias. Isso é tudo conversa deles. Conversa de quem não tem o que dizer. Depois que eu cheguei em Feijó o povo tem contado muitas estórias de mim. (...) Isso é conversa do povo. Pessoal conversa demais. Quem sabe alguma coisa não fica dizendo o que sabe. E, quem sabe muito, sabe que não sabe nada*" (Aquino, 1987).

Em seu relatório biográfico, Felizardo nenhuma menção faz à ter feito uso de "orações" durante os anos em que viveu junto com os Kaxinawá nos rios Envira e Jordão. À semelhança de Pedro Biló, Felizardo ressalta que, desde a sua chegada ao Território do Acre, gradualmente adquiriu, "por conta própria", os conhecimentos e habilidades

---

[382] Dizia a matéria: "(...) *foi no Envira que cresceu a figura principal das "correrias", Pedro Biló, que de tão desumano, brutal e sagaz, tornou-se quase mística. Dizia-se que aparecia e desaparecia nas matanças, que tinha encantos e era de paz com o diabo. Podia transformar-se em cascavel para envenenar suas vítimas ou em sucuri para atravessar pântanos nas suas rastejadas. Virava ventania, estava ao mesmo tempo em muitas partes, fulminava pessoas a distância, com seu olhar de cão, e quem o tocasse poderia sucumbir sob o peso de estranhas e terríveis maldições*". ("Correrias. As mulheres corriam e eram fuziladas ou capturadas". *Varadouro. Um jornal das selvas*. Rio Branco, Nº 1, maio, 1977, pg. 10-11).

que lhe permitiram tornar-se "mateiro" e "catequista de índios", profissões pelas quais obteria sua pensão do governo federal em 1959.

No que diz respeito ao seu ofício de "catequista de índios", Felizardo também torna claro, ao longo do relatório, que a experiência acumulada nas muitas incursões às malocas, nas ações de fiscalização e vigilância, na "pacificação" e "acomodação" de situações conflituosas e na "catequese" dos índios com os quais conviveu mais prolongadamente, eram as qualificações que lhe permitiram desempenhar sua "missão" com a necessária maestria. "*Os índios são inteligentes, sabem camuflar os incautos. Só não enganavam a mim, porque eu, com o tempo, aprendi todos os seus costumes, as táticas das suas mais sutis experiências. Os índios sabiam que como Felizardo nenhum outro, nem mesmo o índio, tinha os conhecimentos que eu aprendi na prática*" (Cerqueira, 1958: 117), diria, por exemplo, ao relatar uma situação em que procurava encontrar a direção de fuga tomada por um grupo de índios após roubarem uma colocação.

Assim como Pedro Biló, Felizardo tampouco atribuiria a quaisquer "orações", ou "poderes mágicos", mas sim à sua experiência prática, os conhecimentos e o savoir-faire necessários às atividades que desenvolveu ao longo de sua trajetória profissional. A crença dos Kaxinawá sobre aqueles poderes de Felizardo, derivada de sua habilidade de chegar às malocas dos "índios brabos", confrontar os peruanos e comandar a "polícia de fronteira", sem nunca ter sido gravemente ferido, bem como das práticas religiosas e espíritas que o viram exercer e de seu reconhecimento como bom "rezador" e ayahuasqueiro, era sentimento que parece ter contribuído, em diferentes contextos, para balizar e reforçar o respeito que lhe dedicam até o presente.

FC: a marca de Felizardo

Em seu relatório, Felizardo dá indicações de que os Kaxinawá foram aquele grupo junto ao qual suas ações de "catequese" obtiveram resultados mais consolidados - apesar de reconhecer que "*Em caso algum me foi tão difícil a catequese quanto esta tribu*" (Cerqueira, 1958: 42). Ao contabilizar os resultados de seu trabalho como "catequista de índios", Felizardo diria: "*Todos os índios que foram mansos por mim, que são superior a três mil, deixei-os na mais perfeita "Liberdade". Não há prova concludente que desminta esta verdade*" (1958: 102). Destaque é aí dado por Felizardo, sugiro, ao resultado de suas ações voltadas para a "acomodação" de situações marcadas por conflitos e violências, com o estabelecimento de acordos que resultariam no cessar, ainda que temporário, das "correrias", dos roubos e das mortes, em salvaguardas para a "proteção" dos

índios e na possibilidade de aproveitamento pelos "civilizados" de áreas ricas em borracha e caucho.

Na carta enviada ao deputado federal José Guiomard dos Santos em 1955, Felizardo, diferentemente, especifica ter "catequizado" "para mais de trezentos índios" (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12238). Este número, cabe ressaltar, coincide com o total aproximado dos Kaxinawá que com ele permanecera após a diáspora no rio Envira, o acompanhara na mudança ao alto rio Tarauacá e com ele se estabeleceu e trabalhou no seringal Revisão.

Felizardo tinha por hábito marcar suas iniciais, FC, no braço de homens, mulheres e crianças por ele "amansados". Assim aconteceu com parte dos Kaxinawá e com outros índios que, enquanto Felizardo esteve em Revisão, ali chegaram, "pegos" em rondas da "polícia de fronteira" ou por circunstâncias de suas trajetórias pessoais. Uma única menção a essa prática é feita por Felizardo em seu relatório[383]: "*Eu tinha o hábito de marcar todos os índios com as letras FC e o número de ordem que fosse amansando*" (Cerqueira, 1958: 172). Em mais de uma ocasião, Sueiro comentaria que Felizardo tinha por hábito registrar, num caderno, "grande, de capa dura", os nomes e as datas de nascimento dos índios que marcara.

Em depoimento em meados dos anos 1970, parcialmente transcrito na dissertação de Terri Valle de Aquino, Sueiro destacara que vários Kaxinawá haviam sido assim "marcados": "*Felizardo amansava caboclo e depois botava a marca dele para saber que era dele, que foi ele que amansou. O Nicolau Costa, o Regino, Romão Sales, o Valdemar Damião, esses caboclos mais velhos tudo, ainda carrega essa marca no braço. Picava o braço com quatro agulhas e passava a tinta, que é jenipapo misturado com pólvora e tisna preta de sernambi*" (Aquino, 1977: 44)[384].

---

[383] Felizardo faz então essa referência quando da marcação dos índios "Mixinawa", quando, nos anos de 1934-1935, trabalhou na foz do rio Vacapistea, afluente da margem esquerda do alto rio Juruá, como "segurança de turmas de madeireiros", aviadas por seu então patrão, Quirino Nobre, ex-representante da casa aviadora Nicolaus & Cia. no Alto Juruá e, à época, proprietário de sua própria casa comercial, a Quirino & Cia, e dono de todos os seringais antes pertencentes àquela casa aviadora (Cerqueira, 1958: 168-73).

[384] Em caderno de campo que resultou de sua viagem ao rio Jordão em 1981, por sua vez, Terri assim escreveu: "*Nesta viagem tirei várias fotos de velhos Kaxi que trazem no braço a marca FC (Felizardo Cerqueira), feitas com tisna de poronga, misturada com pólvora. Amarrava 4 agulhas e pinicava com a tinta desta mistura. Aqui no Jordão quem tem esta marca: João Pereirinha e seu irmão Regino Pereira, Nicolau Costa, Valdemar Damião, João Sereno, velha Cecília (mãe do Irapuã Caxambu), velha Alzira (uma das três mulheres do Nicolau Costa). Essa marca era feita para dizer que pertencia a aquele patrão Felizardo e não podia trabalhar para outro patrão. Além desta marca FC, vê-se as iniciais dos nomes pessoais em português dos índios e em alguns tem até a data do nascimento*" (Aquino, Caderno de campo, 1981: 39v-40). Duas fotografias tiradas por Terri, uma nessa viagem e outra em 1992, incluídas no Anexo Fotográfico desta tese, mostram dois velhos Kaxinawá, ambos moradores de seringais no rio Jordão, com os braços marcados com as iniciais FC.

Minhas primeiras conversas com alguns dos Kaxinawá mais idosos, em começo dos anos 1990, serviram para dissipar minha suposição de que Felizardo, após capturá-los em "correrias", havia marcado-os como animais e os mantido sob seu domínio, na condição de "escravos", mediante violências e coerção. Na primeira entrevista que me concedeu em 1991, Sueiro referiu-se a Felizardo como o "primeiro catequizador" dos Kaxinawá, destacando os benefícios que haviam resultado de um relacionamento construído ao longo de quase vinte anos de convivência nos rios Envira, Tarauacá e Jordão. E afirmou que muitos Kaxinawá haviam consentido com que Felizardo os marcasse, pois fora ele quem os "amansara"[385] e com ele trabalhavam fazia muitos anos.

Numa entrevista posterior, Sueiro se referiu ao que acreditava ser o objetivo principal dessa "marcação":

> *"Tinham ele como um pai, o Felizardo. E ele marcava, marcava com FC, como que fosse tudo dele, pra todo mundo saber. Todo Kaxi tinha a marca dele, porque foi ele que amansou. Felizardo era muito bom para nós. Era bom demais. Como o índio é danado para ir trabalhar com o outro, foi por isso que marcou, como tatuagem, marcava. Quando um índio saía para um canto, Felizardo dizia que era dele, que trabalhava com ele, com a marca dele. Os índios sofriam muito na mão dos outros patrões. Quando índio aparecia por lá, Felizardo ia buscar, levava de volta"* (Sueiro Cerqueira Sales, Seringal Minas, 1994).

Num contexto em que os patrões continuavam a defender a realização de "correrias" contra os selvagens "Papavô", a marcação tornava explícita, aos olhos dos "civilizados", a condição de "mansos" dos Kaxinawá. Por outro lado, a marca inscrevia na pele dos Kaxinawá uma exclusividade que Felizardo pretendia exercer sobre as famílias que "amansara", mantenda-os agrupados no seringal Revisão e dispondo da mão de obra dos homens. Tomando por referência as idades dos velhos Kaxinawá que em meados dos

---

[385] Esta consideração faz lembrar, ainda, a avaliação do delegado Luiz Sombra (1913) após sua visita às malocas Kaxinawá no rio Iboiaçú, em 1905, ao mencionar o desejo expresso pelos índios de ser batizados e de receber nomes de "civilizados", "cristãos", e registrá-los em papel, iniciativas que concebiam como eficazes para proteger-se das "correrias" e violências promovidas pelos caucheiros e seringueiros contra os "selvagens", "infiéis" ou "pagãos". Nesse sentido, a marcação feita por Felizardo nos Kaxinawá pode igualmente ser vista enquanto "uma espécie de certidão de batismo", à "civilização", para fazer uso de uma expressão utilizada pelo delegado. Em entrevista recente, o professor Tadeus Mateus, Siã Kaxinawá, 31 anos, assim considerou sobre a prática de Felizardo de marcar os Kaxinawá: "*Tudo que trabalhava com ele, ele ia registrando. Ele registrava nos braços de alguns velhos Kaxinawá, que eu vi dentro do Jordão, que foi Felizardo que registrou ele, FC, assim no braço dele. Esse foi o primeiro documento dos índios*" (Tadeu Mateus, Rio Branco, fevereiro de 2007). A expressão "primeiro documento" começou a ser utilizada pelos Kaxinawá do rio Jordão a partir de meados dos anos 80, ao se referirem à certidão de batismo, lavrada pelos padres alemães durante as "desobrigas", e ao registro administrativo emitido pelos Chefes de Posto da Funai em Tarauacá, por abrirem a possibilidade da obtenção dos demais documentos (carteira de identidade, cadastro de pessoa física, títulos de eleitor e de reservista), necessários à aposentadoria dos mais velhos, à contratação dos jovens em atividades remuneradas (professor, agente de saúde, agente agroflorestal indígena) e, mais recentemente, ao acesso a benefícios oficiais como o Bolsa Família e o Auxílio Gás.

anos 1970 tinham a marca de FC, parece plausível sugerir que essa marcação teria ocorrido na primeira metade dos anos de 1920, em uma conjuntura em que, com a morte do patrão José Xavier Maia e as prolongadas ausências de Felizardo, então a serviço da Comissão Mista, algumas famílias Kaxinawá tomavam a iniciativa de abandonar as cabeceiras do rio, descendo para locais abaixo da sede de Revisão, e a mão de obra indígena seria objeto de interesse de patrões de outros seringais (e inclusive de um delegado honorário do SPI, como será visto adiante).

A antropóloga Mariana Ciavatta Pantoja (2004: 139-140) apresenta outra dimensão dessa história, a partir de entrevistas e conversas com Maria Feitosa do Nascimento, mais conhecida por Dona Mariana, hoje moradora da Reserva Extrativista do Alto Juruá, filha de Regina, índia Nehenawa "pega" por seringueiros em uma "correria" contra a maloca de seus familiares no alto rio Envira, supostamente em 1911. Vinda do Envira, casada com um seringueiro cariu, Regina permaneceria por um ano no seringal Revisão, quando os Kaxinawá e Felizardo ali viviam. Dona Mariana relata que várias mulheres, de diferentes povos, foram, a exemplo dos Kaxinawá, "marcadas" por Felizardo com suas iniciais. Mas ressalta que várias se recusaram a receber a "marcação"[386]. Pantoja atribui essa recusa ao orgulho dessas mulheres de terem sido "pegas", por outros patrões ou seringueiros, na condição de "brabas", e seu desejo expresso de, por isso, diferenciarem-se dos Kaxinawá, "amansados" por Felizardo. A delimitação dessa fronteira estava também referenciada, na trajetória pessoal de Dona Regina, à reconstrução de uma rede de relações familiares com outras mulheres indígenas, nativas do rio Envira e depois chegadas ao seringal Revisão, e à valorização dessa origem, geográfica e étnica, comum, elementos também atualizados para diferenciar-se dos Kaxinawá (Pantoja 2004: 140-42; 149).

---

[386] É o seguinte o diálogo das duas Marianas, aquela que rememora essa história e a antropóloga, gravado em julho de 1998: "[Mariana Pantoja - MP] *A senhora me falou (...) de umas índias que eram marcadas pelo Felizardo Cerqueira, que a senhora conheceu. Eram Kaxinawá, essas índias que eram marcadas?* [Dona Mariana - DM] - *Era não, era índia braba, pegada.* [MP] - *Ah, é? Que ele marcava?* [DM] - *Marcava (...) se você quisesse que ele lhe marcasse, ele marcava você com o nome dele. Foi índia, se consentisse... Ele marcou uma porção de índias que não foi ele que pegou. Agora, a minha mãe não deixou! A minha mãe, a tia Maria, do Antônio do Carmo, a tia Maria do Amadeu e a tia Rita do Miguel do Gomes. Mas a Rita do Toqueiro era marcada, a finada Eva era marcada, a Ditosa, a Nega, a Elvira, a Santaninha, a Raimundona; outra Raimunda, também, que saiu no meio dos brancos, ele marcou, e... a Dalgisa, era marcada (...)* [MP] - *Mas marcava pra quê?* [DM] - *Porque era dele.* [MP] - *Mas, por exemplo, se sua mãe tivesse consentido que ele marcasse ela, ela virava dele como? Virava mulher dele?* [DM] - *Ele dizia que era índia dele, que tinha sido ele que tinha pegado. Minha mãe não consentiu. Quando ele disse: - "Regina, venha pra mim marcar, marcar com meu nome", ela disse: - "Não, não foi você que me pegou; quem me pegou foi o Joaquim Paraíba; eu nem lhe conhecia, eu era do Envira, e esses caboclos que você pega, que você marca, é aqui, do Tarauacá com o Jordão""* (Pantoja, 2004: 139-140).

Essas narrativas e os processos de redefinição étnica analisados por Pantoja, quando postos em diálogo com depoimentos e pesquisas dos Kaxinawá e com informações resultantes de minha pesquisa de campo, permitem introduzir outra questão relevante nas relações mantidas por Felizardo e seus empregados "civilizados" tanto com mulheres Kaxinawá como com outras mulheres aparentemente "pegas" em rondas da "polícia de fronteira".

Conforme destacado anteriormente, a captura de mulheres e crianças foi fato constante nas "correrias" no Alto Juruá. Esta prática constituiu forma freqüente dos seringueiros, chegados solteiros do Nordeste, conseguir mulheres para iniciar suas próprias famílias. Cristina Wolff (1999: 163-64) destaca o direito que os "pegadores de caboclo" tinham sobre o destino das índias que capturassem nas "correrias". Trocavam-nas, em certos casos, diretamente com seringueiros solteiros, muitas vezes por um rifle. O mais comum, todavia, era que as vendessem ao seus patrões, por este mesmo "preço" ou por quantidade equivalente, paga em mercadorias ou dinheiro ou creditada em borracha. Os patrões, por sua vez, vendiam-nas a seus seringueiros "trabalhadores", maiores produtores de borracha e detentores de "saldo" no barracão. Wolff especifica que em alguns casos, o montante pago por uma mulher indígena podia eqüivaler à produção de um seringueiro "médio" durante uma safra anual, ou seja, de 400 a 500 quilos de borracha.

Em pesquisa inicial para sua monografia de conclusão do ensino médio na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)[387], diz o professor Joaquim Paulo Kaxinawá:

> "*Com a vinda dos huni kui para o Jordão e Tarauacá, o Felizardo acompanhou essas famílias, por ter se juntado com uma dessas famílias. Como o Felizardo demonstrava ser o amigo dos huni kui, as magias dele de se esconder, para as armas de fogo não dispararem nele, os huni kui se sentiam protegidos para enfrentar os outros que ainda não tinham contato com o nawa (*branco*). E com isso o Felizardo Cerqueira se sentiu muito bem respeitado pelos huni kui. Com esse respeito e confiança, fez muitas correrias junto aos huni kui, para adquirir mais mulheres e homens*" (Maná Kaxinawá, 1999).

Os depoimentos e entrevistas com os Kaxinawá e o relatório do próprio Felizardo não indicam que juntos tenham realizado "correrias", mesmo com a finalidade de

[387] O tema final da monografia de Joaquim para a UNEMAT acabaria mudando, estando dedicada aos *kenê*, desenhos das tecelagens, pinturas corporais e outros artefatos da cultura material Kaxinawá. Esse trabalho seria depois publicado, como livro, em iniciativa conjunta da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e da Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (CAPEMA) (Maná Kaxinawá, 2006).

capturar mulheres ou de incorporar homens como força de trabalho aos seringais. Afora as mulheres "Papavô", remanescentes do "massacre", guardadas para os "pretensos civilizados", como diz Tastevin (1926), e confirmam os depoimentos de Romão e Sueiro Sales, escassas, contudo, são as informações a respeito das formas como homens e mulheres indígenas, de outros grupos, acabaram sendo trazidos para o Revisão, ou ali chegaram, conforme destaca Dona Mariana. O padre Tastevin faz referência a Felizardo e os Kaxinawá, realizando a "polícia de fronteira", terem encontrado, ao redor de 1920, duas mulheres Nehenawa e o filho de uma delas na mata, dois meses após seu grupo ter sido atacado por caucheiros peruanos. Uma dessas mulheres, diz o padre, teria sido transformada em "escrava" e vendida a um seringueiro branco, que a tomou por companheira (Tastevin, 1926: 49-50). Na mesma direção, em entrevista feita pelo professor Joaquim Maná com Manoel Francisco de Souza, mais conhecido por Biu Amadeus[388], este comentaria, a partir de histórias ouvidas de seu pai, sobre índios e índias "pegos" por Felizardo e os Kaxinawá, espalhados na mata, após terem sido objeto de "correrias" feitas por homens de seringais vizinhos ao Revisão (Manoel Francisco de Souza, Tarauacá, 2005).

Segundo Sueiro, Felizardo, por "ser junto" com Raimundinha, uma Kaxinawá, com quem teve filhos, constituíra relações de parentesco e afinidade com as famílias extensas que com ele viveram no rio Envira e no alto rio Jordão[389].

Relações semelhantes seriam construídas por meio de uniões de mulheres indígenas, dentre elas Kaxinawá, com "empregados" de Felizardo. Essas uniões não tiveram início no rio Jordão[390]. No rio Envira, ao fazer referência aos quatro "empregados" que

---

[388] Morador em Tarauacá, Biu Amadeus é filho de uma índia Jaminawa, "pega" e depois "batizada" Maria do Carmo, com o paraibano Amadeu Antonio de Souza, que viveu no rio Envira por vários anos, como seringueiro, integrou turmas chefiados por Manoel Galdino, pai de Pedro Biló, e depois, no rio Tarauacá, trabalhou como "mateiro geral" da casa comercial Melo & Cia, abrindo estradas de seringa. Segundo Biu, seu pai teria participado de "correrias", "caçando índios", para evitar roubos nas colocações e mortes de fregueses nos seringais da firma para a qual trabalhou como "empregado".

[389] De outro lado, atestaram vários Kaxinawá, Felizardo manteve relações sexuais com mulheres indígenas, tanto "pegas" nas incursões da "polícia de fronteira", como com mulheres Kaxinawá, algumas destas bem novas, outras já casadas, muitas vezes na ausência de seus maridos. Essas práticas, envolvendo, em certos casos, relações marcadas por atos de força e violência, em outras por "agrados" com mercadorias, não foram objeto de aprovação inconteste da parte dos Kaxinawá; ao contrário, geravam desgosto e condenação, na forma de "queixas", de homens e mulheres. Os filhos que resultaram dessas relações passageiras acabaram, por sua vez, incorporados às famílias extensas Kaxinawá, criados por suas respectivas mães e seus maridos, ou por parentes mais velhos delas. Parece importante, todavia, levar em consideração que, apesar do precedente que resultou no assassinato de Manoel Patrício anos antes no rio Envira, o descontentamento gerado pelas relações sexuais mantidas por esse patrão com mulheres Kaxinawá, Felizardo não teria o mesmo fim entre os "seus índios".

[390] Segundo indica o professor Joaquim Paulo Maná Kaxinawá, essas uniões, envolvendo seringueiros, caucheiros e "empregados" do barracão teriam tido início já no médio rio Tarauacá, em meados dos anos 1900, no período em que várias famílias extensas, de diferentes grupos falantes de línguas Pano, inclusive

viviam e trabalhavam nas proximidades de sua casa, Felizardo menciona Dedé, "*casado com a Dona Luzia, índia Caxi-naúa mais ou menos educada* (...)" (Cerqueira, 1958: 95). Na ocasião em que retornava do igarapé Surubim, onde, sem sucesso, tentara reagrupar as famílias que haviam fugido após a morte de Manoel Patrício, Felizardo comenta que ao chegar à casa de Dedé e comunicar a morte de vários Kaxinawá, Dona Luzia "*não se conteve, abriu-se em pranto, visto ir no grupo um primo adorado, José Catique*" (1958: 96). Mesmo sem ter como saber sob que condições ocorrera a união entre Dedé e Luiza, o episódio revela que a proximidade física e os sentimentos dessas índias por seus parentes que viviam nas malocas perduravam e eram prezadas, apesar daquelas estarem casadas com "civilizados", e elas próprias serem consideradas como "semi-educadas", "mansas" ou "civilizadas".

Já no seringal Revisão, Felizardo faz novamente menção a quatro homens que tinha consigo como "empregados", dos quais, pelo menos um, Joaquim David, era casado com Carmina, "*cabocla Caxi-nauá, já civilizada*" (1958: 126). Na narrativa em que descreve a maneira como escapou da emboscada dos Papavô, Felizardo destaca a iniciativa de Carmina, que, ao perceber o perigo, correra e lograra arregimentar sete homens armados para evitar o ataque eminente (1958: 126-27).

Assim como ocorrera no rio Envira, as uniões com homens "civilizados" não implicariam numa ruptura das relações dessas mulheres com parentes que continuaram a viver nas malocas distribuídas em diferentes localidades do seringal Revisão. Ao contrário, essas relações parecem ter contribuído para a ascendência de Felizardo sobre as famílias extensas que ali viviam.

Ao comentar a lealdade dedicada a Felizardo pelos Kaxinawá que visitara no seringal Revisão em 1924, o padre Tastevin (1926: 48) comentaria: "*Cet homme a réussi à fanatiser les Indiens qui sont tous prêts à verser leur sang pour lui. Il possède un harem de neuf femmes qui'il met à la disposition de ses compagnons civilisés, pour le temps qu'ils resteront avec lui. Il n'admet pas qu'on soit célibataire au milieu de ses Indiens*".

Ao analisar o papel que Felizardo Cerqueira desempenhou no "amansamento" dos Kaxinawá e na coordenação da "polícia da fronteira", Wolff transcreve parte de uma

---

Kaxinawá, foram incorporadas como mão de obra nos seringais de Ângelo Ferreira, quem teria incentivado os casamentos interétnicos: "*Pelos comentários dos mais velhos, sabemos que o Ângelo tinha a sua administração muito boa e que a bondade dele acabou na bala dos capangas, do próprio chefe dele. Os mais velhos me falaram que, apesar dos huni kui gostarem dele, ele sempre falava para eles de que tinham que fazer o cruzamento, ou seja, o branco casar com a índia e o índio casar com a branca. Eles falam que a intenção dele era que todos fossem iguais aos brancos, com todos os direitos dos trabalhos e não queria a classificação de raça branca e "índio huni kui""* (Maná Kaxinawá, 1999).

entrevista realizada em 1995 com Dona Mariana, a mesma interlocutora da pesquisa de Pantoja (2003, 2004). Nessa entrevista, Dona Mariana rememora a formação de um conjunto de famílias a partir de casamentos entre empregados e fregueses de Felizardo e mulheres indígenas "pegas", destacando, à diferença do padre Tastevin, o também papel ativo dessas mulheres na consumação dessas uniões:

> "(...) *minha mãe trabalhou um ano com esse homem, no seringal dele (Felizardo). Quer ver, ele tinha a finada Raimundinha, a Mariquinha, Santaninha, Ditosa, Nega, Elvira, Ritinha, um monte de cabocla, tudo era dele, sete cabocla. Aí essas caboclas se engraçaram dos freguês dele, dos empregados dele, a Rita, a mãe daquela Esmeralda, casou-se com o toqueiro, Cearense. A Mariquinha ajuntou-se com o Antônio Belarnuto e a Ditosa ajuntou-se com o Délcio do Mato.* [CW- Mas aí, esse Felizardo, ele não achava ruim que elas se ajuntassem?] *Não. Se se engraçasse e se o cara também quisesse.* [...] *Aí foi essa Santaninha se ajuntou-se com um cearense chamado Imediato*" (Wolff, 1999: 179-80).

Sueiro, por outro lado, fornece informações que permitem relativizar a impressão de que apenas "civilizados", fregueses ou empregados de Felizardo ou de José Maia, se esposaram com mulheres indígenas "pegas". Na entrevista de 1994, por exemplo, Sueiro fez menção a alguns Kaxinawá que também se "juntaram", em uniões temporárias, com índias "pegas", bem como a filhos e famílias concebidos a partir dessas relações:

> "*O Zé Maia, um Kaxinawá, pegou uma cabocla Papavô, deram para ele. Fez Severino, fez a mulher, a Júlia, que está casada com o Artur Miguel, meu primo. Tinha o Major, que trabalhava para lá. Fizeram bem uns seis filhos nessa cabocla. Severino construiu muita gente já, que está por aí. É filho de brabo, Papavô. É filho desse Zé Maia, Kaxinawá, que construiu sua família com brabo. Fez o Severino e mais duas, uma menina e outro filho. Cada homem forte...*" (Sueiro Sales, seringal Minas, 1994).

Detalhadas informações sobre famílias que surgiram a partir da união de seringueiros e índias são fornecidas por Wolff (1999) e Pantoja (2004), ao reconstruírem os processos históricos pelos quais, nos anos de 1910 e 1920, vieram a se constituir alguns dos grupos familiares extensos que hoje vivem na Reserva Extrativista do Alto Juruá, limítrofe a três terras indígenas Kaxinawá, nos rios Jordão e Breu. As situações relatadas por filhas de índias pegas em "correrias" não deixam dúvidas quanto aos processos traumáticos vividos por suas mães, marcados por fugas e recapturas, por práticas violentas usadas para "amansá-las", por vezes pela imposição de uniões com homens que, em muitos casos, haviam participado das "correrias" que resultaram na morte de parentes e no cativeiro inicial e por relações domésticas marcadas por diversas formas de violência (Wolf, 1999: 165-67).

Parte da importância desses dois trabalhos reside, por outro lado, no seu esforço por não considerar essas mulheres apenas como "objeto" de capturas, "vítimas" passivas de violências ou submissões forçadas, mas, sim, como sujeitos ativos de trajetórias pessoais e coletivas arduamente construídas em meio aos seringueiros. Essas trajetórias incluem, por exemplo, a escolha de seus companheiros, a ruptura de uniões com homens "preguiçosos" ou violentos (inclusive com a morte destes), novos casamentos, a redefinição de fronteiras étnicas, a diferenciação face a outros índios "amansados", a (re)construção de redes de parentelas com outros indígenas ou de compadrio com outros carius, bem como a obtenção de um gradual reconhecimento como atores portadores de saberes e práticas valorizados no seringal. A relevância desses trabalhos deriva da compreensão dessas trajetórias em relação contextos culturais frutos de situações históricas precisas, bem como da valorização das formas pelos quais os próprios atores interpreta(ra)m essas trajetórias e as formas pelas quais estratégias próprias de sobrevivência, individuais e coletivas, foram ativamente construídas.

Um "bom patrão"

Conforme acontecera anteriormente com Ângelo Ferreira, além de como "catequizador", Felizardo foi também considerado um "bom patrão" pelos Kaxinawá que com ele viveram e trabalharam no seringal Revisão, sabedores do tratamento dedicado aos indígenas pelos demais patrões, seringalistas e caucheiros, no passado e àquela época. Essa mesma imagem, do "bom patrão", seria depois atualizada pelos descendentes daqueles Kaxinawá, já nascidos em meio aos seringais e submetidos à dominação dos patrões por décadas, alguns dos quais haviam tornado a trabalhar como fregueses de Felizardo, nos anos de 1940, cortando seringa em colocações do seringal Busnã, no alto rio Breu.

Com certa admiração, Sueiro destacava que Felizardo aprendera a falar, com fluência, o *hatxa kui* (a "língua verdadeira" dos Kaxinawá)[391], e a "compreender" os "idiomas" dos demais grupos falantes de línguas Pano, com quem mantivera contatos e convivera em diferentes períodos[392]. Esse conhecimento de Felizardo contrastaria, nas

[391] Em duas entrevistas recentes, tanto Getúlio Sales, como Noberto Sales, matizariam essa consideração de Sueiro sobre a fluência de Felizardo em *hãtxa kuin*: "*Ele falava. Não falava bem, mas falava. Ele entendia tudo. E falando com ele, ele entendia tudo também. Conversava algumas palavras. Não falava que nem nós, mas entendia tudo*" (Getúlio, agosto, 2007); "*Falava hãtxa huin. Diz que falava. Entende bem, mas fala pouco*" (Noberto, fevereiro, 2007).

[392] A habilidade de falar as "línguas indígenas" foi atributo reconhecido aos principais "catequizadores de índios" (Ângelo Ferreira, Felizardo e Antonio Bastos) que trabalharam no alto Juruá. Essa habilidade foi

décadas seguintes, com a postura adotada por muitos seringalistas, que estigmatizariam o *hãtxa kuin* como "gíria" e procurariam ridicularizar e desincentivar seu uso na presença de "civilizados".

Segundo Sueiro, Felizardo sempre demostrou consideração pelos chefes das várias famílias extensas que compunham a "sua turma", não interferindo nas decisões relativas às alianças matrimoniais e políticas. Não colocava qualquer empecilho à realização dos rituais e "festas", dos quais, inclusive, "tinha gosto em participar", conforme afirmou o professor Noberto Sales: "*Nesse tempo, os Kaxinawá sempre dançavam, faziam algumas festas. Felizardo acompanhava, tirava a roupa dele também, se pintava. Se misturava com eles, incentivando a cultura. Comia nossa comida típica*" (Noberto Sales, Tenê Kaxinawá, Rio Branco, fevereiro, 2007).

Novamente, essa atitude contrastaria com a da maioria dos seringalistas nas décadas seguintes, que procuraria demover "festas" e prolongadas visitas entre as famílias Kaxinawá moradoras de diferentes colocações, condenando-as por supostamente empalharem o ritmo da produção de borracha e contribuírem para o acúmulo de débitos no barracão. Os patrões legitimavam essa atitude com um discurso, compartilhado pela maioria dos seringueiros, que atribuía aos "caboclos" estereótipos, por exemplo, de "preguiçosos", "gente sem ambição", "ociosos", que gostava de "andar viajando", fazendo festa ou tomando álcool, conforme constatou Terri Valle de Aquino (1977: 74-5), em meados da década de 1970, durante suas primeiras pesquisas em seringais nos rios Jordão, Tarauacá, Murú e Envira.

Após visitar o seringal Revisão em 1924, Tastevin (1926: 160) faria referência às "danças religiosas", o *katxanawa* e o *nixpu pima*, realizadas para "*apelar para a bênção dos espíritos sobre as plantações; agradecer a colheita; espantar as más influências no momento da passagem das crianças à idade núbil* (...)". Mencionaria também o consumo de vários tipos de caiçuma, fermentadas ou não, bem como o uso, pelos homens, do

---

pesada como fator positivo no recrutamento desses personagens em ações promovidas pelo governo federal. A Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras dentre as iniciativas para "pacificar" a região quando da abertura da estrada de rodagem entre Cruzeiro do Sul e Cocameira, constituíra uma turma de sete homens para assentar em "meio às tabas", dois deles "falantes de línguas indígenas" (Andrada, 1907: 28). Joaquim Nunes de Oliveira que em 1907 viajou por essa região a serviço da Comissão faz referência ao desempenho de Felizardo também como "nossa língua" ("intérprete" e "guia", especifica o engenheiro) (Oliveira, 1907: 68). O chefe da Comissão que demarcou a fronteira internacional com o Peru decidiria pela incorporação às turmas não só de Felizardo, reconhecendo o domínio que este tinha da língua Kaxinawá (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12237), mas também de Antonio Bastos, no caso deste, para exercer "*o logar de interprete de selvícolas*" (Silva, 1929: 112). Na entrevista concedida em 1981, Pedro Biló relaciona Ângelo Ferreira, Felizardo, seu próprio pai, Pedro Galdino, e Manoel Lúcio, dentre aqueles que, em tempos idos, "sabiam cortar a gíria dos caboclos" (Aquino, 1987).

tabaco moído, em forma de rapé, considerado por eles uma boa prevenção contra o catarro e a gripe, do *huni* (*nixi pae*, ayahuasca), para "*conhecer o futuro, conversar com os espíritos ou afugentar a má sorte*", e do sapo campú, cuja secreção era aplicada na pele como "*meio de ser bem sucedido na caça e vomitar o mau fado*". Destacaria, ainda, o conhecimento generalizado de grande número de "extratos dos vegetais da floresta", na forma de remédios, usados contra diferentes males (picadas de insetos, febres, tosse, golpes, tumores, dores de cabeça) (Tastevin, 1926: 158-61).

O respeito dedicado por Felizardo aos rituais Kaxinawá é também apontado por Tastevin ao introduzir sua descrição da consumação dos corpos dos mortos pelos seus parentes mais próximos e de seus ossos, torrados, moídos e misturados à caiçuma, por toda a "tribo": "*Les autres Indiens apprivoisés enterrent leurs morts après avoir détruit tout ce qui leur avait appartenu, mais les Kachinaua de Felizardo mangent les leurs e n'en ont pas honte* (...)" (Tastevin, 1926: 162). Esta situação diferia daquela constatada por Tastevin nos Kaxinawá que visitara meses antes no rio Murú[393], quem, após constrangimentos impostos pelos "civilizados", haviam aparentemente abandonado essa prática: "*Aujourd'hui, grâce à l'énergie des chrétiens, il semble que ces coutumes aient disparu. Il a fallu beaucoup lutter pour convaincre les Indiens. On les a vus déterrer pendant la nuit des cadavres qu'on les avait obligés de confier à la terre pendant le jour. Il fallut mettre des gardes aux sépultures indiennes en certaines points de l'Hoyassú*" (Tastevin, 1925: 34-35)[394].

Em depoimento gravado pelo professor José Mateus Itsairu em 2001, dona Maria da Conceição Martins Kaxinawá, nascida em 1916, e criada em Revisão, atestaria o respeito com que eram tratados por Felizardo, enquanto patrão, e a possibilidade que as

---

[393] Tastevin diz ter encontrado, em 1924, apenas "uma tribo Kaxinawá organizada", no seringal Boa Vista, na margem direita do rio Murú, composta por 12 "famílias" e 31 pessoas (12 homens, 13 mulheres e 4 crianças), situação que levou o padre a afirmar: "(...) *la mortalité infantile et la stérelité volontaire contribuent, autant que la chasse a l'homme, à exterminer les Indiens. La catéchèse positiviste, malgré les ressources abondantes qui lui fornit l'État, s'est montrée d'une carence absolue*" (1925: 413). Outras famílias estavam espalhadas pelas margens desse mesmo rio e outras, "mais ou menos misturadas" com os "civilizados", por vários seringais. Seis outras viviam no Iboiaçú, rio em que o padre não pôde entrar devido à pouca água. Cerca de uma dezena de mulheres Kaxinawá vivia junto com seringueiros, especifica Tastevin (1925: 413-14).

[394] Discutido em seu texto sobre o rio Murú (Tastevin, 1925: 34-5), o tema da consumação dos mortos seria objeto de outros dois textos do padre, também de 1925, aos quais não tive acesso: "A Necrophagia nos Cachinauas", publicado em "O Missionário" V(I): 19-20, e "Les Kachinawas mangeurs de cadavres", no *Annales Apostoliques*, Ano XLI: 147-153. Outras referências a esse ritual, feitas a partir de observações e relatos colhidos nessa mesma época no rio Jordão, são feitas pelo chefe da Comissão Brasileira de Demarcação, Antonio Alves Ferreira da Silva (1929: 128) e pelo médico da comissão, João Braulino de Carvalho (1928: 302-03).

famílias extensas tinham de permanecerem agrupadas, ao realizar trabalhos tanto para sua subsistência como para o funcionamento do seringal:

> "*Nesta época morava um bocado de Kaxinawá com esse patrão. Eles trabalhavam na agricultura, fazendo farinhada, moagem, colhendo arroz, limpando roçado. Também eles viviam feliz fazendo roçado, plantando todos os legumes no roçado e na praia (...) e usava de sua cultura, tradição, língua e de todos o seu costume. O patrão não proibia nada para os Kaxinawá, ele cuidava e tratava bem os Kaxinawá. (...) Nesse tempo os Kaxinawá morava bem tratado, morava junto e organizado no seu lugar de moradia, com sua família e com os parentes* (Maria da Conceição Martins, Depoimento gravado e transcrito por José Mateus, Itsairu, 2001).

Enquanto permaneceu em Revisão, Felizardo seria considerado patrão bondoso, "homem da barriga cheia", afirmava Sueiro, pois "recebia bem em sua casa", sabia como organizar os trabalhos e estava sempre à frente deles, dava bons conselhos, mostrava preocupação com o bem-estar de todas as famílias, e procurava mantê-las "unidas", não deixando que espalhassem para outros seringais, onde dizia, seriam explorados pelos patrões.

Sob sua coordenação, os trabalhos dos homens Kaxinawá permitiram que suas famílias obtivessem mercadorias, instrumentos de trabalho, "objetos de valor" e "miudezas", que Felizardo conseguiu suprir, com períodos que oscilavam entre uma maior "fartura" ou a "carestia". "*Ele levava todas as mercadorias lá pra gente. Levava terçados, machados, alimentos para os trabalhos. Espingarda, nesse tempo, não tinha. Era só rifle. Levava. Levava munição para todos. Sal, querosene, tudo. Era muito bom para todos*", disse Sueiro (Seringal Minas, 1994)[395].

A produção de borracha e de caucho feita pelos homens Kaxinawá era juntada por Felizardo, que a trocava com seu patrão, José Xavier Maia, o "patrão chefe" do Revisão, como diz Sueiro. As mercadorias assim obtidas eram entregues por Felizardo aos chefes das famílias extensas, responsáveis pela sua distribuição entre os parentes e afins em su-

---

[395] A importância que tinha a aquisição de algum desses "bens de valor" pode ser auferida nas palavras de João Braulino de Carvalho, médico da comissão brasileira que demarcou a fronteira internacional, a partir de observações feitas entre os Kaxinawá dos rios Envira e Jordão em 1923-24. Ao descrever as "armas" usadas pelos Kaxinawá, diz: "*Usam tambem, como arma de defesa e ataque, a Winchester calibre 44, vulgarmente denominada "rifle". Para elles, a acquisição de uma dessas armas e respectiva munição constitue a realização de um ideal supremo. O "rifle" do índio está sempre limpo, guardado com todo cuidado e carinho*" (Carvalho, 1928: 301). O acesso a uma grande quantidade de rifles, já em começo dos anos de 1910, ainda no rio Envira, conseguidos por Felizardo junto ao seu então patrão, fato que se repetiria depois no Jordão, conforme informa Sueiro, pode ser visto como outro relevante fator na avaliação positiva que os Kaxinawá tinham de Felizardo como "bom patrão", tendo em vista os benefícios que essas armas haviam lhes trazido, principalmente, quando a munição estava disponível, nas caçadas de subsistência.

as respectivas malocas. Quando esses bens não estavam disponíveis no barracão do Revisão, Felizardo, com a autorização de José Maia, baixava à Vila Jordão, na foz do rio, para vender a produção dos Kaxinawá aos comerciantes e aos "regatões", dentre eles os "turcos", como eram conhecidos aqueles de origem árabe, sírio-libanesa e maronita, que nessa época controlavam boa parte do comércio na Vila.

Felizardo assumiria o seringal Revisão após a morte do patrão José Maia, baleado, acidentalmente, numa "armadilha" montada por um seringueiro para matar alguma caça[396]. Pouco depois, com sua incorporação à Comissão Mista que demarcaria a fronteira internacional Brasil-Peru, Felizardo continuaria tendo acesso a recursos, como parte da remuneração recebida por seus serviços como "mateiro" e "prático", dos remanescentes de mercadorias e medicamentos deixados pelas turmas da Comissão após os trabalhos de 1923-1924, bem como da venda da produção de borracha, feita por um reduzido número de fregueses e, em menor quantidade, pelos Kaxinawá. Durante os anos de 1923-1927, em que Felizardo estaria diretamente envolvido nas atividades da Comissão, dois de seus empregados, Chico Roseno e Antonio Belarnuto, ambos casados com índias Kaxinawá, ficariam encarregados por coordenar as atividades realizadas pelos Kaxinawá e distribuir mercadorias, em troca da produção de borracha e dos serviços realizados na sede do Revisão.

Sob o olhar do padre e o ataque do SPI

Em 1924, Tastevin visitou, durante um mês, os rios Tarauacá e Jordão, onde alcançou os últimos pontos habitados e realizou serviços de "desobriga" e pesquisas etnológicas[397]. Extenso na apresentação dos dados etnográficos co-produzidos com os Kaxi-

[396] É plausível estimar que a morte de José Maia tenha ocorrido em algum momento do triênio 1921-1923. Documento encontrado no Cartório de Imóveis de Tarauacá dá conta do registro, a 8 de dezembro de 1919, de documento de "quitação de hipoteca", no qual constam como "outorgante" José Garcia de Sá Barreto e como "outorgado" José Xavier Maia. Em seu relatório, ao negar a possibilidade de atender o primeiro convite feito pela Comissão Mista Demarcadora de Limites em 1920, Felizardo faria menção ao compromisso que continuava a honrar com José Maia, para a "colonização" dos Papavô. Não faz referência depois, todavia, à morte do patrão ou a ter assumido o seringal Revisão, informações que surgem apenas nos depoimentos dos Kaxinawá, Sueiro e Romão Sales, e em outras fontes orais. Por sua vez, os relatórios do chefe brasileiro da Comissão Mista (Silva, 1926, 1929) e o texto de Tastevin (1926), resultantes de viagens e trabalhos que incluíram estadias no seringal Revisão em 1924, nenhuma alusão fazem à presença de José Maia. O chefe da Comissão (Silva, 1929: 128) inclusive refere-se ao Revisão como o seringal de Felizardo Cerqueira.

[397] Em outras viagens a rios do Território do Acre, Tastevin (1920, 1925, 1928) também realizou detalhados censos. No Alto Tarauacá, procedeu com o recenseamento da população, indígena e "civilizada", que vivia nesse rio e em seus principais afluentes (Jordão, D'Ouro, Jaminauá e Joaci). O censo relaciona a população que habitava acima da sede do Departamento (Vila Seabra), especificando sua distribuição pelos seringais, e os dados agregados são desmembrados por gênero, faixa etária, condição religiosa e estado civil (indicando, neste caso, um olhar específico de Tastevin, informado pelas suas atividades de religioso

nawá e na compilação de uma série de "légendes" e "croyances", como diz o padre, o texto resultante dessa viagem (Tastevin, 1926) é econômico, todavia, ao descrever as condições em que sua pesquisa e aquele serviço religioso foram feitos em Revisão[398]. Da estadia nesse seringal e das formas como foi recebido e tratado pelos Kaxinawá, limita-se a informar: "*J'ai passé plusieurs jours et plusieurs nuits, seul en compagnie des Kachinaua apprivoisés dans leurs campements: en dehors de quelque lourde plaisanterie de la part des jeunes je n'ai eu qu'à me louer de leurs bons traitements, de leur patience à satisfaire ma curiosité, de leur intelligence, de leur gaîté et de leurs attentions de toutes sortes*" (Tastevin, 1926: 54).

Minhas indagações aos Kaxinawá mais velhos sobre se recordavam ter visto ou ouvido falar sobre a passagem do padre Tastevin pelo seringal Revisão poucos frutos renderam. Meus interlocutores ainda não tinham nascido ou eram meninotes naquele então; seus pais, explicaram, pouco compreenderam as razões da presença daquele homem, por se tratar da primeira vez em que viam um padre e dadas as dificuldades em compreender o português, provavelmente com forte sotaque francês, falado por Tastevin.

Durante nossa primeira entrevista, em 1991, fizera essa mesma pergunta a Sueiro, aproveitando que ele discorria sobre as atividades de Felizardo junto aos Kaxinawá. Fruto do que ouvira seu pai Chico Curumim contar, visto que Sueiro, à época, contava com cerca de cinco anos de idade, as seguintes foram as suas palavras sobre essa visita:

> "*O padre Constantino, naquele tempo eu era pequeno. Chegou padre muito alto, muito grosso. Foi batizar os índios velhos. Naquele tempo, não sabiam nem con-*

---

durante uma "desobriga"). No rio Tarauacá, Tastevin revela ter produzido os dados do censo "muito exato", da população civilizada, a partir de informações fornecidas pelos patrões, mas informa ter precedido pessoalmente com a contagem dos indígenas. Faz menção, contudo, a ter escrito o texto que resultou da viagem "reduzido às suas lembranças", pois, no baixo rio Jordão, à altura da "Ponte dos Índios", perdera suas bagagens, suas anotações e "muitas outras coisas", e quase morrera, quando sua pequena ubá, conduzida por um jovem rapaz, "alagou-se" durante um repiquete (Tastevin, 1926: 36; 39; Rivet, 1926: 395; *A Reforma*, Cidade Seabra, Ano VII, Nº 302, 22/6/1924, pg. 1). Segundo relatou o padre em entrevista ao jornal *A Reforma*, dentre as "lembranças de muito valor estimativo" então perdidas estava "*a sua medalha de combatente, conferida no tempo da grande guerra, no campo de batalha, em França, pelo general seu comandante*". Comentários sobre os outros dados deste censo serão tecidos a seguir. Apesar de já decorridos cinco anos desde a última "desobriga" feita pelo padre José Victor Fritsch, também espiritano, Tastevin lamentaria, nessa viagem, ter celebrado em todo o rio Tarauacá apenas 240 batizados e 30 casamentos, e constatado que os "sacramentos da penitência e da eucaristia" haviam sido menos freqüentados do que em outros rios cobertos pelas ações da Prelazia. Tastevin atribui esses fatos ao "abandono" em que, devido à crise na economia da borracha, então vivia a população, desprovida, inclusive, de roupas adequadas para comparecer às cerimônias e de recursos para pagar pelos serviços religiosos (*A Reforma*, ibid).

[398] Em nota publicada no *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, dando ciência dessa viagem do padre e de alguns dos resultados preliminares de sua pesquisa, Paul Rivet (1926: 395) informa que Tastevin "*remonta le fleuve jusqu'au dernier village indien oú il se séjourna quelques jours, recueillant de nombreuses légends et des vocabulaires Kasi-nawa, Noha-nawa, Nisi-nawa et Masta-nawa*".

versar. Quem conversava melhorzinho era o papai. Conversou muito com o papai, perguntando como era a vida dos índios. Conversou mais com ele. Naquele tempo eu não compreendia nada também. Conversando, papai foi caçar, matou anta. Não puderam buscar, com tanta chuva. Foram buscar no outro dia. O padre era bom, não tinha tempo ruim com ele, comia tudo. Carne sentida, assim mesmo, comia com nós. E ensinava a rezar, ensinava religião, mas naquele tempo, o pessoal não compreendia nada, né? Perguntando todas as coisas. Ele escrevia muito. Aí, o padre Constantino perguntou se índio rezava. Papai disse: "Reza. Toda religião nós temos". Constantino falou: "Reza pra eu ouvir". Papai foi cantar, foi rezar, e depois disse: "Esse é o começo, nós podemos rezar assim". O padre ficou muito contente, tomou nota, levou" (Sueiro Sales, Depósito Natal, Seringal Alto do Bode, 1991).

Ainda que sucintas, essas informações dão indicações sobre as atividades religiosas do padre[399], seus interesses e práticas de pesquisa, as relações estabelecidas, o papel de principal interlocutor assumido por Chico Curumim e, ainda, como a presença de Tastevin foi avaliada pelos Kaxinawá, à luz de valores prezados na sua cultura, relacionadas ao orgulho do bom caçador, do "bem receber", com carne, do "comer junto", do apreço do visitante pela comida oferecida, mesmo que esta estivesse "sentida" e, ainda, do respeito e alegria demonstrados pelo padre com relação às tradições Kaxinawá, especificamente por suas "rezas" e cantos.

Considerações relevantes podem ser tecidas, por sua vez, a partir de uma análise dos dados do censo produzido por Tastevin no rio Jordão. À diferença dos 335 índios que, segundo Felizardo, integravam "sua turma" quando da chegada ao alto Tarauacá, o padre recenseou 184 índios (51 homens, 63 mulheres e 70 crianças) no seringal Revisão[400], que, por várias vezes, denomina os "Kaxinawá de Felizardo" e, em uma ocasião, os Kaxinawá "domesticados"[401]. Na foz do rio Jordão, relacionou outros 33 Kaxinawá (13 homens, 13 mulheres e 7 crianças), que, segundo o padre, viviam "*sous l'égide de la*

[399] Nos textos escritos para publicações especializadas (como *La Geographie* e *Journal de la Société des Américanistes*), Tastevin não detalha ou quantifica os resultados dos trabalhos de "desobriga" realizados junto aos índios e "civilizados" em diversos rios da Amazônia nas décadas de 1910-1920, informações estas que circulavam em documentos restritos à Congregação ou em publicações especializadas, dentre elas a *Missions Catholiques*. Ver, por exemplo, Tastevin, 1914; 1924.

[400] O Chefe da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, que também esteve no rio Jordão em 1924, pouco após a passagem de Tastevin, reafirma os números de Felizardo, ao informar que o "mateiro" da Comissão tinha em seu seringal "*cerca de 300 "Cachinauas" por ele domesticados*" (Silva, 1929: 128). Castello Branco (1930: 596) escrevendo em 1922 estimara um número maior de Kaxinawá: "*Em numero superior a 500, vivem entre as cabeceiras do rio Breu e Tarauacá, os Kaxinauás, chefiados por um catequizador cearense*". Em trecho à continuação, ao relacionar alguns dos principais "catequistas" reconhecidos no Alto Juruá, Castello Branco relaciona "*Felizardo Avelino Cerqueira, nas terras altas que separam o Breu do Jordão* (...)", especificando desta vez o nome do "catequizador cearense" (ibid: 601).

[401] Em outras oportunidades, contudo, Tastevin faz alusão aos Kaxinawá utilizando a expressão "indiens apprivoisés". A tradução de "apprivoiser" é "domesticar, domar, dominar, civilizar, amansar, moderar, sofrear, amestrar" (*Dicionário Francês-Português Português-Francês*. [Éverton Florenzano (ed.)], Rio de Janeiro, Edições de Ouro/Editora Tecnoprint, 1972: 24).

"Commission de Protection des Indiens" représentée para un Italien" (Tastevin, 1926: 51)[402]. Ainda segundo o censo, um total de 247 "civilizados" vivia nos oito seringais do rio Jordão: 20 em Revisão; 18 no Transvaal; 19 no Sorocaba; 14 no Fortaleza; 50 no Bom Jardim; 18 no Bonfim; 64 no Nova Empresa; e 44 no Boa Vista (Tastevin, 1926: 49)[403].

Incluídas as famílias indígenas da foz, os Kaxinawá constituíam, portanto, pouco menos de 47% do total da população dos seringais do rio Jordão. Os "Kaxinawá de Felizardo", por sua vez, representavam quase 43% desse total e pouco mais de 90% dos moradores de Revisão. O pequeno total de "civilizados", aí incluídos Felizardo e seus empregados, em Revisão indica um reduzido número de seringueiros solteiros, bem como a subutilização do potencial produtivo do maior seringal do Jordão (60 estradas de seringa, nas escrituras lavradas em cartório, ou 75, segundo patrões que ali depois trabalharam). Ambos esses fatos podem ser relacionados à "má fama" atribuída ao Revisão, devido aos ataques dos "Papavô" e as mortes de seringueiros desde a sua abertura, bem como aos desdobramentos que a crise na economia da borracha trouxera ali e em todo o alto Tarauacá, resultando no êxodo de muitos seringueiros.

A existência, nessa época, de três famílias extensas Kaxinawá vivendo na foz do rio Jordão, chefiadas por Feitosa (Yube), Conrado (Himã) e Peres (Murú), foi atestada por Sueiro em nossa conversa de 1996. Apesar da dificuldade de locais adequados para plantarem "de vantagem", em benefício próprio, na terra firme e nas praias, e da proximidade da Vila Jordão, essas famílias teriam ali permanecido até início dos anos 1930.

---

[402] Tastevin informa, ainda, da existência, em 1924, de outros dois grupos de famílias Kaxinawá vivendo no médio curso do rio Tarauacá: o primeiro, com 19 pessoas, no seringal Primavera e o outro, com 28 pessoas, no seringal Atenas. Ambos, portanto, próximos aos locais onde duas décadas antes, a serviço da Comissão de Obras Federais, Felizardo estabelecera seu posto de "fiscalização e vigilância" e onde pouco depois permaneciam sob a "catequese particular" do patrão Francisco Rodrigues da Silva. Segundo Tastevin, assim como as famílias que então viviam na foz do Jordão, esses outros dois grupos Kaxinawá eram oriundos das cabeceiras dos rios Gregório e Primavera, e haviam tido Tescon como chefe na primeira década do século. Malocas Kaxinawá existiam também no seringal Caxinauá, nas cabeceiras do rio Gregório. Tastevin cita ainda um grupo Jaminawa no seringal São Luiz, originário do Riozinho da Liberdade e do rio Gregório, bem como três grupos Katukina (no seringal Atenas, no igarapé Catuquina e no seringal Caxinauá). Segundo o padre, essas famílias Katukina eram constituídas por uma amálgama de vários "clãs" "amansados" por Ângelo Ferreira, aos quais se somavam os Yawanawá, Iskunawa, Hununawa, Eskinawa, Vamunawa, Vuinawa e Shanenawa (Tastevin, 1926: 50-1). Levando-se em conta os grupos indígenas que viviam nos rios Tarauacá e Jordão, somados aos cerca de 300 índios "selvagens" que estimava viverem nas cabeceiras desses rios, Tastevin contabiliza uma população total de 661 índios. Segundo os dados de seu censo, este total representava 18,7% da população dos rios Tarauacá e Jordão (não inclusos aí os habitantes de Vila Seabra). Levando em conta todo o Vale do Tarauacá, no Território Federal, e o rio Gregório, Tastevin estima mais 370 índios "domesticados" (100 no Murú, 150 no Envira, 60 no alto Gregório, 60 no alto Acuraua), um total, portanto, de quase um milhar, bem menor, constataria, que os quatro mil estimados no mapa do Engenheiro João Alberto Masô (1910/1917).

[403] O Mapa 6, nos anexos, mostra a localização dos dois principais agrupamentos Kaxinawá no rio Jordão à época, em Revisão, na cabeceira do rio, e em Parthenope, nas proximidades da Vila Jordão.

A partir de então, com outros grupos extensos, optariam por migrar para colocações de vários seringais no médio rio Tarauacá, inclusive para as cercanias dos antigos locais movimentados por Ângelo Ferreira, como Lupuna e Cocameira (Sueiro Cerqueira Sales, Aldeia Posto de Saúde, 1996; Iglesias, 1995).

O seringal São João, sito à margem direita da foz do rio Jordão e em ambas as margens do alto rio Tarauacá, nas adjacências da Vila Jordão, foi conhecido por Itália, antes de passar a ser denominado Parthenope. Teve seu "título definitivo" expedido pelo Governo do Amazonas em 1903 (CRI de Tarauacá, Livro 2-A, Matrícula nº 158, fl. 167/167v). O bacharel em direito e promotor público Antonio José de Araújo (2003: 152-53), em 1908, cita Saverio (Xavier) Giordano e seu irmão Pedro, homens de "grande trato comercial", como proprietários da firma Giordano & Irmãos, sediada na foz do rio Jaminauá, afluente da margem direita do médio Tarauacá, sem fazer qualquer alusão à sua nacionalidade estrangeira. Dados obtidos em duas edições do jornal *O Município*, de Vila Seabra, de 1915 e 1917, indicam que Mário e Antônio Giordano, ambos italianos, haviam chegado à Vila Jordão em 1912, acompanhados de seu pai, Xavier Giordano. Em maio de 1915, informava o jornal, a casa comercial Irmãos Giordano & Cia, sediada em Parthenope, operava com "compra e venda de mercadorias e outras transações do ramo". Mário Giordano faleceria, doente, em junho de 1917, ficando seu irmão Antônio à frente da casa comercial. O Parthenope constituiu propriedade de Xavier Giordano até 1934, quando foi vendido a Munir Bissat, brasileiro naturalizado (CRI Tarauacá, ibid), quem, durante alguns anos, pessoalmente movimentaria o seringal e manteria uma loja comercial na Vila Jordão.

Nenhuma indicação surgiu nos depoimentos dos velhos Kaxinawá de que, em meados dos anos 1920, houvesse qualquer atuação do SPI nessa região, fosse por meio de funcionários próprios ou de seringalistas nomeados como "delegados de índios". Com base no texto de Tastevin (1926) e na reconstrução das cadeias dominiais de vários seringais do rio Jordão, perguntei a Sueiro, em 1996, se ouvira falar do italiano a quem o "padre Constantino" identificara como representante do órgão indigenista na foz do rio Jordão. Respondeu Sueiro que escutara falar de "Giordano" como dono do seringal Itália e comerciante de algum porte, mas desconhecia sua condição de estrangeiro, sua vinculação com o SPI ou qualquer "catequização" que tivesse feito junto aos Kaxinawá na foz do Jordão ou junto a quaisquer outros índios.

Informações pontuais sobre a atuação de Antônio Giordano como delegado do SPI nessa região foram obtidas na documentação consultada no SARQ/MI. Uma carta do

Inspetor Bento Martins Pereira de Lemos, escrita em Manaus a 26 de setembro de 1922, e endereçada, com "afetuosas saudações", ao "prezado amigo", permite saber que Giordano estivera na sede da Inspetoria pouco antes, onde não encontrara o inspetor, mas deixara uma carta alertando-o de sua visita. Em sua carta-resposta, o inspetor lamenta o desencontro havido e a impossibilidade de terem conversado "sobre a situação indígena no rio Jordão", desejando que isto pudesse acontecer na próxima visita de Giordano a Manaus. Comunica, ainda, o envio de um "vale postal", tomado de "forma particular", em seu próprio nome, no valor de 72$000, como indenização pelo frete, já pago pelo delegado, relativo ao transporte de nove volumes de Seabra à foz do rio Jordão (SARQ/MI. Microfilme 31, Planilha 383).

A outra informação sobre a atuação de Antônio Giordano como representante do SPI no alto Tarauacá consta de relatório de lavra de Bento de Lemos, referente às atividades da Inspetoria em 1922[404]. Na seção "Escravização de índios", tema recorrente em seus relatórios, o inspetor assim informa:

> "*No seringal Revisão, do rio Tarauacá, organizou-se uma espécie de feudo, sob o domínio do peruano Felizardo Cerqueira, que traz escravizada uma infinidade de índios da tribu Cachinaua. Tomando o caso na devida consideração, o delegado desta Inspectoria na fóz do Jordão conseguiu promover uma fuga de alguns desses selvícolas, localizando-os em terras do seu seringal Paternope, no mesmo rio, onde gosam de inteira liberdade e protecção. Depois disso, sabendo que Felizardo ia deportar o resto dos índios para Ucayale, no Perú, o delegado pediu providências às autoridades da cidade de Seabra, não logrando o menor resultado. À vista officei ao Governador do Acre reclamando medidas positivas e enérgicas no sentido de que não se consumasse tamanho crime que attenta contra a soberania das nossas leis e constitue uma affronta ao nosso país. Não sei, entretanto, se o Governador já tomou as providencias solicitadas*" (Lemos, 1923: 16)[405].

---

[404] Agradeço novamente à colega Ana Flávia Santos pelo repasse desse documento, que fotografou, com câmara digital, durante pesquisa documental realizada na sede da Funai em Manaus, em início de 2007. À diferença dos outros documentos de Bento de Lemos, esse relatório, de 1923, não foi por mim identificado no acervo microfilmado do SARQ/MI.

[405] Informação mais resumida destes acontecimentos seria novamente destacada por Bento de Lemos no relatório encaminhado à Diretoria do SPI, referente às atividades da Inspetoria no exercício de 1924, também na seção destinada ao tema "Escravização de Índios": "*Na região do Tarauacá, Território Federal do Acre, o delegado desta Inspetoria libertou 12 índios cachinauás, que viviam seqüestrados na senzalas do peruano Felizardo Cerqueira, recolhendo-os ao seu seringal "Parthenope", onde passaram a viver livremente com outros silvícolas alli domiciliados, que se dedicam aos serviços da lavoura*" (Lemos, 1925: 40). Um fato curioso merece destaque com relação à menção feita por Bento de Lemos sobre o ofício que enviara ao Governador do Acre, cobrando providências em relação aos crimes e às intenções atribuídos a Felizardo Cerqueira. Nenhuma ação nesse sentido foi efetivada pelo governo do Território do Acre até janeiro de 1923, de quando o primeiro relatório é datado, ou posteriormente. A 17 de fevereiro desse ano, tomaria posse como governador do Acre, cargo que ocuparia até maio de 1926, José Thomaz da Cunha Vasconcellos, ex-prefeito do Departamento de Tarauacá, quem, em 1917, endossara a carta, assinada por sete proprietários do alto rio Tarauacá, recrutando os serviços de Felizardo para "acomodar" os Papavô.

Baseada em informações recebidas do próprio delegado, provavelmente quando de sua passagem por Manaus, esta ação destacada por Bento de Lemos (1923, 1925) estava inserida nas preocupações e nas linhas de atuação de sua gestão à frente do SPI no Estado do Amazonas: o combate a diferentes modalidades de escravidão indígena e às atividades de estrangeiros em terras habitadas por indígenas em regiões fronteiriças, nas quais "correrias", a subjugação da mão de obra indígena e a destruição de recursos naturais das florestas ocupadas pelos índios eram ocorrências comumente denunciadas.

As acusações de Antônio Giordano contra Felizardo, endossadas nos relatórios de Bento de Lemos, ganham dimensão quando contextualizadas em relação à recorrente crítica feita pelo inspetor sobre práticas dos "proprietários dos seringais" que resultavam na "escravização dos índios": tanto "meios violentos ("caçando-os nas florestas ou aprisionando-os nos ataques que fazem às malocas"), como "meios brandos" ("pelo comércio que procuram com eles estabelecer, ou pela ascendência que o civilizado exerce sobre eles, de índole geralmente tímida") (Lemos, 1920)[406]. Bento de Lemos condenaria o aproveitamento pelos patrões da mão de obra indígena, a obrigação do trabalho a troco de "mísera alimentação", a utilização do "velho tronco" (semelhante ao dos antigos "senhores de escravos negros") em casos de revoltas dos indígenas, o endividamento dos índios nos barracões, extensivo a toda a família do devedor, pela imposição de "mercadorias imaginárias", ou vendidas por um preço excessivo", e o retorno imposto pelos patrões em casos de fugas (Lemos, 1920: 8-9).

Em seu relatório de 1922, o Inspetor volta à carga contra a prática de "escravização de índios", reconhecendo que as ações da Inspetoria não haviam resultado numa "completa solução" para esse "problema", com a "libertação radical dos selvícolas" (Lemos, 1923: 15). Avanços haviam sido logrados, destaca, com a fundação de vários "postos", resultando em um "serviço permanente de proteção", nos quais a "vigilância" dos funcionários pusera um fim às formas de "escravismo", e permitira que os índios gozassem "*uma vida de relativo conforto, recebendo roupas, medicamentos, materiais agrários para os seus serviços de cultura agrícola, além de outros benefícios* (...)" (1923: 40). Apesar dos constantes esforços da Inspetoria, que procurava recrutar o apoio

[406] No relatório seguinte da Inspetoria do SPI no Amazonas, no subtítulo "A libertação de índios", ao versar sobre a "escravidão humana" que "revivia" na Amazônia, fornecendo um triste exemplo aos estrangeiros que viajavam pela região, por evocar-lhes uma situação semelhante "aos tempos do feudalismo medieval", Bento de Lemos explicita outra modalidade de submissão imposta aos índios pelos "modernos feitores": "*Outros proprietários, quando não visam o interesse comercial, deixam ver um intuito mais baixo e aviltante, seqüestrando índios em suas feitorias para tão somente reduzir as mulheres e filhas dos pacientes à triste condição de concubinas, zombando assim da honra alheia*" (Lemos, 1926: 44).

de forças policiais e retirar índios do poder dos "suzeranos", "localizando-os nos postos" ou fazendo-os regressar às suas malocas, o pequeno número de unidades permanentes do SPI, as grandes distâncias destas das malocas e a dificuldades de transporte contribuíam, todavia, para perpetuar os castigos e a sujeição dos índios em trabalhos pesados e não remunerados (1923: 15-6; 40).

Por esse motivo, diz Lemos, a Inspetoria insistira, em várias ocasiões, na criação de novos "postos", em locais onde numerosos grupos viviam "no mais completo abandono". "No intuito de fazer cessar, de uma vez, por todas", a "escravização de índios", tornaria a defender a "conveniência" de que a Diretoria do SPI destinasse recursos mais significativos à Inspetoria, de modo que "*possamos ajudar os nossos delegados em diligências a pontos longinquos e fundar mais alguns postos nos rios attingidos pela cobiça dos aventureiros que fazem do índio um elemento servil, sem liberdade, sem conforto e sem o direito de viver no seu próprio lar*" (Lemos, 1923: 17). Dentre os locais nos quais, segundo o inspetor, tornava-se premente a fundação desses postos, constavam, no Território Federal do Acre, o alto rio Envira e a foz do rio Jordão, no Município de Tarauacá, e os rios Amoaca e Gregório, no Município do Juruá[407].

No caso do Alto Tarauacá, ao comunicar, em 1922, ao inspetor fatos positivos de sua atuação, o delegado Antonio Giordano tinha por objetivo legitimar sua própria posição no campo indigenista constituído pela "situação indígena no rio Jordão". Para tal, faria uso de informações distorcidas, quanto à nacionalidade de Felizardo, à alegada existência de "senzalas" nas quais os Kaxinawá viveriam "seqüestrados" - à diferença da

[407] Em outro trecho do seu relatório, Bento de Lemos (1923: 20-1) destaca nova razão para considerar a instalação de um posto indígena como prioritária no alto rio Envira, local que já indicara, junto com o rio Amoacas, nos relatórios encaminhados à Diretoria do SPI, relativos aos anos de 1919 e 1920 (Lemos, 1921: 5-6; 8. SARQ/MI, Microfilme 32, Planilha 389). O inspetor afirma ter tomado conhecimento de que na fronteira do Brasil com o Peru, no alto rio Purus, um destacamento militar peruano, chefiado pelo alferes Carlos Gonzalez Zuñiga, cercara uma maloca, fuzilara todos os moradores e se apoderara da única sobrevivente, uma índia menor de idade. Por saber da presença de Zuñiga em Manaus, oficiou ao delegado de polícia para que, caso o incidente tivesse ocorrido em solo brasileiro, a menor fosse prontamente devolvida e os culpados fossem responsabilizados e julgados. Bento de Lemos creditaria a ausência de resposta ao seu ofício e a permissão dada ao alferes peruano para seguir viagem rumo a Iquitos, levando a menor, ao fato do delegado de polícia ser filho do governador, quem, sistematicamente, procurava "entravar a ação da Inspetoria". Lemos informaria, ainda, sobre radiograma enviado, a seguir, ao Contra-Almirante Antônio Alves Ferreira da Silva, chefe da Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites, solicitando informações se o fato ocorrera em território brasileiro. E sobre a resposta recebida do comissário, dando conta de que, após um desentendimento entre indígenas e "civilizados", o comandante do destacamento peruano em Santa Rosa fora ao local e, à frente de um destacamento, matara grande quantidade de índios, "tudo em território peruano", em local acima de onde então estavam em curso os trabalhos demarcatórios (Lemos, 1923: 20-1). Essa informação indica o intercâmbio de informações entre Bento de Lemos e Ferreira da Silva, por meio de radiogramas e contatos pessoais, quando das passagens do comissário por Manaus. Informações recebidas pelo inspetor nessas ocasiões também parecem ter contribuído para fundamentar propostas para a criação de postos indígenas no Território do Acre, em diferentes trechos da fronteira internacional onde a Comissão vinha trabalhando.

situação de "liberdade" e "proteção" usufruída pelos indígenas em seu seringal - e à suposta intenção de Felizardo de levar os índios por ele "escravizados" para o rio Ucayali, no Peru.

Essa iniciativa de Giordano aconteceria, por sua vez, num contexto em que, face ao agravamento da crise da economia da borracha, às dificuldades de recrutar novos trabalhadores no Nordeste e ao êxodo dos seringueiros, a disponibilidade de mão de obra indígena para a implantação, ou a intensificação, de atividades agrícolas, visando diversificar as atividades produtivas nos seringais, passara a ser iniciativa priorizada por vários patrões. A estratégia de delegado pode ser referenciada, por um lado, à luz desse interesse, que também fundamentaria sua pretensão de exercer, de forma exclusiva, a tutela oficial sobre os índios no rio Jordão. Para tal, procuraria desvalorizar as ações de Felizardo, delegado de índios nomeado pelo inspetor anterior, João de Araújo Amora, mas totalmente desconsiderado desde o início da gestão Bento de Lemos[408].

Por outro lado, pode ser pensada à luz de uma estratégia de criar condições para a continuidade do apoio, institucional e financeiro, que até então recebera da Inspetoria, conforme aparece indicado na correspondência de Bento de Lemos em 1922: o frete relativo ao transporte de nove volumes, ressarcido pelo órgão indigenista, indica o possível envio de materiais destinados às ações promovidas em benefício dos indígenas sob sua égide, ou supostamente direcionados a tal fim, e não às atividades particulares do delegado enquanto comerciante e seringalista[409]. A possibilidade de sua nomeação como encarregado de um posto indígena na foz do rio Jordão, cuja fundação fora demandada pelo inspetor à Diretoria do SPI (Lemos, 1923: 17), fazia também parte do cálculo do delegado Giordano.

Com base na documentação consultada, não foi possível estabelecer que outras informações Bento de Lemos tivera, ou não, sobre as atividades de Felizardo nos altos ri-

---

[408] Como já apontado anteriormente, há indícios de que, em 1914, quando vivia no rio Jaminauá, Felizardo fora alvo de campanha semelhante junto à Inspetoria do SPILTN em Manaus, então mobilizada pela família Prado, que, dois anos antes, tivera um de seus membros nomeados "delegado auxiliar dos índios" no alto rio Envira: primeiro, durante a passagem do Ajudante Máximo Linhares, quem acabou por nomear o Sr. Prado, visando não dar visibilidade as ações empreendidas por Felizardo na pacificação das áreas de cauchais naquela região e, num momento posterior, para "difamá-lo", como homem que "maltratava os seus índios", com a intenção de dificultar seus entendimentos com o Inspetor Amora e sua possível nomeação como mais um representante do SPILTN no rio Envira. Parte das críticas que seriam depois dirigidas por Felizardo a Pedro Biló podem também ser entendidas em relação àquela campanha do Sr. Prado, tendo em vista que os seus descendentes, por décadas, sustentariam, no alto Envira, as ações de Biló, para "dar segurança" aos seus fregueses na produção de borracha e na extração de madeira e para matar os "índios brabos" que colocassem obstáculos a essas atividades.

[409] Bento de Lemos informa ter, em 1921, distribuído, por meio dos delegados, "roupas e instrumentos de lavoura a muitos índios necessitados", ação à qual não lograria dar seqüência no ano seguinte, devido à "deficiência de verbas" enfrentada pela Inspetoria (Lemos, 1923: 40)

os Envira e Jordão. É fato, conforme já salientado, que nenhum reconhecimento daria, a partir de 1916, à nomeação de Felizardo como "delegado de índios", feita pelo Inspetor João Amora dois anos antes. Por sua vez, as informações repassadas a Bento de Lemos pelo "delegado" Giordano certamente contribuíram para o enquadramento de Felizardo como "escravizador de índios". A julgar pelas considerações iniciais do Inspetor, as ações de Felizardo estariam maculadas por várias das práticas condenadas nos relatórios enviados à Diretoria do SPI: em 1924, Felizardo era "proprietário" de seringal, reconhecido como "amansador" de índios e responsável pela "polícia de fronteira", exercia forte ascendência sobre os Kaxinawá, dispondo de sua mão de obra em diferentes atividades, sem qualquer contrato que configurasse uma relação trabalhista ou previsse as respectivas formas de remuneração, mantinha com eles transações permeadas pelas mercadorias, vistas como meio para o endividamento e a perpetuação de uma submissão forçada, e tinha por prática demovê-los de se deslocar livremente e/ou de trabalhar para outros seringalistas.

Em seu relatório desse mesmo ano, contudo, Bento de Lemos não mais reforçaria à Diretoria do SPI o pedido de criação de um posto indígena na foz do rio Jordão, destacando novamente a urgência de fazê-lo no Envira. Ao justificar essa demanda, afirmaria: "*O posto do alto rio Embira terá o encargo de vigiar e proteger as numerosas tribos que se encontram dispersas pelos diversos centros daquela região, evitando os ataques dos seringueiros peruanos. Esses índios, infelizmente, habitam uma região limitrophe com terras da República do Peru, o que vale dizer que as suas vidas estão em contínuo perigo*" (Lemos, 1925. SARQ/MI, Filme 340, Planilha 051).

Nos anos seguintes, a quase totalidade das reivindicações enviadas pelo Inspetor à Diretoria do SPI para a criação de postos indígenas no Território do Acre indicaria outros locais situados ao longo, ou nas proximidades, da fronteira internacional[410]. O fato do alto rio Tarauacá ter deixado de constar como local prioritário para a fundação de um posto e das ações de Antonio Giordano não terem mais sido mencionadas em relatórios posteriores da Inspetoria, é plausível cogitar, podem também ter resultado das trocas de informações mantidas entre Bento de Lemos e Antônio Alves Ferreira da Silva. O chefe brasileiro da Comissão Mista, já em 1920, pessoalmente se empenhara na contratação

[410] Dentre essas demandas, cabe destacar aquelas relativas aos altos rios Juruá-Mirim e Moa (no Departamento do Alto Juruá) e nos altos rios Envira e Jurupary (no Departamento de Tarauacá) (Lemos, 1928. SARQ/MI. Microfilme 340, Fot. 455); e nos altos rios Tejo, Juruá-Mirim, Envira e Purus, além de na foz do rio Breu, todos, à exceção do primeiro, ao longo da fronteira internacional (Lemos, 1929: 3; SARQ/MI. Microfilme 340, Planilha 053, Doc 00, Fot. 557).

de Felizardo e, em vários trechos dos seus relatórios (Silva, 1926, 1929) teceria comentários elogiosos aos resultados das atividades de "catequese" que fazia vários anos aquele realizava junto aos Kaxinawá no seringal Revisão. Ao contrário, Ferreira da Silva nenhuma alusão faria à atuação ou à presença de Antonio Giordano em seu relatório de 1924 (Silva, 1926), referente ao ano em que a Comissão trabalhou nas cabeceiras do rio Jordão e chegou a estabelecer um acampamento temporário na foz desse rio, nas proximidades do seringal Parthenope.

À diferença dos trechos destacados dos relatórios de Bento de Lemos (1923, 1925), nos quais Felizardo é caracterizado como peruano e "escravizador" de índios, Sueiro Sales, conforme já dito, afirmava que seus pais, tios e demais parentes da geração anterior, consideravam-no como primeiro "catequizador" dos Kaxinawá, "protetor" e "bom patrão". Em meados dos anos 1920, ao comparar a situação dos "Kaxinawá de Felizardo" com a das famílias, também Kaxinawá, que então viviam na foz do rio Jordão, sob a "égide" de Antonio Giordano, o "italiano" que então representava a "Comissão de Proteção aos Índios", o padre Tastevin (1926: 51), após visitar ambas as localidades, teceria a seguinte consideração: "*Ils* [os da foz] *ne sont naturellement pas plus avancés que les autres: ils m'ont même paru plus denués de ressources*".

Essa afirmação de Tastevin aparece também em dissonância com o relatório de Bento de Lemos. E fornece um indício para a comparação entre diferentes formas de patronagem e de tutela exercidas por ambos os personagens, Felizardo e Giordano, ao considerá-las enquanto relações que possibilitavam aos Kaxinawá acessos diferenciais tanto a mercadorias e bens materiais como a uma inserção coletiva em meio aos seringais, aí incluídas as alternativas efetivamente disponíveis de acesso a recursos naturais, como a caça, a pesca, terras boas de plantar, indispensáveis à uma subsistência "mais farta" e a um melhor viver. Nesse sentido, parecem convergir com as informações de Sueiro, sobre a decisão, por um lado, dos Kaxinawá da foz do Jordão de migrarem, a partir de final dos anos de 1920, devido ao restrito acesso que gozavam a locais adequados para plantar e da proximidade da Vila Jordão. De outro lado, remetem à própria decisão das várias famílias extensas Kaxinawá que viviam em Revisão de, após a saída de seu "catequizador", migrarem, devido à impossibilidade dos patrões que ali ficaram, antigos empregados de Felizardo, de continuarem atendendo suas "necessidades" de mercadorias e à procura de possíveis "bons patrões" em outros seringais do rio Jordão.

Capítulo VI - Um "catequista" a serviço da Nação

Demarcação da fronteira Brasil-Peru: um empreendimento militar

Como resultado dos trabalhos de reconhecimento realizados por duas comissões mistas no Alto Juruá e no Alto Purus em 1905-1906 e da assinatura do Tratado de Limites de 1909, as condições para a demarcação física da fronteira internacional entre Brasil e Peru foram definidas por Protocolo assinado a 19 de abril de 1913, no Palácio do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro[411]. Conforme previsto nesse protocolo, comissões foram nomeadas por ambos os governos, conformando a "Comissão Mista Demarcadora de Limites" (doravante Comissão Mista). Até 1927, respaldados por troca de notas e correspondências entre os Ministérios de Relações Exteriores, os chefes das duas comissões ficariam responsáveis por manter a mútua comunicação, preparar e coordenar os trabalhos em campo, realizar conferências, com a formalização das respectivas atas, e redigir os relatórios anuais aos seus superiores.

A Comissão Mista deu início às suas atividades em 1913 com a determinação das coordenadas geográficas das cidades de Sena Madureirá, Manaus e Belém[412]. No ano seguinte, apenas a comissão brasileira trabalharia no levantamento dos cursos dos rios Chambuyaco e Santa Rosa, afluentes do rio Purus. Com o início da I Guerra Mundial, ambos os governos acordariam pela paralisação das atividades, por meio de notas trocadas em agosto de 1914[413]. Ao retomá-las em 1920, a Comissão Mista concluiria os levantamentos dos rios Purus, Santa Rosa e Chambuyaco. Em 1921, sem a presença da comissão peruana, a brasileira iniciou este mesmo trabalho nos rios Chambuyaco, Chandless e Iaco, concluído no ano seguinte, de forma conjunta, com a confirmação dos levantamentos já realizados, a demarcação e o assentamento dos marcos no meridiano entre as nascentes dos rios Chambuyaco e Acre, descendo o curso deste último até a foz do Arroio Yaverija (ponto que passaria a estabelecer a tríplice fronteira Brasil-Peru-

---

[411] O Protocolo alterou protocolo de 29 de abril de 1912, também assinado no Rio de Janeiro, para, em função do que estabelecia o Artigo II Protocolo de 1909, definir as instruções relativas à organização e operação da Comissão Mista Demarcadora. A íntegra do Protocolo de 1913 pode ser acessado em *www.rree.gob.pe/portal/ pexterior.nsf/0/d32b786e0597eee605256c5b0075e0fa?OpenDocument,* no portal do Ministério das Relações Exteriores do Peru.

[412] A sede da Comissão de Limites, inicialmente planejada em Manaus, acabou transferida para Belém em 1913, mediante acordo entre os chefes das duas comissões. Sena Madureira funcionaria nos anos de 1913-1914 e 1920-1922 como principal sede de apoio dos levantamentos astronômicos necessários à determinação do traçado da fronteira. A partir de 1923, e até 1927, essa principal sede de apoio seria transferida para Cruzeiro do Sul.

[413] Caberia ao governo peruano a proposta da suspensão dos trabalhos, justificada pelo início da guerra e a falta de recursos financeiros para custear a sua Comissão. Sobre esses entendimentos, e as notas trocadas, entre os dois governos, consultar Brasil. MRE, 1915: 114-15; 1915a: 11-13.

Bolívia). Após a demarcação do trecho ao longo do Paralelo de 10°S, entre as cabeceiras dos rios Santa Rosa e Breu, no biênio 1923-1924, os trabalhos seriam concluídos, em três etapas, até 1927, com a exploração, demarcação e sinalização do paralelo (de 09°S 24"42') entre a foz do rio Breu e o divisor de águas dos rios Juruá e Ucayali, seguindo por este, a norte, até a nascente do rio Jaquirana, confirmada pela Comissão como principal formador do rio Javari (Silva, 1929)[414].

Subordinado às instâncias diplomáticas de ambos os países, o levantamento e demarcação da fronteira internacional constituiu empreendimento de cunho eminentemente militar[415]. Além de determinar a composição dos comandos de ambas as Comissões, suas formas de organização, de decisão, interação e deslocamento logístico em campo, a estratégia militar também condicionaria a política e as instruções definidas para o relacionamento com os grupos indígenas considerados "selvagens" encontrados pela Comissão Mista e, posteriormente, para o recrutamento de pessoal especializado para levar a cabo essa tarefa.

As atividades de campo da Comissão Mista se desenrolaram via de regra nos meses do verão amazônico (abril a outubro), quando a escassez de chuva permitia um melhor desempenho das tarefas na floresta, mas colocava pesados obstáculos ao transporte dos trabalhadores, equipamentos e alimentos pelos rios secos. Os relatórios anuais produzidos pelo chefe da Comissão brasileira, Antonio Alves Ferreira da Silva, explicitam, com grande profusão de detalhes, o cronograma das atividades planejadas e executadas, as condições e a logística dos deslocamentos pelos rios e igarapés, as negociações localmente empreendidas pelos chefes de ambas as comissões, as ordens emitidas, pesso-

---

[414] A extensão total da fronteira brasileiro-peruana é de 2.995 quilômetros, dos quais 2.003 em limites formados por rios, lagos e canais e 992 em linha seca, dos quais 709 ao longo de terras dos divisores e 283 em três linhas geodésicas. O trecho demarcado com base no Tratado de 1909 tem extensão de 1.565 quilômetros (sendo 573 km por água e 992 km por divisores de terra), sinalizados com 86 marcos (Silva, 1929: 236). A descrição detalhada deste último trecho consta da Ata da 24ª Conferência da Comissão Mista, realizada em Belém a 12 de setembro de 1927 (Brasil. MRE, 1928 [2° Vol., Anexo A, N° 6G]: 52-73). Uma descrição resumida dos marcos pelos quais a fronteira foi sinalizada, com suas coordenadas geográficas e respectivas datas de inauguração, consta em Silva, 1929: 271-82.

[415] Em 1923, quando tiveram início os trabalhos nos rios Envira, Tarauacá e Jordão, a comissão brasileira, chefiada pelo então Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, esteve composta por um Sub-Chefe com a patente de Capitão de Corveta; dois Ajudantes, ambos Capitães-Tenente; um Capitão-Médico do Exército; um Auxiliar, Primeiro Tenente da Armada; com a mesma patente, um Comandante de Contingente do Exército, contingente este integrado por um Sargento e 24 praças, dois marinheiros radiotelegrafistas e dois motoristas, além do "pessoal civil" contratado na própria região para os trabalhos braçais. A comissão peruana, por sua vez, teve como chefe o Tenente-Coronel de Infantaria Roberto López e, como Ajudantes, um Capitão e um Major (em anos anteriores, também faziam parte desta um médico e um contingente de praças militares). A composição das Comissões seria mantida em 1924, com a substituição de alguns nomes, tendo se somado, à brasileira, um Capitão-Tenente Médico, visto que três turmas atuaram nesse ano, duas no Paralelo de 10°S e outra no levantamento e na sinalização do curso do rio Breu (Silva, 1929).

almente ou por rádio, às turmas de trabalho na floresta, o andamento e os resultados práticos da exploração de divisores de terras, nascentes e cursos de igarapés, das observações astronômicas, da abertura de clareiras e picadas, do assentamento dos marcos de sinalização, bem como o planejamento das atividades previstas para a continuidade da demarcação nos anos subsequentes.

Os mesmos relatórios não apresentam registros significativos sobre diálogos e relações estabelecidos pelo comando da Comissão Mista com outros atores, seja nas viagens pelos rios, seja durante os trabalhos na fronteira - o que, neste caso, pode ser entendido por seu traçado ter percorrido áreas de floresta situadas além das últimas colocações ocupadas dos seringais[416]. De forma sistemática, todavia, relacionam informações sobre os cupichauas e os roçados indígenas, bem como sobre os contatos fortuitos e as relações, diretas e indiretas, mantidas com diferentes grupos indígenas, considerados "selvagens", encontrados ao longo do levantamento e da demarcação da linha fronteiriça.

A proximidade dos índios, que "infestavam" a região e acompanhavam de perto as atividades da Comissão, e a permanente necessidade de "vigilância" nos acampamentos, de forma a evitar possíveis ataques e roubos, ocupando, para isto, homens e tempo, "em detrimento dos trabalhos técnicos e materiais", são relacionados em vários trechos dos relatórios escritos por Ferreira Silva até 1924 dentre os principais obstáculos que contribuíam para o lento avanço dos trabalhos. A "presença constante de índios" seria também destacada em mensagem apresentada pelo Presidente Arthur Bernardes na sessão de abertura do Congresso Nacional em 1924, ao relacionar os fatores que representavam obstáculos ao desejado progresso da Comissão Mista (Brasil. Presidência da República, 1924: 98)[417].

---

[416] Nesse caso, os registros se limitam a informações e agradecimentos sobre apoios obtidos de alguns poucos seringalistas, na forma de embarcações e de locais para a guarda temporária de materiais. Em álbum fotográfico anexo ao relatório final do Comissário brasileiro (Brasil. MRE, 1928), constam registros esporádicos das sedes de alguns dos principais seringais visitados, via de regra sem qualquer presença humana, e pequeno número de fotos das cidades pelas quais a Comissão passou em diferentes anos. Prevalecem as imagens das equipes, dos deslocamentos e dos acampamentos feitos pela Comissão, ao subir os rios rumo à região fronteiriça, bem como dos atos oficiais de cravação de marcos. Registros fotográficos de dois agrupamentos Kaxinawá, nos rios Envira e no Jordão, também constam do álbum, e serão objeto de análise mais adiante.

[417] A necessidade de realizar simultaneamente dois diferentes de trabalho, de "exploração" e de "execução", traduzindo-se "no levantamento e na demarcação material da fronteira", consumindo um tempo sempre mais prolongado do que originalmente previsto, derivava também, segundo o Chefe da Comissão Brasileira, das "*imperfeições dos mappas existentes, cuja confecção tem sido baseada, em geral, em simples informações de seringueiros e outros habitantes da região, bem assim à deficiência de subsídios que possam orientar na organização prévia do plano de operações*" (Silva, 1929: 132). Dentre outros fatores apontados com recorrência nos relatórios para justificar a lentidão dos trabalhos constavam a "inclemên-

Pretende-se, nas próximas seções, enfocar os trabalhos de levantamento e de demarcação da fronteira brasileiro-peruana, principalmente em 1923-1924, no trecho de florestas ao longo do Paralelo de 10°S, entre as nascentes dos rios Santa Rosa e Breu[418]. Nesse biênio, a Comissão Mista atuaria nos rios Envira, Tarauacá, Jordão e Breu durante dois períodos de "verão", o seringal Revisão serviria em 1924 como uma das principais bases de apoio logístico, Felizardo Cerqueira seria contratado como "mateiro" e "prático" e, por seu intermédio, homens Kaxinawá seriam engajados, como parte do "pessoal civil", em tarefas desempenhadas por diferentes "turmas" da Comissão.

A partir da documentação produzida por Ferreira da Silva sobre as atividades cumpridas naquele biênio, bem como de outros documentos escritos (Tastevin, 1926; Carvalho, 1929; Cerqueira, 1958), de depoimentos orais e do material fotográfico produzido pela Comissão, destaque será dado, por um lado, à participação de Felizardo e dos Kaxinawá nos trabalhos demarcatórios, na busca de, em última instância, subsidiar novas análises sobre as relações por eles mantidas à época no seringal Revisão, no alto rio Jordão. Por outro lado, a título de introdução, serão brevemente discutidas as representações vigentes sobre um conjunto de grupos índios tidos como "selvagens" que habitavam na zona então em demarcação, bem como as políticas e práticas adotadas pela Comissão vis a vis esses indígenas, com o objetivo principal de garantir o estabelecimento de "relações pacíficas" e, assim, o adequado desempenho das atividades previstas nos Protocolos de 1909 e 1913.

A política de "não hostilização": militares, mateiros e índios "selvagens"

Nos anos anteriores ao início das atividades da Comissão Mista, diversos documentos produzidos por órgãos do governo federal (prefeituras, ministérios e o SPI) e matérias publicadas na imprensa, nacional e dos departamentos acreanos, haviam feito recorrentes alertas sobre conflitos em curso na região de fronteira Brasil-Peru, decorrentes de enfrentamentos armados entre índios e "civilizados" e da atuação de caucheiros peruanos. Diferentemente, nenhum documento das chancelarias de ambos os países, ao

---

cia do clima"; a dificuldade dos deslocamentos até os altos rios na época das vazantes, devido à sua obstrução por grandes tronqueiras; a natureza do terreno na floresta; a impossibilidade de contar com muares para o transporte de alimentos e materiais, tornando-se obrigatório fazê-lo às costas dos trabalhadores; as freqüentes doenças e os acidentes de trabalho, segundo o Chefe da Missão Brasileira, "(...) *sérios obstáculos superáveis apenas por quem possua uma comprehensão clara da responsabilidade de sua missão, alliada a uma vontade firme patriótica*" (ibid: 131).

[418] A respeito das negociações diplomáticas, dos levantamentos, da demarcação neste período e das atas que formalizaram esses trabalhos, ver Silva, 1914, 1915, 1922, 1924, 1925, 1929 (este último uma compilação de todos os relatórios produzidos pelo Chefe da Comissão brasileira); e Brasil. MRE, 1925, 1926.

tratar das formas de organização e operação da Comissão Mista, mencionaria a presença indígena como potencial obstáculo ao avanço dos levantamentos e da demarcação da fronteira internacional. A preocupação do comando da Comissão Mista com a ampla presença de índios "selvagens", com possíveis ataques e com o delineamento de estratégias para garantir a "defesa" dos acampamentos e a "segurança" das "turmas" de trabalhadores na floresta ganharia forma, todavia, durante a primeira etapa dos trabalhos de campo.

Em 1914, ano em que a comissão brasileira atuou sem a presença da contraparte peruana, seriam constatados, no rio Santa Rosa, afluente da margem esquerda do rio Purus, os primeiros sinais da presença de índios, Marinawa, perceptíveis em "rastros" frescos, pequenos tapiris abandonados e o constante "arremedo" de cantos de aves em torno dos acampamentos montados pelas turmas da Comissão (Silva, 1929: 32). A iniciativa do chefe brasileiro, de enviar "um prático"[419] para "sondar o ânimo" e "conhecer as disposições" dos índios em relação à Comissão, resultaria em breve diálogo com um caçador Marinawa, quem, após pedir um rifle e munição, recusaria convite para conhecer o chefe do acampamento e desapareceria na mata após roubar o chapéu do prático. Nova fuga, de um grupo maior de Marinawa, seria antecedida por disparos de dois tiros de rifle contra outros dois "práticos", enviados para "dar uma batida" e "reconhecer a situação", visando evitar uma possível "emboscada" (ibid: 34)[420].

Apesar dos "objetivos patrióticos" e das "intenções pacíficas" da Comissão, a potencial desconfiança e a hostilidade dos índios em relação às turmas de trabalhadores ganhava fundamento, na avaliação de Ferreira da Silva, nas violências outrora sofridas em relações de trabalho mantidas com patrões caucheiros: "*Os índios que infestam a faixa compreendida entre os rios Santa Rosa e Embira são em grande parte antigos empregados de caucheiros brasileiros e peruanos, que os maltratavam, dando logar a essa lamentável* revanche, *para cuja execução se aproveitam das armas fornecidas pe-*

[419] Nestes dois primeiros anos de trabalho da Comissão, a principal qualificação destacada para os "práticos", recrutados localmente como parte do "pessoal civil", era o conhecimento da região então em demarcação (Silva, 1929: 32; 71), razão que motivou a contratação de antigos moradores dos seringais, os quais haviam trabalhado como mateiros, seringueiros e/ou caucheiros. Os contatos mantidos com índios durante essas atividades também seriam ressaltados como atributo que pesara na inicial contratação desses práticos, uns de nacionalidade brasileira, outros peruana.

[420] Cabe recordar que, três anos antes, um grupo de famílias Marinawa, após matar cinco caucheiros peruanos num afluente do rio Jaminauá, fora contatado por Felizardo com os Kaxinawá. Mediante "acomodação" feita entre os chefes de família Marinawa e o patrão do seringal Santo Antonio, os índios ali se estabeleceriam para trabalhar na extração de caucho, no rio Envira. Mas, após desentendimentos, acabariam por matá-lo, junto com seu irmão e mais 17 fregueses, optando, a seguir, por fugir e manter-se a distância dos locais ocupados pelos "civilizados" e outros indígenas.

los próprios patrões quando os tinham a seu serviço" (Silva, 1929: 36). O histórico de "correrias", por outro lado, seria também destacado pelo comissário como motivo adicional para as represálias dos índios contra os "civilizados": "*As freqüentes luctas entre seringueiros e selvagens, motivadas pelas* correrias *e* batidas *daquelles contra estes, bem explicam a natural vingança dos índios, que em seus ataques aos seringaes, se apoderam de "rifles" e munições, tornando-se, com esses elementos, mais perigosos na expansão inconsciente e brutal de hostilidade aos civilizados*" (ibid: 113)[421].

Com base em "informações colhidas na própria região", Ferreira da Silva (1929: 37) relacionaria os Kaxinawá, Kulina, Jaminawa, Marinawa, Kontanawa, Kapanawa e Charanawa como as "tribus" "mais conhecidas". "Muito disseminadas", tinham seu "habitat" no rio Santa Rosa, no divisor de água entre os rios Purus e Envira e nas cabeceiras dos rios Tarauacá e Jordão, chegando à margem direita do alto rio Juruá, portanto, numa ampla região no entorno do Paralelo de 10°S, abrangendo partes dos territórios brasileiro e peruano. As três primeiras "tribos" eram então as mais numerosas, atesta o comissário, ainda que, de modo geral, estivessem todas já "mui reduzidas", após décadas de conflitos com caucheiros e seringueiros.

Ciente desse histórico de conflitos, e preocupado com as conseqüências que os primeiros encontros com os "selvagens" poderiam trazer ao adequado andamento dos trabalhos e à moral de seus comandados, Ferreira da Silva emitiria, em 1914, um conjunto de instruções, visando "evitar inúteis sacrifícios de vidas" e normatizar as ações de "vigilância" e "defesa". Orientadas por uma política de "prudência" e de "não hostilização", as instruções contemplavam o retorno imediato dos trabalhadores aos acampamentos à primeira manifestação de hostilidade dos índios; o não abandono de "instrumentos preciosos", (...) "no caso de um ataque vigoroso dos índios"; o cuidado para que as embarcações não se distanciassem umas das outras nos deslocamentos fluviais, e viajassem escoltadas por um destacamento, que se deslocaria a pé, em ambas as margens do rio,

---

[421] As avaliações de Ferreira da Silva, de que as vinganças e os ataques armados dos indígenas contra os "civilizados" constituíam uma legítima represália às "correrias" e ao saque de suas "propriedades", seriam compartilhadas pelo médico da Comissão, Capitão João Braulino de Carvalho, fazendo referência às informações levantadas em campo acerca das iniciativas dos Kaxinawá: "*Constantemente lemos nos jornaes das cidades de fronteira, noticias sobre ataques a seringaes, pelos "Cachinauas". Quando trabalhámos no "Embira", em 1923 e 1924, fizemos indagações minuciosas, e chegámos á conclusão de que todos os ataques aos seringaes, pelos "Cachinauas", foram a consequencia de perseguições e usurpações anteriormente feitas pelos civilisados contra os selvicolas e suas propriedades. As "correrias" são caçadas systematicamente organizadas contra os indefesos indigenas e suas familias. Os ataques dos "Cachinauas" são a manifestação do mais sagrado dever do homem: a defesa da familia e da propriedade contra os crueis organizadores de* correrias, *que geralmente são caucheiros ou apaniguados dos proprietarios de seringaes*" (Carvalho, 1929: 305).

em ação de "flanqueamento", para evitar emboscadas; e a proibição de disparos de rifles, salvo em situações de emergência, nas quais o sinal de três tiros indicaria pedido de socorro. Durante as atividades nos divisores de água, as instruções determinavam que os roçados indígenas fossem respeitados e nenhum objeto fosse tocado ou retirado dos cupichauas, dos tapiris ou de locais onde fossem encontrados "rastros" recentes de índios; ao contrário, "presentes" deveriam ser prontamente ofertados, deixando-os em seus locais de moradia e nos acampamentos abandonados pela Comissão, para que os índios "percebessem os bons desejos de uma caridosa aproximação" e condições fossem construídas para a atuação das turmas de trabalho nos anos seguintes (Silva, 1929: 32; 34-6)[422].

Ao final dos trabalhos de 1914, já sabedor da paralisação das atividades da Comissão, Ferreira da Silva definiria que a sua retomada nos anos seguintes, ao longo do Paralelo de 10°S, deveria acontecer com a presença conjunta das duas comissões, cada uma com 30 homens "sãos" para os trabalhos demarcatórios, além de "pessoal suficiente para defesa" (1929: 36). Assim ocorreria em 1920, quando, além do "pessoal civil" arregimentado em Belém, Manaus e Sena Madureira, a Comissão brasileira recrutaria, para compor o "contingente militar", um sargento e 12 soldados do 4° Batalhão de Artilharia da Costa, sediado em Óbidos (Am), e nove soldados do 27° Batalhão de Caçadores, de Manaus. A Comissão peruana seria escoltada, por sua vez, por um contingente composto por um segundo sargento e 29 praças (Silva, 1929: 52).

Pouco após o início dos trabalhos em 1920, no rio Santa Rosa, um "prático", peruano, seria ferido por flechas atiradas por índios Kulina, os quais, por várias noites, manter-se-iam nas cercanias do acampamento, dando "sinais evidentes de sua presença", segundo Ferreira da Silva, com possível intenção de protagonizar novo ataque. O acampamento da Comissão seria visitado pouco depois por cinco Kulina (um dos quais "pronunciava algumas palavras em português"), acompanhados de seu patrão, o cearense Ovídio Gadelha, com quem, "destacados da tribo", trabalhavam na extração do caucho no baixo rio Santa Rosa. Recebidos com "presentes" (ferramentas), garantiriam não terem sido os autores do ataque ao prático, atribuindo-o aos Kaxinawá, "seus inimigos".

[422] É relevante destacar certa homologia dessas instruções com aquelas que nortearam as atividades da Comissão Mista Brasil-Peru de Reconhecimento do Alto Juruá, chefiada pelo então Coronel Belarmino Mendonça, pelo lado brasileiro, em 1905. Como resultado da preocupação com o "seguimento" dos "autochthones bravios" e de duas "emboscadas", nas quais um soldado acabou ferido, a Comissão também adotaria ações de "vigilância" e "defesa", com a estratégia de concentrar as várias equipes em um único local ao constatar a presença de índios e de evitar qualquer "confrontação" e a retirada dos objetos encontrados nas malocas e acampamentos indígenas (arcos e flechas e ferramentas e utensílios que haviam sido "tomados" dos seringueiros e caucheiros) (Mendonça, 1989: 125; 127; 129).

Essa afirmação seria vista com descrença pelo chefe brasileiro, dado que apenas índios Kulina haviam sido encontrados no reconhecimento já feito naquele rio e os Kaxinawá, tomara conhecimento, haviam mudado seu "habitat" para as cabeceiras do rio Curanja após os caucheiros peruanos terem abandonado essa região (Brasil. MRE, 1922: 121-22; Silva, 1929: 73).

Segundo o Comissário, novos ataques não teriam ocorrido naquele ano "*graças à constante vigilância e aos elementos de defesa que possuíamos*", e por "*terem os índios observado, que mantínhamos com elles as mais pacíficas intenções, longe de pensar em hostilisal-os, como geralmente acontece naquella zona*", prova do acerto das instruções por ele emitidas na "parte relativa aos índios" (Brasil. MRE, 1922: 123; Silva, 1929: 71). Mas, a constatação do considerável número de malocas indígenas situadas nessa região, os ataques sofridos em 1914 e 1920 e a necessidade de manter condições propícias ao avanço da demarcação, sem "enfrentamentos" ou "baixas", levaria Ferreira da Silva a tomar nova resolução para o seguimento dos trabalhos no Paralelo de 10°S: além da manutenção do contingente militar de 60 homens, decidiria pela incorporação de reconhecidos "catequistas de índios" às turmas da Comissão Mista.

Já em 1920, logo após o ataque dos Kulina, Felizardo Cerqueira seria convocado pelo Chefe da Comissão brasileira. Em carta encaminhada ao Deputado José Guiomard dos Santos em novembro de 1956, em apoio ao projeto de lei que visava conceder uma pensão a Felizardo por seus serviços como "catequista de índios e "guia" da Comissão Mista, o então Almirante de Esquadra Ferreira da Silva assim justificou o porquê daquele convite feito três décadas e meia antes:

> "*Sabedor da existência, nas regiões dos rios Juruá e Tarauacá, daquêle brasileiro que vivia entre índios, por êstes muito estimado e obedecido, guiando-os e orientando no rumo da civilização, falando a sua língua e perfeitamente adaptado a seus costumes, habituado às vicissitudes na floresta agressiva e selvagem, mas dotado de boas qualidades pessoais, procurei atrai-lo, sendo em seguida admitido, como prático e "mateiro", na Comissão por mim chefiada*" (Diário do Congresso Nacional, Seção I, 7/12/1956: 12237)[423].

Em seu relatório, Felizardo confirma ter recebido, em maio de 1920, "chamado" do Chefe da Comissão brasileira, por meio de "portador especial", enviado ao seringal

[423] Em vários trechos de seu relatório, Ferreira da Silva faz referência à profissão de "catechista de índios", ao extenso conhecimento da região, por nela viver fazia muitos anos, e ao domínio do ofício de "mateiro", como atributos que credenciaram Felizardo para o exercício das atividades para as quais decidira contratá-lo. A precisão dos levantamentos do curso de diferentes trechos do divisor de água feitos por Felizardo, atestada pelos subchefes de várias turmas da Comissão, também seria por várias vezes apontada por Ferreira da Silva, inclusive em reuniões dos comandos das duas comissões.

Revisão, ao qual se prontificou a atender com urgência. No rio Purus, Ferreira da Silva ausente, manteria entendimento com o Capitão de Corveta Nogueira da Gama, subchefe da Comissão e então responsável pela turma de exploração do rio Santa Rosa, junto a quem se informou das condições em que ocorrera o ataque dos Kulina. Após uma "*pequena exploração por toda zona infestada pelos índios*", diz Felizardo, procuraria tranqüilizar Nogueira da Gama, opinando sobre a ausência de risco de prosseguir até as nascentes daquele rio, ponto previamente estabelecido para o término dos trabalhos naquele ano[424].

Mesmo percebendo "*que o ilustre Capitão estava com receio dos índios voltarem à carga impiedosa sobre aquela pobre gente, que nada compreendia dos traiçoeiros ataques dos silvícolas*", Felizardo comunicaria a impossibilidade de incorporar-se de imediato à Comissão, ou mesmo de demorar-se. Esclareceria, para tal, que necessitava retornar com urgência a Revisão, por estar "*comprometido seriamente com o Sr. José Maia na colonização dos indios Papá-vôs*". Em seu relatório, informa ter gentilmente recusado "*proposta de vultosa soma de dinheiro e mais oferecimento de uma pistola Colt nº 45, para que eu não os desprezasse*", feita por Nogueira da Gama, e, por fim, seu pedido de que pelo menos acompanhasse sua turma até o meio curso do rio Santa Rosa (Cerqueira, 1958: 130-31)[425].

Para o ano de 1923, a Ata da 11ª Conferência da Comissão Mista, assinada em 25 de novembro do ano anterior, estabelecera a transferência para a cidade de Cruzeiro do Sul do posto de observações astronômicas e transmissão de sinais rádio horários, opera-

---

[424] Em seu relatório, Felizardo assim transcreve a explicação então dada ao subchefe da Comissão, fruto, esclarece, da experiência adquirida ao longo de anos de catequese, justificando a não necessidade de seus serviços naquele ano: "(...) *Capitão, diante de meu estudo do mato e pela experiência de muitos anos de luta com os silvícolas, afirmo-lhe que este ano não é necessário ainda da presença minha aqui, pois não vejo perigo justificado para uma vingança indígena, pois em vez de ser os índios feridos, foram eles quem feriram. Portanto, o direito de vingança pertence à parte civilizada, e se esta parte de maior compreensão perdoar o ofensor este não terá justificativa do ódio da lei do dente por dente e olho por olho (...) o que eu quero dizer com elas é o seguinte: devido à grande e longa pratica que tenho de vivenda com índios e mesmo assim atendendo razões proporcionadas pelas ofensas, vejo que durante um certo tempo quase completo de um ano, o ofensor estará sempre à espera do choque de retorno e só voltará a carga novamente quando desenganar da ofensa do que recebeu e perdoou. É, portanto, desta teoria recebida da prática indígena que me atrevo atestar que nada virá até conclusão dos trabalhos deste ano, pois que Sua Excia. mesmo disse-me que em outubro voltarão dos trabalhos, tempo este que ainda os índios estarão à espera do choque de uma vingança*" (Cerqueira, 1959: 131-32).

[425] Felizardo reiteraria, contudo, que sua presença era imprescindível na "colônia Papa-vôs", pois "(...) *por um triz ia ser destruído todo esforço praticado por mim em prol da humanidade indígena e a nossa humanidade, mais rebelde do que os silvícolas*" (Cerqueira, 1959: 130-31). Conforme a cronologia aqui construída, com base em informações esparsas em diferentes fontes escritas e orais, fazia menos de dois anos que o grupo de várias dezenas de Papavô fora trazido à sede do seringal Revisão e ali acabara massacrado. O início do verão, período em que usualmente os índios "brabos" costumavam se deslocar com maior desenvoltura, promovendo saques e ataques, é fator que pode ter também concorrido para a decisão de Felizardo de retornar de imediato à Revisão, temeroso de represálias por parte dos seringueiros.

do por uma "turma", bem como a subida do rio Envira, para a determinação das coordenadas de seus pontos principais e a identificação daqueles a serem depois assinalados. Caso esse rio fosse atravessado pelo Paralelo de 10°S, estabelecido pelo Tratado de 1909 como traçado máximo da fronteira, outras duas "turmas" ("do Envira" e "do Tarauacá") seriam constituídas, para dali, rumo às nascentes do rio Santa Rosa, a leste, e do rio Breu, a oeste, realizar levantamentos, abrir picadas e assentar marcos[426].

Seguindo decisão tomada por Ferreira da Silva três anos antes, dois "catequistas de índios", agentes qualificados para chefiar as principais expedições destinadas a mediar possíveis contatos e os entendimentos necessários com os "selvagens", seriam incorporados às turmas da Comissão. Antônio Bastos seria recrutado para "o lugar de intérprete de silvícolas", cargo que exerceu no biênio 1923-1924. Como justifica o Comissário, pesara na contratação de Bastos, à época residente em Manaus, além de seu domínio de várias línguas nativas, os serviços, fazia anos, prestados no rio Juruá, "domesticando índios" (Silva, 1929: 122), inicialmente por "conta própria" e depois como representante da Comissão de Obras Federais e do SPILTN.

Um novo portador seria enviado por Ferreira da Silva ao seringal Revisão em maio de 1923 para alertar Felizardo do início dos trabalhos da Comissão Mista no rio Envira. Felizardo seria contratado como "mateiro" e "prático"[427], cargo pelo qual acertaria um ordenado mensal de 900$000. Assim como ocorreu até 1927, trabalharia junto às turmas da Comissão durante o "verão", de maio a outubro[428]. No período em que a Co-

---

[426] Conforme explicita o Tratado, seria o seguinte traçado da fronteira internacional a ser determinado e demarcado no trecho entre as cabeceiras dos rios Breu e Santa Rosa: "*3°- (...) Si las cabeceras del Tarauacá y del Envira estuviesen al sur del paralelo de diez grados, la línea cortará estos ríos siguiendo el expresado paralelo de diez grados y continuará por el divortium aquarum entre el Envira y el Curanjá, ó Curumahá, hasta encontrar la naciente del río Santa Rosa*". Visto que os trabalhos de campo inciados em 1923 precisaram que as cabeceiras do rio Envira estavam situadas a sul da latitude de 10°S, esta linha geodésica acabou por prevalecer como traçado da demarcação física entre as nascentes dos rios Breu e Santa Rosa.

[427] Escassas foram as informações obtidas em entrevistas com Kaxinawá de diferentes idades sobre a participação de Felizardo, e de seus próprios parentes, nas atividades da Comissão Mista nas cabeceiras dos rios Jordão e Tarauacá. Em depoimento feito em 2005, Romão Sales, nascido em meados dos anos 1920, no seringal Revisão, assim narraria o episódio da incorporação de Felizardo à Comissão Mista e o principal trabalho por ele desempenhado: "*A Comissão de Limites. A Comissão de Limites, quem contava era os velhos mesmo. Felizardo era mateiro. A Comissão de Limites chegou, diz que convidaram ele. Nesse tempo, ele ainda estava na Revisão. Convidaram ele, ele era mateiro. Era ele quem fazia a picada, tirava o rumo da divisão. Juruá pra acolá, Envira pra cá. Brasil e Peru. Entrou o seu Felizardo na Comissão. Assim contavam os mais velhos*" (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, TI Kaxinawá do Rio Jordão, maio de 2005).

[428] As principais atribuições confiadas a Felizardo na condição de "mateiro" durante as atividades nos meses de verão são assim descritas pelo Chefe da Comissão: "*O trabalho de abertura da referida picada teve começo (...), methodicamente organisado, indo á frente o matteiro Felizardo com dois homens, afim de seguirem a crista do divisor, reconhecendo ao mesmo tempo as direcções dos cursos d'agua que appareciam (...) Achado um trecho do divisor de aguas, o empregado Felizardo o assignalava com simples cor-*

missão se desmobilizava, durante os meses de "inverno", Felizardo, junto com o "seu pessoal", exploraria e sinalizaria trechos determinados dos divisores de águas, obedecendo instruções anualmente repassadas por Ferreira da Silva, de modo a facilitar os trabalhos de observação astronômica, abertura de picadas e assentamento de marcos realizados pela Comissão Mista nos verões subseqüentes. Conforme acertado com Ferreira da Silva em 1923, o pessoal mobilizado nos trabalhos de "invernada" seria pago pela Comissão, ficando a sua alimentação "por conta" de Felizardo. Parte desse pessoal, rezava também o trato, seria incorporado às turmas regulares da Comissão durante as atividades de verão (Cerqueira, 1958: 133-34; Diário do Congresso Nacional, 1956: 12238).

A preocupação da Comissão Mista com novos ataques dos índios "selvagens" ficaria patente nas precauções adotadas, em 1923, ao iniciar a exploração das florestas vizinhas ao acampamento montado no cruzamento do rio Envira com o Paralelo de 10°S, ponto de partida e principal base de apoio logístico aos trabalhos das turmas do "Tarauacá" e do "Envira". Visto que nesse local a "presença de índios era denunciada por sinais evidentes e numerosos", quatro homens de "confiança e coragem" seriam destacados por Ferreira da Silva para "montar guarda" no depósito de equipamentos e víveres ali instalado (Silva, 1929: 112). Apesar da "constante e rigorosa vigilância, que muito fatigava o pessoal", o tapiri ocupado pelo sargento da guarda acabaria roubado por índios não identificados, que levaram dois rifles e um "telemetro de Feuriais", instrumento do qual apenas parte seria recuperada, pouco depois, por carregadores que retornavam ao acampamento.

A leste do rio Envira, informa Ferreira da Silva, o "empregado" Antonio Mathias, antigo morador da região, "*acompanhado de um índio "Cachinaua" a serviço da Comissão*", em exploração no Riozinho da Ordem, seria obrigado a retornar, por terem encontrado "muitos vestígios recentes de índios e julgarem-se próximos de alguma maloca". Nova exploração seria iniciada por uma "turma suficientemente forte", coordenada por Antonio Bastos, que ali encontraria "*uma malóca de índios "Jaminauas", de construção recente, com setteiras para "rifles" e paredes reforçadas, de tres ripas superpostas, deixando tudo perceber uma franca disposição para resistencia em caso de ataque*" (Silva, 1929: 113). Seguindo a política de "não hostilização", "brindes", neste caso, machados, terçados, fósforos, espelhos, miçangas e "anéis de fantasia", seriam

---

tes nas arvores, esboçando a direcção da picada. Esta era aberta pela turma que caminhava na rectaguarda (...)" (Silva, 1929: 122).

deixados nessa maloca, abandonada pelos Jaminawa ao pressentirem a chegada da turma da Comissão.

Com o avanço dos levantamentos, ainda a leste do rio Envira, novos "*taperys de indios, recentemente abandonados*" seriam encontrados. Mais adiante, os trabalhos teriam de ser interrompidos, informa Ferreira da Silva, "*(...) por ter sido encontrado um vasto roçado, em cujas cercanias havia grande numero de indios*". Também sob a chefia do "intérprete" Antonio Bastos, uma nova turma seria organizada, com a participação de outros dois "práticos", "(...) *com o fim de se obter um entendimento com os indios e facilitar a continuação da tarefa, mas verificou-se com grande surpresa* (...) *que esses indios, supostos "Jaminauas", haviam abandonado os taperys, deixando varios utensilios, viveres e grande quantidade de milho. Pelo numero de taperys existentes no aldeamento, foi estimado em 300 o número de índios que alli habitam*" (Silva, 1929: 115). No rio Jaminauá, dois quilômetros além do limite da picada, e no igarapé Fronteira, em território peruano, novas interrupções seriam necessárias, com a identificação de outra maloca, "muitos índios" e "muitos vestígios novos de selvagens". Nos trabalhos a oeste do rio Envira, que visavam determinar o traçado das terras dos divisores até a principal nascente do rio Breu, a situação se repetiria: foram ali encontrados "*um regular bananal, matto rasteiro e arvores derrubadas, signaes evidentes de ter alli existido um* cupichaua *de índios. Dalli observou-se um outro* cupichaua, *na direcçao Oeste e á distancia aproximada de mil metros, situado em cima de um morro isolado*" (Silva, 1929: 123)[429].

O temporário abandono dos cupichauas pouco antes da passagem da Comissão, o próximo, mas respeitoso, acompanhamento feito pelos índios às turmas de trabalhadores, "*que os não via, mas pressentia, pelo rumor produzido próximo dos acampamentos*" e a ausência de novo "ataque de surpresa" configuravam, na avaliação de Ferreira da Silva, evidências substantivas do acerto da política de "não hostilização" por ele determinada: "*Penso que esse procedimento, rigorosamente seguido desde o inicio dos nossos trabalhos, imprimiu nos indios certa confiança, insufficiente para de nós se approximarem, mas bastante para nelles despertar o sentimento de gratidão, pelos pre-*

[429] Registros das coordenadas geográficas da localização de malocas, "tapiris", roçados dos indígenas, localizados ao longo do divisor, seriam sistematicamente anotados nas "cadernetas de levantamento do divisor de águas", mantidas pelos encarregados das turmas, e hoje depositadas, junto com o restante do material da Comissão, no Arquivo Histórico do Itamaraty. Para exemplo desse registro, consultar "Caderneta de levantamento do divisor de águas "Tarauacá-Juruá", a partir do marco das nascentes do rio Breu (do trecho comprehendido entre o marco que assignala a nascente principal do rio Breu e a Estação A). 1924 - 2ª Turma. Observador: Arthur Bustamante de Albuquerque - 1° Tenente - Ajudante". (Lata 492 - Livro 40).

sentes que lhes deixavamos e pelo estreito respeito ás suas propriedades" (Silva, 1929: 115-116). Ressaltaria ainda o caráter estratégico, para a conquista dessa confiança, da oferta de "brindes", "(...) *por elles retirados, sem, entretanto, deixarem cousa alguma em retribuição, como geralmente fazem para demonstrar desejo de uma approximação pacifica*" (ibid: 129). Apesar de auspiciosas para o avanço da demarcação, ambas essas respostas dos indígenas à política da Comissão, não constituíam, segundo o *savoir-faire* militar de Ferreira da Silva, sinais de uma pacificação definitiva, implicando em recorrentes ordens para a manutenção de uma constante "vigilância", visando a "defesa" dos acampamentos e a "segurança" das várias turmas distribuídas pela floresta.

Os dois únicos encontros face a face com grupos de índios considerados "selvagens" ocorreriam durante as atividades de 1924, frutos de "visitas" por eles realizadas ao acampamento da "Turma do Envira", cujos membros então finalizavam a demarcação e a sinalização da fronteira entre as cabeceiras dos rios Santa Rosa e o ponto de interseção do rio Envira com o Paralelo de 10°.

O primeiro, com índios Jaminawa, que seguiam a comissão fazia vários quilômetros, e cuja próxima presença fora denunciada por "vestígios" encontrados por Felizardo, quando chefiava uma turma que precedia com levantamentos no divisor. Por ter constituído iniciativa dos próprios índios, essa visita objetivaria a suposição de Ferreira da Silva quanto às intenções pacíficas de que aqueles estavam imbuídos e, novamente, da adequação da postura de "não hostilização" adotada durante a expedição sob encargo de Antonio Bastos no ano anterior, quando "brindes" haviam sido deixados na maloca. Chama a atenção o discurso da diplomacia militar que subjaz à descrição feita pelo chefe da Comissão sobre as preliminares dessa visita, a seu ver, mais uma demonstração concreta de "amizade" da parte dos índios, condição necessária para o prosseguimento dos trabalhos:

> "*No dia 19 de julho vimos corroborada a presumpção, por mim manifestada no último relatório, que os referidos indios nenhuma intenção tinham de nos atacarem, considerando-nos antes seus amigos, não só pelos presentes que lhes deixavamos desde o anno anterior, como também pelo respeito absoluto ás suas roças. Às 16 horas daquelle dia appareceu na picada do divisor uma india Jaminaua, que, aos gritos, approximou-se do acampamento, no caracter de parlamentar, manifestando o desejo que nutria o* "tuchaua" *de visitar a turma do acampamento. Concedida a necessaria permissão, e a um só grito dessa original parlamentar, surgiram de varias direcções muitos indios, quatro dos quaes pernoitaram no nosso acampamento. Estava, pois, firmada a amisade que nos convinha, como garantia da realisação dos nossos trabalhos, sem entretanto dissipar as nossas*

desconfianças nem diminuir a vigilancia, pois continuava o acampamento cercado pelos selvicolas" (Brasil. MRE, 1926: 353)[430].

A segunda "visita" ocorreria um mês depois, quando 37 Marinawa se fizeram presentes ao acampamento, onde dois pernoitaram, "com toda confiança no nosso pessoal", destaca Ferreira da Silva. No dia seguinte, deixariam à entrada do acampamento "*grande quantidade de milho, macacheira (aipim) e bananas, como retribuição de presentes recebidos*" (Silva, 1929: 143), atitude que marcaria uma substancial diferença em relação à iniciativa beligerante no primeiro ano de atividades da Comissão, uma década antes, quando haviam recusado qualquer contato e, antes de fugir, atirado contra dois práticos no rio Santa Rosa.

Contrastando com a narrativa sucinta de Ferreira da Silva, Felizardo fornece, em seu relatório, detalhes sobre as condições que haviam possibilitado essa visita, bem como sobre os entendimentos então mantidos entre o chefe dos Marinawa[431] e o Capitão Tenente Alfredo de Miranda Rodrigues, Subchefe da Comissão e responsável pela "Turma do Envira":

> "(...) *um dia o meu comandante, sem me dizer que havia trazido presentes para os índios bravios, disse-me: "Felizardo, teu trabalho exclusivo é índios!, mas, eu ainda não vi índios, tenho visto, sim, casas, roçados, bananas e outras coisas". Em resposta eu lhe fiz ver que seria melhor deixa-los que fiquem por lá mesmo. Mas o homem, que não queria voltar com aqueles brinquedos e miçangas, me repeliu, dizendo-me que queria ver índios. Como ele insistisse, eu ordenei os meus auxiliares que iria fazer o máximo esforço para que os índios viessem visitar o comandante. E com dois dias os índios moradores da casa grande que eu havia passado quando fui fazer a travessia para o Curanja, vieram uns tantos e trouxeram também uma mulher, que fizeram entrega ao comandante. A mulher aparentava 14 ou 15 anos. Mas que o comandante, não aceitando a referida mulher, fez ver ao índio chefe que era casado e portanto não lhe era lícito ficar com aquela dádiva,*

---

[430] A expressão diplomacia militar acima usada tem por fundamento as seguintes definições de "Parlamentar": "*v.i. (de parlamento). Fazer ou ouvir propostas para a capitulação de uma praça, a conclusão de um armistício, etc; parlamentar com o inimigo*" (Dicionário Prático Ilustrado. Porto, Lello & Irmão, Editores, 1986, pg. 876); e "*fazer ou aceitar proposta(s) sobre negócios de guerra; tratar com delegação inimiga*" (Médio Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980, pg. 1261).

[431] Situada num ponto do varadouro entre os rios Jaminauá e Curanjinha, a maloca dos Marinawa, "*que talvez medisse 400 palmos de comprimento, repleta de víveres*", habitada por pelo menos 100 homens, fora localizado em 1923 por Felizardo, acompanhado de outros três trabalhadores da Comissão (um deles, Antonio Leandro, um Kaxinawá). Além de ter sido "deixada intacta" (ao contrário do costume de queimá-la, diz Felizardo, comum na região), foram deixados em cada uma das entradas da maloca açúcar, fósforos, cigarros, linhas de costura e um canivete (Cerqueira, 1958: 136). Nessa expedição, destinada a encontrar o local exato onde o marco das nascentes do rio Santa Rosa fora assentado pela turma do Capitão Nogueira da Gama em 1920, Felizardo e seus homens avistariam, à distância, várias famílias Marinawa, espalhadas pelas praias, em território peruano, dedicadas à caça de jacarés e à coleta de ovos de tracajá. Antonio Leandro seria picado por uma arraia numa das praias do Curanjinha, deixado por Felizardo em um esconderijo, a salvo dos Marinawa, junto com outro dos trabalhadores e resgatado por ordem expressa do Sub-Chefe da Comissão, por uma turma de quatro homens, tendo chegado ao acampamento após 18 dias de penosa viagem (Silva, 1929: 141; Cerqueira, 1958: 136-38).

pedindo ao mesmo que desculpasse-lhe o não aceitar a oferta, o que o índio pode compreender o motivo e o comandante fez o que havia pensado antes, ofereceu-lhes os belos presentes que tão bem guardados havia ocultado de todos nós. Sendo que os referidos índios da tribu Mari-naúas, saíram bem satisfeitos e reconheceram na pessoa do comandante mais um bom homem e tiveram entendimento direto com o pessoal da turma" (Cerqueira, 1958: 141).

Algumas breves considerações merecem ser tecidas a partir da situação constatada pela Comissão na região do Paralelo de 10°S e das políticas adotadas face aos índios "selvagens". Ferreira da Silva destaca a grande dispersão dos territórios desses indígenas e o seu reduzido contingente populacional. Os números estimados para os grupos cujas malocas foram identificadas (400 Jaminawa e Marinawa), fora outros grupos de cuja existência a Comissão tomou conhecimento, mas acabou por não "encontrar"[432] (aí incluídos os Kaxinawá que haviam migrado para as cabeceiras do Curanja, em território peruano), ultrapassam bastante a estimativa de 300 "selvagens" feita pelo padre Tastevin (1926) em 1924, após viagem pelos rios Tarauacá e Jordão.

Informações fornecidas por Ferreira da Silva indicam que a produção de caucho continuava a ser feita no divisor dos rios Purus e Envira; agenciada por patrões brasileiros, inclusive com a mobilização de mão de obra indígena[433]. Ainda que alguns poucos peruanos continuassem como aviados de patrões brasileiros, a atividade caucheira diminuíra consideravelmente, especialmente em território peruano. A desarticulação dessa atividade em território peruano[434] e a crise então vigente nos seringais, com o êxodo de muitas famílias das colocações situadas nas cabeceiras dos rios, foram fatores que contribuíram decisivamente para a sobrevivência dos grupos que continuava a ser vistos como "selvagens". Após quase três décadas de "correrias", haviam logrado se estabelecer em territórios coletivos e ali construir suas malocas, se dedicando ao cultivo de grandes roçados, à caça, à pesca e a extração.

Mesmo após a demarcação física executada pela Comissão Mista, a região do entorno da fronteira internacional continuaria a ser marcada pela porosidade, não tanto

---

[432] Vale citar que grupos de índios Kaxinawá, Charanawa e Kulina, citados por Ferreira da Silva, além de Mastanawa, Txaninawa, Ashaninka e Amahuaca, habitam hoje em territórios de "comunidades nativas" oficialmente reconhecidas pelo governo peruano ao longo do rio Purus, boa parte delas ao longo da fronteira internacional com o Brasil.

[433] Conforme indica Ferreira da Silva, a casa aviadora Nicolaus & Cia. detinha vários seringais nessa zona, e, parece plausível afirmar, operava linhas de navegação regulares e centralizava o aviamento e a canalização da produção de outros proprietários e patrões (Brasil. MRE, 1926: 351; Silva, 1929: 107).

[434] A decadência da economia do caucho ao longo de toda a fronteira tornaria a ser constatada pela Comissão no divisor de águas dos rios Juruá e Ucayali, em 1925-1927, com o total abandono de localidades outrora ocupadas por peruanos e de diferentes vários "varadouros" antes usados como vias de comunicação e transporte entre diferentes pontos dessas bacias hidrográficas.

pelas atividades dos caucheiros, mas pela ocupação e uso de uma extensa área de florestas por diferentes grupos indígenas, os quais continuavam a ativamente se manter à margem dos seringais[435]. A localização pela comissão da maioria desses grupos "selvagens" a leste do rio Envira, região onde o caucho fora outrora bastante abundante, e não tanto a seringa, parece confirmar essa dinâmica articulada à decadência da atividade caucheira. A quase total ausência desses grupos nas cabeceiras do rio Tarauacá, Jordão e Envira, por outro lado, parece guardar relação com a continuidade do funcionamento da empresa seringalista, com as "correrias" que haviam continuado a ser promovidas por muitos patrões, bem como com a "polícia de fronteira" realizada por Felizardo e os Kaxinawá após sua chegada ao alto rio Jordão em 1917 e com o "massacre" dos Papavô ocorrido em Revisão pouco depois.

A política de "não hostilização" face aos índios "selvagens", imprimida por Ferreira da Silva às ações da Comissão Mista, por meio do recrutamento de agentes especializados, catequistas reconhecidos, como Felizardo Cerqueira e Antonio Bastos, o respeito às malocas e aos roçados e a oferta de "presentes", permitiria a conclusão dos trabalhos de demarcação da fronteira, em cumprimento ao estabelecido no Tratado de 1909. As atividades realizadas pela Comissão Mista, no âmbito de um empreendimento militar, não resultariam, todavia, em qualquer proposta de ações posteriores, voltadas para uma pacificação das relações entre índios e "civilizados" ou para uma maior presença do poder estatal nessa região fronteiriça, como, por diferentes meios, haviam defendido tanto os militares Thaumaturgo de Azevedo, Belarmino Mendonça e Luiz Sombra como diferentes os inspetores do SPILTN (Francisco Escobar de Araújo e Bento Pereira de Lemos).

Felizardo e seus "índios catequizados"

O ativo engajamento de homens Kaxinawá nas atividades da Comissão Mista é objeto de referências pontuais nos relatórios de Ferreira da Silva referentes a 1923-1924, biênio em que a Comissão atuou nas cabeceiras dos rios Tarauacá, Jordão e Breu. De forma mais geral, não constam nesses relatórios informações substantivas sobre o perfil e sobre as formas de escolha e de remuneração, à exceção dos "práticos", do "pessoal civil", contratado localmente e mobilizado em serviços de transporte de equipa-

[435] Mudanças nessas formas de ocupação, marcada por um relativo "isolamento", bem como nas relações com os "civilizados" adviriam, já a partir da década seguinte, com a intensificação das atividades de extração madeireira e, principalmente, de peles e couros de animais.

mentos e alimentos, abertura de clareiras e da picada da demarcação, além de na montagem e transferência dos acampamentos. O duplo papel de mediador e empreendedor exercido por Felizardo, balizado, de um lado, no acordo firmado com Ferreira da Silva e nas instruções anuais dele recebidas e, de outro, nas relações de tutela e trabalho que fazia anos mantinha com as famílias que com ele viviam em Revisão, será aqui privilegiado na busca de respostas para essas questões, no que diz respeito aos trabalhos feitos pelos Kaxinawá para a Comissão Mista.

Imagens inicialmente divergentes seriam utilizadas por Ferreira da Silva ao se referir aos Kaxinawá visitados por integrantes da Comissão em junho de 1924, quando subiam rumo às cabeceiras dos rios Jordão e Tarauacá. A mais numerosa "tribo" da região, composta por "cerca de 300 índios", distribuídos em cinco malocas, nos seringais Revisão e Transwaal[436], os Kaxinawá seriam ora representados como "já quase totalmente catequizados" (Brasil. MRE, 1926: 365) ora como "domesticados" (Silva, 1929: 128), condição que resultara de sua longa convivência com Felizardo, catequista que os "guiara e orientara no rumo da civilização", como afirmaria o comissário três décadas depois (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12237). Por outro lado, o Chefe da Comissão ressaltaria a "preocupação" da "Turma do Tarauacá" com "*a presença dos índios "Cachinauas", que infestam aquella região, embora menos selvagens e aggressivos do que os "Jaminauas", cujo habitat principal se encontrava ao Leste do mesmo rio* (...)" (Silva, 1929: 126).

Nenhuma informação substancial é oferecida por Ferreira da Silva acerca da exata localização dos cupichauas no alto rio Jordão, do modo vida de seus moradores, de suas relações cotidianas com Felizardo, nem de seu contextual relacionamento com as turmas da Comissão, na visita feita às malocas ou durante o convívio nos acampamentos e nos trabalhos na fronteira. Não causa estranheza, contudo, que o Comissário abra exceção única ao chamar a atenção para a existência da "poligamia", "*geralmente permitida até três mulheres, cabendo esse direito aos homens mais valentes e possuidores de grande roçados*", e ao descrever, com informações que atribui a Felizardo, o ritual de consuma-

[436] A indicação da existência de pelo menos uma maloca no seringal Transwaal (ou Transual) é, em parte, confirmada por informações de Sueiro, ao afirmar que, ao optar por abandonar o rio Formoso, afluente do rio Tarauacá, e entrar no rio Jordão, seu pai se estabeleceu num local por nome Araçá, que depois seria conhecido como a última colocação do Transual. A chegada da família de Chico Curumim ao Araçá marcou o início de uma gradual saída de várias famílias das cabeceiras do rio Jordão, onde haviam permanecido, em anos anteriores, em função do trato de Felizardo com José Maia, para, atuando como "polícia de fronteira", evitar possíveis saques e mortes promovidas pelos Papavô.

ção dos parentes mortos, para concluir que os Kaxinawá, por "crença religiosa", eram necrófagos, antes que antropófagos (Silva, 1929: 127-28).

Não há afirmações de condenação a essas práticas nos relatórios oficiais de Ferreira da Silva, mas ficam assim registrados sinais diacríticos que, aos olhos do militar e dos "civilizados" da Comissão, maracavam uma radical alteridade dos Kaxinawá[437]. O consumo ritual dos mortos, um tema recorrentemente destacado por Felizardo em início de seu relatório, ao salientar o desafio inerente à catequese dos então "selvagens" Kaxinawá, é retomado, nesse contexto, como elemento a valorizar a necessidade de seu papel de mediador nas relações desses índios com os membros da Comissão. Destacado por Ferreira da Silva, reforça a representação da condição dos Kaxinawá, ao mesmo tempo, como "domesticados" e "já quase totalmente", mas não plenamente, "catequizados", e a justificativa da preocupação causada pela presença indígena à "Turma do Tarauacá".

Um conjunto de fotos da visita da "Turma do Tarauacá" às malocas nos seringais Revisão e Transual em junho de 1924, parte do "Álbum Fotográfico" da Comissão (Brasil. MRE, 1928a)[438], retratam situações que fundamentam dessa duplicidade inerente às

---

[437] São as seguintes as palavras do Chefe da Comissão sobre o ritual: "*Não matam para comer, mas comem os que morrem, excepto os inimigos, certos de que, se não o fizerem, também morrerão. O matteiro da Commissão, Felizardo de Cerqueira* (...) *informa que grande alvoroço se estabelece em um "cupichaua" logo que sabem do fallecimento de algum indio: uns, correm pressurosos em busca de lenha para uma grande fogueira; outros, deitam um pouco d'agua em um panelão de barro, que está sempre prompto á espera de um morto; outros, finalmente, transportam o cadaver, que é nelle sentado de cócoras para ser cozido. Debaixo de ruidoso chôro é o fogo alimentado, durante toda a noite, pelas indias que rodeiam a fogueira, e, no dia seguinte, devoram o cadaver, entre lagrimas e canticos, tendo o cuidado de guardar pedaços para os ausentes. Essa refeição é feita em completa desordem, procurando cada um arrancar maior quinhão, e, como nada deve restar do morto, são seus ossos triturados e collocados na bebida por elles muito aprecida e denominada "caiçuma", geralmente produzida pela cocção do milho ou da mandioca*" (Silva, 1929: 128). Outros dois registros foram feitos por membros da Comissão Mista a respeito da "necrofagia" dos Kaxinawá. O médico da Comissão brasileira, João Braulino de Carvalho (1929: 302-03), no verbete "Destino dado aos mortos", o maior da seção dedicada aos Kaxinawá, descreve essa prática, acrescentando à descrição de Ferreira da Silva o costume dos Kaxinawá de "inutilizar" todos os pertences do morto e de mudar-se de local, após queimar o cupichaua, em casos da ocorrência de várias mortes seguidas. Carvalho diz ter feito essas observações com base em informações de "moradores da zona", do patrão do seringal Nova Olinda, no rio Envira e de Kaxinawá, moradores de Revisão, incorporados à "Turma do Envira". Num trecho, destaca: "(...) *o índio Biló* (...) *deixou a esposa em um cupichaua do "Jordão". Ao regressar, soube que ella havia morrido e nos contou que foi devorada pelos parentes e amigos*" (ibid: 303). Por sua vez, o Chefe da Comissão peruana, Tenente Coronel Roberto López, também trataria do tema em seção específica do relatório que elaborou ao término dos trabalhos de 1924 (López, 1925: 53-63, apud Salisbury, 2007: 77).

[438] O Álbum Fotográfico, incorporado como Anexo Nº 18 ao relatório final do Comissário brasileiro (Silva, 1929: 267), é composto por 103 páginas e 446 fotografias, e encontra-se depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty (Lata 541), onde foi consultado e, mediante autorização dos responsáveis pelo acervo, parcialmente fotografado com uma máquina digital. O fotógrafo da Comissão Mista, responsável pelos registros, não tem seu nome identificado no Álbum ou nos relatórios de Ferreira da Silva; estes últimos tampouco fazem qualquer menção ao registro fotográfico que a Comissão manteve ao longo de seus nove anos de atividades, ainda que o relatório final (Silva, 1929) inclua uma reduzida quantidade de fotos. O Álbum inclui os seguintes registros de grupos indígenas "encontrados" pela Comissão: 1) "Índios perua-

representações de Ferreira da Silva[439]. À exceção de uma foto (94-3), são poses produzidas a pedido da Comissão, frutos de diálogo, mediação e confiança, nas quais se mesclam, dentre outras, expressões de alegria, apreensão e recato dos Kaxinawá, ao que tudo indica, colocados à frente de uma câmara fotográfica pela primeira vez. Três fotos (93-1, 93-2 e 93-3) retratam moradores da maloca situada em Transwaal: homens vestindo calças compridas e calções, cocares e colares, com arcos e flechas, geralmente, em posição de descanso; as mulheres com saias de algodão, tecidas e pintadas a mão, faixas de tecido industrializado em torno do abdome, com voltas de miçangas nos tornozelos e nas orelhas[440]. Outras duas fotos (94-1, 94-2) são as únicas a registrar um momento de convivência de membros da Comissão e os Kaxinawá, em "festa", na maloca próxima à sede de Revisão.

Todas essas imagens imprimem um contraste com aquela (93-4) de oito mulheres Kaxinawá fotografadas na sede desse seringal, com crianças, no colo e no chão, portando vestidos inteiros, costurados, nenhum adorno. À diferença das demais tiradas nas malocas em Revisão e Transual, sua legenda indica se tratar de "Kaxinawá civilizados". Ao que tudo indica, se trata de pelo menos parte das mulheres juntas com empregados de Felizardo, moradores de casas no entorno do terreiro da sede. Uma diversidade de situações, portanto, expressa em fotografias, escolhidas para retratar os Kaxinawá ao compor o Álbum da Comissão.

Por outro lado, a comparação, feita por Ferreira da Silva, dos Kaxinawá com os Jaminawa, exemplo dos "selvagens" com os quais a Comissão se via obrigada a despen-

---

nos trabalhadores da Comissão", acompanhados do Ajudante da Comissão peruana Capitão Tenente Labarte, no alto rio Santa Rosa, 1914 (Brasil. MRE, 1928a: pg.11- Fot. 4); 2) "família de índios peruanos no alto rio Chandless", 1922 (38-4); 3) "Índio em seu tapiry no alto rio Iaco", ladeado pelo Bispo D. Próspero Bernardi, que então ali fazia uma "desobriga", 1922 (50-4); 4) "Grupo de índios Piro", no igarapé Matança, afluente do alto rio Acre, acompanhados de seu patrão peruano, 1922 (59-3); 5) Kaxinawá moradores do cupichaua do seringal Nova Olinda, no rio Envira, 1924 (66-3/4; 67-1/2); 6) "Grupo de índios peruanos Kampa", na foz do rio Breu, acompanhados de seu patrão, Cândido Ferreira Batista, 1924 (77-3); 7) Kaxinawá que participavam da Turma do Envira, em 1924 (74-2/4); 8) Kaxinawá nos cupichauas dos seringais Transual e Revisão, alto rio Jordão, 1924 (92-3; 93-1/2/3/4; 94-1/2/3); 9) índios "Chama", originários do Ucayali, moradores do rio Amônia , 1925 (98-3); 10) Kampa no rio Amônia, "índios que habitam em grande número em ambas as margens do Ucayali e do Pachitea", 1925 (98-4). O Álbum da Comissão permanece desconhecido no Estado do Acre (apesar de seis fotos, dentre elas, duas dos Kaxinawá de Revisão, uma dos Kaxinawá de Nova Olinda e uma dos Ashaninka, terem servido como ilustrações em Barros [1993]). Há também no relatório do Chefe da Comissão peruana, Roberto López (1925), uma boa quantidade de fotos das atividades da Comissão em 1924, dentre as quais, oito dos Kaxinawá que viviam no alto rio Jordão (*www.mae.u-paris10.fr/recherche/PANOL.htm;* Salisbury, 2007: 77).

[439] As fotos dos Kaxinawá aqui referidas estão reproduzidas no Anexo Fotográfico que consta ao final da tese.

[440] Miçangas, tecidos e confecções industrializados, juntos com uma diversificada quantidade de vestimentas, ornamentos e pinturas corporais feitos pelos próprios Kaxinawá, marcam uma indumentária que, já nessa época, mesclava, ressemantizando, manifestações próprias da cultura com fluxos incorporados de outros grupos indígenas e, nas duas décadas anteriores, dos "civilizados".

der custosos esforços para a "vigilância" e "defesa", insere os primeiros numa posição intermediária ao longo de um gradiente civilizatório delineado pelo Comissário. Resultado de diferentes históricos de relacionamento dos Kaxinawá e dos Jaminawa com os patrões, caucheiros, seringueiros e "catequistas", essa gradação é construída, nos escritos de Ferreira da Silva, com base em impressões decantadas de avaliações sobre os possíveis obstáculos que as várias "tribos" encontradas" pela Comissão" poderiam colocar à concretização do "patriótico objetivo" a ela incumbido, bem como das diferentes modalidades de interação, ou não, com elas estabelecidas pelas turmas ao longo dos trabalhos.

Assim, num pólo oposto aos dos Jaminawa, estariam, na visão do comissário, os índios, "todos domesticados", que habitavam um cupichaua no seringal Atenas, no rio Tarauacá, por "representarem restos de várias tribos", "já mui reduzidas"[441], assim como os Kaxinawá "aldeados" num cupichaua no seringal Nova Olinda, no rio Envira, cujas famílias, cerca de 120 pessoas (das quais 74 homens), dedicadas a uma agricultura "rudimentar" e "em constantes relações com o patrão", viviam "na mais completa imundice" (Silva, 1929: 126)[442]. Segundo informa Ferreira da Silva, alguns destes Kaxinawá prestariam serviços à "Turma do Envira" em 1924: em meio a uma desproporcional vazante no rio, auxiliariam o "pessoal civil" no transporte, "às costas", de grande quantidade de equipamentos e alimentação, subindo por varadouros e praias desde a sede do seringal União até o ponto de cruzamento das cabeceiras do rio Furnanha com o Paralelo de 10°S, numa empreitada que se estenderia por treze dias (Silva, 1929: 138).

---

[441] De passagem pelo médio rio Tarauacá, a Comissão ali "encontraria" "*cerca de 50 índios, homens e mulheres, das seguintes tribus: esconaua, vamonaua, ururunawa e jaminaua*", diz Silva (1929: 154), das "famílias" (nawa) do japó, da queixada, da cobra e do machado, respectivamente. Viajando nesse mesmo ano de 1924, Tastevin (1926) faria referência a esses mesmos grupos, e a outros, moradores do seringal Atenas (e das cabeceiras do rio Gregório), os quais agruparia sob o "etnônimo" Katukina, reconhecendo tratar-se de uma amálgama de "antigos clãs" "amansados" por Ângelo Ferreira fazia duas décadas. Parte desses índios, cabe lembrar, estivera sob a "fiscalização" do próprio Felizardo, quando a serviço da Comissão de Obras Federais, e depois, por mais de uma década, trabalhara para Joaquim Rodrigues da Silva, patrão do Atenas.

[442] Segundo Ferreira da Silva (1929: 126) a entrada do cupichaua em Nova Olinda "(...) *era uma viella de cerca de 70 metros de extensão, tendo ao fundo algumas choupanas, intervalladas de alguns metros*" (Silva, 1929), nas quais, diz o médico da Comissão, João Braulino de Carvalho (1929: 303), as famílias recolhiam-se à noite; de dia, preferiam permanecer no cupichaua, a "casa coletiva", na qual cada família "tinha a sua parte". A avaliação de Ferreira da Silva sobre situação em que viviam essas famílias contrasta com a do relatório de Máximo Linhares (1913), ajudante do SPILTN, em 1912, quando ali visitara 40 Kaxinawá, "(...) *vestidos, bem limpos, com boas habitações, assoalhadas, muita lavoura, bem satisfeitos* (...)", sob o "olhar caridoso e bondoso" do patrão Francisco Ferreira, a quem nomearia "subdelegado de índios". Contrasta, por outro lado, com as breves "observações pessoais" feitas pelo médico da Comissão após visitar o cupichaua, quando dá indicações da vitalidade da organização social e econômica e das expressões culturais das famílias ali "aldeadas" (Carvalho, 1929). Destoa, ainda, de fotografias dos Kaxinawá à frente de seu cupichaua e em visita ao acampamento da Comissão numa praia do rio Envira (Brasil, MRE, 1928a: 66-3, 66-4, 67-1, 67-2), incluídas no Anexo fotográfico da tese.

Conforme fica evidente desde a primeira "convocação" feita a Felizardo por Ferreira da Silva em 1920, eram de seu conhecimento os serviços por aquele prestados, junto com os Kaxinawá, no rio Envira, para a "pacificação" das relações entre civilizados e indígenas tidos como "selvagens", e nos rios Jordão e Tarauacá, para o "policiamento da fronteira", evitando ataques e roubos dos Papavô, ambos com o objetivo de "dar segurança" aos trabalhadores do caucho e da seringa. Da mesma forma, Ferreira da Silva reconheceria os serviços de Felizardo enquanto "antigo catequista" e tutor dos Kaxinawá que com ele viviam em Revisão. Dando continuidade a essas atividades, incorporado à Comissão, Felizardo contribuiria, com outros "práticos" e com os Kaxinawá por ele mobilizados, para o cumprimento da política de "não hostilização" imprimida por Ferreira da Silva como norte para o relacionamento com os índios "selvagens".

Iniciativa do próprio Ferreira da Silva, a contratação de Felizardo assumiria importância em sua estratégia para também lidar com os Kaxinawá de Revisão, grupo visto como "domesticado", mas numeroso e potencialmente "agressivo", cujos homens encontravam-se de posse de grande quantidade de "rifles", além de arcos, flechas, lanças e tacapes, orgulhosamente exibidos durante a passagem dos membros da Comissão, conforme evidenciado nos registros fotográficos então feitos e depois incorporados ao álbum fotográfico (Brasil. MRE, 1928a).

A mediação delegada a Felizardo pelo Chefe da Comissão brasileira seria, principalmente nos anos de 1923-1924, fundamental à garantia de uma "acomodação", necessária ao "despreocupado" avanço dos trabalhos das Turmas "do Tarauacá" e "do Breu", bem como à arregimentação e mobilização dos Kaxinawá, importante fonte de força de trabalho, passível de ser utilizada em tarefas relevantes aos objetivos da comissão[443]. Formalmente contratado na condição de "prático" e "mateiro", Felizardo, em seu relatório, define como "chefe de turma de divisores, transporte e defesa de caminhos" o cargo que exerceria por cinco anos para a Comissão (Cerqueira, 1958: 133). Na introdução do seu relatório, ao elencar, de forma resumida, as várias atividades exercidas ao longo de sua vida profissional, afirma, por sua vez, ter sido "incluído" na Comissão de Limites na condição de "*chefe de turma de defesa de caminho e divisor, com a incumbência de afastar os índios e não deixar a referida turma sofrer ataque dos mesmos*" (1958: 1).

[443] Cabe lembrar, a partir dos dados do censo promovido pelo padre Tastevin (1926) pouco antes da passagem da Comissão, a população "civilizada" de Revisão (aí incluídos, homens, mulheres e crianças) era de apenas 16 pessoas, enquanto 184 Kaxinawá, dos quais 51 homens, ali viviam.

Numa situação em que julgava os chefes da Comissão e o "contingente militar" eminentemente despreparados para compreender a dinâmica de possíveis represálias dos "selvagens", Felizardo viabilizaria, com intenção de "defender", ou "dar segurança", aos trabalhadores, a incorporação de jovens Kaxinawá nas expedições por ele chefiadas, ou sob responsabilidade de outros "práticos". Fardados como os demais membros do "pessoal civil" e armados com rifles, esses rapazes participariam não apenas no levantamento dos divisores e cursos de certos rios, mas desempenhariam tarefas especializadas, em "batidas" destinadas a localizar cupichauas e a "sondar o ânimo" e "conhecer as disposições" de seus moradores, contribuindo, assim, para subsidiar estratégias e decisões que permitissem um constante e "pacífico" avanço das turmas da Comissão[444].

Como parte das tarefas coordenadas por Felizardo enquanto "chefe de turma de divisores e transporte", um número maior de homens Kaxinawá daria outra relevante contribuição à demarcação da fronteira ao longo do Paralelo de 10°S. Em cumprimento a instruções recebidas de Ferreira da Silva em outubro de 1923, ao término das atividades regulares da Comissão, Felizardo mobilizaria "seu pessoal" no levantamento da terra da divisão até as cabeceiras do rio Breu e na abertura de uma rede de picadas, ligando a sede de Revisão àquela nascente e ao último acampamento utilizado pela "Turma do Envira". Era intenção do Chefe da Comissão, ao início dos trabalhos de 1924, assim agilizar a medição, a demarcação e a sinalização do trecho do divisor previamente levantado por Felizardo, bem como o transporte de equipamentos e víveres até as cabeceiras dos rios Tarauacá e Breu. Como parte desse planejamento, e da confiança depositada em Felizardo, o envio desses materiais à sede de Revisão foi previamente acertado por Ferreira da Silva junto aos responsáveis pela coordenação logística da Comissão Mista na cidade de Belém (Brasil. MRE, 1926: 358; Silva, 1929: 146-47)[445].

---

[444] Nas fotos que registram sua presença em meio aos acampamentos da Comissão (Brasil. MRE, 1928a: 74-2, 74-3, 74-4), as legendas, novamente, salientam tratar-se de Kaxinawá "civilizados" e já "domesticados": em uma delas aparecem em destaque, sozinhos, com o subcomissário brasileiro responsável pelo comando da "Turma do Envira"; em outra, apenas com Felizardo; em outra, foto coletiva da "Turma do Envira", dois dos Kaxinawá aparecem logo atrás de seu "catequizador". São essas últimas as únicas duas fotos em todo o Álbum em que Felizardo aparece retratado. Via de regra, os jovens Kaxinawá exibem orgulhosamente seus rifles, assim como, na foto coletiva, também o fazem os demais membros do "pessoal civil".

[445] A vazante do rio Tarauacá, incomum em fevereiro de 1924, permitiria, todavia, que essa carga fosse transportada apenas até a sede do seringal Novo Destino, pouco acima de Vila Seabra. Em começo de maio, a própria turma da Comissão Mista, fazendo uso de batelões, realizaria, durante duas semanas, seu transporte até a Vila Jordão, onde um acampamento e um depósito ali montados serviriam como base de operações para o translado da carga rio Jordão acima, em pequenas ubás, até a sede do seringal Sorocaba. Dali até Revisão, seu transporte prosseguiria por varadouros e por dentro do rio, com o auxílio de ubás e de três bois de carga, dois "cedidos por empréstimo" e outro alugado, por patrões locais. Este fato é regis-

O padre Tastevin, que realizou "desobriga" nos seringais dos altos rios Tarauacá e Jordão em abril e maio de 1924, pouco antes da chegada da Comissão Mista para a segunda etapa de serviços no Paralelo de 10°S, ressaltaria, no texto que resultou de sua viagem, que essa tarefa encarregada por Ferreira da Silva estava concluída, graças ao trabalho de Felizardo e "seus Kaxinawá". Diz o padre: "*La commission des limites a fait appel à son concours* [de Felizardo] *pour tracer la frontière entre le Santa Rosa sur les Purus, et le Bréo sur le Juruá. Grâce à lui et à ses Indiens, ce travail s'est poursuivi sans accident et est aujourd'hui achevé*" (Tastevin, 1926: 48).

Tastevin também destaca, durante sua viagem de retorno até a cidade de Seabra, ter encontrado e conversado com os membros da "Turma do Tarauacá, que subiam rumo ao alto rio Jordão. Com base em informações levantadas em sua viagem à Revisão[446], então ainda desconhecidas da própria Comissão, o padre precisa as atividades concluídas por Felizardo e "seu pessoal" nos meses anteriores, que permitiam vislumbrar um pronto encerramento dos trabalhos demarcatórios até a foz do rio Breu. E destacaria a participação de seringueiros, empregados e fregueses de Felizardo, outra parte do "pessoal" por ele recrutada nesse trabalho de "invernada", sem tornar a mencionar, desta vez, o ativo envolvimento dos Kaxinawá:

> "*J'ai rencontré, lors de ma descente en mai, à la bouche du* [paranã] *San Salvador, les membres de la Commission Mixte, qui allait fixer sur le terrain et dresser la carte de la frontière du Perou et du Brésil. Le gros travail avait été fait par des seringueiros qui connaissaient à fond la région, et avaient ouvert quatre sentiers: le premier de l'Ibuya au Bréo, le trois autres de Revisão à l'Ibuya, et aux deux formateurs du Bréo, le Cazuzinha et le Bréo proprement dit. Il ne restait donc plus qu'a dresser les bornes pyramidales en ciment armé, au passage ou à la naissance des principaux cours d'eau et à relever les points astronomiques, avec l'aide du poste de radiographie installé au Cruzeiro do Sul. Dès les mois de septembre, les travaux furent achevès, jusqu'à l'embouchure du Bréo sur le Juruá, et nous aurons bientôt le plaisir d'être fixés sur les rèsultats de cette campagne géographique*" (Tastevin, 1926: 41)[447].

---

trado por Ferreira da Silva com júbilo, pois seria esta a única ocasião em que, em nove anos de atividade, a Comissão Mista contaria com o auxílio desse tipo de animais (Silva, 1929: 145-46).

[446] Tastevin (1926: 40) deixa entendido ainda que parte das informações que então apresentava em seu escrito derivava de conversa mantida com Felizardo durante sua estadia no alto rio: "*D'aprés les renseignements d'un homme intelligent qui pendant l'hiver 1923-1924 a déblayé sur le terrain la frontière brésilienne entre l'Embira et les sources du Bréo* (...)", diz, como preâmbulo para a apresentação de um conjunto de dados sobre a região dos formadores dos rios Tarauacá e Jordão.

[447] Como fruto desse encontro, Tastevin (1926: 41) informa que da "*Comissão Internacional dirigida pelo almirante Antonio Ferreira da Silva*" obtivera informações sobre as coordenadas geográficas e altitudes dos pontos de nascimento dos rios Tarauacá, Jordão e Breu, dados que o padre fez questão de transcrever na íntegra em uma das poucas notas de rodapé de seu texto.

Em seus relatórios, o chefe da comissão brasileira faria também questão de registrar, por um lado, o "auxílio" prestado pelos Kaxinawá no cumprimento das instruções recebidas por Felizardo ao final dos trabalhos de 1923; e, por outro, o pleno acerto dos trabalhos realizados, conforme depois atestado pelos comandantes pelas Turmas "do Tarauacá" e "do Breu" ao iniciarem suas atividades:

> *"De "Revisão", onde foi feito o deposito geral das cargas e base de operações da Sub-comissão Mixta, realisou-se o transporte de viveres para a nascente principal do rio "Breu", em quantidade sufficiente para 60 dias; utilisando-se, para isso, de uma picada que liga "Revisão" á confluencia do igarapé "Cazuza", até seu cruzamento com outra que conduz áquella nascente. Esta picada fôra aberta pelo matteiro Felizardo de Cerqueira, auxiliado por alguns indios "Cachinauas", no intervallo dos trabalhos 1923-1924, afim de facilitar o referido transporte; prolongando-a depois, conforme minha ordem, a partir da nascente para o sul, sobre o divisor de aguas que separa as que correm para o "Juruá", a oeste, das que correm para o mesmo rio, ao norte, e seguindo sobre ella até encontrar o ponto attingido pela turma, em 1923, sobre o mesmo divisor. Essa medida, por mim tomada ao terminar os trabalhos do anno anterior veio facilitar immensamente os de 1924, visto terem sido encontrados certos todos os piques do divisor, quando verificados pela Sub-comissão Mixta*" (Brasil. MRE, 1926: 358; Silva, 1929: 146-47).

Ferreira da Silva aponta, ainda, outro produto dessa atividade, o qual também contribuiria para o deslancho das atividades da subcomissão nas nascentes do rio Breu. Poucos dias após a chegada da turma a esse ponto, em meados de junho, seu chefe, Capitão Tenente Amaury Sadock de Freitas, enviaria portador à base de operações na sede de Revisão solicitando informações acerca "*dos piques que o Felizardo devia ter aberto*" (Silva, 1929: 147). No dia seguinte, outro portador partiria imediatamente para o Breu, levando consigo um "*croqui*" das picadas. Ferreira da Silva não especifica, todavia, se este fora desenhado pelo próprio Felizardo, então presente em Revisão, ou se por algum membro da Comissão, sistematizando informações por ele fornecidas.

Somente após a chegada desse croqui, e de quatro viagens para o transporte de alimentos da sede de Revisão à cabeceira do Breu, é que a turma chefiada por Sadock de Freitas iniciaria o levantamento desse rio até a foz. A fotografia que registra a saída da primeira turma de transporte rumo ao divisor permite constatar que homens Kaxinawá estivam envolvidos nessa tarefa (Brasil. MRE, 1928a: 95-1). Da mesma forma, participariam da desmobilização da "Turma do Tarauacá" em final de agosto de 1924, após a conclusão da demarcação do divisor até a nascente do rio Breu; Segundo informa o chefe da comissão, ao descer de Revisão ao seringal Sorocaba, os equipamentos e a alimentação restante foram carregados por terra, "(...) *ás costas de indios e outros empregados,*

e as embarcações arrastadas sobre o leito do rio (...)", novamente com o auxílio de bois de arrasto (Silva, 1929: 153).

Não apenas os escritos de Ferreira da Silva ou do padre Tastevin, todavia, destacam o valioso auxílio prestado pelos Kaxinawá às turmas da Comissão Mista no biênio 1923-1924. O mesmo seria feito pelo chefe da comissão peruana, conforme ressalta em sua tese o geógrafo David Salisbury (2007: 77), ao resumir, traduzindo, informações do escrito do oficial peruano.

> "(...) *Lieutanant Colonel Roberto López, chief of the Peruvian Boundary Commission, also noted the importance of local people in the demarcation efforts: "Cashinaguas (Kaxinawá) Indians helped the demarcation sub-commissions acting on the Jordán and Alto Tarahuacá Rivers in 1924, in exchange for glass beads, mirrors and scissors" (López 1925: 55). López's photographs and captions demonstrate the importance of the resident Kaxinawá in opening trails, hunting for food, and hauling loads for the bi-national commission (López 1925)".*

Conforme já comentado, nenhuma menção é feita por Ferreira da Silva em seus relatórios às formas de remuneração dos Kaxinawá ou dos demais integrantes do "pessoal civil". Felizardo, por sua vez, se refere aos "salários" pagos pela Comissão ao "seu pessoal" pelos trabalhos de invernada. E o chefe da Comissão peruana, Roberto López explicita escassos objetos (apesar do alto valor atribuído às miçangas pelos Kaxinawá) como remuneração recebida em troca dos serviços realizados.

A partir de informações que resultaram de pesquisas históricas iniciadas junto aos "velhos", filhos daqueles que presenciaram a passagem da "Comissão de Limites" no rio Jordão, ou participaram diretamente de suas atividades, o professor Kaxinawá Noberto Sales, em entrevista gravada em 2007, ressaltaria, por outro lado, como aqueles incorporados por Felizardo ao seu pessoal de invernada haviam concebido as atividades feitas durante a demarcação da fronteira:

> "*Eu estou falando sobre a nossa vida, sobre o trabalho da história, de Felizardo, bem dizer, nosso avô Felizardo. (...) Na próxima vez que eu encontrar alguns velhos, vou poder contar mais algumas histórias. O que eu sei é que tem mais história, do tempo de fazer caminho, fazer pique, fazer fronteira, a divisa Peru e Brasil. Eu ouvi que ele levou uns dez, quinze Hui Kuin nesse trabalho. Diz que foram abrir o pique, da demarcação da fronteira. Diz que levavam comida pra eles, cada qual levando um paneiro de farinha, alguma coisa, açúcar. Passava muitos dias, muitos meses lá na mata, abrindo pique, fazendo trabalho. Na hora de comer, tinha que comer pouco, latinha de manteiga, com um pouquinho de farinha, pedacinho de carne, para economizar a comida. Os parentes não tinham costume de lutar naqueles trabalhos. Daí o pessoal sempre falava com ele, com Felizardo, que passava muita necessidade, trabalho muito difícil, muito duro. Diz que traba-*

lhava não sei quantos dias, abrindo variante, no terçado" (Noberto Sales Tenê, Rio Branco, 17 de fevereiro de 2007)[448].

Aproveitando um nicho de mediação aberto com a sua contratação pela Comissão, Felizardo viabilizaria a incorporação da mão de obra dos Kaxinawá nas atividades das Turmas "do Envira" e "do Tarauacá" em 1923-1924, e com eles comporia parte do pessoal para trabalhar nos períodos de inverno entre esses anos. Com a morte do patrão José Maia, ocorrida pouco antes da passagem da Comissão pelo alto rio Jordão, Felizardo "tomara de conta" do seringal Revisão e assumira o movimento comercial de seu barracão. Com sua contratação pela Comissão, pela primeira vez em mais de uma década, quando encerrara suas atividades para a Comissão de Obras Federais em 1909, Felizardo teria ordenado fixo, pago pelo governo federal. O recrutamento da mão de obra de vários Kaxinawá, a remuneração por eles recebida, na forma de mercadorias, pelos serviços para Felizardo e as turmas da Comissão, os usuais "brindes" ofertados por membros da Comissão em sua visita às malocas e materiais (ferramentas e medicamentos, dentre eles) deixados pela "Turma do Tarauacá" após a sua retirada do rio Jordão seriam

[448] A demarcação da fronteira nas cabeceiras dos rios Jordão, Tarauacá e Envira é fato pouco lembrado, quando perguntados a respeito, mesmo pelos Kaxinawá mais velhos, filhos daqueles que viram a Comissão passar e/ou dela participaram. Sueiro e Romão, contudo, relacionam esse evento à sua própria participação em atividades promovidas, ao longo da fronteira internacional, em início dos anos de 1970, pela Petrobras, quando levantamentos geológicos foram realizados nas cabeceiras daqueles três rios, e, em 1986, pelo sertanista José Carlos dos Reis Meirelles, da Funai, quando diagnóstico da situação dos índios "isolados" naquela região acabaria resultando na construção de um "posto de atração" no alto rio Envira (A respeito desta segunda atividade, consultar Meirelles, 2008). Homens Kaxinawá atuariam nessas duas ocasiões como "guias", "carregadores" e abridores de picadas. Nessas expedições, passaram por vários marcos de fronteira. Quando a trabalho para a Petrobras, segundo Romão, vira o alemão que chefiava a equipe consultando livros e informações do tempo da "Comissão de Limites". Novamente semelhanças foram tecidos quanto à dureza" dos trabalhos realizados no divisor, com pouca comida (conserva, farinha e arroz) e pesadas cargas (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, TI Kaxinawá do Rio Jordão, maio de 2005). Com pesar, Sueiro revela ter constatado que alguns dos marcos haviam sido danificados pelos "brabos", ao tentar arrancá-los. Episódio interessante, ocorrido quando da expedição da Petrobras, é destacado por Sueiro, no qual menciona que seu tio paterno, Miguel Sales, teria trabalhado para a Comissão Mista: "*Nós passamos para lá e para cá, o marco tinha caído. Para cair, só faltava bater com o joelho. Não achava, parece que era encantado. Toda vez nos procurava. O Felizardo* [filho mais velho de Sueiro] *se perdeu, dormiu na mata, só de calção. Fiquei gritando, não respondeu. Voltei para o tapiri, bem preocupado. Eu sonhei com o meu tio Miguel, irmão do papai, que tinha andado nesse serviço. Ele me apareceu. "Sueiro, o marco está bem ali, perto. O Felizardo pegou outra terra. Você não se preocupa que ele vai voltar amanhã". Outro dia, cedo, fui gritando, lá vinha ele voltando. Aí, eu contei esse negócio para ele: "Meu filho, eu sonhei que o finado me disse que estava perto o marco". Ele disse: "Papai, vamos achar?". "Vamos". A picada que nós tinha feito, só faltava bater em cima do marco, mas não achava. Quando chegamos lá, de longe, eu vi o troncão* [marco da cabeceira do rio Jordão]. *Levantamos, deixamos em pé. Não sei os brabos já derrubaram de novo.* [Terri: O Felizardo Cerqueira foi convidado para trabalhar nessa Comissão de Limites. Você trabalhou também?] *Nesse tempo eu não trabalhei. Eu era meninote, não compreendia nada. Eu trabalhei para reabrir a picada. Os marcos já estavam todos velhos, como estão lá até hoje. Meu tio Miguel me ensinou o marco, que estava perto, no sonho*" (Sueiro Cerqueira Sales, TI Kaxinawá da Praia do Carapanã, fevereiro de 1994).

importantes componentes para reforçar a ascendência e a legitimidade gozadas por Felizardo entre as famílias indígenas de Revisão, como seu "catequizador" e "bom patrão".

Tendo correspondido plenamente às expectativas e demandas de Ferreira da Silva e dos demais subcomissários sob cujas ordens atuou em 1923-1924, Felizardo seria efetivado na Comissão até 1927, quando a demarcação da fronteira internacional teve continuidade ao longo dos 592 quilômetros do principal divisor de águas entre os rios Juruá e Ucayali. Nos meses de verão, trabalharia incorporado a turmas da Comissão. Nos meses de inverno, atendendo instruções repassadas pessoalmente por Ferreira da Silva, Felizardo continuaria com "sua gente" explorando e sinalizando diferentes trechos do divisor, de maneira a preparar os próximos trabalhos da Comissão. Nestas empreitadas estaria acompanhado por seis homens, dentre eles diferentes Kaxinawá trazidos de Revisão; em pelo menos uma das etapas, no inverno de 1925-1926, no levantamento do divisor entre as cabeceiras dos rios Moa e Jaquirana, seguiria acompanhado de duas índias, uma Kaxinawá e a outra "Papavô" (Cerqueira, 1958: 147-53).

De final de 1924 a final de 1926, Felizardo ficaria ausente de Revisão durante cerca de dez meses por ano, tendo retornado em duas ocasiões, por períodos de menos de dois meses, ao término dos trabalhos de verão. Ao retornar com aqueles que levara de Revisão, revisitava cada uma das malocas, participava de festas de *katxanawa* feitas para comemorar sua chegada, avaliava o resultado dos trabalhos ocorridos em sua ausência e acertava planos para o ano seguinte. Traria ainda alguns recursos para o abastecimento do barracão, cuja administração deixara a cargo de dois de seus "empregados", Antônio Belarnuto e Chico Roseno, quem continuariam mobilizando a mão de obra dos Kaxinawá em tarefas necessárias ao funcionamento do Revisão e atendendo às necessidades básicas de mercadorias das famílias extensas que ali viviam.

Certas tarefas realizadas por Felizardo em 1924-1927 seriam por ele lembradas como algumas das mais difíceis exercidas na sua profissão de "mateiro", e ganhariam reconhecimento explícito de Ferreira da Silva, por ocasião das reuniões anuais da Comissão ao iniciar suas atividades (Diário do Congresso Nacional, 1956: 12238; Cerqueira, 1958: 146-47; 154-55) e, depois, em seus relatórios oficiais. A primeira, a confirmação da exata localização da nascente do rio Jaquirana, principal formador do Javari, pendência que permanecia para a diplomacia brasileira e peruana, após os trabalhos das comissões chefiadas pelo Tenente Cunha Gomes, em 1897, e pelo astrônomo Luiz Cruls, em 1901 (Silva, 1929: 183). A segunda, a identificação de um fenômeno natural raro, entre os rios Juruá-Mirim e Abujao, que levara aos incorretos levantamento do di-

visor e assentamento de três marcos (ibid: 230-34), equívoco que adiaria até 1927 o encerramento dos trabalhos demarcatórios e seria corrigido com base nas "*picadas e todas as indicações resultantes das explorações feitas pelo matteiro Felizardo de Cerqueira*", conforme atestaria o Chefe da Comissão (ibid: 232)[449].

Salvas de palmas seriam oferecidas a Felizardo, como homenagem por seus valiosos serviços, pelos comandantes peruanos e brasileiros em julho de 1927, em Cruzeiro do Sul, durante uma das reuniões de conclusão das atividades da Comissão[450]. Felizardo receberia convite do Sub-Chefe da Comissão, Capitão Braz Dias de Aguiar, para mudar-se ao Rio de Janeiro, com a promessa de que as necessárias gestões seriam feitas para viabilizar a sua incorporação às próximas atividades demarcatórias a ocorrerem nas fronteiras internacionais do Brasil. Declinaria o convite, todavia, por achar-se então comprometido com José Teotônio de Souza, pai de sua noiva, Alzira de Souza, com quem se casaria a 9 de agosto de 1927 em Cruzeiro do Sul (Cerqueira, 1958: 159-61), cidade onde permaneceria até 1934.

A decisão de abandonar o seringal Revisão e de estabelecer-se em Cruzeiro do Sul seria comunicada por Felizardo aos Kaxinawá e a seus empregados antes de sua partida,

---

[449] Em seu relatório, Felizardo (Cerqueira, 1958: 157-160) narra extensamente o mal-estar inicialmente gerado entre os chefes da Comissão Mista pela necessidade de prorrogar por mais um ano a atuação das turmas de trabalho, bem como sua desconfortável posição no episódio: temeu ser visto como "capaz de tramar uma dificuldade nos serviços dos limites, para finalizar ganhando mais salário", e viu confrontados a "honra de seu ofício" e a experiência do seu saber prático de mateiro (ibid: 158) Por sua vez, foi a seguinte a versão desse episódio que Romão Sales narraria em um de seus depoimentos: "*Na cabeceira do Juruá, diz que viram um lago, mesmo em cima da terra, da terra da divisão. Diz que o Felizardo que encontrou, mesmo em cima de uma terra. Aí, ele mesmo disse: "O rumo é por aqui mesmo". Aí, os homens não acreditaram, né? Então, mandaram avisar outro mateiro, do Rio de Janeiro. "Pode ser que o senhor tenha errado. Se você errou, você vai ficar sem cabeça". Sim, disseram que cortava a cabeça dele. Aí, mandou chamar o mateiro do Rio de Janeiro. Chegou. Reparou: "Rapaz, é por aqui mesmo. Aqui é o divisor das terras, pode fazer o serviço por aqui mesmo". Aí, fizeram a balsa, atravessaram o lago, começaram. "Seu Felizardo, o senhor é capitão do mato. Eu vou te dar a farda, aqui, do capitão". Deram uma espada, com corrente, farda, a arma de fogo, deram pra ele. Aí, chamavam ele capitão do mato, o Felizardo. Diz que foi assim*" (Romão Sales, Aldeia Boa Vista, TI Kaxinawá do Rio Jordão, 2005). Sueiro, irmão de Romão, comentara esse mesmo episódio em 1991, em versão semelhante, em nossa primeira conversa sobre Felizardo. A narrativa de Romão é interessante por revelar um fato que, contado por Felizardo, acabaria por marcar a memória dos Kaxinawá de Revisão sobre a demarcação da fronteira, e como o reconhecimento oficial dado a Felizardo seria relido e atualizado pelos próprios Kaxinawá, por meio da figura do "capitão do mato".

[450] Em carta, datada de 21 de novembro de 1956, encaminhada ao Deputado José Guiomard Santos, em apoio à sua iniciativa para a concessão de uma pensão como "guia da Comissão de Limites", Ferreira da Silva novamente louvaria os serviços de Felizardo. Disse então o chefe da comissão brasileira: "*No exercício de suas funções, nas citadas regiões* [rios Juruá e Tarauacá - MPI] *e na zona do rio Javari, prestou ele relevantes serviços, dando mostras de boa educação, obediente às ordens, cumpridor de suas obrigações, muito dedicado ao trabalho, sempre solícito no auxílio de seus superiores, enfim, revelando-se eficiente cooperador no êxito absoluto com que Deus me permitiu levar a cabo a demarcação completa da fronteira brasileira-peruana, em execução ao Tratado de Limites estipulado entre o Brasil e o Peru, de 8 de setembro de 1909. Permita-me V. Excia, apresentar-lhe meus francos aplausos pela justíssima e caridosa iniciativa de premiar os ótimos e patrióticos serviços prestados por aquele modesto servidor, de quem guardo mui grata lembrança*" (Diário do Congresso Nacional, Seção I, 7/12/1956: 12337).

em início de 1927, para a última etapa de seus trabalhos na Comissão Mista. "*Juntou todo mundo e falou: "Vocês ficam aqui trabalhando, como nós já passamos pra cá. Essa terra aqui não é mais do peruano, isso aqui é Brasil. Podem ficar trabalhando. Eu vou baixar, vou procurar lugar melhor. Eu vou pra Cruzeiro do Sul". Aí deixou eles lá*" (Romão Sales, 2004).

Nos anos imediatamente posteriores à sua saída, num contexto de grave crise na economia da borracha, Chico Roseno e Antônio Belarnuto, empregados que Felizardo deixara na administração do seringal, poucas alternativas teriam para movimentar o barracão, manter uma freguesia de seringueiros e atender as necessidades das famílias Kaxinawá. Confrontadas com a ausência de Felizardo, e com a desarticulação do movimento comercial em Revisão, a maior parte dessas famílias daria início a uma nova diáspora, agora rio abaixo, à procura de patrões que se mostrassem dispostos a colocá-los em seus seringais e aviá-los com mercadorias a troco de seu trabalho. De acordo com os desígnios dos patrões, as famílias seriam distribuídas, em locais próximos aos barracões, onde se dedicariam à agricultura de subsistência e a diferentes serviços, na condição de "diaristas", ou em colocações de centro, onde combinariam a produção de borracha com a agricultura e com eventuais trabalhos na sede dos seringais. Reconhecidos como índios "mansos" pelos trabalhos realizados com Felizardo por pouco mais de uma década no seringal Revisão, os Kaxinawá passariam, na condição de "caboclos", a representar uma mão de obra diversificada para os patrões seringalistas, dando início a um padrão mais geral de relações que perduraria no rio Jordão até meados dos anos 1970 (Aquino, 1976, 1977, 1977a).

Uma ressalva final merece ser feita, por ora sem maior delonga. Ainda em 1929, ao sair do seringal Revisão, Chico Curumim receberia convite de Marcolina do Forno, uma viúva piauiense, para se estabelecer em seu pequeno seringal, o Fortaleza, situado no médio rio Jordão. Junto com outras famílias, ao longo dos 18 anos seguintes, se dedicariam à produção de borracha, a atividades necessárias ao funcionamento do seringal e a "dar assistência" àquela "patroa", que mediaria suas relações com outros patrões dos seringais do rio Jordão, e com a qual estabeleceriam extensas relações de compadrio. Ainda em vida, Marcolina prometera, quando morresse, que o Fortaleza ficaria para o seu afilhado Sueiro, para que os Kaxinawá ali continuassem morando. Sueiro e seus irmãos trabalhariam ainda, nos anos de 1939-1951, no seringal Busnã, no rio Breu, tendo por patrão Felizardo Cerqueira, que ali permaneceria até 1955, como aviado de Quirino Nobre. De volta ao rio Jordão, Sueiro assumiria o Fortaleza. Seu duplo papel, como che-

fe e patrão, seria de crucial importância para garantir um pequeno território e construir condições para uma inserção diferenciada nas redes de aviamento mobilizadas por gerentes aviados de sucessivos arrendatários de todos os seringais no rio Jordão, bem como por diferentes famílias de comerciantes da Vila Jordão. Após as primeiras passagens de Terri Valle de Aquino em 1975 e 1976 pelo rio Jordão, e seu retorno como membro de um grupo técnico da Funai em 1977, o Fortaleza constituiria a semente da TI Kaxinawá do Rio Jordão[451].

[451] Uma análise comparativa entre as formas de mediação exercidas por Felizardo Cerqueira e por Marcolina do Forno, neste último caso, durante o período de pior crise na economia da borracha, faz parte de meus planos para a continuidade da pesquisa apresentada nesta tese. A respeito do Fortaleza, que ficaria conhecido como o "seringal de caboclo", consultar, Aquino, 1976, 1977, 1977a; Iglesias, 1992; Iglesias & Aquino, 1994.

VII - Considerações finais

A consolidação da empresa seringalista como empreendimento que determinaria, a partir das duas últimas décadas do século XIX, as formas de apropriação territorial, de utilização dos recursos naturais e da organização das relações de trabalho e de comércio no Alto Juruá ocorreria simultaneamente ao principal período de atividade dos caucheiros peruanos. Ambos os empreendimentos extrativistas adotariam iniciativa semelhante em relação aos grupos indígenas que ali viviam, a promoção de "correrias".

À diferença do que usualmente afirma a historiografia, procurou-se evidenciar em diferentes capítulos da tese, a compatibilidade dessas duas formas de extrativismo no Alto Juruá, especialmente durante a instalação dos seringais nos altos rios, nos primeiros anos do século passado. Relatórios de agentes dos governos brasileiro (Azevedo, 1905, 1906; Cunha, 1976; Mendonça, 1989) e peruano (Villanueva, 1902), em esforços para comprovar o *uti posseditis* e a soberania dos respectivos países sobre um território então contestado e, depois, uma produção historiográfica centrada nos enfrentamentos armados havidos nos altos rios Purus e Juruá, desembocando nos acordos diplomáticos que estabeleceram o traçado da fronteira internacional (Castello Branco, 1947, 1959, 1961; Tocantins, 1973), tiveram importante contribuição na consolidação de discursos e imagens que enfatizam uma inerente oposição entre as atividades de seringueiros e caucheiros.

Ao focar, diferentemente, nas "correrias" como um dos processos fundadores daquelas modalidades de extrativismo na região, e nos resultados dessas expedições armadas sobre os povos indígenas, torna-se possível jogar luz sobre o importante papel complementar desempenhado pelas atividades itinerantes dos caucheiros na implantação da empresa seringalista (e inclusive para o posterior reconhecimento do *uti posseditis* brasileiro nessa região). Os acordos firmados entre patrões seringalistas e caucheiros, para a realização de correrias a troco da exploração dos cauchais, por exemplo, demonstram a interação e compatibilidade dessas formas diversas de aproveitamento dos dois principais recursos que motivaram a constituição daquela região de fronteira, bem como a serventia que as "correrias" dos caucheiros também tiveram para a desterritorialização dos grupos indígenas e para a consolidação do povoamento pelos brasileiros dos seringais fazia pouco abertos.

À diferença do que também faz crer a historiografia, as atividades dos peruanos na extração do caucho teriam continuidade em certas regiões do Alto Juruá mesmo após

a definição do traçado da fronteira internacional pelas atividades da Comissão Mista de Reconhecimento, em 1906, e pelo tratado diplomático de 1909. Assim ocorreria por toda a década de 1910, por exemplo, no alto rio Envira e no rio Breu, zonas caracterizadas pela porosidade da fronteira internacional, pela menor concentração da hevea brasiliensis, por relações de interdependência, ora de cooperação ora conflituosas, entre patrões brasileiros e caucheiros peruanos e pela presença de uma diversidade de grupos indígenas que, sobreviventes às correrias, ali haviam permanecido ou recém chegado. Nessa região fronteiriça, as correrias continuariam a constituir prática inerente ao funcionamento da empresa seringalista e da extração do caucho, sendo justificadas pelos patrões como necessárias para garantir a segurança dos seus trabalhadores.

No Alto Juruá, as primeiras propostas para a "proteção", "catequese" e "civilização" dos índios seriam formuladas, em meados da década de 1900, por representantes do governo federal envolvidos tanto na implantação da administração estatal no recém criado departamento, como na determinação do traçado da fronteira com o Peru. De comum, atores como Belarmino Mendonça e Thaumaturgo de Azevedo, engenheiros militares, e Antonio Manoel de Andrada tiveram suas nomeações feitas pelo governo central, conexões diretas com diferentes ministérios e curtas estadias na região. Os dois últimos, no cargo de Prefeito, marcariam sua atuação pela instauração dos poderes judiciário e policial e pela condenação pública à apropriação privada das terras devolutas, às violências dos seringalistas, à dominação a que estavam submetidos os seringueiros, aos obstáculos colocados pelos patrões ao funcionamento da justiça, assim como às "correrias" realizadas por brasileiros e peruanos.

De forma pioneira na região, Thaumaturgo de Azevedo promulgaria legislação e implementaria medidas para normatizar as relações dos patrões com os menores indígenas (de até 18 anos), em muitos casos trazidos aos seringais como resultado das "correrias". Visando combater a "escravização" a que acreditava estarem sujeitos nos seringais, instituiria a obrigatoriedade do registro dos menores indígenas e sua tutela individualizada por "proprietários bem intencionados", instrumento que julgava adequado para sua educação para o trabalho e para seu acesso aos benefícios da "civilização". Nessa mesma direção, tanto a Prefeitura como a Comissão de Obras Federais, e mesmo o Juizado de Órfãos, fomentariam, por curto período, a inserção de jovens indígenas em oficinas de instrução, com vistas a dotá-los de diferentes conhecimentos profissionais.

Nesse mesmo contexto, surgiriam propostas, defendidas por Mendonça, Azevedo e Andrada (mas também do promotor de direito Antonio José de Araújo), de reservar

terras para os indígenas, concebidas como locais em que os índios poderiam dedicar-se às atividades agrícolas, ser "educados para o trabalho", mas também ser mobilizados em obras e ações promovidas pelo poder público, inclusive na fiscalização de áreas de fronteira. A criação dessas reservas estava via de regra atrelada à tutela dos indígenas por agentes estatais (militares, funcionários da prefeitura ou oficiais de instrução) ou legitimados pelo poder público (missionários). A instalação desses "núcleos coloniais", ou de qualquer outra modalidade de reserva, acabaria não ocorrendo.

Em outra direção, tanto Azevedo como Andrada conceberiam a "catequese" e a "civilização" dos índios como eixo estratégico de um projeto que, articulado pela abertura da "Leste-Oeste Brazileira", estrada entre os Departamentos do Alto Juruá e do Alto Purus, objetivava, ao mesmo tempo, o controle estatal sobre um território escassamente integrado, a garantia da soberania brasileira na fronteira e o alargamento da utilização dos recursos naturais. A "catequese" seria vista, assim, como diretriz de um plano para a "pacificação" da região, pré-requisito para a abertura dessa estrada e, por meio dela, para o desenvolvimento do Território.

Esse plano de "pacificação" seria viabilizado na segunda metade da década de 1900, nos altos rios Gregório e Liberdade e no médio rio Tarauacá, por meio do "policiamento" e da "fiscalização" das malocas indígenas situadas nas proximidades da estrada de rodagem. As ações implementadas pelos "catequistas de índios" Ângelo Ferreira da Silva e Felizardo Cerqueira, respaldadas pela Prefeitura e pela Comissão de Obras Federais, contemplariam relações de mediação e tutela dirigidas tanto a indígenas como aos patrões, com a construção de acordos que visavam a interrupção das "correrias", dos saques aos seringais, das mortes de seringueiros e dos conflitos interétnicos.

Escassa atenção foi vertida até o presente na historiografia e na produção antropológica sobre os povos indígenas no Território Federal do Acre à atuação local de representantes do SPILTN nos anos imediatamente posteriores à criação do órgão. São recorrentes as afirmações de que o SPILTN (e depois o SPI) nenhuma atuação teve na região.

A existência de uma Inspetoria no Acre, e o ano posterior à sua extinção, estariam marcados pelas expedições do Inspetor e de dois "auxiliares" (Máximo Linhares e Dagoberto de Castro Silva). Parte de uma estratégia para a divulgação da existência do SPILTN e do início de sua atuação no plano local, os contatos daqueles funcionários com os índios, ora facilitados por intérpretes e chefes indígenas, ora pelos patrões e seus empregados, seriam realizados em meio a expeditas rotinas de levantamento de dados,

ficando marcados pela distribuição de "presentes". Com o objetivo de garantir "proteção" aos índios, acordos seriam negociados com os patrões, buscando obter compromissos de que não mais promoveriam "correrias" e outras violências.

Se, por um lado, é fato que o SPILTN teve uma atuação direta apenas pontual no Território Federal do Acre, por outro, procurou-se demonstrar que seus representantes fariam diagnósticos sobre a situação dos índios, delineariam propostas para a atuação local do órgão e iniciariam ações que acabariam por ter desdobramentos concretos, ainda que diversos dos pretendidos e anunciados.

A intenção de constituir estruturas locais do SPILTN e de nomear funcionários, visando uma atuação autônoma e centralizada das ações de "proteção" e "assistência" aos índios, esbarraria na própria reorganização do organograma do Serviço em âmbito nacional, com a extinção da Inspetoria no Território do Acre, e na escassez de recursos financeiros. Os agentes do SPILTN recorreriam à nomeação de alguns dos principais seringalistas do Alto Juruá como "delegados de índios", na tentativa de dar credibilidade ao órgão e alguma forma de operação no plano local. O estabelecimento de unidades administrativas (postos e povoações indígenas), como estratégia para a "proteção" e "assistência", seria planejada em propriedades de alguns desses delegados, sendo-lhes atribuída o encargo de supervisionar os grupos indígenas que ali estavam ou pretendiam ser futuramente "agremiados".

A localização dos postos foi vislumbrada pelos agentes do SPILTN em locais onde a seringa e o caucho eram pouco abundantes ou inexistentes, alternativa que não causaria interferências na produção de borracha e que estava atrelada a uma proposta de "sedentarização" dos índios, por meio dos trabalhos agrícolas, visando a subsistência das famílias indígenas e a auto-suficiência dos postos. Nessa mesma conjuntura, a instalação de "núcleos agrícolas" nas proximidades desses postos, povoados com "trabalhadores nacionais", também chegou a ser aventada como estratégia adicional para a "educação dos índios" ao trabalho e para a melhoria de suas condições de habitação.

Essa estratégia para a institucionalização do SPILTN na região mostrar-se-ia frágil, face à posterior descontinuidade da atuação de funcionários do Serviço e da ausência de qualquer respaldo aos delegados previamente nomeados. Essas nomeações acabariam por ser instrumentalizadas por alguns desses patrões como mais um componente a afiançar as relações de dominação que passariam a exercer sobre famílias indígenas localizadas em suas propriedades.

Em meados dos anos de 1910, as principais diretrizes inicialmente anunciadas pelo Inspetor Bento Pereira de Lemos para a atuação do SPILTN na região implicariam em uma relativa inflexão face àquelas implementadas pelos ajudantes durante as expedições. Importa ressaltar que a visita do Inspetor à sede do Departamento do Tarauacá foi motivada por gestões dos patrões e comerciantes dos altos rios Jordão e Tarauacá junto a vários ministérios, à direção do Serviço e mesmo à Presidência da República, por meio das quais reivindicavam medidas urgentes para a "contenção" dos "selvagens" Papavô, a "segurança" dos seringueiros e a viabilidade da produção nos seringais.

Partindo de uma ferrenha crítica às "correrias" promovidas pelos seringalistas e caucheiros, a principal proposta do Inspetor estaria centrada numa intervenção direta, com uma ida aos locais dos conflitos e a instalação de um "posto de pacificação", "de acordo com os métodos estabelecidos pelo Serviço", destinado à "proteção" e "localização" daqueles índios. Sob a tutela exclusiva de funcionários do órgão, era pretensão mantê-los à margem de qualquer relação com os "civilizados". As atividades agrícolas, realizadas pelos funcionários e depois pelos indígenas, seriam novamente priorizadas, como estratégia para garantir a subsistência dos índios e, a partir do terceiro ano, a definitiva auto-sustentação do posto.

A ausência de recursos, do próprio SPILTN e da Prefeitura de Tarauacá, impediria que essa iniciativa fosse sequer iniciada. Os patrões e comerciantes do Alto Tarauacá, por sua vez, criticariam a ausência de providências dos órgãos federais e a própria adequação da proposta de intervenção direta por funcionários do órgão indigenista, neófitos à região, como medida para a definitiva solução dos conflitos. Defenderiam, diferentemente, apoio financeiro da Prefeitura para o recrutamento de atores com reconhecidas "iniciativas particulares" de "catequese" ou para tomarem providências por "sua própria conta", modelo que implicitamente contemplava a continuidade das "correrias".

Críticas seriam feitas por Lemos à atuação dos "delegados honorários" previamente nomeados, pela prioridade dada por esses seringalistas e comerciantes a seus próprios interesses econômicos, e não às necessidades e interesses dos indígenas. O Inspetor descontinuaria qualquer relação com os delegados previamente nomeados. Face à falta de recursos próprios e do apoio financeiro pleiteado junto à Prefeitura de Tarauacá para a instalação do "posto de pacificação", Lemos optaria, contudo, pela nomeação de delegados sediados na cidade de Seabra, dentre os quais o Chefe da Companhia Regional de Segurança. Pesaria nessa opção o capital de relações que esses atores poderiam

potencialmente mobilizar, que incluíam autoridades departamentais, seringalistas, comerciantes e outras pessoas influentes na sociedade local.

Iniciativas seriam tomadas pelo Inspetor para dar visibilidade a essa atuação local do SPILTN, por meio de reportagens na imprensa local e da publicação na imprensa oficial das nomeações e das Instruções que normatizavam a atuação dos "delegados". Essa publicização visava ainda demarcar, por parte do SPILTN, um pretendido monopólio da tutela sobre os indígenas, estipulando o papel privilegiado dos delegados na fiscalização das relações de trabalho dos índios com os seringalistas, na garantia dos territórios por eles ocupados, no combate às diferentes formas de violência e de restrição da liberdade, bem como na representação legal dos indígenas face às autoridades dos poderes judiciário e policial. Nenhum resultado mais efetivo adviria da atuação desses delegados, distantes da realidade dos seringais e desprovidos de qualquer respaldo efetivo da parte da Inspetoria sediada em Manaus.

As propostas e iniciativas oficiais teriam resultados limitados e de curta duração, portanto, quando avaliados face aos objetivos vislumbrados para a "catequese" e "civilização" dos indígenas. Ao longo de todo o período de apogeu da economia da borracha, por outro lado, nenhuma iniciativa sistemática seria realizada pela grande maioria dos patrões para a incorporação dos grupos indígenas às atividades produtivos nos seringais. A gradual inserção dos grupos indígenas nas atividades produtivas nos seringais ocorreria a partir de final dos anos 1910, e se intensificaria na década seguinte, com o aprofundamento da crise na economia da borracha e o quase término das atividades dos caucheiros peruanos. Essa crise, é possível afirmar, teria contribuído, mais do que as próprias políticas oficiais de proteção e assistência, para a sobrevivência e para o relativo cessar das violências armadas contra vários grupos indígenas nos seringais do Alto Juruá (e possivelmente em outras regiões da Amazônia). O substancial êxodo de seringueiros, a impossibilidade dos patrões continuarem importando trabalhadores e a necessidade de desenvolverem atividades produtivas diversificadas, foram fatores que gradualmente contribuíram para essa nova realidade, na qual o aproveitamento da mão de obra indígena tornar-se-ia estratégia adotada por um maior número de patrões seringalistas.

Parte significativa do esforço empenhado nesta tese esteve direcionado à descrição e análise das atividades realizadas por Felizardo Avelino de Cerqueira ao longo das três primeiras décadas do século XX e, especificamente, das relações mantidas nesse período com um grupo de famílias Kaxinawá nos rios Envira e Jordão.

Apesar de extensamente citada na historiografia e na produção antropológica, geralmente de forma redutora, a pouco conhecida trajetória de Felizardo foi aqui descrita e analisada como seqüência de empreendimentos pessoais realizados, em diferentes contextos históricos, fazendo proveito de nichos de mediação possibilitados tanto por políticas governamentais como por iniciativas conjuntas com diferentes patrões.

Os conhecimentos especializados de Felizardo como "catequista de índios", seu principal capital, seriam via de regra valorizados e demandados em zonas, geográficas, sociais e culturais, marcadas pela liminaridade e pelo conflito, nas quais a "pacificação" das relações entre índios e "civilizados" tornava-se pré-requisito fosse para o controle estatal sobre áreas fronteiriças fosse para a viabilidade da produção extrativista[452].

"Missão" pessoal que creditava a um desígnio divino, a "catequese", tal como definida e posta em prática por Felizardo, pressupunha um trabalho dirigido tanto a índios como aos patrões. Na condição de "mediador", conforme o próprio Felizardo definiria seu papel, "se apresentaria" para estabelecer "acomodações" (acordos, ou entendimentos), visando "evitar maiores prejuízos de ambas as partes" (Cerqueira, 1958: 94), com o objetivo maior de proporcionar aos índios "melhores condições de vida", e à "pátria brasileira, renda financeira", pelo trabalho dos seringueiros.

Assim, a proteção dos índios, "salvando-os" das correrias, caminharia junto com um trabalho pedagógico, visando "anular rancores" e aconselhá-los sobre como proceder face aos "civilizados", para evitar novos conflitos, saques e mortes de seringueiros, bem como para instruí-los no trabalho, mobilizando-os na extração do caucho e da seringa e em outras atividades de interesse dos patrões, condição de possibilidade para o exercício de suas próprias atividades como empreendedor.

Por outro lado, a "catequese" contemplaria a "conscientização" dos patrões e de seus fregueses de que as inciativas dos índios constituíam "represálias" a um histórico de correrias, de captura de mulheres e crianças e outras violências. Como parte desse trabalho, também de cunho pedagógico, de forma pioneira na região, Felizardo conde-

[452] As denominações atribuídas por Felizardo às funções que exerceu em serviços prestados para diferentes comissões oficiais - "chefe de turma em defesa de caminhos e catequização de índios" e "encarregado da turma de fiscalização dos índios", nos trabalhos para a Prefeitura do Alto Juruá e a Comissão de Obras Federais, "chefe de turma de divisores, transporte e defesa dos caminhos", para a Comissão Mista Demarcadora de Limites, e "capataz geral e defensor contra possíveis ataques de índios", para a "Comissão do Departamento Nacional da Produção Mineral para Pesquisa de Petróleo no Território do Acre" (para a qual trabalhou em 1935-1936)- denotam essa dimensão do "policiamento" e "fiscalização". Esta mesma dimensão, associada aos trabalhos feitos mediante acordos com os patrões, visando "garantir segurança" nos seringais, podendo ser resumida no termo "polícia de fronteira", cunhado pelo padre Tastevin (1926), para caracterizar as atividades realizadas por Felizardo e os Kaxinawá durante quase quinze anos nos altos rios as cabeceiras dos rios Envira, Tarauacá e Jordão.

naria fortemente as "correrias" e ressaltaria os benefícios que poderiam advir da incorporação dos indígenas às atividades produtivas nos seringais. E procuraria fazer os patrões ver sobre a importância do "bom exemplo" que, na condição de "mestres", ou tutores, deveriam oferecer aos índios sob sua "regência" e "responsabilidade", postura da qual dependeriam o curso das relações estabelecidas com os índios que começavam a trabalhar nos seringais.

Na condição de mediador que buscava a "intervenção amigável" e "acomodações" entre índios e "civilizados", interessado na manutenção das relações entre ambos, condição para a legitimidade de sua posição e a viabilidade de seus interesses e empreendimentos, a atuação de Felizardo atenderia a diferentes demandas e diretrizes. De um lado, a dos patrões, cujas expectativas quanto à garantia da produção de borracha, exigiam que os índios, tanto "mansos" como "brabos", fossem tutelados e mantidos sob controle. De outro, impunha-se a necessidade de atuar como "protetor" dos Kaxinawá, evitando "correrias" e agindo prontamente em sua defesa. Essa dupla legitimidade inerente ao seu papel de mediador e tutor, ressaltaria Felizardo, colocá-lo-ia, em diversas ocasiões, em situações de fragilidade e perigo, acusado de traição tanto por índios como pelos patrões, seringueiros e caucheiros, por supostamente tramar as mortes de seringueiros e/ou "correrias" contra as malocas.

Procurou-se ainda em diferentes momentos da tese, partindo-se dos discursos tanto de Felizardo como de diferentes Kaxinawá, compreender e analisar as representações mútuas sobre as relações por eles desenvolvidas ao longo de praticamente três décadas. Esforço foi empreendido, assim, no sentido de desnaturalizar e complexificar visões polarizadas que fundamentam discursos nos quais Felizardo ora é concebido como "conquistador", "escravizador de índios" e "promotor de "correrias", ora como exemplar "catequizador de índios".

Diferentemente, procurou-se destacar a mediação, a tutela e a patronagem, com o componente da dominação nelas inseridas, enquanto jogo dialético, por meio dos quais os Kaxinawá buscavam não apenas "proteção", mas também formas coletivas de inserção nos seringais e o acesso a mercadorias e outros bens. Ao invés de visões polarizadas surgem nos discursos de diferentes gerações de Kaxinawá imagens sobrepostas de Felizardo, como "protetor", "primeiro catequizador" e "bom patrão", informadas pela re-semantização e atualização de coordenadas culturais da própria tradição nativa, bem como por reflexões contextuais sobre outros modelos de violência e dominação que marcaram uma quase secular inserção nos seringais - as "correrias" de seringueiros e

caucheiros, as violências dos "matadores de índios" a serviço dos seringalistas e o "cativeiro" nas mãos dos patrões seringalistas.

Além da utilização de fontes documentais pouco aproveitadas até o presente nos estudos etnográficos sobre os grupos indígenas que hoje habitam no Estado do Acre, a tese procurou chamar a atenção para a necessidade da continuidade das pesquisas dedicadas à compreensão das formas pelas quais os relacionamentos estabelecidos com patrões e outros mediadores foram importantes condicionantes nas estratégias adotadas pelas famílias indígenas para viabilizar formas coletivas de existência, hoje acessíveis através da documentação escrita e da etnografia, esta última abrangendo as narrativas sobre o passado pensadas à luz de projetos políticos e culturais próprios e atuais.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de

1941 [1914]- **Rã-txa hu-ni-kui: a língua dos Caxinauás do rio Ibuaçú, affluente do rio Murú (Prefeitura de Tarauacá)**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet.

1976 [1938]- "Os Caxinauás" In: **Ensaios e Estudos (Crítica e história). 3ª Série**. 2ª ed. _____. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro, pg. 199-250 (Originalmente publicados no **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, de 25 de dezembro de 1911 e 7 e 14 de janeiro de 1912, sob o título "Dois Depoimentos").

ACRE. FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR (FEM)

2004- **Cruzeiro do Sul. Um século 1904-2004**. Rio Branco, Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour/Secretaria de Estado de Educação.

2004a- **Scenário. Sena Madureira 1904-2004**. Rio Branco, Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour/Secretaria de Estado de Educação.

ALLEGRETTI, Mary Helena Zanoni

1979- *Os seringueiros (Estudo de caso em um seringal nativo do Acre).* (Dissertação de mestrado ao PPGAS da UnB). Brasília, mimeo, dezembro.

2002- *A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros.* (Tese de doutorado ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, da UnB). Brasília, mimeo, dezembro, 827 pg.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de

1992- *Rubber tappers of the upper Juruá River, Brazil. The making of a forest peasant economy.* (Tese de PhD à Universidade de Cambridge). Londres, mimeo.

2004- "Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. Vol. 19, Nº 55, junho, pg. 33-52.

ALMEIDA, Mauro W. B. de; WOLFF; Cristina S.; COSTA, Eliza Lozano & PANTOJA, Mariana Ciavatta

2002- "Habitantes: os seringueiros". In: **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. (Manuela Carneiro da Cunha & Mauro W.B. de Almeida, org.). São Paulo, Companhia das Letras, pg. 105-146.

ANDRADA, Antonio Manuel Bueno de

1907- "Primeiro Relatório da Comissão de Obras Federaes no Território do Acre - 1907". Cruzeiro do Sul, 31 de dezembro. Em: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em março de 1908" (Vol. I - Justiça, Interior e Contabilidade). (Anexos). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, pg. 2-99.

1908- "Segundo Relatório da Comissão de Obras Federaes no Território do Acre em 1908". Cruzeiro do Sul, 31 de dezembro. Em: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto Tavares de Lyra, em março de 1909". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909, pg. 71-9.

ANDRADE, Onofre de

1937- **Amazônia. Esboço physico, geographia humana e ethnografia do Rio Juruá**. Maceió, Casa Ramalho.

ANS, André Marcel d'

1977- **Les dit des vrais hommes. Mythes, contes, légends et traditions des indiens Cashinaua**. Paris, Union Générale d'Editions.

AQUINO, Terri Valle de

1976- Relatório sobre os índios Kaxinawá entregue à FUNAI em abril/76 (sem título). Brasília, mimeo, 36 pg.

1977- *Kaxinawá: de seringueiro 'caboclo' a peão 'acreano'*. (Dissertação de mestrado ao PPGAS da Universidade de Brasília). Brasília, mimeo.

1977a-"Proposta para duas reservas Kaxinawá na bacia do Tarauacá - Acre". Brasília, mimeo, 37 pg.

1985- "A imemorialidade da área e da situação do povo Poianawa". Rio Branco, mimeo.

1995- "Relatório de Identificação da Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência". (GT PP 1.204/93 - Convênio Funai/Embaixada da Suíça/Comissão Pró-Índio do Acre). 3 vol. Rio Branco, mimeo, novembro.

1996- "Relatório de Identificação da Terra Indígena Kampa do Igarapé Primavera - Município de Tarauacá - Estado do Acre". (GT PP 1.204/93). Rio Branco, mimeo, junho.

2001- "Levantamento sócio-econômico, laudo biológico e situação fundiária da área indicada para a criação da Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade- Municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul - Estado do Acre". (Relatório Preliminar). Brasília, mimeo, abril, 114 pg.

AQUINO, Terri Valle de; TENÊ KAXINAWÁ, Getúlio Sales

1987- "Índios brabos atacam na fronteira do Acre com Peru". **Gazeta do Acre** *(Papo de Índio)*, Rio Branco.

AQUINO, Terri Valle de; SIÃ KAXINAWÁ, José Osair Sales & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita

1993- "Programa de Desenvolvimento Sustentado da Área Indígena Kaxinawá do Rio Jordão". Rio Branco, mimeo, dezembro, 65 pg. (Financiado pela World Wildlife Fund (WWF-USA) entre 1993-1996).

1994- "Programa de Desenvolvimento Sustentado da Área Indígena Kaxinawá do Rio Jordão. Relatório de Atividades". Rio Branco, mimeo, setembro, 46 pg.

ARAÚJO, Antonio José de

2003 [1910]- **Cartas do Acre**. Rio Branco, Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

ARAÚJO, Maria Gabriela J. de

1998- *Entre almas, encantes e cipó*. (Dissertação de mestrado em antropologia). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, mimeo.

ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva

1852 - **Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Recife, Typographia Commercial de Meire Henrique.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de

1905- "Primeiro Relatório Semestral, apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1906- "Relatório do Primeiro Semestre de 1906, apresentado ao Exm. Sr. Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BARAHUNA, Epaminondas

1974- "Tescom". In: **Estórias amazônicas**. Rio de Janeiro, Gráfica O Cruzeiro, pg. 51-55.

BARBIN JR., Hélio

1996- "Curadores, rezadores e parteiras no Alto Juruá". Semanário **Página 20** (Coluna Papo de Índio), Ano II, Nº 56, 24 a 30 de março de 1996, pg. 13.

1999- *Do feitiço à malária. Uma etnografia do sistema de saúde na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre*. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, mimeo.

BARBOSA, Rui

1983 [1910]- **O direito do Amazonas ao Acre setentrional**. In: **Obras Completas de Rui Barbosa** (Volume XXXVII, Tomo V). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/ Ministério de Educação e Cultura; Departamento de Imprensa Nacional.

1984 [1910]- **O direito do Amazonas ao Acre setentrional**. In: **Obras Completas de Rui Barbosa** (Volume XXXVII, Tomo VI). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/ Ministério de Educação e Cultura.

1986 [1910]- **Anexos ao direito do Amazonas ao Acre setentrional**. In: **Obras Completas de Rui Barbosa** (Volume XXXVII, Tomo VII). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério de Educação e Cultura.

BARROS, Glimedes Rego

1993 - **Nos confins do extremo oeste** (**A presença do capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)** e **O alvorecer do poente acreano**). (Biblioteca do Exército, 606). 2 vol. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.

BARTH, Frederik

1972 - "Introduction". In: **The role of the enterpreneur in social change in Northern Norway**. Bergen, Scandinavian University Books, pg. 5-18.

1981- "Models of social organization II". In: **Process and form in social life. Selected essays of Frederik Barth: Vol I.**. (Adam Kupfer, ed.). London, Routledge & Kegan Paul, pg. 48-60.

BATES, Henry Walter

2001 (1864)- **The Naturalist on the River Amazons**. Copyright Blackmask Online. (Disponível em: *www.possessionstudios.com/library/acrobook2/notra.pdf*).

BENCHIMOL, Samuel Isaac

1989- "Grupos culturais na formação da Amazônia brasileira e tropical". In: **Anais do Encontro Regional de Tropicologia**, 2, 1985. Recife: Massangana, pg. 115-44.

BEZERRA, Maria José

2006- *Invenções do Acre: de Território a Estado – Um olhar social* (Tese de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo). São Paulo, mimeo.

BOUCHAD, Padre

s/d- "Père Constant Tastevin. Décédé le 25/09/1962 à 82 ans". (Disponível em *www.spiritains.org/ qui/figures/defunts/tastevinc.htm*).

BRAGA, José dos Santos Pereira

2006- "Vara das Missões" (Discurso proferido por José dos Santos Pereira Braga, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, na cidade de Tefé, em 27 de novembro de 2006. (Disponível em *www.trt11.gov.br/ArqDiversos/discurso%20vara%20 tefe.htm*).

BRASIL. GOVERNO DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

1858- "Província do Amazonas. Directoria Geral dos Índios, em 25 de agosto de 1858" (João Wilkens de Mattos). In: "Relatório que à Assembléia Provincial do Amazonas apresentou na abertura da Sessão Ordinária em o dia 7 de Setembro de 1858 Francisco José Furtado, Presidente da mesma província". Manaus, Typographia de Francisco José da Silva Ramos, Anexo M, 12 pg.

1861- "Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da 1ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura no dia 3 de novembro de 1860, pelo 1° Vice-Presidente em Exercício Exm.° Senr. Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda". (Documento N° 12). Manaus, Typographia de Francisco José da Silva Ramos.

BRASIL. GOVERNO IMPERIAL (Diretoria Geral de Estatística)

1876- "Recenseamento da População do Império do Brazil a que se procedeu no 1° de Agosto de 1872 - Província do Amazonas". Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger/Typographia Commercial.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1952- "Recenseamento Geral do Brasil (1° de Setembro de 1940) - Série Regional - Parte I - Acre (Censo Demográfico" [População e Habitação]; Censos Econômicos [Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços]). Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1957- "Território do Acre - Censos Demográfico e Econômicos [Série Regional - Volume VII]. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1957a- "Tarauacá"; "Tefé". In: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. (Vol. XIV - Amazonas, Pará e Territórios). Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, pg. 81-4; 237-42.

1959 - "Pedra Branca": In: **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** (Vol. XVI - Ceará). Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, pg. 435-39.

1987- **Mapa etno-histórico de Curt Nimendajú**. Rio de Janeiro, Fundação IBGE.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1939- "Trabalhos realizados em 1938 (Relatório apresentado ao Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Fernando Costa)". Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola.

1940- "As atividades agrícolas do Brasil em 1939 (Relatório apresentado ao Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Fernando Costa)". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, II Vol..

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

1910- "Decreto n° 8.072, de 20 de junho de 1910 (Créa o Serviço de Protecção aos Índios e Localisação dos Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento)". In: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, Rodolpho Nogueira de Rocha Miranda, no anno de 1910". Vol. II. Rio de Janeiro, Officinas da Directoria Geral de Estatística, pg. A-41-A-62.

1911- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1911". II Vol. Rio de Janeiro, Officinas da Directoria Geral de Estatística.

1912- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1912". Vol. I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1913- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Pedro de Toledo, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1913". Vol. I. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. 139-145..

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO

1914- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1914". Vol. I. Rio de Janeiro, Typographia do Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, pg. 97-99.

1915- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti. Anno de 1915". Rio de Janeiro, Typographia da Directoria Geral de Estatistica, pg. 71-72.

1916- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti no ano de 1916". Volume I. Rio de Janeiro, Typographia da Directoria Geral de Estatistica, pg. 71-78.

1929- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Anno de 1925". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO (Diretoria Geral de Estatística)

1916- **Annuário Estatístico do Brazil. 1º Anno (1908-1912)**. (Vol. 1 - Território e População). Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

1920- "Almanak do pessoal do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio organizado pela Directoria Geral de Contabilidade nos termos do Decreto 11.136, de 13 de janeiro de 1915. Tomo II - 1919". Rio de Janeiro, Typographia da Directoria Geral de Estatística.

1923- **Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920**. (Vol. III [1ª Parte]- Agricultura). Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

1924- **Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920**. (Vol. III [2ª Parte]- Agricultura). Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

1926- **Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920**. (Vol. IV - População). Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

1930 - **Recenseamento do Brazil, realizado em 1 de setembro de 1920**. (Vol. IV - População - 5ª Parte). Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA.

1915- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Fazenda, Rivadavia da Cunha Corrêa, no anno de 1914. (Vol. Segundo). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (Directoria Geral de Estatística)

1898- "Sypnose do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1890". Rio de Janeiro, Officina da Estatística.

1905- "Sypnose do Recenseamento de 31 de Dezembro de 1900". Rio de Janeiro, Typographia da Estatística.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

1908- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em março de 1908" (Vol. I - Justiça, Interior e Contabilidade). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1909- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em março de 1909". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1910- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

1911- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1912- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1913- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1915- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos- Abril de 1915". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1918- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos- Maio de 1917". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1919- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Urbano Santos da Costa Araújo- Julho de 1919". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1920- "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello - Junho de 1920". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. PREFEITURA DE TARAUACÁ

1914- "Relatório da Delegacia de Recenseamento e Estatística do Departamento do Tarauacá". In: "Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Coronel Antonio Augusto Alencar, Prefeito do Departamento de Tarauacá, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, relativo ao 2º semestre de 1913". (Anexo 15, elaborado pelo Delegado Manoel Vasconcelos). In: **O Estado**, Villa Seabra, Ano I, Nº 19, 11/7/1914, pg. 2.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. PREFEITURA DO ALTO ACRE

1905- "Exposição dos factos administrativos ocorridos na Prefeitura do Alto Acre apresentado ao Dr. J.J Seabra, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, pelo Dr. José Marques Acauã Ribeiro, Prefeito do Departamento do Alto Acre (25 de Maio a 31 de Dezembro de 1905)". In: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. J.J Seabra, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1905". (Vol. 1 - Diretoria do Interior - Primeira Parte - Anexos H). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. A-H1-1 até A-H15.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. PREFEITURA DO ALTO PURUS

1905- "Relatório do Prefeito do Alto Purus, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905". (Cândido José Mariano) In: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. J.J Seabra, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1905". (Vol. II - Diretoria do Interior - Primeira Parte - Anexos H). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. A-H1 até A-H15.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. PREFEITURA DO ALTO JURUÁ

1908- "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Engenheiro Antonio Manoel Bueno de Andrada, Prefeito Interino, em 31 de Dezembro de 1907". Em: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em março de 1908" (Vol. I - Justiça, Interior e Contabilidade). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, 28 pg.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1898- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores General de Brigada Dioniso E. de Castro Cerqueira, em 12 de julho de 1898". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1913- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 1 de maio de 1912 a 17 de Maio de 1913". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1914- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 18 de Maio de 1913 a 3 de Maio de 1914". 2 Vol. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1915- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 3 de maio de 1914 a 30 de Junho de 1915". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1915a- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 3 de maio de 1914 a 30 de Junho de 1915". (Exposição - Annexo A). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1922- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 1 de Maio de 1920 a 30 de Abril de 1921". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1924- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 30 de Abril de 1922 a 3 de Maio de 1923". (I Volume - Exposição e Anexo) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1925- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 30 de Abril de 1923 a 3 de Maio de 1924". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. 78; 107-108; 213-266.

1926- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 30 de Abril de 1924 a 3 de Maio de 1925". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. 77-79; 301-377.

1927- "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 4 de Maio a 31 de dezembro de 1926 (Exposição e Annexos)". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1928 "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores - Anno de 1927". 2. Vol. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

1928a- "Álbum Fotográfico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru, com índice". (Originalmente, Anexo N° 18 ao "Relatório apresentado ao Ministério das Relações Exteriores, pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (31 de Maio de 1928)"). Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 541, 113 pg.

BRASIL. TRIBUNAL ESPECIAL

1931- "Comissão Especial de Inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre". 5 vol. Fundo Tribunal Especial, Procuradoria, Processo Nº 640, Caixas 2919 e 2920.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1924- "Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da Primeira Sessão da Décima Segunda Legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

CABRAL, Alfredo Lustosa

1984 [1949]- **Dez anos no Amazonas (1897-1907)**. 2ª ed. Brasília, Gráfica do Senado.

CALIXTO, Valdir de Oliveira

2003- **Plácido de Castro e a construção da ordem no Aquiri (contribuição à história das idéias políticas)**. Rio Branco, Fundação Elias Mansour/Governo do Estado do Acre.

CARVALHO, Dr. João Braulino de

1928- "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Perú". Rio de Janeiro, março. In: SILVA, Antonio Alves Ferreira da. "Relatório apresentado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (31 de maio de 1928)". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929, pg. 285-297).

1929- "Breve notícia sobre os indígenas que habitam a fronteira do Brasil com o Perú, elaborada pelo médico da Comissão, Dr. João Braulino de Carvalho, e calcada em observações pessoaes". In: Relatório apresentado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (31 de maio de 1928). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929, pg. 301-332.

1931- "Breve notícia sobre os índios que habitam a fronteira do Brasil com o Peru". In: **Boletim do Museu Nacional** (Nova Série). Rio de Janeiro, Vol. VII, Nº 3, setembro, pg. 225-256.

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão

1930- "O Juruá Federal (Território do Acre)". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. (Tomo Especial - Congresso Internacional de História da América, 1922). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 9, pg. 587-722.

1947- "Caminhos do Acre". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 196, Julho/Setembro, pg. 74-225.

1950- "O gentio acreano". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 207, Abril/Junho, pg. 3-77.

1954- "Cartografia acreana". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 223, pg. 16-81.

1959- "Peruanos na região acreana". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 244, pg. 135-216.

1961- "Povoamento da Acreânia". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 250, Janeiro/Março, pg. 118-256.

CASTRO, Genesco de

2002 - **O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro. Excerptos históricos**. Brasília, Senado Federal.

CERQUEIRA, Felizardo Avelino de

1958 - "Relatório e biografia de Felizardo A. Cerqueira". Belém, manuscrito, 183 pg.

1958a- "História de um grande catequisador de índios". Belém, datil., 1 pg.

CHANDLESS, William

1869- "Notes of a Journey up the River Jurua". Em: **Journal of the Royal Geographical Society of London**, Vol. 39, pg. 296-311.

1870- "Apontamentos sobre o rio Juruá - Afluente do Solimões" Em: "Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque". (Apenso N). Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & H. Laemmert, pg. A-N-1 a A-N-16

CHIRIF, Alberto

2004- "Época del caucho y barbarie" (Introdução à republicação do livro **El Proceso del Putumayo y sus secretos inauditos publicado**, de autoria do juiz Carlos Valcárcel em 1915). Iquitos, Monumenta Amazónica, CETA-IWGIA. (Disponível em: *www.runa.org.pe/dcultural/informes/archivos/caucho_y_barbarie.pdf*)

CORREIA, Cloude de Souza

2001- "Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá/Ac". Brasília, mimeo, julho.

2004- "Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Nawa". Brasília, mimeo, julho.

COSTA, Francisco Pereira

2005- **Seringueiros, patrões e a justiça no Acre Federal, 1904/1918**. (Série Dissertações e Teses - 9). Rio Branco, Editora da Universidade Federal do Acre.

COSTA, José Craveiro

2003 [1925]- **A conquista do deserto ocidental. Subsídios para a história do Território do Acre**. Rio Branco, Tribunal de Justiça.

COUTINHO JR., Walter Alves

2003- "Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia (GT Portaria nº 1.054/PRES/2001)". Brasília, mimeo, maio.

CUNHA, Euclides da

1976- **Um Paraíso Perdido: reunião de ensaios amazônicos**. (Col. Dimensões do Brasil, Vol. 1). Petrópolis, Vozes; Brasília, Instituto Nacional do Livro.

CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha & ALMEIDA, Mauro Barbosa de Almeida, org.

2002- **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo, Companhia das Letras.

ERIKSON, Philippe

1986- "Altérité, tatouage et anthropophagie chez les Pano: la belliqueuse quête de soi". In: **Journal de la Société des Américanistes**. Paris, Vol. LXXII, pg. 185-210.

1992- "Uma singular pluralidade: a etno-história pano". In: **História dos índios no Brasil**. (Manuela Carneiro da Cunha, org.). São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, pg. 239-252.

1993- "Une nébuleuse compacte: le macro-ensemble Pano". **L'Homme. Revue Française d'Anthropologie**, Vol. XXXIII, nº 126-128, pg. 45-58.

ERTHAL, Regina Maria de Carvalho

1992- *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. (Dissertação de mestrado ao PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo.

FAULHABER, Priscila

1996- "A etnografia de Padre Tastevin e as representações sobre a cobra-grande/arco-íris". (Texto ao GT "O etnógrafo observado: a pesquisa de campo como situação social", coordenado por João Pacheco de Oliveira, na XX Reunião Brasileira de Antropologia). Belém, mimeo, 20 pg.

1997 - "Nos varadouros das representações: Redes etnográficas na Amazônia do início do século XX". Em: **Revista de Antropologia**, São Paulo, Universidade de São Paulo, Vol. 40, nº 2, pg. 102-143.

2008- "Etnografia na Amazônia e tradução cultural: comparando Constant Tastevin e Curt Nimuendaju". Em: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, Vol. 3, nº 1, janeiro-abril, pg. 15-29.

FEDERACIÓN DE COMUNIDADES NATIVAS DE PURUS - FECONAPU

2004 - "Plan de Desarrollo Integral de los Pueblos Indígenas de Alto Purus (2004-2009)". Esperanza, Purus, mimeo, 53 pg.

FERNÁNDEZ, Eduardo & BROWN, Michael F.

2001 [1991]- **Guerra de sombras. La lucha por la utopía en la Amazonía peruana**. Lima, Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica (CAAP); Centro Argentino de Etnología Americana (CAEA-CONICET).

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha

2007 - **O SPI na Amazônia. Política indigenista e conflitos regionais na Amazônia (1910-1932)**. (Publicação Avulsa do Museu do Índio, 2). Rio de Janeiro, Museu do Índio.

GARCIA, Flávio

1989- "Um decreto que previa o futuro da Amazônia". In: **Humanidades**, Brasília, Ano VI, Nº 21, pg. 44-53.

GONÇALVES, Marco Antonio (Org.)

1991- **Acre. História e Etnologia**. Rio de Janeiro. Núcleo de Etnologia Indígena, LPS, IFCS, UFRJ; Fundação Universitária José Bonifácio.

GOW, Peter

1991 - **Of mixed blood. Kinship and history in peruvian Amazonia**. Oxford, Claredon Press.

GRANERO, Ferrando Santos & BARCLAY, Federica

2003- "O chefe Ashaninka Venâncio Amaringo Campa". In: **Chasqui. Correio do Peru. Boletim Cultural do Ministério das Relações Exteriores**. Lima, Ano I, nº 2, novembro, pg. 3.

GRUYTERS, Antônio

S/d- "Cem anos de presença espiritana em Tefé". Em: *www.espiritanos.org/cssp/artigo.asp?ID=517.*

GUEDES, Mário

1914- **Os seringais (pequenas notas)**. Rio de Janeiro, Tipografia Martins de Araújo.

GUERRA, Antônio Teixeira

2004 [1955] - **Estudo geográfico do Território do Acre**. Brasília, Senado Federal. (originalmente publicado pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Rio de Janeiro, como parte da Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, Publicação Nº 11).

HARDENBURG, William

1912- **The Putumayo: the devil's paradise. Travels in the Peruvian Amazon Region and an account of the atrocities committed upon the Indians therein**. (C. Reginald Enock, ed.). London, T. Fischer Unwin.

HASSEL, Jorge H. von

1903- "Ligeros apuntes sobre nuestras regiones limitrofes: Conferencia del ingeniero J. M. von Hassel, con un mapa". In: **Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima**. Lima, Ano XIII, Tomo XIII (4), dezembro, pg. 462-473.

1904 - "Los varaderos del Purús, Yuruá y Manu". In: **Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima**. Lima, Ano XIV, Tomo XV (3), pg. 241-68.

1904a- "La industria gomera". In: **Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima**. Lima, Ano XIV, Tomo XV (4), pg. 386-409.

1905- "Las tribus salvajes de la region amazonica del Peru". In: **Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima**. Lima, Ano XV, Tomo XVII, pg. 27-73.

HERNDON, William Lewis

1853- **Exploración del Valle del Amazonas, realizada bajo la dirección del Ministerio de Marina**, por W.M. Lewis y Lardner Gibbon, tenientes de la Marina de los Estados Unidos. (Tomo I, por Tnte. W.L. Herndon). Washington, Robert Armstrong. (Ana Cecilia Cortez e Myriam Larrea, trad.). (In: *http://www.fao.org/ag/agL/agll/rla128/iiap/iiap21/iiap21_monumenta.htm*).

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita

1989- "Fronteiras étnicas e grandes projetos: a situação dos grupos indígenas do Acre" "Relatório Final de Atividades - CNPq Nº Processo de Quota 503022-88.8). Rio de Janeiro, mimeo, 133 pg.

1992- "A incessante 'produção' da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão: reconhecimento e regularização pelo Estado brasileiro e processos de mobilização do grupo para a conquista e o uso de seu território". (Texto ao GT 'Política Indigenista', coordenado pelo Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira, no XVI Encontro Anual da Anpocs). Rio de Janeiro, mimeo, agosto, 48 pg.

1993- *O Astro Luminoso: Associação indígena e mobilização étnica entre os Kaxinawá do rio Jordão*. (Dissertação de Mestrado ao PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo, julho, 466 pg.

1995- "Relatório de Identificação da Área Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã - Município de Tarauacá - Estado do Acre". (GT PP 1.204/93). 2 vols. Rio Branco, mimeo, agosto.

1996- "Relatório de Identificação da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão - Município de Jordão - Estado do Acre". (GT PP 1.204/93). 2 vol. Rio Branco, mimeo, abril.

1997- "Relatório de viagem às Terras Indígenas Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá da Praia do Carapanã (Trechos de um caderno de campo dedicado a olhar as escolas e conversar com seus professores)". Rio Branco, mimeo, maio, 95 pg.

1998 - "Levantamento sócio-econômico, laudo biológico e situação fundiária da área indicada para a criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá - Municípios de Jordão e Tarauacá - Estado do Acre". 4 vol. Rio Branco, mimeo, setembro/outubro.

1999- "Territorialidade Kaxinawá no Jordão dos anos 90". In: **Demarcando terras indígenas. Experiências e desafios de um projeto de parceria**. (Carola Kasburg & Márcia Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 83-96.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita

2000 - "Preparação e Avaliação das Demarcações Físicas nas Terras Indígenas Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e Kulina do Igarapé do Pau, Vale do Juruá, Estado do Acre" e Assessoria à Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga (AAPBI) na implementação do "Subprojeto Acompanhamento e Consolidação da Demarcação Física da Terra Indígena Poyanawa" (Contrato PNUD 2000/000282 - Segundo Produto). Rio de Janeiro, mimeo, 14 de abril, 45 pg.

2000a- "Preparação e Avaliação das Demarcações Físicas nas Terras Indígenas Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá/ Ashaninka do Rio Breu e Kulina do Igarapé do Pau, Vale do Juruá, Estado do Acre". (Contrato PNUD 2000/000282 - Quinto Produto). 2 Vols. Rio de Janeiro, mimeo, dezembro.

2000b- "Tempo da política no Município de Jordão". Rio de Janeiro, mimeo, 10 de novembro, 7 pg. (Publicado no Jornal *Página 20*, Rio Branco, 14/11/2000, pg. 10-11).

2001- "Consolidação do corredor de terras reservadas para os índios "isolados" na fronteira do Acre com o Peru: uma pauta". Rio de Janeiro, mimeo, maio, 8 pg.

2002- "Demarcação de seis terras indígenas no Vale do Juruá acreano: o PPTAL e a participação indígena". In: **Demarcando terras indígenas II**. Experiências e desafios de um projeto de parceria. (Márcia Maria Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 73-84.

2002a- "A indenização dos ocupantes não índios no processo de regularização de terras indígenas: considerações do Estado do Acre". In: **Demarcando terras indígenas II**. Experiências e desafios de um projeto de parceria. (Márcia Maria Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 169-203.

2003- "Ocupando e comprando para construir o território: estratégias Kaxinawá para o reconhecimento e a regularização de novas terras indígenas no Município de Jordão, Estado do Acre". (Mesa "Iniciativas e estratégias indígenas", no GT "Povos Indígenas", coordenado pelos Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira e John Manuel Monteiro, no XXVII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu-MG, 21 a 25 de outubro). Rio de Janeiro, mimeo, outubro, 50 pg.

2004- "Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, catequese e civilização no Vale do Tarauacá - Território do Acre (1905-1925)". (Trabalho apresentado no curso "Antropologia Histórica e Etnohistória", ministrado pelo Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira). Rio de Janeiro, mimeo, julho, 90 pg.

2004a- "Os índios e as eleições municipais de 2000 no Acre". In: **Índios e Parlamentos**. (Luciana Costa e Ricardo Verdum, org.). Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos, maio, pg. 63-102.

2006- "Indígenas "aislados" en el Estado del Acre: una actualización". In: **Memorias del Seminario-Taller binacional Perú-Brasil "Poblaciones indígenas en aislamiento y en contacto inicial: problemática actual y políticas institucionales"**. Puerto Maldonado, Peru, Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (no prelo). Rio de Janeiro, mimeo, outubro, 11 pg.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita & AQUINO, Terri Valle de

1993- "Cadastramento e levantamento sócio-econômico da população Kaxinawá do Rio Jordão - Sistematização preliminar dos dados coletados entre novembro de 1991 e março de 1992". Rio Branco, mimeo, setembro, 180 pg.

1994- "Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado" (Relatório final apresentado ao "Projeto de Estudo das Estratégias de Subsistência, Desenvolvimento Autônomo dos Recursos dos Povos e Territórios Indígenas da Bacia Amazônica", coordenado pela OXFAM-América/COICA). Rio Branco, mimeo, janeiro, 456 pg.

1994a- **Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado**. Rio Branco, Gráfica Kenê Hiwê/CPI-Acre.

1996- "Os Kaxinawá e os brabos: territórios e deslocamentos populacionais nas fronteiras do Acre com o Peru". In: **Travessia. Revista do Migrante**, São Paulo, N° 24, janeiro-abril, pg. 29-38.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita & AQUINO, Terri Valle de

1997- "Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã". Brasília, mimeo, agosto, 6 pg. (Publicado no Diário Oficial da União de 1/10/97, Seção I, N° 189, pg. 21836-21838 e no Diário Oficial do Estado do Acre de 4/12/97, Ano XXXI, N° 7171, pg. 7)

1998- "Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão". Brasília, mimeo, março, 9 pg. (Publicado no Diário Oficial da União de 14/5/98, Seção I, N° 90, pg. 16-19 e no Diário Oficial do Estado do Acre, de 26/5/98).

1999- "Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: populações e terras indígenas". Rio de Janeiro/ Rio Branco, mimeo, novembro, 175 pg.

2002- "Habitantes: os Kaxinawá". In: **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. (Manuela Carneiro da Cunha & Mauro Barbosa de Almeida, org.). São Paulo, Companhia das Letras, pg. 147-160.

2006 - "Povos e terras indígenas no Estado do Acre". (Caderno Temático ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre-Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, fevereiro, 204 pg.

2006a- "Geopolítica das fronteiras acreanas e os povos indígenas" (Texto de subsídio ao Eixo do Cultural-Político do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre-Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, fevereiro, 62 pg.

2006b- "Uma agenda para o avanço dos processos de regularização das terras indígenas no Estado do Acre". (Consultoria à Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas e à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais, no âmbito do "GT Fundiário", criado pelo Governo do Estado do Acre). Rio Branco, mimeo, abril, 63 pg.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita & KAHN, Marina

1991- "Relatório de avaliação da atuação da Comissão Pró-Índio do Acre (1979-1990)". Rio de Janeiro/São Paulo, mimeo, outubro, 150 pg.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita & OCHOA, Maria Luiza Pinedo

1996- "História". Em: "Proposta Curricular Bilíngüe Intercultural para a Formação de Professores Índios do Acre", elaborada pela equipe de educação da CPI-Acre, sob coordenação de Nietta Lindenberg Monte. (Projeto BRA 014/95). Rio Branco, mimeo, abril, 17 pg.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita & SIÃ KAXINAWÁ, José Osair Sales

1995- "Projeto para a Instalação de uma Rede de Rádios em Terras Indígenas do Estado do Acre" (Projeto "Rádio Amazônia"- Amigos da Terra/ASKARJ/CPI-Acre). Rio Branco, mimeo, dezembro, 10 pg.

IORIS, Edviges Marta

1996- *A Funai entre os campa e os brabos*. (Dissertação de mestrado ao PPGAS/MN/UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo, 181 pg.

KALUME, Senador Jorge

1985- **Elevação do Território do Acre a Estado**. Brasília, Gráfica do Senado Federal.

KEIFENHEIM, Barbara

1990- "*Nawa* : un concept clé de l'altérité chez les Pano". In: **Journal de la Société des Américanistes**, LXXVI, pg. 79-94.

1992- "Identité et altérité chez les indiens Pano". In: **Journal de la Société des Américanistes**, LXXVIII-II, pg. 79-93.

1997- "Futurs beaux-frères ou esclaves? Les *Kashinawa* découvrent des indiens non contactés". In: **Journal de la Société des Américanistes**, LXXXIII, pg. 141-158.

KEIFENHEIM, Barbara

2002- "*Nixi pae* como participação sensível no princípio de transformação da criação primoridal entre os índios Kaxinawá no Leste do Peru". In: **O uso ritual da ayahuasca** (Beatriz Caiuby Labate & Wladymir Sena Araújo, org.). Campinas, Mercado de Letras; São Paulo, Fapesp, pg. 95-125.

KENSINGER, Kenneth M.

1965- "The Cashinahua of Southeastern Peru". In: **Expedition**. University of Pennsilvania/Museum of Archeology and Anthropology, Vol. 7, Nº 4, Summer, pg. 4-9.

1967- "Change and the Cashinahua". In: **Expedition**. University of Pennsilvania/Museum of Archeology and Anthropology, Vol. 9, Nº 2, Winter, pg. 4-8.

1975- "Studying the Cashinahua". In: **The Cashinahua of Eastern Peru**. (Studies in Anthropology and Material Culture, Vol. 1). (Jane Powell Dwyer, ed.). Providence, The Haffenreffer Museum of Anthropology/Brown University, pg. 9-11.

1995- **How Real People Ought to Live. The Cashinaua of Eastern Peru**. Illinois, Waveland Press Inc.

LAGOS, Ovídio

2005- "El descubrimiento de una selva". In: **Arana, el rey del caucho. Terror y atrocidades en el Alto Amazonas**. Buenos Aires, Emecé. (Primeiro capítulo do livro, disponível em *www.ovidiolagos.com/ librosarana.html*)

LAGROU, Els Maria

1991- *Uma etnografia da cultura Kaxinawá: entre a cobra e o Inca*. (Dissertação de Mestrado PPGAS da UFSC). Florianópolis, mimeo.

2007- **A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre)**. Rio de Janeiro, Topbooks.

LE COINTE, Paul

1922 - **L'Amazonie bresilenne. Le pays - ses habitants. Ses ressources. Notes et statistiques jusqu'en 1920.** 2 vol. Paris, Augustin Challamel.

LIMA, Antonio Carlos de Souza

1995- **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis, Vozes.

LIMA, Cláudio de Araújo

1973 - **Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo**. 4ª ed. Rio de janeiro, Civilização brasileira; Brasília, Instituto Nacional do Livro.

LIMA, Edilene Coffacci de

1994- *Katukina: história e organização social de um grupo pano do alto Juruá*. (Dissertação de Mestrado à Universidade de São Paulo).

LINHARES, Lucy Paixão

1992- *'Animus Domini'. Uma análise da política de discriminação de terras públicas no Acre*. (Dissertação de mestrado ao PPGAS/MN/UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo.

LINHARES, Máximo

1913- "Os Índios do Território do Acre. Impressões de um auxiliar da Inspetoria do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes". In: **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro, pg. 3; 6.

LÓPEZ, Roberto

1925 - "En la frontera oriental del Perú". Belém, 111 pg.

MACIEL, Ney José Brito

2005- "Relatório de Revisão de Limites da Terra Indígena Rio Gregório/Ac. Povos Indígenas: Yawanawá e Katukina (Grupo de Trabalho Técnico Portarias 1358/Pres/Funai e 1372/Pres/ Funai). Brasília, mimeo, setembro.

MANÁ KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima

1999 - "O Seringal Xapuri. A História dos Huni Kui do Alto Tarauacá". Rio Branco, mimeo, 42 pg.

2006- **Nuku kene kena xarabu**. (Caderno de Pesquisa). Rio Branco, Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (CAPEMA), 78 pg.

MARTINELLO, Pedro

1988- **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. Rio Branco, Editora da UFAC. (Originalmente tese de doutorado à USP, apresentada em 198).

MARTINI, Andréa

1998- *Tecendo limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil.* (Dissertação de mestrado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, mimeo, agosto.

2005- *A margem do limite: fronteira e narrativa na Foz do Breu, Acre, Brasil.* (Tese de doutorado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, mimeo, fevereiro.

MASÔ, João Alberto

1910/1917- **Território do Acre. Valle do Ucayali-Peru – Território das Colônias, N.O. Bolívia – E. de Ferro Madeira Mamoré, E de Matto Grosso – S.O. do E. do Amazonas - com diversas tabelas de informações – 155 coordenadas geographicas e uma carta suplementar da Amazônia.** (Mapa).

MATEUS KAXINAWÁ, Agostinho Manduca

1993- "Estória do povo Kaxinawá do Rio Jordão" (Texto escrito a partir de um relato de Miguel Macário Kaxinawá). Rio Branco, manuscrito, 5 pg.

1995- "História dos índios arredios que atacaram na Área Indígena Kaxinawá do Rio Jordão". In: **Jornal Yuimaki. Um Jornal Indígena do Acre**. Rio Branco, Gráfica Kenê Hiwê/CPI-Acre, Ano IV, Nº 9, fevereiro-abril, pg. 3-4

McCALLUM, Cecília

1989- "Gender, personhood and social organization amongst the Cashinaua of Western Amazonia". (Tese de Phd). Londres, London School of Economics/University of London, mimeo.

1990- "Language, kinship and politics in Amazonia". In: **Man**, 25 (3), setembro, pg. 412-433.

1991- "Cashinahua (Huni Kuin) Death, Dying and Personhood" (Paper apresentado no 47th International Congress of Americanists, Panoan Symposium, New Orleans). Londres, mimeo, maio, 25 pg.

1996- "Morte e Pessoa entre os Kaxinawá". In: **Mana**. Vol. 2, Nº 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional.

1999- "Consuming pity: the production of death among the Cashinahua". In: **Cultural Anthropology**, Vol. 14, Nº 4, novembro, pg. 443-471.

2001- **Gender and sociality in Amazonia. How real people are made**. Oxford/NewYork, Berg.

MEIRA, Sílvio de Bastos
2003 - **A epopéia do Acre. Batalhas do ouro-negro**. Rio Branco, Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

MEIRELLES, José Carlos dos Reis
1987- "Os índios isolados da região entre as cabeceiras dos Rios Breu, Jordão, Tarauacá, Humaitá e Envira". Manaus, mimeo, 16 de outubro.
2008- "Visita à casa da memória: homenagem aos companheiros que se encantaram". **Página 20** (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 2 de fevereiro, pg. 22-23

MELO, Joaquim Rodrigues de
2007 - *A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932.* (Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Amazonas). 2 vol. Manaus, mimeo.

MENDES, Margarete Kitaka
1991- "Etnografia Preliminar dos Ashaninka da Amazônia Brasileira" (Dissertação de Mestrado ao Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas). São Paulo, Unicamp, novembro.

MENDONÇA, Belarmino
1989 [1907]- **Reconhecimento do rio Juruá, 1905**. (Coleção Reconquista do Brasil, 2° série, vol. 152). Belo Horizonte, Editora Itatiaia; Rio Branco, Fundação Cultural do Estado do Acre.

MENEZES, Maria Lúcia Pires & FERNANDES, Nelson da Nóbrega
2005- "As capitais do Acre: a cidade e os poderes". In: **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, Vol. IX, N° 194 (106), 1 de agosto. (Disponível em *www.ub.es/ geocrit/sn/sn-194-106.htm*).

MORALES, Lúcia Arrais
1999- *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos Soldados da Borracha.* (Tese de Doutorado ao PPGAS/MN/UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo.

MONTAG, Richard
2002- **A Tale of Pudichos's People. Cashinaua accounts of European contacts in the twentieth century**. Dallas, Summer Institute of Linguistics International and the International Museum of Cultures.

MONTAG, Richard; MONTAG, Susan & TORRES, Pudico
1975- "Endocanibalismo funebre de los Cashinaua". (Datos Etno-linguisticos, N. 45). Yarinacocha, Pucalpa, Summer Institute of Linguistics.

MONTE, Nietta Lindenberg
1996- **Escolas da floresta. Entre o passado oral e o presente escrito. Diários de classe de professores Kaxinawá**. Rio de Janeiro, Multiletra.

NAVEIRA, Miguel Alfredo Carid
1999- *Yawanawá: da guerra à festa* (Dissertação de mestrado ao PPGAS/UFSC). Florianópolis, mimeo.

NEVES, Marcos Vinicius
2006- "Alm'*acre*ana". In: **Acre das mulheres**. Rio Branco, Secretaria Extraordinária da Mulher/ Governo do Estado do Acre, Edição I, julho, pg. 7-10.

OLIVEIRA, João Pacheco de

1977- "Os seringais nativos: um esforço crítico sobre a visão unificadora". Rio de Janeiro, mimeo, 42 pg.

1979- "O caboclo e o brabo: Notas sobre suas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX". In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Nº 11, pg. 101-140.

1988- **"O nosso governo". Os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo, Marco Zero; Brasília, MCT/CNPq.

2000- "Sobre índios, macacos, peixes: narrativas e memórias de intolerância na Amazônia contemporânea". In: **Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social**. Lisboa, Vol. 4, Nº 2, setembro, pg. 285-310.

OLIVEIRA, Joaquim Nunes de

1907- "Relatório da primeira expedição, apresentado pelo engenheiro Joaquim Nunes de Oliveira". Cruzeiro do Sul, 22 de julho. In: "Primeiro Relatório da Comissão de Obras Federaes no Território do Acre". (Antonio Manuel Bueno de Andrada). Cruzeiro do Sul, 31 de dezembro de 1907, Anexo nº 3, pg. 59-74. In: Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores: "Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em março de 1908" (Vol. I - Justiça, Interior e Contabilidade). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

ONOFRE, Manuel

2001 [1968]- **Amazônia. O papel decisivo do Mal. Taumaturgo de Azevedo na questão do Acre**. (Coleção Documentos da Amazônia, 43). Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. (In: *www.visitamazonas.com.br/bibliotecavirtual/indice.php?idLivro=5389*, consultado em 30/2/2004)

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE (OPIAC)

2000- **Shenipabu Miyui. História dos Antigos**. 2ª edição revista. Belo Horizonte, Editora UFMG.

2002- **Índios no Acre. História e organização**. 2ª edição Rio Branco, Comissão Pró-Índio do Acre.

PAINE, Robert

1971- "Introduction"; "A theory of patronage and brokerage". In: **Patrons and brokers in the East Artic** (Robert Paine, ed.). (Newfoundland Social and Economic Papers Nº 2). Toronto, University of Toronto Press, pg. 3-21.

PANTOJA, Mariana Ciavatta

2003- "Caboclos e carius nos seringais do Alto Juruá". In: **Rede Amazônia: dinâmicas de ocupação e de exploração - efeitos e respostas socioculturais** (Neide Esterci; Deborah Lima & Philippe Léna, ed.). Rio de Janeiro/Belém, IRD, PPGSA/UFRJ, NAEA/UFPa, Ano 2, Nº 1, pg. 15-27.

2004- **Os Milton. Cem anos de história nos seringais**. (Estudos e Pesquisas, 123). Recife. Massangana Editora.

PARISSIER, Padre Jean Baptiste

1898- "Six mois au pays du caoutchouc". In: *Archives Générales de la Congrégation du Saint-Esprit*, Caixa 139-IV. (Versão consultada: "Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao Rio Juruá", traduzida pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo-NHII da Universidade de São Paulo, mimeo).

PÈRE BOUCHAUD
S/d- "Père Constant Tastevin. Décédé le 25/09/1962 à 82 ans". (In: *www.spiritains.org/qui/figuresdefunts/tastevinc.htm* (Consultado em 30/4/2006).

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes
2005- *Nimaira uruki yetara uruki: "esa es mi lucha". Ritual e política entre os Uitoto-murui, rio Caraparaná, Amazônia colombiana.* (Tese de doutorado em antropologia ao PPGAS-Museu Nacional-UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo.

PEREIRA NETO, Antonio
1996- Relatório de Identificação e delimitação da Terra Indígena Kulina do Igarapé do Anjo, que passou a se denominar após os estudos do GT Terra Indígena Jaminauá/Envira - Município de Feijó - Estado do Acre". (Processo Funai Nº 1607/98). Macapá-AP, mimeo, setembro.
1999- "Relatório técnico de identificação e delimitação da Terra Indígena Alto Tarauacá, Município de Jordão-Ac, em cumprimento à Portaria Nº 483/Pres, de 22 de maio de 1998". (Processo Funai Nº 1941/92). Rio Branco, mimeo, 30 de dezembro.

PEREIRA Neto, Antônio & AQUINO, Terri Valle de
2000- "Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Alto Tarauacá". Brasília, mimeo, 9 pg. (Publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, Nº 77 de 20 de abril de 2000, pg. 20-23, e no Diário Oficial do Estado do Acre a 15 de junho de 2000).

PERU. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
1914- "Mensaje del Presidente del Perú, Coronel Óscar R. Benavides Larrea, al Congreso Nacional, el 28 de julio de 1914". Lima, Congreso Nacional. (Disponível em *www.congreso.gob.pe/museo/mensajes/ Mensaje-1914-2.pdf*).

PESSOA, Enock da Silva
2007 - **Trabalhadores da floresta do Alto Juruá. Cultura e cidadania na Amazônia**. 2ª ed. Rio Branco, Editora da Universidade Federal do Acre.

PICCOLI, Jacó
1993 - *Sociedades tribais e a expansão da economia da borracha na área Juruá-Purus.* (Tese de doutorado em Ciências Sociais à PUC-SP). São Paulo, mimeo, 537 pg.

PIMENTA, José
2001- "De l'ethnocide à l'indianité: la question indienne dans l'État de l'Acre". In: **L'Ordinaire Latino-américain**, Toulouse, nº 184, pg. 87-97.
2002- *"Índio não é todo igual": a construção Ashaninka da história e da política interétnica"* (Tese de doutorado ao PPGAS-DAN-UnB). Brasília, mimeo, março.
2003- "A história oculta da floresta. Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre". In: **Linguagens Amazônicas**, n° 2, pg. 27-44 (ver se foi mesmo publicada ou como citar)

PINEDA CAMACHO, Roberto
2005- "La casa Arana en el Putumayo. El Caucho y el Proceso Esclavista"; "Julio Cesar Arana y Sir Roger Casement. Destinos Cruzados. El caucho, un comercio infame". In: **Biblioteca Virtual del Banco de la República**, editado em 16 de maio.

PRADO JÚNIOR, Caio
1984 [1945] - **História econômica do Brasil**. 30ª ed. São Paulo, Brasiliense.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL & UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

1994- **Álbum: A cidade de Cruzeiro do Sul - Revisitando o Juruá**. Rio Branco, Gráfica Estrela.

PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE E SUL DO AMAZONAS

1997- **História indígena**. (Marcelo Piedrafita &, Maria Luiza Pinedo Ochoa, org.). Rio Branco, Gráfica Kenê Hiwe/Comissão Pró-Índio do Acre, 65 pg.

RANZI, ALCEU

2004- "Os Coronéis Executivos". Jornal **O Estado**, Rio Branco, 9 de maio.

2004a- "Thauma". Jornal **O Estado**, Rio Branco, 23 de maio.

REIS, Arthur Cézar Ferreira

1953- **O seringal e o seringueiro**. (Documentário da Vida Rural N° 5). Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura.

1989 [1931] - **História do Amazonas**. 2ª ed. (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, vol. 145). Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda; Manaus, Superintendência Cultural do Amazonas.

RENARD-CASEVITZ, France-Marie

1992: "História kampa, memória ashaninka". In: **História dos índios no Brasil**. (Manuela Carneiro da Cunha, org.). São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, pg. 197-212.

REYNA, Ernesto

1942- "Carlos F. Fitzcarrald. El rey del caucho". Lima, Taller Gráfico P. Barrantes Co. (Disponível em *www.amazonia.bo/bibli/fiz.doc*).

RIBEIRO, Darcy

1986 [1970]- **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 5ª ed. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

RIVET, Paul

1924- "Les études etnographiques et linguistiques du P. Tastevin en Amazonie". In: **Journal de la Société des Américanistes**. Paris, N.S., Tomo XVI, pg. 421-425.

1926- "Voyage d'étude du P.C. Tastevin". In: **Journal de la Société des Américanistes**. Paris, N.S., Tomo XVIII, pg. 394-96.

RUMMENHÖLLER, Klaus

2003- "Los Santarrosinos en el Departamento de Madre de Dios: Apuntes sobre su desarollo histórico y su situación actual"; "Shipibos en Madre de Dios: La historia no escrita'. In: **Los Pueblos Indígenas de Madre de Dios. Historia, etnografía y coyuntura** (Beatriz Huertas Castillo & Alfredo García Altamirano, ed). Lima, Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD)/Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA), pg. 156-164; 165-184.

SÁEZ, Oscar Calavia

1994- *O nome e o tempo dos Yaminawa*. (Tese de Doutorado em Antropologia à USP). São Paulo, mimeo.

SALISBURY, David Seward

2007- *Overcoming marginality on the margins: mapping, logging, and coca in the Amazon borderlands* (Tese de doutoramento apresentada à Faculty of the Graduate School da Universidade do Texas). Austin, Texas, mimeo, maio, 363 pg.

SANTOS, José Guiomard
1956- "Projeto de Lei 2.167, de 1956". In: **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, Seção I, 7 de dezembro, pg. 12.237-12.239.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira
1977 - "História econômica da Amazônia (1800-1920)". (Dissertação de mestrado à Faculdade de Economia e Administração/USP). São Paulo, mimeo.

SCHIEL, Juliana
1999- *Entre patrões e civilizadores. Os Apurinã e a política indigenista no médio rio Purus na primeira metade do século XX*. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social à Universidade Estadual de Campinas). Campinas, mimeo, 139 pg.
2004- *Tronco velho: histórias Apurinã* (Tese de doutorado em Antropologia Social, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, mimeo, 533 pg.

SCHULTZ, Haarald & CHIARA, Wilma
1955-"Informações sobre os índios do alto Purus". In: **Revista do Museu Paulista**. Nova Série. São Paulo, Vol. IX, pg. 181-201.

SCHWADE, Egydio
1976- "Relatório da situação das populações do alto Envira". Rio Branco, CIMI-OPAN (Prelazia Acre-Purus), mimeo.

SILVA, Abel (Kanaú) de Oliveira & KESSELRING Jr., Adolpho Killian
1987- "Área Kulina do Igarapé do Pau - Proposta de delimitação - 1987". Rio Branco, mimeo.

SILVA, Antonio Alves Ferreira da
1914- "Exposição dos principaes factos occorridos na Commissão Brasileira de Limites com o Perú, durante o anno de 1913". Em: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 18 de Maio de 1913 a 3 de Maio de 1914" (Volume Primeiro - Exposição, Annexo A). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. 304-311.
1915- "Commissão de Limites do Brasil com o Perú - Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor Lauro Miller, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo Chefe da Comissão Capitão de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva, referente ao anno de 1914 - Fevereiro de 1915". Em: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 3 de Maio de 1914 a 30 de Junho de 1915" (Volume Primeiro - Exposição, Annexo A). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, pg. 333-361.
1922- "Relatório dos trabalhos de 1920, apresentado apresentado ao Excellentíssimo Senhor Doutor José Manoel de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelo Chefe da Comissão Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva". Em: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 1 de Maio de 1920 a 30 de Abril de 1921" (Exposição e Annexos). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Annexo A, pg. 103-128.
1924- "Relatório dos trabalhos da Comissão Mixta em 1923, apresentado pela Chefe da Comissão Brasileira, em Março de 1924". Em: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 30 de Abril de 1923 a 3 de Maio de 1924". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925, Anexo A, pg. 245-266.

SILVA, Antonio Alves Ferreira da

1925 - "Trechos do Relatório do Chefe da Comissão de Limites com o Peru, em 25 de Fevereiro de 1925". Em: "Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores comprehendendo o periodo decorrido de 30 de Abril de 1924 a 3 de Maio de 1925" (Exposição e Anexo A). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, Anexo A, pg. 348-377.

1929- "Relatório apresentado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (31 de maio de 1928)". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes

1995- "Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: uma vida de trabalho silenciado". In: **A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia brasileira** (Maria Luiza Miranda Álvares & Maria Ângelo D'Incao, org.). Belém, GEPEM/Museu Goeldi, pg. 97-115.

SOMBRA, Luiz

1911- "Correrias de índios". **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 de dezembro. (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 02, Fot. 033-034)

1913- "Os Cachinauás: ligeiras notas sobre seus usos e costumes". **Jornal do Commércio,** Rio de Janeiro, 13 de janeiro.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de

1995- **História do Acre. Primeiro Grau**. Rio Branco, M.M. Paim Representação e Comércio.

SOUZA, Cônego André Fernandes de.

1870 [1848] - "Noticias geographicas da Capitania do Rio Negro no Grande Amazonas, exornadas com varias noticias historicas do paiz, do seu governo civil e politico, e de outras cousas dignas de attenção, pelo conigo André Fernandes de Sousa". In: **Revista Trimestral de Historia e geographia**, Rio de Janeiro, Typographia de João Ignacio da Silva, Tomo X, 2° edição.

TASTEVIN, Constant

1914- "En Amazonie. Sur le Môa, aux limites extrémes du Brésil et du Pérou". In: **Missions Catholiques**. Paris, Tomo XLVI, pg. 502-504; 514-516; 526-528; 537-539; 550-552; 559-561.

1920- "Le fleuve Juruá (Amazonie)". In: **La Geographie**. Paris. Tomo XXXIII, pg. 1-22; 131-148.

1924- "Chez les indiens du Haut-Juruá (Rio Gregório)". In: **Missions Catoliques**. Paris, Tomo LVI, pg. 65-67; 78-80; 90-93; 101-104

1924a- "Les études etnographiques et linguistiques du P. Tastevin en Amazonie". In: **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, N.S., Tomo XVI, Seção Mélanges e nouvelles américanistes, pg. 421-25.

1925-"Le Fleuve Murú. Croyances et Moeurs Kachinauá". In: **La Geographie**. Paris. Tomo XLIII, pg. 403-422; Tomo XLIV, pg. 14-35.

1925a- "A Necrophagia nos Cachinauas/la Nécrophagie chez les Kachinaua". In: **O Missionário**, Tefé, V(I), pg. 19-20.

1925b- "Amazonie. Les Kachinawas mangeurs de cadavres". In: **Annales Apostoliques**, Ano 41, pg. 147-53.

1926- "Le Haut Tarauacá". In: **La Geographie**. Paris, Tomo XLV, pg. 34-54; 158-175.

1928- "Le Riozinho da Liberdade". In: **La Géographie**, Paris, Tomo XLIX, pg. 205-215.

TASTEVIN, Constant & RIVET, Paul

1921- "Les tribus indiennes des bassins du Purús, du Juruá et des régions limitrophes". In: **La Géographie**, Paris, Tomo XXXV, maio, pg. 449-482.

1919/1924- "Les langues du Purus, du Juruá, et des régions limitrophes". In: **Anthropos**, XIV-XV: 857-890; XVI-XVII: 298-325, 819-828; XXIV: 489-516.

1927/1929- "Les dialectes Pano du Haut Juruá et du Haut Purus". In: **Anthropos**, XXII: 811-827; XXIV: 489-516.

TAUSSIG, Michael

1993 [1987]- **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido

1975 [1866]- **O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas**. 3ª ed. (Brasiliana, vol. 106). São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, Instituto Nacional do Livro.

TOCANTINS, Leandro

1973- **Formação Histórica do Acre**. 3 Vol. Rio de Janeiro, Conquista.

1988 - "De um relatório sobre a geografia física e a geografia humana do rio Juruá". In: Mendonça, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá (1905).** (Coleção Reconquista do Brasil, 2° série, vol. 152). Belo Horizonte, Editora Itatiaia; Rio Branco, Fundação Cultural do Estado do Acre, 1989 [1907], pg. 11-32.

TORRALBA, Fr. Adolfo

1978- "Aproximación a la historia de Puerto Esperanza, en el Rio Purús". s.l., mimeo, 36 pg. (Consultado em *www.selvasperu.org/pdf/Aproximacion%20historia%20pto20 esperanza.pdf*; Publicado em **Estudios Amazónicos**, Lima, Centro Cultural José Pío Aza - Misioneros Dominicos, n° 5, dezembro, 2006, pg. 167-211).

TORRES, Simei Maria de Souza

2006- "Definindo fronteiras lusas na Amazônia colonial: o Tratado de Santo Idelfonso (1777-1790). In: **Rastros da memória: história e trajetórias das populações indígenas na Amazônia** (Patrícia Melo Sampaio & Regina de Carvalho Erthal, org.). Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, pg. 92-132.

TOWNSLEY, Graham Elliot

1988- *Ideas of order and change in Yaminahua society*. (Tese de PhD, Cambridge University). Londres, mimeo, abril.

TURNER, Victor

1974- "Social Dramas and ritual metaphors". In: **Dramas, fields and metaphors:** symbolic action in human society. Ithaca, Cornell University Press, pg. 1-53.

UGARTE, Auxiliomar Silva

2006- "Alvores da conquista espiritual do alto Amazonas (século XVI-XVII)". In: **Rastros da memória: história e trajetórias das populações indígenas na Amazônia** (Patrícia Melo Sampaio & Regina de Carvalho Erthal, org.). Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, pg. 13-47.

VARESE, Stefano

1973 - **La Sal de los Cerros**. Lima, Retablo de Papel Ediciones.

VASCONCELOS, Manuel

1913 - "Anexo 15: Relatório da Delegacia de Recenseamento e Estatística do Departamento do Tarauacá". In: "Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Coronel Antonio Augusto Alencar, Prefeito do Departamento de Tarauacá, ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, relativo ao 2º semestre de 1913". **O Estado**, Villa Seabra, Ano I, Nº 19, 11/7/1914.

VIEIRA, Maria Elisa Guedes

2005- "Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Riozinho do Alto Envira". Brasília, mimeo.

VIEIRA, Telmo Camilo

2005 - "História de índio". Rio Branco, mimeo, 34 pg.

VILLANUEVA, Manuel Pablo

1902- "Fronteras de Loreto" (Conferencia dada en la Sociedad Geográfica de Lima por el señor Manuel Pablo Villanueva, sócio corresponsal en Iquitos). In: **Boletín de la Sociedad Geográfica de Lima**. Lima. Ano XII, Tomo XII (4), pg. 361-479.

VINNYA YAWANAWÁ, Aldaíso

2007- **Costumes e tradições do povo Yawanawá**. (Maria Luiza Pinedo Ochoa & Gleyson de Araújo Teixeira, org.). Belo Horizonte. Fale/Universidade Federal de Minas Gerais; Comissão Nacional de Apoio à Produção de Material Didático Indígena (CAPEMA/SECAD/MEC).

WEBER, Ingrid

2004- *Escola Kaxi: história, cultura e aprendizado escolar entre os Kaxinawá do rio Humaitá (Acre)*". (Dissertação de mestrado ao PPGAS/MN/UFRJ). Rio de Janeiro, mimeo.

2006- **Um copo de cultura. Os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá e a escola**. Rio Branco, Editora da Universidade Federal do Acre.

WEINSTEIN, Barbara

1993- **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo, Hucitec/Editora da USP.

2002- "Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia". **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2), maio-agosto, pg. 261-72.

WILKENS DE MATOS, João

1854- "Roteiro da primeira viagem do Vâpor Monarcha, desde a cidade de Barra do Rio Negro, capital da Província do Amasonas, até a povoação de Nauta, na República do Perú, feito por João Wilkens de Matos, Secretario do Governo da mesma Província, e por ella deputado à Assembléia Geral Legislativa, acompanhado de uma carta do Rio Solimões, e parte do Rio Negro". Rio Negro, Typographia de M.S. Ramos, 92 pg. In: "Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 3 de maio de 1855, em que se abrio a sua 4ª sessão ordinaria pelo Vice-Presidente da Província, o Doutor Manoel Gomes Correa de Miranda. Cidade da Barra, Typ. de Manoel da Silva Ramos, 1855.

WOLFF, Cristina Scheibe

1997- "Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá - Acre (1870-1945)". In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Vol. 15, nº 21, abril, pg. 91-108.

1999- **Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo, Hucitec.

DOCUMENTOS do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS)

ARAÚJO, Francisco Escobar de

1912 - "Relato feito pelo Sr. Francisco Escobar de Araújo, quanto ao estado em que foi encontrada a extinta Inspetoria do Território do Acre, hoje fundida à do Amazonas". Manaus, 27 de maio. (SARQ/MI, Microfilme 379, Planilha 079, Doc. 00, Fot. 2-14).

BANDEIRA, Alípio

1910- "Instrucções para o uso dos Inspectores do Serviço de Proteção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionaes, na primeira expedição destinada à installação da séde da Inspectoria e à visita geral às terras habitadas pelos índios" (Visto, Ten. Cel. Rondon, Director Geral, em 31/10/1910). (SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 98, Doc. 01. Fot. 673-677).

BANDEIRA, Arthur

1912- Relatório sem título, referente à expedição ao rio Jutaí, entregue à Inspectoria do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes no Amazonas e Território do Acre. Manaus, datilografado, 11 de dezembro. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 00).

BRASIL. MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NACIONAIS

1913 - "Relatório anual da Diretoria do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes". Rio de Janeiro. (SARQ/MI, Microfilme 381, Planilha 115, Doc. 00).

1916 - "Inspetoria do Amazonas e Território do Acre". In: "Relatório de 1916". Rio de Janeiro. (SARQ/MI, Microfilme 1-A, Fot. 1392-94).

BRASIL. MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

1922 - "Relatório de 1921". Rio de Janeiro, 1 de março. (SARQ/MI, Microfilme 1-A, Fot. 1470-1484).

1930 - "Relatório dos trabalhos da Directoria deste Serviço relativo ao anno de 1929". (José Bezerra Cavalcanti, Director interino). Rio de Janeiro, 31 de julho. (SARQ/MI, Microfilme 340, Planilha 048, Doc. 00)

CAVALCANTI, José Bezerra

1911- "Resumo do relatório do anno de 1911". (SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 103, Doc. 00).

LEMOS, Bento Martins Pereira de

1917- "Relatório dos trabalhos executados pela Inspectoria no período de 18 de abril a 31 de dezembro de 1916". Manaus, 28 de fevereiro. (SARQ/MI, Microfilme 380, Planilha 103, Doc. 01).

1919- "Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Território do Acre (Instruções para os delegados)". Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 6 pg.

1921- "Relatório apresentado à Diretoria pela Inspetoria do Amazonas e Acre, referente aos serviços do ano de 1920". Manaus, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios - Estado do Amazonas e Território do Acre, 17 de janeiro. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 394, Doc. 01)

1923- Relatório apresentado à Diretoria pela Inspetoria do Amazonas e Acre, referente aos serviços do ano de 1922. Manaus, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios - Estado do Amazonas e Território do Acre, mimeo, 8 de janeiro, 61 pg.

LEMOS, Bento Martins Pereira de

1925- "Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1924 na Inspetoria do Amazonas e Acre". Manaus, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Serviço de Proteção aos Índios, 2 de março. (SARQ/MI, Microfilme 340, Planilha 051, Doc. 01)

1928- "Relatório do Inspetor referente ao ano de 1927". Manaus, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Serviço de Proteção aos Índios, 3 de janeiro. (SARQ/MI, Microfilme 340, Planilha 052, Doc. 00)

1929- "Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928". Manaus, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Serviço de Proteção aos Índios, janeiro. (SARQ/MI, Microfilme 340, Planilha 053, Doc. 00)

1930- "Relatório do Inspetor referente ao ano de 1929". Manaus, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Serviço de Proteção aos Índios, 8 de fevereiro. (SARQ/MI, Microfilme 340, Planilha 054, Doc. 01)

1930a- "Offício nº 125/10, de 7 de fevereiro" (Assunto: Memorial organizado sobre o modo de executar-se o serviço de recenseamento dos índios existentes no Amazonas, Acre e Norte do Matto Grosso, segundo instrucções do General Rondon). Manaus. (SARQ/MI, Microfilme 290, Planilha 931, Doc. 03)

1932- "Relatório do Inspector referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931". Manaus, 1 de fevereiro. (SARQ/MI, Microfilme 340, Planilha 055, Doc. 00)

SILVA, Dagoberto de Castro

1912- Relatório sem título, referente à expedição ao alto Juruá, entregue à Inspectoria do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes no Amazonas e Território do Acre. Manaus, datilografado, 26 de dezembro. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 02).

SILVA, Dagoberto de Castro

1912a- Relatório sem título, referente à expedição ao rio Jutaí, entregue à Inspectoria do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes no Amazonas e Território do Acre. Manaus, datilografado, 11 de dezembro. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 01).

CORRESPONDÊNCIAS

* Carta de Delfim Freire, Sub-Encarregado dos índios do Alto Tarauacá, ao Dr. João de Araújo Amora, M.D. Inspector do Serviço de Protecção aos Selvicolas, no Estado do Amazonas e Acre". Manaus, 28 de abril de 1914, 1 pg. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 04).

* Carta de Delfim Freire, Sub-Encarregado dos índios do Alto Tarauacá, ao Dr. João de Araújo Amora, M.D. Inspector do Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionaes, no Amazonas e Acre". São Felippe, 30 de junho de 1914, 3 pg. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 05).

* Carta de Delfim Freire, Encarregado de índios na zona do Tarauacá, ao Dr. João de Araújo Amora, M.D. Inspector do Serviço de Protecção aos Indios e Localisação de Trabalhadores Nacionaes, no Amazonas e Acre". Tamandaré, Alto Rio Tarauacá, 12 de setembro de 1914, 3 pg. (Recebida em Manaus a 11 de outubro de 1914).

* Carta do Inspetor Bento Martins Pereira de Lemos ao Diretor do Jornal "O Tempo". Manaus, datil., 7 de janeiro de 1917, 4 pg. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 09).

* Carta de José Gonzaga da Silva ao Inspector do Serviço de Protecção aos Indios do Estado do Amazonas e Território do Acre. Foz do Massypira, 18 de julho de 1919, 1 pg. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 380, Doc. 13).

* Carta do Inspetor Bento Martins Pereira de Lemos ao Sr. Antonio Giordano, sócio da Giordano & Cia. e proprietário do seringal Parthenope, na foz do rio Jordão. Manaus, datil., 26 de setembro de 1922, 1 pg. (SARQ/MI, Microfilme 31, Planilha 383).

ENTREVISTAS e DEPOIMENTOS

- Sueiro Cerqueira Sales Kaxinawá. (1991). Gravado por Marcelo Piedrafita Iglesias e João Pereira das Neves a 22 de janeiro, no Depósito Natal, TI Kaxinawá do Rio Jordão.
- Agostinho Manduca Mateus Kaxinawá. (1992). Gravado a 11 de fevereiro, no seringal Botafogo, Reserva Extrativista do Rio Juruá.
- Agostinho Manduca Mateus Kaxinawá. (1992). Gravado por Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias, em julho, no Rio de Janeiro.
- Sueiro Cerqueira Sales Kaxinawá. (1994). Gravado por Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias em 14 de fevereiro, no Seringal Minas, Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã, Rio Tarauacá. Rio Branco, mimeo, 20 pg.
- Agostinho Manduca Mateus Kaxinawá. (1995). Gravado em Rio Branco por Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias. Rio Branco, mimeo, setembro, 8 pg.
- Ribamar Coelho de Moura. (1996). Gravado em Rio Branco por Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias. Rio Branco, mimeo, março, 2 pg.
- Raimundo Luiz Yawanawá.(1996). Gravado por Terri Valle de Aquino, em Cruzeiro do Sul, em junho. Rio Branco, mimeo, 29 pg.
- Romão Sales Kaxinawá (2004). Gravado por Terri Valle de Aquino, a 24 de setembro, na Aldeia Chico Curumim, TI Kaxinawá do Rio Jordão.
- Romão Sales Kaxinawá (2005). Gravado a 20 de maio, na Aldeia Boa Vista, TI Kaxinawá do Rio Jordão.
- Agostinho Manduca Mateus Kaxinawá. (2005). Gravado por Terri Valle de Aquino, a 21 de maio, na Aldeia Nova Cachoeira, TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão.
- Manoel Francisco de Souza, conhecido por Biu Amadeus (2005). Gravada pelo professor Joaquim Paulo Maná Kaxinawá, a 1 de março de 2005, na cidade de Tarauacá.
- Noberto Sales Tenê Kaxinawá (2007). Gravada por Terri Valle de Aquino, durante o XXVII Curso de formação dos Professores Indígenas, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, da Comissão Pró-Índio do Acre, em Rio Branco, a 17 de fevereiro. Transcrita por Marcelo Piedrafita Iglesias.
- Professores Tadeu Mateus Siã Kaxinawá, Francisco das Chagas Marcelino Kaxinawá e Leonardo Mateus Kaxinawá (2007). Gravada por Terri Valle de Aquino, durante o XXVII Curso de formação dos Professores Indígenas, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, da Comissão Pró-Índio do Acre, em Rio Branco, a 25 de fevereiro. Transcrita por Marcelo Piedrafita Iglesias.
- Getúlio Sales Tenê Kaxinawá (2007). Gravada por Marcelo Piedrafita Iglesias e Terri Valle de Aquino, em Rio Branco, a 15 de agosto. Transcrita por Marcelo Piedrafita Iglesias.

ARTIGOS DE JORNAL

❖ **De Villa Seabra** (Departamento do Tarauacá)

Documentos Oficiais

"Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Radiogramas recebidos". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 25, 1/10/1916, p. 1

"Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Radiogramas expedidos". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 31, 12/11/1916, p. 1

"Inspectoria de Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes no Estado do Amazonas e Território do Acre". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 33, 26/11/1916, p. 1

"Administração do Exm. Sr. Dr. José Thomaz da Cunha Vasconcellos. Radiogramas recebidos". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 35, 10/12/1916, p. 1

"Serviço de Protecção aos Índios. Telegramma Recebido". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano II, Nº 50, 25/3/1917, pg. 1.

"Serviço de Protecção aos Índios. Circular". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano II, Nº 50, 25/3/1917, pg. 1-2

"Editaes" (Registro Fiscal Federal). **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano II, Nº 66, 15/7/1917, p. 4

De autor não especificado

"Aborígenes". **O Município**, 28/4/1912 (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha, 07, Fot. 244-45).

"Despedidas". **O Município**, 22/2/1915, pg. 3 (Seção "Carteira Local")

"Regresso". **O Município**, Ano VI, Nº 218, 9/5/1915, pg. 3 (Seção "Carteira Local")

"Catechese de Índios". O Município, Ano VI, Nº 220, 23/5/1915, pg. 3 (Seção "Carteira Local")

"Os índios no Alto Tarauacá". **O Departamento. Orgam da Prefeitura**. Ano II, Nº 24, 11/7/1915, pg. 3-4

"Várias". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 14, 16/7/1916, pg. 3

"Várias". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Villa Ano I, Nº 28, 22/10/1916, p. 3

"Índios Sacrílegos". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 28, 22/10/1916, p. 3

"Dr. Bento de Lemos". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 30, 5/11/1916, p. 4

"Dr. Bento Lemos". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 31, 12/11/1916, p. 4

"Serviço de Proteção aos Índios". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano I, Nº 33, 26/11/1916, p. 3

"Viagem pelo Tarauacá e Murú". **Jornal Official. Semanário da Prefeitura**, Ano II, N° 44, 11/2/1917, pg. 3

"Novenário de São José". **A Reforma**, Cidade Seabra, Ano VII, N° 294, 9/3/1924, p. 1

"Festa de São José". **A Reforma**, Cidade Seabra, Ano VII, N° 295, 16/3/1924, p. 1

"Palestra com o Revmo. Pe. Dr. Constantino Tastevin". **A Reforma**, Cidade Seabra, Ano VII, N° 302, 22/6/1924, p. 1

❖ **De Sena Madureira (Departamento do Alto Purus)**

"Reunião dos Prefeitos do Território do Acre. Memorial enviado aos membros do Congresso Nacional" (continuação). **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 15, 31/8/1913, p. 3.

"A situação dos índios no Território do Acre". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 15, 31/8/1913, p. 3.

"Reunião dos Prefeitos do Território do Acre. Memorial enviado aos membros do Congresso Nacional". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 14, 24/8/1913, p. 2-3.

"A reunião dos Prefeitos do Território do Acre. Memorial enviado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 20, 5/10/1913, p. 3.

"A reunião dos Prefeitos do Território do Acre. Memorial enviado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 21, 12/10/1913, p. 1-2.

"A reunião dos Prefeitos do Território do Acre. Memorial enviado ao exmo. sr. Dr. Pedro Toledo. D.D. Ministro da Agricultura, Industria e Commercio". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 23, 26/10/1913, p. 2.

"Excursão ao alto rio Yaco". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno I, N° 32, 28/12/1913, p. 1.

"Excursão ao alto rio Purús". **Alto Purús**, Senna Madureira, Anno VII, N° 287, 5/4/1914, p. 1.

❖ **De outros lugares do Brasil**

"Manaus, 18". **O Paiz**, Rio de Janeiro, 13/2/1911 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 032-033).

"Correrias de índios" (*Luiz Sombra*). **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1911. (SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 02, Fot. 033-034)

"No Juruá. Índios brasileiros escravisados. Rico proprietário peruano tem em seu poder cinco índios captivos". **Jornal do Commercio**, Manaus, 9/6/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 07, Fot. 258).

"Os indios escravisados do Juruá e as providencias da inspectoria de protecção". **Jornal do Commercio**, Manaus, 14/6/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 07, Fot. 258-59).

"Quadro horrível. O que fizeram, no Jutahy, os indios bravios". **Jornal do Commercio**, Manaus, 23/8/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 34)

"Nossa reportagem colhe outros informes sobre o massacre e pilhagem feitos pelos indios no Jutahy".**Jornal do Commercio**, Manaus, 23/8/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 34-5)

"Governo do Estado. Administração do Exm. Sr. Coronel Antonio Bittencourt. Telegramma Official". **Diário Official do Estado do Amazonas**, Manaus, 31/8/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 35)

"O ministro da agricultura telegrapha ao governador do Estado, pedindo o sustamento da remessa de forças ao Jutahy, com o fim de punir as atrocidades praticadas por indios daquella região". **Jornal do Commercio**, Manaus, 31/8/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 35)

"Os Indios do Amazonas. O caso dos indios Cunibas que raptaram cinco donzelas, depois de matar-lhes os pais". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9/11/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 36-7)

"O crime no interior. Chegou hontem a Manáus a expediçlão que fora ao Jutahy capturara indios criminosos". **O Norte**, Manaus, 16/11/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 37)

"Perigosa expedição. Quatorze pessoas raptadas pelos indios, inclusive mocas e creanças. Sua chegada". **Jornal de Manaus**, Manaus, 16/11/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 37-8)

"A Inspectoria dos Indios conseguio afinal encontrar as filhas do inditozo Coronel Chaves Mello, que haviam sido arrebatadas pelos Cunibas". **Jornal do Commercio**, Manaus, 16/11/1912 (SARQ/MI, Microfilme, 324, Planilha, 02, Fot. 40)

❖ **Jornais de Rio Branco**

"Índios (ou caboclos do Acre)". **Varadouro. Um jornal das selvas**. Nº 1, maio, 1977, pg. 7-13.

AQUINO, Terri Valle de
1987- "O herói dos carius" (Entrevista com Pedro Biló, feita por Terri Valle de Aquino e José Carlos dos Reis Meirelles). **Gazeta do Acre** (Coluna Papo de Índio), 18/10/1987.

MACHADO, Altino
1991- "As correrias no Acre". **A Gazeta** (Coluna Papo de Índio). Rio Branco, 30 de junho, pg. 20.

"Família Melo só sai se as terras ficarem para índios brasileiros". **A Tribuna**, 25/9/1997, pg. 12-13

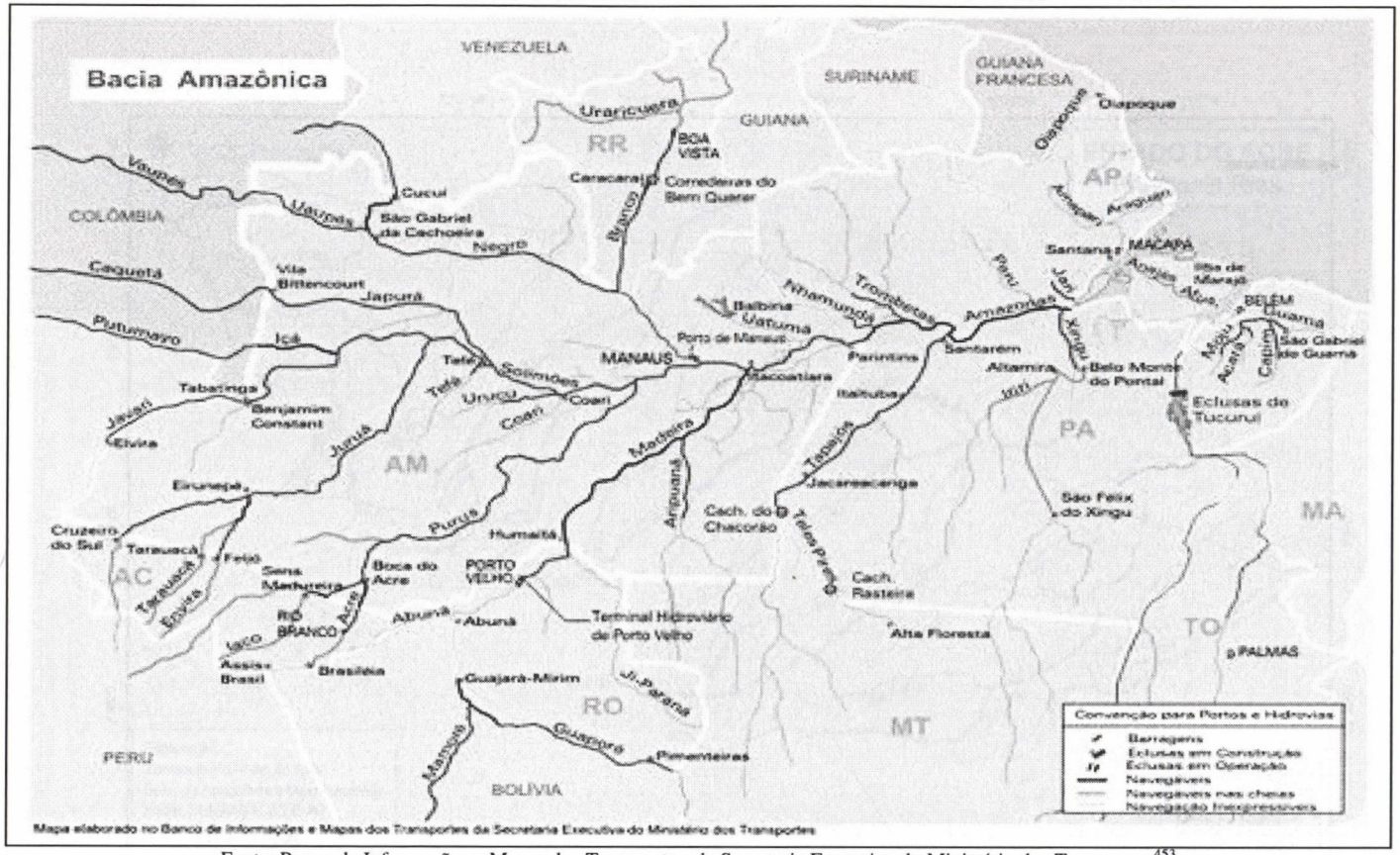
❖ **Revistas**

"Histórias de um sertanista". (Entrevista com José Porfírio de Carvalho, concedida a Vassia Vanessa da Silveira). **Outras Palavras**, Rio Branco, Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour/Secretaria de Estado de Educação, Ano I, Nº 7, agosto, 2000, pg. 20-24.

ANEXOS

MAPAS

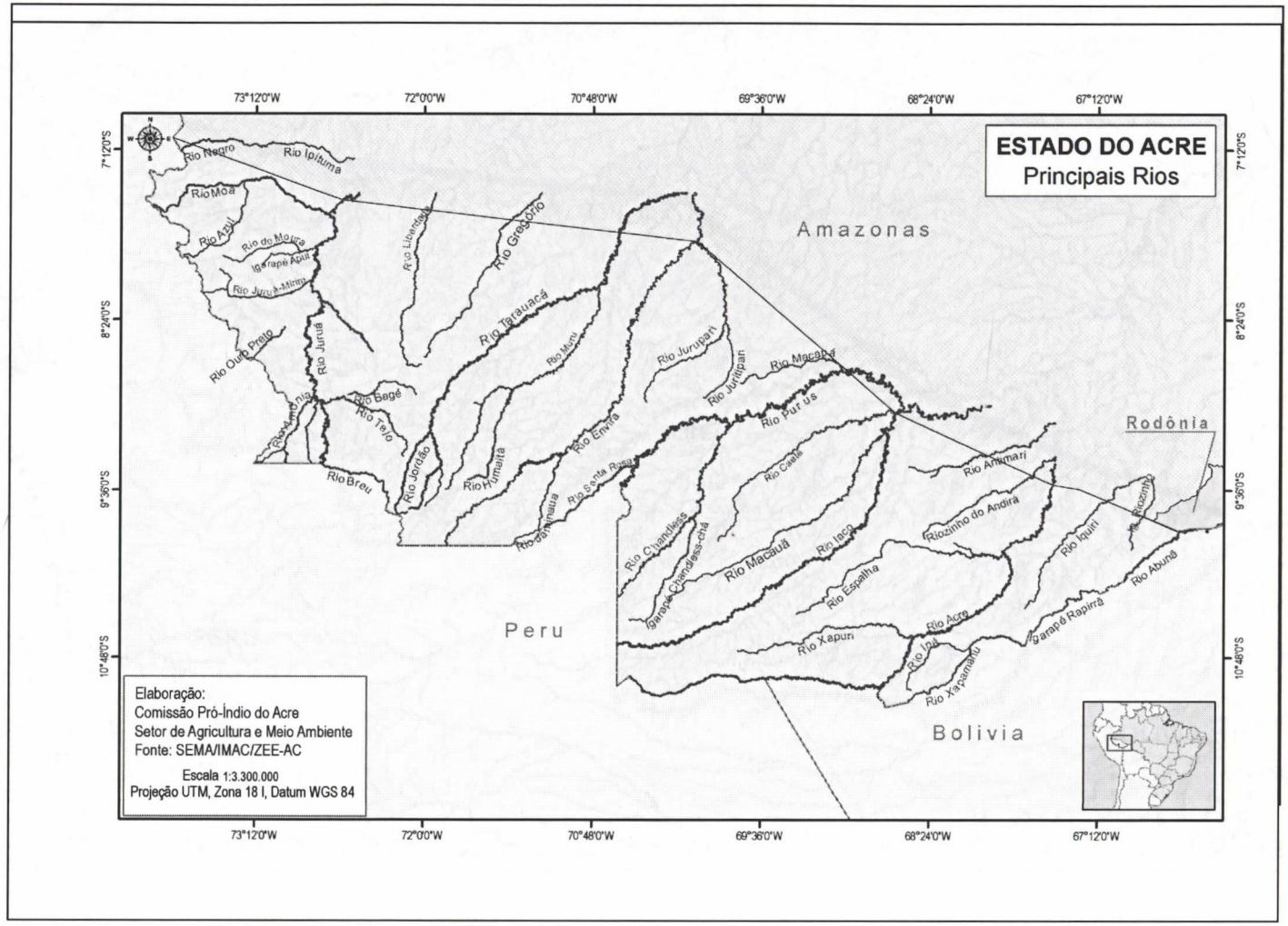
MAPA 1
Hidrografia do Oeste Amazônico



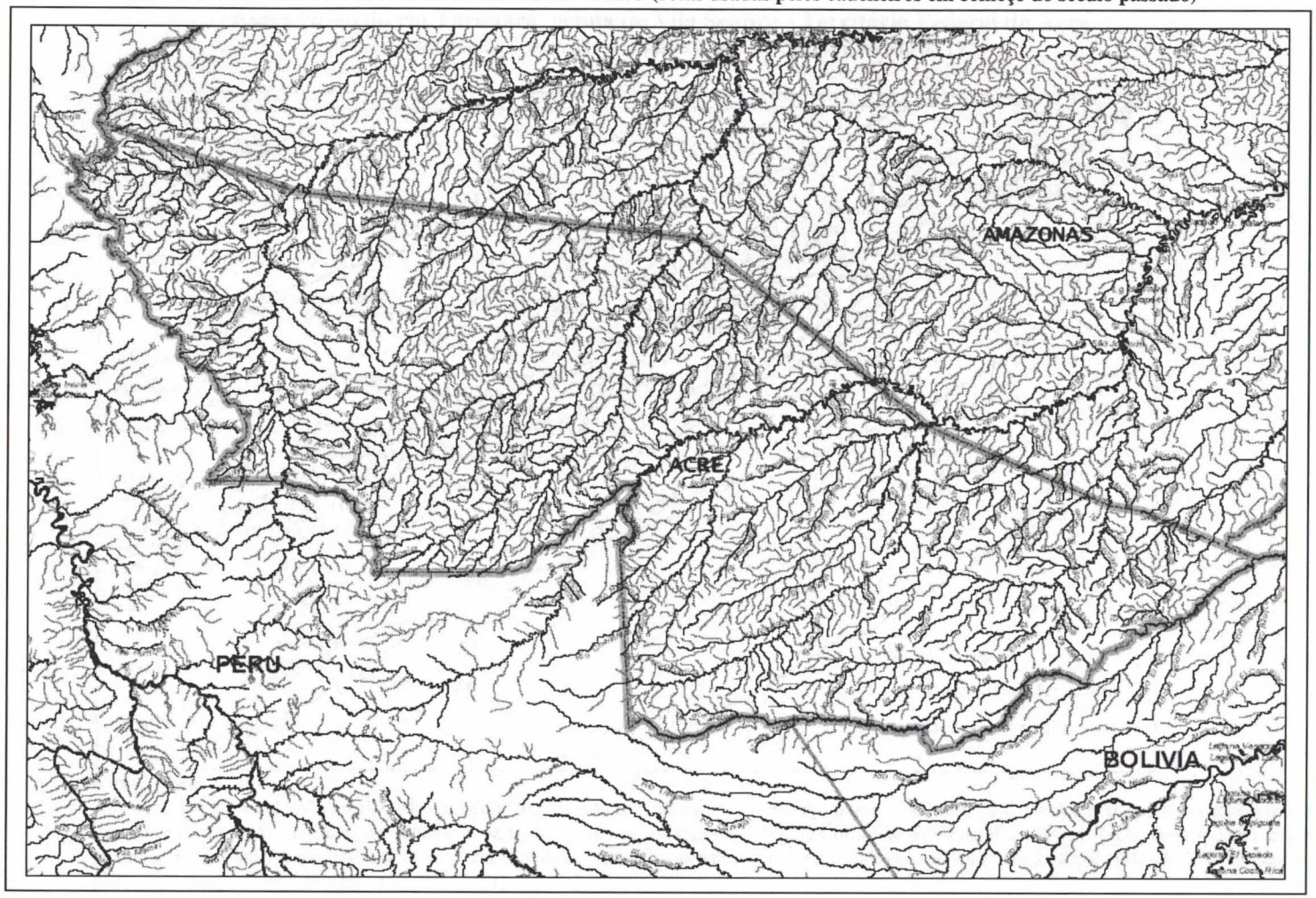
Fonte: Banco de Informações e Mapas dos Transportes, da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes[453]

[453] Acessado em *http://www.infoescola.com/geografia/complexo-regional-da-amazonia/*

Mapa 2


ESTADO DO ACRE
Principais Rios
Amazonas
Peru
Bolivia
Rodônia
Rio Negro
Rio Ipituma
Rio Moa
Rio Azul
Rio do Moura
Igarapé Apuí
Rio Juruá-Mirim
Rio Ouro Preto
Rio Juruá
Rio Amônia
Rio Bagé
Rio Tejo
Rio Breu
Rio Jordão
Rio Liberdade
Rio Gregório
Rio Tarauacá
Rio Muru
Rio Humaitá
Rio Envira
Rio Santa Rosa
Rio Jaminaua
Rio Jurupari
Rio Juritipari
Rio Macapá
Rio Purus
Rio Caeté
Rio Chandless
Igarapé Chandless-chá
Rio Macauã
Rio Iaco
Rio Espalha
Rio Xapuri
Rio Acre
Rio Iná
Rio Xapamanu
Rio Amimari
Riozinho do Andirá
Rio Iquiri
Igarapé Rapirrá
Rio Abunã
Rio Riozinho
Elaboração:
Comissão Pró-Índio do Acre
Setor de Agricultura e Meio Ambiente
Fonte: SEMA/IMAC/ZEE-AC
Escala 1:3.300.000
Projeção UTM, Zona 18 I, Datum WGS 84
73°12'0"W
72°0'0"W
70°48'0"W
69°36'0"W
68°24'0"W
67°12'0"W
7°12'0"S
8°24'0"S
9°36'0"S
10°48'0"S

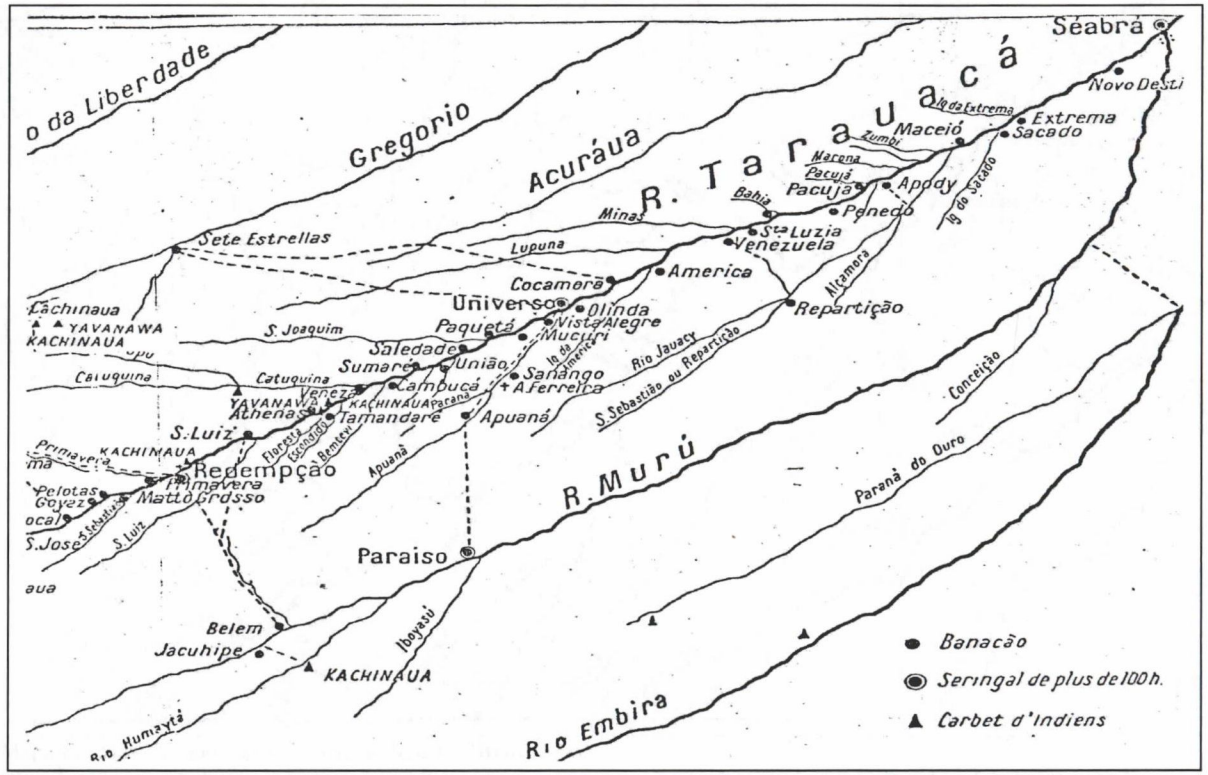
MAPA 3 - HIDROGRAFIA FRONTEIRA ACRE - PERU (rotas usadas pelos caucheiros em começo do século passado)



MAPA 4

Baixo curso do rio Tarauacá, acima de Vila Seabra - Território Federal do Acre

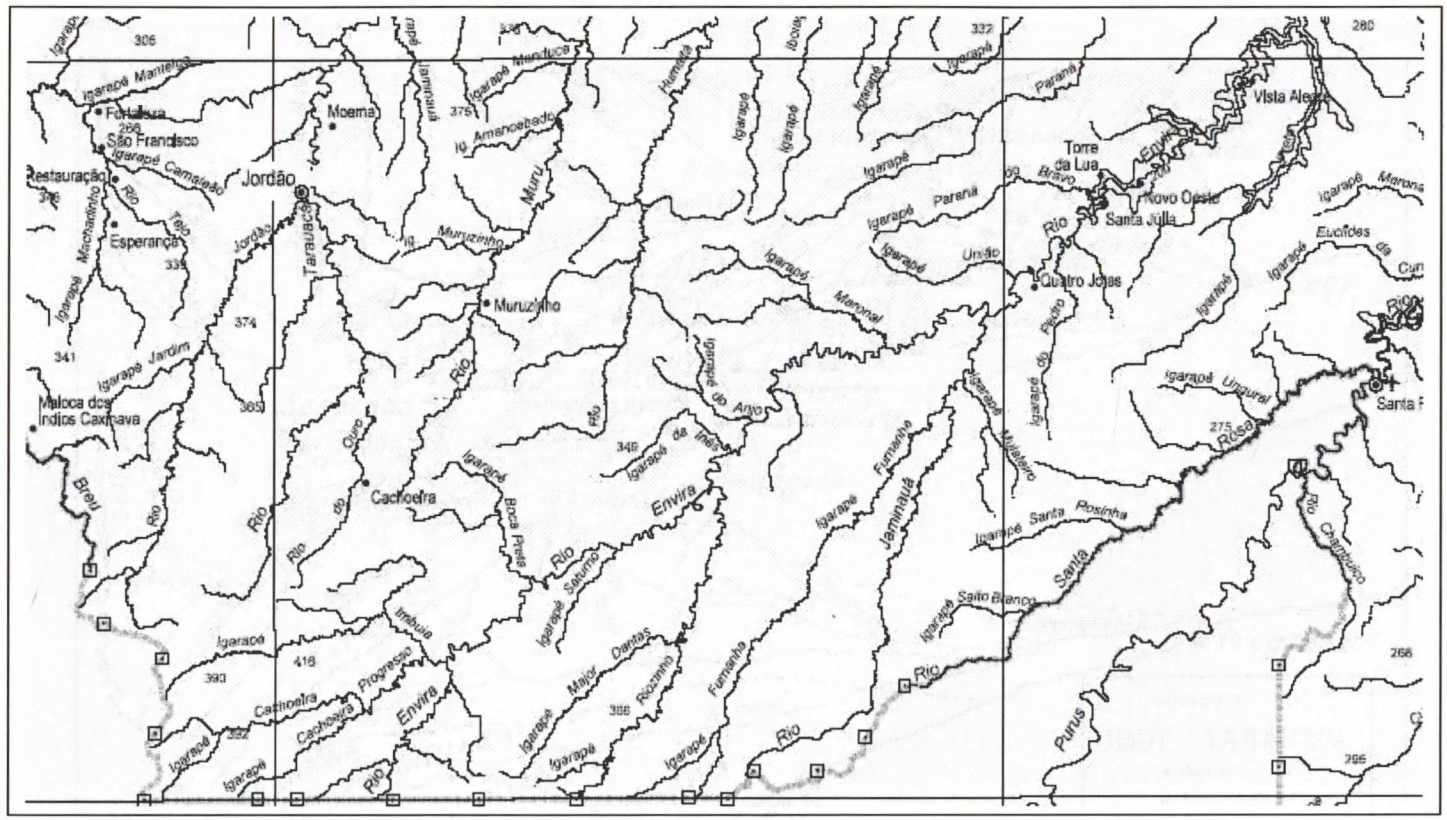
(Excerto de Croquis desenhado pelo padre Constant Tastevin, no ano de 1924



Fonte: Tastevin, 1926.

Neste mapa é possível ver a localização do "sítio Lupuna", na foz do igarapé do mesmo nome, e do seringal Cocameira, bem como caminhos que ligavam esse seringal à bacia do rio Gregório, parte da estrada de rodagem aberta pela Comissão de Obras Federais em 1906. Dentro do paranã Apuanã, cuja foz está situada defronte ao seringal Universo, Tastevin assinalou com uma cruz a colocação Sanango, local onde em 1909, foi assassinado e enterrado Ângelo Ferreira da Silva. [MPI]

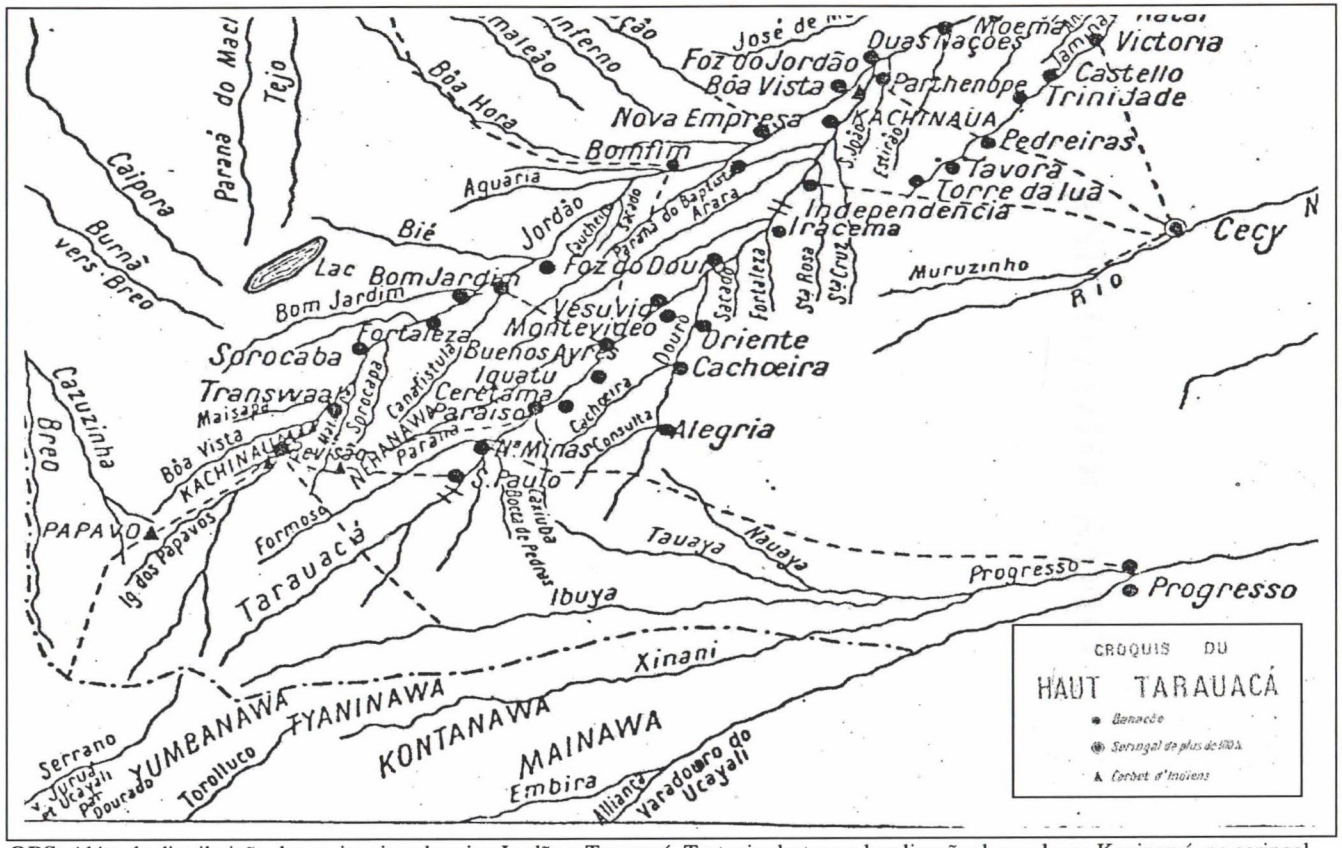
MAPA 5 - CABECEIRA DO RIO ENVIRA (e PARALELO de 10ºS)



Fonte: "Mapa Físico do Estado do Acre". Rio de Janeiro, IBGE, 2005

Observação: À margem direita do rio Envira, é possível ver seus afluentes o Furnanha, local onde Felizardo estabeleceu moradia, em 1910, e em cuja foz estava localizado o barracão do primeiro patrão nesse rio, Francisco Sena. Afluente do Furnanha, o Jaminauá era o rio onde as malocas Kaxinawá estavam localizadas. Baixando o curso do rio Envira, vê se a localização do seringal União, possível local onde os Kaxinawá matariam o patrão Manoel Patrício, em final de 1911. O mapa assinala ainda os marcos da fronteira Brasil-Peru, situados ao longo do Paralelo de 10º S, assentados pela Comissão Mista Brasil-Peru Demarcadora de Limites em 1923-24, anos em que Felizardo Cerqueira e os Kaxinawá seriam incorporados à Comissão.

MAPA 6- **ALTOS RIOS JORDÃO E Tarauacá (acima da Vila Jordão)**
Excerto do Croquis desenhado pelo padre Constant Tastevin, em 1924 (Tastevin, 1926)



OBS: Além da distribuição dos seringais pelos rios Jordão e Tarauacá, Tastevin destaca a localização das malocas Kaxinawá, no seringal Revisão, e em Parthenope, bem como dos territórios então ocupados por uma diversidade de grupos que se mantinham acima dos últimos Seringais, nos rios Envira, Tarauacá, Jordão e Breu. Destaque é dado ainda ao caminho que ligava Progresso, no rio Envira, ao seringal Nova Minas, rota utilizada pelos Kaxinawá e Felizardo em 1917 ao se mudarem primeiro para o alto rio Tarauacá e depois para o seringal Revisão.

ANEXO FOTOGRÁFICO

Reprodução da primeira página do

"Relatório e Biografia de Felizardo A. Cerqueira" (1958)

Relatorio e Biogr[illegible] A. Cerqueira.

Numa sexta-fei[illegible] [illegible]bro de 1886, na vila de Pedra Branca, [illegible] que, na pia batismal recebeu o nome de [illegible], o menino, que, mais tarde, com a idade de 17 anos 5 mezes, transportosse para as plagas do rio Amazonas, no norte do pais, como que fosse predestinado para salvamento dos indignas do rio Juruá e seus afluentes.

No ano de 1904 dia 28 de Março, Felizardo a frente de uma turma, seguia viagem em rumo ao desconhecido.

Ignorando, portanto, completamente o que traçava-lhe o destino. Tão moço ainda ao despontar da infancia, entrava para uma vida árdua e insipida como é o internamento nas matas virgens do Vale do Amazonas.

Depois de haver passado pelo Pará e Manaos, desembarcava [illegible] gaiola Waltrens na foz do Eurebira, confluente do rio Juruá. No primeiro ano trabalhei no [illegible]fluente do rio Tarauacá-Acuráua. No segundo ano trabalhei no afluente-Apuana do Tarauacá.

No dia 15 de Agosto de 1905 meu companheiro-Francisco Gomes foi atacado pelos indios catuquinas; aqui fica todo complemento deste acontecimento que direi depois.

Quando em 1906 fui nomeado com chefe de turma em defeza de caminhos, pelo Ex.mo Snr. Engenheiro chéfe Antonio Manoel Bueno de Andrada, chéfe da comissão de obras Federaes no Territorio do Acre, até 1908. Em 1909 chamaram-me ao rio Murú afluente do rio Tarauacá para amançar ali os indios que ferozmente dizimava os trabalhadores nacionaes. Em 1910, chamaram-me ao rio Eurebira, o Snr. Francisco Sena, para acomodar a tribue dos indios Caxinauás, que atribulavam

ACERVO

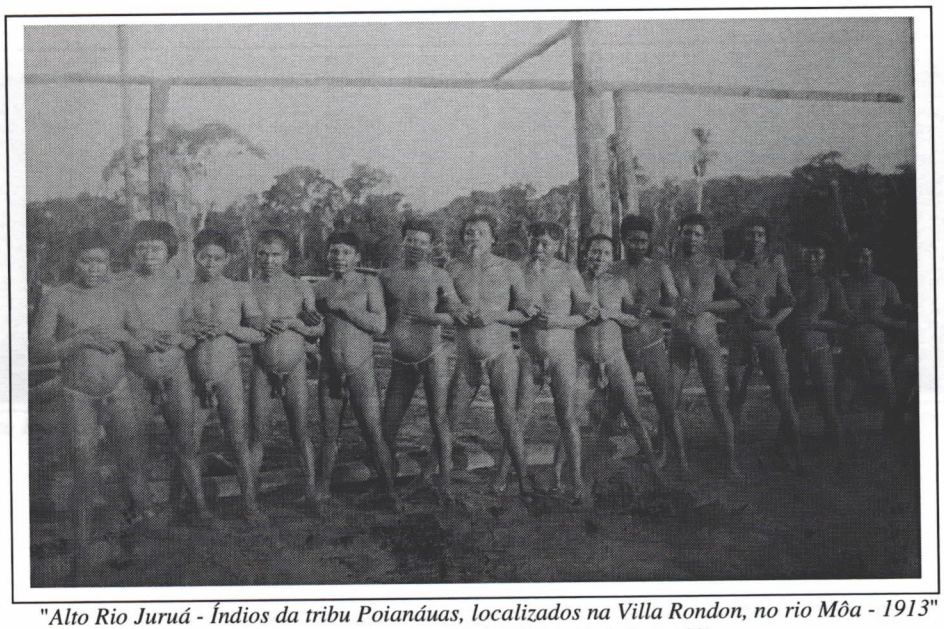
ARQUIVO NACIONAL

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

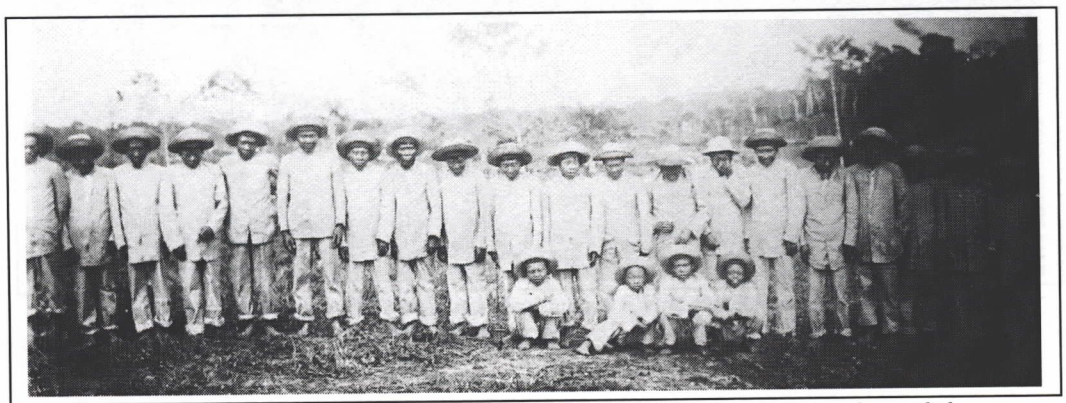
BRASIL. TRIBUNAL ESPECIAL

1931- "Comissão Especial de Inquérito na Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas e Acre". Volume 4. Fundo Tribunal Especial, Procuradoria, Processo Nº 640, pg. 29-33.

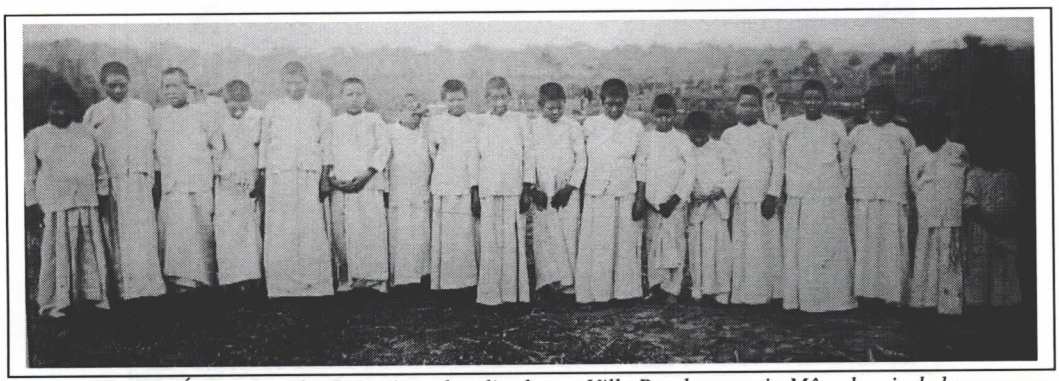
POYANAWA
Villa Rondon - Fazenda Aurora e Seringal Barão do Rio Branco



"Alto Rio Juruá - Índios da tribu Poianáuas, localizados na Villa Rondon, no rio Môa - 1913" (Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 32)

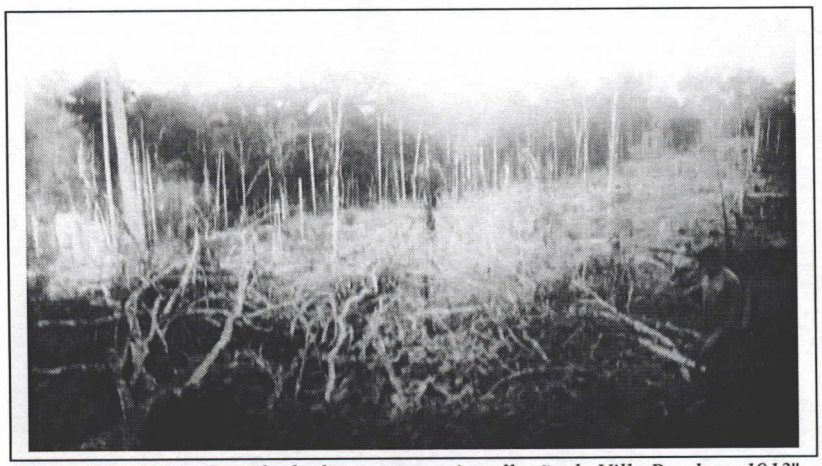


"Alto Rio Juruá - Índios da tribu Poianáuas, localizados na Villa Rondon, no rio Môa, depois de haverem recebido roupas, chapéus e brindes - 1913" (Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 30)



"Alto Rio Juruá - Índios da tribu Poianáuas, localizados na Villa Rondon, no rio Môa, depois de haverem recebido roupas, chapéus e brindes - 1913" (Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 30)

"Alto Rio Juruá - Crianças Poianáuas localizadas na Villa Rondon, no rio Môa - 1913"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 29)



"Alto Rio Juruá - Derrubada da matta para installação da Villa Rondon - 1913" (Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 33)

"Alto Rio Juruá - Índios Poianáuas, carregando madeira para construcção de suas casas na Villa Rondon - 1913" (Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 33)

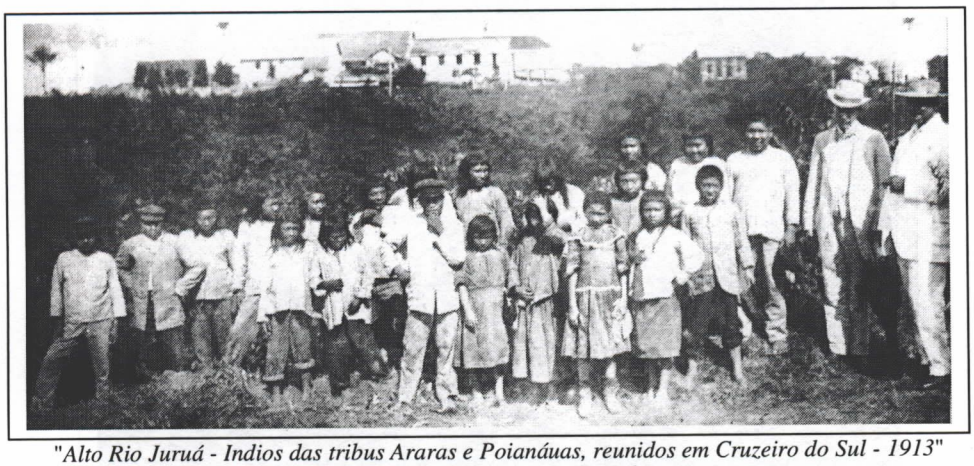
"*Alto Rio Juruá - Índios Poianáuas trabalhando na construcção de suas casas na Villa Rondon - 1913*" (Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 32)

"*Alto Rio Juruá - Índios Poianáuas localizados na Villa Rondon - 1913*"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 33)

"Alto Rio Juruá - Homens da tribu Poianáuas, localizados na Villa Rondon, no rio Môa - 1913"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 31)

"Alto Rio Juruá - Indios da tribu Poianáuas, localizados na Villa Rondon - 1913"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 31)
Obs.: Foto feita na cidade de Cruzeiro do Sul, no mesmo local das duas fotos seguintes - MPI.

CRUZEIRO DO SUL
Índios Poyanawa e Arara



"*Alto Rio Juruá - Indios das tribus Araras e Poianáuas, reunidos em Cruzeiro do Sul - 1913*"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 30)
À direita, vêem-se, os Coronéis Manoel Absolon Moreira e Mâncio Agostinho Rodrigues de Lima, respectivamente, "delegados de índios" dos rios Amoacas e Moa, nomeados pelo SPILTN - MPI

"Alto Rio Juruá - *Indios das tribu Araras reunidos em Cruzeiro do Sul - 1913*"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 32)

JAMINAWA E AMAHUACA
Rio Amoacas (Humaitá)

"Alto Rio Juruá - Maloca Maroró - Indios Jaminauás e Amuácas, no rio Amoáca - 1913"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 29)

"Indios das tribus Jaminauás e Amuácas, no rio Amoáca - 1913"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 29)

"*Alto Rio Juruá - Indios das tribus Jaminauás e Amuácas, no rio Amoáca - 1913*"
(Brasil. Tribunal Especial, 1931, Vol. 4, pg. 31)

ACERVO DIGITAL DO MEMORIAL DOS AUTONOMISTAS

Departamento de Patrimônio Histórico
Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
Secretaria de Estado de Educação do Acre

Rio Branco - Acre

"Índios do rio Tarauacá, maloca do "Cupu", ainda selvagens em 1910"[454]

[454] Foto, sem autor especificado, que consta da reedição, em livro, do texto "O Juruá Federal", de Castello Branco (1930), patrocinada, em 2005, pelo gabinete do senador acreano Geraldo Mesquita Júnior, como parte da coleção "Documentos para a História do Acre", e publicada pela Gráfica do Senado Federal. A legenda acima é a que consta da reedição. A foto foi obtida, em dezembro de 2006, no Acervo Digital do Memorial dos Autonomistas, em Rio Branco, gerenciado pelo Departamento de Patrimônio Histórico, da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, do Governo do Estado do Acre.

ACERVOS

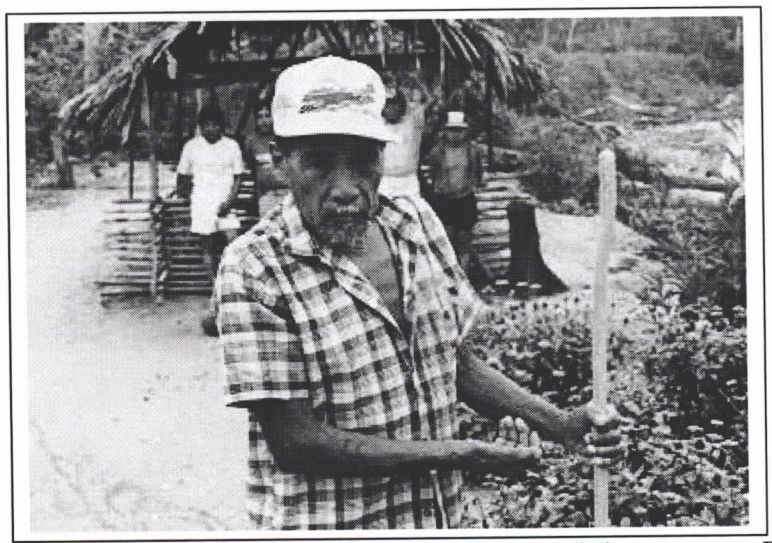
Centro de Documentação e Pesquisa Indígena (CDPI)
Centro de Formação dos Povos da Floresta
Comissão Pró-Índio do Acre

Rio Branco - Acre

Centro de Documentação Txai Terri Aquino ("Casa Txai")
Departamento de Patrimônio Histórico
Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
Secretaria de Estado de Educação do Acre

Rio Branco - Acre

Braço de velho Regino Pereira, com a marca de Felizardo Cerqueira (FC)
(Foto: Terri Valle de Aquino, TI Kaxinawá do Rio Jordão, 1981)
Acervo: CDPI - Comissão Pró-Índio do Acre



Nicolau Costa, à época com cerca de 75 anos, exibe braço direito com a marca FC
(Foto: Terri Valle de Aquino, Seringal Boa Vista, TI Kaxinawá do Rio Jordão, 1992)
Acervo: Centro de Documentação Txai Terri Aquino (Casa Txai)

ACERVO

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1928- "Álbum Fotográfico da Comissão de Limites do Brasil com o Peru, com índice". (Originalmente, Anexo Nº 18 ao "Relatório apresentado ao Ministério das Relações Exteriores, pelo Contra-Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, Chefe da Comissão de Limites do Brasil com o Peru (31 de Maio de 1928)"). Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 541, 113 pg[455].

[455] As fotos reproduzidas a seguir contêm as legendas originais, seguidas da página e do número da foto.

KAXINAWÁ

Seringal Nova Olinda - Rio Envira
(1923)

"*Vista geral de um "cupichaua" de Indios "Cachinanuas", em Nova Olinda, no rio Embira*" (66-3).
[Espaço coletivo, sem paredes e assoalho, o cupichaua, primeiro à esquerda, ladeado por casas das diferentes famílias, construídas ao estilo dos seringueiros, sobre palafitas, com chão e paredes de paxiúba, com local fechado para a dormida - MPI].

"*Grupo de índios "Cachinauás" em frente ao seu "cupichaua", no rio Embira*" (67-1)

"*Indios "Cachiuauás" em visita ao acampamento da Commissão em uma praia do rio Embira*" (67-2)

"*Grupo de índios "Cachinauás" em uma praia do rio Embira*" (66-4)

OS KAXINAWÁ E FELIZARDO NA "TURMA DO RIO ENVIRA" (1923)

"*O matteiro Felizardo com índios "Cachiuanás"* [sic], *que com elle vivem em Revisão, no alto rio Jordão, e estavam a serviço da Commissão. Esses índios foram por elle catechisados em numero avultado*" (74-3).

"*Outro grupo, no mesmo logar, vendo-se o Major Manuel Zárate, Ajudante da Commissão peruana, entre o Sadock e o Felizardo*" (74-4) (Felizardo aparece agachado, na primeira fila, à extrema direita, com dois Kaxinawá pouco atrás. O Tenente Coronel Amaury Sadock de Freitas, junto com Manuel Zárate, chefiaram a "Turma do Rio Envira", sub-comissão que, em 1923-1924, trabalhou ao longo do Paralelo de 10º S, no trecho a oeste do rio Envira - MPI].

"O Capitão-Tenente Sadock e índios "Cachiuanás" já domesticados" (74-2).

KAXINAWÁ

Malocas nos Seringais Revisão e Transual, no alto rio Jordão (Junho de 1924)

"*Índios "Cachiuanás" em Transwaal, no rio Jordão, affluente do rio Tarauacá, no anno 1924*". (93-2) [No Álbum à margem da página 93, "Cachiuanás" aparece riscado no texto de todas as legendas das fotos. À margem, à mão, foi corrigido para "Cachinauas" - MPI]

"*Índios "Cachiuanás" em Transwaal, no rio Jordão, affluente do rio Tarauacá, no anno 1924*". (93-3)

"Índios "Cachiuanás" em Transwaal, no rio Jordão, affluente do rio Tarauacá, no anno 1924" (93-1).

"Índios "Cachiuanás" civilisados, no seringal Revisão" (93-4)

"*Vista do cupichaua de Revisão*" (92-3).

"*Índios "Cachiuanás" em festa, no cupichaua das proximidades de Revisão, no alto rio "Jordão", affluente do Tarauacá*" (94-2)

"*Índios "Cachiuanás" em festa, no cupichaua das proximidades de Revisão, no alto rio "Jordão*" (94-1)

"*Uma refeição de índios "Cachiuanás", no rio Jordão*" (94-3)

Kaxinawá num poço no alto rio Jordão, ao que tudo indica no seringal Revisão[456]

[456] Reprodução de fotografia encontrada em 1993 no acervo do escritório do Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (MPIVJ), na cidade de Cruzeiro do Sul. Esta foto não consta dentre as relacionadas no "Álbum Fotográfico da Comissão de Limites".

ACERVO DE FAMÍLIA

Felizardo Avelino de Cerqueira, aos 40 anos de idade
(Álbum de família).
No verso da foto, lê-se:
"*Offereço à Irmã e Amiga Gersina. Cruzeiro do Sul, 30-10-1926. Felizardo Cerqueira*".